



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

CONFLITUALIDADE E QUESTÃO AGRÁRIA: OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESPAÇO AGRÁRIO LATINO-AMERICANO

Lorena Izá Pereira, Camila Ferracini Origuéla e Estevan Leopoldo de Freitas Coca

A TERRITORIALIDADE DO CAPITAL NO CAMPO: AGRONEGÓCIO E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO NO CEARÁ

Leandro Vieira Cavalcante

A LÓGICA DESTRUTIVA DA MINERAÇÃO EM PARACATU-MG

Frederico Daia Firmiano

ENTRE LO GLOBAL Y LO LOCAL: LAS ZONAS DE INTERÉS DE DESARROLLO RURAL, ECONÓMICO Y SOCIAL-ZIDRES EN COLOMBIA

Juanita Cuellar Benavides

CAMINHOS E DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS DOS PRODUTORES E PROPRIETÁRIOS RURAIS DE ORIGEM BRASILEIRA NO PARAGUAI

Valdemar João Wesz Junior

NOSOTROS Y LOS OTROS. IDENTIFICACIONES COLECTIVAS Y CONSTRUCCIÓN DE LA ALTERIDAD EN LOS ACTORES DEL AGRO PAMPEANO (ARGENTINA)

María Dolores Liaudat

LOS PROGRAMAS DE DESARROLLO RURAL Y LAS "COMUNIDADES INDÍGENAS" EN LA PROVINCIA DE CHACO, ARGENTINA – 1990-2008

Roberto Muñoz

"DEL OTRO LADO DEL ALAMBRADO": CONFLICTOS TERRITORIALES Y LUCHA POR LA TIERRA DE LOS CAMPESINOS INDÍGENAS QOM EN EL CHACO ARGENTINO

Julia Lucía Colla

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA UNIÃO DE TRABALHADORES RURAIS SIN TIERRA (UST/MNCI) E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA CONCEPÇÃO DE FEMINISMO NA VIA CAMPESINA

Carolina Russo Simon

O PROCESSO CONTRADITÓRIO DE REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL DA JUVENTUDE CAMPONESA NO INTERIOR DOS TERRITÓRIOS DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE LARANJEIRAS DO SUL E RIO BONITO DO IGUAÇU/PR

Jessica Aparecida De Avila Follmann e Djoní Roos

O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO E A PESQUISA-AÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM AGROECOLOGIA

Leonardo Pereira Xavier, Paulo Henrique Mayer e Antônio Inácio Andrioli

A PRODUÇÃO AGRÍCOLA POR HABITANTES URBANOS NO BRASIL: ANÁLISE DOS PERÍODOS COLONIAL, IMPERIAL E A TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XX

Claudinei Silva Pereira

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL E A LUTA PELA TERRA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DO SUDESTE DE GOIÁS

Evandro César Clemente e João Cleps Junior

PRÉ-ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO NA REAFIRMAÇÃO E RECRIAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL CAMPONESA

Amanda Souza Lima e Francilane Eulália de Souza

DA EDUCAÇÃO DO CAMPO À EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: CONCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE ENSINAR E APRENDER NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE GOIÁS-2019

Edson Batista Silva

EDUCAÇÃO DO CAMPO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA DO AMAPÁ

Roni Mayer Lomba e Josiane Pereira Cardoso

Mai./Ago.
2020



Revista NERA nº. 53

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira**

CONSELHO EDITORIAL

**Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2020**

Revista NERA (RNERA) nº. 53

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

CONSELHO CIENTÍFICO

Antonio Augusto Rossotto Ioris – Cardiff University (Cardiff, País de Gales)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Carolina Gonçalves Leite – UFPE (Recife, PE, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Ana Rute do Vale – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Anderson Antônio da Silva – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carolina Russo Simon – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Daniela Pessoa de Goes Calmon – International Institute of Social Studies (The Hague, Holanda)
Danilo Borja – University of Calgary (Calgary, Canadá)
Débora Assumpção e Lima – UNICAMP (Campinas, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elieni Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Fábio de Oliveira Pitta – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flamarion Dutra Alves – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil)
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UFTM (Uberaba, MG, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Carlos Dantas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UnB (Brasília, DF, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UFSC (Florianópolis, SC, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Michele Linder – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)

Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Thiago Araújo Santos – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Valdemar João Wesz Junior – UNILA (Foz do Iguaçu, PR, Brasil)
 Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

PARECERISTAS AD HOC

Maria Clara Salim Cerqueira – UFMG (Belo Horizonte, Brasil)

CAPA

Lucas Pauli – USP (São Paulo, Brasil)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2015 – ano 18, nº 27
1999 – interrompida	2015 – ano 18, nº 28, Dossiê
2000 – ano 3, nº. 3	2015 – ano 18, nº 29
2001 – interrompida	2016 – ano 19, nº 30
2002 – interrompida	2016 – ano 19, nº31
2003 – interrompida	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2004 – ano 7, nº. 4	2016 – ano 19, nº33
2004 – ano 7, nº. 5	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2005 – ano 8, nº. 6	2017 – ano 20, nº35
2005 – ano 8, nº. 7	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 8	2017 – ano 20, nº37
2006 – ano 9, nº. 9	2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2007 – ano 10, nº. 10	2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2007 – ano 10, nº. 11	2017 – ano 20, nº 40
2008 – ano 11, nº. 12	2018 – ano 21, nº 41
2008 – ano 11, nº. 13	2018 – ano 21, nº 42, Dossiê
2009 – ano 12, nº. 14	2018 – ano 21, nº 43
2009 – ano 12, nº. 15	2018 – ano 21, nº 44
2010 – ano 13, nº. 16	2018 – ano 21, nº 45, Dossiê
2010 – ano 13, nº. 17	2019 – ano 22, nº 46
2011 – ano 14, nº. 18	2019 – ano 22, nº 47, Dossiê
2011 – ano 14, nº. 19	2019 – ano 22, nº 48, Dossiê
2012 – ano 15, nº. 20	2019 – ano 22, nº 49
2012 – ano 15, Dossiê	2019 – ano 22, nº 50
2012 – ano 15, nº. 21	2020 – ano 23, nº 51
2013 – ano 16, nº. 22	2020 – ano 23, nº 52 – Dossiê
2013 – ano 16, nº. 23	2020 – ano 23, nº 53
2014 – ano 17, nº. 24	
2014 – ano 17, nº. 25	Quadrimestral
2015 – ano 18, nº 26, Dossiê	ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

	CONFLITUALIDADE E QUESTÃO AGRÁRIA: OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESPAÇO AGRÁRIO LATINO-AMERICANO
9	CONFLICTIVENESS AND AGRARIAN QUESTION: DEVELOPMENT MODELS FOR THE LATIN AMERICAN AGRARIAN SPACE CONFLICTUALIDAD Y CUESTIÓN AGRARIA: MODELOS DE DESARROLLO PARA EL ESPACIO AGRARIO LATINOAMERICANO Lorena Izá Pereira, Estevan Leopoldo de Freitas Coca e Camila Ferracini Origuéla
22	A TERRITORIALIDADE DO CAPITAL NO CAMPO: AGRONEGÓCIO E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO NO CEARÁ THE TERRITORIALITY OF CAPITAL IN THE COUNTRYSIDE: AGRIBUSINESS AND CORPORATE USE OF TERRITORY IN CEARÁ LA TERRITORIALIDAD DEL CAPITAL EN EL CAMPO: AGRONEGOCIO Y USO CORPORATIVO DEL TERRITORIO EN CEARÁ Leandro Vieira Cavalcante
47	A LÓGICA DESTRUTIVA DA MINERAÇÃO EM PARACATU-MG THE DESTRUCTIVE LOGIC OF MINING IN PARACATU-MG LA LÓGICA DESTRUCTIVA DE LA MINERÍA EN PARACATU-MG Frederico Daia Firmiano
66	ENTRE LO GLOBAL Y LO LOCAL: LAS ZONAS DE INTERÉS DE DESARROLLO RURAL, ECONÓMICO Y SOCIAL-ZIDRES EN COLOMBIA ENTRE O GLOBAL E O LOCAL: AS ÁREAS DE INTERESSE DE DESENVOLVIMENTO RURAL, ECONÓMICO E SOCIAL-ZIDRES NA COLÔMBIA BETWEEN GLOBAL AND LOCAL: THE AREAS OF INTEREST FOR RURAL, ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT-ZIDRES IN COLOMBIA Juanita Cuellar Benavides
90	CAMINHOS E DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS DOS PRODUTORES E PROPRIETÁRIOS RURAIS DE ORIGEM BRASILEIRA NO PARAGUAI PATHS AND CONTEMPORARY DYNAMICS OF PRODUCERS AND RURAL OWNERS OF BRAZILIAN ORIGIN IN PARAGUAY CAMINOS Y DINÁMICAS CONTEMPORÂNEAS DE LOS PRODUCTORES Y PROPRIETARIOS RURALES DE ORIGEN BRASILEÑA EN PARAGUAY Valdemar João Wesz Junior

NOSOTROS Y LOS OTROS. IDENTIFICACIONES COLECTIVAS Y CONSTRUCCIÓN DE LA ALTERIDAD EN LOS ACTORES DEL AGRO PAMPEANO (ARGENTINA)

117

NÓS E OS OUTROS. IDENTIFICAÇÕES COLETIVAS E CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE DOS ATORES DO AGRO PAMPEANO (ARGENTINA)

US AND THE OTHERS. COLLECTIVE IDENTIFICATIONS AND CONSTRUCTION OF THE ALTERITY IN THE PAMPEAN AGRICULTURE ACTORS (ARGENTINA)

María Dolores Liaudat

LOS PROGRAMAS DE DESARROLLO RURAL Y LAS “COMUNIDADES INDÍGENAS” EN LA PROVINCIA DE CHACO, ARGENTINA – 1990-2008

143

OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AS “COMUNIDADES INDÍGENAS” NA PROVÍNCIA DE CHACO, ARGENTINA – 1990-2008

THE RURAL DEVELOPMENT PROGRAMS AND THE “INDIGENOUS COMMUNITIES” IN THE PROVINCE OF CHACO, ARGENTINA – 1990-2010

Roberto Muñoz

“DEL OTRO LADO DEL ALAMBRADO”: CONFLICTOS TERRITORIALES Y LUCHA POR LA TIERRA DE LOS CAMPESINOS INDÍGENAS QOM EN EL CHACO ARGENTINO

166

“DO OUTRO LADO DA CERCA”: CONFLICTOS TERRITORIAIS E LUTA PELA TERRA DOS CAMPONESES INDÍGENAS QOM NO CHACO ARGENTINO

“ON THE OTHER SIDE OF THE FENCE”: TERRITORIAL CONFLICTS AND POLITICAL STRUGGLE FOR THE LAND OF THE INDIGENOUS PEASANTS IN ARGENTINE, CHACO

Julia Lucía Colla

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA UNIÓN DE TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA (UST/MNCI) E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA CONCEPÇÃO DE FEMINISMO NA VIA CAMPESINA

193

THE ROLE OF WOMEN IN THE UNIÓN DE TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA (UST / MNCI) AND THE EMERGENCE OF A NEW CONCEPTION OF FEMINISM IN VIA CAMPESINA

EL PAPEL DE LA MUJER EN LA UNIÓN DE TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA (UST / MNCI) Y EL SURGIMIENTO DE UNA NUEVA CONCEPCIÓN DEL FEMINISMO EN LA VÍA CAMPESINA

Carolina Russo Simon

216

O PROCESSO CONTRADITÓRIO DE REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL DA JUVENTUDE CAMPONESA NO INTERIOR DOS TERRITÓRIOS DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE LARANJEIRAS DO SUL E RIO BONITO DO IGUAÇU/PR

THE CONTRADICTIONARY PROCESS OF SOCIO-TERRITORIAL

REPRODUCTION OF PEASANT YOUTH WITHIN THE TERRITORIES OF STRUGGLE FOR AGRARIAN REFORM IN THE MUNICIPALITIES OF LARANJEIRAS DO SUL AND RIO BONITO DO IGUAÇU/PR

EL PROCESO CONTRADICTORIO DE REPRODUCCIÓN SOCIO-TERRITORIAL DE LA JUVENTUD CAMPESINA DENTRO DE LOS TERRITORIOS DE LUCHA POR LA REFORMA AGRARIA EN LOS MUNICIPIOS DE LARANJEIRAS DO SUL Y RÍO BONITO DO IGUAÇU/PR

Jessica Aparecida De Avila Follmann e Djoni Roos

238

O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO E A PESQUISA-AÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM AGROECOLOGIA

DIALECTICAL AND HISTORICAL MATERIALISM AND ACTION RESEARCH IN THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE IN AGROECOLOGY

MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉCTICO E INVESTIGACIÓN ACCIÓN EN LA CONSTRUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO EN AGROECOLOGÍA

Leonardo Pereira Xavier, Paulo Henrique Mayer e Antônio Inácio Andrioli

263

A PRODUÇÃO AGRÍCOLA POR HABITANTES URBANOS NO BRASIL: ANÁLISE DOS PERÍODOS COLONIAL, IMPERIAL E A TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XX

AGRICULTURAL PRODUCTION BY URBAN INHABITANTS IN BRAZIL: ANALYSIS OF THE COLONIAL AND IMPERIAL PERIODS AS WELL AS THE TRANSITION TO THE 20TH CENTURY

LA PRODUCCIÓN AGRÍCOLA POR HABITANTES URBANOS EN BRASIL: ANÁLISIS DE LOS PERÍODOS COLONIAL, IMPERIAL Y LA TRANSICIÓN AL SIGLO XX

Claudinei Silva Pereira

288

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL E A LUTA PELA TERRA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DO SUDOESTE DE GOIÁS

CONSIDERATIONS ABOUT THE GEOGRAPHIC EXPANSION OF CAPITAL AND THE STRUGGLE FOR LAND IN THE GEOGRAPHIC MICROREGION OF THE SOUTHWEST OF GOIÁS

CONSIDERACIONES SOBRE LA EXPANSIÓN GEOGRÁFICA DEL CAPITAL Y LA LUCHA POR LA TIERRA EN LA MICRORREGIÓN GEOGRÁFICA DEL SUDOESTE DE GOIÁS

Evandro César Clemente e João Cleps Junior

315

PRÉ-ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO NA REAFIRMAÇÃO E RECRIAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL CAMPONESA

DOM TOMÁS BALDUINO PRE-SETTLEMENT IN THE REAFFIRMATION AND RECREATION OF THE PEASANT TERRITORIAL IDENTITY

PRE-ASENTAMIENTO DON TOMÁS BALDUINO EN LA REAFIRMACIÓN
Y RECREACIÓN DE LA IDENTIDAD TERRITORIAL CAMPESINA

Amanda Souza Lima e Francilane Eulália de Souza

**DA EDUCAÇÃO DO CAMPO À EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: CONCEPÇÕES
E EXPERIÊNCIAS DE ENSINAR E APRENDER NA ESCOLA FAMÍLIA
AGRÍCOLA DE GOIÁS-2019**

335

FROM EDUCATION IN THE FIELD TO GEOGRAPHIC EDUCATION:
CONCEPTIONS AND EXPERIENCES OF TEACHING AND LEARNING IN
THE FAMILY FARM SCHOOL OF GOIÁS-2019

DE LA EDUCACIÓN RURAL A LA EDUCACIÓN GEOGRÁFICA:
CONCEPCIONES Y EXPERIENCIAS DE ENSEÑAR Y APRENDER EN LA
ESCUELA FAMILIA AGRÍCOLA DE GOIÁS-2019

Edson Batista Silva

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UMA
ANÁLISE DAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA DO AMAPÁ**

361

RURAL EDUCATION AND PEDAGOGY OF THE ALTERNATION: AN
ANALYSIS OF THE FAMILY AGRICULTURAL SCHOOLS OF AMAPÁ

ÉDUCATION À LA CAMPAGNE ET PÉDAGOGIE DE L'ALTERNANCE: UNE
ANALYSE DES ÉCOLES-FAMILLES AGRICOLES DE L'ÉSTAT DE L'AMAPÁ

Roni Mayer Lomba e Josiane Pereira Cardoso

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

385

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

418

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

Conflitualidade e questão agrária: os modelos de desenvolvimento para o espaço agrário latino-americano

Lorena Izá Pereira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: iza.pereira@unesp.br

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Camila Ferracini Origuéla

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

Resumo

A questão agrária é multidimensional, multiescalar e envolve tanto momentos de conflito, bem como de conflitualidade. A questão agrária também está inserida no debate paradigmático – Paradigma da Questão Agrária e Paradigma do Capitalismo Agrário – em que ambos propõem modelos de desenvolvimento para o espaço agrário. Desde a década de 1990, o espaço agrário latino-americano é alvo da expansão de políticas neoliberais que incentivam o agronegócio pautado na produção de *commodities* para a exportação. Ao mesmo tempo, o campesinato e demais povos tradicionais da América Latina se organizam em movimentos socioterritoriais e promovem práticas de desenvolvimento contra-hegemônicas, ordenadas pela reforma agrária popular, agroecologia, soberania alimentar, educação do campo, entre outros. Estes modelos de desenvolvimento estão em conflito e em permanente conflitualidade, conformando o espaço agrário latino-americano.

Palavras-chave: Debate paradigmático; agronegócio; campesinato; movimentos sociais.

Conflictiveness and agrarian question: development models for the Latin American agrarian space

Abstract

The agrarian question is multidimensional, multiscale and involves both moments of conflict, as well as conflict. The agrarian question is also part of the paradigmatic debate - Paradigm of the Agrarian Question and Paradigm of Agrarian Capitalism - in which both propose development models for the agrarian space. Since the 1990s, the Latin American agrarian space has been the target of the expansion of neoliberal policies that encourage agribusiness based on the production of commodities for export. At the same time, the peasantry and other traditional peoples of Latin America are organized into socio-territorial movements and promote counter-hegemonic development practices, ordered by popular land reform, agroecology, food sovereignty, rural education, among others. These development models are in conflict and in constant conflict, shaping the Latin American agrarian space.

Keywords: Paradigmatic debate; agribusiness; peasantry; social movements.

Conflictualidad y cuestión agraria: modelos de desarrollo para el espacio agrario latinoamericano

Resumen

La cuestión agraria es multidimensional, multiescala e involucra tanto momentos de conflicto como de conflicto. La cuestión agraria también es parte del debate paradigmático: Paradigma de la cuestión agraria y Paradigma del capitalismo agrario, en el que ambos proponen modelos de desarrollo para el espacio agrario. Desde la década de 1990, el espacio agrario latinoamericano ha sido el objetivo de la expansión de las políticas neoliberales que fomentan los agronegocios basados en la producción de productos para la exportación. Al mismo tiempo, el campesinado y otros pueblos tradicionales de América Latina se organizan en movimientos socioterritoriales y promueven prácticas de desarrollo contrahegemónicas, ordenadas por la reforma agraria popular, la agroecología, la soberanía alimentaria, la educación rural, entre otros. Estos modelos de desarrollo están en conflicto y en conflicto constante, dando forma al espacio agrario latinoamericano.

Palabras clave: Debate paradigmático; agronegocio; campesinado movimientos sociales.

Introdução

Como já reforçamos em edições anteriores, organizar um número de um periódico, mesmo que este possua um escopo claramente definido, é um desafio notável. Isso porque, a questão agrária, debate sobre o qual a Revista NERA se debruça, é um objeto amplo, multiescalar, multidimensional e que abrange não só o campo e o espaço rural, mas a cidade, o espaço urbano, as políticas públicas, envolvendo não apenas o conflito, mas a conflitualidade (FERNANDES, 2008). Considerando que há uma multiplicidade de pensamento sobre a Geografia Agrária (CAMPOS e FERNANDES, 2012), as diferentes temáticas relacionadas a questão agrária estão inseridas no debate paradigmático: Paradigma da Questão Agrária (PQA) e Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Embora a Revista NERA esteja nitidamente vinculada ao PQA, ou seja, entende a questão agrária como estrutural ao capitalismo e que apenas será superada com o fim deste modo de produção (VINHA e FERNANDES, 2019), os resultados de pesquisas apresentados neste número versam sobre as diferentes tendências do Paradigma da Questão Agrária.

Neste sentido, a temática que conduz o número 53 da Revista NERA é o conflito e a conflitualidade gerados pela disputa do território material e imaterial, pelo certame entre os diferentes modelos de desenvolvimento para o espaço agrário latino-americano. Os artigos aqui apresentados contribuem para o debate desde o modelo de desenvolvimento hegemônico, promovido pelo agronegócio até o modelo de desenvolvimento contra-hegemônico, proposto e praticado por diferentes sujeitos, especialmente pelos movimentos socioterritoriais. Esta apresentação está estruturada em duas seções. Em um primeiro momento abordaremos o debate paradigmático, pautado no Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e no Paradigma da Questão Agrária (PQA) e modelos de desenvolvimento para

o espaço agrário. Por fim, serão expostas brevemente as contribuições dos quinze artigos que compõem o número 53 da Revista NERA.

A questão agrária e o debate paradigmático

Segundo Kuhn (1994, p. 13), os paradigmas são “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes da ciência”. Os paradigmas são abordados como visões de mundo, que possuem interesses, discursos e ideologias. Fernandes (2013) aponta os paradigmas como expressões e representações da materialidade e da imaterialidade. Caminhando além, paradigmas são construções mentais e que contribuem para a elaboração de leituras sobre o campo, desde universidades, governos, empresas e movimentos socioterritoriais. Relacionado a questão agrária, Felício (2011, p. 13) justifica o método de análise do debate paradigmático pelo “seu impulso principal ao confrontar as teorias e as análises das transformações engendradas pela expansão capitalista na agricultura. Insistimos na imprescindibilidade do debate paradigmático por causa da complexidade da questão agrária”.

Aqui nos pautamos nos dois paradigmas para compreender a questão agrária: Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e Paradigma da Questão Agrária (PQA) (FELÍCIO, 2011; VINHA, 2012 e FERNANDES, 2013). Para o Paradigma do Capitalismo Agrário¹, a questão agrária é algo conjuntural e pode ser superada com a integração do camponês ao mercado, ou melhor, com a integração do agricultor familiar ao mercado. Entende-se que os conflitos no campo são uma barreira ao desenvolvimento da agricultura capitalista, todavia, como aborda Fernandes (2013), o PCA não entende o capitalismo como obstáculo ao desenvolvimento da agricultura camponesa. Esse paradigma utiliza o conceito de agricultor familiar ao invés de camponês, como se o camponês, “por não ser um agricultor profissional, é asfixiado pelo desenvolvimento do capitalismo e então, para sobreviver, ele precisa se converter em agricultor familiar” (FERNANDES, 2010, p. 520).

O Paradigma da Questão Agrária² entende que a questão agrária é estrutural do capitalismo e só será superada com o fim deste modo de produção. A resistência é a marca deste paradigma, o camponês resiste na terra, que é o seu território. O camponês ocupa e

¹ O primeiro autor a escrever sobre o tema foi o sociólogo francês Henri Mendras, que em 1967 publicou o livro “*Le fin des paysans*”, traduzido para o português como “O fim dos camponeses”, em que sustenta que o modelo camponês clássico estaria perdendo sua significação e importância, mas que estes continuam a se reproduzir nas sociedades atuais a partir da integração. No Brasil, um dos grandes precursores do PCA é Ricardo Abramovay através da publicação do livro “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão” (1992).

² Os precursores do PQA são Karl Kautsky, com a publicação do livro “Questão Agrária” (1899), Vladimir Lenin através da obra “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (1899) publicou o livro intitulado “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” e Alexander Vasilovich Chayanov com o livro “A organização da Unidade Econômica Campesina” (1925).

luta pelo seu direito de acesso à terra, de estar na terra, é uma luta por território, pelo território de moradia, pelo território de reprodução da família, pela sua história. O camponês resiste, uma vez que a integração é condição de continuidade e ele não deseja isso, a luta é pela mudança. Para este paradigma, o camponês não vende a sua força de trabalho, a lucratividade não é o foco principal da Questão Agrária.

A partir dos modelos de desenvolvimento territorial para o espaço agrário que surge o debate paradigmático. Os conflitos territoriais entre camponeses (e demais povos e comunidades tradicionais) e agronegócio representam o enfrentamento entre os diferentes modelos de desenvolvimento, que são hegemônicos e contra-hegemônicos. Frequentemente, o Paradigma do Capitalismo Agrário impõe modelos de desenvolvimento para o espaço agrário, esta imposição gera conflitos e resistências que, por sua vez, resultam em modelos de desenvolvimento contra-hegemônicos.

É disseminado pela grande mídia, empresas e instituições multilaterais que apenas o capitalismo agrário elabora projetos que promovem o desenvolvimento no campo, o desenvolvimento da agricultura, do agricultor familiar e, até mesmo, das relações de trabalho. Isso ocorre por diversos fatores, desde a influência da mídia e até mesmo porque os governos latino-americanos³, em todas as suas escalas de atuação, estão dominados pela lógica do capitalismo agrário. Quem está no poder, no centro das decisões e de elaboração de projetos e políticas públicas são os próprios latifundiários e empresas do agronegócio. É um Estado capturado (GEOGHEGAN, 2017).

O modelo de desenvolvimento hegemônico defendido pelo Paradigma do Capitalismo Agrário expressa através do agronegócio, que atua especialmente na produção de *commodities* para a exportação; dos grandes projetos de desenvolvimento, entendidos como “atividades e empreendimentos de proporção (econômica e física) significativa e que são extensivamente e intensivamente impactantes a uma dinâmica regional” (ALENTEJANO e TAVARES, 2019, p. 194), tais como projetos de mineração, de infraestrutura e até mesmo, de monoculturas. Estes projetos são, muitas vezes, promovidos pelo Estado a partir de uma demanda estrangeira, como o caso da Áreas de Interesse do Desenvolvimento Rural, Econômico e Social (ZIDRES) na Colômbia, analisado no artigo de Juanita Cuellar Benavides, presente neste número. Em âmbito da agricultura familiar, este modelo de desenvolvimento se expressa por meio de políticas públicas que visam a integração do agricultor ao mercado, como se a submissão deste ao capital fosse a melhor maneira de resolver os problemas presentes no campo brasileiro, através do discurso de modernização e de inovação.

O modelo de desenvolvimento proposto pelo Paradigma da Questão Agrária, que chamamos aqui de contra-hegemônico, considera os conflitos existentes no espaço agrário.

³ Na segunda fase neoliberal (FERNANDES, 2019).

Suas políticas caminham no sentido de fortalecimento do campesinato, da agroecologia, da soberania alimentar e da reforma agrária. Considera a ocupação de terra como uma intensa maneira de acesso à terra, pois ela caminha contra a lógica do agronegócio. No número 53 da Revista NERA, os temas que aparecem nesse sentido estão relacionados a agroecologia, a educação do campo, aos movimentos socioterritoriais transnacionais e a emergência do Feminismo Camponês e Popular.

Na América Latina, a consolidação do agronegócio ocorre sobretudo a partir de década de 1990, com o avanço do neoliberalismo (RUBIO, 2001). O modelo de desenvolvimento hegemônico tem sido pautado na produção de *commodities* para exportação, especialmente aquelas ditas flexíveis⁴, como cana-de-açúcar no Brasil (PITTA, LEITE e KLUCK, 2020); palma da Guatemala (ALONSO-FRADEJAS, LIU, SALERNO e XU, 2016) e soja na chamada “república unida de la soja”, regionalização proposta em 2003 pela Syngenta e que engloba porções do Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai (TURZI, 2011; GRAIN, 2013). Este modelo de desenvolvimento é caracterizado pelo uso intensivo de agrotóxicos e sementes transgênicas, que contaminam o meio ambiente e envenenam populações rurais de todas a América Latina. Ademais, propicia a desterritorialização, aumenta o desemprego e a concentração. Diante deste cenário, camponeses e demais comunidade tradicionais resistem e criam modelos contra-hegemônicos pautados na luta pela terra, na segurança e soberania alimentar, agroecologia e na reforma agrária popular, promovida de baixo para cima.

Sobre os artigos

O número 53 da Revista NERA está composto por quinze artigos que trazem análises sobre a questão agrária a partir de diferentes escalas e perspectivas, nos permitindo explorar como o agronegócio tem se colocado como modelo de desenvolvimento hegemônico e, ao mesmo tempo, como o campesinato, organizado em movimentos socioterritoriais, tem resistido e criado modelos de desenvolvimento contra-hegemônicos. Os artigos deste número percorrem temas que englobam desde o uso corporativo do território pelo agronegócio, a mineração e os grandes projetos de desenvolvimento impulsionados pelo próprio Estado, até a resistência indígena, a educação do campo e o Feminismo Camponês e Popular.

Os artigos que compõem esta edição analisam diferentes países da América Latina que, embora compartilhem de um processo de colonização pautado na exploração, apresentam particularidades resultantes dos processos de formação social, isso porque a América Latina “não corresponde a uma estrutura sociopolítica unificada” (RIBEIRO, 2017, p.

⁴ Corresponde a aquelas *commodities* que apresentam múltiplos usos, desde alimento até para fins de agroenergia (BORRAS JR., FRANCO, ISAKSON, LEVIDOW e VERVEST, 2015).

17). A diversidade das escalas de análise nos permite observar a multiplicidade das dinâmicas e dos olhares acerca da América Latina.

Iniciamos o número com o artigo “A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará”, de autoria de Leandro Vieira Cavalcante, cujo o objetivo é o debate sobre a territorialização do agronegócio no espaço agrário cearense pautado no uso corporativo do território. Segundo Cavalcante, é a partir da década de 1990 que o agronegócio ganha força no estado, especialmente nas atividades da fruticultura (produção de frutas como melão, banana, caju/castanha, coco, melancia e mamão), da pecuária bovina, da avicultura industrial, da carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) e da floricultura. Cavalcante analisa dez empresas do agronegócio (algumas destas de capital internacional, como o caso da Del Monte e Amway Nutrilite) que estão concentradas especialmente no Vale do Jaguaribe (sobretudo fruticultura) e conclui que estas detêm o controle dos circuitos espaciais produtivos. Como expõe Cavalcante (2019) “as firmas tomaram conta de tudo”.

No segundo artigo, seguindo a lógica do modelo de desenvolvimento hegemônico, o autor Frederico Daia Firmiano aborda a questão da mineração em Minas Gerais através do artigo “A lógica destrutiva da mineração em Paracatu/MG”, cujo objetivo é identificar as formas de degradação social do trabalho e da natureza provocados pela indústria extrativa mineral no município de Paracatu, localizado no Noroeste de Minas Gerais. Paracatu é conhecida pela exploração de ouro e zinco, na qual as empresas Votorantim Metais Zinco e Kinross Gold Corporation (multinacional canadense) se destacam. Firmiano pontua que a extração de minérios no Brasil aumentou vertiginosamente, impulsionada pelo programa governos do Partido dos Trabalhadores (PT), uma mineração “liberal-conservadora”, isto é, “mantém-se a preocupação com a expansão da mineração, porém o governo deixa que ela ocorra sob as forças de mercado, e a renda mineral capturada pelo Estado é transferida para o setor financeiro” (GONÇALVES, MILANEZ e WANDERLEY, 2018, p. 348). Firmiano conclui que há impactos e conflitos gerados por esse modelo, destacando principalmente aqueles oriundos da contaminação intensiva e extensiva por arsênio do conjunto da população.

No artigo “Entre lo global y lo local: las Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social-Zidres en Colombia”, a autora Juanita Cuellar Benavides, a partir da análise da Lei n. 1.776/2016, que dispõe acerca da criação de Áreas de Interesse do Desenvolvimento Rural, Econômico e Social (ZIDRES), discute sobre os interesses multiescalares em torno do estabelecimento destas áreas, desde o global até o local. Como argumenta Benavides, em escala global, as ZIDRES responderam às pressões pelo acesso e controle de novos territórios (para o avanço do agronegócio e para fins de especulação) e em escala nacional refletem as transformações pelas quais o espaço agrário colombiano tem passado desde a década de 1990. A Lei de ZIDRES é um marco importante na expansão do

agronegócio na Colômbia, especialmente em um contexto caracterizado pela necessidade de incorporação de novos territórios à lógica hegemônica do capital. O artigo em questão nos permite dar continuidade ao debate iniciado no número 51 da Revista NERA, que insere a expansão do agronegócio e de outros modelos predatórios a partir da multiescalaridade e multidimensionalidade (PEREIRA, ORIGUÉLA e COCA, 2020).

No artigo intitulado “Caminhos e Dinâmicas Contemporâneas dos Produtores e Proprietários Rurais de Origem Brasileira no Paraguai”, o autor Valdemar João Wesz Junior tem como objetivo analisar os caminhos e as dinâmicas contemporâneas de produtores rurais e proprietários de terras de origem brasileira no Paraguai, procurando perceber as suas lógicas e a situação atual em termos do controle e posse da terra. Wesz Junior identifica cinco movimentos em relação aos brasileiros que chegaram no Paraguai desde a década de 1960, sendo: I) produtores que chegaram na segunda metade do século XX e que permanecem na mesma região no Paraguai; II) produtores e/ou descendentes que chegaram no país no mesmo período e nos últimos anos avançaram para o seu interior; III) atores que chegaram no país mais recentemente, investindo na produção agropecuária e/ou aquisição de terras; IV) produtores que optaram por deter terras tanto no Paraguai quanto no Brasil e; V) produtores rurais que, por diferentes motivos, retornam para o Brasil. O artigo evidencia a diferenciação e heterogeneidade entre os diferentes agentes e sujeitos que, muito embora sejam oriundos do mesmo país, apresentam diferentes condições econômicas, acesso a terra, técnicas e culturas nos diversos regimes de controle e estrangeirização do território (PEREIRA, 2018).

Ainda em relação ao modelo de desenvolvimento hegemônico pautado no agronegócio, María Dolores Liaudat com o artigo “Nosotros y los Otros. Identificaciones colectivas y construcción de la alteridad en los actores del agro pampeano (Argentina)”, objetiva investigar as identificações coletivas dos atores do do espaço agrário pampeano, na Argentina, prestando atenção à influência do discurso do agronegócio nas ações destes agentes, que são frações empresarias pequenas e médias, produtores familiares, contratistas e rentistas. O pampa argentino é caracterizado pelas transformações na estrutura agrária resultado do cultivo de soja na região, que desde 1996 transformou todo o mapa produtivo expandindo a fronteira agrícola em direção ao noroeste, noroeste e a Patagônia, aumentando a desigualdade e concentração (COSTANTINO, 2017). Liaudat reconhece que agentes do agro reconhecem a existência de relações de dominação, mas que em seus discursos não há alternativas possíveis para mudar tal situação posta.

Ainda sobre a Argentina, o artigo “Los Programas de Desarrollo Rural y las “Comunidades Indígenas” en la provincia de Chaco, Argentina – 1990-2008”, de Roberto Muñoz apresenta como objetivo analisar os programas construídos no marco do conjunto de Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) destinados a reverter o problema da pobreza

rural começou a ser implementado a partir do Estado nacional a partir da década de 1980, que contemplavam mecanismos de aplicação específicos e diferenciados para a população reconhecida como indígena e sua incidência nas comunidades indígenas da província do Chaco. Esta intervenção estatal foi promovida em um contexto de centralização e concentração do capital no agronegócio e foi acompanhada por organismos internacionais de financiamento, evidenciando mais uma vez a multiescalaridade dos agentes e interesses. Muñoz destaca o Proyecto de Desarrollo Rural de las Provincias del Nordeste Argentino (PRODERNEA) (1999-2007), que apresentou como propósito contribuir para a superação das condições que geravam a pobreza rural, contribuição esta pautada da renda e na capacidade de autogestão, sem questionar o modelo de desenvolvimento no qual o mesmo está inserido.

Em diálogo com a contribuição anterior, a autora Julia Lucía Colla, através do artigo intitulado “‘Del otro lado del alambrado’: conflictos territoriales y lucha por la tierra de los campesinos indígenas Qom en el Chaco argentino”, colabora com o debate acerca dos conflitos territoriais (desapropriações recentes e ambientais) que ocorrem em meio ao novo avanço das fronteiras do capital. Colla analisa os campesinos indígenas Qom, povos indígenas que habitam as zonas rurais de Pampa del Indio, província do Chaco, na Argentina, refletindo sobre como os indígenas dirimem esses problemas no terreno jurídico e burocrático, mas também a implementação de estratégias de etnopolíticas através de movimentos sociais, como a Federación Nacional Campesina, onde apelam a apreensão de terras como uma estratégia para coletivamente tornar as reivindicações visíveis e exigi-las em um cenário de maior autonomia de ação e em outras condições políticas. Colla destaca a permanente conflitualidade entre os campesinos indígenas Qom e os novos agentes do agronegócio que se expandem em direção a província do Chaco, uma vez que são formas distintas de habitar o espaço rural.

Inserindo no debate as práticas contra-hegemônicas promovidas pelos movimentos socioterritoriais, a autora Carolina Russo Simon, no artigo “O protagonismo das mulheres na Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI) e a emergência de uma nova concepção de feminismo na Via Campesina” contribui para a discussão do Feminismo Camponês e Popular, vertente criada em 2010 pela Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) e inserida na Via Campesina em 2013. A partir da análise da província argentina de Mendoza, através do Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST), movimento inserido no Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI), o objetivo do artigo é debater acerca da importância do protagonismo das mulheres na conformação da UST/MNCI, bem como a atuação indispensável das mulheres latinas nos movimentos camponeses pertencentes a La Via Campesina. Além da importante contribuição sobre como a concepção feminista que está sendo construída na *práxis*, Simon contribui com um importante debate de articulação de escalas na luta pela terra, expondo sobre a UST enquanto

movimento provincial de Mendoza, o MNCI como movimento nacional argentino, a CLOC enquanto espaço de organização em escala latino-americana e La Via Campesina como movimento agrário transnacional (BORRAS JR., EDELMAN e KAY, 2008).

Jessica Aparecida De Avila Follmann e Djoni Roos a partir do artigo intitulado “O processo contraditório de reprodução socioterritorial da juventude camponesa no interior dos territórios de luta pela Reforma Agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu/PR”, refletem sobre as contradições enfrentadas pela juventude camponesa no processo de reprodução socioterritorial nos espaços de luta pela reforma agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu, ambos localizados na mesorregião Centro-Sul Paranaense, conhecida historicamente pelas lutas camponesas desempenhadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O debate sobre a juventude camponesa é extremamente importante e ganha cada vez mais destaque na discussão sobre a reprodução da luta pela terra e como concluem Follmann e Roos, ser jovem camponês está diretamente relacionado ao modo de vida e de produção do campesinato que, por sua vez, é perpassado pela hierarquização familiar, subordinação juvenil e busca por reconhecimento e autonomia, perante o núcleo familiar camponês.

No artigo intitulado “O materialismo histórico dialético e a pesquisa-ação na construção do conhecimento em Agroecologia”, os autores Leonardo Pereira Xavier, Paulo Henrique Mayer e Antônio Inácio Andrioli analisam sobre a aproximação entre o materialismo histórico dialético e a pesquisa-ação na construção do conhecimento em Agroecologia. Xavier, Mayer e Andrioli pautam a Agroecologia como um paradigma capaz de superar a visão fragmentada, atomista e mecanicista da ciência e construir novas bases para o desenvolvimento sustentável. A pesquisa-ação exposta e analisada pelos autores foi realizada a junto a dois grupos camponeses situados nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, no município de Rio Bonito do Iguaçu, na mesorregião Centro-Sul Paranaense, região caracterizada pela luta pela terra especialmente contra latifúndios e grandes empresas destinadas ao monocultivo de árvores (ROOS, 2016). Nesse cenário, a agroecologia se constitui em um modelo de desenvolvimento contra-hegemônico àquele imposto pelo agronegócio.

Em seguida, por meio do artigo “A produção agrícola por habitantes urbanos no Brasil: Análise dos períodos colonial, imperial e a transição para o século XX”, Claudinei Silva Pereira propõe analisar a produção agrícola no Brasil realizada, especialmente, na cidade ou por seus habitantes nos arrabaldes dos núcleos urbanos. A partir da análise de três momentos distintos, sendo: colonial, imperial e a transição para o século XX, Pereira destaca quais os fatores da produção agrícola no espaço urbano e nos seus arrabaldes. No período colonial, na zona açucareira, fatores como a agricultura de exportação baseada no trabalho escravo e as deficiências no abastecimento urbano contribuíram para a produção agrícola no espaço

urbano. No mesmo período, mas em zonas de atividades de mineração, além dos fatores presentes na zona açucareira, a inflação também influenciou o referido mercado. Já no século XIX, estes fatores de influência foram a restrita divisão social e territorial do trabalho urbano em relação ao rural e a cidade como intermediária da economia de exportação. Por fim, no século XIX, a ampliação dos subúrbios, os vazios urbanos e a formação dos cinturões hortícolas são alguns dos fatores da produção agrícola no espaço urbano.

No artigo com o título “Considerações acerca da expansão geográfica do capital e a luta pela terra na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás”, os autores Evandro César Clemente e João Cleps Junior propõem o debate do conflito e da conflitualidade entre agronegócio e campesinato na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás, área de Cerrado. Desde a década de 1970, o Cerrado brasileiro é alvo de expansão da agricultura capitalista, processo impulsionado pelos interesses de agentes internacionais e promovido pelo Estado brasileiro através de políticas públicas, tais como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO). A Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás foi afetada pelo processo através da produção de grãos de soja e milho visando a exportação em detrimento das culturas alimentícias. A expansão do agronegócio foi acompanhada de um intenso movimento de luta pela terra materializado em todo o estado de Goiás através de ocupações de terras. No período entre 1988 e 2015 foram registradas aproximadamente 450 ações de ocupação em todo o estado de Goiás (DATALUTA, 2017). O debate trazido por Clemente e Cleps Junior é, talvez, o exemplo mais evidente do que este número propõe analisar: modelos hegemônicos e contra-hegemônicos, pois, nas palavras dos autores: “a emergência de movimentos socioterritoriais tanto no campo quanto nas cidades se desvelam na conflitualidade existente no território, pelas disputas entre o capital e os movimentos contra-hegemônicos pelo controle do trabalho e da riqueza geradas”.

No artigo seguinte, intitulado “Pré-assentamento Dom Tomás Balduino na reafirmação e recriação da identidade territorial camponesa”, as autoras Amanda Souza Lima e Francilane Eulália de Souza, a partir da análise das narrativas de luta do pré-assentamento Dom Tomás Balduino, localizado no município de Formosa, Goiás apresentam como objetivo debater a luta pela terra enquanto uma maneira de reafirmação e recriação da identidade territorial camponesa, que, nesse caso, é consolidada por meio da ocupação de terras. Formosa tem dezessete assentamentos e o pré-assentamento Dom Tomás Balduino, sendo este vinculado do MST. O pré-assentamento é resultado de ocupações de terras na região desde 2014. A pesquisa de Lima e Souza evidencia que os assentamentos de reforma agrária no Brasil são resultados direto da luta de camponeses e camponesas que atuam sobretudo através de ocupações e manifestações. Nas palavras das autoras a territorialização pré-

assentamento é resultado de uma incessante disputa de território impulsionada pela intensa concentração fundiária.

Introduzindo a dimensão da educação do campo como um projeto contra-hegemônico, o artigo “Da educação do campo à educação geográfica: concepções e experiências de ensinar e aprender na escola família agrícola de Goiás-2019”, de autoria de Edson Batista Silva, analisa os resultados do projeto de extensão intitulado “*Geografia científica, Geografia escolar: os desafios da transposição didática*”, que foi desenvolvido em âmbito da Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus Cora Coralina, no decorrer do ano de 2019. O debate trazido por Silva tem enfoque nas experiências de ensinar e aprender, aprender e ensinar na Escola Família Agrícola de Goiás, sustentado nos entendimentos de educação do campo e educação geográfica, contribuíram para a formação crítico reflexiva dos estudantes do curso de Geografia. Silva conclui que projeto em questão promoveu a inter-relação teoria/prática, com entendimentos de educação do campo, de educação rural e de educação geográfica.

Finalizando a edição, os autores Roni Mayer Lomba e Josiane Pereira Cardoso no artigo intitulado “Educação do campo e pedagogia da alternância: uma análise das Escolas Família Agrícola do Amapá”, analisando acerca do papel desempenhado pelas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) do estado do Amapá no que se refere as suas contribuições ao desenvolvimento local. As EFAs no Amapá foram criadas pelas lutas constantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Nacional dos Extrativistas (CNS). Assim, é um projeto pensado e executado de baixo para cima, contra a lógica imposta pelo agronegócio. Lomba e Cardoso concluem que há uma importante história da construção e papel das EFAs no Amapá, fruto da mobilização social e conquistas alcançadas, destacando a relevância da perspectiva da pedagogia da alternância coloca como adequada para a realidade local.

O presente número da Revista NERA nos permite identificar que os modelos de desenvolvimento hegemônicos promovidos pelo agronegócio e inseridos no Paradigma do Capitalismo Agrário assolam toda a América Latina, em cada país com as suas particularidades e singularidades. Concomitantemente, as populações rurais da região se organizam e possibilitam um modelo de desenvolvimento contra-hegemônico.

Desejamos a todos (as) uma boa leitura e que sejam frutíferos os debates!

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; TAVARES, Eduardo. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 190-233, jan.-jun./2019.

ALONSO-FRADEJAS, Alberto; LIU, Juan; SALERNO, Tania; XU, Yunan. Inquiring into the political economy of oil palm as a global flex crop. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 141-161, 2016.

BORRAS JR., Saturnino; EDELMAN, Marc; KAY, Cristóbal. Transnational Agrarian Movements: origins and politics, campaigns and impact. **Journal of Agrarian Change**, v. 8, n. 2-3, p. 169-204, 2008.

BORRAS JR.; Saturnino; FRANCO, Jennifer; ISAKSON, Ryan; LEVIDOW, Les; VERVEST, Pietje. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 93-115, 2015.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: unidade, diversidade e diferencialidade. **Terra Livre**, ano 28, v. 2, n. 29, p. 37-66, 2012.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. "**As firmas tomaram conta de tudo**": agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe. 2019, 298 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2019.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, (1925), 1974.

COSTANTINO, Agostina. La extranjeirización de la tierra en Argentina. Continuidades y cambios entre el Macrismo y el Kirchnerismo. **Estudios Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 103-120, 2017.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 214f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. BUAINAIN, Antônio Márcio (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. p. 173-224.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima. **Uma Geografia em movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 505-560.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013, 344 f. Tese (Livre Docência em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

_____. Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

GEOGHEGAN, Verónica Serafini. **Élites y Captura del Estado. Paraguay: un estudio exploratorio**. Asunción: OXFAM, 2017.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim. Neoeextrativismo Liberal-Conservador: a política mineral e a questão agrária no governo Temer. **Okara: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 348-395, 2018.

GRAIN. **La República Unida de la soja recargada**. Barcelona: GRAIN, 2013.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899), 1986.

LÊNIN, Vladimir. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural (1899), 1985.

MENDRAS, Henri. **Le fin des paysans**. Paris: Sedeis, 1967.

PEREIRA, Lorena Izá. Ciclos de extranjerización y concentración de la tierra en Paraguay. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 64-89, 2018.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Multidimensionalidade, multiterritorialidade e multiescalaridade da questão agrária no Sul Global. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 09-20, 2020.

PITTA, Fábio; LEITE, Ana Carolina Gonçalves; KLUCK, Eric Gabriel Jones. O boom e o estouro da bolha das commodities no século XXI e a agroindústria canavieira brasileira: da mobilização a crise do trabalho. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 41-63, 2020.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina: a pátria grande**. São Paulo: Global Editora, 2017.

ROOS, Djoni. A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná. **Revista NERA**, ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

RUBIO, Blanca. **Explotados y excluidos. Los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal**. San Rafael: Plaza y Valdés S.A., 2001.

TURZI, Mauricio. The soybean republic. **Yale Journal of International Affairs**, v. 6, n. 2, p. 59–68, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012, 388 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campo; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios paradigmáticos na construção do pensamento geográfico agrário brasileiro. **Terra Livre**, ano 34, n. 52, v. 01, 163-189, 2019.

Como citar este artigo

PEREIRA, Lorena Izá; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. Conflitualidade e questão agrária: os modelos de desenvolvimento para o espaço agrário latino-americano. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 09-21, mai.-ago., 2020.

A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará¹

Leandro Vieira Cavalcante

Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil.
e-mail: leandro.cavalcante@hotmail.com

Resumo

Com a expansão do modelo produtivo do agronegócio no Ceará, observa-se a instalação de uma série de grandes empresas agrícolas e agroindustriais voltadas para a produção em larga escala de inúmeros gêneros agropecuários. Isso contribui para a territorialização do capital no campo, ancorado na permanência do latifúndio e da monocultura, favorecendo o acirrar das disputas territoriais e do uso corporativo do território. Nesse sentido, busca-se, com este artigo, discutir a territorialização do agronegócio no espaço agrário cearense, procurando evidenciar o uso corporativo do território pelas maiores empresas do setor, que estão entre as principais responsáveis por redefinir a dinâmica territorial e ampliar a desarticulação da agricultura camponesa, a exploração do trabalhador e da natureza, a concentração hídrica e fundiária, a injustiça e vulnerabilidade socioambiental, entre outros. Com isso, espera-se contribuir com a leitura da questão agrária do Ceará na contemporaneidade, que também passa pelo entendimento do uso do território pelos agentes hegemônicos do agronegócio.

Palavras-chave: Agronegócio; agentes hegemônicos; uso corporativo do território.

The territoriality of capital in the rural space: agribusiness and corporate use of territory in Ceará

Abstract

With the expansion of the agribusiness in Ceará, we observed the installation of big agribusiness companies that has a large-scale production of several agricultural genres. This contributes to the territorialization of capital in the rural space, linked to the permanence of the latifundia and monoculture, favoring the intensification's territorial disputes and the corporate use of the territory. However, the aim of this article is to discuss the territorialization of agribusiness in Ceará's rural space, evidencing the corporate use of the territory by the largest companies in the sector, which are among the main accountable for redefining the territorial dynamics and enlargement the disarticulation of peasant agriculture; increasing the exploration of the workers and the nature; water and land concentration; injustice and socio-environmental vulnerability. We hope to contribute with the research of the Ceará's agrarian question in the contemporaneity, that also passes for the understanding of the use of territory by the hegemonic agents of the agribusiness.

Keywords: Agribusiness; hegemonic agents; corporate use of territory.

La territorialidad del capital en el campo: agronegocio y uso corporativo del territorio en Ceará

Resumen

¹ Versão ampliada e revisada de artigo originalmente publicado nos anais do XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em 2018 na UFGD/Dourados.

Con la expansión del modelo productivo del agronegocio en Ceará, se nota la instalación de una serie de grandes empresas agrícolas y agroindustriales dirigidas a la producción de gran escala de innumerables géneros agropecuarios. Esto contribuye a la territorialización del capital en el campo, anclado en la permanencia del latifundio y del monocultivo, favoreciendo el agravamiento de las disputas territoriales y del uso corporativo del territorio. En este sentido, el presente artículo busca debatir sobre la territorialización del agronegocio en el espacio agrario cearense, evidenciando el uso corporativo del territorio por las mayores empresas del sector, siendo las principales responsables en redefinir la dinámica territorial y ampliar la desarticulación de la agricultura campesina, la explotación del trabajador y de la naturaleza, la concentración hídrica y agraria, la injusticia y vulnerabilidad socioambiental, entre otros. Por lo anterior, se espera contribuir con la lectura de la cuestión agraria de Ceará actual, que pasa por el entendimiento del uso del territorio por los agentes hegemónicos del agronegocio.

Palabras clave: Agronegocio; agentes hegemónicos; uso corporativo del territorio.

Introdução

Observa-se na contemporaneidade uma expansão acelerada do modelo produtivo do agronegócio no Brasil, representando o advento e a consolidação de um novo paradigma no campo, que passa a ser concebido sob os preceitos produtivos ditados pelo grande capital que visa necessariamente lucro a qualquer custo associado à exploração desenfreada da natureza e do trabalho. Isso resultou numa intensa reestruturação tanto do espaço agrário brasileiro quanto dos tradicionais sistemas de produção da agricultura, que tiveram de se adaptar às novas exigências impostas pela economia de mercado globalizada e pela racionalidade capitalista cada vez mais onipresente no campo, provocando inúmeros rebatimentos na organização socioespacial e econômica até então vigente e remodelando de maneira considerável, e por vezes irreversível, os usos do território.

Com isso, percebe-se, de uma maneira geral, que os territórios elencados para a atuação do grande capital no campo, a partir da difusão e territorialização do modelo produtivo do agronegócio, passam a ser intensamente controlados por agentes hegemônicos e exógenos aos locais de produção, representados por grandes empresas agropecuárias e agroindustriais, que se instalam nos lugares visando unicamente ampliar suas capacidades produtivas e seus rendimentos, pouco ou nada importando os impactos gerados através do uso corporativo que elas conferem ao território. Dessa forma, tais empresas se configuram como as principais responsáveis por rearranjar e dinamizar os usos dos territórios nos quais se instalam, cada vez mais susceptíveis aos ditames do agronegócio globalizado e às imposições das grandes corporações que assumem o comando do setor.

O estado do Ceará, em especial, também passa a ser inserido nesse contexto representado pelo advento do agronegócio, embora em uma escala diferente do observado no restante do país e apresentando algumas particularidades inerentes ao seu contexto geoambiental e ao seu próprio processo de formação socioespacial, associado à uma conjuntura política e econômica favorável. Em linhas gerais, é apenas a partir dos anos 1990

que se nota um maior dinamismo voltado para o desenvolvimento de uma agricultura propriamente empresarial em larga escala em terras cearenses, notadamente em grandes áreas irrigadas, sejam elas públicas e/ou privadas. Assim, dentre os principais cultivos que foram contagiados pela racionalidade capitalista e que passaram a ser produzidos sob os moldes do agronegócio, destacam-se o incremento e a dinamização das atividades da fruticultura (com foco na produção de frutas como melão, banana, caju/castanha, coco, melancia e mamão, entre outras), da pecuária bovina (especialmente a leiteira), da avicultura industrial (aves de corte e ovos), da carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) e da floricultura (sobretudo rosas).

Grosso modo, são esses os principais ramos do agronegócio cearense², responsáveis por alterar significativamente o modo como o território vinha sendo historicamente ocupado e utilizado. Dentre os agentes mais expressivos que atuam na difusão desse agronegócio no Ceará, sobressaem-se, além da participação decisiva e ativa do Estado, grandes empresas agropecuárias e agroindustriais, sejam elas de capital local, nacional ou internacional, que são responsáveis por fomentar a territorialização da racionalidade capitalista no campo ao introduzirem uma lógica empresarial voltada para a otimização de seus lucros mediante uma máxima exploração dos recursos disponíveis. Através da atuação dessas empresas do agronegócio, presenciemos novos e intensos usos do território a partir de estratégias concebidas unicamente no intuito de ampliar seu poder de coerção e controle sob o mesmo.

Nesse sentido, busca-se, com este artigo³, discutir a territorialização do agronegócio no espaço agrário cearense, procurando evidenciar o uso corporativo do território por parte das principais empresas do setor instaladas no estado, que estão entre as maiores responsáveis por redefinir a dinâmica territorial e ampliar a desarticulação da agricultura camponesa, a exploração do trabalhador e da natureza, a concentração hídrica e fundiária e a injustiça e vulnerabilidade socioambiental. Inicialmente apresentamos um resgate histórico da agricultura cearense para, na sequência, indicarmos em que contexto se dá a expansão do agronegócio. Posteriormente apresentamos algumas das principais corporações do agronegócio instaladas no Ceará e discutimos brevemente acerca do uso corporativo ao qual está acometido o território através da atuação dessas empresas. Espera-se, assim, que o debate aqui apresentado possa contribuir com a leitura da questão agrária cearense na

² Dentre os trabalhos que se voltam para análise de um ou mais desses principais ramos do agronegócio cearense, sob o olhar da Geografia, destacamos: Araújo (2006), Freitas (2010), Vasconcelos (2010), Bezerra (2012), Bomtempo (2014), Pinheiro (2014), Cavalcante (2015, 2016ab), Costa (2016), Sousa (2017) e Rodrigues (2018). A leitura desses trabalhos nos ajudou a aprofundar a discussão aqui apresentada.

³ Esse estudo contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e é fruto de atividades de pesquisa do autor realizadas no âmbito do NATERRA (Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território), da Universidade Estadual do Ceará.

contemporaneidade, que também passa pelo entendimento do uso do território pelos agentes hegemônicos do agronegócio.

Agricultura cearense: rupturas e continuidades

Historicamente a agricultura desempenhou um papel muito importante na ocupação territorial e na formação socioespacial do estado do Ceará, conforme indicam Girão (1985) e Lima (2002). Desde os primórdios do período colonial até a contemporaneidade, essa atividade vem fomentando a dinamização da economia cearense através da geração de divisas e arrecadação de impostos, além de promover a reorganização de espaços rurais e urbanos, de contribuir para a inserção de determinadas parcelas do território na divisão internacional do trabalho, e especialmente de assegurar a garantia da sobrevivência de milhares de famílias que têm na atividade agropecuária uma das suas únicas fontes de renda e de suprimento alimentar.

Nesse contexto, destaca-se que a ocupação territorial do Ceará esteve, em um primeiro momento, fortemente ligada a expansão da pecuária bovina nos vales de alguns de seus principais rios, a exemplo do Jaguaribe e do Acaraú, contribuindo para o repovoamento do interior cearense. Para Silva (1994, p. 81), o Ceará, sendo recolonizado a partir do deslocamento de correntes migratórias oriundas das regiões açucareiras da Bahia e de Pernambuco, encontrou na pecuária sua principal atividade econômica, associada a pequenas lavouras de subsistência no interior das fazendas. Essa pecuária extensiva praticada no Ceará estava intimamente ligada ao cultivo de cana-de-açúcar, fornecendo diversos suprimentos para a região da cana, na Zona da Mata nordestina.

Assim, conforme aponta Girão (1985), durante todo o século XVIII, se prolongando também para o século XIX e início do XX, a pecuária representava a mais importante atividade econômica do Ceará, associada também a pequenos cultivos de feijão, milho e mandioca, que abasteciam as necessidades da população ligada à atividade criatória. Entretanto, ainda no final do século XVIII, a produção de algodão seria introduzida com grande dinamismo no Ceará e se somaria às já existentes. Ainda segundo Girão (1985), rapidamente passou-se a cultivar algodão em larga escala em terras cearenses, onde foram disseminadas extensas áreas cultivadas com esse produto. Essa produção de algodão realizada no Ceará estava voltada diretamente para atender as necessidades do mercado, majoritariamente externo e controlado por indústrias têxteis, impulsionado pela primeira Revolução Industrial, na Inglaterra.

A associação das atividades de pecuária extensiva com o cultivo de algodão, mais conhecida pelo termo “binômio gado-algodão”, foi responsável por ser a principal atividade econômica cearense até meados do século XX, sempre associada a cultivos de subsistência,

sobretudo feijão, milho e mandioca, e a produções com menor representatividade, como cana-de-açúcar e café. Além desses cultivos, merecem destaque ainda atividades relacionadas ao extrativismo vegetal, representado pela exploração de campos ocupados por carnaúbas, além de outros ocupados por coqueiros e cajueiros. Apesar disso, conforme assegura Silva (1994), coube ao binômio gado-algodão a expressão da economia do Ceará por um longo tempo, trazendo rebatimentos diretos para o desenvolvimento de cidades e de outros setores econômicos, como o industrial e o comercial. Todavia, essa hegemonia do binômio gado-algodão como principal elemento da economia e da organização do espaço agrário cearense perdurou até a metade do século XX, decaindo após sucessivas crises.

Dessa maneira, e de um modo geral, até meados da década de 1980 a economia agrícola cearense estava assentada nos setores da pecuária extensiva (bovinos, ovinos e caprinos), da agricultura de subsistência/autoconsumo (feijão, milho e mandioca) e do extrativismo vegetal (castanha de caju, cera de carnaúba e coco seco), acrescentando-se também uma rarefeita produção de algodão, cana-de-açúcar, arroz, café e frutas realizada em alguns pontos isolados do estado. Segundo Elias (2005), a maior parte dessa produção agropecuária cearense se dava de forma extensiva com a utilização de técnicas tradicionais de baixa produtividade, não conhecendo maiores inovações técnico-científicas e agrônômicas que pudessem garantir a continuidade prolongada da atividade, impedindo seu crescimento horizontal através da ocupação de novos espaços. Em outras palavras, não se conhecia, até o início dos anos 1980, a consecução do agronegócio globalizado em território cearense, com exceção apenas do cultivo de castanha de caju, já realizado por grandes empresas.

Porém, como também aponta Elias (2005), o Ceará não escapou da adoção de diversas estratégias para responder aos desafios impostos pela lucratividade do capital neste novo ciclo de acumulação capitalista, marcado pela globalização econômica. Desse modo, é visível nas últimas décadas a reestruturação econômica e territorial do Ceará, com uma “multiplicação das políticas públicas direcionadas a tornar o estado viável à produção e ao consumo globalizados, abrindo-se às influências exógenas e aos novos signos contemporâneos” (ELIAS, 2005, p. 438). Ainda de acordo com a autora, a intensificação do capitalismo no campo cearense é um processo em curso sobretudo a partir da década de 1990, caracterizado pela modernização da produção agrícola, pela difusão do modelo produtivo do agronegócio e pela territorialização de grandes empresas.

Um dos principais responsáveis por inserir a agropecuária cearense no contexto da reestruturação produtiva do setor observada em todo o país vem sendo o Governo do Estado, sempre associado a interesses privados. O marco do início desse processo foi o chamado “Governo das Mudanças”, articulado a um projeto político de cunho meramente neoliberal e desenvolvimentista lançado por Tasso Jereissati em seu primeiro mandato enquanto

governador do Ceará⁴, iniciado em 1987, que privilegiou a atuação em três eixos prioritários considerados indispensáveis para o tal do desenvolvimento econômico cearense: promoção e incentivo ao turismo de massa, atração e interiorização de indústrias e instalação de infraestruturas de apoio ao agronegócio, conforme demonstram Monte (2008) e Elias e Pequeno (2013), levando a uma significativa reestruturação econômica e territorial do Ceará que, por outro lado, foi responsável por aprofundar as gritantes desigualdades socioespaciais do estado e ampliar a concentração de renda, de terra e de capital.

Assim, a consecução e o desenvolvimento do agronegócio no Ceará se deram, de uma maneira muito nítida, a partir da atuação direta do Governo do Estado, acrescido aos esforços do Governo Federal, através da implementação de políticas públicas específicas para o setor, da construção de infraestruturas hídricas e de transportes, da concessão de financiamentos e incentivos fiscais, do fornecimento de pesquisa, extensão e qualificação profissional, da criação e atuação de vários órgãos e secretarias, da atração e/ou aparelhamento de grandes empresas no campo, entre outros. Segundo Elias (2005), o Governo do Estado funcionou como o principal motor de dinamização do agronegócio no Ceará, reorganizando por completo o setor agrícola e abrindo margem para o desenvolvimento de uma atividade agropecuária meramente comercial, se tornando, na opinião da autora, um dos principais agentes produtores do espaço agrário cearense.

Com isso, o Ceará passa a assumir um novo papel na divisão social e territorial do trabalho no Brasil com a consecução e difusão do modelo produtivo do agronegócio, através da expansão dos monocultivos e do latifúndio, da introdução de modernas técnicas à produção, do assalariamento de trabalhadores rurais e da interligação do capital agropecuário com o agroindustrial, resultando no desenvolvimento de uma agricultura de caráter marcadamente capitalista, voltada para a acumulação de capital. Mudam-se, assim, consideravelmente o perfil agropecuário cearense e as relações sociais de produção até então predominantes no campo. Emerge, portanto, um novo contexto agrícola no Ceará com a difusão do agronegócio, abrindo margem para a territorialização do grande capital no campo e para a expansão da agricultura capitalista, acirrando consideravelmente o uso corporativo do território pelas principais empresas do setor a despeito dos interesses gerais da população do campo, que continuou a margem da dita “modernização”.

Todavia, é importante destacar que a agricultura cearense ainda se baseia fortemente na tríade feijão-milho-mandioca, demonstrando a força da produção camponesa no estado, como afirmam Oliveira e Pereira (2011), que resiste apesar da expansão do agronegócio e do poderio das grandes empresas agrícolas e agroindustriais. Infere-se, nesse sentido, que o agronegócio não se processa de maneira hegemônica e homogênea, não

⁴ Tasso Jereissati governou o Ceará durante três mandatos, de 1987 a 1991 e de 1995 a 2002.

conseguindo abarcar todas as frações do território e nem deter o controle das relações sociais de produção no campo, que resistem a partir do processo de recriação camponesa. Além disso, analisando a geografia do agronegócio no Ceará, percebe-se também que o sertão cearense ainda se configura como um espaço de reserva para a expansão do capital agrícola, uma vez que o maior dinamismo do setor está concentrado nas áreas dos vales dos principais rios, das serras úmidas e do litoral, que são as regiões mais visadas para a exploração intensiva a cargo das grandes empresas.

Expansão do agronegócio e novos usos do território no Ceará

O agronegócio vem se expandindo com maior vigor no Ceará notadamente no setor da fruticultura, em especial a irrigada, como destacado. Esse setor foi tomado por Cavalcanti (1997) como um dos segmentos mais dinâmicos e competitivos da agricultura nacional, uma vez que, para Ramos (2006), as frutas vislumbram grande potencial no cenário do agronegócio, expandindo suas negociações no mercado mundial e contribuindo para alterar a balança comercial brasileira. Atualmente, o Ceará é um dos principais produtores e exportadores de frutas tropicais do país, seja em forma de fruta fresca e seca, seja processada (sucos e polpas), aparecendo como um grande produtor de castanha de caju, melão, maracujá, coco, banana, mamão, melancia e acerola, assumindo um significativo destaque nacional no cultivo dessas frutas, conforme apontam os dados do IBGE/PAM⁵ (2016). Tais frutas são encaminhadas para os mercados local e regional, para o mercado nacional, com destaque para a região Sudeste (especialmente São Paulo e Rio de Janeiro), e para o mercado internacional, mormente para inúmeros países da Europa (sobretudo Holanda, Inglaterra, Espanha, Itália, Polônia, Irlanda, Alemanha, Portugal e França), exportando ainda para Estados Unidos, Oriente Médio, América Latina e Ásia.

Essa alavancada na produção de frutas no Ceará é, em muitos casos, motivada pelas demandas do mercado internacional, que tem nas grandes empresas agrícolas, agroindustriais e de varejo nacionais e multinacionais as principais responsáveis por regular e dinamizar essa atividade, transformando o espaço agrícola cearense em um dos pontos que compõem a rede dos circuitos globalizados da produção e consumo de gêneros agropecuários, com destaque para as frutas tropicais. De modo a ilustrar esse quadro, de acordo os dados do MDIC/SECEX⁶, em 2016 o Ceará foi o maior exportador nacional em valor de frutas frescas, secas e elaboradas, assumindo uma posição de destaque nas exportações de castanha de caju, melão, água de coco, melancia, banana, mamão e sucos concentrados,

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Produção Agrícola Municipal.

⁶ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Secretaria de Comércio Exterior.

garantindo com isso um lugar central no contexto agropecuário brasileiro, sobretudo quando analisamos a balança comercial da fruticultura.

A produção de frutas em larga escala no Ceará⁷ é realizada em algumas distintas regiões, que se especializam no cultivo de determinada fruta de acordo com as especificidades geoambientais locais e/ou mediante a introdução de tecnologias que procurem suplantá-las. O cultivo de castanha de caju nos moldes do agronegócio, a cargo de grandes empresas, concentra-se no Litoral Leste e na Região Metropolitana de Fortaleza, estando destinado a atender especialmente o mercado externo, enquanto que o cultivo de coco se concentra no Litoral Oeste, com foco no processamento do fruto voltado para a exportação de água de coco. Já o cultivo de acerola e maracujá é realizado por grandes empresas mormente no Planalto da Ibiapaba, caracterizado por seu clima mais ameno. Por sua vez, os cultivos de banana, melão, melancia e mamão estão concentrados nas áreas irrigadas públicas e privadas instaladas nos vales dos principais rios do estado, a exemplo do Jaguaribe e do Acaraú, ocupando extensas parcelas de terra; registra-se ainda uma importante produção sobretudo de banana realizada nas serras úmidas e no Cariri.

Além da fruticultura, merecem destaque também a avicultura industrial e a carcinicultura, além da bovinocultura que recentemente vem dando sinais de uma reestruturação de suas práticas produtivas, com o foco na produção de leite e derivados. A avicultura industrial, cujas atividades se concentram basicamente na Região Metropolitana de Fortaleza, vem sendo incrementada no Ceará sob forte mediação das grandes empresas do setor, voltadas para a criação de galinhas de granja direcionadas para a produção de carne e ovos. Já a carcinicultura vem conhecendo uma larga expansão no Ceará nas últimas duas décadas e está concentrada com maior expressão nos leitos dos rios Jaguaribe e Acaraú, mas não somente, com uma produção de camarão voltada para abastecer o crescente mercado nacional. Juntos esses três setores – avicultura, carcinicultura e bovinocultura – favorecem a difusão do agronegócio no Ceará para além das atividades agrícolas centradas na produção de frutas, e vêm se destacando por sua acirrada atuação conjunta com o setor agroindustrial, responsável pelo processamento das aves, do camarão e do leite bovino, ampliando consideravelmente o controle do capital sob o campo.

No agronegócio cearense avulta-se ainda o setor da floricultura, com foco na produção de rosas e demais flores tropicais destinadas à exportação, realizada por grandes empresas nacionais e internacionais instaladas na região do Planalto da Ibiapaba, assegurando o Ceará como um dos maiores produtores e exportadores do país. Além desse, o agronegócio da cana-de-açúcar voltado para a produção de aguardente apresenta grande dinamismo no cenário agrícola cearense, estando concentrado na Região Metropolitana de

⁷ Há de se destacar que não é apenas o agronegócio que produz frutas no Ceará, uma vez que a maior parte das produções de caju, coco, banana, mamão, acerola e maracujá, por exemplo, advém da agricultura camponesa.

Fortaleza e no Maciço de Baturité, onde as principais empresas do setor cultivam a cana-de-açúcar e realizam o processo de produção da cachaça, que chega a ser exportada, além do cultivo voltado para a produção de rapadura, muito forte nas regiões do Cariri e da Ibiapaba. Os setores de produção em larga escala de mel de abelha, tilápia (em cativeiro), pescados (sobretudo lagosta), ovinos e caprinos, entre outros, assumem também uma participação importante no cenário do agronegócio no estado, atraindo os interesses de grandes empresas que têm investido nesses ramos nos últimos anos.

Diante do exposto, o que se observa é um agronegócio que se expande muito rapidamente no Ceará, que não ficou à margem do processo de territorialização do grande capital no campo observado por todas as regiões do Brasil. Além de modificar o perfil produtivo agropecuário cearense e as relações sociais de produção até então predominantes, o agronegócio está contribuindo também para alterar sobremaneira os usos do território, agora a serviço da reprodução do capital, que se utiliza de diversas estratégias para ampliar seu poder de dominação territorial (RAFFESTIN, 1993). E isso se dá por intermédio de grandes empresas agropecuárias e agroindustriais, que não medem esforços para fomentar o desenvolvimento e a difusão do agronegócio no Ceará e para demarcar, de vez, a racionalidade capitalista no campo, que pressupõe sobremodo a acumulação de capital.

De um modo geral, a consecução desse agronegócio no Ceará significa, antes de mais nada, a territorialização dessa racionalidade capitalista no campo, abrindo margem para o desenvolvimento da agricultura de mercado e promovendo rebatimentos que atingem seletivamente espaços e produtores com o único objetivo de ampliar o potencial agropecuário cearense e difundir a lógica de produção empresarial por todos os setores, tornando-os capazes de responder às exigências de um aquecido mercado consumidor, seja ele interno e/ou externo. A partir daí, e cada vez mais, *o que, quando, como e onde* produzir passam a ser impostos aos produtores pelos agentes hegemônicos detentores de capital, transformando também o meio rural no “espaço da racionalidade” capitalista (SANTOS, 1996, 2009). A esse respeito, Martins (1995, p. 160) destaca que a tendência do capital é justamente “[...] dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz”.

São as grandes empresas, que agem hegemônicas cada qual no seu ramo prioritário de atuação, as principais responsáveis por alavancar os índices de produtividade da agropecuária cearense, por expandir a área produtiva, por articular e fundir capitais agrícolas, industriais e financeiros, por dinamizar a balança comercial estadual, por empregar uma grande quantidade de trabalhadores no campo e na cidade, por movimentar diariamente enormes quantias de mercadorias, capitais e informações, entre outros, gerando, por outro lado, um pesado ônus ambiental, social e territorial advindo com os impactos decorrentes da atuação de tais agentes, que agravam ainda mais o quadro de profundas desigualdades que historicamente caracterizam o espaço agrário do Ceará. Assim, de acordo com Elias (2005,

p. 451), a partir da instalação e da expansão dessas grandes empresas, acirra-se a divisão territorial e social do trabalho, com a refuncionalização do espaço agrícola, difundindo-se especializações produtivas e denotando-se, com isso, uma significativa seletividade na organização da produção e do espaço.

Através das ingerências dessas corporações, nota-se que o espaço agrário do Ceará passa a ser fortemente controlado por agentes hegemônicos que determinam os rumos do território cearense, com o claro objetivo de continuarem ampliando a reprodução do capital. Além disso, com a inserção da produção local nos circuitos globalizados da produção e do consumo, modifica-se também os nexos local/global e o Ceará surge enquanto uma fração do espaço mundial, cada vez mais aberto às influências exógenas e aos novos signos do presente (ELIAS, 2005), passando a ter seu dinamismo econômico incrementado a partir do forte aval do Estado e do poderio dos grandes grupos empresariais que canalizam os investimentos e as políticas estatais em prol de seus objetivos particulares e em detrimento das necessidades demandadas pelos povos do campo.

Dentre as principais empresas do agronegócio que agem hegemonicamente no Ceará, as quais controlam mais de uma etapa do circuito espacial da produção e possuem um porte muito acima da média estadual, destacamos: Agrícola Famosa, Itaueira, Del Monte Fresh Fruit, Frutacor, Meripobo, Banesa/Tropical Nordeste, JS Tropical/PTLA, WG Fruticultura, Melão Doçura, Mata Fresca, Sítio Barreiras, Brazil Melon, Terra Santa, Agrocoura, UGBP, Fruticultura Frota e Frutobras (melão, banana, melancia, mamão e manga); Amway Nutrilite (acerola); Cione, Iracema, Resibras, Cascaju, Usibrás e Amêndoas do Brasil (castanha de caju); Ducoco, Paragro, Adel Coco, Unique e Cohibra (coco e derivados); Betânia, Maranguape e Jaguaribe (leite e derivados); Cialne, Regina, Avine, Emape e Tijuca (frangos e ovos); Compescal/CELM, Artemisa/Aquacrusta, Cina, Seafarm e Bomar (camarão e pescados); Jandaia/Sucos do Brasil e Maguary/Ebba (suco de frutas); Sucus Brasil, Frutã, Pomar da Fruta e Frute (polpa de frutas); Cearosa, Reijers, Flora Fogaça, Swart e CBC (flores); Ypióca, Sapupara e Colonial (aguardente de cana); Syngenta, Faedo e Ibernnon (sementes); Esperança, Nectar Floral e Floema (mel).

Tais empresas, dentre outras, estão no comando da difusão do agronegócio no Ceará. Juntas, elas controlam centenas de hectares nas mais diversas regiões do estado, onde se concentram suas unidades produtivas agrícolas e/ou se localizam seus fornecedores, além de que muitas delas realizam também o processamento industrial de seus produtos, detendo, dessa forma, o controle de uma importante parcela do circuito espacial da produção agropecuária cearense. A análise das estratégias territoriais dessas empresas nos ajuda a revelar a acirrada atuação do grande capital no campo, mediante a difusão do modelo produtivo do agronegócio, assentado na produção de monoculturas em larga escala e na manutenção e expansão do latifúndio, utilizando modernos insumos e implementos agrícolas

e com expressiva articulação com outros setores produtivos, responsáveis por remodelar os usos do território e ocasionar impactos que demonstram o qual danoso e inconsequente pode ser a territorialização dessas grandes corporações.

As empresas hegemônicas do agronegócio e a territorialidade do capital

As empresas do agronegócio instaladas no Ceará não possuem as mesmas proporções das grandes corporações que atuam no Brasil, com algumas exceções, e mostram-se em desvantagem em capital investido, produção e hectares ocupados, por exemplo, mas que não impede que os usos dos territórios sob seus domínios tragam uma série de rebatimentos às comunidades camponesas e ao ambiente como um todo. Com isso, podemos afirmar que os agentes hegemônicos do agronegócio não precisam ser, necessariamente, grandes corporações alimentares globais, como as que são estudadas por Ploeg (2008) e McMichael (2005), podendo assumir nuances próprias a depender de sua escala de produção e atuação. As empresas instaladas no Ceará possuem, portanto, particularidades próprias, que lhes conferem um poderio econômico e político que garante sua atuação hegemônica no território.

Dentre as principais empresas do agronegócio instaladas no Ceará, já citadas, algumas merecem destaque, especialmente em virtude dos impactos advindos a partir do uso corporativo que elas conferem ao território. A identificação dessas principais empresas se deu a partir de informações acerca de distintas variáveis, tais como: ramo de atuação, período de atividade, hectares ocupados, quantidade produzida, número de funcionários, localização das unidades produtivas, exportações, rede de fornecedores, destinos da produção etc. Esse levantamento aponta a hegemonia das empresas Agrícola Famosa, Ducoco, Del Monte, Cialne, Cione, Compescal, Betânia, Reijers, Ypióca e Amway Nutrilite, cujas características são apresentadas abaixo⁸. A partir da análise de suas práticas, é possível traçar um debate, mesmo que breve, acerca do uso corporativo do território, tomando como exemplo essas dez principais empresas que, apesar de poucas, já deixaram suas marcas ao causar impactos de diferentes intensidades nos locais onde estão localizadas suas unidades produtivas, como discutido nos tópicos seguintes.

- **Agrícola Famosa:** Empresa cearense de capital nacional em atuação desde 1995. Atua na produção e comercialização de frutas tropicais, com destaque para melão e melancia. Produz também, em menor quantidade, mamão, banana e cacau. Possui fazendas e unidades de

⁸ Todas as informações aqui apresentadas são resultantes de uma compilação de dados obtidos em levantamento bibliográfico e documental, levantamento nos sites das empresas, de revistas e de jornais, e na sistematização de dados primários obtidos com a realização de trabalhos de campo pelo autor em algumas dessas empresas e/ou nas localidades onde elas estão instaladas.

produção no Ceará (em Icapuí, Aracati, Limoeiro do Norte, Russas, Quixeré, Tabuleiro do Norte e Alto Santo), Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco e Alagoas. Entre fazendas próprias e arrendadas, ocupa por volta de 26 mil hectares no total. Segundo consta, é a maior empresa de produção de melão do planeta, e está voltada sobretudo para o mercado externo.

- **Ducoco:** Empresa cearense de capital local em atuação desde 1982. Produz coco verde e coco seco, além de realizar o processamento desses frutos. No Ceará atua com unidades produtivas (fazendas e fábricas) nos municípios de Itapipoca, Amontada, Acaraú, Itarema e Camocim, cujas fazendas ocupam uma área total de 10 mil hectares. Possui unidades localizadas também em São Paulo e no Espírito Santo. É a segunda maior empresa do ramo do coco do Brasil, assumindo destaque também na produção de coco ralado, leite de coco e água de coco. É uma das principais exportadoras de água de coco do país. Recentemente uma parcela da empresa foi adquirida por um fundo de investimentos brasileiro (BRZ Investimentos).

- **Del Monte:** Empresa multinacional de capital estadunidense em atuação desde 1889. É uma das maiores corporações mundiais a atuar na produção e comercialização de frutas, possuindo fazendas localizadas em vários países da América Central e do Sul, onde suas frutas são cultivadas. Chegou ao Brasil na década de 1990, no Rio Grande do Norte, e instalou-se no Ceará em meados dos anos 2000. Possui fazendas em municípios do Rio Grande do Norte e do Ceará (em Quixeré e Limoeiro do Norte). Atualmente, cultiva apenas banana e coco verde, mas já teve uma grande produção de abacaxi e melão, ocupando uma área de aproximadamente 6 mil hectares no total se somadas suas fazendas instaladas apenas no Ceará. Toda sua produção é destinada para exportação, notadamente para os Estados Unidos e Europa.

- **Cialne:** Empresa cearense de capital local em atuação desde 1966. Atua nos ramos da avicultura e da bovinocultura, especializada na produção de ovos, pintos e frangos vivos e abatidos, além de produzir e comercializar leite bovino e derivados. Detém mais de 50 unidades produtivas (granjas, fazendas e fábricas) localizadas no Ceará, Piauí, Maranhão e Paraíba. No Ceará, possui unidades em municípios como Fortaleza, Aquiraz, Guaiuba, Umirim, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Russas, Ubajara, Cascavel, Caucaia, Maranguape, Maracanaú e Irauçuba, somando uma área aproximada de 12 mil hectares. É uma das principais produtoras de ovos e frangos do Nordeste. Além de abatedouros, possui também suas próprias fábricas de ração e centros de distribuição.

- **Cione:** Empresa cearense de capital local em atuação desde 1962. Atua na produção de caju e no processamento e comercialização de castanha e de LCC (óleo da castanha). Foi uma das pioneiras no Brasil a cultivar caju e a processar a castanha. Possui fazendas e

fábricas no Piauí e no Ceará, com destaque para aquelas localizadas em Fortaleza, Caucaia, Pacajus, Chorozinho, Cascavel, Ocara, Barreira e Beberibe. Ocupa uma área total que chega aproximadamente aos 70 mil hectares. A maior parte de sua produção de castanha tem como foco o mercado internacional, se configurando como a maior exportadora de castanha de caju do país.

- **Compescal:** Empresa cearense de capital local em atuação desde 1982. Atua na produção e no processamento de camarão. Foi uma das pioneiras no Brasil a investir na produção de camarão em cativeiro. Também atende pelo nome de CELM e revende seus produtos através da marca Maris. Tem seu próprio laboratório, fazendas de engorda e fábrica de processamento localizadas em Acarati e Beberibe, ocupando por volta de 2.600 hectares no total, além de fazendas instaladas também no Rio Grande do Norte. Tem a capacidade de produzir e processar 25 toneladas de camarão por dia. Chegou a ser uma das principais exportadoras de camarão do país, mas atualmente sua produção se destina inteiramente ao mercado interno. Atua ainda na pesca e no processamento de lagosta.

- **Betânia:** Empresa cearense de capital local em atuação desde 1971. Atua na criação de bovinos voltados para a produção de leite. Processa e comercializa leite bovino e derivados, como manteiga, iogurte, queijo, requeijão, doce de leite, creme de leite e leite condensado. Atua sobretudo no mercado nordestino de leite e derivados. Abarca unidades industriais instaladas no Ceará, Pernambuco, Paraíba e Sergipe, além de fazendas localizadas em Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Russas e Limoeiro do Norte, no Ceará, somando por volta de 5 mil hectares no total. Chegou a ser adquirida pela multinacional Parmalat, mas voltou para o controle da família que administra a empresa, sendo readquirida novamente por um fundo de investidores estadunidenses (Arlon Latin America Partners).

- **Reijers:** Empresa paulista de capital nacional em atuação desde 1972. Opera na produção e exportação sobretudo de rosas vermelhas. Instalou-se no Ceará em 2001, com unidades de produção na região da Ibiapaba, nos municípios de São Benedito e Ubajara. Suas duas fazendas no Ceará somam por volta de 200 hectares. Além dessas, é proprietária de mais 9 fazendas instaladas em Minas Gerais e em São Paulo. É a maior empresa do país voltada para a produção de rosas, sendo também a maior empresa do setor de flores em atuação no território cearense.

- **Ypióca:** Empresa cearense, inicialmente de capital local, em atuação desde 1846. Atua na produção de cana-de-açúcar e na fabricação de aguardente de cana, se configurando como a marca de cachaça mais antiga do país. É proprietária também da Naturágua, direcionada para a venda de água mineral engarrafada, e da Agropaulo, voltada para a produção de

etanol. Em 2012 foi adquirida pelo grupo britânico Diageo, maior fabricante de bebidas destiladas do mundo e proprietário de marcas como Smirnoff e Johnnie Walker. Detém unidades produtivas instaladas em Fortaleza, Maracanaú, Maranguape, Pindoretama, Paraipaba, Itaitinga, Aquiraz, Redenção, Acarape, Aracoiaba, São Gonçalo do Amarante, Caridade e Jaguaruana, no Ceará, bem como em municípios do Rio Grande do Norte e de Tocantins. Suas fazendas no Ceará ocupam uma área de, no mínimo, 20 mil hectares.

- **Amway Nutrilite:** Empresa multinacional de capital estadunidense em atuação desde 1934. É a marca líder na venda de vitaminas e suplementos alimentares no mundo. Especializada na venda de suplementos, bebidas e produtos de higiene pessoal e de limpeza, entre outros. Tem fazendas instaladas nos Estados Unidos, Porto Rico, México e Brasil. Em terras brasileiras, optou por instalar-se no Ceará em 2001, no município de Ubajara, onde produz acerola, ocupando uma área total de 2.350 hectares. Toda sua produção em território cearense destina-se para a extração de vitamina C, voltada inteiramente para o mercado externo.

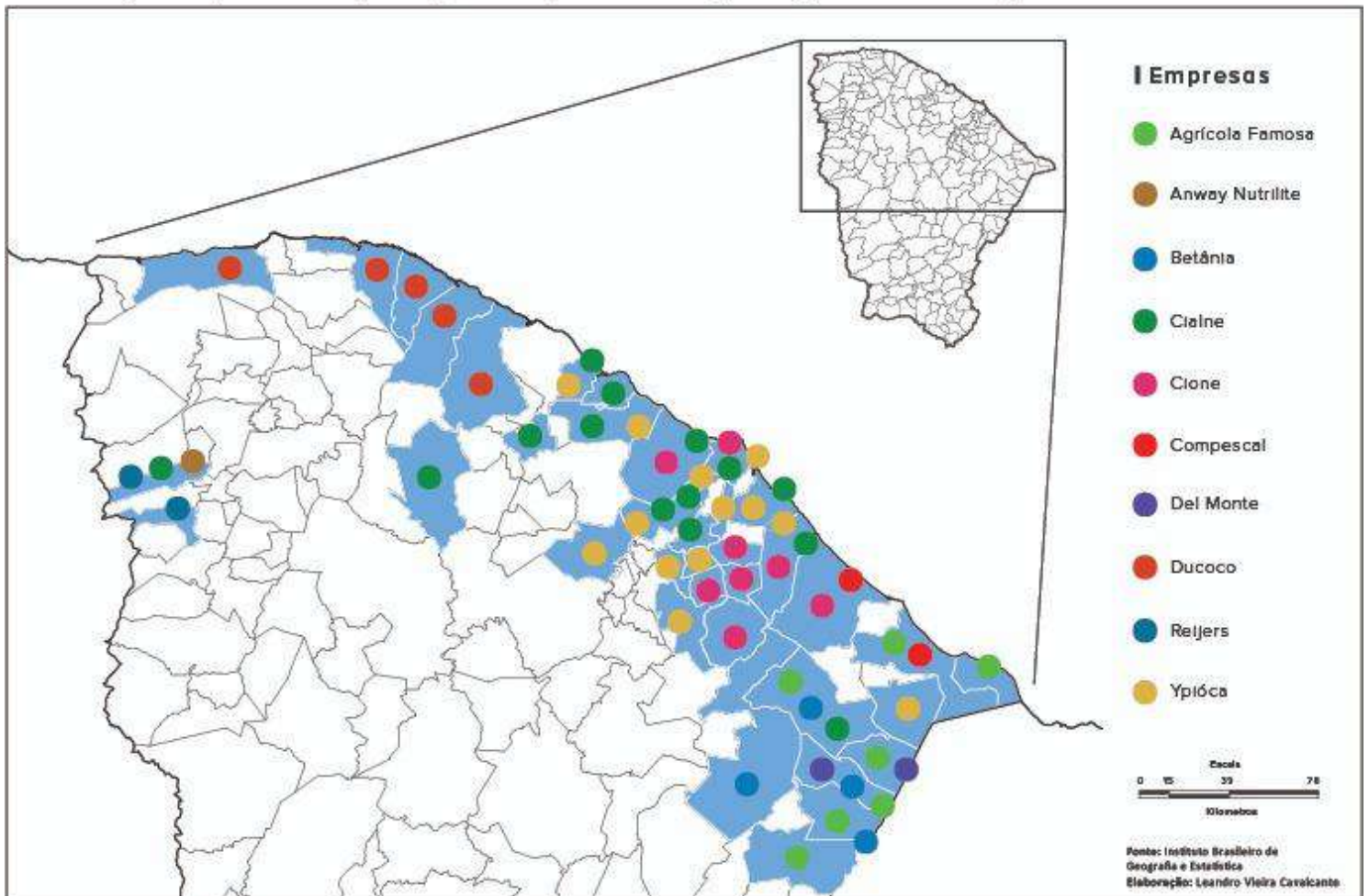
No que tange a localização dessas empresas, nota-se uma concentração espacial de suas unidades produtivas – agrícolas e industriais – em algumas regiões específicas do estado, como Vale do Jaguaribe, Litoral Leste, Região Metropolitana, Litoral Oeste e Ibiapaba. São essas as regiões que concentram os investimentos do capital do agronegócio no Ceará e se apresentam enquanto atrativas para a territorialização de grandes empresas do setor, com destaque sobretudo para o Vale do Jaguaribe, que conta com unidades de 6 das 10 empresas aqui apresentadas: Agrícola Famosa, Del Monte, Cialne, Compescal, Betânia e Ypióca. Como é possível observar no mapa inserido na sequência (Figura 1), que demonstra a distribuição espacial de algumas das principais empresas do agronegócio em atuação no Ceará, há uma grande capacidade de dispersão e capilarização territorial dessas corporações, que se instalam naqueles lugares com maior potencial de exploração dos recursos disponíveis e, conseqüentemente, de obtenção de lucro. São 10 empresas instaladas em 41 municípios, considerando apenas as unidades produtivas agrícolas e industriais instaladas no Ceará, com uma concentração maior em Limoeiro do Norte, Russas, Ubajara e Fortaleza, que contam cada um com três desses empreendimentos instalados em seu território.

Essas principais empresas instaladas no Ceará, dentre outras que poderiam ter sido citadas, se configuram claramente enquanto agentes hegemônicos do agronegócio. Essas “empresas hegemônicas” (SANTOS, 2003) detêm o controle dos circuitos espaciais produtivos, possuindo extensas áreas ocupadas e inúmeras unidades produtivas e mobilizando diariamente uma enorme quantidade de capitais, matérias-primas e trabalhadores. São esses agentes que possuem uma maior capacidade de “alienação

territorial” (SANTOS; SILVEIRA, 2003) e subjagam territórios inteiros de acordo com suas necessidades, contanto com o apoio irremediável do Estado. Tais agentes são os principais responsáveis, justamente, por fazer um uso corporativo do território, pondo em xeque os seus interesses com as necessidades dos chamados “agentes não-hegemônicos ou hegemonzados” (SANTOS, 1996), representados pelos trabalhadores e por todos aqueles que vivem em comunidades que estão no rastro da racionalidade e destrutividade do capital.

Figura 1. Distribuição espacial das principais empresas do agronegócio em atuação no Ceará.

Distribuição espacial das principais empresas do agronegócio em atuação no estado do Ceará



A questão do uso (corporativo) do território

É nítido, como demonstram inúmeros estudos já realizados por todo o país, que a difusão do agronegócio promove uma reconfiguração nas formas de uso e apropriação do território e na organização das relações sociais de produção, alteradas em virtude da atuação das grandes empresas do setor, capazes de imprimir uma série de implicações que vão além do processo produtivo propriamente dito, invadindo até mesmo as relações interpessoais e a

configuração territorial, como afirma Santos (2003). De acordo com Purseigle e Chouquer (2013), as empresas agrícolas (mas não somente) provocam vastas recomposições socioespaciais onde se instalam, sendo capazes de desenhar novas - e problemáticas - geografias no campo. Sem dúvidas, tal recomposição socioespacial provocada por essas empresas se traduz/expressa no território, onde observamos toda uma série de rebatimentos advindos a partir da ação hegemônica desses agentes.

Nesse sentido, é necessário discorrer acerca do uso do território pelas empresas do agronegócio, como meio de compreender os impactos advindos a partir da atuação direta desses agentes, uma vez que é preciso conhecer e analisar as “traduções territoriais do agronegócio”, como sugerem Gras e Hernandez (2013, p. 59), de modo a facilitar a compreensão do mundo rural na contemporaneidade e a traçar estratégias de enfrentamento a esse devastador modelo produtivo que é o agronegócio. Nessa mesma direção, Santos e Silveira (2003, p. 292) e Silveira (2007, p. 20) concordam que é imprescindível uma análise geográfica que considere as “lógicas territoriais das empresas”, visando identificar como elas concebem e utilizam o território. Acerca disso, autores como Dicken e Malmberg (2001), Maskell (2001), Taylor e Asheim (2001), Zimmermann (2005) e Bailoni et al. (2010) demonstram o quanto as relações estabelecidas entre as empresas e os territórios podem ser extremamente complexas e difíceis de serem plenamente apreendidas.

É sabido que a atuação dessas empresas contribui fortemente no sentido de levar ao desenrolar de uma série de rebatimentos territoriais e socioespaciais nas regiões onde se observa a difusão do agronegócio, consequência previsível especialmente porque a inserção “no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas” (SANTOS, 2009, p. 304). Através da instalação e atuação dessas empresas hegemônicas no território, forja-se toda uma nova configuração territorial, agora à serviço da reprodução do capital do agronegócio. Com a presença efetiva desses agentes atuando na apropriação do território, “tudo que existia anteriormente à instalação [de] empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social” (SANTOS, 2003, p. 85). Por conseguinte, de acordo com Santos e Silveira (2003, p. 293), “o resultado, quanto ao território, é de novo o exercício de um controle parcial de certos pontos por lógicas que se interessam apenas aos aspectos particularizados”.

Através dessa difusão do agronegócio, percebe-se que há um controle do território pelo capital, que se territorializa e passa a ditar seu conjunto de regras e imposições. Como já destacado, dentre os principais agentes que colaboram para a territorialização do capital no campo estão as empresas agropecuárias e agroindustriais, a partir de lógicas territoriais que lhes são próprias, como asseguram Santos e Silveira (2003). Desse modo, deve-se entender essas empresas como alguns dos principais indicativos da atuação do grande capital

na produção agropecuária, já que o território onde elas se instalam passa a ser organizado e utilizado em função de seus próprios interesses, de forma seletiva e corporativa, haja vista que, como assegura Santos (1996, p. 128), “cada firma usa o território segundo sua força”. E isso é muito mais emblemático do que parece, uma vez que “o território das grandes corporações é o mundo” (SILVEIRA, 2007, p. 17), que não se resume a uma escala local e regional de atuação, mas sim englobando todo o conjunto do planeta e produzindo uma mais-valia que agora é universal, conforme discute Santos (2003).

Assim, nota-se que o agronegócio vem favorecendo sobremaneira a territorialização do capital no campo por intermédio direto de grandes empresas agropecuárias e agroindustriais que agem hegemonicamente nesse setor e que utilizam o território exclusivamente de acordo com seus interesses, de maneira essencialmente corporativa. Dessa forma, ao se territorializar no campo, esse capital passa a se apropriar e a controlar determinadas parcelas do espaço, como assegura Raffestin (1993), utilizando-as de acordo com as suas necessidades, de modo a implicar em um embate direto com as populações lá existentes e em um controle quase que irrestrito das diversas etapas que compõem o circuito espacial da produção, levando a um “uso corporativo do território”, como evocam Santos e Silveira (2003) e Silveira (2007, 2008, 2011).

De acordo com Santos e Silveira (2003, p. 291), face a todo esse contexto, não seria exagero dizer que “estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas. Assim, o território poder ser adjetivado como um território corporativo”. Além disso, pode-se afirmar que o “poderio dessas corporações está diretamente relacionado à capacidade que elas possuem de dominar parcelas do espaço e assim impor sua lógica de produção” (GOLDFARB, 2015, p. 27), dando origem a um território corporativo a serviço do agronegócio regulado pelas grandes empresas. Trata-se de um território entendido meramente enquanto um recurso por essas corporações, que não estão interessadas em mensurar a intensidade dos impactos gerados mediante um uso corporativo que desconsidera por completo os custos ambientais e o valor das vidas que são ceifadas diariamente em prol dos interesses do capital.

O uso do território pelas empresas hegemônicas do agronegócio

Descobrir as formas pelas quais se dá o uso corporativo do território por parte das empresas hegemônicas do agronegócio em atuação no Ceará, citadas anteriormente, não é uma tarefa fácil, uma vez que são muitas as variáveis e os processos que podem indicar e comprovar efetivamente esse uso corporativo a que tais agentes imprimem ao território. Isso acontece porque as nuances do poder do grande capital no campo deixam marcas que vão para além de sua presença material no espaço e se processam até mesmo na territorialidade

simbólica que o capital consegue impor ideologicamente aos sujeitos e aos territórios. Seja concreta ou simbolicamente, o território passa a ser regulado e utilizado em função dos interesses particulares de tais empresas, através de práticas pensadas unicamente para esse fim, segundo discorre Raffestin (1993).

Dentre essas práticas que evidenciam um uso corporativo do território, além de várias outras que poderiam ser mencionadas, citamos: territorialização do capital; cooptação do Estado; reconfiguração da dinâmica produtiva e do uso e ocupação da terra; monopolização das produções agropecuária e agroindustrial; oligopolização do espaço agrário, expansão do latifúndio e apropriação de terras em áreas públicas; privatização e controle das formas de acesso à água; agravamento de conflitos fundiários e socioambientais; acirramento da vulnerabilidade ambiental, social e territorial. Cada uma dessas práticas ilustra processos que podem indicar um uso corporativo do território, mediante análise dos impactos gerados pelas empresas do agronegócio. Visando elucidar esse cenário, na sequência citamos alguns breves exemplos, tomados como evidência empírica de uso corporativo do território por parte das dez principais empresas hegemônicas do agronegócio instaladas no Ceará, as quais elencamos para análise.

A territorialização do capital dá-se na medida em que as empresas se apossam do território, a partir, inicialmente, do controle da terra. Esse processo de territorialização das empresas pode ser um dos mais danosos aos territórios, já que muitas vezes elas se instalam em locais ocupados por comunidades camponesas, dando origem a dramáticas expropriações que alteram definitivamente a vida dos sujeitos. Foi isso o que aconteceu com a instalação da Del Monte em Limoeiro do Norte e da Ducoco em Itarema, por exemplo, quando comunidades inteiras desaparecem a partir da invasão de seus territórios pelas firmas do agronegócio. No caso da Del Monte, uma comunidade chamada KM 69 foi progressivamente substituída por plantios de abacaxi mediante uso exorbitante de enxofre que era expurgado nos cultivos e nas casas dos camponeses; já no caso da Ducoco, uma parte significativa da comunidade indígena dos Tremembé de Almofala foi riscada do mapa para dar lugar à monocultura do coco.

Por sua vez, associada a essa territorialização do capital, a cooptação do Estado acontece quando as empresas se utilizam de seu capital e influência política para obter certas benesses que lhes favoreçam diretamente, tais como: liberação de recursos financeiros e incentivos fiscais, facilidade na obtenção de licenças ambientais, construção e reforma de rodovias e demais vias de escoamento da produção, garantias de regulação de preços, liberação de outorgas para captação de água etc. Esse é o caso de todas as dez empresas anteriormente mencionadas, que atuam intimamente articuladas com o Estado a fim de viabilizarem seus projetos de uso corporativo do território. E isso fica muito mais nítido quando o próprio governador participa pessoalmente da atração e inauguração dessas empresas,

como fez Tasso Jereissati com Del Monte, Amway Nutrilite e Reijers, prática repetida por todos os seus sucessores que rotineiramente visitam as empresas citadas.

Com a instalação dessas empresas no território, é possível perceber, a curto prazo, uma reconfiguração da dinâmica produtiva local e alterações nas formas de uso e ocupação da terra, pela atribuição de novas lógicas de produção àquele espaço e a utilização de novos instrumentos técnicos voltados para a racionalização do processo produtivo. Isso acontece também porque ao se instalar no território as empresas implantam a monocultura em detrimento dos antigos cultivos lá realizados, incidindo em alterações na configuração produtiva nos locais onde agem e contribuindo para ampliar a especialização centrada em cultivos mais rentáveis ao capital. Tal dinâmica acaba por levar os demais produtores instalados nos arredores das empresas a investirem também na monocultura, como é possível observar nas regiões de atuação da Ducoco, Amway Nutrilite, Compescal, Agrícola Famosa, Cione e Del Monte, até mesmo porque tais produtores passam a ser, em muitos casos, cooptados pelas firmas e transformados em seus fornecedores.

Esse processo nos remete à monopolização da produção, que ocorre quando uma dada empresa passa a controlar diretamente o processo produtivo de demais produtores mediante a aquisição do que foi produzido, seja por contratos de fornecimento da produção seja por intermediação dos atravessadores. Ao monopolizar a produção, há também um controle e uso corporativo do território, haja vista que *o que e como* produzir passa a ser imposto pelos agentes hegemônicos a despeito das próprias demandas que regem a agricultura familiar camponesa, gerando um significativo processo de sujeição da renda da terra ao capital do agronegócio. Essa prática sistemática de adquirir a produção de pequenos produtores é comum de ser realizada pela Cione, Compescal, Betânia, Ducoco e Amway Nutrilite, que sempre recorrem aos camponeses para assegurar a viabilização da reprodução ampliada do capital.

Além de monopolizar a produção, há, ainda, um controle da terra, favorecendo a oligopolização do espaço agrário nas áreas em que atuam essas empresas. Isso acarreta, ao longo do tempo, um acirramento da concentração fundiária e do latifúndio, associados a uma dinamização do mercado de terras e a um agravamento de conflitos relacionados à luta pela posse e permanência na terra. Ao concentrar terra, as empresas asseveram o controle do território. Tem-se a expansão do latifúndio como um processo intimamente associado à territorialização dessas empresas, até mesmo porque a concentração de extensas parcelas de terra é uma variável intrínseca à difusão do agronegócio, visto que as empresas passam a contar com milhares de hectares em seus empreendimentos, a exemplo de fazendas ocupadas por Ypióca, Cione, Agrícola Famosa, Ducoco e Del Monte, que estão entre as maiores do Ceará.

Associado a isso, a análise das formas de apropriação da terra pelas empresas nos revela inúmeras nuances do uso corporativo do território, uma vez que, como já destacado, concentrar terra é também controlar o próprio território. No Ceará, uma das formas recorrentes é a apropriação de extensas parcelas de terra em áreas públicas, notadamente em perímetros irrigados federais, contando com as facilidades ofertadas pelo Estado com vias a facilitar e legitimar, mais ainda, essa artimanha do capital, revelando uma apropriação privada de um espaço que, em tese, não deveria ser privatizado. Esse já é o caso do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, no qual empresas como Cialne, Betânia e Agrícola Famosa possuem inúmeros lotes, e do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, onde a Betânia também atua e onde a Del Monte é responsável pela grilagem de mais de mil hectares de terra pública; nesse contexto se evidencia o uso corporativo do território mediante a apropriação de terras em áreas do próprio Estado, seja via grilagem ou seja ocupação legal.

E se há uma apropriação corporativa da terra e do território, há também todo um cenário que aponta para a privatização e controle das formas de acesso à água em todas as regiões do Ceará, especialmente diante de uma grave crise hídrica a qual está acometido o semiárido brasileiro nos últimos anos. Percebe-se que ocorre uma grande busca por diferentes formas que viabilizem a garantia de fornecimento de água para as empresas, a exemplo sobretudo da captação em lagoas, açudes e rios e da perfuração desenfreada de poços profundos, como fazem conjuntamente as empresas Agrícola Famosa, Ducoco, Del Monte, Cialne, Cione, Compescal, Betânia, Reijers, Ypióca e Amway Nutrilite. Acirra-se, assim, o quadro de concentração e injustiça hídrica, sabido que a água que vai para as empresas é a mesma que deixa de ir para as comunidades camponesas.

Ademais, o agravamento de conflitos fundiários e socioambientais também se configura enquanto um processo decorrente do uso corporativo do território pelas empresas do agronegócio, diante dos impactos gerados por esses agentes a todos os sujeitos que estão no seu rastro de destruição e que não compactuam com as ingerências dessas corporações. Observa-se o aumento de disputas por terra, por água e pela própria natureza em áreas ocupadas especialmente por: Del Monte, responsável pela expropriação de camponeses e pela contaminação de trabalhadores; Cione, que vem tendo várias de suas fazendas ocupadas por camponeses sem-terra; Ducoco, que continua fazendo uso da terra indígena dos Tremembé; Compescal, que exerce uma pressão significativa sobre a comunidade quilombola do Cumbe e sobre extensas áreas de manguezal; Ypióca, inserida em situação de conflito no território indígena Jenipapo-Kanindé; e Agrícola Famosa, responsável por acentuar a injustiça hídrica na Chapada do Apodi.

E como a expansão do agronegócio no Ceará dá-se sobremodo em locais com forte tradição camponesa e indígena e em contextos ambientais instáveis, como leitos de rios e áreas litorâneas, é latente o agravamento da vulnerabilidade ambiental, social e territorial

mediante o uso corporativo do território pelas grandes empresas do setor. Isso está relacionado com o aumento da violência no campo, da exploração do trabalhador, do acirramento das desigualdades sociais e da miséria, da concentração de renda, poder, terra e água, do envenenamento da natureza e dos trabalhadores diante do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, da poluição e contaminação das águas, do solo e do ar, do desmatamento e da supressão da biodiversidade, entre outros. Ao observar esse quadro de vulnerabilidades é que a face corporativa do agronegócio se revela mais cruel, como destacado por Rigotto (2011ab, 2012) ao analisar o caráter perverso no qual está assentada a reprodução do capital no campo cearense e a herança maldita deixada por essas empresas.

Considerações finais

Ao longo desse artigo procurou-se apresentar alguns elementos possíveis de se correlacionar a expansão do agronegócio com o uso corporativo do território no Ceará, atentando para a territorialização do capital no campo e tudo o que isso representa. Ao tomar como exemplo as grandes corporações que agem hegemonicamente nesse setor, buscou-se observar a nova expressão da questão agrária cearense na contemporaneidade. Todavia, consideramos que somente através de um estudo mais aprofundado é que será possível compreender as repercussões advindas com a atuação dessas empresas hegemônicas do agronegócio, dificilmente perceptíveis em um primeiro momento em virtude da existência de uma poderosa e muito bem articulada rede de poder que mascara a perversa ação desses agentes, contando sempre com a conivência do Estado.

Diante do quadro apresentado, nota-se que apreender os principais processos em curso a partir do uso corporativo do território por tais empresas não é uma tarefa fácil, demandando, pois, a realização de estudos que consigam indicar com maior profundidade o cenário no qual todos esses processos se materializam, fornecendo subsídios ao entendimento e ao necessário enfrentamento a cada um deles. Portanto, torna-se imprescindível conhecer a fundo como as empresas do agronegócio se territorializam e como elas fazem uso do território, corroborando para endossar a crítica que se faz necessária a esse predatório modelo de produção – capitalista –, que não tem respeitado os direitos dos territórios, dos sujeitos e da natureza e que tem progressivamente usurpado as condições de sobrevivência dos povos do/no campo.

É preciso, pois, entender como o capital age, estar ciente das formas de reprodução do agronegócio e conhecer a fundo os processos relacionados ao uso corporativo do território pelas grandes empresas, até mesmo para fomentar a possibilidade de pensar nos caminhos pelos quais poderão ser traçadas as inúmeras estratégias (territoriais) de resistência que vêm conseguindo atenuar e até mesmo barrar a expansão do capital no campo. Só assim, a partir

dessa tomada de consciência, é que será possível contribuir de maneira significativa no sentido de descortinar a atuação dos agentes hegemônicos que se apropriam do espaço e contribuir de forma efetiva para desvendar as máscaras sociais, como se refere Moreira (2007), reafirmando a crítica social (que ainda é) produzida pela ciência geográfica, especialmente no âmbito da Geografia Agrária.

Referências

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1960.

ARAÚJO, Sergiano de Lima. **Reestruturação produtiva e as novas territorialidades no espaço agrário cearense: a carcinicultura em questão**. 2006. 168f. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

BAILONI, Mark et al. Firms et territoires. **Revue Géographique de l'Est**, Nancy, v. 50, p. 02-05, 2010.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. 2012. 375f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

BOMTEMPO, Denise Christina. Redes técnicas, indústria de alimentos e região produtiva do agronegócio. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, XIII, **Anais...** Salvador, 2014.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **A nova geografia do coco: reestruturação produtiva, territorialização do capital e dinâmicas socioespaciais**. 2015. 298f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **Dossiê da fruticultura no Ceará**. 2016. 117f. Relatório de pesquisa (impresso) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016a.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **Dossiê da carcinicultura no Ceará**. 2016. 115f. Relatório de pesquisa (impresso) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016b.

CAVALCANTI, Josefa Salete. Frutas para o mercado global. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 79-93, 1997.

COSTA, Kassia Kiss Silva da. **Os circuitos espaciais da produção de flores no Planalto da Ibiapaba/CE**. 2016. 104f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

DICKEN, Peter; MALMBERG, Anders. Firms in territories: a relational perspective. **Economic Geography**, v. 77, n. 04, p. 345-363, 2001.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 429-461.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Reestruturação econômica e nova economia política da urbanização no Ceará. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 95-112, 2013.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

GOLDFARB, Yamila. Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação. O caso da Cargill no Brasil e na Argentina. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 18, n. 27, p. 11-37, 2015.

GRAS, Carla; HERNANDEZ, Valeria. El modelo agribusiness y sus traducciones territoriales. In: GRAS, Carla; HERNANDEZ, Valeria. (Orgs). **El agro como negocio**: producción, sociedade y territorios en la globalización. Buenos Aires: Biblos, 2013. p. 49-66.

LIMA, Luiz Cruz. Produção do espaço, sistemas técnicos e divisão territorial do trabalho. **Scripta Nova**, Barcelona, v. VI, n. 119, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MASKELL, Peter. The firm in economic geography. **Economic Geography**, v. 77, n. 4, p. 329-344, 2001.

MCMICHAEL, Philip. Global development and the corporate food regime. **Research in Rural Sociology and Development**, v. 11, p. 269–303 2005.

MONTE, Francisca Silvania. Os paradigmas da modernização do Estado do Ceará. **Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 87-104, 2008.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Alexandra Maria; PEREIRA, Raimundo Castelo. Campesinato e uso da terra no semiárido cearense. **Geografia**, Rio Claro, v. 36, n. 2, p. 237-250, 2011.

PINHEIRO, Érica Maria Bezerra. **Reestruturação produtiva da agropecuária e sujeição da renda da terra**. 2014. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PURSEIGLE, François; CHOUQUER, Gérard. Les territoires saisis par la firme. **Etudes rurales**, Paris, n. 191, p. 9-18, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS, Soraia de Fátima. Uso agrícola do território e os espaços luminosos da fruticultura irrigada no semi-árido brasileiro. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006. p. 151-172.

RIGOTTO, Raquel (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011a.

RIGOTTO, Raquel. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 12, n. 01, p. 123-140, 2011b.

RIGOTTO, Raquel (Org.). **Almanaque do Baixo Jaguaribe**: tramas para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade. Fortaleza: Núcleo Tramas/UFC, 2012.

RODRIGUES, Kailton Jonatha Vasconcelos. **A configuração territorial da cajucultura cearense manifestada em Pacajus/CE**. 2018. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil - território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, José Borzacchiello da. O algodão na organização do espaço. In: SOUZA, Simone de. (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 81-92.

SILVEIRA, Maria Laura. Los territorios corporativos de la globalización. **Geograficando**, Buenos Aires, v. 3, p. 13-26, 2007.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalización y territorio usado: imperativos y solidaridades. **Cuadernos del CENDES**, Caracas, v. 25, p. 1-19, 2008.

SILVEIRA, Maria Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, p. 4-12, 2011.

SOUSA, Bruna Nogueira Ferreira de. **Reestruturação socioespacial da avicultura cearense**. 2017. 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

TAYLOR, Michael; ASHEIM, Bjørn. The concept of the firm in economic geography. **Economic Geography**, v. 77, n. 4, p. 315-328, 2001.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. **Reestruturação socioespacial do Ceará: os desdobramentos da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú**. 2010. 188f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

ZIMMERMANN, Jean-Benoît. Entreprises et territoires: entre nomadisme et ancrage territorial. **La Revue de l'Ires**, Noisy-le-Grand, n. 47, p. 21-36, 2005.

Sobre o autor

Leandro Vieira Cavalcante – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestrado em Géographie des Pays Emergents et Développement pela Université Paris I Pantheon-Sorbonne. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor substituto na Universidade Estadual do Ceará (UECE), campus de Limoeiro do Norte. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-3970-6655>.

Como citar este artigo

CAVALCANTE, Leandro Vieira. A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 22-46, mai.-ago., 2020.

Recebido para publicação em 13 de outubro de 2018.

Devolvido para a revisão em 20 de fevereiro de 2019.

Aceito para a publicação em 08 de outubro de 2019.

A lógica destrutiva da mineração em Paracatu-MG

Frederico Daia Firmiano

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Passos, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: fredericodaia@hotmail.com

Resumo

Na última década, a extração de minérios no Brasil aumentou vertiginosamente, impulsionada pelo programa neodesenvolvimentista dos governos do Partido dos Trabalhadores. Para se ter ideia, os investimentos estatais no setor, no período que compreende 2011 a 2016, foram superiores a US\$ 66 bilhões. Em 2014, somente o estado de Minas Gerais, que historicamente se constitui como o pólo de produção mineral mais importante do país, produziu uma balança mineral da ordem de US\$ 14 bilhões. Este cenário de pujança, no entanto, vem sendo responsável por um conjunto de contradições de larga extensão, como tem demonstrado o caso do município mineiro de Paracatu. Nossa pesquisa buscou identificar os impactos sociais e ambientais que vêm sendo provocados pela indústria extrativa mineral neste município. Metodologicamente, configuramos as condições político-econômicas sob as quais a atividade de mineração ganhou centralidade no Brasil e em Minas Gerais; em seguida, identificamos algumas contradições da expansão do complexo industrial-mineral no município de Paracatu, manifestadas sob a forma de conflitos socioambientais, baseando-nos na literatura disponível; por fim, apresentamos a situação da saúde pública, a partir do relato dado a nós de um destacado cientista local da área.

Palavras-chave: Neodesenvolvimentismo; mineração; Paracatu-MG; conflitos socioambientais.

The destructive logic of mining in Paracatu-MG

Abstract

Over the past decade, the extraction of ores in Brazil has increased vertiginously, driven by the neodevelopmental program of the governments of the Workers' Party. In order to get a better view of the facts, state investments in the sector, from 2011 to 2016, were over US \$ 66 billion. In 2014, only the state of Minas Gerais, which historically constitutes the country's most important mineral production center, produced a mineral balance of US \$ 14 billion. This scenario, however, has been responsible for a set of contradictions to great extent, as it has been demonstrated in the case of Paracatu, a municipality of Minas Gerais. Our research sought to identify the social and environmental impacts that have been provoked by the mining industry in this municipality. In methodological terms, we set up the political-economic conditions under which the mining activity gained centrality in Brazil. Then, based on the available literature, we identified some contradictions on the expansion of this economic activity in the municipality of Paracatu, manifested in the form of socio-environmental conflicts. Finally, we presented the public health situation, based on the report given to us by a distinguished local scientist in the area.

Keywords: Newdevelopmentism; mining; Paracatu-MG; social and environmental conflicts.

La lógica destructiva de la minería en Paracatu-MG

Resumen

En la última década, la extracción de minerales en Brasil aumentó en picado, impulsada por el programa neodesarrollista de los gobiernos del Partido de los Trabajadores. Para tenerse idea, las inversiones estatales en el sector, en el período que comprende 2011 a 2016, fueron superiores a los 66 mil millones. En 2014, sólo la provincia de Minas Gerais, que históricamente se constituye como el polo de producción mineral más importante del país, produjo una balanza mineral del orden de US \$ 14 mil millones. Este escenario de pujanza, sin embargo, viene siendo responsable de un conjunto de contradicciones de larga extensión, como ha demostrado el caso del municipio minero de Paracatu. Nuestra investigación buscó identificar los impactos sociales y ambientales que vienen siendo provocados por la industria extractiva mineral en este municipio. Metodológicamente, configuramos las condiciones políticas y económicas bajo las cuales la actividad minera se ha convertido en centralidad en Brasil y en la provincia de Minas Gerais; identificamos algunas contradicciones en la expansión del complejo industrial-mineral en el municipio de Paracatu, manifestadas en forma de conflictos socioambientales, basados en la literatura disponible; finalmente, presentamos la situación de salud pública, basada en el informe que nos dio un importante científico local en la área.

Palabras clave: Neodesarrollismo; minería. Paracatú-MG; conflictos socioambientales.

Introdução: breve caracterização do complexo industrial mineral no Brasil e em Minas Gerais

É da natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala temporal. A própria idéia de 'restrição' é sinônimo de *crise* no quadro conceitual do sistema do capital. A degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua auto-reprodução numa escala cada vez maior. É por isto que durante o seu desenvolvimento histórico se excedeu o capital em todos os planos – incluído seu relacionamento com as condições básicas da reprodução sociometabólica -, mas estava destinado a fazê-lo cedo ou tarde (MÉSZÁROS, 2009, p. 253).

Longe de quaisquer restrições de natureza política e econômica, e indiferente a “degradação ambiental e a dor da devastação social”, a atividade de mineração no Brasil vem sendo proeminente no curso de seu desenvolvimento histórico, ocupando, hoje, importante posição no conjunto da economia nacional. Na aurora do sistema do capital encarnou os expedientes da assim chamada acumulação primitiva, as expensas do trabalho escravo e servil. Por séculos, constituiu-se entre as principais atividades econômicas da colônia e, mais tarde, na República, amalgamou o particular (e problemático) processo de integração capitalista brasileiro, para dentro e para fora, como parte do conjunto das atividades de base extrativas.

Tendo o Brasil alcançando a plena maturidade de seu desenvolvimento capitalista, o complexo extrativo-industrial voltou a ocupar lugar destacado na conformação de seu padrão de reprodução de capital, particularmente, no quadro de ascensão do

neodesenvolvimentismo. Isto porque, o ajuste estrutural da economia brasileira aos imperativos do sistema global do capital produziu, entre outras contradições, um processo crescente – e ainda em curso – de desindustrialização, no sentido preciso da reprimarização da pauta de exportações. De acordo com Osorio (2012), o Brasil passou a um novo padrão exportador de especialização produtiva, baseado em *commodities*.

Depois da década de 1990, o Brasil passou a desempenhar uma “nova” função na estrutura global produzida pela mundialização do capital. Conduzido por uma espécie de tripé do desenvolvimento capitalista servil – constituído por ajuste fiscal, juro real elevado e câmbio flutuante - o crescimento econômico, a geração de empregos, as políticas sociais passaram a ser condicionados pelo ajuste estrutural às condições de crise do capital. Operando como plataforma de valorização financeira do capital especulativo transnacional, com ampla estrutura de produção assegurada pela industrialização do período desenvolvimentista anterior, sob forte indução do Estado, o Brasil saltou rumo à especialização produtiva. (OSORIO, 2012).

Com a eleição do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores, já nos anos 2000, o Estado lançou mão de dois principais instrumentos, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), visando ativar o crescimento da economia, gerar emprego e apoiar programas sociais. Com o primeiro, passamos a assistir a destinação de volumosos recursos públicos para a reestruturação patrimonial de determinados setores do capital. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contribuir com a formação de *players* globais para atuarem no mercado internacional nos ramos da construção civil, alimentos, energia, siderurgia, transportes, entre outros. Já com o PAC, em suas fases 1 e 2, impulsionou um processo de recomposição e formação de infraestrutura social e produtiva, com destaque para os setores de energia, saneamento, habitação, ferrovias, aeroportos, portos, estradas, entre outros (POCHMANN, 2010, p. 41-42).

Ao lado dos pesados investimentos em infraestrutura produtiva e social e de volumosos recursos destinados para o capital privado, houve o incremento do consumo popular e a expansão do mercado interno, com aumento do salário mínimo, introdução do crédito consignado e crescimento do emprego: foram cerca de 21 milhões de novos empregos criados no país em cerca de 10 anos. (POCHAMNN, 2012). Depois de 2005 os investimentos em educação também aumentaram e o número de estudantes com acesso ao ensino superior dobrou, com o Programa Universidade para Todos (Pró-Uni), que subsidia o ingresso do estudante nas universidades ou centros universitários privados no País, e o PRONATC, que amplia o acesso ao ensino em nível técnico, buscando qualificar o trabalhador para o ingresso no mercado de trabalho. E conforme lembrou Maria Orlanda Pinassi, os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff foram pródigos na concessão de

direitos para as chamadas “minorias”, com a Lei Maria da Penha, os direitos ampliados aos negros, aos índios, aos homossexuais, entre outros. (PINASSI, 2013).

Este arranjo econômico deu “...um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que, finalmente, o Brasil estaria vivendo um [novo] ciclo de desenvolvimento” e que seria possível constituir uma espécie de “terceira via”, conciliando o compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a busca de competitividade internacional com o crescimento econômico, políticas sociais e o papel regulador do Estado. (SAMPAIO JR., 2012).

No entanto, no seio da mundialização do capital, a liberalização da economia brasileira, reiterada pelo chamado neodesenvolvimentismo, a condenou definitivamente à servidão financeira, deixando-a a mercê dos movimentos do capital transnacional. (PAULANI, 2008). Isto, no momento em que a assim chamada “revolução molecular-digital” exigiu uma acumulação científico-tecnológica que a periferia do sistema do capital não podia acompanhar. No quadro de ascensão do neodesenvolvimentismo:

A difusão desigual do progresso técnico acentuou as assimetrias da divisão internacional do trabalho e exacerbou as características predatórias do capital (...)

Submetidas à ferocidade da concorrência global e ao despotismo das potências imperialistas, as sociedades que fazem parte da periferia do sistema capitalista tornaram-se presas de um processo de reversão neocolonial [...] (SAMPAIO JR., 2012, p. 679).

Não foi à toa que, mesmo depois de uma década de pesados investimentos públicos e da consolidação da fórmula neodesenvolvimentista, a economia brasileira não foi capaz de encontrar uma rota de crescimento sustentado, lançando mão, permanentemente, dos setores primários para financiar o desenvolvimento. A ligeira melhoria do desempenho da indústria nos anos 2000 foi de apenas 5% em média/ano até 2010 – depois da quase estagnação do período de 1981 a 2003, quando cresceu somente 1,4% em média por ano, aproveitando a expansão do comércio exterior e com presença marcante dos setores ligados ao agronegócio e ao beneficiamento mineral. Com uma mudança qualitativa fundamental: as condições da reprodução capitalista no atual estágio do desenvolvimento das forças produtivas levaram o Brasil à desindustrialização, no sentido exato da perda quali e quantitativa dos setores de progresso técnico e inovação industrial, e à guinada rumo à reprimarização da pauta de exportações. (Cf. FIRMIANO, 2016).

No primeiro caso ocorre abandono paulatino do progresso técnico endógeno como motor do crescimento industrial. No segundo caso, remete-se quase toda a responsabilidade da competitividade externa para as atividades não industriais – os serviços que pouco exportam e o setor primário que muito exporta, baseado em “vantagens comparativas naturais”. O equilíbrio externo em tais condições é muito precário e dependente de capital estrangeiro (DELGADO, 2014, não paginado).

Com isto, o desenvolvimento capitalista da periferia do sistema do capital manteve-se condicionado pelas articulações econômicas responsáveis pelo padrão global atual da acumulação, não deixando margem para nenhuma forma de controle social possível sobre a reprodução capitalista além do ponto da atenuação temporária de suas contradições. E o programa neodesenvolvimentista não pode realizar sequer o programa mínimo do desenvolvimentismo do passado, aprofundando sua função de plataforma de valorização financeira e de exportador de produtos de baixa densidade tecnológica e *commodities*.

De fato, na primeira década do século XXI, o país registrou incremento da participação de produtos básicos nas exportações totais, que saltaram de 28,9%, em 2003, para 47,0%, em 2012. (MOREIRA; MAGALHÃES, 2014). Do mesmo modo, as manufaturas que, em 2003, tinham participação de 54,3% na pauta de exportações caíram para 37,2%, em 2012. Já no período entre 1989 e 2012 houve forte predomínio dos segmentos de baixa e média-baixa tecnologia do total exportado pela indústria de transformação. Além da perda de dinamismo das exportações industriais, houve também uma deterioração da balança comercial de bens manufaturados. O déficit do chamado grupo de alta tecnologia, em 2012, foi de US\$ 29,3 bilhões, com relação a 1989. (Idem).

A participação da mineração no total de exportações brasileiras, que entre as décadas de 1950 e 2000, registrou um índice médio de 8%, saltou, em 2006, da casa dos 7% para 13% em 2012, tendo anotado 17% no ano anterior. Além do arranjo econômico do neodesenvolvimentismo – e da reprimarização da economia nacional -, tal crescimento se deve ao aumento da demanda dos mercados asiáticos, em especial, da China, que também em 2012, foi responsável por 70% dos totais de minérios exportados pelo Brasil. (MILANEZ; SANTOS, 2014).

O aporte de recursos do BNDES para o setor foi decisivo para o aumento da importância dos setores intensivos em recursos naturais no conjunto das atividades econômicas do país. “En total, entre 2002 y 2012, la participación de los sectores de petróleo y gás, minería y energía pasó del 54% al 75% de la cartera del ‘BNDESParticipações S.A.’” (MILANEZ; SANTOS, 2014, p. 135).

Segundo a estimativa de Tautz e Siston et al. (2010), entre 2003 e 2009, cerca de 60% dos recursos do Banco foram destinados para financiar a indústria intensiva em natureza. No mesmo período, os setores intensivos em natureza da indústria extrativista receberam cerca de 27% do desembolso do BNDES para este ramo, contra 2% dos setores intensivos em trabalho. Empresas como Vale, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Gerdau e Usiminas foram beneficiárias destes recursos no que tange à manutenção de suas atividades.

Para se ter ideia, “... a emissão de alvarás de pesquisa mineral cresceu 53,1% de 2012 para 2013. Em 2013 foram outorgadas 177 concessões de lavra”. E no mesmo ano “o setor mineral representou 23,5% das exportações brasileiras...” (COELHO, 2015, p. 87). Desde então, no entanto, a PMB (Produção Mineral Brasileira), que expressa a totalidade do valor dos bens minerais produzidos, veio registrando queda. De acordo com o Informe Mineral, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Valor da Produção Mineral (VPM) atingiu R\$ 41,9 bilhões no primeiro semestre de 2016 – uma retração de 3,7% com relação ao mesmo período do ano anterior. Concorreram para tal a queda da demanda e preços internacionais de *commodities* minerais, além de fatores operacionais e climáticos (DNPM, 2016, p. 2-3), efeitos diretos do impacto da crise internacional sobre o país e da recessão econômica brasileira. Apesar disto, o setor segue pujante no país, cuja região de maior proeminência, historicamente, tem sido Minas Gerais.

O estado de Minas Gerais é o mais importante minerador do país, responsável por cerca de 53% da produção nacional de minerais metálicos e 29% de minérios em geral, com extração aproximada de 180 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, em mais de 400 municípios. Destacam-se no estado as reservas de nióbio, com vida útil de mais de 400 anos e responsável pela produção de 92% do total mundial.¹ Além disso, o estado possui a 2ª maior produção de bauxita, a terceira maior produção de níquel e a maior reserva de manganês do planeta. Até dezembro de 2014, Minas Gerais apresentava mais de 300 minas em operação, das quais, 40 estavam entre as 100 maiores do país. Em 2014, a balança mineral de Minas Gerais gerou um saldo de pouco mais de US\$ 14 bilhões – cerca de US\$ 4 bilhões a menos que no ano anterior, pelas mesmas razões anteriormente expostas. No mesmo ano, o estado respondeu por 47,4% das exportações de minério de ferro e 55,7% das exportações de ouro do total nacional. (IBRAM, 2015b).

Ainda em 2014, a transnacional Vale S.A., sozinha, dominou 56,13% do valor total da comercialização da produção mineral no estado. Seus principais produtos foram argilas refratárias e ferro. Na segunda e terceira posição, respectivamente, estiveram a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com participação de 6,81% no valor total comercialização (tendo como produtos principais, calcário e ferro) e a Kinross Brasil Mineração S.A., com 3,48% de participação no valor total de comercialização (ouro e prata primários). (BRASIL/DNPM, 2017). “En general, la acción de las empresas há sido coherentes con las perspectivas del gobierno, ya que hay proyectos en subsectores clave de nuevas minas o ampliación de las minas existentes” (MILANEZ; SANTOS, 2014, p. 138). Haja vista o Plano Nacional de Mineração 2030, proposto pelo Ministério das Minas e Energia que, tomando o

¹ Sua importância deve-se ao fato de existirem apenas 3 minas em todo o mundo.

ano de 2008 como base, espera um incremento de 400% da extração de níquel, 360% para o cobre, 260% para o ouro, 210% para o ferro e 195% para a bauxita até 2030. (Idem).

Toda esta potência, no entanto, vem sendo acompanhada por toda sorte de contradições, sobretudo no momento atual do desenvolvimento do capital que, tendo sua margem de viabilidade produtiva constrangida por sua própria dinâmica interna, impõe um padrão de reprodução altamente destrutivo².

Hoy, más que em cualquier outra época, esto viene confirmándose con el nivel estratosférico e interrelacionado que los capitales involucrados en la minería desempeñan en todo el mundo. Em frenesi que distingue la dinámica de esas operaciones constituye la base sobre la que se asienta la lógica esencialmente destructiva del capital en la actualidad. Esto quiere decir que cada una de las fases de la actividad minera refuerza el carácter autofágico del capital, exponiendo de modo inédito sus más agudas contradicciones socio-ambientales, sus límites más absolutos (PINASSI; SANTOS, 2012, não paginado).

Nos últimos anos, Paracatu-MG, município localizado no interior do estado de Minas Gerais, tem se projetado nacional e internacionalmente pela intensa atividade de mineração. Menos pelos êxitos da exploração da maior mina de ouro a céu aberto do país e pelas importantes reservas de zinco, além de seu significativo agronegócio, e mais pelos inúmeros conflitos socioambientais, pela degradação social do trabalho e da natureza e pelos impactos sobre a saúde humana, decorrentes dos processos produtivos de extração e processamento de ouro. Este artigo tem por objetivo identificar as formas de degradação social do trabalho e da natureza provocados pela indústria extrativa mineral em Paracatu-MG, a partir da literatura disponível acerca do tema, e do relato de especialista em saúde pública que se dedica ao tema dos dados provocados por este complexo industrial.

A atividade produtiva da mineração em Paracatu, Minas Gerais

Com população estimada em pouco mais de 90 mil habitantes, Paracatu está localizada no noroeste do estado de Minas Gerais, fazendo fronteira com o estado do Goiás, o que o coloca mais próximo da capital federal brasileira (a 220 km de Brasília) que da capital de sua unidade federativa (Belo Horizonte, da qual está a 502 km). Marcado por vegetação típica do cerrado, o município dispõe de recursos hídricos em abundância – absolutamente necessários para a atividade de mineração e do agronegócio -, sendo o Rio Paracatu o mais importante, deste que é o terceiro maior território entre todos os municípios

² O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, da Samarco, empresa pertencente a Vale S.A. e a BHP, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana-MG, em novembro de 2015, confirma, tragicamente, a lógica essencialmente destrutiva do capital na atualidade. O episódio, porém, não encerra o padrão devastador da expansão dos capitais da mineração no Brasil, cujas contradições se explicitam sob diversas formas de degradação social do trabalho e da natureza.

do estado de Minas Gerais. Sua história, marcada pelas campanhas bandeirantes ainda no século XVI, emerge em 1744, quando do descobrimento das minas do Vale do Paracatu, e do estabelecimento dos primeiros povoados, muitos deles, sobreviventes até os dias atuais, a exemplo da comunidade de Santa Rita, hoje afetada pela expansão do capital transnacional da mineração. (SANTOS, 2012, p. 260-262).

O município apresenta, ainda, importante atividade agropecuária, com a maior área de cerrado irrigado da América Latina: são mais de 40 mil hectares irrigados de produção mecanizada em larga escala e intensiva. Além do crescimento do agronegócio da cana-de-açúcar, favorecida, entre outras, pela operação da Usina Bioenergética Vale do Paracatu, são desenvolvidos projetos de irrigação, melhoramento genético e monitoramento computadorizado de rebanho leiteiro. A produção de grãos também guarda importância no âmbito da economia regional, especialmente, as culturas de milho, feijão e soja, que também utilizam os sistemas de irrigação, assim como as atividades de mineração. Deste modo, o município se insere nas cadeias produtivas transnacionais do agronegócio. Ao lado desta, o município também conta com oito projetos de assentamento rural de reforma agrária, onde vivem 195 famílias, que produzem alimentos diversificados, com destaque para a Associação do Projeto de Assentamento do Jambeiro (APAJ). (SANTOS, 2012, p. 261-262).

Embora fundada ainda em 1977, em Paracatu, a Votorantim Metais Zinco, do grupo Votorantim S/A, entrou em operação apenas em 1988. Rapidamente teve grande ascensão, chegando à terceira posição entre as maiores empresas de mineração do país e, em 2010, já era a maior produtora de zinco da América Latina. Atualmente, além do Brasil, opera no Peru (como acionista e controladora da Milpo) e conta com escritórios comerciais nos EUA e Luxemburgo, ocupando a quinta posição entre os maiores produtores de zinco do planeta. (cf. www.vmetais.com.br). Em Paracatu, controla a mina Morro Agudo, além de outra mina a céu aberto. Em 2010, o faturamento da empresa no município foi de R\$ 594,2 milhões, com uma produção total de zinco de 237.299 t. “Além do concentrado sulfetado de zinco, há a extração de dois subprodutos, o concentrado de chumbo e o pó calcário”, um rejeito da extração de zinco, comercializado como corretivo agrícola. (SANTOS, 2012, p. 264).

A Kinross Gold Corporation, criada em 1993, é uma empresa de capital transnacional que atua nos continentes americano, africano e europeu, constituindo-se, em 2011, na quinta maior produtora mundial de ouro. Sua produção se concentra nas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mineração, beneficiamento e comercialização de ouro, sendo responsável por cerca de 22% da produção brasileira, a partir de operações na mina Morro do ouro, em Paracatu. (cf. www.kinross.com.br).

A exploração do ouro em Paracatu ganhou escala industrial no município mineiro quando da descoberta do Morro do Ouro, por meio da empresa Rio Tinto Brasil e sua

subsidiária Paracatu Mineração S.A. Em 2003, a Kinross adquiriu participação da mina de Paracatu, após sua fusão com a TVX, de propriedade do conhecido empresário brasileiro, Eike Batista. No ano seguinte, a empresa de capital transnacional, com sede no Canadá, adquiriu o que havia restado do capital da Rio Tinto. Dois anos depois, iniciou a expansão de sua planta industrial, efetivando o projeto em 2008. Em 2010, passava a se chamar Kinross Brasil Mineração S.A. (SANTOS, 2012). Assim, a Kinross utilizou a então Rio Tinto Brasil como “empresa casulo”, instalando-se inicialmente com participação minoritária até expandir-se em direção do controle acionário total.

No ano de 2006, a Kinross expandiu sua capacidade de lavra de minério para 61 Mtpa, triplicando a produção de ouro em Paracatu. Com isso, alcançou a produção de cerca de 17 toneladas/ano, desde então. A ampliação das atividades também contou com a extensão do tempo útil de exploração da Mina do Ouro, que possuía uma projeção de esgotamento para o ano de 2015 e foi alargada para 2030, com a estimativa de processamento de 55 milhões de toneladas de minérios por ano. (Cf. www.kinross.com.br; www.kinross.com).

O desenvolvimento das atividades do agronegócio, da agricultura familiar, da mineração e, ao mesmo tempo, a sobrevivência de comunidades rurais e povos quilombolas, especialmente Família dos Amaros, Machadinho e São Domingos, registra o modo como Paracatu acompanhou o longo processo de ascensão e decadência do capital, nos termos expostos por István Mészáros (2009), como alvorada da civilização, e como crepúsculo da barbárie, no atual estágio da crise estrutural do capital. Assim, o município constituiu-se no processo de alargamento da escala de contradições abertas pela relação-capital que, hoje, revela-se, entre outros, nos inúmeros conflitos socioambientais e nos impactos sobre a saúde humana e a natureza.

A dimensão global da destrutividade da Kinross Corporation

Longe de se restringir ao município de Paracatu, no interior de Minas Gerais, a canadense *Kinross Gold Coporation* atua, ainda, no Chile, Estados Unidos, Canadá, Rússia, Gana e Mauritânia. É importante notar que a atividade de mineração é a maior responsável pelo comércio bilateral entre Canadá e o continente africano, representando 23% das importações canadenses. Embora na América Latina seja de C\$ 156 bilhões, o total de ativos de mineração canadense representa 14,6% de seu PIB. No ano de 2011, o estoque de ativos de mineração canadense na África era estimado em C\$ 31,6 bilhões. Os maiores ativos minerários canadenses estão na Zâmbia, Mauritânia, África do Sul, Madagascar, Gana, Tanzânia e Burkina Faso. O valor total de receitas de todas as *commodities* minerais de propriedade canadense na África, em 2012, foi de cerca de US\$ 7,6 bilhões. O ouro e o

cobre são as principais *commodities* produzidas pelas empresas canadenses. Entre os principais países estão Zâmbia, República Democrática do Congo, Gana, Zimbábue e Burkina Faso, sendo a Kinross Gold Corporation, uma das principais empresas que atuam na região. (BHUSHAN, 2013, p. 7-8).

Bhushan (2013) explica que o setor de recursos naturais na África, em franco crescimento, precisa de acesso rápido ao capital para realizar seu potencial e, para tanto, os mercados de capitais canadenses são a principal fonte de financiamento global: as bolsas de valores de Toronto (TSX) e de Risco (TSXV) são a maior fonte de financiamento de mineração no mundo.

A grande maioria das empresas capta capital nos mercados canadenses para financiar as fases de exploração e exploração avançada. Graças a um clima de negócios altamente favorável à mineração, os mercados de capitais canadenses são especialmente atraentes para as pequenas e médias empresas de mineração. Em 2011, 173 empresas arrecadaram cerca de US\$ 1 bilhão em capital nos mercados canadenses para financiar operações de mineração na África³ (BHUSHAN, 2013, p. 13).

Aniket Bhushan cita o sistema de avaliação de governança criado pela Fundação Mo Ibrahim para a África, que mede quatro dimensões: desenvolvimento humano, participação e direitos humanos, segurança e estado de direito e oportunidades econômicas sustentáveis. De acordo com este sistema, os países onde a governança está se deteriorando, entre os quais, Madagascar, Líbia, Eritreia, Senegal e Mauritânia, são aqueles onde as empresas canadenses de mineração têm maior presença. (BHUSHAN, 2013, p. 13-14).

Ama Biney também demonstra como a República Democrática do Congo (RDC) sofreu uma das piores crises humanitárias do século XX, tendo registrado a morte de mais de 5 milhões de habitantes em menos de dois anos, entre agosto de 1998 e abril de 2000. Neste processo, o autor destaca a devastação da RDC por cerca de 85 empresas de capital transnacional, sobretudo, de países centrais. Entre elas, está a Kinross Gold Corporation, envolvida com a extração e processamento de ouro, um dos cinco principais recursos minerais do país. Diz ele: “o acesso a esses recursos por parte das multinacionais do Norte é facilitada pelos senhores da guerra dentro da RDC”⁴ (BINEY, 2012, p. 130). Ele se refere à exploração ilegal de minérios em territórios dominados por distintos grupos e organizações armadas que, assim, fazem negócios com empresas de capital transnacional, garantindo a exportação para a Europa. Este processo, ainda, financia a guerra civil interna, sustentando um sistema de saque e pilhagem continuado.

³ Tradução feita pelo autor.

⁴ Tradução feita pelo autor.

Na América Latina, Jean Moore, revela o importante papel desempenhado pela Kinross Gold Corporation, em 2009, nas modificações implementadas na legislação equatoriana que trata a atividade de mineração e que, segundo o autor, vem sendo chamadas no país de “esforços para converter o Equador em um país mineiro a qualquer custo”. Para ele, a ideia de “por fim a longa noite neoliberal”, defendida por Rafael Correa, “... parece ter significado estar cada vez mais perto do início de uma nova era extrativista, com uma noite talvez ainda mais longa e escura da mineração”⁵ (MOORE, 2015, p. 56). Em 2013, a empresa teria pressionado o governo para mais alterações na legislação, assegurando sua expansão na região amazônica. Ademais, a presença de empresas de capital originário do Canadá vem recorrendo a toda sorte de expedientes, como a criminalização de lideranças locais, e intensa pressão sobre comunidades para garantir seus interesses econômicos.

A natureza dos conflitos em Paracatu-MG

Conforme indica o relatório da Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no campo, os conflitos socioambientais em Paracatu-MG envolve comunidades quilombolas, como Família dos Amaros, Machadinho e São Domingos e quase 85 mil habitantes. Além disso, em 2014, a entidade registrou quatro conflitos por água no município, todas envolvendo a *Kinross Gold Corporation*. (CPT, 2014, p. 50).

Aparecida Duarte estudou a comunidade Santa Rita, cujo aparecimento remonta a 1744, conforme mencionado anteriormente, e que se caracteriza como uma região rural, composta por sitiantes, pequenos proprietários de terras, localizada a cerca de 15 quilômetros da cidade de Paracatu e abaixo da represa de rejeitos da *Kinross*. Em 2009, época de sua pesquisa, a comunidade contava com 107 habitações e uma população de 428 pessoas. A agropecuária leiteira era a principal atividade econômica da região, complementada pela produção e processamento da cana-de-açúcar, além de importante produção para a subsistência, com cultivo de frutas, hortaliças e a criação de pequenos animais. (DUARTE, 2009).

Seu trabalho mostra que o avanço da atividade de mineração pela empresa Kinross produziu a perda do controle do território, por meio da constante venda de propriedades para a empresa canadense. “Os moradores se sentem pressionados a vender suas propriedades pelo estranhamento com o ambiente modificado [pela atividade de mineração], a impotência frente à empresa, o abandono pelo poder público e pela falta de perspectiva” (DUARTE, 2009, p. 66). O “estranhamento com o ambiente modificado” decorre da

⁵ Tradução feita pelo autor.

presença da barragem de rejeitos tóxicos há mais de vinte anos, que ocupa cerca de 750 hectares de superfície, contidos por um maciço de terras de 4 quilômetros de extensão e com 82 metros de altura, que irrompe entre os moradores o medo permanente de rompimento e da contaminação tóxica. Sobre esta última, a autora relata que nos anos de 2001 e 2008, a comunidade coletou amostras de água a jusante da barragem e enviou para análise de um laboratório no município de Uberlândia, Minas Gerais, chamado LABIOTEC. As análises revelaram (a) em 2001, alta concentração de cianeto, cobre e chumbo e, (b) em 2008, mercúrio, chumbo, cádmio e arsênio, o que tornava o consumo humano impróprio. (DUARTE, 2009).

A pesquisa junto à comunidade revelou também que a implantação da mineração veio acompanhada: (a) pelo êxodo rural e conseqüente enfraquecimento das atividades produtivas no campo, com conseqüente diminuição do trabalho e da renda no campo; (b) a perda de efluentes como a Lagoa de Santo Antônio e outras importantes nascentes de água, além do Ribeirão Santa Rita; (c) redução da biodiversidade e perda de espaços de cultura e lazer às margens dos rios, com impactos sobre a sociabilidade; (d) redução do território, em razão do avanço das propriedades da *Kinross* e conseqüentes proibições de circulação em suas áreas; (e) perda da qualidade de vida, em face da ampliação da atividade produtiva mineraria e seus corolários, como intensa movimentação de maquinário. (DUARTE, 2009).

Márcio José dos Santos também buscou desvendar os conflitos socioambientais trazidos pela atividade de mineração, com especial destaque para os povoados existentes no município: São Sebastião, Lagoa e Cunha; São Domingos, território quilombola reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, além de Cerca, Porto do Pontal, Machadinho e Família dos Amaros. A exemplo do trabalho de Duarte (2009), sua pesquisa revela como os territórios destas comunidades e povos tem sido objeto do avanço do complexo industrial-mineral, seja pela expansão da lavra e uso do território como área de servidão da mina da *Kinross*, ou da extração de terra para o alteamento da barragem de rejeitos, processo que já expulsou 171 das famílias dos Amaras de seus quase mil hectares de terras; seja pela pressão para compra de terras para a implementação de uma nova barragem de rejeitos, eliminando parte das condições de produção da agricultura de subsistência, por meio de métodos próprios da “acumulação primitiva”, como ameaças e atentados que já levaram a morte de duas pessoas, no conflito envolvendo o Quilombo Machadinho. (SANTOS, 2012).

No âmbito do trabalho rural, o autor ressalta que a expansão dos agronegócios na década de 1980, com investimentos do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) e do Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros (PCPER),

exigiu a qualificação profissional de parte da força-de-trabalho disponível, adequada às novas condições de desenvolvimento da agricultura. Com isso, um contingente significativo de trabalhadores sem qualificação foi expulso do campo, deslocando-se para a periferia da cidade e para as atividades do garimpo, atualmente proibidas. (SANTOS, 2012). São contingentes de trabalhadores em situação de desemprego ou subemprego, para quem o complexo industrial mineral não parece oferecer alternativa, a exemplo da agricultura extensiva e de alta tecnologia dos agronegócios.

De modo assemelhado, ambas as pesquisas demonstram que o atual desenvolvimento e expansão das atividades do agronegócio e, principalmente, do complexo industrial-mineral, representado pela Votorantim Metais e, sobretudo, pela Kinross Gold Corporation, com a respectiva exploração de zinco e ouro, expressam a subordinação das condições elementares da reprodução social às necessidades da acumulação, simultaneamente a subsunção formal e real do trabalho, criando e recriando relações sociais (de produção) altamente destrutivas e exponenciando os conflitos socioambientais e a violência, com impactos drásticos no campo e na cidade.

A eliminação das condições elementares da reprodução social

Coelho (2014, p. 120) salienta que a atividade de mineração tende a apresentar impactos ambientais negativos, como: a poluição aérea causado por pó decorrente do transporte do mineral; a construção e manutenção de represas de rejeitos; a contaminação, destruição e assoreamento de rios e reservatórios de água; a poluição sonora causada por explosões e movimentação de carga; a destruição de sítios arqueológicos; a remoção de biomas no local da cava; a utilização de água para transporte, drenagem em minerodutos e separação do minério. (COELHO, 2014). No município em questão podemos encontrar todos eles juntos, como expressão da atividade de extração e processamento de ouro.

O projeto de expansão da Kinross ampliou os conflitos com a população local, entre outros aspectos, em razão da maior utilização da água do rio Paracatu e de fontes como o córrego Machadinho e córrego São Pedro. “A mina Morro do Ouro represa água dos cursos naturais da área em que se localiza e também capta à distância um grande volume de água em córregos da bacia do Rio São Francisco para o processo de concentração do ouro” (SOUZA et al., 2009, p. 266-267). Os autores relatam, ainda, que, desde 2010, diariamente, às 16h00 em ponto, explosivos são detonados em 180 diferentes pontos, liberando 180 mil toneladas de rochas. Estima-se que até o esgotamento da mina Morro do Ouro, previsto para 2040, a área “mergulhará” cerca de 200 metros de profundidade. Além disso, a mina da Kinross é de alto risco ambiental.

O ouro dali extraído encontra-se originalmente em rochas ricas em arsenopirita, mineral que possui alto teor de arsênio (...) há quantidade considerável de arsênio nos rejeitos do processo de mineração, razão pela qual a gestão deste material deve ser feita com muita atenção às normas ambientais. Segundo Figueiredo, Borba e Angélica (2006), em Paracatu, um dos distritos auríferos do *greenstone belt*, é identificada uma das fontes pontuais de poluição de arsênio, onde são lavrados minérios auríferos, ricos em arsenopirita, não existindo ainda quaisquer estudos sobre as conseqüências da movimentação destes tipos de minérios na área de influência da mineração. Ainda conforme Furtado (2008), a barragem possui rejeitos de arsênio depositado a céu aberto e alega-se que a expansão prejudicará a saúde da população e o meio ambiente devido também aos riscos de contaminação dos rios, inalação de poeira e arsênio (SOUZA et al., 2009, p. 266).

A Mina do Ouro, em Paracatu, é considerada de baixo teor. Assim, para compensar a extração de ouro é preciso reduzir os custos de produção. E o beneficiamento do ouro com cianeto, com alta toxicidade, é a forma mais barata e economicamente viável. Depois de filtrado pelo carvão, o ouro fica retido e a solução que contém o cianeto (e sulfúrico) é levada para depósitos localizados na área da mina. A solução presente nestes depósitos ainda passa por uma etapa de recuperação de ouro residual, sendo separada da solução de cianeto, que segue para uma planta AVR (*Acid Volatization and Recovery*), onde é tratada com sulfato férrico para precipitação do cianeto e arsênio. No entanto, apenas 60% do cianeto é reciclado, retornando para o processo de lixiviação. A solução restante é bombeada para o canal de efluentes. Ocorre que, em torno de 40% do cianeto não é recuperado. Embora a empresa afirme que esse rejeito de cianeto é inativado por fotólise, Márcio José dos Santos contrapõe esta afirmação, relatando que 170 mil hectares, de um total de 270 mil do município de Paracatu, estão degradados, segundo pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro, no ano de 2011. E o Zoneamento Ecológico Econômico do estado de Minas Gerais indica o comprometimento total da água de superfície de Paracatu. (SANTOS, 2012).

Pesquisa da Fundação João Pinheiro mostra, ainda, que a incidência de óbitos ligados a enfermidades com sintomas considerados anormais em exames clínicos e laboratoriais, não classificados em nenhum grupo do CID-10 (Classificação Internacional de Doenças), é alta, tendo atingido 19,4%, no ano de 2009. “Como ainda não se fez um estudo epidemiológico no município, não se pode afirmar que este fato esteja associado à emissão de poluentes químicos da mineradora sobre a área do entorno, no caso, contaminação por arsênio e metais pesados” (Fundação João Pinheiro citada por Santos, 2012, p. 53-54).

Há alguns anos, o médico e cientista Sérgio Ulhoa Dani vem buscando demonstrar que:

[...] a superfície desnuda da mina e os rejeitos resultantes dos processos de mineração estão sujeitos às intempéries que liberam vários compostos de

arsênio inorgânico na forma de partículas, gases e solutos finos no meio ambiente.⁶

De acordo com ele:

Arsênio inorgânico na dose de 1mg por quilograma de peso corporal é um veneno que mata agudamente por bloqueio da respiração celular. A exposição crônica a concentrações infinitamente menores de arsênio inorgânico, a partir de 1 parte por bilhão (1 ppb = 1 micrograma por quilograma) já prejudica a fauna e a flora e causa um catálogo de doenças nos seres humanos, incluindo abortos, doenças cardiovasculares, alterações cutâneas, diabetes e diversas formas de câncer, entre outras doenças. O valor de referência (VR) adotado pelas Nações Unidas para a concentração de arsênio em água potável é de 10 microgramas por litro. Valor de referência (VR) não significa nível de exposição crônica segura, pois não existe dose segura para uma substância cancerígena como o arsênio. O VR serve apenas como referência para tomada de medidas de saneamento ambiental e proteção individual⁷

Quando perguntado se é possível estabelecer relações entre o surgimento ou aumento de determinadas doenças no município de Paracatu e a presença e expansão das atividades de mineração, particularmente a partir da chegada da *Kinross Gold Corporation* no município, ele respondeu com contundência:

Sim, é possível, tanto no nível clínico-laboratorial, quanto no nível epidemiológico. Uma nova metodologia que eu desenvolvi, em 2013, na Universidade de Heidelberg, Alemanha, facilitou enormemente o diagnóstico da intoxicação crônica por arsênio. Desde então, temos confirmado esse diagnóstico em vários pacientes de Paracatu que apresentam sinais e sintomas sugestivos ou patognomônicos da intoxicação crônica por arsênio⁸.

Em razão disso, prossegue Sérgio Dani:

Muitos desses pacientes entraram com ações contra a Kinross. Desde 2007, o número de casos de pacientes com câncer provenientes de Paracatu aumentou exponencialmente, a julgar pelas estatísticas simples de atendimentos realizados no Hospital de Câncer de Barretos. Em 2009, entramos com uma Ação Civil Pública contra a Kinross e a Prefeitura de Paracatu, com base na obrigação das rés de conduzir um estudo epidemiológico clínico-laboratorial da intoxicação crônica pelo arsênio e outras substâncias liberadas pela mineração de ouro em Paracatu. A ação foi suspensa pela justiça e até hoje o objeto desta ação não foi satisfeito. Em vez de um estudo epidemiológico clínico-laboratorial, as rés apresentam levantamentos fraudulentos realizados por não-médicos⁹.

No ano de 2010, a prefeitura municipal de Paracatu encomendou ao Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), órgão do governo federal brasileiro, um estudo com objetivo de analisar os impactos da mineração sobre a saúde da população e o meio ambiente. O relatório final foi entregue em dezembro de 2013. No entanto, o documento não foi

⁶ Entrevista concedida ao autor por email, em 15/04/2017

⁷ Entrevista concedida ao autor por email, em 15/04/2017.

⁸ Entrevista concedida ao autor por email, em 15/04/2017.

⁹ Entrevista concedida ao autor por email, em 15/04/2017.

disponibilizado publicamente, apenas na forma de síntese no sítio eletrônico do órgão federal. Neste, destaca-se que “mais de 95% da população amostrada apresentou baixos teores de arsênio em urina” (cf. cetem.gov.br). No entanto, de acordo com reportagem publicada pelo sítio eletrônico de *El País*, que diz possuir cópia integral do relatório de pesquisa (não disponibilizado para esta pesquisa), o mesmo documento afirmaria que o solo ao redor do Córrego Rico, possui concentração de arsênio em alguns de seus trechos, cinquenta vezes maior que o permitido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para uso residencial. Cinco de cada oito amostras de terra coletadas pelo Cetem no entorno do Córrego Rico sequer poderiam ser usadas com finalidade industrial; outros trechos do sedimento do fundo do córrego possuiriam, ainda, uma concentração de arsênio 252 vezes maior que o permitido pelo Conama, ou 4297,2 miligramas do mineral por quilo, ante os 19mg/kg permitidos pela legislação. Além de imprópria para o consumo humano em diversos pontos analisados, a água também seria imprópria até para o consumo animal e a irrigação. O relatório mostraria ainda que dos 11 rios existentes no município, seis apresentaram amostras de água e solo contaminadas com arsênio. (ALESSI, 2015, não paginado).

Os impactos sociais e ambientais da mineração: rumo a algumas considerações finais

As atividades que, na última década, estimularam o neodesenvolvimentismo experimentado por alguns países da periferia do sistema do capital, a exemplo do Brasil, tais como o agronegócio, a atividade petrolífera, a construção civil e a mineração possuem um denominador comum, conforme apontou Guilherme Delgado: todas operam com base no monopólio dos recursos naturais que, submetidos à exploração intensiva ou extensiva, produzem renda fundiária, objeto de intensa disputa no processo de apropriação da renda. (DELGADO apud SAMPAIO JR., 2013). Assim, a grande propriedade rural, o monopólio dos recursos naturais e a renda da terra se constituem em um dos problemas mais agudos do neodesenvolvimentismo contemporâneo.

Parafraseando Guilherme Delgado (apud SAMPAIO JR., 2013), ao revitalizar o complexo industrial-mineral no Brasil como “força motriz do padrão acumulação” do capitalismo nacional, o neodesenvolvimentismo reforçou o controle sobre os recursos ecológicos, naturais e minerais – além do papel do latifúndio – como base objetiva do capitalismo nacional. Nesses termos, a aposta na competitividade baseada na exploração predatória das “vantagens comparativas naturais do território”, como forma de inserção na nova estrutura global do capital, supõe a liberação de todo potencial destrutivo do capital, comprometendo as próprias condições elementares da reprodução social.

Daí decorrem os conflitos socioambientais e os impactos ambientais, sociais e econômicos registrados em Paracatu-MG, à medida que as formas de produção e reprodução da existência humana, a exemplo da agricultura de subsistência e de base familiar e das comunidades quilombolas e do campo, convertem-se em obstáculos no curso da expansão do capital transnacional: a superexploração do trabalho na cadeia produtiva do minério; os altos riscos e incidência de “acidentes” de trabalho; a expulsão de populações residentes próximas às minas ou em áreas de interesse das empresas de mineração; a destruição de formas de produção tradicionais, além dos deslocamentos de contingentes populacionais para cidades próximas às jazidas; e a inviabilização de formas tradicionais de viver, estar e produzir – conforme identificou Tádzio Peters Coelho como impactos socioculturais locais negativos da atividade de mineração (COELHO, 2014) – são algumas das manifestações deste processo no município de Paracatu-MG.

Em Paracatu concorrem para o agravamento deste quadro, a natureza da atividade de extração de ouro, que produz contaminação intensiva e extensiva por arsênio do conjunto da população, especialmente, do trabalho e do trabalhador diretamente envolvido com os processos produtivos, e do objeto de sua intervenção, a natureza: o alastramento indicado por Sérgio Dani, que prejudica a fauna e a flora, e doenças cardiovasculares, alterações cutâneas, diabetes, diversas formas de câncer, além de aborto. São estas as expressões da eliminação das condições elementares da reprodução da vida.

Referências

ALESSI, Gil. Mineração em Paracatu contamina cidade e expõe população ao arsênio. **El País**. 26 Mai 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/25/politica/1432561404_705347.html. Acesso em 17 Mai 2017.

BINEY, Ama. The Intellectual and Political Legacies of Kwame Nkrumah. **The Journal of Pan African Studies**, vol.4, no.10, January, pp. 127-142, 2012. Disponível em: <http://www.jpanafrican.org/docs/vol4no10/4.10Intellectual.pdf>. Acesso em 20 Abr 2017.

BLUSHAN, Aniket. Canada and Africa's Natural Resources: key features. **Canadian International Development Platform (CIDP)**, 2013. Disponível em: <http://www.nsi-ins.ca/wp-content/uploads/2014/01/Report-Canada-and-Africa%E2%80%99s-Natural-Resources.pdf>. Acesso em 20 Abr 2017.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Estadual - Minas Gerais**. Informe Mineral. 1º/2016. Jan-jun 2016, Brasília, 2016. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/dnpm/informes/informe_mineral_2_2016. Acesso em 13 Mar 2017.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Estadual - Minas Gerais** / Coord. Marina Marques Dalla Costa et al.; Equipe Técnica por Carlos Antônio Gonçalves de Jesus et al. – Brasília: DNPM, 2017.

COELHO, Tádzio P. **Projeto Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá: Editorial Iguana, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo – Brasil 2014**. [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2014.

DELGADO, Guilherme. Raiz estrutural do binômio desindustrialização/reprimarização da economia permanece intacta. In.: **Correio da Cidadania**. 11/04/2012. Disponível em: http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7009:manchete110412&catid=34:manchete. Acesso em: 14 Out 2014.

DUARTE, Aparecida de Fátima Coelho. **A vida dos moradores da comunidade Santa Rita com a implantação da empresa Rio Paracatu Mineração –RPM**. (Dissertação de Mestrado). PUC/SP. São Paulo, 2009.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O padrão de desenvolvimento dos agronegócios e a atualidade histórica da reforma agrária**. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Relatório Anual IBRAM 2014-2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://ibram.org.br/sites/1300/1382/00005733.pdf>. Acesso em 08 Fev 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Informações sobre a Economia Mineral do Estado de Minas Gerais**. Brasília, 2015b. Disponível em: ibram.org.br. Acesso em 03 Abr 2017.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo à uma teoria da transição**. São Paulo. Editorial Boitempo, 2009.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Minería en Brasil: problemas, perspectivas y desafíos. In: Marco Antonio Gandarillas. (Org.). **Extractivismo: nuevos contextos de dominación y resistencias**. 1ed. Cochabamba: CEDIB, 2014, p. 133-154

MOREIRA, Carlos Américo Leite; MAGALHÃES, Emanuel Sebag de. Um novo padrão exportador de especialização produtiva? Considerações sobre o caso brasileiro. **Revista SEP**, n. 38, jun. 2014., 90-106. Disponível em: <http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/56/93>. Acesso em 22 Jul 2017.

MOORE, Jean. In the National Interest? Criminalization of Land and Environment Defenders in the Americas. **Full Discussion Paper. MiningWatch Canada and the International Civil Liberties Monitoring Group (ICLMG)**, August, 2015. Disponível em: <http://miningwatch.ca/publications/2015/9/21/national-interest-criminalization-land-and-environment-defenders-americas>. Acesso em 29 Abr 2017.

PADILHA, César; BOSSI, Dário. Mineração na América Latina – Impactos e Resistências. **Conflitos no Campo – Brasil 2014**. [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2014.

PAULANI, Leda. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PINASSI, Maria Orlanda. Brasil. (Neo)desenvolvimentismo ou luta de classes? **Herramienta Web**, nº 13, Jun 2013. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-web/herramienta-web-13>. Acesso em: 14 Nov 2013.

PINASSI, Maria Orlanda; GOMES, Raimundo da Cruz Neto. La minería y la lógica de producción destructiva en la Amazonia brasileña. **Herramienta**, n. 51, octubre de 2012. Disponível em: www.herramienta.com.ar/revista-impres/revista-herramienta-n-51. Acesso em 03 Abr 2017.

POCHMANN, Márcio. O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro. In.: **Margem Esquerda – ensaios marxistas**, São Paulo, nº 15: novembro de 2010.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?:** o trabalho na base da pirâmide social brasileira. – São Paulo: Boitempo, 2012.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In.: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil:** debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMPAIO JR., Plínio. Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, Dec, 2012.

SANTOS, Márcio José dos. **O Ouro e a dialética territorial em Paracatu-MG:** opulência e resistência. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Brasília, UNB, 2012.

SOUZA, Keila Valente de; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez; FERNANDES, Francisco Rego Chaves. Paracatu: o conflito entre o “Rio Bom” e a mineração. **Centro de Tecnologia Mineral, Ministério da Ciências, Tecnologia e Inovação (CETEM-MCTI)**. – Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br:8080/bitstream/cetem/1170/1/Paracatu%20o%20conflito.pdf>. Acesso em 13 Mai. 2017

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In.: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. (Orgs.) **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

TAUTZ, Carlos; SISTON, Felipe et. all. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate encessário. In.: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida; FILGUEIRAS, Luiz et. all. (Orgs.) **Os anos Lula:** contribuições para um balanço crítico 2003-2010. – Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

Sobre o autor

Frederico Daia Firmiano – Graduação em Comunicação Social pelo Centro Universitário Moura Lacerda. Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-6701-1201>

Como citar este artigo

FIRMIANO, Frederico Daia. Caminhos e Dinâmicas A lógica destrutiva da mineração em Paracatu-MG. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 47-65, mai.-ago., 2020.

Recebido para publicação em 25 de agosto de 2019.
Devolvido para a revisão em 04 de março de 2020.
Aceito para a publicação em 21 de março de 2020.

Entre lo global y lo local: las Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social-Zidres en Colombia

Juanita Cuellar Benavides

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

e-mail: juanitacuellarbenavides@gmail.com

Resumen

Este trabajo busca avanzar en la discusión de la ley n. 1776 de 2016, por medio de la cual se crean las Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social (Zidres). Se argumenta que las Zidres responden a intereses, actores y pautas tanto a nivel global como a nivel local. A nivel global, las Zidres responden a las presiones por el acceso y control de nuevas tierras, ya sea para el avance del agronegocio o para fines especulativos. A nivel nacional, las Zidres reflejan las transformaciones que ha sufrido el campo colombiano desde la década del noventa, en donde se han privilegiado los sectores volcados hacia la producción agroexportadora, en detrimento de la economía campesina.

Palabras clave: Zidres; agronegocio; acaparamiento de tierras.

Entre o global e o local: as Áreas de Interesse de Desenvolvimento Rural, Econômico e Social-Zidres na Colômbia

Resumo

Este trabalho busca avançar na discussão da Lei n. 1776 de 2016, através da qual são criadas as Áreas de Interesse do Desenvolvimento Rural, Econômico e Social (Zidres). Argumenta-se que as Zidres respondem a interesses, atores e diretrizes tanto em nível global como local. Em nível global, as Zidres responderam às pressões pelo acesso e controle de novas terras, seja para o avanço do agronegócio ou para fins especulativos. Em nível nacional, as Zidres refletem as transformações pelas quais o campo colombiano passou desde a década de 1990, onde setores focados na produção agroexportadora foram privilegiados, em detrimento da economia camponesa.

Palavras-chave: Zidres; agronegócio; *land grabbing*.

Between Global and Local: The Areas of Interest for Rural, Economic and Social Development-Zidres in Colombia

Abstract

This work aims to advance in the discussion of Law n. 1776 of 2016, which creates the Areas of Interest of Rural, Economic and Social Development (Zidres). It is argued that the Zidres respond to interests, actors and guidelines both globally and locally. At a global level, the Zidres are the result of pressures for access and control over new lands, for the development of agribusiness or for speculative objectives. At a national level, the Zidres are related to the transformations that the Colombian countryside has undergone since the 1990s, where sectors focused on agro-export production have been privileged, to the detriment of the peasant economy.

Keywords: Zidres; agribusiness; land grabbing.

Introducción

En noviembre de 2016, el gobierno colombiano, en cabeza de Juan Manuel Santos (2010-2018), y la guerrilla de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC-EP) firmaron el acuerdo de paz, después de más de cuatro años de negociación y de un conflicto social y armado de más de cincuenta años. Uno de los rasgos más impactantes del conflicto ha sido el desplazamiento forzado de comunidades campesinas, indígenas y negras, y el despojo de sus tierras. Se calcula que en Colombia hay cerca de 6,5 millones de desplazados y 8,3 millones de hectáreas de tierra despojada o abandonada por la fuerza (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2015). La ausencia de una verdadera reforma agraria, y el desplazamiento y despojo de tierras, han dado como resultado una estructura agraria extremadamente desigual, con un índice gini de tierras que ha aumentado de forma constante desde la década del ochenta, y que en 2014 llegó a 0,89 (OXFAM, 2017).

En la agenda de negociación con la guerrilla de las FARC-EP, el primer punto a discutir fue la Reforma Rural Integral (RRI), entendiendo la importancia de esta cuestión como factor determinante en el origen y permanencia del conflicto social y armado. Además, responde a una de las demandas históricas de esta guerrilla, que desde su nacimiento, en 1964, ha tenido como una de sus principales banderas la reforma agraria. Algunas de las medidas incluidas en la RRI incluyen la democratización del acceso y uso adecuado de la tierra, a través de la creación de un fondo de tierras de tres millones de hectáreas, y la formalización masiva de la propiedad de siete millones de hectáreas (GOBIERNO DE COLOMBIA; FARC-EP, 2016).

De forma paralela a las negociaciones de paz, a inicios del año 2016, el presidente sancionó la ley n. 1776, por medio de la cual se crean las Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social, Zidres. Esta ley busca establecer áreas en Colombia para el desarrollo de proyectos de agronegocio, en lugares que, de acuerdo con esta legislación, se encuentren aislados de centros urbanos, demanden elevados costos de adaptación productiva, cuenten con baja densidad poblacional, presenten elevados índices de pobreza, o carezcan de infraestructura mínima para el transporte y comercialización de los productos (CONGRESO DE LA REPÚBLICA, 2016). Esta legislación constituye un importante precedente para la expansión del agronegocio en Colombia, y surge en momentos en que la cuestión rural está en el centro del debate, debido a la discusión sobre la necesidad de democratizar la tierra a través de la RRI.

El estudio de las dinámicas asociadas a la ley Zidres resulta fundamental para comprender la compleja cuestión agraria en Colombia. Por tal motivo, este artículo se

propone comprender la ley Zidres como el resultado de dinámicas y demandas que se presentan tanto a nivel global, como a nivel nacional. En su dimensión global, las Zidres son el resultado del proceso de expansión del modelo de agronegocio promovido por organismos internacionales como el Banco Mundial. El concepto de agronegocio, de acuerdo con Gras (2013), se diferencia de la agroindustria, y bajo este concepto, se comprenden los cambios de esta nueva agricultura, que están asociados al desarrollo de conocimientos científicos y su impacto en la reorganización de los sistemas de innovación; modificaciones a nivel jurídico y regulatorio; cambios en los sistemas productivos, con una participación fundamental del capital financiero; y transformaciones en la estructura de tenencia de la tierra, en la organización del trabajo y en el perfil de los actores participantes.

Las Zidres también tienen una relación con los procesos recientes de fiebre por la tierra, conocido como *land grabbing* o acaparamiento de tierras, que desde el 2008 ha significado un aumento rápido y exponencial de las transacciones de tierra a nivel global. El *land grabbing* es entendido como un fenómeno complejo que se caracteriza por el control sobre la tierra y recursos asociados, como el agua. Generalmente implica cambios en el uso de la tierra y de sus recursos asociados, debido a que sus usos son ahora determinados por los imperativos de acumulación del capital (BORRAS et al., 2012). Por las dimensiones de este fenómeno, el acaparamiento global de tierras se ha convertido en un asunto de gobernanza global, el cual está presente en la agenda de los grupos de los países más poderosos (como G8 y G20), al igual que en la pauta de los sectores de la sociedad civil, movimientos sociales transnacionales y de inversores y corporaciones (MARGULIS; MCKEON; BORRAS JR, 2013). Las adquisiciones rápidas y masivas de tierra han sido utilizadas en gran medida para la expansión del agronegocio, especialmente por medio de la siembra de cultivos flexibles o *flex crops*, que pueden servir para distintos propósitos, como la alimentación humana, animal, material industrial o agrocombustibles. Tal es el caso de la palma aceitera, la soya y la caña de azúcar. Sin embargo, el aumento en el número de transacciones de tierras tiene también una dimensión especulativa (GIRALDO, 2018).

A nivel nacional, la ley Zidres responde a procesos de avance de la agricultura empresarial, principalmente a partir de la década del noventa, cuando se implementan medidas neoliberales en el país, y se abandonan las políticas de sustitución de importaciones y promoción de exportaciones, para dar paso a la liberalización del mercado y la entrada de nuevos productos, lo que significó el decrecimiento de cultivos de gran tradición. Los posteriores Tratados de Libre Comercio (TLC), especialmente el TLC firmado con Estados Unidos, profundizaron esta tendencia. La reciente expansión del agronegocio se ha dado de forma intensa en la región de la altillanura colombiana. Como se verá, la ley Zidres responde también a las dinámicas de transformación de la agricultura en esta región.

En relación con los procedimientos metodológicos, el presente artículo ha sido construido a partir de información primaria y secundaria, de carácter cualitativo y cuantitativo. Además de la consulta de material bibliográfico sobre esta temática, se consultaron fuentes primarias asociadas a los sectores empresariales de Colombia, como la Revista Nacional de Agricultura, y documentos asociados al trámite de la ley N. 1776 de 2016 en el Congreso de la República, como actas de las audiencias públicas, debates en el Congreso y documentos de política. A nivel de información cuantitativa, se consultó el Anuario Estadístico del Sector Agropecuario, del Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural, con información consolidada de los cultivos en Colombia entre 1987 y 2016.

El texto está organizado de la siguiente forma. La primera parte realiza una caracterización general del contexto global en el que surgen las Zidres, para dar paso, en segundo lugar, a una discusión que busca comprender sus antecedentes a nivel nacional. En la tercera parte se hará referencia a los principales aspectos de la ley Zidres. Por último, se presentan las reflexiones finales.

La dimensión global de las Zidres: Neoliberalismo, acaparamiento de tierras y expansión del modelo de agronegocio

El modelo de expansión del agronegocio a través de las Zidres es el resultado de dinámicas globales, que tienen una configuración particular en el contexto nacional, es decir, sus elementos “fueron conjugados y puestos en juego en cada país de maneras específicas” (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013, p. 22). El carácter global de este modelo se enmarca dentro del neoliberalismo. David Harvey (2007) considera que en su concepción teórica, el neoliberalismo se apoya en la idea según la cual:

la mejor manera de promover el bienestar del ser humano, consiste en no restringir el libre desarrollo de las capacidades y de las libertades empresariales del individuo, dentro de un marco institucional caracterizado por derechos de propiedad privada, fuertes mercados libres y libertad de comercio" (HARVEY, 2007, p. 8).

Aunque el neoliberalismo ha tenido un desarrollo geográfico desigual, ha logrado tornarse hegemónico, ya que en la práctica todos los Estados han adoptado alguna versión de la teoría neoliberal. La construcción de dicha hegemonía se dio a través de la promoción del ideal político de dignidad y libertad individual. A nivel de la práctica, el neoliberalismo, que tuvo en el Consenso de Washington un importante punto de convergencia de diversos intentos y experimentos de políticas neoliberales en distintos países, se apoya en prácticas como la desregulación, la privatización y el abandono por parte del Estado de áreas de provisión social.

El neoliberalismo no ha generado riqueza, sino que la ha redistribuido en dirección a las clases altas y a los países ricos. La principal forma como esto se ha llevado a cabo ha sido a través de la acumulación por desposesión. Este concepto, elaborado por Harvey a partir de la acumulación originaria de Marx, resulta fundamental para comprender dinámicas recientes que tienen lugar en distintos lugares del mundo. Marx se refería a la acumulación originaria como precondition para el desarrollo del capitalismo, la cual se basaba en prácticas depredadoras. Dentro de la acumulación originaria, incluía diversos procesos, como la mercantilización y privatización de la tierra, la expulsión forzosa de comunidades campesinas, la conversión de diversas formas de derechos de propiedad común, colectiva, estatal, en derechos de propiedad exclusivos, la supresión del derecho a los bienes comunes, entre otros (HARVEY, 2007). Harvey considera que dichas prácticas continúan, y no estarían, entonces, limitadas al inicio del capitalismo. Llama la atención, además, para otras formas de acumulación por desposesión que han surgido, como los derechos de propiedad intelectual, la reciente depredación de bienes ambientales globales (agua, aire, tierra), la privatización de activos públicos, entre otros. Lo anterior constituiría, de acuerdo con Harvey, una nueva ola de cercamientos de los bienes comunes. Aunque para este autor la acumulación por desposesión se da en diferentes momentos históricos, se acelera en los momentos de crisis de sobreacumulación en la reproducción ampliada, y por lo tanto, se acumula mediante la desposesión. Así, la acumulación por desposesión libera una serie de activos a un costo muy bajo para ser apropiados por el capital sobreacumulado, que pasa a darles un uso lucrativo de forma inmediata (HARVEY, 2005).

A nivel de la dinámica global de la agricultura, el neoliberalismo trajo consigo la liberalización y la mayor regulación privada del sector agroalimentario, lo que llevó a la configuración de un nuevo régimen alimentario de carácter global¹, que autores como McMichael (2016) llaman de régimen alimentario corporativo, el cual se basa en el agronegocio. En él, los Estados ya no cumplirían el papel de reglamentar los mercados, sino que los Estados estarían al servicio de éstos, privilegiando, así, los intereses de las transnacionales, las cuales buscan ampliar sus operaciones a nuevos territorios que no se encontraban incorporados al capitalismo mundial (GIRALDO, 2018). Así, “desregulación política a nivel local, liberalización e innovación tecnológica junto con la emergencia de nuevas formas de regulación a nivel global, constituyen elementos centrales que posibilitaron la emergencia del actual modelo de producción en el agro” (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013, p. 22), que es justamente el modelo conocido como agribusiness o agronegocio. Este modelo está basado en la conformación de grandes escalas productivas

¹ McMichael (2016) identifica tres regímenes alimentarios. El primero se centra en Gran Bretaña, entre 1870 y la década del treinta; el segundo está centrado en Estados Unidos (1950-1970), y el tercer régimen alimentario, llamado de corporativo, se presenta entre 1980-2000, el cual se enmarca dentro del proceso de globalización neoliberal.

(en las que predomina el monocultivo), a través de diversos mecanismos de control de la tierra (no solo la compra), con múltiples estrategias de financiamiento y de manejo del riesgo, con innovación tecnológica permanente y con una estructura organizativa de tipo corporativo (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013). En el agronegocio predominan los llamados *flex crops*, esto es, cultivos que tienen múltiples usos (alimentación, ración animal, combustibles, material industrial) y que además, pueden intercambiarse de manera flexible. Estos cultivos, dentro de los que se destacan la soya, caña de azúcar, palma de aceite y maíz, se constituyen en un portafolio diversificado de productos, los cuales pueden responder a la volatilidad de los precios del mercado global, al reducir la incertidumbre y estabilizar o aumentar la rentabilidad (BORRAS et al., 2016).

En 2008 estalló una fuerte crisis, que se manifestó en sus múltiples dimensiones: crisis inmobiliaria, alimentaria, energética, financiera y productiva (RUBIO, 2011). A nivel de la crisis alimentaria, se constata una reducción en la oferta, que se asocia al uso de cosechas que anteriormente eran usadas para el consumo humano, las cuales comienzan a emplearse para la producción de ración animal y de agrocombustibles. Además, las *commodities* se han convertido en refugio de capitales especulativos, con un efecto sobre el precio de los alimentos. Con la crisis inmobiliaria en Estados Unidos, los fondos especulativos comenzaron a invertir en el mercado de futuros de materias primas, generando una burbuja y el aumento rápido de los precios de los alimentos en 2008. Dicha crisis generó, a nivel de la agricultura global, una nueva dinámica. Así, a partir de ese año comienza a percibirse un aumento exponencial de las transacciones de tierra a gran escala en diferentes países, fenómeno conocido como acaparamiento de tierras o *land grabbing*. Aunque no es un fenómeno que comience en 2008, la intensificación de las transacciones de tierra a partir de este año llamó la atención, por lo que se considera un marco de referencia para los estudios sobre acaparamiento global de tierras. Entre 2008 y 2009 hubo un aumento de 20 veces en las transacciones de tierras en comparación con el promedio de los últimos años (WOLFORD et al., 2013). Estas compras o transacciones de tierras fueron lideradas inicialmente por algunos gobiernos (como países del Golfo, China, India, Japón y Corea del Sur), además de fondos de pensiones y capitales ilegales provenientes de paraísos fiscales (GIRALDO, 2018).

Aunque el acaparamiento global de tierras fue percibido inicialmente como un fenómeno exclusivo de la región del África subsahariana, es un fenómeno con dimensiones globales, en donde se busca el control de la tierra (no necesariamente a través de la compra de la misma), y donde participan distintos actores, tanto del orden nacional como del orden internacional. Dichas transacciones de tierra tendrían un fuerte vínculo con el capital financiero internacional. En este sentido, Borrás *et al* (2012) consideran que el concepto de *land grabbing* estaría asociado a tener básicamente el control sobre la tierra y sobre otros

recursos asociados, como el agua y otros recursos naturales, y sacar beneficio de ese control. En este sentido, "land grabbing is essentially 'control grabbing'" (BORRAS et al., 2012, p. 850).

Estudiar la forma como este fenómeno de acaparamiento de tierras y de expansión del agronegocio se ha dado a nivel latinoamericano permite contar con herramientas para una mejor comprensión de las Zidres en Colombia. En este sentido, en América Latina la fecha de referencia con relación a las transacciones masivas de tierra es también el año 2008, cuando comienzan a promoverse inversiones de capital extranjero en las cadenas de agronegocio como parte de las estrategias para aumentar la producción y la exportación (PUYANA; COSTANTINO, 2015). Se percibe una expansión de los cultivos flexibles en países como Argentina, Brasil, Bolivia, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Uruguay y Guatemala (BORRAS et al., 2012). De la misma forma, se observa un interés en las plantaciones forestales y en las demandas por recursos naturales. Cabe destacar que en muchos países, la inversión extranjera recibe los mismos beneficios que la inversión local (PUYANA; COSTANTINO, 2015).

En este sentido, los Estados tienen un papel importante, al construir narrativas que acaban siendo útiles para las transacciones de tierra. Los territorios se presentan como tierras planas, ideales para los cultivos a gran escala, como sabanas semiáridas, llamadas de tierras marginales, como tierras aún no desarrolladas o que son propiedad del Estado, o tierras aisladas geográficamente (WOLFORD et al., 2013). Es decir, son discursos a través de los cuales los Estados acaban liberando gran cantidad de tierras para ser negociadas en el mercado de tierras. La complejidad de los procesos de *land grabbing*, y el importante papel que juegan los Estados, sirve para problematizar esta cuestión, y entender las apropiaciones de tierra más allá de un fenómeno que se da de arriba hacia abajo, dirigido por los mercados globales y los gobiernos extranjeros. Actores como los representantes del Estado, las élites locales y regionales, las organizaciones paramilitares, los pequeños productores, las comunidades indígenas y marginales, son también actores importantes en los procesos de apropiación de tierras (WOLFORD et al., 2013). De acuerdo con un estudio de GRAIN, (2016, p. 6) "La mayoría de los gobiernos en América Latina están dispuestos a estos nuevos negocios, y las misiones diplomáticas van con frecuencia al extranjero a vender las ventajas de invertir en las tierras agrícolas de sus países". Las inversiones en tierras en América Latina tienen otro componente, y es el fuerte protagonismo tanto de inversiones provenientes de la misma región, es decir, de las llamadas corporaciones translatinas, como de las élites naciones (latifundistas y capitalistas), que continúan realizando inversiones de peso en tierra y en el desarrollo del agronegocio (BORRAS et al., 2012).

Aunque estas transacciones de tierras suelen excluir a las poblaciones, siguiendo la lógica de la *acumulación por desposesión* de Harvey (2005), Giraldo (2018) llama la atención para la necesidad de comprender el fenómeno del acaparamiento de tierras no solo a partir de la expulsión de las poblaciones de sus tierras, sino también a partir de la incorporación de dichas poblaciones a las lógicas de acumulación. En esta perspectiva, este autor considera que organismos como la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y Alimentación (FAO) y el Banco Mundial promueven discursos que propenden por la necesidad de incluir a las poblaciones campesinas e indígenas mediante la subcontratación, las empresas de participación conjunta, vínculos empresariales entre las cadenas de agronegocio, así como a través de cooperativas de pequeños productores. En este sentido, las comunidades afectadas por procesos de acaparamiento de tierras responden de diferentes formas a estas dinámicas. Así, las “reacciones políticas desde abajo” (HALL et al., 2015) pueden incluir procesos de resistencia, movilizaciones para mejorar las compensaciones por expulsiones, o exigencias por parte de trabajadores para incluir sus demandas en las transacciones de tierras. Es decir, los procesos son complejos y por lo tanto, las respuestas de los actores afectados no son homogéneas. Aunque en algunos casos se encuentren procesos de resistencia efectiva a los acuerdos de tierras, en otros casos se buscan acuerdos con el Estado y con el capital privado, que no incluyen una confrontación directa (HALL et al., 2015).

Esta breve caracterización de las dinámicas globales de tierra, contribuye a comprender el caso colombiano, específicamente la legislación objeto de estudio de este artículo. La complejidad de estos procesos invita a considerar la forma como a nivel nacional se ponen en marcha estas dinámicas, lo que incluye estudiar las particularidades marcadas por el territorio donde ocurren, la historia de luchas en esos lugares, así como el papel del Estado que, como se vio, resulta clave para la comprensión de los procesos de acaparamiento de tierras.

Transformaciones agrarias en Colombia: los antecedentes de la Ley Zidres

A partir de la comprensión de la relación entre la ley que crea las Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social (Zidres) y la dinámica de expansión del agronegocio y acaparamiento global de tierras, es preciso estudiar las Zidres en el contexto local, comprendiendo sus particularidades y su surgimiento en el contexto agrario colombiano. La ley Zidres cuenta con un diseño jurídico novedoso, que permitió liberar más de siete millones de hectáreas para el avance del agronegocio (ver mapa 1), incluyendo tanto tierras de propiedad privada como tierras públicas (baldías). Estas últimas, de acuerdo con la legislación agraria, debían ser destinadas preferencialmente a campesinos sin tierra o

con tierra insuficiente, es decir, la finalidad de los baldíos estaría asociada a cuestiones de reforma agraria. Las Zidres, en este sentido, expresan el avance y consolidación del agronegocio en Colombia, afectando el uso de las tierras baldías, y de esta forma, resignifican la disputa histórica por la tierra.

Comprender la forma como el Estado colombiano llegó a promulgar esta ley en el año 2016, pasa por un estudio de las transformaciones recientes que ha tenido la agricultura colombiana, a partir del abandono del modelo de sustitución de importaciones y la implantación de las políticas neoliberales en la década del noventa, especialmente durante el gobierno del presidente del Partido Liberal, César Gaviria (1990-1994). En este sentido, las políticas de liberalización económica significaron el decrecimiento y en algunos casos el abandono de cultivos tradicionales. Al analizar el área cosechada, se constatan transformaciones profundas. En el caso del sorgo, entre 1990 y 2016, hubo una disminución del 97% del área cosechada. En el caso del algodón, aunque es un cultivo que tiene relevancia en Colombia, la disminución en el área cosechada en estos años fue del 92%. La cebada y el trigo, que contaban cada uno con más de 50 mil hectáreas cultivadas en los primeros años de la década del noventa, tuvieron una reducción de cerca del 96%. El maíz tradicional, aunque continúa teniendo gran relevancia en la economía local, redujo en más del 50% el área cosechada entre 1987 y 2016 (MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL, 2019).

Durante este periodo se constata también el crecimiento de cultivos propios de la economía capitalista, es decir, cultivos que hacen uso de capital, tierra, trabajo (asalariado) y tecnología, como instrumentos de generación de ganancias (PNUD, 2011). Dentro de estos se destaca el arroz mecanizado, la caña de azúcar, el banano de exportación, el maíz tecnificado, la soya y la palma de aceite, este último con un crecimiento exponencial. Entre 1987 y 2016, el arroz mecanizado tuvo un aumento del 50% de la superficie cosechada, llegando a tener, en 2016, 530.000 hectáreas. En el caso de la caña de azúcar, se percibe, entre 1987-2016, un aumento –con oscilaciones- en el área cosechada, pasando de 108.000 hectáreas en 1987, a 205.531 hectáreas en 2016, es decir, un aumento del 90% en el área cosechada. El banano de exportación, que ha tenido una gran trayectoria en el país, tuvo un aumento en el área cosechada del 91%. En el caso del maíz tecnificado, se observa un incremento exponencial durante el periodo estudiado (1987-2016), lo que sugiere que éste puede estar sustituyendo el maíz tradicional. Este cultivo ha tenido un aumento en el área cosechada del 173%, alcanzando, en 2016, 213.045 hectáreas cosechadas.

El cultivo de la soya, por su parte, requiere una atención especial. Durante el periodo estudiado (1987-2016), el año 1990 registra la mayor área cosechada, con 116.150 hectáreas. Sin embargo, en la década del 90 comienza a decrecer su producción. En años recientes, se percibe un aumento de este cultivo, llegando a tener en el año 2016, 40.920

hectáreas, con un aumento en el rendimiento. Por último, con relación a la palma de aceite, se observa un crecimiento exponencial y sostenido en las últimas décadas en Colombia, pasando de 51.560 hectáreas cosechadas en 1987, a 498.962 hectáreas en 2016, lo que significa un incremento del 860%.

A excepción del arroz mecanizado y el banano de exportación, los otros cuatro cultivos tienen una característica fundamental, y es que son considerados *flex crops*. Por otro lado, los incrementos en estos cultivos guardan relación con decisiones de política, y discusiones al interior de los sectores empresariales, en donde, frente a la apertura económica, se optó por privilegiar cultivos como la caña de azúcar y la palma (MESA DISHINGTON, 2013), y hubo un apoyo a través de medidas de política concretas para beneficiar a estos sectores.

Al estudiar la década del 2000 se identifican acciones que son clave para la comprensión de las transformaciones agrícolas, y que se relacionan con el modelo de agricultura que fue adoptando el país en años recientes. Tres elementos requieren ser destacados. El primer elemento sería el avance de la agricultura empresarial durante el gobierno de Álvaro Uribe, quien ganó las elecciones en 2002, por el movimiento Primero Colombia. Uribe fue elegido luego del fracaso del proceso de paz del gobierno de Andrés Pastrana (1998-2002) con la guerrilla de las FARC-EP. Así, el discurso del nuevo presidente estuvo enfocado en la lucha contrainsurgente y en la derrota militar de la guerrilla. Uribe, además, consolidó una relación fluida con los gremios empresariales, que se mostraron a favor de la lucha contrainsurgente y apoyaron el financiamiento de la misma. Estos sectores se beneficiaron de políticas de flexibilización del mercado laboral y de incentivos dados a los grandes empresarios agrícolas (GONZÁLEZ, 2014). Durante este periodo se promovieron los monocultivos como el café, el cacao, y se dio impulso a los cultivos para la producción de agrocombustibles, como la palma de aceite y la caña de azúcar (SALINAS ABDALA; SEEBOLDT, 2010).

Uno de los programas emprendidos durante este periodo fue el modelo de Alianzas Productivas. El programa es definido como “un instrumento del Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural –MADR- que vincula a pequeños productores rurales con los mercados a través de un esquema de agronegocios con un aliado comercial formal” (MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL, 2018, p. 1). En este sentido, se busca que la pequeña producción agropecuaria se alíe con las empresas ya posicionadas para vender sus productos a la empresa. El programa comenzó en 2002, y fue financiado a través de un préstamo del Banco Mundial. En su programa piloto, fueron financiados proyectos de lácteos, cacao, tabaco, maíz, soya, hortalizas, palma y cultivos forestales (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, 2001). En este modelo participan tres tipos de actores: los pequeños y medianos productores, los cuales aportan capital, tierra,

trabajo y conocimiento y entregan sus productos al aliado comercial; los aliados comerciales e industriales, encargados de comercializar el producto y transformarlo para su venta; y el Estado, encargado de apoyar el proyecto a través de incentivos y asistencia técnica.

El cultivo de la palma ha sido uno de los que ha aplicado el modelo de las Alianzas Productivas. Tienen incluso el modelo de Alianzas Productivas de Indupalma, en el cual la empresa coordina los préstamos a los campesinos, los cuales están respaldados en sus tierras (VÁSQUEZ, 2017). Esta estrategia ha sido implantada en el gremio palmicultor, como mecanismo para aumentar la competitividad a nivel internacional, a través de la reducción de los costos de producción. De acuerdo con Fajardo (2014) el programa de Alianzas Productivas consiste en el suministro de palma por parte de proveedores, normalmente pequeños productores, a la empresa ancla, a través de contratos de exclusividad. Los productores aportan cerca del 30% de la inversión total, a través de capital y mano de obra, destinan sus tierras al proyecto y deben vender la producción a la empresa, volviendo a los campesinos dependientes de estas empresas. Este modelo ha traído diversos problemas para los proveedores, quienes tienen baja capacidad para negociar los precios de venta de las cosechas a las empresas. Salinas (2012), por su parte, señala que este modelo del gremio palmero ha llevado a incrementos en el precio de la tierra en algunas regiones, además de los efectos que tiene para la producción de alimentos de la canasta básica, en la medida en que se prioriza el monocultivo para la producción de biodiesel.

Por otro lado, en 2006 se firma el Tratado de Libre Comercio (TLC) con Estados Unidos², un país que subsidia gran parte de su agricultura. Lo anterior significó, en la práctica, dar mucho más valor a los productos exportables, en detrimento de otros sectores. La Sociedad de Agricultores de Colombia (SAC), gremio que representa a diversos sectores agrícolas en Colombia, realizó críticas al TLC, por considerar que la negociación en materia agrícola habría podido ser más positiva. Sin embargo, resaltó del acuerdo el potencial exportador de Colombia en aceite de palma, etanol y biocombustible, debido a la decisión de Estados Unidos de minimizar su dependencia de los combustibles fósiles, lo que incrementaría la demanda por estos productos (REVISTA NACIONAL DE AGRICULTURA, 2006).

Como una medida para compensar y preparar a los productores para la intensa competencia que traería el TLC, el gobierno de Uribe implementó el programa Agro Ingreso Seguro (AIS) en 2007. De acuerdo con la ley de creación, el programa estaba destinado a “proteger los ingresos de los productores que resulten afectados, ante las distorsiones derivadas de los mercados externos y a mejorar la competitividad de todo el sector agropecuario nacional, con ocasión de la internacionalización de la economía” (CONGRESO

² El TLC con Estados Unidos fue firmado en 2006 y entró en vigor en 2012.

DE LA REPÚBLICA, 2007 Art. 1). El programa buscaba promover la competitividad y productividad de las actividades agropecuarias. Para tal fin, se destinó el 60% del presupuesto anual de inversión del Ministerio de Agricultura, entre 2007 y 2009. AIS fue fuertemente cuestionado ya que, por un lado, los recursos no fueron destinados a apoyar a la economía campesina, que fue la más afectada con el TLC, sino a las grandes agroindustrias, y por el otro lado, hubo diversos escándalos de entrega irregular de los subsidios de este programa. El programa AIS muestra el sesgo anticampesino y la construcción de políticas a favor de las clases dominantes, de forma clara y explícita (URIBE-LÓPEZ, 2013). Mondragón (2011, p. 9) afirma que en Agro Ingreso Seguro, “161 beneficiarios recibieron en créditos la misma plata que 79 mil (\$420 mil millones)”. Se considera que cerca del 83% de los recursos del programa fueron absorbidos por los medianos y grandes productores (LÓPEZ, 2012). De acuerdo con información presentada por el senador Jorge Enrique Robledo, 45 empresarios del agro que recibieron subsidios en el marco de este programa, habían realizado aportes a la campaña de Uribe Vélez en 2002 (RUGELES, 2016). Los diversos escándalos relacionados con este programa llevaron a su rediseño durante el gobierno de Juan Manuel Santos.

Las nuevas dinámicas relacionadas con los agrocombustibles y con el fortalecimiento de los sectores agroempresariales durante el gobierno de Álvaro Uribe, desataron una nueva búsqueda y demandas por el acceso a tierras para aumentar la producción. Para Uribe, en el país había disponibilidad de tierras para tal fin:

Nosotros tenemos 43 millones de hectáreas de sabana. 24 ó 25 millones de cabezas de ganado. Nosotros en esas hectáreas de sabana tenemos una gran posibilidad para crecer la producción de alimentos a fin de garantizar la seguridad alimentaria y, al mismo tiempo, para crecer la producción agrícola con destino a la energía de origen agrícola (REVISTA NACIONAL DE AGRICULTURA, 2008, p. 23).

Así, comenzó una fuerte presión por parte de los sectores agroempresariales para tener acceso a nuevas tierras y ampliar así la producción de *commodities* para la exportación. En esta perspectiva, la Ley n. 160 de 1994 representaba una barrera para la expansión de estos cultivos en terrenos baldíos, en la medida en que dicha legislación daba preferencia al uso de los baldíos para fines de reforma agraria. Lo anterior tuvo como telón de fondo una coyuntura en que los sectores campesinos fueron fuertemente reprimidos, mientras que los grandes propietarios de tierras y los empresarios tuvieron posibilidades de influir a su favor en las políticas públicas del agro colombiano.

El segundo elemento se refiere al impulso dado al agronegocio durante el gobierno de Juan Manuel Santos (2010-2018), en donde, desde el inicio, hubo un intento por modificar la legislación de baldíos en Colombia, intentando responder a la demanda de los

sectores agroempresariales. En su campaña presidencial del 2010, el entonces candidato planteó en sus propuestas de campaña cambios en el manejo de los baldíos, levantando las restricciones a la Unidad Agrícola Familiar (UAF). En el documento "Buen gobierno para la prosperidad democrática. 109 iniciativas para lograrla" que contiene sus propuestas de campaña, en la propuesta número 69 dice lo siguiente:

No más limitaciones de escritorio a los agricultores. Permitiremos a los agricultores y campesinos definir extensiones necesarias para sus cultivos, sin la limitación burocrática de la llamada Unidad Agrícola Familiar (UAF), respetando las características económicas de los mismos y de la tierra (PARTIDO DE LA U, 2010, p. 37).

Desde su llegada al poder, el sector agroempresarial hizo un llamado a Santos para realizar cambios en la legislación que permitieran la inversión en actividades agropecuarias:

Colombia puede ser una despensa productiva para el planeta, tal como lo señaló el Presidente Juan Manuel Santos en su discurso de posesión el pasado 7 de agosto. Sin embargo, esto implica el compromiso del Gobierno Nacional de realizar los ajustes institucionales y legales que posibiliten y estimulen la inversión en las actividades agropecuarias. De hecho, se debe posibilitar el desarrollo de actividades y proyectos de gran escala, lo cual implica modificar las restricciones sobre la propiedad por cuenta de las UAF y el uso de las Zonas de Desarrollo Empresarial (REVISTA NACIONAL DE AGRICULTURA, 2010, p. 8).

En el Plan Nacional de Desarrollo del primer gobierno del presidente Santos (2010-2014), titulado Prosperidad para Todos, fueron definidos cinco sectores claves para promover el crecimiento económico en el país, dentro de los cuales se encontraba el sector agropecuario, el cual debía ser transformado para convertirse en un sector "de talla mundial que conduzca a más empleo y menor pobreza para la población rural" (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, 2011, p. 66). De igual forma, en el plan de desarrollo se habla de una ventana de oportunidad para este sector debido al crecimiento esperado de la demanda de alimentos a nivel global, especialmente por parte de países como China e India. En este sentido, afirma el documento, "el campo colombiano tiene la oportunidad de convertirse en una despensa productiva para el mundo. Para tal fin, el sector agropecuario deberá transformarse en un sector más competitivo, productivo e innovador" (2011, p. 206), y se hace necesario hacer un mejor uso del suelo, pues de 21,5 millones de hectáreas de vocación agrícola y silvo-agrícola, solo 4,9 millones son utilizadas para este fin (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, 2011).

El Plan de Desarrollo menciona la necesidad de "revisar las restricciones asociadas con la Unidad Agrícola Familiar (UAF)" así como "desarrollar el derecho real de superficie y promover el establecimiento de contratos de arrendamiento de largo plazo que ofrezcan seguridad jurídica a los campesinos propietarios de la tierra y a los inversionistas"

(DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, 2011, p. 240). Estas cuestiones incluidas en el Plan Nacional de Desarrollo, se encuentran alineadas con las discusiones y demandas que venían pautando los sectores agroempresariales.

En la ley n. 1450 de 2011, que reglamenta el Plan de Desarrollo 2010-2014, se incluyeron tres artículos (artículos 60, 61 y 62), en el tópico de agropecuaria y desarrollo rural, los cuales preveían una modificación y adición a la ley 160 de 1994. Con estas modificaciones se buscaba, por un lado, sobrepasar el límite al tamaño de la tierra establecida por la UAF para aquellos proyectos vinculados al desarrollo agropecuario o forestal. De igual forma, se creaba una institucionalidad para tal fin, a través de la comisión de proyectos especiales, la cual estudiaría y autorizaría los proyectos consolidados en superficies que excedieran 10 UAF, permitiendo, además, que los proyectos en superficies menores no pasaran por esa comisión. Y por último, se autorizaba el uso de terrenos baldíos para proyectos en Zonas de Desarrollo Empresarial (ZDE) figura creada en la ley 160 de 1994, que nunca ha sido llevada a la práctica. La Corte Constitucional, sin embargo, declaró la inconstitucionalidad de dichos artículos, a partir de la demanda presentada por los congresistas Jorge Enrique Robledo y Wilson Arias, ambos del partido Polo Democrático Alternativo. Posterior al Plan de Desarrollo 2010-2014 se elaboraron varios borradores de ley de baldíos. Sin embargo, luego de varios intentos, fue presentada y aprobada en el Congreso la ley 1776 de 2016, es decir, la ley Zidres.

Puede afirmarse que fue durante este gobierno que las presiones provenientes del conjunto de transformaciones que a nivel global se estaban presentando, fueron incorporadas al debate nacional, y esto implicó la adecuación de la legislación agraria para poder responder a los intereses del agronegocio, que incluye no solo a empresas transnacionales, sino también a empresas nacionales.

Por último, el tercer elemento se refiere al caso de la región de la Altillanura. El interés por la apropiación de nuevas tierras, en el caso colombiano, se manifestó de forma clara en esta región, que abarca tres municipios del departamento del Meta y todo el departamento de Vichada. Este territorio ha sido definido como principal área para la expansión del agronegocio, y es, además, el territorio donde podrán establecerse la mayoría de las Zidres. Como lo afirma Arias (ARIAS, 2018, p. 21), “el interés relativamente reciente por la Altillanura guarda una relación directa con la fiebre por la tierra”, lo que evidencia la relación de las dinámicas locales con procesos que están teniendo lugar a nivel global. Esta región, que abarca 13 millones de hectáreas, cuenta con presencia de resguardos indígenas y, además, presencia de campesinos que migraron en las olas de violencia y llegaron hace más de 50 años a la región, tras la violencia de mediados del siglo XX (PNUD, 2011). Estos campesinos fueron ocupando tierras públicas, y en muchos casos, no poseen los títulos de las mismas. Así, la región se caracteriza por contar con gran cantidad de baldíos y de tierras

entregadas por el Estado a familias campesinas en procesos recientes de reforma agraria (ARIAS, 2018). La ganadería extensiva ha sido la principal actividad en esta región. De acuerdo con la información del último Censo Nacional Agropecuario (DANE, 2016), en los departamentos de Meta y Vichada, el uso del suelo destinado a ganadería es preponderante. En el caso del Vichada, la actividad ganadera representa el 96,6% del área agropecuaria, y en el Meta, este porcentaje es del 88,2%.

Aunque el Estado, históricamente, ha dejado esta región un poco al margen de la integración del país, no ha sido ajena a las dinámicas del conflicto social y armado ni al narcotráfico (LA ROTA- AGUILERA; SALCEDO, 2016). De acuerdo con el Centro Nacional de Memoria Histórica, en el departamento del Meta hubo un abandono de tierras muy fuerte entre los años 2005 y 2007, que además coincide con altos niveles de desplazamiento forzado, como resultado del conflicto social y armado (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2016). Justamente ha sido a través del abandono de tierras con ocasión del conflicto armado, como muchos monocultivos, como la palma aceitera, han ido expandiéndose, como lo evidencian diversos estudios sobre este caso (ver CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2016; SALINAS ABDALA, 2012).

Fue justamente en esta región donde se evidenció un caso de acaparamiento de tierras, especialmente de baldíos, por parte de empresas nacionales y extranjeras. A partir de la segunda mitad de la década de 2000 el gobierno colombiano comenzó a promover las inversiones de empresas en esa región, argumentando que ésta sería la última frontera agrícola de Colombia y que debido a sus características, solo la gran empresa podría desarrollar su potencial productivo. Entre 2005 y 2010, en el gobierno de Álvaro Uribe, hubo un cambio en los títulos de por lo menos 250 mil hectáreas en el departamento de Vichada y fueron vendidos 2.953 terrenos, además del incremento en la titulación de baldíos. Las transformaciones que ocurrieron en este lugar generaron tensiones debido a los cambios, tales como la transformación de los pequeños propietarios en asalariados o en arrendatarios, la incorporación de terrenos tradicionalmente usados para la ganadería al mercado de tierras para uso de megaproyectos, la sustracción de áreas de reserva forestal para la ampliación de la frontera agrícola y la entrega de baldíos a compañías nacionales y extranjeras (SALINAS ABDALA, 2012). En esta región, se busca imitar el modelo del cerrado brasileiro, centrado en el modelo intensivo a gran escala, con un papel protagónico del agronegocio. Por tal motivo, algunos se refieren a esta región como el cerrado colombiano (SALINAS ABDALA, 2012).

La mayoría de los empresarios colombianos que comenzaron la búsqueda de tierras en esa región eran del sector forestal y de producción de caña de azúcar en el departamento del Valle del Cauca. Estas últimas industrias quedaron sin terrenos disponibles en ese departamento para la expansión de sus negocios, y por lo tanto, llegaron,

a partir de 2008, al departamento de Vichada atraídos por los bajos precios de los terrenos (RUTAS DEL CONFLICTO, [s.d.]). Los campesinos que experimentaron más de 20 años de intensa violencia vendieron sus tierras a intermediarios a precios bajos. Esos terrenos después acabaron en manos de empresas nacionales y extranjeras.

Dentro del grupo de inversionistas nacionales se encuentran los siguientes: Grupo Luis C. Sarmiento Angulo, Riopaila, Aceites Manuelita, Grupo Aliar, Grupo Santodomingo-Valorem, Francisco Santos, Familia Lizarralde, entre otros. Dentro del grupo de empresas extranjeras se destacan: Cargill, Poligrow, Mónica Semillas y Forest First (ARIAS, 2018). Hay interés, también, de empresas de Argentina y de China. Por su parte, a agosto de 2019, la base de datos de Land Matrix, que mapea inversiones en agricultura a gran escala, presentaba 59 transacciones de tierra en Colombia, sin incluir minería, de las cuales el 30% ocurren en la Altillanura (LAND MATRIX, 2019)³. Las inversiones de estos grupos se asocian a cultivos de caucho, palma aceitera, soya, maíz y proyectos forestales. Lo que llama la atención en el caso de estas empresas es la forma como adquirieron las tierras, en un territorio donde la mayoría son baldíos o fueron baldíos entregados a los campesinos en el marco de las acciones de reforma agraria. El grupo Mónica Semillas, por ejemplo, es propietario de cultivos de maíz y soya en Bolivia y Brasil, y cuenta con inversiones en la Altillanura para estos cultivos. Este grupo adquirió terrenos en la región estudiada, a través de la creación de siete empresas, todas con la misma razón social: producción y comercialización de productos agrícolas (CONTRALORÍA GENERAL DE LA REPÚBLICA, 2014). Dado que no pueden ser entregadas tierras baldías por un tamaño superior a una UAF, la estrategia utilizada consistió en la creación de esas empresas con la asesoría de firmas de abogados colombianos, para de esa forma acceder (a través de varias empresas) a un mayor número de hectáreas y a los subsidios para la agricultura entregados por parte del gobierno nacional. Este caso muestra la forma creativa como se despliegan distintas estrategias para controlar tierra, en contextos en donde la legislación representaba una barrera para tal fin. De acuerdo con el informe de Oxfam (2013) Mónica Semillas adquirió, a través de esa estrategia, cerca de 13.000 hectáreas en los departamentos de Meta y Vichada. La multinacional Cargill utilizó una estrategia similar de adquisición de tierras y, a través de la creación de 36 empresas, logró adquirir un total de 52.576 hectáreas (OXFAM, 2013). Dicha estrategia fue también implementada por empresas de capital nacional. Así, la compra fraccionada de tierras ha sido un mecanismo predominante para evadir las restricciones legales para su adquisición en la Altillanura.

³ Land Matrix es una base de datos lanzada en 2012, que busca proveer información sistemática sobre inversiones en agricultura a gran escala. Sin embargo, presenta algunos inconvenientes en términos de información precisa y confiable, y por lo tanto, debe ser tomada con cautela, como un indicativo de la situación (EDELMAN, 2013).

La Altillanura no es la única región donde se presenta el acaparamiento global de tierras. De acuerdo con Land Matrix (2019), en otras regiones, como el Caribe, se está presentando también este fenómeno, principalmente para la producción de agrocombustibles. Sin embargo, la altillanura es un buen ejemplo de la forma como la dinámica por búsqueda de tierras a nivel global ha tenido un fuerte impacto en la cuestión agraria colombiana. Las denuncias hechas en este caso fueron un antecedente fundamental para la ley Zidres, pues las empresas presionaron para tener una ley favorable a sus inversiones. Las Zidres, entonces, serían también producto de esa situación de ilegalidad, que al hacerse pública, generó inseguridad jurídica para las inversiones en este territorio.

La Ley Zidres

Las Zidres son una etapa en el proceso de desarrollo del agronegocio en Colombia, y se desarrollan en el marco del proceso de globalización contemporáneo, marcado por la expansión del modelo de agronegocio y el acaparamiento global de tierras. A nivel nacional, las Zidres nacen en el momento en que la pauta sobre la cuestión agraria se vuelve el centro del debate, a raíz del proceso de paz entre el gobierno colombiano y la guerrilla de las FARC-EP. Representan la consolidación de una tendencia observada a partir de las reformas neoliberales de la década del noventa, y los posteriores tratados de libre comercio firmados con diferentes países, que generaron el fortalecimiento de la agroindustria de productos exportables, como la palma de aceite y la caña de azúcar, en detrimento de la economía campesina. La ley es también una respuesta inmediata a la situación de ilegalidad en la compra de tierras por parte de empresas nacionales y extranjeras, que adquirieron tierras en la región de la Altillanura. Así, aunque la ley no habla de forma explícita de esta región, sí parece responder, al menos parcialmente, al interés de las empresas en este territorio.

Mapa 1: Áreas de referencia como insumo para la identificación de las Zidres.



Fuente: UPRA, 2018.

La Unidad de Planificación Rural Agropecuaria (UPRA) definió los territorios donde podrán establecerse las Zidres tomando en cuenta unos requisitos que deben cumplir: i) encontrarse aislados de los centros urbanos más significativos; ii) demandar elevados costos de adaptación productiva por sus características agrológicas y climáticas; iii) tener baja densidad poblacional; iv) presentar altos índices de pobreza; v) o carecer de infraestructura mínima para el transporte y comercialización de los productos. Los proyectos de las Zidres, además, tienen unas restricciones de lugares donde no pueden constituirse, como territorios declarados resguardos indígenas, territorios indígenas en proceso de titulación como resguardos, Zonas de Reserva Campesina debidamente establecidas, territorios colectivos titulados o en proceso de titulación de las comunidades negras. Tampoco se podrán establecer en áreas declaradas o delimitadas como ecosistemas estratégicos, parques naturales, páramos y humedales. Resulta importante mencionar, con relación a las Zonas de Reserva Campesina, que en Colombia existen solo seis ZRC constituidas, y otras 58 en proceso de constitución, ya sea en trámite o proyectadas (OSEJO et al., 2018), por lo que la restricción de las Zidres solo aplicaría para las seis ZRC

constituidas legalmente.

La ley autoriza, para la ejecución de los proyectos productivos, la entrega en concesión, arrendamiento o cualquier otra modalidad contractual no traslativa de dominio de los bienes inmuebles de la nación ubicados en las Zidres. La entrega de los inmuebles de la nación se realizará cuando se trate de proyectos productivos que integren como asociados al pequeño o mediano productor. La duración de los contratos estará determinada por los ciclos productivos del proyecto. El ejecutor del proyecto podrá: arrendar, utilizar, explotar, adquirir, recibir en aporte predios adquiridos de forma lícita o asociarse con propietarios hasta completar el área requerida para el proyecto (CONGRESO DE LA REPÚBLICA, 2016). Lo anterior significa, en la práctica, nuevas formas de apropiación de las tierras para el desarrollo de estos proyectos, sin que esté de por medio la propiedad de la tierra.

La ley plantea unos incentivos y estímulos que solo podrán recibirlos los proyectos asociativos, siempre y cuando integren como asociados al pequeño o mediano productor. Los incentivos y estímulos incluyen líneas de crédito especiales; mecanismos especiales de garantía sobre la producción de los proyectos productivos; estímulos a la promoción, formación y capacitación de campesinos, trabajadores agrarios y mujeres rurales; incentivos para las empresas que resulten de las alianzas que se conciben para el desarrollo de los proyectos productivos; y respaldo hasta del 100% de los recursos de los proyectos productivos cuando se requiera. Adicionalmente, la ley prevé que, con el objetivo de dar seguridad a las inversiones, el Estado "no modificará los contratos celebrados o que se celebren" (CONGRESO DE LA REPÚBLICA, 2016) a menos de que exista acuerdo con el inversionista o en casos de fuerza mayor. En caso de modificación de la legislación agraria, de fomento agroindustrial y de incentivos tributarios para el sector, los derechos adquiridos por los inversionistas quedarán a salvo, aunque puedan acogerse a todo lo que les sea favorable en la nueva ley.

Este nuevo modelo, propio de la expansión capitalista, se basa en la escisión del campesino de la tierra, sin la expulsión del mismo, bajo la figura de la asociatividad. En este sentido, la acumulación por desposesión de los campesinos de sus tierras se da a través de mecanismos mucho más sutiles, pues el despojo se da sin que medie el desplazamiento. Esta es, de alguna forma, una manera mucho más sofisticada como el capital integra nuevos territorios a la dinámica global (GIRALDO, 2018). Bajo esta perspectiva, el campesino propietario de tierra dentro del territorio de las Zidres se integra al proyecto dando su tierra y su mano de obra, perdiendo, en últimas, su capacidad autónoma de sembrar para su consumo o de acuerdo con sus necesidades, lo que significa el surgimiento de un nuevo proletariado rural.

De igual forma, la ley pone en el centro del debate la cuestión asociada a la propiedad de la tierra, especialmente a partir del proceso global de acaparamiento de tierras

en la segunda mitad de la década de 2000. En el modelo de las Zidres resuelve la cuestión asociada a la propiedad de terrenos baldíos, a través de la noción de productividad que se incluye en la ley, es decir, se separa la propiedad de la tierra de su uso, y de esta forma, se desplaza el debate sobre la adquisición de tierras, a una cuestión asociada al control de la misma, que ya no pasa, necesariamente, por poseer el título de propiedad.

La experiencia de países latinoamericanos que tienen un amplio desarrollo del modelo de agronegocio, con grandes extensiones dedicadas a monocultivos como la soya, la caña de azúcar, el maíz y el trigo, como son los casos de Brasil, Argentina, Uruguay, así como Bolivia y Paraguay, permite inferir que en el caso colombiano, las Zidres van a responder mucho más a los intereses por la producción de *commodities* para el mercado global, así como para la producción de agrocombustibles, lo que puede afectar la seguridad y soberanía alimentaria.

Consideraciones finales

La ley Zidres (1776 de 2016) hace parte de un proceso de largo plazo, caracterizado por las distintas transformaciones en la agricultura global y en la agricultura colombiana. Esta ley expresa la forma como el Estado colombiano respondió a la fiebre por la tierra a nivel global, abriendo, así, un nuevo camino para la agricultura colombiana, mucho más enfocada hacia el modelo de exportación de *commodities*, a través del uso de grandes extensiones de tierras para proyectos de monocultivo. La forma como se plantea, en la ley, la incorporación de los campesinos a estos proyectos es a través del modelo de asociatividad, promovido por el Banco Mundial, y que en Colombia ha tenido su clara expresión en el modelo de Alianzas Productivas. Dicha asociatividad no es más que una forma sutil de acumulación por desposesión, sin pasar por el destierro de las comunidades, al construir territorios que incorporan a los campesinos como asalariados, sin escindirlos, necesariamente, de sus tierras. De igual forma, las Zidres representan la incorporación de nuevas formas de control sobre la tierra, sin entrar en la discusión sobre compra de tierras. Por eso, el concepto de acaparamiento global de tierras o *land grabbing*, entendido bajo la idea del control sobre la tierra, adquiere gran relevancia para la comprensión del modelo de Zidres.

Las implicaciones de las Zidres se refieren también a aspectos como la soberanía alimentaria del país, así como al impacto en términos de garantías de acceso a tierra para los campesinos. Este punto resulta fundamental, pues al liberar tierras baldías para la expansión del agronegocio, debe considerarse el impacto de una medida como esa en términos de concentración de la tierra, por un lado, y en tierras disponibles para fines de reforma agraria, por el otro. Esto requiere especial atención si se considera el acuerdo de

paz con la guerrilla de las FARC-EP, en donde uno de los puntos fundamentales fue justamente el tema del acceso y formalización de la tierra.

A nivel de los procesos de resistencia, se identifica, en el trámite de aprobación de la ley Zidres, una oposición de sectores de izquierda dentro del Congreso, así como de movimientos sociales y sectores campesinos, quienes participaron activamente en las audiencias públicas convocadas en el marco de las discusiones del proyecto de ley. Sin embargo, el momento de discusión de la ley, que coincidió con el proceso de paz, sin duda alguna generó una mayor atención a la pauta de la paz, imprescindible para contribuir al fin del conflicto social y armado, y así, la discusión y debate sobre la ley Zidres perdió centralidad. El desarrollo que tendrán las Zidres aún está por verse. Estos elementos, sin embargo, plantean cuestionamientos sobre el futuro de la agricultura en Colombia y su impacto, especialmente para las comunidades campesinas.

Referencias

ARIAS, Wilson. **Así se roban la tierra en Colombia**. Bogotá: [s.n.], 2018.

BORRAS, Saturnino M; FRANCO, Jennifer C; GÓMEZ, Sergio; KAY, Cristóbal; SPOOR, Max. et al. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3–4, p. 845–872, 2012.

BORRAS, Saturnino M; FRANCO, Jennifer C; ISAKSON, S. Ryan; LEVIDOW, Les; VERVEST, Pietje. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 93–115, 2016.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. **Tierras y conflictos rurales. Historia, políticas agrarias y protagonistas**. Bogotá: CNMH, 2016.

_____. **Una nación desplazada. Informe nacional del desplazamiento forzado en Colombia**. Bogotá: CNMH-UARIV, 2015.

CONGRESO DE LA REPÚBLICA. Ley 1133 de 2007. Por medio de la cual se crea e implementa el programa “Agro, Ingreso Seguro – AIS. , 2007.

_____. Ley 1776 de 2016. Por la cual se crean y desarrollan las zonas de interés de desarrollo rural, económico y social, Zidres. , 2016.

CONTRALORÍA GENERAL DE LA REPÚBLICA. **Informe de Actuación Especial (ACES) Instituto Colombiano de Desarrollo Rural-Incoder. “Actuación especial sobre la acumulación irregular de predios baldíos en la altillanura colombiana” (año 2012)**. . Bogotá, Colombia: Contraloría General de la República. , 2014

DANE. **Tercer Censo Nacional Agropecuario**. Bogotá, Colombia: DANE. , 2016

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. **Documento Conpes 3111. Autorización al gobierno nacional para contratar un crédito externo con el Banco Mundial por US\$32 Millones para financiar el proyecto Alianzas Productivas para la Paz**. Bogotá: Departamento Nacional de Planeación., 2001

_____. **Prosperidad para todos. Plan Nacional de Desarrollo 2010-2014**. . Bogotá,

Colombia: Departamento Nacional de Planeación. , 2011

EDELMAN, Marc. Messy hectares : questions about the epistemology of land grabbing data. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 3, p. 485–501, 2013.

FAJARDO, Darío. **Las guerras de la agricultura colombiana 1980-2010**. Bogotá: ILSA, 2014.

GIRALDO, Omar Felipe. **Ecología Política de la Agricultura. Agroecología y posdesarrollo**. San Cristobal de las Casas: El Colegio de la Frontera Sur, 2018.

GOBIERNO DE COLOMBIA; FARC-EP. **Acuerdo para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera**. . [S.l: s.n.]. , 2016

GONZÁLEZ, Fernán. **Poder y violencia en Colombia**. Bogotá: Odecofi, Cinep, Colciencias, 2014.

GRAIN. Acaparamiento de tierras: el despojo planificado de los territorios. **Las Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social (Zidres), en contra del campo Colombiano**. Bogotá: Corporación Grupo Semillas, 2016. .

GRAS, Carla. **Agronegocios en el Cono Sur. Actores sociales, desigualdades y entrelazamientos transregionales**. , desiguALdades.net Working Paper Series., nº 50. Berlín: desiguALdades.net International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, 2013.

GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria. Los pilares del modelo agribusiness y sus estilos empresariales. In: GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria (Org.). . **El agro como negocio. Producción, Sociedad y Territorios en la Globalización**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2013. p. 17–46.

HALL, Ruth et al. Resistance, acquiescence or incorporation? An introduction to land grabbing and political reactions 'from below'. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3–4, p. 467–488, 2015.

HARVEY, David. **Breve historia del neoliberalismo**. Madrid: Ediciones Akal, 2007.

_____. **El “nuevo” imperialismo : acumulación por desposesión**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LA ROTA- AGUILERA, María José; SALCEDO, Leonardo. La Altillanura: desafíos y posibilidades del el ordenamiento territorial en la nueva frontera agrícola colombiana. In: DUARTE, Carlos (Org.). . **Desencuentros Territoriales. Caracterización de los conflictos en las Región de la Altillanura, Putumayo y Montes María**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH), 2016. .

LAND MATRIX. **Colombia - LAND MATRIX**. Disponível em: <https://landmatrix.org/en/get-the-detail/by-target-country/colombia/?order_by=&starts_with=C>. Acesso em: 21 set. 2019.

LÓPEZ, Cecilia. Agro Ingreso Seguro no es una telenovela. **Portafolio**, 10 out. 2012. Disponível em: <<http://www.portafolio.co/opinion/redaccion-portafolio/agro-ingreso-seguro-telenovela-104620>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

MARGULIS, M E; MCKEON, N; BORRAS JR, S M. Land grabbing and global governance: Critical perspectives. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 1–23, 2013.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

MESA DISHINGTON, Jens. **Lo gremial, pilar del desarrollo palmero**. Bogotá: Fedepalma, 2013.

MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL. **Anuario estadístico del sector agropecuario**. Bogotá: MADR. , 2019

_____. **Resumen Ejecutivo 2018. Proyecto de inversión “Formulación y ejecución de las alianzas productivas”**. Bogotá, Colombia: MADR. , 2018

MONDRAGÓN, Héctor. Especulación con la tierra contra la soberanía alimentaria. **Deslinde**, v. 49, 2011.

OSEJO, Alejandra; MARÍN, Wilmer; POSADA, Visnu; SÁNCHEZ, Sammy; TORRES, Sonia. Zonas de Reserva Campesina en el escenario del posconflicto. Una herramienta comunitaria para el manejo de la biodiversidad. In: MORENO, L.; RUEDA, C; ANDRADE, G. (Ed.). **Biodiversidad 2017. Estado y tendencias de la biodiversidad continental de Colombia**. Bogotá: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt, 2018.

OXFAM. **Divide y Compras. Una nueva forma de concentrar tierras baldías en Colombia**. Bogotá, Colombia: Crece; Oxfam. , 2013

_____. **Radiografía de la desigualdad. Lo que nos dice el último censo agropecuario sobre la distribución de la tierra en Colombia**. Bogotá, Colombia: Oxfam. , 2017

PARTIDO DE LA U. **Buen gobierno para la prosperidad democrática. 109 Iniciativas para lograrla**. [S.l: s.n.], 2010.

PNUD. **Colombia rural. Razones para la esperanza. Informe Nacional de Desarrollo Humano 2011**. Bogotá: INDH PNUD. , 2011

PUYANA, Alicia; COSTANTINO, Agostina. Chinese Land Grabbing in Argentina and Colombia. **Latin American Perspectives**, v. 42, n. 6, p. 105–119, 2015.

REVISTA NACIONAL DE AGRICULTURA. Balance del TLC Colombia-Estados Unidos desde la perspectiva de la SAC. **Revista Nacional de Agricultura**, n. 946, p. 8–15, 2006.

_____. Discurso del Doctor Álvaro Uribe Vélez, Presidente de la República de Colombia. **Revista Nacional de Agricultura**, v. 951, p. 14–27, 2008.

_____. Intervención de Rafael Mejía López, Presidente de la SAC. **Revista Nacional de Agricultura**, n. 956, p. 5–8, 2010.

RUBIO, Blanca. La nueva fase de la crisis alimentaria mundial. **Mundo Siglo XXI, revista del CIECAS-IPN**, v. VI, n. 24, p. 21–32, 2011.

RUGELES, Gustavo. Los favores a empresarios financiadores de Uribe que le cobraron a Andrés Felipe Arias. **Las 2 Orillas**, 30 ago. 2016. Disponible em: <<https://www.las2orillas.co/los-favores-a-empresarios-financiadores-de-uribe-por-los-que-pago-andres-felipe-arias/>>. Acceso em: 31 jul. 2018.

RUTAS DEL CONFLICTO. **Vichada: tierra de hombres para hombres sin tierra**. Disponible em: <http://rutasdelconflicto.com/especiales/vichada/tierra_hombres_sin_tierra.html>. Acceso em: 31 jul. 2018.

SALINAS ABDALA, Yamile. El caso de Colombia. In: SOTO BAQUERO, FERNANDO; GÓMEZ, Sergio (Org.). **Dinámicas del Mercado la tierra en América Latina y el Caribe. Concentración y Extranjerización**. Santiago de Chile: FAO, 2012. p. 179–208.

SALINAS ABDALA, Yamile; SEEBOLDT, Sandra. **Responsabilidad y sostenibilidad de la industria de la palma. Son factibles los principios y criterios de de la RSPO en Colombia?** . Bogotá: Oxfam Novib, Indepaz. , 2010

URIBE-LÓPEZ, Mauricio. **La Nación vetada: Estado, Desarrollo y Guerra Civil en Colombia.** Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2013.

VÁSQUEZ, Adrián. Las alianzas productivas en el sector de la palma de aceite. Informe especial de la ENS. para la Agencia de Información laboral, 24 ago. 2017. Disponível em: <<http://ail.ens.org.co/informe-especial/las-alianzas-productivas-sector-la-palma-aceite-informe-especial-la-ens/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

WOLFORD, Wendy; BORRAS, Saturnino M; HALL, Ruth; SCOONES, Ian; WHITE, Ben. Governing Global Land Deals: The Role of the State in the Rush for Land. **Development and Change**, v. 44, n. 2, p. 189–210, 2013.

Sobre a autora

Juanita Cuellar Benavides – Graduação em Ciência Política pela Universidad Nacional de Colombia. Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutoranda em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-6672-3146>

Como citar este artigo

BENAVIDES, Juanita Cuellar. Entre lo global y lo local: las Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social-Zidres en Colombia. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 66-89, mai.-ago., 2020.

Recebido para publicação em 05 de agosto de 2019.
Devolvido para a revisão em 24 de setembro de 2019.
Aceito para a publicação em 14 de dezembro de 2019.

Caminhos e Dinâmicas Contemporâneas dos Produtores e Proprietários Rurais de Origem Brasileira no Paraguai¹

Valdemar João Wesz Junior

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) – Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

e-mail: jwesz@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar os caminhos e as dinâmicas contemporâneas de produtores rurais e proprietários de terras de origem brasileira no Paraguai, procurando perceber as suas lógicas e a situação atual em termos do controle e posse da terra. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica, análise de dados estatísticos e entrevistas semiestruturadas com 56 produtores/proprietários rurais de origem brasileira que estão ou estiveram no Paraguai. Como resultado da pesquisa, foi identificado que atualmente existem, pelo menos, cinco movimentos diferenciados: i) produtores que chegaram na segunda metade do século XX e que permanecem na mesma região no Paraguai; ii) produtores e/ou descendentes que chegaram no país no mesmo período e nos últimos anos avançaram para o seu interior; iii) atores que chegaram no país mais recentemente, investindo na produção agropecuária e/ou aquisição de terras; iv) produtores que optaram por deter terras tanto no Paraguai quanto no Brasil; v) produtores rurais que, por diferentes motivos, retornam para o Brasil. Portanto, há distintos caminhos, movimentos e dinâmicas deste grupo social em relação à terra no Paraguai.

Palavras-chave: Transformações agrárias; estrangeirização da terra; Paraguai.

Paths and Contemporary Dynamics of Producers and Rural Owners of Brazilian Origin in Paraguay

Abstract

The objective of this paper is to analyze the paths and contemporary dynamics of rural producers and landowners of Brazilian origin in Paraguay, seeking to understand their logic and the current situation in terms of land control and tenure. For this purpose, a bibliographic review, analysis of statistical data and semi-structured interviews were carried out with 56 producers/rural landowners of Brazilian origin who are or have been in Paraguay. As a result of the research, it was identified that there are currently at least five different movements: i) producers who arrived in the second half of the 20th century and who remain in the same region in Paraguay; ii) producers and/or descendants who arrived in the country in the same period and in the last few years they have moved inland; iii) actors who arrived in the country more recently, investing in agricultural production and/or land acquisition; iv) producers who chose to hold land in both Paraguay and Brazil; v) rural producers who, for different reasons, return to Brazil. Therefore, there are different paths, movements and dynamics of this social group in relation to land in Paraguay.

¹ "Agradeço à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) pelo apoio e aos alunos Gabriel Avalos Vera, Raimundo Christian Oliveira Soares, Maria Victoria Garayo Mereles, Wellington Luciano dos Santos, Caroline Bosio Grappeggia e Jorge Morel, que integraram, em diferentes anos, projetos de iniciação científica. Também agradeço ao Grupo de Estudo em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (GEMAP), sediado no CPDA/UFRRJ, com destaque ao projeto "Expansão do 'agronegócio', mercado e estrangeirização de terras e ação do Estado: um olhar crítico sobre as transformações no meio rural brasileiro", que conta com apoio da FAPERJ e CNPq, coordenado pelo prof. Sergio Pereira Leite."

Keywords: Agrarian transformations; land grabbing; Paraguay.

Caminos y Dinámicas Contemporáneas de los Productores y Propietarios Rurales de Origen Brasileña en Paraguay

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar los caminos y dinámicas contemporáneas de los productores y propietarios rurales de origen brasileña en Paraguay, buscando comprender su lógica y la situación actual en términos de control y pose de la tierra. Para este propósito, se realizó una revisión bibliográfica, análisis de datos estadísticos y entrevistas semiestructuradas con 56 productores/propietarios rurales de origen brasileña que están o han estado en Paraguay. Como resultado de la investigación, se identificó que actualmente existen al menos cinco diferentes movimientos: i) productores que llegaron en la segunda mitad del siglo XX y que permanecen en la misma región en Paraguay; ii) productores y/o descendientes que llegaron al país en el mismo período y en los últimos años migraron al interior; iii) actores que llegaron al país más recientemente, invirtiendo en producción agropecuaria y/o adquisición de tierras; iv) productores que optaron por tener tierras en Paraguay y Brasil; v) productores rurales que, por diferentes razones, regresan a Brasil. Por lo tanto, existen diferentes caminos, movimientos y dinámicas de este grupo social en relación con la tierra en Paraguay.

Palabras clave: Transformaciones agrarias; acaparamiento de tierras; Paraguay.

Introdução

O processo de aquisição de terras por estrangeiros no Paraguai é histórico. Um marco foi a aprovação de vendas de terras públicas após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), quando grande parte do território paraguaio ficou no poder de poucas empresas, maiormente de capital internacional (IZÁ PEREIRA, 2019; KLEINPENNING, 1992). Durante a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) ocorre um novo movimento de aquisição de terras por estrangeiros, sobretudo brasileiros. Ainda que o processo de chegada e expansão de produtores rurais brasileiros na segunda metade do século XX no Paraguai tenha ganhado muita visibilidade no âmbito acadêmico (PALAU e HEIKEL 2016; SOUCHAUD, 2008; NICKSON, 2005; ZAAR, 2001, entre outros), a situação deste grupo social nos últimos anos tem sido pouco averiguada.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar os caminhos e as dinâmicas contemporâneas de produtores rurais e proprietários de terras de origem brasileira no Paraguai, procurando perceber suas lógicas e a situação atual em termos do controle e posse da terra. A intenção é compreender os movimentos que este grupo social tem construído em relação à terra no Paraguai, sem desconsiderar a sua conexão com o Brasil e as migrações internas no país vizinho.

Dado o objetivo deste trabalho, é importante fazer algumas ressalvas. A primeira é de o foco recai tanto sobre produtores rurais como proprietários de terras, pois há quem ocupe

ambos os atributos (tem propriedade da terra e realiza produção agropecuária), como quem é proprietário, mas não produtor (arrenda sua área para terceiros). Na pesquisa não foram encontrados produtores brasileiros que não tenham alguma extensão própria no Paraguai (ou seja, que arrendam 100% da sua área de produção). A segunda ressalva é que não limitamos nosso recorte apenas aos brasileiros, mas também a seus descendentes (chamados por alguns entrevistados de “*brasiguaios*”), visto que contatamos pessoas que nasceram no Paraguai (tendo cidadania brasileira ou não), mas reproduzem em grande parte às lógicas de seus descendentes. Por fim, cabe destacar que estamos atento às dinâmicas ocorridas, sobretudo, nos últimos 20 anos.

Este artigo encontra-se dividido em três partes, além desta Introdução e das Considerações Finais. Inicialmente apresenta-se a metodologia do trabalho, com destaque aos atores que foram entrevistados durante as pesquisas de campo. Em seguida, é feita uma análise histórica do tema da terra no Paraguai, que tem como características chaves a concentração e a estrangeirização, dando destaque à presença brasileira. E, por fim, discute-se as diferentes dinâmicas dos produtores/proprietários rurais de origem brasileira no Paraguai em termos de controle e posse de terra no país.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa mobilizou um conjunto de procedimentos e técnicas de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa. Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica para compreender o processo histórico de aquisição de terras por estrangeiros no Paraguai, com destaque aos atores brasileiros. Também foi realizada a coleta de informações nos principais jornais do país, como ABC Color, La Nación e Última Hora, e a sistematização de dados secundários, consultando o Censo Agrícola de 1943 e os Censos Agropecuários de 1956, 1981, 1991 e 2008.

Além disso, foram realizadas pesquisas de campo no Paraguai entre 2016 e 2019, incluindo entrevistas semiestruturadas com atores de diferentes regiões do país (Departamentos de Alto Parana, Itapua, Canindeyú, Caaguazú, Amambay, San Pedro e Boquerón). Também foram realizadas entrevistas nos municípios paranaenses de Foz do Iguaçu, Cascavél, Lidoeste e Curitiba, dado que alguns atores voltaram ao Brasil e outros continuaram residindo no país, mesmo com suas atividades no Paraguai. Foram entrevistados produtores rurais, proprietários de terra, revendas de insumos, indústrias de agroquímicos, sementeiras, *tradings*, cooperativas, silos, poder público e grêmios empresariais. Dado os objetivos deste trabalho, serão utilizados principalmente os relatos obtidos com 56 produtores/proprietários rurais de origem brasileira que estão (ou estiveram) no Paraguai.

Vale destacar que, em termos econômicas e fundiárias, é um grupo muito heterogêneo, como veremos adiante.

A principal dificuldade apresentada nas pesquisas de campo foi decorrente de uma relutância dos atores em atender e colaborar com pesquisas acadêmicas. Entretanto, a partir de algumas estratégias de pesquisa (contatos intermediados por conhecidos, participação em eventos técnicos e feiras², palestra em colégio agrícola e em cursos de agronomia da região) foi possível uma aproximação e a realização de entrevistas. Diante desta situação, não foi construída uma amostra representativa dos produtores/proprietários rurais de origem brasileira no Paraguai. Entretanto, as entrevistas foram realizadas até o ponto de saturação, visto que as informações começaram a se repetir com muita frequência nas últimas conversas com os atores-chaves.

O processo histórico da estrangeirização terra no Paraguai

O processo de aquisição de terras por estrangeiros no Paraguai é histórico. Izá Pereira (2019) diferencia três grandes períodos de controle e estrangeirização de terras no país. O primeiro inicia-se com o final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1879), momento em que foi instaurado o regime de propriedade privada no país e se aprova a venda de terras públicas. A segunda etapa se dá quando Alfredo Stroessner assume a presidência do Paraguai (1954-1989), cujo processo de aquisição de terras fica facilitado para aqueles com influências militares e empresariais. Já a terceira etapa, datada no século XXI, está marcada pela consolidação do agronegócio no regime de acumulação financeirizado. Nos próximos subitens aprofunda-se esses períodos, destacando o papel dos atores brasileiros.

Do pós-guerra à ditadura (1870 a 1954)

A Guerra da Tríplice Aliança entre Paraguai, de um lado, e Brasil, Argentina e Uruguai, de outro, teve início no ano de 1864 e terminou em 1870 (KLEINPENNING, 1992; SOUCHAD, 2008). Os efeitos da guerra contra a nação paraguaia são brutais, cabendo destaque a redução da população, pois houve um alto número de perdas, principalmente de adultos do sexo masculino; o déficit alimentar, derivado da completa desestruturação da produção agropecuária; e perda territorial para o Brasil e para a Argentina, que, ao vencerem a guerra, incorporaram parte das áreas em disputa (SOUCHAUD, 2008). Com o fim da guerra,

² Foram visitadas as principais feiras agropecuárias do país, como a Expo Santa Rita (realizada no distrito de Santa Rita - Alto Paraná), Innovar (distrito de Colônia Yguazú - Alto Paraná) e Expo Regional Canindeyú (distrito de La Paloma do Espírito Santo - Canindeyú).

o país encontrou-se endividado e iniciou a venda de terras fiscais a domínios estrangeiros (NICKSON, 1981; KLEINPENNING, 1992).

Vale destacar que em 1870, quando foi finalizada a guerra, as terras fiscais abarcavam 98% do território, compreendendo 30,6 milhões de hectares, enquanto que somente 489 mil hectares correspondiam a propriedades privadas (KLEINPENNING, 1992). Mas, entre 1871 e 1875, foram aprovadas várias leis que permitiram a alienação de terras fiscais, sendo normativas que forneciam maiores facilidades para os compradores (ROJAS VILLAGRA, 2016). Além disso, chama atenção o baixo preço das terras, que foram vendidas, entre 1885 e 1914, a uma média de US\$ 0,42 por hectare. Neste período, 81% do território nacional foi comercializado a proprietários de terras e especuladores, principalmente estrangeiros, e muitos pequenos arrendatários e ocupantes de terras fiscais ficaram sem terra (KLEINPENNING, 1992).

A venda de áreas públicas teve efeito direto na concentração de terra no país, que alcançou patamares impressionantes. Conforme Torres Figueredo (2012), no final do século XIX, 53% das terras paraguaias eram controladas por apenas 65 empresas. Recursos naturais - pradarias, madeira e ervais - deixam de ser estatais e passam ao controle privado, sobretudo empresas estrangeiras, mas também militares e políticos. Izá Pereira (2019) faz um levantamento detalhado das empresas e latifundiários estrangeiros que se territorializaram no Chaco e identifica que a “maioria das empresas se dedicava a exploração do quebracho e processamento do tanino e a pecuária, mas também havia muitas empresas que se dedicavam ao mercado imobiliário devido aos baixos preços da terra na região” (p. 194). E os principais “adquirientes de las tierras públicas fueron empresas anglo-argentinas y posteriormente norteamericanas” (VÁZQUEZ, 2006, p. 25). Na região oriental também ocorreu um processo similar, em que empresas estrangeiras compraram grandes áreas e se beneficiaram com a exploração da erva mate e da madeira (NICKSON, 2005; SOUCHAD, 2008).

Além da venda de grandes áreas de terras públicas, na primeira metade do século XX também houveram iniciativas de formação de colônias agrícolas estrangeiras, principalmente de menonitas, alemães e japoneses. Os menonitas não são identificados pela sua procedência geográfica ou nacionalidade, mas pelo seu pertencimento religioso. “Llegados principalmente entre 1927 y 1948 se instalan en siete colonias, tres en el Chaco central, dos en el departamento de San Pedro y dos en el departamento de Caaguazú” (SOUCHAD, 2008, p. 77). Em relação aos alemães, formaram-se colônias em diferentes partes do país, sobretudo entre 1870 e 1936. Já os japoneses fundaram a primeira colônia em 1936 no departamento de Paraguari (Colonia “la Colmena”) e, além desta, tem outras cinco “localizadas en el extremo Este de la región Oriental: tres en el departamento de Itapúa,

una en el departamento del Alto Paraná y finalmente en el departamento de Amambay” (SOUCHAD, 2008, p. 77).

Derivado desses processos, uma importante marca do campo paraguaio será a sua dualidade no início do século XX, com 47,8% dos estabelecimentos agropecuários detendo apenas 0,2% da terra (explorações com menos de 10 hectares), contra 1,7% das unidades com 76,1% da superfície (no estrato com mais de 10 mil ha) em 1921 (KLEINPENNING, 1992). Em suma, o espaço rural paraguaio, na primeira metade do século XX, é marcado por um movimento conjunto de concentração e estrangeirização da terra.

Da ditadura à democracia (1954 - 1990)

O segundo período de estrangeirização de terras no país inicia com a extensa ditadura militar de Alfredo Stroessner (1954-1989). Se no primeiro período a estrangeirização da terra no Paraguai ocorreu majoritariamente através da territorialização do capital argentino e inglês, com foco no tanino, erva mate e madeira, nesta nova etapa ganha maior presença os atores brasileiros e a produção de grãos (IZÁ PEREIRA, 2019). O Governo Stroessner estrutura ambiciosos programas de colonização e de ocupação em regiões pouco povoadas do país, com destaque à região fronteira com Brasil, sobretudo nas áreas públicas, que não haviam sido comercializadas no pós-guerra, ou sobre a terra das grandes empresas estrangeiras, que começam a ser vendidas para esse fim ou que foram desapropriadas pelo Estado (NICKSON, 2005).

Silva (2007) e Palau e Heikel (2016) vão diferenciar três formas de ocupação: colonização pública, colonização privada e ocupação espontânea. Enquanto que as colônias oficiais implementadas pelo do Instituto de Bem-estar Rural (IBR) priorizavam os camponeses paraguaios, a colonização privada e espontânea envolveu de forma mais significativa os imigrantes brasileiros. Como vão sintetizar Riquelme (2005) e Vázquez (2006), estas iniciativas de ocupação do território vão conformar dois movimentos, “Marcha hacia el Este”, que trazia camponeses paraguaios da área de influência de Asunción para as margens do rio Paraná, e a “Marcha hacia el Oeste”, com colonos brasileiros que começa adquirir terras e se instalar no Paraguai.

Apesar das colônias do IBR focarem nos pequenos agricultores paraguaios³, os problemas na sua implementação e acompanhamento gerou o repasse e a venda dos direitos de algumas glebas para colonos brasileiros, visto que a maioria destes já tinha capital,

³ O programa de colonização do IBR surgiu em 1963 e tinha como intuito retirar pequenos agricultores paraguaios que ocupavam as terras da Zona Central (próxima a Asunción) e reinstala-los em regiões do norte e leste oriental, uma vez que o preço das terras centrais era mais elevado e intensificava conflitos entre latifundiários e minifundiários naquela área (NICKSON, 2005; ROJAS VILLAGRA e ARECO, 2017).

implementos e conheciam as dinâmicas das culturas comerciais (PALAU e HEIKEL, 2016). Nesse sentido, o programa de colonização do IBR também influenciou as dinâmicas de ocupação de agricultores brasileiros na região próxima ao Rio Paraná, somando-se à colonização privada e espontânea.

Vale dizer que, no campo da colonização privada e espontânea, o Governo Stroessner criou um ambiente muito propício. Buscando consolidar o modelo agroexportador, favoreceu a incorporação de agricultores brasileiros (vistos como “modernos”) para que aumentassem as áreas de lavouras destinadas à exportação⁴. Para tanto, aboliu a lei que proibia a compra de terras por estrangeiros na faixa de 150 quilômetros de suas fronteiras e ofereceu facilidades na concessão de terras e no financiamento das atividades agropecuárias (PAPPALARDO, 1995). Do lado brasileiro, um dos motivos determinantes foi o processo de modernização da agricultura brasileira, caracterizada pela expropriação de milhões de pequenos produtores, parceiros, arrendatários e posseiros e pela concentração da propriedade da terra em empresas altamente tecnificadas (MORAES SILVA e MELO, 2009). A construção da hidrelétrica de Itaipu, responsável pela desapropriação de inúmeras famílias de pequenos produtores rurais do oeste do Paraná, também contribuiu para a imigração ao Paraguai (ZAAR, 2001). Além disso, os entrevistados comentam o fato de serem famílias grandes com reduzida área, além de viverem em regiões com terras pouco férteis e de alta inclinação.

Apesar de haverem outras frentes migratórias, inclusive em território brasileiro, nos relatos dos entrevistados a imigração ao Paraguai era atrativa aos agricultores brasileiros por conta do baixo preço da terra, da alta fertilidade do solo, da disponibilidade de recursos naturais, da proximidade da região de origem, da inexistência de impostos sobre a produção agrícola, da baixa burocracia no acesso à terra, da presença de familiares/conhecidos na região e da possibilidade de financiar a compra da área, como já havia sido destacado pela literatura (NICKSON, 2005; VÁZQUEZ, 2006; SILVA, 2007; SOUCHAUD, 2008; PALAU e HEIKEL, 2016; entre outros).

Como argumentam Palau e Heikel (2016), para muitas famílias brasileiras a imigração para o Paraguai significava uma estratégia de sobrevivência e de falta de

⁴ Segundo um entrevistado, o próprio IBR foi até o Paraná para mobilizar possíveis interessados: “em 74 o que hoje é INDERT no Paraguai, era IBR na época, que seria um órgão parecido com INCRA do Brasil, eles foram na região de Palotina, foram lá fazê galinhada pra convidá os colono brasileiro adquiri terra no Paraguai. E daí, convidar o pai, que veio em 76 pro Paraguai” (Informante 20). Mas a propaganda também acontecia por outros meios. Palau e Heikel (2016, p. 45) reproduzem uma propaganda publicada no Estado de São Paulo, em 1979, que dizia: “Fique rico sem fazer força: oportunidade de terras no Paraguai. 5.500 hectares cobertas de mata virgem próximas à fronteira do Estado do Paraná e Mato Grosso, com madeira de exportação tipo peroba”. Também havia propaganda nos rádios, ainda que nem sempre confiáveis. “Alguns vinham porque escutava na rádio que em Foz do Iguaçu tinha terras. Mas daí, quando chegavam em Foz do Iguaçu diziam: ‘Não, mas não é em Foz, é do outro lado, é no Paraguai’” (Informante 46).

alternativas viáveis no local de origem, enquanto para outros era a oportunidade para ampliar seus recursos financeiros e produtivos. Nos relatos essas situações ficam evidentes:

nossa renda era muito baixa, quando decidimos deixar tudo em nossa cidade de origem não tínhamos nada a perder (Informante 11).

Se desse algo errado [no Paraguai], não tinha como voltar pior [ao Brasil], nós não tinha nada (Informante 51).

Era uma família grande com 8 filhos, que moravam em Cascavel [Paraná], onde tinha uma colônia de 10 alqueires de terra, que era insuficiente para a família. Ai surgiu uma proposta de uma corretora no Paraguai, onde meu vó se interessou e comprou cerca de 80 alqueires de terra (Informante 29).

O principal motivo foi que precisávamos melhorar a renda e a qualidade de vida, expandir nossas terras (Informante 10).

[...] a nossa família sempre teve atividade, então nós não vendemos alguma coisa no Brasil pra comprar lá. Nós simplesmente compramos por facilidade da época né, então foi uma facilidade de preço, porque estava muito barato e as terras boas (Informante 13).

A gente tinha uma concessionária na época da Ford, vendemo muita máquina né, ganhamo muito dinheiro, dinheiro pra compra terra. Foi isso. Investimos nisso (Informante 19).

Entre os 56 entrevistados, o que se percebe é que chegou no Paraguai um grupo de imigrantes brasileiros muito heterogêneo do ponto de vista econômico. Foram encontrados produtores que compraram, na sua chegada no Paraguai, 10 hectares (Informante 01), como houve casos de aquisição inicial de “3 mil e pouco hectares” (Informante 13). Mas a maioria dos entrevistados adquiriu área entre 25 e 100 hectares, o que representa de uma a quatro “colônias”, pois a colonização privada se dava comumente em lotes de 10 alqueires / 25 hectares – sendo que um “lote” era chamado de uma “colônia” (SZEKUT e OLIVEIRA, 2016). Entretanto, nem todos tiveram condições de comprar uma área na sua chegada, mesmo que o desejassem. Sete entrevistados relataram quem tiveram que desenvolver outras atividades no país (peão de fazenda, funcionário em silo, serralheiro, motorista de trator de esteira) para, assim, acumular certo capital e então comprar uma área.

Na literatura, o maior fluxo migratório de brasileiros para o Paraguai foi na década de 1970 e meados dos anos 1980 (NICKSON, 1981; VÁZQUEZ, 2006; SILVA, 2007; SOUCHAUD, 2008; PALAU e HEIKEL, 2016). Segundo as informações obtidas com produtores rurais de origem brasileira nas pesquisas de campo, esse período corresponde, dado que grande parte imigrou entre 1975 e 1985, representando 84,4% do total. Entre os entrevistados desta pesquisa, o produtor a mais tempo no Paraguai chegou em 1970 (Informante 42) e o último em 1998⁵ (Informante 12). Em termos do local de origem, praticamente a metade veio do Paraná, 28,2% do Rio Grande do Sul e 23,1% de Santa

⁵ Durante a pesquisa de campo ficou claro que, nas últimas duas décadas, foi mais intenso a imigração de brasileiros, agrônomos ou técnicos agrícola, para trabalhar na gestão e prestação de assistência técnica para empresas agropecuárias e fazendas.

Catarina. Portanto, proveem exclusivamente dos três estados do Sul do Brasil. E, como destacado por Souchaud (2008, p. 122), “en su mayoría son de origen alemán, pero también italiano o eslavo. Estos agricultores, han constituido en principio los frentes pioneros de Río Grande do Sul, de Santa Catarina y de Paraná. En el interior de estos estados los principales puntos de partida se encuentran en el Noroeste de Río Grande do Sul, el Oeste de Santa Catarina y el Oeste de Paraná”.

Quando os entrevistados começam contar a sua trajetória familiar, percebe-se que o movimento migratório é recorrente. “Tá no sangue da família fica se mudando” (Informante 02). Geralmente uma parte da famílias migra a cada nova geração. Foi comum relatos de que a família era originalmente do Rio Grande do Sul, mas que antes do Paraguai passaram por Santa Catarina e/ou Paraná. “Nós viemo de São Lourenço, Santa Catarina, mas nossa família é de Ijuí, no Rio Grande. Meu vó foi para Santa Catarina e depois meu pai veio pra Santa Rita” (Informante 43); “78, 77 nós viemos para cá [Iruña - Paraguai], mas eu sou nascido paranaense, mas meus pais vieram do Rio Grande do Sul. A minha família veio para o Paraná foi em 55, 57” (Informante 55). E, como veremos adiante, algumas famílias seguem dando continuidade a esse movimento.

Os Censos Agropecuários de 1956, 1981 e 1991 permitem uma aproximação⁶ sobre o peso da presença de brasileiros nas áreas rurais paraguaias para o período que estamos analisando. No primeiro Censo Agropecuário, de 1956, 4,6% dos produtores rurais declaravam-se estrangeiros no Paraguai, sendo que os brasileiros estavam na quinta posição (atrás de menonitas, argentinos, alemães e russos), com 636 produtores (0,4% do total de produtores no Paraguai e 9,5% dos produtores estrangeiros no país). Entre 1956 e 1981 o percentual de produtores que se declaravam como estrangeiro subiu de 4,5% para 5,1%. Apesar de não ser um crescimento muito expressivo, alterou profundamente sua origem, que passa a ser predominantemente brasileiros (73,6% dos produtores estrangeiros e 3,8% do total de produtores no país). Já em 1991 esta tendência se amplia, com os estrangeiros representando 6,5% das explorações agropecuárias, sendo que os brasileiros alcançam 5,2% do total de produtores rurais do país e 80% entre os estrangeiros. Mas, se focalizar nos departamento com maior incidência, a participação brasileira sobre o conjunto dos estabelecimentos alcançou 36% em Alto Paraná e Canindeyú e 14% em Amambay em 1991 (MAG, 1960, 1983 e 1993).

⁶ Além dos dados não permitirem saber, por exemplo, o percentual da área que está sob controle de brasileiros (somente há informações sobre o número de produtores), acreditamos que os dados do Censo estão subestimados porque alguns produtores brasileiros transferem sua área para seus filhos que nasceram no Paraguai, pois dessa maneira obtém algumas facilidades por serem cidadãos paraguaios. Além disso, o Censo não permite identificar a nacionalidade ou a origem do capital das associações, empresas ou sociedades legalmente constituídas, dado que esse tipo de informação é disponibilizado apenas para produtores individuais.

Da democracia aos dias atuais (1990 em diante)

A década de 1990 no Paraguai é marcada pela transição democrática com a queda de Alfredo Stroessner do poder em 1989, em um contexto econômico regional neoliberal e com maior presença do capital financeiro. Para Izá Pereira (2019) este período compreenderia o terceiro regime do controle do território paraguaio (1990-atual), em que o capital brasileiro se consolida no Paraguai, o capital argentino retoma certo espaço e há uma ascensão inédita do capital uruguaio. Neste sentido, é um momento cuja marca é a “intensificação do capital internacional no Paraguai, que ocorre pela territorialização de empresas oriundas do Brasil; empresas argentinas financeirizadas, empresas de mercado imobiliário e pecuaristas oriundos do Uruguai. Deste modo, a escala regional é essencial para compreender a estrangeirização no Paraguai” (p. 55).

No Paraguai, diferentemente do que vem sendo evidenciado em uma escala global (SAUER, 2010; BORRAS Jr. et al., 2012; SASSEN, 2016), o avanço do capital financeiro no controle direto das terras no país ainda é reduzido. Izá Pereira (2019) mapeou apenas oito fundos de investimento atuantes no Paraguai, a maioria destinado à compra e vendas de terras. Outra questão é que, mesmo encontrando empresas de capitais “portuguesas, sul-coreanas, japonesas, alemãs, italianas, francesas e panamenhas” (p. 220), o que predomina é o controle da terra via capitais regionais: brasileiros, argentinos e uruguaios.

No período mais recente os brasileiros continuam apresentando maior expressão no controle das terras no Paraguai. Conforme Riquelme (2005, p. 127), desde o final de 1990 os brasileiros mais prósperos que já estavam no país começaram a adquirir terras em “departamentos cada vez más alejados de la frontera con el Brasil, como Caaguazú, Caazapá, San Pedro y Misiones”. Ao mesmo tempo ocorre a chegada de novos brasileiros no Paraguai no início dos anos 2000, com destaque ao Chaco, que se constitui em um espaço sedutor pelo baixo preço das terras (VÁZQUEZ, 2005). E, a “partir de 2012, após a deposição de Fernando Lugo, mais uma vez o interesse em terras paraguaias é renovado, impulsionado pela necessidade de expansão de cultivos de soja e convergência de crises” (IZÁ PEREIRA, 2019, p. 221). No próximo item vamos aprofundar esse debate.

É importante ressaltar que a presença estrangeira na aquisição de terras paraguaias segue acontecendo mesmo com a implementação de duas medidas legislativas no início do século XXI.

A primeira é a Lei n. 1.863 de 2002, que estabelece o novo Estatuto Agrário e que dentre as diligências está que propriedades em colônias camponesas não podem ser vendidas a não beneficiários de reforma agrária, estrangeiros, estando sujeito a pagamento de multas aqueles que vendem e que compram tais incluindo terras. Em 2005 foi aprovada a Lei n. 2.532, que regulamenta a Seguridad Fronteriza através do estabelecimento de uma faixa de cinquenta quilômetros na fronteira nacional na qual não se pode pertencer a estrangeiros (PARAGUAY, 2005). Estas deliberações caminham no sentido

de controlar e barrar a estrangeirização do território no país, porém, frequentemente não são respeitadas e emergem novas estratégias do capital estrangeiro ter acesso ao território, utilizando formas mais violentas e agindo dentro da legalidade – através das lacunas encontradas nas legislações (IZÁ PEREIRA, 2019, p. 208).

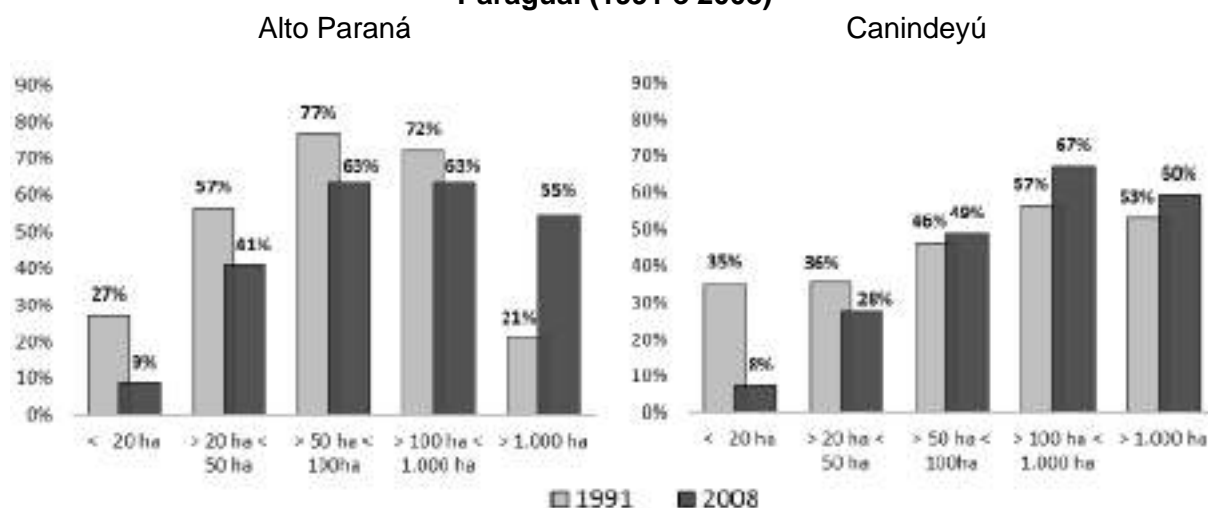
Como afirma a autora, apesar das normativas, a compra de terras por estrangeiros segue ocorrendo. Em pesquisa de campo apareceram algumas estratégias que são utilizadas pelos brasileiros para driblar a situação. Dado que a maioria deles está no país a mais de 30 anos e que já tem descendentes que nasceram no Paraguai, eles acabam colocando a área no nome deste familiar que tem a cidadania paraguaia. Outros produtores acabaram colocando a terra no nome dos filhos, que nasceram no Paraguai e não são mais estrangeiros do ponto de vista legal, podendo inclusive regularizar áreas de colonização/reforma agrária.

Os dados do último Censo Agropecuário, de 2008, indicavam a presença de 8.954 estabelecimentos controlados por brasileiros, ou seja, uma queda de 43,6% em relação ao número presente no Censo anterior, de 1991. É uma redução maior do que entre produtores paraguaios (-6,1%) e estrangeiros de outras nacionalidades (-27,3%). Se por um lado o retorno ao Brasil nas últimas duas décadas foi algo muito presente entre brasileiros que estavam no país (ver o próximo item), por outro, muitos estabelecimentos passam a ser conduzidos pelos filhos dos imigrantes, a maioria já nascida no Paraguai e que consta no Censo como “paraguaio”. Em 2008, 3,2% das unidades eram de produtores brasileiros no Paraguai, frente a 5,2% em 1991. Nos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú o percentual de brasileiros em 2008 alcançou 19,2% e 16,2%, respectivamente, indicando uma importante redução frente aos 36% alcançada por ambos os locais em 1991. Em paralelo, nos Departamentos de San Pedro e Misiones e na região do Chaco há um crescimento no número de produtores rurais brasileiros (MAG, 2009).

Se por um lado há um menor número de produtores brasileiros no Paraguai, por outro eles estão em estratos de área maior. Em 1991, mais de 80% deles tinha até 50 hectares, enquanto que em 2008 esse valor não chega a 60%. Já nos estabelecimentos agropecuários com mais de 100 ha, quase 30% deles está neste estrato em 2008, enquanto que em 1991 não chegavam a 10%. Em termos absolutos, dobrou o número de produtores brasileiros com mais de 100 ha, que saltaram de 1.300 para 2.542. Esse crescimento é mais expressivo se recortamos ao estrato acima de mil hectares, que passou de 127 para 382, indicando um crescimento de 201% entre 1991 e 2008 - neste mesmo grupo de área, entre paraguaios teve queda de 4% no número de produtores e entre as demais nacionalidades um aumento maior (19%) (MAG, 1993 e 2009). Em suma, há uma redução dos produtores brasileiros com menores áreas entre os dois últimos Censos, enquanto que o seu número cresceu nos estratos maiores, indicando um movimento de concentração fundiária entre os agricultores desta nacionalidade.

Em Alto Paraná, departamento com maior presença de produtores brasileiros (19,2% do total de estabelecimentos em 2008), a concentração fundiária por parte deste grupo de estrangeiros é muito perceptível. Conforme Figura 1, em todos os estratos com mais 50 hectares os brasileiros são majoritários em relação aos paraguaios e imigrantes de outras nacionalidades. Embora tenham perdido parte do seu espaço entre 1991 e 2008 nos grupos de área com menos de mil hectares, chama atenção que justamente naqueles estabelecimentos com mais de mil ha foi onde sua participação salta de 21% para 55% no mesmo período. Em Canindeyú, segundo departamento com maior participação brasileira entre os produtores rurais (16,5%), houve um efeito similar, também com crescimento deste grupo nos estratos com mais 50 hectares, com aumento mais evidente nas unidades com mais de 100 hectares (Figura 1).

Figura 1: Participação dos produtores brasileiros no número de estabelecimentos agropecuários por estratos de área nos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú - Paraguai (1991 e 2008)



Fonte: MAG (1993 e 2009).

Caminhos e dinâmicas recentes dos produtores/proprietários rurais brasileiros no Paraguai

Nesta pesquisa foram identificados cinco situações correlatas que envolvem, na atualidade, produtores rurais e proprietários de terras de origem brasileira no Paraguai: i) produtores que chegaram na segunda metade do século XX e que permanecem na mesma região no Paraguai (aumentando, mantendo ou diminuindo suas áreas); ii) produtores e/ou descendentes que também chegaram no país no século XX e mais recentemente avançaram para novas regiões; iii) atores que chegaram no país nos últimos 20 anos, investindo na produção agropecuária e/ou aquisição de terras; iv) produtores que optaram por deter terras

tanto no Paraguai quanto no Brasil; v) produtores rurais que, por diferentes motivos, retornam para o Brasil. Nos próximos subitens aprofundaremos essas dinâmicas.

“Eu quero ficar aqui”: permanência nas regiões de chegada no Paraguai

Entre os entrevistados, a situação mais comum refere-se aos produtores que chegaram na segunda metade do século XX no Paraguai, adquiriram suas terras próprias e tem se mantido na mesma região desde então. Mas, apesar da permanência, ocorreram situações distintas, com produtores que conservaram a mesma área desde que se estabeleceram ali, outros conseguiram ampliar (geralmente na própria localidade e distritos lindeiros) e houve ainda quem teve uma redução na sua área.

Os entrevistados que mantem a mesma área comentaram que até tinham intenção de expandir suas terras próprias, mas o aumento do seu valor nos últimos anos inviabilizou esta ampliação⁷. Nesse caso, alguns produtores, na medida do possível, optam por arrendar terras próximas, inclusive para otimizar as máquinas agrícolas que dispõe. Também há casos que mantem a área estável porque, depois da compra, passaram a arrendar a sua terra para terceiros, como uma renda fixa, e não investem em novos lotes porque dependem de outras atividades (prestação de serviço, comércio, serviço público). Outro caso, por já dispor de uma grande superfície, optou por focar em maquinarias e estrutura para a propriedade.

Então, quando eu saí da sociedade eu fiquei com essa propriedade [de 150 hectares], daí não quis fazê estrutura, não quis, arrendei pra um vizinho, tá mais tranquilo (Informante 19).

To com a mesma área. Foi por falta de recurso, questões financeiras (Informante 33).

Teve gente que aumento as terra. Eu não aumentei. A área já é grande [22 mil ha] e eu quis investir em máquinas, em estrutura, pra ter mais retorno (Informante 37).

No caso dos produtores que ampliaram suas áreas, trata-se de uma estratégia de crescimento das atividades agropecuárias, motivados pela própria dinâmica setorial (sobretudo soja, milho e trigo⁸), e que foram aproveitando o contexto setorial favorável (alta produtividade e elevados preços dos produtos agropecuários). É importante apontar que, com o aumento do valor das terras nos últimos anos, quem tem adquirido áreas mais recentemente

⁷ Lamentavelmente o Paraguai não dispõe de dados oficiais sobre o preço da terra por região e por ano. Mas a percepção da variação do preço da terra pode ser vista no relato dos próprios entrevistados, que compraram áreas em diferentes períodos, evidenciando o aumento do preço. “Comprei 300 ha em 1995, de los cuales 180 ha son mecanizada y la soja ya estaba ya en pleno. Pagué 3.500 dólares por ha. Pero más reciente compré unas hectáreas de 15.000 dólares por ha” (Informante 36); “Antes o preço estava uma micharia. Tinha terra de mil dólares antes. Hoje inteira 20 mil na hectare. Tem terra de 10 mil, depende da região, da localização, tudo isso né” (Informante 50); “De 2012 a 2015 provavelmente o valor da [terra na] região deve ter chegado aos valores mais caros do mundo. Chegou a valores exorbitantes de 30, 40 mil dólares a hectare. Hoje já voltou um pouco mais ao normal, hoje daria para dizer que está entre 10 a 12 mil dólares a hectare” (Informante 52).

⁸ “Hoje tem que ter uma área grande para se manter no setor, porque a margem é pequena.” (Informante 21).

são aqueles produtores mais capitalizados, que já controlam grandes superfícies. Um dos entrevistados descreve sua estratégia para ampliar sua área.

Então, em vez de você pegar esse dinheiro que sobra [da safra] e tu investir em insumo, você pega esse dinheiro que sobra e tenta agregar uma área, tenta melhorar a área, falando em calcário, gesso ou [torna-la] mais plana. [...] Em cima disso que todo ano a gente adquire novas propriedades, não grande, mas adquire 20 alqueires esse ano, 30 ano que vem. Sempre acaba comprando e aumentando a área própria (Informante 21).

Entre aqueles em que houve redução, três fatores foram comentados pelos entrevistados. O primeiro refere-se a divisão da área entre familiares, cuja cisão pode ocorrer por conflitos entre irmãos, por exemplo, mas os casos mais comentados referem-se ao desmembramento dada a formação de novos núcleos familiares (em que os pais transferem a totalidade ou parte da área para os filhos).

Meus pais eram sócios dos irmãos, numa área de 3 mil e pouco hectares. Uma outra área depois foi comprada de 1.200 hectares, e depois foi comprada, já nos anos 2000, compramos uma propriedade, com 1.500 hectares. Fizemos a cisão da sociedade, uns venderam, mas nós conseguimos manter, melhorar, mas não foi feita nenhuma expansão. [...] Então hoje estamos com 2 mil hectares (Informante 13).

Meu pai comprou 200 hectares no Paraguai. [...] Como ele tinha 9 filhos, dividiu a área e deu umas 25 a 30 hectares para cada filho (Informante 28).

O segundo elemento refere-se à perda de parte da área por conta de dívidas, com bancos, vendas de insumos, silos, etc. Como o custo de produção da soja é muito alto, os produtores geralmente financiam grande parte da produção nestas empresas, para pagar na safra (ÁVALOS VERA, MERELES e WESZ Jr., 2017; WESZ Jr., 2020). Entre os produtores de soja entrevistados, a grande maioria usa essa modalidade de negócio, sendo que 79,4% afirmaram que não conseguiriam plantar o grão se não obtivessem recursos externos à propriedade. Nesses casos, como a maioria não faz seguro da produção, uma quebra de safra geralmente significa uma dívida, que, caso não quitada ou renegociada, pode implicar em perda de parte da terra, pois ela comumente vai como garantia no empréstimo. Há casos de perda de toda a área, condicionando o retorno ao Brasil ou a saída da atividade. Mas também há casos em que o produtor perde apenas uma parte da terra (proporcional ao tamanho da dívida) e permanece com as atividades no restante da área.

O que foi descrito acima ocorreu justamente com um dos entrevistados (Informante 17). Entretanto, ele não quis falar sobre o assunto na gravação. Em outro momento, em conversa com sua filha, ela detalha o caso.

Meu pai perdeu um terreno de mais ou menos uns 50 hectares. Ele perdeu para a “empresa X”, que é do “grupo Y”. O silo financiava pra ele, financiou

por 7 anos. E o pai plantava uns 120 hectares de terra arrendada deles, a renda era de 1.000 quilos de soja por ano da safra de verão. Nesse período de 7 anos deram 3 anos de seca. O pai colheu muito mal, e não conseguiu pagar o financiamento. E a dívida aumentou. Eles refinanciaram a dívida do pai por uns três anos mais, mas o juro deles é muito alto e quando o pai colhia bem, o produto não tinha preço, daí o pai não conseguiu pagar a dívida dos anos de seca. Foi então que a empresa decidiu cobrar o pai. E a hipoteca para financiar era um terreno. Daí foi quando eles decidiram cobrar e o pai não tinha o que fazer, teve que cumprir com o contrato e passar o título para o nome deles. E na região que o pai mora tem famílias que perderam tudo.

O terceiro fator refere-se à perda de área em função de conflitos de terra. Como relatou um dos entrevistados, “hoje a área é de 1.600 hectares [...] era de 1.800, mas perdeu umas 200 ha para sem terras” (Informante 14). Isso tem ocorrido porque “las organizaciones campesinas han levantado como una de las principales banderas de lucha la recuperación de tierras malhabidas” (KRETSCHMER, 2011, p. 46). Estas “tierras malhabidas”, são, de maneira simplificada, áreas públicas que foram passadas a privados sem base jurídica⁹.

Em suma, apesar deste grupo permanecer na região que se estabeleceram no Paraguai, há casos muito distintos, que inclui aqueles que mantiveram as mesmas áreas ao longo dos anos, enquanto outros conseguiram amplia-la, mas também teve quem, por diferentes motivos, reduziu sua área própria. Outra dinâmica visualizada refere-se ao avanço destes produtores para novas regiões paraguaias.

“Enquanto der, a gente vai seguindo”: avanço para novas regiões no Paraguai

Outra situação observada na pesquisa refere-se àqueles produtores brasileiros e/ou descendentes que avançaram para novas regiões do Paraguai, mantendo ou vendendo as terras que detinham na região em que se estabeleceram no país. Um entrevistado da Unicoop (Central Nacional de Cooperativas) explica que primeiramente houve uma migração da área mais tradicional de cultivo de soja e com maior presença de brasileiros no Paraguai, que “saiu e foi para região de São Pedro, Canindeyú, Amambay. E teve uma migração de pessoas que venderam e foram para o norte, isso teve sim. Outras tem propriedades aqui e em São Pedro e outros tão se lançando ao Chaco também, então tem essa migração dentro do Paraguai. [...] E tem pessoas que se mantém nas duas regiões, porque é a base”.

⁹ Como argumentam Guereña e Rojas Villagra (2016, p. 13), “durante el régimen de Alfredo Stroessner (1954-1989) los militares, empresarios y funcionarios cercanos al poder se hicieron ilegalmente con casi siete millones de hectáreas de tierras que estaban destinadas a la reforma agraria, a las que se suman un millón de hectáreas adicionales que fueron irregularmente adjudicadas desde el fin de la dictadura. [...] Las irregularidades encontradas fueron la adjudicación a personas no beneficiarias según el Estatuto Agrario, la adjudicación de más de un lote a la misma persona y la adjudicación de lotes superiores a los límites máximos establecidos en la ley. Poco más de mil personas recibieron en total casi cinco millones de hectáreas, con un promedio de 4.600 hectáreas por persona. [...] Muchas de estas personas hicieron posteriormente una fortuna al vender a empresarios sojeros, fundamentalmente brasileños, esas tierras que habían recibido prácticamente regaladas.”

O que se observa, em geral, é que os produtores mais capitalizados avançam para novas regiões, sobretudo o Chaco – que apareceu em todas as entrevistas como “a principal fronteira agrícola do país” –, mas mantem suas áreas originais em paralelo à aquisição de terras nesta nova região. Nesse sentido, garantem o “porto seguro”, e, em paralelo, arriscam em área de expansão da fronteira agrícola da soja e de consolidação da pecuária. Isso ficou claro em relatos de técnicos e dirigentes de empresas.

Yo estuve en la semana pasada en Filadelfia [Chaco], a mil km de Ciudad del Este. Fui a realizar un día de campo de maíz y ya escuche a algunos hablando en portugués, cosa que no era normal, antes normalmente era menonitas y nada más. Pero están comprando muchas tierras en el Chaco para ver la posibilidad de ampliar la producción hacia allá. [...] No son nuevos productores, son productores que ya están en Paraguay que van ampliando en el Chaco su producción. Yo creo que nuevos productores que vengan de Brasil, lo que puede llegar a ocurrir [...], pero lo que yo creo que hay más es gente de la región oriental de acá de la zona productiva de soja, digamos, de primera línea que está extendiendo su tierra a aquellos lados.

Então, os que estão indo para lá [Chaco] são bastante, uma leva de brasileiros, que estão produzindo carne, comprando grandes extensões de terra, 10, 15, 20 mil hectares de terra para produção de gado, carne, e já estão se aventurando na produção de soja.

Assim, começou essa nova migração digamos, dentro do Paraguai mesmo, [quando] muitos produtores que, digamos, tinham uma certa reserva de dinheiro, começaram a buscar o Chaco. Aqui mesmo de Santa Rita tem pessoa que tem propriedades lá, mas a maioria são pecuária.

Agora no Chaco, sim, existem produtores daqui que já compraram terra no Chaco, antigamente, que estão trabalhando lá agora. Para você abrir uma área no Chaco, é uma inversão muito grande, muito alto. Dificilmente o cara que tem uma área aqui ele quer botar para vender [sua terra], dificilmente. E o cara que quer comprar é porque é um agricultor muito forte, então tem caso que o cara compra para expandir, mas é um agricultor forte.

Além de serem produtores mais capitalizados (“agricultor forte”) que podem fazer esses movimentos em direção ao Chaco sem abrir mão da sua área original, a manutenção das suas áreas no oriente se vincula também as particularidades edafoclimáticas da região, pois no Chaco a produção agrícola é de maior risco quando comparado com a região mais tradicional de cultivo de soja. Além disso, é afastado dos principais canais de escoamento¹⁰. Apesar dessas características, que deixa alguns produtores com o “pé-atrás”, muitos são estimulados principalmente pelo preço das terras. Um entrevistado comenta que seu “patrão tem no Chaco 4 mil [hectares] aberta, 5 mil sendo aberta e mais 10 mil fechada [não desmatada]. Ele comprou as terra uns 20 anos atrás por 150 dólar a hectare e atualmente o preço tá 1.500” (Informante 14). Outro adquiriu “1.200 hectares em 2009. Nós compramos

¹⁰ No Chaco, além da problemática ambiental derivada das altas taxas de desmatamento, há um conjunto de conflitos fundiários envolvendo a população indígena, inclusive os Ayoreos, que são os únicos indígenas isolados fora da Amazônia. “E, inclusive, esta comunidade sofre ataques de empresas brasileiras, o que resultou em diferentes denúncias diante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, visto que o Estado paraguaio, mesmo possuindo o conhecimento do conflito, não procurou resolve-lo. Comunidades indígenas estão perdendo seu território para o agronegócio” (Izá Pereira, 2019, p. 346).

cada hectare por 190 a 200 dólar, por aí” (Informante 19). Também se escutou o relato de um grupo de irmãos, que tem 5 mil hectares em Santa Rita, vendeu 900 hectares para comprar 45 mil hectares no Chaco. Nos três casos comentados, foram mantidas terras próprias na região oriental.

Também foram identificados produtores que adentram outras regiões do Paraguai, para além do Chaco, como San Pedro, Amambay, Caazapá, Guaira e Misiones. No caso de Misiones, um representante da Cooperativa Naranjito, de Itapúa, disse conhecer produtores que migram para lá “para cultivar arroz, pois lá tem muita área alagada”. Nas outras regiões o foco é a produção de soja. Esse movimento ficou mais claro nas pesquisas de campo realizadas no Departamento de San Pedro, em que foram entrevistados 9 produtores rurais brasileiros (ou descendentes).

Tratam-se de produtores com área entre 1.080 e 17 hectares (média de 403 ha), sendo destinado para soja de 948 a 17 hectares (média de 299 ha). É interessante notar que nenhum dos entrevistados foi diretamente do Brasil para San Pedro. Eles (ou seus pais) deixaram o Rio Grande do Sul, Santa Catarina ou Paraná e chegaram ao Paraguai nas décadas de 70 e 80, estabelecendo-se nos departamentos de fronteira do Alto Paraná e Itapúa, e nos últimos anos migraram para San Pedro em busca da expansão de sua área. Todos comentaram que a escolha desta nova região estava calcada no fato de serem terras mais baratas, ampliando a sua superfície para produção.

Um dos entrevistados é filho de brasileiro e ele migrou para lá depois do casamento. “Casei e a terra do pai não dava para todos irmão. Ai o pai me deu um dinheiro e comprei aqui, que é bem mais barata do que onde nós morava antes” (Informante 07). Neste caso, migrar foi uma estratégia para garantir a reprodução socioeconômica do novo grupo familiar. Outro entrevistado diz que tinha pouca terra em Santa Rita. “Nós éramos 5 irmãos e pequena terra. Então os 4 homens saíram para procurar terra. Primeiro, começamos a alugar até comprarmos terras e agora trabalhamos juntos em área própria e alugada” (Informante 06). Em outros casos, são produtores com pouca terra em áreas mais consolidadas, o que geralmente dificulta um retorno econômico significativo. Então uma opção é buscar terras de menor valor, adquirindo assim uma área maior que permita uma produção em larga escala (Informante 09).

Outro entrevistado comenta que “onde eu tava a terra era muy cara, entonces eu vendi 20 hectares para comprar 140 hectares em San Pedro” (Informante 02). Mas, neste caso, a escolha do local também é influenciada pelas redes familiares, além do valor da área. Ele comenta na conversa que “la maioria de los productores descendientes de brasileiros que están em Lima tem vínculo de parentesco. Eles são meus hermanos y cuñados”. Outra curiosidade é que, enquanto alguns vieram do Brasil para uma propriedade rural em Alto Paraná ou Itapúa e dali foram para San Pedro, outros percorrem vários lugares. No caso do

Informante 18, no intervalo de 40 anos entre a saída de Cascavel (Paraná) e a chegada em Lima (San Pedro), ele passou por diferentes distritos de Alto Paraná: Santa Rosa del Monday - Santa Rita - Naranjal - Tres de Mayo - San Cristobal. Outro produtor (Informante 07) também fez várias paradas na sua trajetória migratória: Santa Catarina, Santa Fé (Alto Parana), Santa Rita (Alto Parana) e Lima (San Pedro). Nos nove casos identificados em San Pedro, chama atenção que todos eles não mantiveram suas terras em Alto Paraná ou Itapúa, sendo um perfil de produtor menos capitalizado em comparação àqueles que compraram terras no Chaco.

“Quero expandir meus investimentos”: chegada recente no Paraguai

Há um consenso entre os entrevistados de que é muito reduzido o número de produtores rurais brasileiros que se estabeleceram no Paraguai nos últimos anos (a maioria afirmou que desconhece casos dessa natureza nas últimas duas décadas). O fato é que, dado o alto valor das terras (e a desvalorização do real frente ao dólar, que encarece ainda mais a transação), não foi identificado nenhum relato de brasileiros que tenham vindo do Brasil e adquirido terra em Alto Paraná, Candindeyú, Itapua ou outros departamentos em que a soja está consolidada. O que se ouviu são produtores chegando diretamente no Chaco, sobretudo no período mais recente, como relatado por um representante de uma revenda de insumos, que a mais de 10 anos vai à região para prestar assistência técnica.

No Chaco, nesse momento, tem muito investimento de fora, uruguaios, argentinos e tem muitos e brasileiros, tem muito também, que chega direto lá, que não tem vínculo nenhum. Que é diferente do pessoal que vive aqui hoje, então é até interessante. Tem pessoas, tem até políticos do Brasil, ou grandes políticos do Brasil que está até nos lava jato da vida. [...] Teve grupos também de investidores, porque o Chaco ele é muito visto como um negócio imobiliário, você vai, você abre, ou prepara e a valorização do imóvel, e lá é muito grande. Não tem outro negócio que tem a rentabilidade nesse nível, então tem muito disso também.

Como esclarece o entrevistado, ocorreram casos de brasileiros que compraram área no Chaco sem passar pela região oriental. A presença de políticos na compra terras nesta região também foi apontado pela reportagem “De Olho no Paraguai”, no eixo “Os Invasores do Chaco”¹¹, além de empresários, religiosos e jogadores de futebol brasileiros. E como destacam na matéria, “os brasileiros não estão lá como colonos, como acontece muito na Região Oriental. Apenas como grandes latifundiários, ocupando fartas extensões de terra.” Além disso, brasileiros estão entre os protagonistas do desmatamento intensivo e “da invasão em terras de camponeses e de etnias como os Ayoreo”¹².

¹¹ <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/>

¹² <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2017/11/27/ultima-fronteira-chaco-tem-desmatamento-e-ataque-a-indios-isolados/>

Segundo Benegas (2018, p. 3), no Chaco “la población bovina aumentó más durante el período 1991-2011, pasando de 700.000 cabezas a más de un millón en 2011. Este crecimiento fue causado principalmente por la nueva ola de inmigrantes ganaderos, principalmente brasileños, uruguayos, argentinos y algunos europeos que, en poco tiempo cambió la naturaleza económica y cultural del noreste del Chaco”. E complementa que a “ley de Paraguay, que permite la deforestación del 75% de un terreno, también ha facilitado la transformación del Chaco. Guyra Paraguay informó que 1.973 hectáreas por día fueron deforestadas en el Chaco en los últimos dos años” (p. 3). Segundo a autora, além das vantagens fiscais, da menor exigência ambiental e dos preços atrativos do mercado internacional de carne bovina, também foi atrativo aos brasileiros o preço da terra, que era um décimo do valor de uma hectare no Mato Grosso.

Há também suspeitas, divulgadas pelos meios de comunicação, de aquisição de terras como estratégia para “lavagem de dinheiro”. Segundo reportagem publicada no Fantástico em 27 de maio de 2018, “apontado como o maior doleiro do Brasil, Dario Messer investiu milhões de dólares em terras no país e os lucros que ele obteve como peça central nos esquemas de corrupção viraram pastagens e imensas plantações de eucaliptos”. A estimativa é de que ele seja dono de, pelo menos, 100 mil hectares no Paraguai¹³.

Na pesquisa de campo foi possível mapear o caso de um produtor brasileiro (Informante 54) que fez uma tentativa recente de compra de terra no Paraguai. Ele atua a 30 anos no ramo da agropecuária, com fazendas na região de Tangará da Serra e Sapezal (Mato Grosso), e, através de conversas com amigos, despertou o interesse de pesquisar terras na região do Chaco paraguaio em 2018. Buscando expandir seus investimentos, ele foi visitar uma área de 18 mil hectares, que não era aberta, e o valor final ficaria em 18 milhões de dólares, cuja intenção era financiar esse valor no Paraguai e iniciar o cultivo de grãos. Entre os fatores que lhe desanimaram, por um lado, “seria difícil administrar, porque morar em Tangará da Serra e ter terra lá [Chaco] limitaria o acompanhamento de serviços”, e por outro, o “difícil acesso da área”. Segundo informações do consultor de vendas que o acompanhou, nos períodos de chuva as estradas ficam basicamente inacessíveis e sugeriu que seria necessário o acesso por avião. Então, preocupou-se com os “problemas com escoamento de produção”. E também precisava “abrir a mata, o demanda de serviços e maquinários externos, e a estrada ruim pode atrasar ou aumentar os custos do investimento inicial”. Por fim ele decidiu não comprar a terra, pois além do valor a ser pago, teria muitos investimentos para fazer na área, mas ainda considera a possibilidade de investir no Paraguai, sobretudo “se

¹³ <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2018/05/investigacao-descobre-terras-onde-maior-doleiro-do-pais-investiu-milhoes.html>

aparecer algo mais próximo da fronteira com Mato Grosso, que seja do agrado, vo fazer novas análises para investir”.

Ainda que o avanço do capital financeiro no controle direto das terras no Paraguai seja reduzido, isso não tem impedido a chegada recente de brasileiros para a compra de terras no país, principalmente no Chaco. Como pode ser visto acima, os meios de aquisição das áreas são muito variados e complexos. E, vale destacar, é um público muito diverso em relação à maioria dos brasileiros que se estabeleceram nas áreas rurais do Paraguai entre os anos de 1970 e 1980.

“Tamo aqui e lá”: posse da terra no Paraguai e no Brasil

Para além das três situações acima descritas, percebe-se que alguns produtores optaram por disporem de terras tanto no Paraguai quanto no Brasil. Nesse grupo há quem manteve uma área na sua região de origem como quem comprou terra no Brasil mais recentemente, sem vender sua propriedade no Paraguai. Durante as pesquisa de campo foram encontrados cinco casos desta natureza, ainda que com distintas características. Nos dois primeiros casos eles mantiveram a sua área de origem no Brasil quando foram para o Paraguai, enquanto os três últimos compraram área no Brasil nos últimos anos.

No primeiro caso (Informante 22), ele foi para o Paraguai em 1989 trabalhar como colhedor de grãos para um primo e depois passou a trabalhar em um silo. Ao longo desses 30 anos ele foi comprando, pouco a pouco, terras no país, e atualmente tem 120 hectares em Canindeyú, que é arrendada para terceiros. Mas ele manteve 12 hectares no Rio Grande do Sul, que “tá com a família. É da família, mas tá no meu nome, no caso.” Embora ele não trabalhe como produtor rural, mantém suas áreas tanto no Brasil como no Paraguai. O segundo caso (Informante 13) também manteve sua área de origem no Brasil. A família adquiriu terras no Paraguai – cerca de 6 mil hectares – sem ter que vender sua área no Brasil. “Nós não vendemos alguma coisa no Brasil pra comprar lá. Nós simplesmente compramos por facilidade da época.” Depois da divisão da área entre herdeiros, ele ficou com 2 mil hectares no Paraguai, além de, pelo menos, 760 hectares no sul do Mato Grosso do Sul. “Nós vivemos parte lá, parte cá”.

O terceiro caso (Informante 21) é uma sociedade formada por dois irmãos, que vieram para o Paraguai em 1987. Quando saíram do Rio Grande do Sul, venderam a área e começaram a plantar na terra de terceiros no Paraguai. “E de lá para cá fomos adquirindo áreas, arrendando áreas, e a fazenda começou a crescer”. Atualmente “a gente toca 1.230 alqueires, que dá quase três mil hectares. [...] Mais da metade da área que nós plantamos é arrendada, dentro de área de 50 km daqui, que inclui Nueva Esperanza, Katueté e Ybyrarobaná”. No início do século XX, depois de estarem já instalados no Paraguai, decidiram

investir também no Mato Grosso, onde tem uma área de 2.600 hectares de lavoura. O quarto caso é semelhante ao terceiro. Segundo o Informante 29, “meu vizinho tem seis fazendas aqui em Santa Fé [Alto Paraná] e faz uns anos que ele comprou uma área grande em Querência, no Mato Grosso. Se junta todas as áreas daqui não dá o tamanho dessa do Mato Grosso. Ele ficou uns três, quatro anos se organizando, juntando dinheiro, para comprar lá, que é terra barata e boa”. O quinto caso (Informante 30) também é de um produtor que comprou terra no Brasil depois de já estar instalado no Paraguai.

Meu tio tem uma área de 400 alqueire no Paraguai na Gleba 6, distrito de San Alberto [Alto Paraná]. No ano de 2016 ou 2017 ele comprou mil hectares no Maranhão, pagando R\$ 5 mil por hectare, mas era cerrado bruto, aí tinha que abrir e coisa. Escolheu o Maranhão porque no Paraguai onde ele mora tem grandes fazendeiros e aí não tinha área pra compra ou era cara, umas dez ou doze vezes o valor do Maranhão. E queria investir também.

Como aparece nos relatos, entre os principais motivadores desse movimento está o preço mais barato da terra nas regiões de expansão do Brasil do que no Alto Paraná ou Canindeyú – muito influenciado pela valorização do dólar frente ao real, que torna mais vantajosa a compra de áreas no Brasil. Além disso, comprar terra no Brasil evita os questionamentos sobre a apropriação de terras por estrangeiros, o que é muito recorrente no Paraguai, inclusive sendo causa de inúmeros conflitos fundiários (IZÁ PEREIRA, 2019; FOGEL, 2015). A terceira motivação está no novo cenário político brasileiro. Como foi colocado por um jovem produtor de soja (Informante 45), que recebeu do pai 500 hectares depois de concluir o curso de agronomia, “futuramente pretendo expandir no Brasil porque tem novas perspectivas com o Governo Bolsonaro”.

O gerente de uma *trading* comentou esse movimento de manter áreas no Paraguai e adquirir terras no Brasil, sobretudo nas regiões de expansão da fronteira agrícola. Como pode ser visto abaixo, são vários os destinos destes investimentos.

Muita gente tá comprando de volta, novamente, no Brasil. Comprando propriedades no Mato Grosso, mais no Norte. Vi gente compra propriedade no Estado de Tocantins, vi gente compra propriedades no Piauí, também no, na divisa da Bahia com Piauí. Vi gente comprando terras agora, mais recentemente, no Amapá. Amapá! É gente que tá pegando dinheiro daqui [Paraguai] e jogando no Brasil. Mas não tá voltando, entendeu? Não está voltando! Tá sobrando dinheiro ali [Paraguai]. Então vi gente fazendo esse tipo de investimento. Agora, volta por opção, sujeito tal não quer nem sabe, não volta mesmo. Não volta! Não tem porque volta!

O relato acima se refere, em geral, aos produtores rurais e/ou proprietários de terra mais capitalizados, que mantêm sua área no Paraguai e aproveitam para investir no Brasil. Mas também há quem deixou em definitivo o Paraguai e se instalou novamente no Brasil. No próximo subitem aprofundaremos esta situação.

“Voltamo pra casa”: retorno ao Brasil

O processo de retorno de produtores/proprietários rurais para o Brasil é outra dinâmica que pôde ser percebida durante a realização da pesquisa. Esse tema já havia sido destacado por Zaar (2001), que apontou que esse regresso estava diretamente ligado a invasão de terras por campesinos paraguaios, endividamento derivados da produção agropecuária e busca por educação escolar brasileira para os filhos. Um dos entrevistados comentou que disponibilizou para seu filho uma área de terra no Paraguai (como herança), mas que ele optou por vender e comprar outra área no Brasil, pois a família já havia passado por conflitos fundiários e “isso rassabiou ele” (Informante 49).

O tema do endividamento por conta da produção agropecuária e a perda da terra para o financiador também foi relatado pelos entrevistados, como já comentado. Trata-se de um processo de “deslocamento bifásico”, como comentou Kohlhepp (1984), pois de um lado, colonos brasileiros que haviam sido expulsos de suas regiões provocavam o deslocamento dos campesinos paraguaios; e por outro lado, a chegada de grandes empresas agrícolas começou a reproduzir o mesmo processo de expulsão de pequenos produtores – tanto brasileiros como paraguaios – que não conseguiam acompanhar os imperativos de competitividade causados pelo avanço da produção mecanizada.

Aquino (2016), que estudou o retorno de pequenos agricultores brasileiros do Paraguai e seu ingresso em acampamentos organizados por agricultores sem-terra, destaca que esta volta “foi influenciada por fatores como a impossibilidade de aquisição de terras no Paraguai ou de legalização das terras adquiridas e, em especial, pela busca de serviços e políticas públicas disponibilizados no Brasil, mas, que não existem no Paraguai ou não abrangem os brasileiros, como acesso à saúde pública, transporte escolar e, sobretudo, a aposentadoria como trabalhador rural” (p. 243). A autora enfatiza que no caso do acesso à saúde, é condicionante para o retorno o fato de que no Paraguai o sistema geralmente tem custos, enquanto que no Brasil a população segue amparada ao Sistema Único de Saúde (SUS). Esta situação foi justamente comentada por três entrevistados:

Então começou a surgir problema de saúde com uma das filhas, que era tratada em Cascavel. Os vizinhos do Paraguai falaram do acampamento do MST perto de Cascavel e desde o ano 2000 que me mudei com a família para o acampamento. [...] A vantagem é que tem saúde e escola perto, e no acampamento tem a chance de conseguir terra (Informante 01).

É, foi por causa de saúde que eu saí de lá. Porque tu sabe que a gente tem que ter saúde pra trabalha (Informante 15).

Da minha família que hoje está no Paraguai, só eu sigo aqui, o resto voltou tudo para o Brasil porque o pai, com certa idade, no Brasil tem mais recurso, esse negócio de médico, se aposentar, tudo isso né? (Informante 29).

Dentre os que retornam, alguns se deslocam diretamente para as áreas urbanas, buscando a proximidade de membros da família e o acesso à serviços públicos, enquanto outros seguem para as áreas rurais. Além de integrarem o MST, como demonstra Aquino (2016) e foi apontado no relato acima, alguns produtores adquirem uma área de terra própria, em geral obtida a partir do recurso adquirido com a venda de seu patrimônio no Paraguai. E, no contexto recente, o fato do dólar (que nesta região fronteiriça com o Brasil é mais usado que o guarani) estar mais valorizado frente ao real, além do alto preço da terra nessa região do Paraguai, também estimula a compra de áreas no Brasil.

Tem gente que tem comprado terra no Brasil, uns que venderam bem aqui. Como que nos últimos anos deu dinheiro – agora está meio feio, meio parado porque teve frustração de safra e preço ruim, aí não dá dinheiro – e o produtor investiu no Brasil. Ele vende um pedaço pequeno e ele compra grande lá, porque dólar por real está... ele faz dinheiro, o câmbio tá 4 por 1. Que nem o Clovis ali, a Clara... venderam ali [Santa Rosa del Monday] e compraram um monte lá na campanha gaúcha (Informante 25).

Na época que contava 20 mil [dólares o preço da hectare] aqui, justamente o Brasil estava lucrando 4 por 1 [real x dólar], então alguns venderam a 20 mil e mudaram para o Brasil de novo, na região do Pará, Tocantins, Maranhão. Tem alguns produtores daqui e foram lá no Piauí. Vendia aqui a 20 mil e lá comprava 4 vezes mais (Informante 35).

Também escuta-se relatos de quem saiu “fugido” do Paraguai por conta de dívida. “Alguns arrendatários que quebraram literalmente e vazaram lá pro Norte [do Brasil]. Arrendo, não conseguiu paga e vazo” (Informante 19). E, entre aqueles produtores que permanecem no Paraguai, há casos em que o retorno ao Brasil é cogitado - ou conhecem casos de pessoas que pensam nesta possibilidade.

Eu pensei em retornar sim. Retorna pro Brasil porque hoje a gente tem a idade, dá pra dizer já avançada, 65 anos. E pra pessoa que tem idade avançada no Brasil, é muito melhor, tem a parte de medicina, tem muito mais auxílio do governo também pra pessoa idosa. Aqui pra pessoa idosa, pra estrangeiro não tem auxílio nenhum. Quem tem condições sobrevive melhor, e, quem não tem condições, sobrevive... é pior, né? Que a medicina aqui é muito ruim. [...] mas se pudesse, por exemplo, conseguir vender por um preço bom a propriedade pra ir mora no Brasil, eu iria! (Informante 17).

[meu filho] tá doido pra sair de lá [Paraguai]. Até a muié me falo hoje, que a muié dele disse que se eles pudesse vim, eles vinham pra um lugar aqui [Brasil]. Falta acha dez alqueire de terra e uma casa boa, que ai ele vende lá e vem embora. [...] Anos que trabaia já e nunca sobra muito né. Tem de tudo, mas deve bastante, esse é o caso, né? (Informante 15).

Portanto, o movimento de retorno ao Brasil segue ocorrendo e é cogitado por alguns produtores, principalmente entre aqueles que não dispõem de recursos para acessar educação, transporte, saúde e previdência de maneira privada do Paraguai. Deste modo, fazem o movimento inverso aquele registrado nas décadas anteriores. Mas, como demonstrado neste

trabalho, este é apenas um dos caminhos traçados pelos produtores/proprietários rurais brasileiros e seus descendentes no Paraguai.

Considerações finais

Ao olhar para os caminhos recentes dos produtores rurais e proprietários de terras de origem brasileira no Paraguai, chama atenção que, apesar deste grupo ter chegado majoritariamente entre os anos 1970 e 1980 no país, não há uma situação estática destes atores e de suas gerações sucessoras em relação à terra. Ao longo das pesquisas de campo ficava cada vez mais claro uma diversidade de movimentos, que, apesar da permanência de alguns brasileiros na região de estabelecimento no Paraguai, também era visível a sua migração para novas áreas no interior do país, bem como a chegada recente de brasileiros, principalmente no Chaco. Além disso, alguns produtores/proprietários, ao invés de investirem em novas regiões do Paraguai, optaram por realizar a compra de terras no Brasil, mantendo áreas em ambos os países. Mas também houve a volta em definitivo ao território brasileiro, realizando o “retorno” daquele trajeto feito décadas atrás.

Se os caminhos, movimentos e dinâmicas contemporâneas deste grupo social são diversas, as variáveis e razões que interferem nestes fluxos e nas suas lógicas também o são. Tratam-se de estratégias particulares, que são acionadas conforme o contexto familiar, econômico (nacional e pessoal), setorial (sobretudo em função da soja), estatal (presença ou ausência de programas públicos) e político (perspectivas mais ou menos favoráveis ao setor e ao perfil do produtor), além obviamente do preço da terra e das características edafoclimáticas nas diferentes regiões. Assim sendo, os caminhos, movimentos e dinâmicas deste grupo social em relação à terra no Paraguai são múltiplos, assim como suas motivações.

Para concluir, é importante dizer que a grande heterogeneidade em termos fundiários e econômicos que marcou a chegada dos brasileiros a algumas décadas atrás no Paraguai, está menos presente atualmente, sobretudo nas regiões em que o cultivo da soja está consolidado (Alto Paraná, Itapúa e Canindeyú). Além dos produtores rurais e proprietários de terras capitalizados conseguirem se manter e ampliar suas áreas nas regiões em que se estabeleceram, muitos estão aumentando suas extensões via aquisições no Chaco e no Brasil, sem abrir mão das áreas originais. Já a permanência dos pequenos e medianos produtores tem sido cada vez mais difícil, seja pela dinâmica produtiva e econômica excludente do mercado de *commodities*, sobretudo da soja, seja pelo alto valor da terra, que

os pressiona/estimula a venderem suas áreas¹⁴. Resta, como opção, o seu avanço para novas frentes de expansão agrícola no Paraguai ou seu retorno em definitivo para o Brasil. Escapam desta situação aqueles que optaram por arrendar suas terras ou que dispõem de renda não-agrícola. Também foram vistos alguns poucos casos de produtores que conseguiram se manter na atividade ao desenvolver uma eficiente gestão de sua unidade produtiva, mesmo dispondo de menos de 100 hectares para o cultivo de soja/milho. Mesmo assim, o que tem prevalecido é o aumento do controle e da posse da terra no Paraguai entre os produtores e proprietários brasileiros mais capitalizados.

Referências

AQUINO, S. L. Narrativas sobre a trajetória migratória: O retorno dos Brasiguaios. **Revista Ambivalências**, n. 4, v. 8, p. 243-276, 2016.

AVALOS VERA, G.; MERELES, M. V. G.; WESZ Jr., V. J. La expansión de la soja en San Pedro (Paraguay): productores rurales, empresas y relaciones comerciales. **Revista NovaPolis**, n. 12, p. 105-123, 2017.

BENEGAS, G. **Paraguay: Desarrollo Regional y Transformación Territorial del Chaco**. Instituto de Investigación para la Competitividad y el Desarrollo, 2018.

BORRAS Jr., S. M. et al. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p. 402-416, 2012.

FOGEL, R. B. Reforma agraria en el Paraguay: retrocesos y luchas. In: Mançano Fernandes, B. et al. (orgs). **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Clacso, 2015, p. 129-140.

GUEREÑA, A.; ROJAS VILLAGRA, L. **Yvy Jára - los dueños de la tierra en Paraguay**. Asunción: OXFAM, 2016.

IZÁ PEREIRA, L. **“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”**: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). Presidente Prudente, 2019, 523 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

KLEINPENNING, J. M. G. **Rural Paraguay, 1870-1932**. Centrum voor Studie en Documentatie van Latijns Amerika, 1992.

KOHLHEPP, G. Colonización y desarrollo dependiente en el oriente paraguayo. **Revista Geográfica**, 99, p.5-33, 1984.

KRETSCHMER, R. Conflictos territoriales en las regiones de frontera en Paraguay Oriental. **Geografia em questão**, n. 4, v. 2, p.41-55, 2011.

MAG – Ministerio de Agricultura y Ganadería. **Censo Agropecuario de 1956**. Asunción: MAG, 1960.

¹⁴ Embora não seja o foco deste trabalho, vale mencionar que essa dinâmica não impacta os produtores brasileiros e seus descendentes de maneira exclusiva. Ao contrário, afeta principalmente as populações rurais paraguaias, como *campesinos* e indígenas.

_____. **Censo Agropecuario de 1981**. Asunción: MAG, 1983.

_____. **Censo Agropecuario de 1991**. Asunción: MAG, 1993.

_____. **Censo Agropecuario de 2008**. Asunción: MAG, 2009.

MORAES SILVA, M. A.; MELO, B. M. Brasileiros no exterior, a história dos brasiguaios – Soja: a expansão dos negócios. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2009. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/soja-a-expansao-dos-negocios/>

NICKSON, R. A. Colonización brasilera en la Región Oriental del Paraguay. In: Fogel, R.; Riquelme, M. (orgs). **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Asunción: CERI, 2005, p. 228-255.

_____. Brazilian colonization of the eastern border region of Paraguay. **Journal of Latin American Studies**, n. 13, v. 1, p. 111-131, 1981.

GUEREÑA, A.; BURGOS, S. O. **Desterrados: Tierra, poder y desigualdad en América Latina**. Oxfam, 2016.

PALAU, T.; HEIKEL, M. V. **Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera agrícola**. 2ª edición. Asunción: BASE-IS, 2016

PAPPALARDO, C. **Estrategias y políticas de desarrollo rural**. Asunción: El Lector, 1995.

RIQUELME, M. Notas para el estudio de las causas y efectos de las migraciones brasileñas en el Paraguay. In: FOGEL, R.; RIQUELME, M. (Orgs). **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Asunción: CERI, 2005, p. 118-156.

ROJAS VILLAGRA, L. **Campesino rape**. Apuntes teóricos e históricos sobre el campesinado y la tierra en Paraguay. Asunción: BASE-IS, 2016.

ROJAS VILLAGRA, L.; ARECO, A. **Las colonias campesinas en el Paraguay**. Asunción: BASE-IS, 2017.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SAUER, S. Terra no século XXI: Desafios e perspectivas da questão agrária. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, n. 2, p. 69-97, 2016.

SILVA, H. M. **Fronteireiros: as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio**. A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú 1970-2000. Florianópolis, 2007, 291 f. Tese (Doutorado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SOUCHAUD, S. **Geografía de la migración brasileña**. Asunción: Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2008.

SZEKUT, A; OLIVEIRA, J. E. A presença de brasileiros na recente colonização do Paraguai. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 2, p. 303-331, 2016.

TORRES FIGUEREDO, O. A. **Dictaduras y latifundios en la cuestión agraria del Paraguay: acceso, distribución y tenencia de tierras**. Madrid: EAE, 2012.

VÁZQUEZ, F. **Territorio y Población Nuevas dinámicas regionales en el Paraguay**. Asunción: Serie Investigaciones – Población y Desarrollo, 2006.

ZAAR, M. H. A migração rural no Oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”. **Scripta Nova**, n. 94, v. 88, p. 01-11, 2001.

Sobre o autor

Valdemar João Wesz Junior – Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor Adjunto na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), no curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar e no Mestrado de Políticas Públicas e Desenvolvimento. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-8154-7088>.

Como citar este artigo

WESZ JUNIOR, Valdemar João. Caminhos e Dinâmicas Contemporâneas dos Produtores e Proprietários Rurais de Origem Brasileira no Paraguai. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 90-116, mai.-ago., 2020.

Recebido para publicação em 30 de janeiro de 2020.
Aceito para a publicação em 14 de fevereiro de 2020.

Nosotros y los Otros. Identificaciones colectivas y construcción de la alteridad en los actores del agro pampeano (Argentina)¹

María Dolores Liaudat

Universidad Nacional de La Plata – La Plata, Buenos Aires, Argentina.

e-mail: doloresliaudat@yahoo.com.ar

Resumen

El objetivo de este trabajo es indagar en las identificaciones colectivas de los diversos actores del agro pampeano (Argentina), prestando atención a la influencia del discurso de los agronegocios en las mismas. Desde un enfoque que entiende que los procesos identitarios se construyen a partir de relaciones de diferencia con otros, se estudian dichas identificaciones de manera relacional abordando las representaciones que los actores agropecuarios tiene sobre la otredad. Con este objetivo, se toma como corpus de análisis 42 entrevistas semi-estructuradas llevadas a cabo entre el 2016 y el 2018 en dos partidos de la provincia de Buenos Aires con características socioproductivas distintas (Ayacucho y Baradero). A partir de dicho análisis logramos dar cuenta de las formas en que estos actores se definen como colectivo en tensión con las empresas paradigmáticas de los agronegocios.

Palabras claves: Identificaciones; agronegocios; actores agropecuarios; discursos.

Nós e os outros. Identificações coletivas e construção da alteridade dos atores do agro pampeano (Argentina)

Resumo

O objetivo deste trabalho é investigar as identificações coletivas dos atores do agro pampeano (Argentina), prestando atenção à influência do discurso do agronegócio neles. A partir de uma abordagem que entende que os processos de identidade são construídos a partir de relações de diferença com os outros, essas identificações são estudadas de maneira relacional, abordando as representações que os atores agrícolas têm sobre a alteridade. Com esse objetivo, são tomadas como corpus de análise 42 entrevistas semiestruturadas, realizadas entre 2016 e 2018, em dois partidos da província de Buenos Aires, com diferentes características sócio-produtivas (Ayacucho e Baradero). A partir dessa análise, conseguimos explicar como esses atores se definem como um coletivo em tensão com as empresas do paradigma do agronegócio.

Palavras-chave: Identificações; agronegócio; atores agrícolas; discursos

Us and the Others. Collective identifications and construction of the alterity in the Pampean agriculture actors (Argentina)

Abstract

The aim of this paper is to analyze the collective identifications of the pampean agricultural actors (Argentina), paying attention to the influence of the agribusiness discourse in them. From an approach that understands that identity processes are constructed from

¹ Este artículo sintetiza una parte de los hallazgos de una investigación más amplia sobre hegemonía, discursos e identificaciones en el agro pampeano, plasmada en la tesis doctoral presentada y defendida en la Universidad Nacional de Quilmes para optar por el título de Doctora en Ciencias Sociales.

relationships of difference with others, these identifications are studied in a relational manner addressing the representations that agricultural actors have about otherness. With this objective, we analyse a corpus of 42 semi-structured interviews carried out between the years 2016 and 2018⁴² in two counties of the province of Buenos with different socio-productive characteristics (Ayacucho and Baradero). From this analysis, we managed to account for the ways in which these actors define themselves as a collective in tension with the agribusiness paradigm companies.

Keywords: Identifications; agribusiness; agricultural actors; discourse.

A modo Introducción: Agronegocios e identidades colectivas

En las últimas décadas las transformaciones en el contexto internacional, en las políticas económicas locales y en las tecnologías dieron lugar al desarrollo de un modelo de producción en el agro pampeano, denominado “agronegocios”, que tuvo profundos impactos en la estructura social agraria. El discurso que promueve este modelo se ha vuelto hegemónico en los medios masivos de comunicación, las entidades sectoriales y en el ámbito estatal de nuestro país (CARNIGLIA, 2011, GRAS & HERNÁNDEZ, 2016). Sin embargo, este discurso no ha construido hegemonía en el vacío, sino disputando y buscando interpelar a otras discursividades con presencia histórica en el agro argentino. Nos referimos principalmente al liberalismo-conservador, centrado en defender la libertad de mercado y la propiedad privada de la tierra, y al agrarismo, enfocado en la denuncia de la concentración y la desigualdad, especialmente en el acceso a la tierra (BALSA, DE MARTINELLI & LIAUDAT, 2017:140-141).

El discurso de los agronegocios tiene como sus principales destinatarios a los protagonistas de la actividad agropecuaria, entendiendo por tales tanto a quienes se encargan de la producción como al resto de los sujetos vinculados al modelo (propietarios de tierra, contratistas, asesores, comerciantes, etc.). Los interpela como parte del colectivo “comunidad agroalimentaria o agroindustrial”, que estaría conformada por todos los miembros de la cadena. A partir de este concepto se presenta al agro, por un lado, como parte de un sector más amplio que realiza importantes aportes al bienestar del conjunto de la nación, y por el otro, como si estuviese exento de conflictos sociales, como una comunidad donde todos comparten los mismos intereses. El principal instrumento para justificar la armonía social es la caracterización del conocimiento como el recurso central en la actual etapa del capitalismo. Desde esta óptica, se plantea una supuesta horizontalidad entre los actores, sosteniendo que este es un modelo que permite ganar a todos ya que sólo se necesita disposición para adquirir las competencias necesarias para manejar el negocio.

Pero, aunque en la esfera pública no haya lugar para las voces críticas, nos preguntamos qué capacidad interpelativa tiene este discurso en las construcciones identitarias de los actores agropecuarios. En el campo de los estudios sociales rurales de

Argentina la cuestión de las transformaciones identitarias a partir de los cambios socio-productivos de las últimas décadas ha tenido gran relevancia. La mayoría de los estudios se han centrado en la crisis de la identidad chacarera² a partir del desarrollo de trabajos de campo en diferentes zonas del agro pampeano (BALSA, 2006; CLOQUELL, 2007; MANILDO, 2013; SHMITE, 2015; MUZLERA, 2009; GRAS & HERNÁNDEZ, 2009). Algunos caracterizaron este proceso como “ruptura”, otros directamente como “desaparición” o “desvanecimiento” de la identidad chacarera. Principalmente se hace mención a la crisis de esta identidad, en función de las diferentes trayectorias evolutivas o desplazamientos del sujeto chacarero como producto de los cambios socio-productivos de las últimas décadas (abandono de la producción directa y conversión en rentistas, la transformación de productores a prestadores de servicios, y la profesionalización o conversión en empresarios), y/o a partir de los cambios de los modos de vida de los chacareros desde los años '60.

En este estudio nos proponemos descentrarnos de la identidad chacarera para indagar en los rasgos que dan lugar a la dinámica “nosotros/ellos” entre los diversos actores agropecuarios que conviven en la actualidad en un territorio atravesado por el avance del capital bajo la lógica de producción de los agronegocios. Consideramos que la mejor manera de reflexionar sobre las reconfiguraciones identitarias en un sentido dinámico es recuperando la noción de “juego de la diferencia” (HALL, 2003), ya que las identidades emergen en el juego de modalidades específicas de poder y por ello, son más un producto de la marcación de la diferencia y la exclusión que signo de una totalidad natural e inevitable. Para abordar las identidades desde este enfoque que resalta los procesos de sujeción a las prácticas discursivas, y el juego de exclusión que todas esas sujeciones entrañan, Hall propone hablar de identificaciones. Las mismas se construyen dentro de las prácticas de representación, es decir de las prácticas de construcción de “quienes somos” que se encuentran definidas a partir de la representación de quienes son considerados los “otros”.

Partiendo de este enfoque, en esta investigación indagamos en la construcción de las identificaciones colectivas de los actores agropecuarios ligada a la definición de la otredad, intentando dar cuenta del peso que tiene en la misma el discurso ideológico de los agronegocios. La estrategia metodológica consiste en 42 entrevistas en profundidad desarrolladas entre los años 2016 y 2018 con actores agropecuarios de dos localidades de la provincia de Buenos Aires (Ayacucho y Baradero).

² A diferencia de la mayor parte del agro latinoamericano donde predomina la figura del campesino, en la región pampeana argentina el protagonista de las labores rurales ha sido históricamente el chacarero, una figura asociada a la producción familiar capitalizada. Sus rasgos principales son el trabajo familiar, el acceso a la propiedad de la tierra, cierta capacidad de acumulación, la conexión con los mercados (de productos, insumos y crédito) y la adopción de un modo de vida asociado al trabajo directo en la tierra, el sacrificio y la producción para el autoconsumo.

Algunas precisiones teóricas

El debate académico sobre la identidad ha tenido un lugar importante desde hace más de un siglo. Pero en las últimas décadas, a partir del denominado “giro lingüístico”, los estudios del lenguaje han cobrado especial importancia en los trabajos que buscan dar cuenta como los discursos sociales han alcanzado un gran protagonismo en la conformación de las identidades (ZULLKO, 2013:17). Desde este enfoque, se ha cuestionado la noción de una identidad originaria, unificada e integral y se le ha otorgado un gran peso a las formas de designar/se/nos, al poder constitutivo de los signos y a la importancia de los lugares desde los cuales se ejerce el poder de la palabra.

En esta investigación adherimos a la perspectiva sobre las identidades de Stuart Hall (2003) quien las concibe a partir del concepto de “identificación”. A través del mismo se hace énfasis en el carácter estratégico y posicional de las identidades. Este proceso inacabado, como toda práctica significativa, está sujeto al “juego de la diferencia”. En este sentido, Hall plantea que “las identidades pueden funcionar como puntos de identificación y adhesión solo debido a su capacidad de excluir, de omitir, de dejar afuera” (2003: 18-19). Desde esta mirada, la identidad será el resultado de procesos tanto simbólicos como históricos contingentes, en las que intervienen tanto las significaciones como las experiencias sedimentadas en torno a aquellas. Las unidades proclamadas por las identidades se construyen dentro del juego del poder y son el resultado no de una totalidad natural o primordial, sino del proceso naturalizado y sobredeterminado de “cierre” (BHABHA, 1994; HALL, 1993).

A partir de esta perspectiva, podemos pensar a las identidades construidas principalmente (aunque no sólo) a través del discurso. Siguiendo a Althusser, consideramos que no existen sujetos previos a las interpelaciones ideológicas. El sujeto quedara constituido como tal en tanto “se reconozca” o no en dicha interpelación. De allí que formule: “la categoría de sujeto es constitutiva de toda ideología solo en tanto toda ideología tiene por función la constitución de los individuos concretos en sujetos” (ALTHUSSER, 1970:52). Los discursos que disputan la esfera pública interpelan a los individuos como partícipes de diferentes papeles sociales.

En toda definición ideológica, a su vez, existe una construcción discursiva de los “otros”, aquellos que no son como uno, un esquema de polarización general definido por la oposición entre un “nosotros”, al que se le atribuyen rasgos positivos, y un “ellos” cargado de calificaciones negativas (VAN DIJK, 1999). En las discursividades sobre el agro en disputa en la esfera pública existen diferentes construcciones de la alteridad. Mientras que los “otros” en el discurso liberal-conservador oscilan entre el Estado y la ciudad/industria, y en el

discurso agrarista en los terratenientes y los grandes productores; en el discurso de los agronegocios los “otros” son los que no se adaptan al cambio (LIAUDAT, 2015). A partir de esta estrategia argumentativa, este discurso ha centrado la explicación de la desaparición de productores en el fracaso individual de los mismos.

Es por esto que las construcciones identitarias no son sólo individuales. Si bien los actores realizan reflexiones personales sobre sí mismos, éstas se producen a partir de discursos colectivos que los interpelan³. En este trabajo analizamos las identificaciones a través de las representaciones sociales de los actores agropecuarios, ya que los criterios de identificación no son las acciones y los recursos materiales en sí mismos, sino las construcciones sociales en torno a la actividad laboral en el campo y las relaciones -con la naturaleza y con otros actores- que en la misma se entretajan. El concepto de “representación social” que utilizamos recupera los aportes del Análisis Crítico del Discurso, especialmente de Teun Van Dijk (1999, 2003), porque permite la comprensión de las mismas no solo como modelos sociocognitivos organizados sino como dispositivos discursivos de dominación y resistencia. Para este autor, las “representaciones sociales” son conjuntos de creencias y prácticas que permiten a un sujeto controlar, producir, comprender y construir simbólicamente al otro y las posibles interacciones que pueden darse con él en su mundo social. Estos conocimientos y prácticas constituyen la base de la ideología, insertándose en modelos contextuales que permiten conocer que dicen y hacen los usuarios del discurso⁴.

Analizar la identidad desde un enfoque relacional y construido esencialmente desde el discurso, entonces, implica considerar a las estrategias discursivas utilizadas por nuestros entrevistados como indicadores de “representaciones sociales”, es decir nociones acerca de sí mismos y de los “otros”, que estos han estructurado como expresión de la interpretación de diferentes dimensiones de la realidad con cargas valorativas específicas y que les permite afirmarse como un colectivo.

3 En el mismo sentido Van Dijk (1999) señala que es necesario distinguir entre una representación mental de sí mismo personal y otra grupal o social. La primera refiere a las representaciones del individuo como un ser humano único con sus experiencias y biografía propia, que incluyen tanto cómo se representa a través de modelos mentales acumulados, como el auto-concepto abstracto derivado de esa representación, a menudo en la interacción con otros. Por otro lado, la representación del sí mismo social, refiere a una colección de pertenencias de grupo y las identificaciones ligadas a los mismos (origen, tradición, prácticas, símbolos). De esta manera, siguiendo a Van Dijk, podemos pensar que los procesos de identificación dependen de “una comparación entre el sí mismo personal y social: si los criterios de pertenencia, actividades, objetivos, normas, valores, posición o recursos del grupo están en línea con los del constructo personal del sí mismo, la identificación puede ser más o menos fuerte” (1999:154).

⁴ Van Dijk sostiene que los modelos contextuales serían así “la interfaz entre la información mental del sujeto sobre un acontecimiento y los significados efectivos que se construyen en el discurso” (Van Dijk, 2003:164).

Estrategia metodológica

Para resolver el problema de investigación, con el marco teórico antes descripto, la estrategia metodológica consistió en 42 entrevistas desarrolladas entre fines de 2016 y comienzos del 2018 con actores agropecuarios de dos localidades de la provincia de Buenos Aires, la cual por su diversidad en los tipos de suelos, climas y modalidades productivas es altamente representativa del conjunto de la región pampeana argentina. La elección de los partidos corresponde a que poseen una serie características socioeconómicas muy diferentes, lo que nos permite ganar en la representatividad del estudio.

El partido de Ayacucho se encuentra ubicado en la región centro-este de la provincia de la Provincia de Buenos Aires. Pertenece a la zona agroeconómica homogénea titulada con el nombre de dicho partido y cuya actividad principal es la cría bovina (INTA, MOSCIARO & DIMURO, 2009). El último Censo Nacional Agropecuario fiable (realizado en el año 2002) determinó que esta zona concentra el 21% de las existencias bovinas provinciales (siendo la producción de carne promedio de 95 kg por hectárea y el índice de destete del 0, 73). En dicho año el 66% de la superficie de esta zona está ocupada por pastizales naturales, sin embargo, diversas estimaciones han señalado el avance de la agricultura sobre la misma. El 74% de la tierra era trabajada por régimen de propiedad y el 24% bajo arrendamiento. En el área rural del partido vivían en el año 2010, 2973 habitantes (INDEC, 2010).

El partido de Baradero, por otra parte, se encuentra ubicado en el noreste de la provincia de Buenos Aires. Pertenece a la zona agroeconómica homogénea denominada Arrecifes (INTA, ÁLVAREZ ET AL; 2009). En esta zona predominan los sistemas orientados hacia la producción agrícola, representado los que destinan el 80% o más de superficie a la agricultura (predominantemente agrícolas), el 51,5% de las explotaciones agropecuarias (EAPs) y el 51,0% de la superficie zonal. Estas proporciones se incrementan al 70,1% y 76,3% respectivamente si se consideran los sistemas que derivan más del 50% de la superficie a la producción de cultivos de cosecha (predominantemente agrícolas más mixtos agrícola-ganaderos). El 54,5% de las EAPs operan sobre tierra de su exclusiva propiedad, el 26,2% lo hace combinando esta forma de tenencia con tomar tierra en arrendamiento (o aparcería) y/o contratos accidentales. Las explotaciones basadas exclusivamente en tomar tierra de terceros, representaban el 12,7% de los casos y operaban el 12,8% de la superficie. En el área rural del partido vivían en el 2010 el total de 4224 habitantes (INDEC, 2010).

La técnica utilizada consistió en un tipo de entrevista semi-estructurada, ya que la misma nos permite tener un guión de temas en función de los objetivos de la investigación y,

al mismo tiempo, la posibilidad de ser flexibles en el proceso de la entrevista. Este guión no proporcionaba, por ende, ni formulaciones textuales de preguntas ni sugería las opciones de respuestas, solo contaba con una serie de temas entre los que se encontraron aquellos referidos a la identidad individual y colectiva, y la identificación de intereses comunes y opuestos con “otros”. El objetivo de las entrevistas fue realizar un análisis de carácter principalmente cualitativo, centrado en las estrategias discursivas de los diferentes tipos de actores y no tanto en la representatividad del número de cada categoría social.

El criterio de construcción de la muestra consistió en entrevistar a los diversos sujetos del agro pampeano que tienen presencia en los territorios locales donde además desarrollan su actividad ligada al sector. En términos generales, en relación a cómo los individuos se agrupan en torno a la inserción en la producción y en la distribución del producto agrario podemos determinar, siguiendo -con algunas modificaciones- la clásica distinción de Murmis (1974:21), cuatro posiciones de clase en el agro pampeano. Si los sujetos están ligados al proceso productivo a través de la propiedad de la tierra y reciben renta, son “terratenedores” (estos pueden producir parte de la tierra y convertirse en terratenedores capitalistas, o meramente alquilarla, asumiendo el carácter de terratenedores rentistas); si lo están en tanto invierten capital y reciben ganancia o beneficio, son “empresarios capitalistas” (en función del tamaño, la relación con los factores y la escala de valorización del capital se distinguen en esta categoría a las megaempresas, los grandes empresarios de base nacional, los medianos-grandes, medianos y pequeños empresarios, y a los empresarios contratistas); si aportan su trabajo (independiente) y reciben un ingreso directo, son “productores mercantiles simples” (estos pueden ser familiares o unipersonales)⁵; y si venden su fuerza de trabajo y reciben un salario, son “trabajadores asalariados” (en relación con la autoridad sobre el proceso de producción se diferencian los obreros rurales de los trabajadores de dirección).

Con el objetivo de indagar en los sujetos que tienen presencia en los territorios locales⁶, realizamos un muestreo por cuotas a partir de los datos brindados por informantes clave de cada partido entrevistando a los siguientes tipos de actores: pequeños rentistas, empresarios medianos-grandes, empresarios medianos, empresarios pequeños, empresarios contratistas, contratistas familiares, productores familiares, productores

⁵ De todos modos, es necesario aclarar, que en el momento en que estos productores se vuelven dependientes del mercado –con un grado de mercantilización creciente- para reproducir su propia existencia, el trabajo independiente pasa a ser un factor de producción más, y no uno de los elementos centrales en los procesos de acumulación (PAZ, 2011; VAN DER PLOEG, 2013).

⁶ En función de este criterio de selección, quedarían por fuera los grandes terratenedores capitalistas y rentistas, y los mega y grandes empresarios capitalistas, cuya reproducción no depende de relaciones sociales y económicas “localizadas” en los espacios donde producen o dan en alquiler la tierra, sino que residen en los grandes centros urbanos, donde en el caso de las grandes empresas tienen sus sedes administrativas (Sili, 2005; Grosso et al, 2013)

unipersonales, trabajadores de dirección, y asesores profesionales⁷. La distinción entre empresarios medianos-grandes, medianos y pequeños a partir de dos criterios. Primero hemos realizado la distinción en función de las hectáreas que trabajan y luego hemos completado el análisis con el cálculo del ingreso neto de las explotaciones. Esta decisión se debe a que el valor de la tierra es muy diferente en ambos partidos, y a que comparamos a empresarios de Ayacucho que poseen en propiedad la mayor parte de la tierra que trabajan (es decir que son terratenientes-capitalistas) con empresarios entrevistados de Baradero que casi no tienen tierra en propiedad.

Las entrevistas se realizaron bajo un acuerdo de anonimato, por lo cual al referirnos a los casos, los identificamos con un nombre falso, al que agregamos una descripción del tipo de actor y el partido donde desarrolla su actividad (por ejemplo: Mariano, empresario contratista, Baradero).

¿Del campo a la comunidad agroalimentaria? La identificación del “nosotros” entre los actores del agro pampeano

El discurso de los agronegocios interpela a un “nosotros” bajo la figura de la “comunidad agroalimentaria” o “agroindustrial”. Convocan a los productores a mirar “tranqueras afuera”, a constituirse como empresarios de una cadena global de valor. Mediante este concepto los límites entre el sector primario, el secundario (la industria) y el terciario (los servicios) se vuelven difusos. De esta forma, se pretenden construir nuevas solidaridades y alianzas donde confluirían campo y ciudad, y actores de todos los tamaños tras la idea de la cadena de producción de alimentos. A su vez, el reemplazo del “campo” o lo “agrario” por la idea de agroindustria, conllevaría a la aparición de nuevos intereses sectoriales ya sea como bloques dentro de la propia red productiva o en el marco de las relaciones entre la actividad y el resto de la sociedad (ANLLÓ, 2013:259).

En las entrevistas a los actores agropecuarios de Ayacucho y Baradero realizadas entre los años 2016 y 2018, pudimos profundizar en la construcción identitaria colectiva de los mismos, visualizando que el discurso de los agronegocios tiene poca efectividad en ese plano. Se registraron a lo largo de las entrevistas cuatro grandes tipos de identificaciones económico-laborales de carácter colectivo: 1) “nosotros los productores”, 2) “nosotros los del campo” (referencia general a los que viven y/o trabajan en el sector agropecuario), 3) “nosotros los empresarios”, y 4) “nosotros la cadena agroindustrial”.

Estas dos últimas identificaciones, propias de la discursividad de los agronegocios, fueron utilizadas por pocos actores. Solo dos entrevistados se refirieron a sí mismos como

⁷ Es importante destacar que en esta oportunidad por el alcance de nuestro trabajo de campo, no hemos logrado incorporar a un sujeto fundamental en el agro pampeano, los obreros rurales, lo cual queda como tarea pendiente para próximas investigaciones

parte del colectivo “empresarios” y también dos actores se identificaron en algún momento de la entrevista como parte de la “cadena agroalimentaria”. Debemos destacar que entre quienes se identificaron de esta manera, todos tienen formación profesional en estudios agrarios. En los siguientes ejemplos, es posible distinguir los rasgos que nuestros interlocutores le atribuyen a la identidad colectiva “empresarios”, ligados a la realización de toda una serie de actividades desvinculadas del trabajo directo sobre la tierra y centradas en la gestión empresarial y la realización de contratos:

[...]los productores son empresarios en el sentido de que desde el momento que tenés que cargar un camión, entrar a internet, hacer una carta de porte, hacer un presupuesto, vender a futuro, manejas una empresa [...] algunos flacos dicen el campo no genera empleo, pero vos flaco no entendés el campo es la agroindustria, no entendés cómo funciona, no entendés que Baradero vive del campo, no vive de la fábrica, pero ¿cuál es la fábrica? si la fábrica vive del campo, es otro eslabón de la agroindustria. En el campo, en Baradero, laburan alrededor de 600 personas (Agustín, empresario mediano-grande, Baradero)

Vos antes tenías al chacarero con todos los fierros, hace 15 años muchos chacareros pasaron a ser contratistas, gente de afuera los contrata, con profesionalismo, con formas de asesoramiento externos. Los campos han abierto mucho más las puertas, el chacarero contrata al contratista, al camionero, la cadena gira (Patricio, trabajador de dirección, Ayacucho).

En estos testimonios observamos la eficacia de algunas de las operaciones discursivas de los agronegocios, específicamente la superación de la dicotomía campo/ciudad tras la idea de agroindustria o cadena (“no entendés el campo es la agroindustria”, “la cadena gira”); y la presentación de lo agropecuario como parte de un sector más amplio que aporta mucho a la economía local (“si la fábrica vive del campo, es otro eslabón de la agroindustria. En el campo, en Baradero, laburan alrededor de 600 personas”).

Sin embargo, este tipo de tópicos para definirse a sí mismos fueron escasamente utilizados. La mayoría adhirió a la identificación como “productores” o “gente de campo”. Cerca de tres cuartas partes de nuestros interlocutores (32 de 42 en total) se refirió en algún momento de la entrevista a sí mismo como “productores”⁸, tanto a través de la utilización del pronombre “nosotros” al lado de dicha palabra, como en la utilización de la tercera persona del singular o el plural (“el productor” o “los productores”) en la que el hablante se encuentra involucrado. Por la enorme cantidad que se identificaron de esta manera, no es posible establecer relación con algún tipo de actor o el partido de procedencia, es más, entre los

8 La identificación como “productor” ha sido disputada por el discurso agrarista y el liberal-conservador a lo largo de la historia argentina. Mientras, el agrarismo ha buscado articular a dicho significante con un “saber hacer” específico y con una serie de delimitaciones en función del tamaño o la relación con la tierra (“pequeños productores”, “productores arrendatarios” o “productores chacareros”), el liberalismo-conservador se refiere a los “productores” a secas como un colectivo indiferenciado que puede hacer referencia, por ende, tanto a los que trabajan directamente la tierra como a los grandes estancieros (*cita extraída a los fines de evaluación*).

mismos encontramos no solo a quienes son productores, sino también a quienes tienen como su principal actividad la asesoría, la prestación de servicios, e incluso a quienes han abandonado la producción y actualmente son pequeños rentistas.

En las entrevistas registramos que entre quienes se identificaron como parte del colectivo “productores”, varios remarcaron diferenciaciones al interior del mismo por diferentes criterios: 1) en función del tamaño (16 entrevistados se identificaron como pequeños o medianos productores), 2) en función del perfil productivo (6 actores se identificaron como productores ganaderos o chacareros), 3) en función de la generación (3 se identificaron como parte de los nuevos productores o productores jóvenes), y 4) en función de cómo llevan a cabo la actividad (3 se identificaron como productores modernos). Mientras las dos primeras identificaciones responden más a la influencia del discurso agrarista, estas últimas dos formas utilizadas por algunos entrevistados para construir una diferenciación por la actitud de los actores, dialoga más con los planteos de los agronegocios. Este discurso concentra sus interpelaciones hacia los actores agropecuarios en la necesidad del cambio de actitud y la apertura de mentalidad dando centralidad a la innovación tecnológica y en el gerenciamiento de la empresa (Gras & Hernández, 2016:167).

En los siguientes relatos observamos la enunciación por parte de nuestros entrevistados de formas de identificación colectiva y de diferenciación en función del perfil productivo (“somos productores hijos de ganaderos”) y de la generación etaria (“se nota la diferencia entre las edades de los productores, los productores de edad mayor son más cerrados por ahí tienen miedo a cambiar”):

La generación de mi viejo no lo podía hacer entrar en razón a nadie. La mía ya cambia un poco más [...] Nosotros somos ganaderos. Lo que vos veas acá va a ser totalmente distinto a lo que vos vas a ver en Baradero y en otros lugares. Vos decís bueno, porque hay gente más conservadora, hay menos proclive al cambio, es más duro. Te digo, soy productor, soy hijo de productor. Tenés que recontra convencerlo, probar, cuesta todo cambiar más (Ezequiel, asesor, Ayacucho).

Son distintos productores pero si afecta a uno afecta a todos[...]yo no estoy de acuerdo con la diferencia entre grandes y chicos[...]si en este caso el gobierno perjudicaba a todos, al ser productores me parece que es todo muy parecido al grande lo perjudicara en gran escala y al pequeño en pequeña escala [...] soy también pequeño productor y el margen bruto es el mismo el de ellos que el mío [...]se nota la diferencia entre las edades de los productores, los productores de edad mayor son más cerrados por ahí tienen miedo a cambiar (Damián, trabajador de dirección, Ayacucho).

En estos fragmentos reconocemos la presencia de identificaciones colectivas mediante el establecimiento de relaciones de diferencia con la idiosincrasia de otros actores que producen en el sector. Por un lado por el tipo de actividad que realizan (“nosotros somos ganaderos. Lo que vas a ver acá es muy distinto de lo que vas a ver en Baradero”), y

por el otro, por la edad (“se nota la diferencia entre las edades de los productores, los productores de edad mayor son más cerrados”). Pero también aparece la distinción de un afuera en la figura del gobierno que “perjudicaba a todos”, frente al cual “los productores” se constituyen como un colectivo sin diferencias internas.

Estas formas de identificación como “productores” ligada a mecanismos de establecimiento de fronteras con otros asumen una gran importancia en el discurso de nuestros interlocutores. Siguiendo a Hall (2003) podemos determinar que el reconocerse como un nosotros colectivo entraña un trabajo discursivo por parte de los actores agropecuarios basado en la “marcación y ratificación de límites simbólicos” (2003:16). En los siguientes ejemplos se observa claramente la delimitación de quienes son los productores y quienes no, en función de una serie de criterios como el trabajo que realizan (“las megaempresas que no son productores...no es el productor genuino”, “paga siempre el que trabajó”), la relación afectiva con la actividad agropecuaria (“ellos van al mango y nada más”) o de varias generaciones (“pero no es el productor genuino, el que viene de generación en generación”):

Hoy la soja no la hacen los productores, al contrario, los productores de la zona núcleo alquilan sus campos a las megaempresas que no son productores. Sí producen, son productores porque producen, pero no es el productor genuino, el que viene de generación en generación. (Manuel, asesor, Ayacucho).

Hace 17 años que estábamos en ese campo, cambió la administración y entonces los que entraron nuevos no te conocen, son fríos, ellos van al mango y nada más, son ellos y listo. Tenemos el caso Dreyfus, que está en Baradero con una planta de Ducret, que se quedó con la plata de los chacareros, simularon una quiebra, y se quedaron con la producción de uno o dos años de los chacareros, son los más fríos que hay[...] ellos quieren que el productor les entregue arriba de la balanza y después no verlos más (Santiago, empresario mediano, Baradero).

Yo digo que los productores compramos en dólares, vendemos en dólares y cobramos en pesos, nunca lo entendés [...] Son las multinacionales que te pasan las boletas en dólares. El precio te lo actualizan cuando a ellos les entran la plata, yo me agarro una calentura, debes 500 pesos cuando llegó la plata a la cuenta de ellos estaba el dólar un poquito más, te mandan la cuenta de vuelta ¡Una luna me agarro yo! resulta que lo pagaste y siempre tenés un reajuste, paga siempre el que trabajó, después sino quedas como moroso y son todas iguales, vienen y te mandan la boleta, son de terror pero ¿qué vas hacer? estamos ahí, somos cautivos (Jerónimo, empresario mediano, Ayacucho).

Tanto en estos testimonios como en los dos anteriores observamos dos tipos de relación con los “otros”. Por un lado, están quienes son visualizados como diferentes (productores pequeños/medianos/grandes, ganaderos/agricultores, productores jóvenes/de mayor de edad), pero parecerían compartir cierto campo de intereses comunes. Por otro lado, quienes son visualizados como antagónicos (megaempresas, gobierno, las multinacionales), en el sentido de que aparecen como defensores de intereses opuestos a

los propios (“Dreyfus...se quedó con la plata de los chacareros”, “el gobierno perjudica a todos”, “paga siempre el que trabajó... son de terror). Asimismo, se destaca en el último relato el “sentido de resignación”, en términos de Therborn (1991:77)⁹, frente a la desigualdad objetiva que nuestro entrevistado observa con las multinacionales (expresado en la frase “pero ¿qué vas hacer? estamos ahí somos cautivos”).

Ligada a la identificación como productores, varios entrevistados se refirieron a un “nosotros” bajo la identificación del colectivo “campo”, “gente de campo” o “sector rural”. Esta forma de referencia colectiva que invisibiliza las diferencias en el interior de los actores que producen en el campo, es propia de las entidades gremiales que encarnan el discurso liberal-conservador (SRA, CRA) (BALSA, DE MARTINELLI & LIAUDAT, 2017:140). Casi un cuarto de los actores (10 de 42 en total) se refirió en algún momento del conversatorio a sí mismos de esta manera. No se identificó ningún tipo de relación con el tipo de actor y/o partido de procedencia. En los siguientes ejemplos es posible ver la distinción por parte de los actores agropecuarios de una serie de atributos positivos que caracterizarían al colectivo impersonal “gente de campo” o “campo”:

La gente de campo es muy solidaria, hace de cuenta que es mejor que un familiar (Marta, productora familiar, Baradero).

[...]y en el campo no lo vas a ver a eso. Se va fundir pero se va a fundir produciendo en su pueblo, en su lugar. Y lo otro es un reservorio de la parte cultural. Si en algún lado queda...lo poco o mucho de lo que nos caracteriza de las tradiciones [...] Tenés que entrar al interior para ver lo que es toda esta zona, la forma de vida, totalmente distinta a la forma de vida de la ciudad, la forma de pensar, es muy raro que vos vayas a ver productores que no estén integrados en las localidades y que sus hijos van a las escuelas con los hijos de los empleados y van al deporte, juegan. Hay una integración plena de todo (Ezequiel, asesor, Ayacucho).

Nosotros la gente de campo, los que somos criadores de terneros somos más conservadores [...]yo creo que la mayoría del campo es gente de laburo, es una cosa noble la que hace que es producir, ningún productor se lleva la plata afuera, no hay especulación en el campo, anda bien la chacra, va a lo de Zudaire. Si el campo anda bien la cola de paisanos, ni de vacaciones, el gaucho siempre invierte al toque, el chacarero también, tiene que cambiar la camioneta, la maquinaria...hay empresas que vienen no les va bien y se van, nosotros es lo único que sabemos hacer, el chacarero se va a hacer pedazos sembrando, es plata que queda acá en el pueblo(Carlos, empresario mediano-grande, Ayacucho)

En estos relatos se construye una homogeneidad interna del colectivo “campo” a partir de la identificación de un afuera: los empresarios que no dejan la plata en el país y

9 Therborn (1991) identifica diferentes formas de obediencia a la dominación, realizando una distinción entre quienes logran ver las relaciones de poder desiguales y quiénes no. Entre los primeros, señala dos polos opuestos. En un extremo, se encuentran aquellos casos en que se ve la dominación, se la juzga negativamente, pero se sostiene la imposibilidad práctica de una alternativa mejor, expresando un “sentido de resignación”. En el otro extremo, se ubican quienes ven la dominación, saben que es posible otro orden, pero defienden el orden dominante y a sus representantes como el mejor posible. Estos expresan un “sentido de representación” con el orden dominante.

mucho menos en las comunidades locales. En este sentido, se recupera, siguiendo a Van der Ploeg (2013) un rasgo característico de las identidades vinculadas a la agricultura familiar, como lo es el llevar los “códigos culturales de la comunidad local”, a la cual fortalecen por ser el lugar donde estos actores compran, gastan y participan de las diversas actividades. Esta estrategia discursiva aparece en enunciados como “ningún productor se lleva la plata afuera, no hay especulación en el campo”. A través de los atributos que otorgan al significante “campo”, los actores resaltan la inserción territorial de los productores en relación a la circulación del capital a nivel local, y al establecimiento de determinados tipos de relaciones en la comunidad en tanto habitantes de la misma (solidarias, integradoras de diferentes sectores sociales, etc.). En este sentido, esta forma de identificación colectiva se opone a la que propone el discurso de los agronegocios bajo la figura de los “empresarios globalizados” (HERNÁNDEZ, 2012:74), que tienen una relación con el territorio más de tipo coyuntural. La reafirmación del aporte en lo local como un rasgo identificador de los “productores verdaderos” fue un aspecto que apareció en muchos de los relatos. De esta manera podemos observarlo en los siguientes ejemplos:

Hoy gente nata de campo no compra campo, gente de campo de toda la vida, que tiene su chacrita, sus vacas no le da para comprar campo. Hoy ¿quién compra campo? El inversor, le sobra un mango de una empresa de Buenos Aires, viene y compra, la tenencia de la tierra no está en manos del productor nato ese es el problema que tenemos (Víctor, asesor, Baradero). El campo fue cambiando de mano, gente que no tenía nada que ver con la actividad del campo se compró los campos y los que eran dueños de campo hoy están haciendo el trabajo de sembrar [...]son grupos o profesionales los que compran, no tiene la gente de campo rentabilidad en lo que hacen por lo que no pueden comprar[...] La gente que es realmente de campo, que lleva la semilla en los dedos de los pies, ese realmente lo está perdiendo, nos vamos a quedar solo con gente que va a ir al campo como una herramienta y luego se vuelve a su casa, y se ve afectado el rendimiento del campo, un campo propio lo fertilizo bien, lo trabajo bien [...] y la tierra se va consumiendo (Ariel, empresario mediano-grande, Baradero).

En estos ejemplos visualizamos la identificación como parte del colectivo “campo” o “gente de campo”, portador de determinados valores frente a los actores externos que invierten en el sector y que ven al campo solo como un negocio o una herramienta. Van Dijk (1999) sostiene que los grupos –constituidos en base a identidades colectivas- constituyen una imagen de sí mismos y de los otros de tal modo que generalmente se presenta a un Nosotros caracterizado solo por rasgos positivos frente a un Ellos que carga etiquetas meramente negativas (1999:95). Asociados con tales representaciones polarizadas sobre Nosotros y Ellos, están las representaciones de los acuerdos sociales, es decir de aquellas cosas que se consideran mejores, en este caso el cuidado de la tierra y la ocupación de la misma por productores con arraigo.

En los discursos de nuestros interlocutores la construcción de fronteras con otros es clave en la definición de quienes son. Estos otros asumen el carácter de actores ajenos a la dinámica histórica del sector, que vienen a interrumpir a la misma, perjudicando a los productores y la gente de campo. Entre quienes aparecieron enunciados como la otredad, dos actores que invierten en el sector, los pools de siembra y las megaempresas, fueron los más criticados. Si como plantea Hall (2003:19) las identidades solo pueden leerse a contrapelo, es decir, no como aquello que fija el juego de la diferencia en un punto de origen y estabilidad, sino como lo que se constituye en o a través de la *difference*, consideramos fundamental avanzar en el análisis de las representaciones de nuestros interlocutores sobre aquellos que excluyen abiertamente en la definición de sí mismos.

Los “otros”: pools de siembra y megaempresas del otro lado de la frontera

Según el discurso de los agronegocios, los pools de siembra y las megaempresas¹⁰ son modelos paradigmáticos de competitividad y eficiencia a partir del manejo de redes constituidas en función de las necesidades del sistema (Hernández, 2009:51-52). Sin embargo, los actores agropecuarios de la provincia de Buenos Aires tienen en términos generales representaciones muy negativas sobre el rol de los mismos. Para nuestros entrevistados, estos representan uno de los grandes males del sector en los últimos años. Mientras sobre otros actores tuvimos que “provocar” que nuestros interlocutores hablen del tema a través de algún comentario o pregunta disparadora, el tópico de los pools de siembra –que en muchas ocasiones apareció asociado con las megaempresas- salió de forma espontánea en casi todas las entrevistas. El lugar que ocupa en los relatos de los entrevistados la diferenciación con estos actores, da cuenta de una representación general sobre los mismos como un peligro para su continuidad en la actividad.

Más de la mitad de los actores entrevistados (25 de un total de 42) expresaron representaciones negativas sobre los pools de siembra. Entre quienes asumieron esta posición se destacan todos los productores familiares y empresarios pequeños, los empresarios medianos (5 de los 6 entrevistados), los contratistas empresariales y familiares

¹⁰ Tanto los pools de siembra como las megaempresas se instalaron con fuerza desde la década del 2000 en el agro pampeano. Se conoce como pool de siembra a un sistema de producción agraria caracterizado por el papel determinante jugado por el capital financiero, y basado en la organización de un sistema empresarial transitorio que asume la coordinación de la producción agropecuaria, mediante el arrendamiento de grandes extensiones de tierra y la contratación de servicios de terceros para la siembra y la cosecha. Las megaempresas, por su parte, se caracterizan por un esquema de funcionamiento similar (por esto suelen existir confusiones entre ambas figuras) pero a diferencia de los pools de siembra, las mismas tienen objetivos a mediano y largo plazo, desarrollando planes de siembra para 2, 3 o 5 años. Los estudios existentes señalan dentro de este grupo a alrededor de diez empresas dirigidas por argentinos, que manejan más de 100 mil hectáreas cada una y facturan más de 1.000 millones de dólares (Sosa Varrotti, 2015; Murmis y Murmis, 2011). Entre ellas se pueden mencionar a Adecoagro, AGD, Unitec Agro, MSU, Los Grobo, CRESUD, Olmedo Agropecuaria, Calyx Agro y El Tejar. El factor central para estas empresas no es la posesión de tierras, sino el control del proceso productivo y la expansión en diferentes negocios a lo largo de la cadena.

(5 de los 6 entrevistados) y los asesores (6 de los 8 entrevistados). A su vez, es necesario resaltar que tres cuartos de los entrevistados de Baradero (14 de un total de 19) respondieron de esta forma. Por otro lado, cerca de un quinto de los entrevistados (7 de un total de 42) plantearon algunos aspectos positivos y otros negativos sobre los pools de siembra. Finalmente, solo un poco más de un décimo de los actores (5 en total) sostuvo una valoración positiva sobre los pools de siembra; únicamente un entrevistado se refirió a los mismos de manera meramente descriptiva (planteando en qué consisten los pools pero sin agregar ningún tipo de valoración o posicionamiento en relación con ellos); y solo cuatro personas no hablaron del tema. Lo que da cuenta que prácticamente todos tienen una posición tomada respecto al tema.

Los principales argumentos críticos utilizados contra los pools de siembra señalaron cómo estos afectaron a determinados grupos sociales. Específicamente, nombraron a los productores, a los contratistas, la relación entre los arrendatarios y los tenedores de tierra, y a las economías del interior. En relación con los productores, el argumento utilizado -que cabe resaltar fue utilizado por un número muy grande de entrevistados- fue que “los pools desplazaron a los productores locales”. Todos los asesores profesionales entrevistados sostuvieron este argumento, y la mayoría de los actores de Baradero. En los siguientes relatos podemos observar como el desplazamiento a causa de la llegada de los pools se expresa en argumentos que sostienen que estos aumentaron el valor de la tierra y obligaron a los productores locales a retirarse de la producción o directamente los forzaron a reconvertirse en rentistas o contratistas:

Cuando vinieron los pools fue una de las contras que empezaron a desaparecer los productores chicos, porque los chacareros precisaban para poder subsistir que el rendimiento fuera del 30% o 40% de lo que invertían y vinieron los pools de siembra y con un 10% ya se conformaban [...] Entonces empezaron a acaparar todo, entonces desaparecieron los productores chicos (Julio, pequeño rentista, Ayacucho).

Hay gente que ha trabajado campo de toda la vida, que podía pagar dos pesos y venía el pool y se los alquilaba por tres, claro el dueño de la tierra contento. Cuando te sacan tu tierra, que hace años venías trabajando, te pone muy mal, mucha tensión. Muchos se vieron en la obligación de prestarle servicios al pool, eso fue tristísimo, y todavía sigue pasando, generó eso, muchos quedaron en el camino, gente grande que cedió el campo, vive de la renta de su campito y se quedó en la casa, el colono de la tierra fue desplazado (Víctor, asesor, Baradero).

La soja estuvo de moda y valió mucho entonces se puso soja, soja, y nos sojizamos, hicieron otro quilombo porque los arrendatarios chicos prácticamente desaparecieron, porque vinieron y pagaron mucho los arrendamientos y no quedo nadie. Yo pude seguir porque vivo de otra cosa (Jerónimo, empresario mediano, Ayacucho).

[...] 470 dólares llegaron a pagar la hectárea para sembrar. Al más chico me retiraron, yo no sembré más, pero me pasaron por arriba, yo agarraba y decíamos pero deja ¡que van a venir y pagar ese bolazo! yo no lo hice porque esa plata no la tengo, es una locura invertir esa plata con el riesgo que tiene la chacra. Si Grobocopatel, cantidades de esos tipo hicieron

mucha plata y hoy están en Brasil en otros países, Argentina ya ni les interesa, me hicieron pedazos a mí (Néstor, contratista familiar, Ayacucho).

A su vez, en cada uno de estos testimonios como en el que veremos a continuación se registra con claridad la construcción dinámica de un “nosotros” y un “ellos”. Mientras el “nosotros” a veces asume el nombre de “chacareros”, “productores chicos”, “arrendatarios chicos”, “colono de la tierra”, “gringos” o “productores”; la otredad aparece nombrada en algunas ocasiones de forma impersonal como “pools” o “empresarios”, en otras con el nombre de algunos de los dueños de las megaempresas del sector (Olmedo, Grobocopatel) y en algunos casos en función de su oposición al origen de los productores como “gente que no era del palo”:

Olmedo, esos, fueron los grandes contrincantes nuestros, a nosotros esa clase de empresarios nos han perjudicado. Vienen acá y alquilan. Tienen otro bolsillo, tienen otro tipo de calidad de negocios, que es competencia desleal [...] todo empezó en el 2004 cuando había mucha rentabilidad vino mucha gente acá, gente que no era del palo y bueno quedamos solo que éramos del campo nomas. El productor se tuvo que abrojar a ellos porque no les quedaba otra, entonces estos tipos alquilaban campos y el productor, los gringos, se los trabajaban, para no quedar a la deriva. El campo que trabajábamos nosotros fue alquilado por esta gente, entonces se los trabajábamos pero nos perjudicaba el negocio ya no éramos productores sino changarines (Luis, empresario pequeño, Baradero).

En estos fragmentos vemos como los pools –y los empresarios que los promueven– son contruidos como los “enemigos” tanto del nosotros social “productores” (y sus variantes antes enunciadas) como a nivel individual. Según Van Dijk, en la dinámica ideológica de construcción del nosotros/ellos, estos últimos son aquellos que “se oponen a lo que afirmamos, amenazan nuestros intereses y nos impiden el acceso igualitario a los recursos sociales” (1999:95). Esta dinámica aparece expresada en las frases donde nuestros interlocutores caracterizan a los pools como la “competencia desleal” o “los grandes contrincantes nuestros” por acaparar la tierra y elevar el precio de la misma; como también en aquellas que expresan como los mismos afectaron a los actores agropecuarios en términos personales, cuestión que podemos visualizar en enunciados como “me hicieron pedazos a mí” o “me pasaron por arriba”, en referencia al abandono de la producción por no poder competir con los precios que los pools pagaban por los alquileres.

En segundo lugar, nos encontramos con un conjunto de representaciones que señalaron como víctimas de los pools a los contratistas. Estas se basaron básicamente en sostener que “los pools obligaron a los contratistas a endeudarse y le imponen los precios de sus servicios”. En los siguientes ejemplos observamos la utilización de estas estrategias discursivas. En el primer fragmento se analiza el papel que pasaron a jugar los pools en la producción agropecuaria como una consecuencia de la simplificación de las labores a partir

de los cambios tecnológicos y de la forma de producción (“como se facilitó el trabajo, aparecen la figura de los pools de siembra”). En los dos ejemplos los pools son caracterizados como una figura que “aparece” o que “se metió” en la producción, pero que no pertenece a la dinámica misma del sector:

La mala de esto es que para nosotros como productores de toda la vida, que hemos estado en el campo en las épocas buenas y en las épocas malas, es que se facilitó el trabajo. Aparece la figura de los pools de siembra o los grupos grandes, que hace que ellos puedan alquilar campos, comprar insumos a gran escala, y contratar a alguno que puede ser cualquier productor y el sistema funciona. Antiguamente no era tan fácil [...] acá hay mucha gente que por ahí ha tenido problemas y les está trabajando, y se endeudaron para tener las mejores maquinas. Pero el pool de siembra es una empresa que va al número, y mientras estás trabajando todo bien, y el día de mañana el número no le da y te dice me voy y no alquilo más campo acá (Alberto, empresario mediano, Baradero).

Uno o dos años que era bastante rentable se metió el pool de siembra y vos tuviste que trabajarles a ellos prácticamente regalado porque te quedabas sin campo, y entonces ellos proponían equis plata por hectárea. Como te quedabas sin tierra para trabajar, vos cedías. Después, cuando llegaba el momento y no era uno el chacarero que les trabajaba, sino dos o tres, le estabas trabajando barato y no la cantidad que te habían prometido, y cuando no sirvió más se fueron [...] Cuando no les sirve, ellos se van, no es como nosotros que nos levantamos a la mañana y lo único que sabemos hacer es agarrar la camioneta e ir a trabajar, ellos miran el número, es lo que nos falta a nosotros lapicera y escritorio (Ricardo, contratista familiar, Baradero).

En estos testimonios observamos la escasa eficacia del discurso de los agronegocios, al menos en dos dimensiones. Por un lado, en la distinción entre el productor nato y los pools en relación a la identificación del primero con un modo de vida y del segundo con lógicas meramente empresariales. Esto se expresa claramente en frases como “nos levantamos a la mañana y lo único que sabemos hacer es agarrar la camioneta e ir a trabajar, ellos miran el número” o “productores de toda la vida que hemos estado en el campo en las épocas buenas y en las épocas malas” versus “el pool de siembra es una empresa que va al número”. Por otro lado, en la identificación de relaciones de subordinación expresadas en frases como “proponían equis plata por hectárea....te quedabas sin tierra para trabajar vos cedías”, que se contraponen a la lógica supuestamente horizontal que prima en la red de redes de los agronegocios. Asimismo, estos relatos expresan un grado importante de resignación, ya que se reconoce la existencia de una situación de dominación y la juzgan negativamente, pero no identifican alternativas posibles.

En tercer lugar, una serie de respuestas señalaron que “los pools afectaron la relación de confianza entre los tenedores de tierra y los arrendatarios”. En los siguientes relatos se expresa claramente la tensión que generó la llegada de los pools de siembra entre arrendatarios y terratenientes. Mientras en el testimonio del asesor profesional se

destaca cómo el arribo de estas empresas afectó los vínculos personales e incluso afectivos entre estos actores (“había previa al advenimiento de estos grandes pools de siembra, era una relación humana muy buena entre el tenedor de la tierra y el chacarero nuestro”), en el productor familiar hay una crítica directa a los terratenientes que priorizaron el cálculo económico por sobre el vínculo histórico con los productores de la zona (“así el dueño del campo lo que quiere es cobrar un mejor alquiler”).

La modalidad que había previa al advenimiento de estos grandes pools de siembra era una relación humana muy buena entre el tenedor de la tierra y el chacarero nuestro, o sea, había como cierta amistad[...]y el tenedor de la tierra le decía al chacarero: "aquel me paga tanto". Yo creo que eso afectó negativamente. Fue una estafa cuando se terminó el negocio en el 2010, se fueron y volvieron a llamar a sus ex amigos o buenos amigos. Fue una etapa muy jodida que a muchos chacareros les fue mal. Tuvieron que reconvertirse a prestadores de servicios [...] al que estaba adentro del campo pero sin recursos de tierra lo desplazó. Eran buenos clientes nuestros y a nosotros también nos afectó obviamente. Porque esa gente viene con recursos de afuera, o sea, comprando directamente de las multinacionales y nosotros como comercio no poníamos nada, ni insumos (Manuel, asesor, Ayacucho).

[...] entró otra gente a meter plata en el campo, los pools de siembra y estuvo el que pagó y la corajeó y le fue bien. Nosotros no quisimos pagar muchos alquileres y nos fuimos achicando. En realidad uno piensa que no terminó muy bien por ahí se equivocó [...] en el 2004 pudimos comprar una cosechadora de corajudos, ya el sistema estaba roto, para el pequeño productor se había terminado el negocio. Uno trataba de subsistir con el trabajo a tercero, pero ya no podía hacer plata. Entró mucha plata de otra actividad, que entró a competir con el chacarero chico, y cuando es así el dueño del campo lo que quiere es cobrar un mejor alquiler y se pagaba más de lo que se podía pagar. Se llegó a pagar 17 quintales de soja. Y una vez que uno ya pierde los campos, no los volvés a recuperar (Francisco, productor familiar, Baradero).

En estos discursos se manifiesta la tensión entre dos tipos de racionalidades en términos de Weber (1996), la formal (en este caso expresada en el cálculo económico para obtener la mayor renta de la tierra por parte de los rentistas) y la sustantiva (basada en otros valores como las relaciones afectivas o el cuidado de la tierra). Del mismo modo, es interesante señalar dos dimensiones que se visualizan en estos relatos. Por un lado, en las palabras del productor familiar (quien realiza secundariamente prestación de servicios) la resignación con la que se narra el lugar que pasaron a ocupar los pools y la eficacia del discurso de los agronegocios en la explicación de sus problemas económicos actuales a partir de sus decisiones individuales (“uno piensa que no terminó muy bien, por ahí se equivocó”). Por otro lado, en el relato del asesor (quién tiene un comercio de venta de insumos) visualizamos cómo los pools afectaron las ventas del mismo (“esa gente viene con recursos de afuera, o sea, comprando directamente de las multinacionales y nosotros como comercio no poníamos nada”). Esta estrategia discursiva fue enunciada por otros entrevistados y la hemos sintetizado como “los pools afectaron a las economías del interior”.

Es relevante destacar que casi la mitad de los actores de Baradero desarrollaron este último argumento. Esto está relacionado con que por su carácter predominantemente agrícola, este partido ha tenido mayor presencia de pools a diferencia de Ayacucho. Identificamos tres grandes argumentos para justificar este planteo: el primero de ellos es que se fueron y dejaron a mucha gente sin pagarle (“han dejado a la cosecha sin levantarla y se fueron. Ni siquiera le pagaron al dueño del campo”); el segundo es que compran todos los insumos para la producción de manera directa a las grandes empresas (“ellos el fertilizante lo compran directo, el combustible lo compran directo, venta directa, cereal todo, con ello vive muy poca gente”, “los pools de siembra no dejaron nada en el pueblo, compran directo”); y el último, es que no consumen en las localidades del interior por no vivir en ellas (“El pool de siembra que se yo a dónde arregla los autos, donde arregla sus maquinarias digamos. El productor de Baradero gasta en Baradero”). En todos estos casos, la consecuencia de estas acciones llevadas a cabo por los pools sería no solo el impacto en la economía de los actores agropecuarios, sino también en la economía de los comercios y servicios de la zona y en la disminución de la oferta laboral:

Y acá en Baradero, los pools de siembra no dejaron nada en el pueblo, compran directo y la verdad uno eso no lo apoya porque no te dejan nada en lo que es Baradero, rompen el mercado con alquileres, le sacan los alquileres a los productores locales. Tenemos esa rivalidad con los pools de siembra (Cesar, asesor, Baradero)

Viene el pool y si el productor le había ofrecido once quintales, viene el pool y le dice, no, yo te doy doce. Y quizás es a pagar a cosecha y ha pasado, hace dos o tres años, que han dejado a la cosecha sin levantarla y se fueron. Ni siquiera le pagaron al dueño del campo [...] Yo no soy muy amiga de estas grandes empresas, que se yo preferiría que nos repartamos entre cada pueblo, ¿viste?, el productor de acá gasta acá [...] El pool de siembra que se yo a dónde arregla los autos, dónde arregla sus maquinarias digamos. El productor de Baradero gasta en Baradero, en Baradero y en el país,, en comprar maquinaria en Santa Fe Pero vos sabes que no lo va a girar al exterior. Queda en Argentina (María, asesora, Baradero).

[...] levantan los valores del campo, ellos el fertilizante lo compran directo, el combustible lo compran directo, venta directa, cereal todo. Con ellos vive muy poca gente, la gente vive cuando es una cosa más dispersa. Que haya varios ¿no cierto? acá van a comer al pueblo, compran la vestimenta, la farmacia, al médico y viven todos. En un pool de esos están una semanita y se fueron, no dejan nada [...] cuando se hacen grupos muy grandes afectan al chico, ventas directas, el cerealista no existe, le sacaron beneficios al cerealista, al vender directo en el campo no queda nada (Ariel, empresario mediano-grande Baradero).

En estos testimonios, como ya hemos señalado anteriormente, se expresa una tensión con el discurso de la globalidad de los agronegocios. Nuestros interlocutores construyen una frontera entre los productores que tienen inserción territorial (al contratar servicios en la zona y al consumir en los partidos como habitantes de los mismos) y los pools de siembra que compran de manera directa a las multinacionales o grandes empresas

nacionales, y que no dejan la plata ni en la comunidad ni en el país. De esta manera, observamos cómo estos actores expresan una construcción de la territorialidad donde -en sintonía con lo que plantean Albadalejo y Citadini (2016) a partir del trabajo con productores capitalizados del agro pampeano- lo local sigue teniendo un fuerte peso a diferencia de lo que sostiene el discurso de los agronegocios.

En varias ocasiones cuando los entrevistados estaban hablando sobre los pools de siembra, tomaron como ejemplos de los mismos a las megaempresas del sector. Entre ellas, Los Grobo, MSU y El Tejar fueron las más enunciadas (26 de los 42 casos). La mayoría le adjudicó dimensiones negativas (20 en total, se destacan entre ellos cinco de los seis contratistas consultados y cinco de los seis empresarios medianos), solo cuatro entrevistados le otorgaron atributos positivos y dos descriptivos. El principal argumento positivo utilizado para defender estas megaempresas fue que las mismas “son ejemplos de empresas exitosas”. Así lo observamos en el siguiente relato sobre la megaempresa Los Grobo y sobre su promotor, el empresario Gustavo Grobocopatel:

[...] fueron creciendo en base a las sociedades y la profesionalización y a una visión de futuro, fue viendo los cambios que ha habido en la producción y en los sistemas, y se fue adaptando a eso muy rápido. Hubo un tiempo en que el campo era muy rentable y cuando dejó de ser rentable el tipo dejó de sembrar muchísimo y pasó a dedicarse a los servicios y eso es una visión que pocos la tienen y para eso no necesitas tener tu campo ni tener millones de dólares sino tenés que tener una sensibilidad estar en el medio y ser capaz, pero es algo que no te da ni el campo ni la plata ni nada (Julián, empresario contratista, Ayacucho).

Entre las propiedades que nuestro interlocutor resalta para justificar el éxito de Los Grobo encontramos varios tópicos propios del discurso de los agronegocios: la conformación de una lógica de red, la profesionalización y la apertura de mente como factores claves (“fueron creciendo en base a las sociedades y la profesionalización y a una visión de futuro”). A su vez, destaca –en sintonía con dicha discursividad- que lo que muestra este tipo de empresas es que la propiedad de la tierra no es importante (“para eso no necesitas tener tu campo ni tener millones de dólares sino tenés que tener una sensibilidad estar en el medio y ser capaz”).

Sin embargo, tuvieron mucho mayor peso los argumentos negativos para referirse a las megaempresas y diferenciarlas del colectivo “productores” o “gente de campo”. Entre los argumentos críticos utilizados encontramos: 1) “se enriquecieron con el Estado”, 2) “no crecieron por trabajo propio, tenían mucho capital previo y/o consiguieron inversores”, 3) “hicieron pedazos a los pequeños productores, contratistas y a las economías del interior”, 4) “no son productores, están metidos en múltiples negocios”, y 5) “no son una referencia para los productores”.

En los siguientes relatos podemos observar la utilización de algunas de estas estrategias discursivas para referirse a las megaempresas. Estos testimonios se distancian del discurso de los agronegocios ya que identifican relaciones de poder desiguales al interior de la cadena frente a la idea de horizontalidad de la red (esto se expresa por ejemplo en la frase “les hicieron comprar herramientas, hasta la casilla rodante les hicieron cambiar”) y en la relación con el poder político (“a ellos se les está por fundir algo, y no sé si Macri los recibe o los recibió Cristina, y le decís mira que 700 personas y le dan la plata, y vos no tenés esa posibilidad”):

Yo tengo unos colegas conocidos que trabajaban para el famoso pool El Tejar, un pool de los más grandes de la Argentina, y cuando los números no le cerraron y se fueron a trabajar a Bolivia, le dijeron ¿querés venir a Bolivia con nosotros? a los chicos estos les hicieron comprar herramientas, hasta la casilla rodante les hicieron cambiar ¿por qué? ‘y es una mala imagen’. Se tuvieron que comprar una casilla nueva, una camioneta nueva, le hicieron comprar todo y cuando querés acordar el número no les cierra “bueno mira nos vamos”, y eso es muy feo que te pase porque vos te quedas con un crédito enganchado [...] y como tantos que ha pasado, como acá MSU, es también un pool de siembra, acá tenían 1000 has en la fundación Figueroa Salas y los sacaron, y también había colegas trabajándoles que habían comprado sembradoras nuevas y les dicen ‘mira acá nos sacaron si querés te doy a trabajar en Arrecife’(Alberto, empresario mediano, Baradero)
Grobocopatel [...] ha creado una cosa que no es genuina de él, es como si yo agarro y consigo 10 socios y me ponen un millón de pesos cada uno, y dicen mira [nombre y apellido del entrevistado] como creció, y no, solo conseguí diez tipos que me pusieron la plata, a ellos se les está por fundir algo, y no sé si Macri los recibe o los recibió Cristina, y le dicen mira que tengo 700 personas y le dan la plata, y vos no tenés esa posibilidad, creo que las diferencias enormes están ahí. La cosa tiene que ser genuina tiene que ser verdadera. Yo estoy cansado de cosas que se inflan y no sabes porque se inflan, las cosas verdaderas tienen sus tiempos, y cuando querés acordar dejaron de hacer agricultura en Argentina y se fueron a hacer agricultura a Paraguay, a Bolivia [...] Los Grobo son como una multinacional para el país, no sé si se puede vivir sin ellos, ellos están y me parece bien, pero no creo que sean un referente mío (José, empresario mediano, Ayacucho).

En ambos relatos visualizamos la reivindicación de la cultura del trabajo duro y el esfuerzo propias del discurso agrarista y la identidad chacarera (BALSA, DE MARTINELLI & LIAUDAT, 2017:141), frente a la capacidad de hacer negocios y conseguir inversiones (esto lo podemos ver por ejemplo en la frase “Grobocopatel...ha creado una cosa que no es genuina de él...es como si yo...conseguí diez tipos que me pusieron la plata...”). Este argumento va ligado a la contraposición de dos temporalidades: el tiempo de estas megaempresas basado en la velocidad para hacer negocios versus el tiempo del productor asentado en el trabajo a largo plazo –durante generaciones- en el territorio (expresado en la frase “yo estoy cansado de cosas que se inflan...las cosas verdaderas tienen sus tiempos”). Asimismo, ambos actores de manera clara expresaron no sentirse representados por las

megaempresas, pero en sus narraciones, como en la mayoría de los entrevistados que señalaron tensiones, no aparece la posibilidad de cambiar la situación de desigualdad que identifican.

Reflexiones finales

El agro pampeano ha atravesado transformaciones en la estructura social agraria en las últimas décadas signadas por el aumento de la desigualdad y la concentración. Los discursos con presencia en la esfera pública han disputado la significación de dichos cambios. Entre ellos, los agronegocios construyeron todo un nuevo bagaje conceptual que interpela a los actores agropecuarios como sujetos colectivos bajo el tópico de “comunidad agroalimentaria”.

En este trabajo dimos cuenta de la poca eficacia de esta propuesta ideológica, basada en la definición de los protagonistas del sector como empresarios que se mueven en las cadenas globales de valor compartiendo los mismos intereses. Por el contrario, visibilizamos la predominancia de formas de definirse colectivamente con fuerte influencia de las otras discursividades con presencia histórica en el sector (agrarismo y liberalismo-conservador). Ante los cambios sociales que en las últimas décadas desestabilizaron sus marcos de referencia (despoblamiento rural, desaparición de productores, aparición de nuevos actores), los actores agropecuarios reafirman nuevos y viejos aspectos que les permiten renovar un sentido de comunidad, tras la identidad de “productores” o “gente de campo”.

Este “nosotros” incluye a las fracciones empresarias medias y pequeñas, a los productores familiares y unipersonales, a los contratistas, asesores, trabajadores de dirección e incluso a los rentistas, en tanto todos ellos tengan una historia, una biografía personal, ligada al sector agropecuario. Nuestros interlocutores señalaron una serie de diferencias internas al interior de este colectivo (por el tamaño, la actividad que realizan, la edad,) pero remarcando un campo de intereses comunes. Sus diferencias se diluyen frente a una serie de actores que son caracterizados como la alteridad -es decir como la encarnación de intereses opuestos a los suyos- que les permite reafirmarse como colectivo con una serie de valores compartidos. Por un lado, esa diferenciación de intereses se construye respecto al gobierno y en términos generales a la intervención del Estado (quien históricamente fue acusado de todos los males del sector por el discurso liberal-conservador), y por otro lado, respecto de una serie de actores económicos que intervienen en la actividad agropecuaria: las multinacionales, los inversores de tierra, las megaempresas y los pools de siembra.

Principalmente estos dos últimos sujetos fueron depositarios de las mayores críticas. Si bien al ser tan grande el número de entrevistados que las expresaron, no hay una relación clara con el tipo de actor, sí podemos destacar que sobresalieron las miradas más negativas entre los productores y empresarios de menor escala, y los contratistas, mientras que las miradas menos críticas fueron sostenidas por los actores más grandes. Asimismo se destacaron los entrevistados de Baradero sobre los de Ayacucho entre quienes tuvieron representaciones negativas, cuestión que se asocia a que es en el primer partido, de carácter predominantemente agrícola, donde los pools y las megaempresas han tenido mayor presencia.

La profundización en las representaciones sobre estos sujetos considerados la “otredad” nos permitió indagar tanto en aquello que cohesiona internamente al colectivo “productores” y/o “gente de campo” como en el tipo de relación con lo que se excluye.

Entre los valores que sustentan el “nosotros” que fueron presentados como las carencias de los pools de siembra y las megaempresas nos encontramos con la presencia histórica en el sector, la importancia del trabajo directo y la relación afectiva y de cuidado con la tierra. Estos valores expresan una clara tensión con los agronegocios que pregonan la flexibilidad y racionalidad empresarial. Por el contrario dan cuenta de cierta influencia aún del discurso agrarista centrado en el valor del trabajo duro y el sacrificio. A su vez, registramos un nuevo elemento que influye en la narrativización del “nosotros” de los actores del agro pampeano: su aporte a lo local. Frente a los agronegocios que proponen una ruralidad globalizada, estos actores constituyen un discurso donde el compromiso con la dinámica social y económica de las localidades, en las que viven y producen, los define. Al mismo tiempo, resaltando su pertenencia y aporte en lo local, se diferencian de los nuevos actores que invierten en el sector, caracterizados por su desanclaje en los territorios.

Con respecto al vínculo con los pools de siembra y las megaempresas, los relatos de nuestros interlocutores dan cuenta de una visibilización de relaciones de poder de carácter desigual y de los impactos negativos que este tipo de empresas generaron tanto para los productores como para las economías locales. Sin embargo predominó en general en el conjunto de las respuestas un sentido de resignación. Es decir, los actores agropecuarios reconocieron la existencia de una situación de dominación en relación a estos actores (principalmente por su capacidad financiera, su inserción en múltiples negocios y por su relación con los gobiernos de turno) y la juzgaron negativamente, pero en sus discursos no hay lugar para alternativas posibles, ni se expresa la confianza en su capacidad individual o colectiva de cambiar dicha situación.

Para concluir, es posible afirmar que la construcción por parte de los actores agropecuarios de un nuevo sentido de comunidad les otorga un reanclaje identitario en un contexto de vertiginosas transformaciones sociales y productivas en el sector. Al mismo

tiempo, la identificación de “otros” que afectan sus intereses, les permite explicar todos los males del sector, diferenciándose del discurso de los agronegocios que centra las explicaciones en el fracaso individual. Pero ni el “nosotros” como productores logra constituirse en una categoría política, ni mucho menos la crítica transformarse en propuestas de acción. Aunque efectivamente estas formas de identificarse a sí mismos y a los otros, nacen de espacios de socialización que comparten en las pequeñas ciudades donde viven, no las inscriben en discursos colectivos propios, ni en ninguna referencia institucional pública. Esta ausencia dificulta la posibilidad de transitar el pasaje de las tensiones en el plano social al antagonismo en términos políticos, y por ende, de disputar hegemonía.

Referencias

ALBADALEJO, C. y CITTADINI, R. El productor silencioso: destino del gran actor de la modernización de los años 1960-70 en la actual copresencia de agriculturas de la región pampeana argentina. En: **PAMPA**, N°16, pp.9-34, 2016.

ALTHUSSER, L. **Ideología y aparatos ideológicos del Estado**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1970.

ÁLVAREZ, R-, LEAVY,S y MARINO, M. **Zonas Agroeconómicas Homogéneas Buenos Aires Norte**, INTA, 2009.

ANLLÓ, G. Cambio de paradigma tecno-productivo y ¿crisis de representación? Nuevas y viejas entidades de representación de la actividad agrícola. En: Anlló et. Al, **Claves para repensar el agro argentino** (pp. 259-284). Universidad de Buenos Aires: Eudeba, 2013.

BALSA, J. **El desvanecimiento del mundo chacarero**. Transformaciones sociales en la agricultura bonaerense: 1937-1988. Bernal: Editorial UNQ, 2006.

BALSA, J; De MARTINELLI, G; y LIAUDAT, D. La ideología de los productores rurales bonaerenses en la actualidad. En: De Martinelli, G., y Moreno, M. (2017) (comps) **Cuestión agraria y agronegocios en la región pampeana**. Tensiones en torno a la imposición de un modelo concentrador (pp.139-196). Bernal: Editorial UNQ, 2017.

BHABHA, H. **El lugar de la cultura**. Buenos Aires: Manatíal, 1994.

CARNIGLIA, E. **Las ruralidades de la prensa. Agronegocio, tecnología y agrarismo**. Río Cuarto: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2011.

CLOQUELL, S. **Familias rurales. El fin de una historia en el inicio de una nueva agricultura**. Buenos Aires: Homo Sapiens, 2007.

GRAS, C. y HERNÁNDEZ, V. El fenómeno sojero en perspectiva: dimensiones productivas, sociales y simbólicas de la globalización agrorural en la Argentina. En: Gras, C y Hernández, V (coords) **La Argentina rural De la Agricultura familiar a los agronegocios** (pp.15-38). Buenos Aires: Editorial Biblos, 2009.

GRAS, C. y HERNÁNDEZ, V. **Radiografía del nuevo campo argentino**. Del terrateniente al empresario transnacional. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.

GROSSO, S. et. al. (2013). Cambios productivos y organizacionales en los actores del sector agropecuario pampeano. En: Arrillaga, Castagna et. al (comps) **La nueva agricultura y la reterritorialización pampeana emergente**. Rosario: UNL.

HALL, S. Culture, community, nation. En: **Cultural Studies**, Vol. 7, n.º 3, pp. 349-363, 1993.

HALL, S. Introducción: ¿Quién necesita identidad? En: Hall, S. y Du Gay, P (comps) **Cuestiones de identidad cultural** (pp.13-39). Buenos Aires-Madrid: Amorrortu Editores, 2003.

HERNÁNDEZ, V. Agricultura, imaginarios y territorios. Revisando la dimensión familiar en el escenario agro-rural contemporáneo. En: **Voces en el fénix**, N°12, pp. 70-79, 2012.

LIAUDAT, MD. La construcción hegemónica de las entidades técnicas en el agro argentino: análisis de los discursos de AAPRESID y AACREA en la última década. En: **Mundo Agrario**, vol. 16, n.º 32, septiembre 2015.

MANILDO, L. **La identidad chacarera en las grietas del paisaje sojero**. Desplazamientos, transmisiones y apropiaciones intergeneracionales en las transformaciones recientes de la producción familiar pampeana. Buenos Aires: Ediciones Imago Mundi, 2013.

MOSCIARO, M; DIMURO, V. **Zonas Agroeconómicas Homogéneas Buenos Aires Sur**, INTA, 2009.

MURMIS, M. y MURMIS, M. R. **El caso de Argentina. En: Dinámicas en el mercado de la tierra en América Latina**. Santiago de Chile: FAO, 2011.

MUZLERA, J. Transformaciones, continuidades y tensiones en el mundo chacareo. La herencia en la pampa gringa. En: Gras.C y Hernandez.V (coords). **La Argentina rural De la Agricultura familiar a los agronegocios** (pp. 135-152). Buenos Aires: Editorial Biblos, 2009.

PAZ, R. Las grietas de los agronegocios y los imperativos de la agricultura familiar: hacia una perspectiva conceptual. En: **RelaEr. Revista Latinoamericana de estudios rurales**, 2017.

SILI, M. **La Argentina rural. De la crisis de la modernización agraria a la construcción de un nuevo paradigma de desarrollo de los territorios rurales**. Buenos Aires: INTA, 2005.

SHMITE, S. La vida en el campo... ya no es como antes. Ruralidad, territorio e identidad en tiempos contemporáneos. Departamento Trenel, Provincia de La Pampa, Argentina. En: **Revista Alternativa** N° 3, pp. 30-66, 2015.

THERBORN, G. **La ideología del poder y el poder de la ideología**. México: Editorial Siglo XXI, 1991.

VAN DIJK, T. A. **Ideología. Una aproximación multidisciplinaria**. Barcelona: Gedisa, 1999.

VAN DIJK, T. A La Multidisciplinariedad del análisis crítico del discurso: un alegato a favor de la diversidad. En: Ruth Wodak y Michael Meyer (comp.), **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, p.143 – 177, 2003.

VAN DER PLOEG, J.D. Diez cualidades de la agricultura familiar. En: **LEISA revista de agroecología**, volumen 29 n° 4, diciembre de 2013.

WEBER, M. **Economía y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

ZULLO, J. **Discurso, identidad y representación social**. Mendoza: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo; Sociedad Argentina de Lingüística, 2013.

Sobre a autora

María Dolores Liaudat – Graduação em Sociologia pela Universidad Nacional de La Plata. Doutorado em Ciências Sociais e Humanas. Bolsista de pós-doutorado do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) no Departamento de Desarrollo Rural de la Facultad de Agronomía y Ciencias Forestales (UNLP). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-2782-4926>

Como citar este artigo

LIAUDAT, María Dolores. *Nosotros y los Otros*. Identificaciones colectivas y construcción de la alteridad en los actores del agro pampeano (Argentina). **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 117-142, mai.-ago., 2020.

Recebido para publicação em 20 de setembro de 2019.
Devolvido para a revisão em 06 de dezembro de 2019.
Aceito para a publicação em 07 de janeiro de 2020.

Los Programas de Desarrollo Rural y las “Comunidades Indígenas” en la provincia de Chaco, Argentina – 1990-2008

Roberto Muñoz

Instituto de Investigación en Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de La Plata – La Plata, Buenos Aires, Argentina.
e-mail: munozroberto8288@yahoo.com

Resumen

A partir de la década de 1980, en Argentina comienzan a implementarse desde el Estado nacional un conjunto de Programas de Desarrollo Rural (PDR) destinados a revertir el problema de la pobreza rural. Los mismos tuvieron como rasgo común el fomento de acciones de tipo productivo, fundamentalmente a través de la entrega de créditos o subsidios y asesoramiento técnico. La aplicación de algunos de estos programas estuvo restringida a aquellas regiones que concentraban los peores índices de pobreza dentro de su población rural. Resultaba claro el peso de las provincias del norte argentino en el conjunto de las situaciones de pobreza en el país, en tanto hacia la década de 1990, que concentraban más de la mitad de los pobres rurales del país. En este trabajo analizamos aquellos programas que contemplaban mecanismos específicos y diferenciados de aplicación para la población reconocida como indígena, y su incidencia dentro de las comunidades indígenas de la provincia de Chaco. Para ello, utilizamos informes de las propias instituciones a cargo de la implementación de los programas, documentos y evaluaciones de los organismos internacionales que los financiaban y complementamos esta información con entrevistas a informantes clave.

Palabras clave: Programas de desarrollo rural; comunidades indígenas; provincia de Chaco; Argentina

Os Programas de Desenvolvimento Rural e as “Comunidades Indígenas” na província de Chaco, Argentina – 1990-2008

Resumo

A partir da década de 1980, na Argentina, um conjunto de Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) destinados a reverter o problema da pobreza rural começou a ser implementado a partir do Estado nacional. Tiveram como característica comum a promoção de ações produtivas, principalmente por meio da entrega de créditos ou subsídios e assessoria técnica. A aplicação de alguns desses programas foi restrita às regiões que concentravam as piores taxas de pobreza na população rural. Ficou claro o peso das províncias do norte da Argentina em todas as situações de pobreza no país, até a década de 1990, que concentravam mais da metade dos pobres rurais do país. Neste trabalho, analisamos os programas que contemplavam mecanismos de aplicação específicos e diferenciados para a população reconhecida como indígena e sua incidência nas comunidades indígenas da província de Chaco. Para isso, utilizamos relatórios das próprias instituições responsáveis pela implementação dos programas, documentos e avaliações das organizações internacionais que os financiaram e complementamos essas informações com entrevistas com informantes-chave.

Palavras-chave: Programas de desenvolvimento rural; comunidades indígenas; provincia de Chaco; Argentina.

The Rural Development Programs and the “Indigenous Communities” in the province of Chaco, Argentina – 1990-2010

Abstract

Beginning in the 1980s, in Argentina, a set of Rural Development Programs (RDPs) aimed at reversing the problem of rural poverty began to be implemented from the national State. They had as a common feature the promotion of productive actions, mainly through the delivery of credits or subsidies and technical advice. The application of some of these programs was restricted to those regions that concentrated the worst poverty rates within their rural population. It was clear the weight of the provinces of northern Argentina in all the situations of poverty in the country, as far as the 1990s, which concentrated more than half of the country's rural poor. In this work we analyze those programs that contemplated specific and differentiated mechanisms of application for the population recognized as indigenous, and their incidence within the indigenous communities of the province of Chaco. For this, we use reports from the institutions themselves in charge of the implementation of the programs, documents and evaluations of the international organizations that financed them and we complement this information with interviews with key informants.

Keywords: Rural development programs; Indigenous communities; Chaco province; Argentina

Introducción

A partir de la década de 1980, de manera incipiente, y más marcadamente desde los años noventa, en Argentina comienzan a implementarse desde el Estado nacional un conjunto de Programas de Desarrollo Rural (PDR) destinados a revertir el problema de la pobreza rural. Su rasgo común fue el fomento de acciones de tipo productivo, fundamentalmente a través de la entrega de créditos o subsidios y asesoramiento técnico. La aplicación de algunos de estos programas estuvo restringida a aquellas regiones que concentraban los peores índices de pobreza dentro de su población rural. Al respecto, nuestro país no cuenta con datos precisos que permitan ponderar la pobreza rural. Sin embargo, en base a la información censal se puede tener una aproximación parcial al fenómeno, con la medición de pobreza absoluta por referencia a Necesidades Básicas Insatisfechas (NBI). El censo de población de 1991 registraba 338.596 hogares con NBI en áreas rurales (lo que equivalía al 32,2% de los hogares rurales), que albergaban a algo más de medio millón de trabajadores activos de 14 años o más y a una población total de poco más de un millón y medio de personas (NEIMAN, 2000). En otras palabras, 1 de cada 3 personas que vivían en el medio rural tenían NBI. En ese marco, resultaba claro el peso de las regiones del Noroeste (NOA) y el Noreste argentino (NEA, región que integra a la provincia de Chaco) en el conjunto de las situaciones de pobreza en el país, en

tanto la primera concentraba casi un tercio de los pobres rurales y la segunda se acercaba al 29%. A su vez, en el interior de cada una de estas regiones, el porcentaje de hogares rurales con NBI ascendía al 51% en el NOA y llegaba casi al 48% en el NEA (MURMIS, 2001). Ante ese panorama, se ponen en marcha los PDR. El primer antecedente de este tipo en el país fue el Programa de Crédito y Apoyo Técnico para Pequeños Productores Agropecuarios del Noreste Argentino" (PPNEA), pero Chaco no fue incluida dentro de su área geográfica de cobertura. La negociación para lograr financiamiento para su implementación fue con el Fondo Interamericano de Desarrollo Agrícola (FIDA). Habiéndose iniciado las tratativas en 1984, culminaron con su aprobación en 1988. El costo total del programa ascendió a 25,6 millones de pesos y, según las fuentes oficiales, se benefició a 7.961 familias de pequeños productores de Corrientes, Formosa y Misiones. Además del aporte del FIDA, también contó con financiamiento del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y de las tres provincias participantes (Dirección de Desarrollo Agropecuario, 2003). Ya en década de 1990, surgen, entre otros, el Programa de Desarrollo Rural del Nordeste Argentino (PRODERNEA) y el del Noroeste Argentino (PRODERNOA). Por su parte, los más relevantes por su alcance nacional, fueron el Programa Social Agropecuario (PSA) surgido en 1993 y, como continuación del mismo desde 1998, el Programa para el Desarrollo de Iniciativas Rurales (PROINDER). Entre 1990 y 2011 pueden identificarse 17 programas que, en diferentes momentos, coexistieron brindando algún tipo de asistencia para el desarrollo de "pequeños y medianos productores" y población rural pobre: bajo la responsabilidad del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), los programas Minifundio, Prohuerta, Cambio Rural, Profam; bajo la ex Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación (SAGPyA), los ya nombrados PSA, PROINDER, PRODERNEA y PRODERNOA, a los que hay que agregar el Proyecto de Desarrollo Rural de la Patagonia (PRODERPA), Ley Caprina, Ley Ovina, Programa de Reconversión de Áreas Tabacaleras (PRAT), Programa de Servicios Agropecuarios (PROSAP), Proyecto Forestal de Desarrollo o Componente de Apoyo a Pequeños Productores para la Conservación Ambiental (CAPPCA), Ley de Bosques 25.080, Plan de Apoyo a Pequeños y Medianos Productores (PAPyMP); y en el ámbito de la Secretaría de Pequeña y Mediana Industria (SEPyME), el Programa de Desarrollo Regional (LATTUADA, NOGUEIRA y URCOLA 2012). Se trata, al menos formalmente, de una amplia batería de programas que involucra a una porción considerable de la población rural argentina. Manzanal y Schneider (2011) indican que los mismos no surgieron como respuesta a las demandas de organizaciones de productores sino que fueron promocionados desde el Estado nacional y, en particular, desde los organismos de financiamiento internacional, (Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola –FIDA- y el Banco

Mundial). Precisamente, es en este período que la Argentina comienza a ser incluida dentro del conjunto de naciones alcanzadas por los programas de estos organismos que orientan fondos para atender a la población rural “vulnerable”. A diferencia de los programas ejecutados en la década de 1960 -planes de colonización donde el centro de interés era la inserción y el desarrollo capitalista de los beneficiarios-, estos PDR son destinados a mitigar el problema de la pobreza en los espacios rurales. Mientras que los primeros iban dirigidos fundamentalmente a productores con mayor grado de capitalización, estos últimos se focalizan en “las familias más postergadas del sector rural” (MANZANAL, 2000). Los objetivos explícitos de los mismos buscaban sostener la subsistencia de la población en esos ámbitos, incrementar sus ingresos disponibles, mejorar la producción predial, así como también promover la organización y la participación de los beneficiarios involucrados, a través de ONG, cooperativas y entidades similares de la sociedad civil. Como señalan Manzanal, Neiman y Lattuada (2006), estos PDR fueron implementados de manera descentralizada (a través de los gobiernos provinciales) y desconcentrada (a través de estructuras nacionales paralelas a los gobiernos provinciales localizadas en las provincias y municipios). Pero además, en varios casos se tercerizó la asistencia técnica y organizativa por medio de ONG u otras organizaciones locales, tales como iglesias, escuelas y organizaciones de base que comenzaron a surgir en esos años. De esta manera, algunos autores indican el surgimiento de un nuevo paradigma de desarrollo rural que posibilitó “la consolidación de las instituciones y organizaciones de la sociedad civil a nivel territorial, y su articulación con lo público a nivel local como clave de los procesos de desarrollo rural.” (LATTUADA, NOGUEIRA y URCOLA, op. cit., p.5)

Cabe destacar la continuidad en el largo plazo de estos programas, por encima de los cambios de gobierno. Existe una vasta bibliografía que comparte la perspectiva de que durante la década de 1990 asistimos a la “retirada” del Estado, bajo gobiernos neoliberales y que dicha tendencia se habría revertido con el cambio de siglo y la instalación de gobiernos de corte populista. En la mayoría de los autores, sin embargo, se trata más bien como un presupuesto de la investigación que como objeto de la misma. El análisis de estos programas de desarrollo rural también puede aportar en el sentido de poner en cuestión esta caracterización. Los PDR son un ejemplo de la importancia que ha cobrado la política asistencial en la reproducción de la vida, expresada en el constante incremento de la cantidad de personas asistidas y en el crecimiento permanente del gasto público social. En oposición al discurso de la retirada del Estado se observa una creciente estatización de la vida, como tendencia general de todo nuestro período.

Teniendo en cuenta estos lineamientos generales, en este trabajo analizamos aquellos programas de la Comisión de Desarrollo Rural de la ex Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca de la Nación (SAGPyA) que contemplaban mecanismos específicos y diferenciados de aplicación para la población reconocida como indígena. A nivel nacional, nos referimos al PSA y, como su continuación, el PROINDER y, a nivel regional, con impacto sobre la población indígena de la provincia de Chaco, el PRODERNEA. Nos interesa balancear la incidencia de estos programas en el estímulo a la reproducción social autónoma y ajustada a "pautas organizativas tradicionales" que serían propias de las comunidades indígenas rurales, tal como lo expresa la legislación indigenista nacional y provincial. Para ello, revisaremos los informes de las propias instituciones a cargo de la implementación de los programas, documentos y evaluaciones de los organismos internacionales que los financiaban y entidades estatales de control. Dentro de éstas últimas, nos han resultado de especial relevancia para nuestro análisis los informes realizados por la Auditoría General de la Nación (AGN), dado que incluyen abundante información de primera mano construido en base a entrevistas a los beneficiarios de los PDR. Se trata del organismo, con rango constitucional y autonomía funcional, que asiste técnicamente al Congreso de la Nación Argentina en el control del estado de las cuentas del sector público, el desempeño de la Administración Pública Nacional y la situación de la hacienda pública. Con esas funciones, ha realizado evaluaciones de algunos de los PDR que abordamos en este artículo. Además, complementamos esta información con entrevistas a informantes clave que hemos realizado en nuestro trabajo de campo en la provincia de Chaco durante 2016. En particular, han sido de especial importancia los testimonios de empleados de las delegaciones de la Secretaría de Agricultura Familiar ubicadas en algunas localidades del norte de dicha provincia, quienes generalmente son los responsables últimos de la aplicación de los programas de desarrollo rural en el terreno.

El Programa Social Alimentario (PSA)

El Programa Social Agropecuario fue creado en abril de 1993, dentro del ámbito de la SAGPyA, con la pretensión de ser "la aplicación agropecuaria" del "Plan Social", que se estaba instalando en otras dependencias del Estado.¹ Se trataba de una "propuesta de promoción

¹ En 1993 el gobierno peronista de Carlos S. Menem anuncia lo que se denominó un "Plan Social". El mismo implicaba el agrupamiento de acciones provenientes de distintas áreas de gobierno con muy diferente grado de complejización e impacto que no sólo estaban dirigidas a la lucha contra la pobreza. Dentro de las proposiciones del Plan podían encontrarse, por lo tanto, desde acciones para la Asistencia Materno-Infantil, la creación de Centros Comunitarios, la Conformación de Polos Productivos dirigidos a grupos-meta específicos (jóvenes, aborígenes, discapacitados), obras de infraestructura y equipamiento a nivel Municipal, Programas de mejoramiento de la calidad,

dirigida a los pequeños productores minifundistas de todo el país, tendiente a superar las restricciones financieras, productivas y sociales para que, a través de una estrategia grupal, puedan lograr una inserción social más plena y equitativa. Con esa perspectiva, su población objetivo se calculó en 159.712 familias, cifra basada en la estimación de “productores minifundistas” a partir de los datos brindados por el Censo Nacional Agropecuario de 1988. El Programa no establecía una población-meta a atender sino que la misma se determinaba anualmente en función de los recursos presupuestarios autorizados. Su campo de acción era el conjunto de las provincias, con las excepciones de Santa Cruz y Tierra del Fuego debido al reducido número de población objetivo. Los denominados minifundistas, potenciales beneficiarios, quedaban delimitados bajo los siguientes criterios: trabajo directo del productor en la explotación; vivienda permanente en el predio; ausencia de trabajo asalariado permanente y contratación de mano de obra transitoria sólo en los momentos pico de trabajo; ingresos extra-prediales provenientes del trabajo transitorio o la elaboración artesanal que no superen el salario del peón rural; ingresos provenientes de la explotación no superior al valor mensual de dos salarios de peón rural, y nivel de capital fijo no superior a los \$20.000 (equivalente al valor de un tractor de 70-80 HP parcialmente amortizado en 1993). Excepcionalmente, se contemplaba la inclusión de productores que tuvieran una ocupación remunerada permanente que no superara el tope establecido y de productores que no residieran en la explotación. En síntesis, el PSA incluía dentro de su universo de acción a sectores de la pequeña burguesía rural y/o semiproletarios.

Con dichos criterios, que implicaban, por un lado, fijar un piso que dejaba fuera de su alcance a los grupos que basaban su reproducción fundamentalmente en el trabajo extra-predial y, por otro, un techo para los “productores familiares capitalizados”, los objetivos generales perseguidos por el PSA eran: a) Contribuir, mediante la asistencia técnica, financiera y la capacitación, al mejoramiento de las actividades productivas y los niveles de ingreso de los productores minifundistas; b) Generar un espacio de participación que facilite la organización de los productores minifundistas, a fin de que puedan asumir su propia representación y desarrollar su capacidad de gestión; c) Promover la participación organizada de los pequeños productores en las decisiones de políticas, programas y proyectos a nivel local, provincial y nacional. De esta manera, el programa no solo pretendía financiar emprendimientos productivos sino también estimular la organización político-social de su población objetivo alrededor de sus

proyectos.² Éstos debían ser presentados para su evaluación por los propios aspirantes al financiamiento y el número mínimo de familias integrantes de un proyecto debía ser de seis, salvo en la región patagónica, donde esa condición se reducía a cuatro. A su vez, se establecía una segmentación dentro de sus beneficiarios. Para aquellos “productores” con alguna capacidad de acumulación, se perseguía intensificar y diversificar su producción y facilitar su colocación en los mercados. En cambio, para los “productores más pobres”, su intervención tendía al fortalecimiento de actividades de autoconsumo. Dentro de estos últimos, se concentraban en particular los beneficiarios indígenas. En efecto, el PSA ha tenido una importante cantidad de convenios firmados con otras dependencias del Estado, entre ellas el Instituto Nacional de Asuntos Indígenas (INAI). Se trata de un convenio de colaboración para el desarrollo de las comunidades indígenas firmado en 1997. Sin embargo, no hemos encontrado información oficial disponible que dé cuenta y pondere la incidencia del PSA en ellas.

La asistencia financiera del PSA –cuya fuente provenía, a diferencia de los otros dos programas que veremos más abajo, únicamente de los aportes del Tesoro Nacional- consistía en créditos reembolsables que se acordaban con los diferentes grupos de minifundistas que presentaban proyectos para acceder a ellos. El plazo de devolución dependía del destino de los fondos (para capital de trabajo o inversión) y de los ciclos productivos de las actividades involucradas. En el caso de los préstamos para actividades de autoconsumo, podían ser devueltos con la entrega de productos a organizaciones de la comunidad (escuelas, hospitales, asilos, etc.), mientras que las otras líneas de financiamiento solo permitían su retorno en forma dineraria.

La puesta en práctica del PSA se llevaba adelante con una estructura organizativa compuesta por una Unidad Técnica de Coordinación Nacional (UTCN), que a su vez era asesorada por una Comisión Coordinadora Nacional en aspectos técnicos e institucionales, y por un Consejo Asesor, encargado de la formulación de los lineamientos y criterios operacionales del programa. Eran parte de la Comisión cuatro ONG, entre ellas, el Instituto de Cultura Popular, de raigambre católica, que como describimos en otro trabajo (AUTOR, 2018) tuvo rol protagónico en la organización y movilización de la denominada población indígena durante el proceso de elaboración y sanción de la ley indigenista chaqueña en la década del 80. Ahora la encontramos activando dentro de la propia estructura estatal en relación a los lineamientos de las políticas públicas destinadas a la población rural. Por último, el organigrama

² Quizá el ejemplo sobresaliente de este proceso sea una de las fracciones del Movimiento Campesino de Santiago del Estero (Mocase). La implicación de parte de los miembros de esta organización en el entramado del PSA, supuso la ruptura del movimiento hacia principios de la década del 2000 y la conformación de dos tendencias: el Mocase-PSA, involucrado en los proyectos del programa estatal y afiliado a la Federación Agraria Argentina, y el Mocase-Vía Campesina, inicialmente de corte más autonomista (DESALVO, 2013).

institucional del PSA se completaba con una Unidad Provincial, integrada en cada jurisdicción por un Coordinador provincial, acompañado por dos representantes de las Organizaciones de Pequeños Productores; dos representantes de los beneficiarios; un representante de ONG; un representante del INTA y un representante del Ministerio de la Producción de la provincia. De acuerdo a lo establecido en el Manual Operativo del PSA, la duración de los mandatos era de dos años. En cuanto a las ONG, se aplica el mismo criterio y en el caso de Chaco rotaban en el cargo las siguientes: Centro de Investigación, Promoción Educativa y Social (CIPES), Instituto de Cultura Popular (INCUPO) e Instituto de Desarrollo Social y Promoción Humana (INDES). Respecto a los Organismos Oficiales, tales como el INTA o el Ministerio de la Producción de la provincia debían ratificar las designaciones de sus representantes en el mismo período. Dado el carácter descentralizado del PSA, era la Unidad Provincial quien instrumentaba los criterios de focalización a nivel de departamentos, evaluaba y aprobaba los proyectos productivos, planificaba las actividades y decidía los temas a los que se le daría prioridad en los planes de capacitación, dentro de cada jurisdicción. La distribución nacional de los fondos del PSA para cada provincia se fijaba en base a la proporción de “minifundistas” en cada una de ellas, siguiendo las cifras del CNA de 1988. De tal manera, dada las características de la estructura agraria argentina, se priorizaron las regiones NEA y NOA. Tal es así que las provincias que desde comienzos del Programa exhibieron mayores porcentajes de emprendimientos productivos financiados por aquél fueron: Corrientes (13,68%), Jujuy (7,42%), Santiago del Estero (7,36%), Misiones (7,34%). Con respecto a los que se encontraban vigentes al 30 de setiembre de 2003, se destacaban en primer lugar Chaco (10,82%), seguido por La Rioja (9,44%), Santiago del Estero (7,97%) y Salta (7,88%).

En la provincia de Chaco, desde el lanzamiento del PSA en 1993 hasta 2003, hubo 1947 beneficiarios directos, lo que equivalía al 22,8% de la población objetivo a nivel nacional. El 34% de los emprendimientos productivos financiados en la provincia se concentraron en los departamentos de General Güemes, Maipú y Quitilipi, representando al 24.5% del total de beneficiarios existentes en Chaco. En Quitilipi, los beneficiarios fueron, principalmente, pobladores indígenas habitantes de la Colonia Aborigen Chaco (ex Napalpí). Asentados sobre 20 mil hectáreas de tierras fiscales, cada una de estas familias tiene su vivienda en una parcela de 50 x 70 mts., y a su vez cuentan con extensiones de uso comunitario para desarrollar actividades de autoconsumo. Allí, se pusieron en funcionamiento cinco emprendimientos productivos con financiamiento del PSA a partir de 1998, cinco años después de lanzado el programa. Cada uno de estos emprendimientos estaba integrado por siete familias tobas, con

un promedio de 5 hijos por familia. Un trabajo de campo realizado por la AGN allí en 2002, en el marco del informe ya citado de auditoría del PSA, señala que:

El tipo de EPA [emprendimiento productivo asociativo] recibido por estos grupos, en base a lo establecido en el Manual Operativo debería catalogarse como tradicional pero, para estos grupos de beneficiarios en particular, es innovador ya que los aborígenes nunca habían tenido animales, la mayoría tenía una huerta en su parcela donde cultivaban maíz, batata, mandioca y algunos frutales como pomelo o sandías, y todos se dedicaban al cultivo de algodón (AUDITORIA GENERAL DE LA NACIÓN, 2005, p. 38)

Precisamente, junto a las actividades de autoconsumo, los proyectos aprobados giraron alrededor de la cría de ganado menor. La información recabada en entrevistas directas a estos beneficiarios, indica que en el 100% de los casos la venta de los animales a través del PSA se convirtió en su principal fuente de ingresos, mientras que con las huertas cubrían parte de su alimentación. No obstante, el informe agrega que los mismos entrevistados en su totalidad afirmaron:

la necesidad de salir a hacer trabajos extra-prediales porque sus ingresos no alcanzan para cubrir las necesidades de la familia, todos están esperando la época de cosecha o algún otro trabajo que puedan desarrollar para obtener dinero extra a fin de cubrir el resto de sus necesidades (médicos, medicamentos, productos manufacturados, etc.). (Ibid., p. 41)

En este sentido, los emprendimientos productivos financiados a través del PSA en Colonia Aborigen permitieron a su población cubrir muy parcialmente sus necesidades en los momentos que quedaban desocupados. Uno de los entrevistados declaraba: "nos manejamos más a través del trueque entre nosotros que tenemos cosas diferentes, o nos juntamos entre uno o dos y vamos al pueblo a comprar las cosas que necesitamos como aspirinas, etc." (Ibid., p. 42).

Por último, digamos que el PSA, considerado originalmente como de ejecución temporal y destinado a asistir a "pequeños productores" para combatir la pobreza rural, con el paso del tiempo se instituyó en política social de larga duración al punto tal de pasar de ser un programa para constituirse en Subsecretaría de Agricultura Familiar en el año 2008.

El Proyecto de Alivio a la Pobreza e Iniciativas de Desarrollo Rural (PROINDER)

El Proyecto de Alivio a la Pobreza e Iniciativas de Desarrollo Rural (PROINDER) comienza a implementarse en 1998 con fondos que provenían en un 75% del Banco

Internacional de Reconstrucción y Fomento (BIRF, BM) y el 25% restante del Estado Nacional.³ Inicialmente iba a tener una duración prevista en cinco años, pero fue prorrogada su vigencia en varias oportunidades, hasta llegar a diciembre de 2007 y luego ser relanzado en 2009 (PROINDER Adicional) hasta junio de 2011. Venía a dar continuidad al PSA y, en efecto, la estructura de este último pasó a funcionar como el brazo ejecutor del 85% de los fondos del PROINDER -a través del Subcomponente “Apoyo a la Iniciativas Rurales” (AIR)- que iban destinados para financiar la inversión predial o infraestructura comunitaria. Como indica WEINBERG (2013) “si bien se los presenta como dos programas distintos, y el origen de su financiamiento también lo era, lo cierto es que su ejecución estaba a cargo de la misma gente, dentro de la misma estructura” (p. 88). A su vez, la población objetivo del PROINDER recupera los criterios establecidos por el PSA y los amplía, al incorporar entre sus beneficiarios a trabajadores rurales sin tierras, pobladores rurales no agrarios con NBI y, de manera explícita a la población indígena con residencia rural. Precisamente, a nivel nacional el Proyecto se destinaba a:

22.000 familias de productores y pobladores rurales pobres vinculados a la actividad agropecuaria nucleadas en grupos. Se apunta al estrato más descapitalizado de la agricultura familiar, así como a los jefes de hogares rurales agrarios indígenas, los jefes de hogares asalariados agrarios pobres y hogares pobres no agrarios, existiendo una discriminación positiva hacia los grupos vulnerables (...) Considerando las difíciles condiciones de inserción de las familias destinatarias del Proyecto, los fondos transferidos en forma directa a los beneficiarios constituyen aportes no reintegrables (PROINDER, 2009, T.1, p. 8).

Al comparar los requisitos para aplicar al PSA y los que incorpora el PROINDER, se podría considerar que las modificaciones estarían reflejando la intensificación del proceso de pauperización y proletarización que experimenta el componente pequeñoburgues dentro de la figura de “pequeño productor”, al punto de asemejarse sus condiciones de vida a la de los obreros transitorios. No es un proceso lineal y sigue vigente la posibilidad de explotar fuerza de trabajo temporal. De todas formas, las características fijadas por el PROINDER marcan la inviabilidad de esas explotaciones agropecuarias para sostenerse como espacios de acumulación, reduciéndose cada vez más su función a ser el lugar de vivienda de la familia en la que se pueden realizar tareas de autoconsumo. En ese sentido, es sintomático que mientras el PSA asistía a las familias con créditos, con la pretensión de encarar proyectos que tengan la

³ El Banco Mundial (BIRF) fue el organismo cofinanciador. El Convenio de Préstamo BIRF 4212 AR aportó USD 100 millones para el financiamiento de la primera etapa y el BIRF 7478 AR USD 45 millones al PROINDER Adicional. USD 25 millones del primer préstamo fueron destinados a la emergencia agropecuaria de 1998. (<http://www.ucar.gob.ar/index.php/proinder>)

potencialidad de ser autosustentables, el PROINDER, en cambio, evoluciona en un sentido estrictamente asistencial, al brindar financiamiento bajo la forma de subsidios no reembolsables.

De todas formas, el PROINDER no tuvo aplicación concreta en el caso de la población clasificada como indígena de la provincia de Chaco, para no superponer su accionar con el PRODERNEA, que describiremos más abajo. Lo que nos interesa recuperar para nuestro trabajo es la serie de documentos elaborados dentro del marco de este Proyecto referidos a la población indígena en Argentina. Por fuera de los fondos para financiar emprendimientos productivos y brindar asesoramiento técnico y capacitación, uno de los componentes del PROINDER incluía la realización de estudios de apoyo para el fortalecimiento técnico de los beneficiarios y las instituciones involucradas, que permitieran generar elementos de análisis para reajustar la marcha del mismo. De esta manera, el PROINDER promovió la realización de trabajos a cargo de académicos y especialistas que analizaban distintos tópicos de la "cuestión rural" en Argentina –entre otros, la problemática indígena-, a tal punto que el Ministerio de Agroindustria destaca en su web oficial que los documentos sobre desarrollo rural elaborados en el marco de este programa conforman una de las colecciones más relevantes en esa materia producidas por este organismo. Debido a que el PROINDER se propuso dar un tratamiento diferencial a la población identificada como indígena con residencia rural, por considerar que debía afrontar dificultades adicionales en relación al resto de los hogares pobres "con actividad agropecuaria", se realizaron una serie de informes que analizaban de manera exhaustiva diversos aspectos de la temática, poniendo el foco en las actividades productivas en la que estos sujetos estarían insertos. Estos informes servirían de insumo para ajustar de la manera más adecuada el Programa a las necesidades de esta población específica, al mismo tiempo que se constituía en un acervo de conocimientos sobre la materia para la práctica estatal en general. Es así que en 2002 se elabora el documento *Los pueblos indígenas en Argentina. Informe de actualización del año 2002* (GOLLUSCIO, 2008), con la intención de capacitar a los técnicos que debían trabajar con las comunidades. El objetivo general era "presentar algunos aspectos de la situación demográfica, socioeconómica y sociocultural actual de los pueblos indígenas que viven en nuestro país" (Ibid., p. 7). Nos interesa detenernos en la caracterización "socioeconómica" de estos sujetos. El informe describe, desagregado por etnia, las inserciones laborales de los llamados indígenas a nivel nacional. En lo que respecta a la región chaqueña, se señala para el caso de los tobas, un fuerte proceso migratorio: "La migración se relaciona con la falta de recursos naturales y de trabajo, por ejemplo, la crisis del algodón, cosecha en la cual los tobas -junto con los wichi y pilagás- participaban todos los años." (Ibid., p. 15). Por su parte, se sostiene que los que todavía viven en comunidades rurales, mantienen prácticas de

caza y recolección, pero de todas formas “la mayor parte intenta trabajar también como peones de ingenio, obrajes o aserraderos” (Ibid., loc. cit).

En el caso de los “wichi”, Golluscio indica, por un lado, que también mantienen sus prácticas de caza, pesca y recolección y a su vez que habría algunas experiencias de desarrollo agrícola con diversa suerte. Por otro, “son también peones de desmonte, obrajes, ingenios, algodonales (si hay). Las mujeres hacen artesanías en fibras tejidas; los hombres, en maderas dura y alfarería” (Ibid., p. 17). Por último, los mocovíes “trabajan a destajo como peones de obrajes madereros, estancias o quintas y como cosecheros temporarios. Muchas mujeres son empleadas domésticas. Algunos pocos trabajan en cerámica” (Ibid., loc. cit).

En términos generales, el informe resalta que en conjunto estas poblaciones carecen de agua potable, electricidad y vivienda digna. También hay serias deficiencias en cuanto a infraestructura vial, comunicación y acceso a la salud. Destaca que la falta de empleo es generalizada y el crecimiento de la desocupación adquiere un ritmo alarmante.

Ocho años después, en 2010, se elabora un segundo documento en el marco del PROINDER, *La cuestión indígena en la Argentina* (CERVERA NOVO, 2010). Se trataba de un estudio de actualización en el marco del Componente Fortalecimiento Institucional del Proyecto de Desarrollo de Pequeños Productores Agropecuarios (PROINDER Adicional). El mismo pretendía:

profundizar el conocimiento sobre la población indígena para identificar líneas de intervención que permitan mejorar las condiciones de ingresos y de vida de este grupo social, uno de los estratos de la población rural donde la incidencia de la pobreza y el déficit en el acceso a los servicios sociales son más marcados (Ibid., p. 5).

Con ese propósito, se va a focalizar en especial en la situación productiva, según regiones, de los asentamientos de población indígena rural. A pesar de que ya había transcurrido más de una década de la puesta en funcionamiento del Programa, para el caso de los indígenas, el PROINDER manifestaba no contar un diagnóstico y líneas definidas de intervención. A su vez, del informe se desprende que tampoco se había avanzado en la recopilación de información empírica propia: “si en los aspectos demográficos existe, tal como lo hemos observado, una notable escasez de información, cuando se trata de la situación productiva y ambiental la cuestión empeora aún más” (CERVERA NOVO, op. cit., p. 19). Para saldar este vacío, el trabajo se va a sostener teórica y empíricamente en los estudios antropológicos realizados por dos equipos de investigación de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires:

Utilizaremos aquí la experiencia de investigación y el desarrollo conceptual generado en la cátedra Antropología Económica de la carrera de Ciencias Antropológicas cuya titularidad está a cargo del Dr. Héctor Hugo Trincherro, como así también a algunos desarrollos sostenidos en el Seminario de Antropología Rural de la misma carrera a cargo del Dr. Alejandro Balazote (Ibid., p. 19).

Con ese marco, el documento sugiere –para la elaboración de políticas públicas- la necesidad de avanzar en el estudio de “las modalidades de producción y reproducción económica y social de unidades familiares y comunidades indígenas” (Ibid., p. 8). Esto a pesar de que en el informe se reconoce que:

los pobladores originarios son trabajadores rurales, transitorios y/o estacionales, cuyos bajos salarios se explican en gran parte porque la reproducción de su fuerza de trabajo en la época de no empleo en los emprendimientos agrícolas capitalistas regionales está garantizada por el esfuerzo productivo doméstico comunitario y, como ese esfuerzo doméstico comunitario está sujeto a una serie de constricciones (que es necesario analizar en cada caso) necesitan complementar sus ingresos con el empleo estacional o eventualmente con el empleo estatal (Ibid., p. 61).

Dicho esto, el informe no presenta mayores elementos que justifiquen una diferenciación, en términos de formas de reproducción social, de los llamados indígenas del resto de la clase obrera argentina, salvo por el hecho de que la legislación nacional e internacional así lo dispone. Si bien en ambos informes se reconoce la proletarización de esta población desde por lo menos principios del siglo XX, se insiste en su carácter peculiar, forzando la “diferencia cultural”. GOLLUSCIO (op. cit.) llega a plantear que la penetración de la televisión en las comunidades wichi podría tener consecuencias difíciles de medir:

En ese sentido, hasta el Impenetrable está dejando de serlo. Un niño wichi de El Sauzalito (Chaco), monolingüe e hijo de madre monolingüe, está expuesto actualmente al video y a la televisión, por ejemplo. Los rápidos e irreversibles cambios que producirá la sola introducción de una antena parabólica en el pueblo no han sido previstos” (GOLLUSCIO, op. cit., p. 17).

Cervera Novo, por su parte, le otorga al proceso histórico que implicó la destrucción de la economía indígena y el avance de las relaciones capitalistas, un carácter “ancestral”. Refiriéndose al mecanismo de reclutamiento de fuerza de trabajo a través de contratistas, sugiere que:

Estas prácticas también pueden ser consideradas “ancestrales” ya que el Gran Chaco ha sido desde épocas coloniales un gran reservorio de mano de obra (por ejemplo para trabajos en las minas del Potosí, entre otros) y también que los pobladores indígenas del Chaco centro-occidental (en Argentina)

constituyeron la principal fuerza de trabajo en los ingenios azucareros, cuando la expansión de estos, en las primeras décadas del siglo XX (CERVERA NOVO, op. cit., p. 22).

El Proyecto de Desarrollo Rural de las Provincias del Nordeste Argentino (PRODERNEA)

El Proyecto de Desarrollo Rural de las Provincias del Nordeste Argentino (PRODERNEA) se inició en 1999 y se extendió su ejecución hasta 2007. En términos generales, como el resto de los PDR nacionales ya reseñados, el propósito de este programa fue contribuir a la superación de las condiciones que generan la pobreza rural, a través del aumento sostenible del ingreso y de la capacidad de autogestión, potenciando las capacidades productivas de los recursos humanos y naturales de pobladores rurales. De la misma manera, su puesta en funcionamiento fue descentralizada, con la ex SAGPyA, a través de su Unidad Nacional de Coordinación, como el organismo responsable de la dirección y con los Ministerios de la Producción o de Asuntos Agrarios –a través de sendas unidades provinciales de ejecución–, como los responsables de la administración y operación en cada una de las provincias. El ámbito de implementación fueron las provincias de Chaco, Corrientes, Formosa y Misiones, pero las mismas fueron incorporándose en distintos momentos. Chaco comenzó a participar del PRODERNEA recién en 2002. Uno de los elementos característicos del PRODERNEA fue que incluyó dentro de sus componentes⁴ el “Fondo de Apoyo a las Comunidades Aborígenes” (FACA) –que se distinguía del resto de sus componentes por el hecho de que los fondos otorgados a estos beneficiarios eran no reembolsables–, con el que se pretendía, según sus objetivos originales, “apoyar el desarrollo auto sostenido de los pueblos indígenas de la región” y luego, tras una reformulación del proyecto en 2002, “contribuir a la mejoría de las condiciones de vida y a la conservación de los valores culturales de las etnias aborígenes y contribuir a mantener y reforzar el dominio sobre sus territorios y sus recursos” (FIDA, 2009, p. 10). Sin contar con datos censales certeros, se estimaba en el proyecto original la existencia de 62.000 indígenas en la región, distribuidos en 170 comunidades: 30.000 en Formosa, 28.500 en Chaco y 3.500 en Misiones. A continuación analizaremos en detalle las características y funcionamiento del PRODERNEA, precisamente por su incidencia sobre la población indígena de Chaco.

⁴ El proyecto contó con cuatro componentes principales: 1) Servicios Técnicos de Apoyo a la Producción; 2) Servicios Financieros de Apoyo a la Producción; 3) Fondo de Apoyo a las Comunidades Aborígenes (FACA); 4) Organización y Administración del Proyecto.

La población-objetivo del proyecto a nivel de toda la región se estimó en 53 mil familias, incluyendo 10.550 familias indígenas. Los criterios utilizados para delimitarla fueron los siguientes: i) explotaciones de hasta 25 hectáreas y con ingresos netos que no superen los USD 2 500 anuales por familia; ii) colonos con títulos regularizados con lotes de menos de 25 hectáreas, que estén localizados en tierras que constituyen nuevas fronteras agrícolas de las provincias; y, iii) comunidades aborígenes.

Al igual que el PROINDER, la mayor parte de los fondos provenían de organismos internacionales de financiamiento. En el diseño original el costo total del PRODERNEA fue estimado en USD 36,4 millones. De esa cantidad, el Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA) aportaría aproximadamente USD 16,5 millones. Otros USD 8,3 millones provendrían del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), mientras que un total de USD 11 millones serían aportados por los Gobiernos Provinciales (Chaco USD 1,7 millones; Corrientes USD 3,2 millones; Formosa USD 2,7 millones; Misiones USD 3,4 millones) y USD 0,6 millones por la SAGPyA. No obstante, el costo total real del proyecto al cierre el 31 de diciembre de 2007 se redujo a USD 20,4 millones (FIDA, 2010) y el 75% de ese monto se ejecutó entre 2003 y 2007. La reducción de la partida inicial se explica, fundamentalmente, porque la parte del financiamiento que iba a cubrir el BID fue desviada, a pedido del gobierno argentino, para paliar emergencias sociales en el contexto de la crisis del 2001.

Tabla 1: Costos por categorías y componentes del PRODERNEA ejecutado (en miles de USD).

	Servicios Financieros	Servicios Técnicos	FACA	Organización y administración	TOTAL	% del TOTAL
Unidad Nacional de Coordinación	2230	2230	10,9
Unidad Provincial de Ejecución	2700	2700	13,2
Vehículos, máquinas y equipos	269	133	402	1,9
Servicios técnicos	5294	5294	26
Fondo de Desarrollo	6958	6958	34,2
Costos servicios financieros	192	192	0,9

FACA	1670	1670	8,2
Sin asignación	6	890	896	4,4
TOTAL	7156	5563	1670	5943	20343	100

Fuente: FIDA, 2009

Del Tabla 1 se desprende que solo el 8% de los fondos del Proyecto se destinaron al FACA (USD 1,67 millones) -revelando la importancia secundaria asignada el componente en relación a los otros objetivos del proyecto-, mientras que los servicios financieros representaron el 35% del presupuesto, los servicios técnicos el 27% y la organización y administración del programa insumieron casi el 30% de los fondos disponibles.

Con esa distribución, la población alcanzada de manera directa por el proyecto fue de 11.072 beneficiarios, de los cuales 5890 eran indígenas. A su vez, el 36% de los beneficiarios del componente FACA se incorporaron recién en el último año de ejecución (Tabla 2). Además, como el resto de los PDR, también el PRODERNEA requería de sus beneficiarios que se organicen en grupos para acceder a los subsidios. Así, a lo largo de los ocho años que estuvo vigente este programa se organizaron 520 grupos –con un promedio de siete integrantes por grupo–, y solo 15 de ellos eran organizaciones ya constituidas antes de aplicar para el programa. Particularmente, en el componente FACA los 5890 beneficiarios aborígenes se organizaron en 85 grupos de tamaño significativamente mayor –promedio de 69 beneficiarios por grupo–.

Tabla 2: Ritmo de incorporación de beneficiarios al PRODERNEA - 1999-2007

Año	Beneficiarios criollos de Crédito y Asistencia Técnica (1)	Beneficiarios de Capacitación (exclusivamente)	Beneficiarios Aborígenes (2)	Subtotal (1) + (2)
1999-2002	578	1424	709	1287
2003	174	481	1036	1210
2004	746	1682	442	1188
2005	964	4744	1054	2018
2006	1244	6657	539	1783
2007	171	741	2110	2281
TOTAL	3456*	1726	5890	1172

Fuente: FIDA, 2009.

*En realidad suman 3877, pero en 421 casos se trata de beneficiarios que accedieron a más de un crédito o asistencia técnica.

Por su parte, a nivel de cada provincia, la inversión total del programa en Chaco ascendió a la suma de U\$S 4.776.752 para el periodo 1999/2007, destinados a 1.754 beneficiarios, de los cuales 683 fueron "criollos" y 1.071 "aborígenes" (Tabla 3)

Tabla 3: Distribución de los fondos del PRODERNEA por Componente y por provincia

	Chaco	Corrientes	Formosa	Misiones	TOTAL
Población criolla					
Pobladores rurales de ambos sexos que recibieron capacitación, asistencia técnica y crédito	886	918	530	1036	3370
Pobladores rurales de ambos sexos que recibieron exclusivamente capacitación	100	6407	83	1865	8455
TOTAL	986	7325	613	2901	11825
Pobladores rurales por proyecto	5	7	10	6	6
Proyectos apoyados	179	141	52	160	532
Monto en USD de los créditos otorgados	1364104	1.715.806	1269214	1883311	6232434
Monto en USD de la asistencia técnica brindada	1063494	1267928	251781	905331	3488535
Crédito por proyecto aprobado	7621	12169	24408	11771	11715
Crédito por beneficiario	1540	1869	2395	1818	1849
Costo total por beneficiario (crédito y asistencia técnica)	2 740	3250	2870	2692	2885
Población Indígena (FACA)					
Proyectos aprobados	57	0	14	14	85
Pobladores aborígenes de ambos sexos que recibieron capacitación, asistencia técnica y subsidio	2840	0	1354	1696	5890
Proyectos productivos apoyados	22	0	4	12	38
Proyectos de infraestructura básica apoyados	35	0	10	2	47
Monto en USD de subsidios otorgados	1403252	0	302558	259150	1964961
Pobladores aborígenes por proyecto	50	-	97	121	69
Subsidios otorgados por proyecto	24618	-	21611	18511	23117
Subsidios otorgados por beneficiario	494	-	223	153	334

Fuente: FIDA, 2009.

Recordemos que el objetivo general respecto a las comunidades indígenas era brindar apoyo para “su autodesarrollo sostenido”. Para ello, los objetivos específicos para esta población eran: i) dar seguridad jurídica sobre sus territorios, midiendo, realizando la cartografía, y titulación de 400 000 hectáreas de tierras de las regiones indígenas; ii) proveer asistencia técnica para complementar y potenciar los conocimientos aborígenes en materia de diversidad productiva y gestión sostenible de los recursos naturales; iii) establecer un fondo rotatorio para apoyar microemprendimientos en las familias y comunidades, autoadministrado progresivamente por las propias comunidades; y iv) reforzar la cultura aborígen a través de la sistematización y divulgación de sus conocimientos. Como parte del cuarto objetivo, se preveía apoyar a dos escuelas alternativas para aborígenes de 14 a 20 años, una ubicada en El Colchón (Chaco), y la otra en Potrillo (Formosa). También se establecía la realización de un estudio en el terreno durante el primer año, para conocer detalladamente su situación y demandas (FIDA, 2009). Sin embargo, en la evaluación que realizó el FIDA al finalizar el proyecto, se indica que:

El diseño no tuvo en cuenta suficientemente las condiciones de extrema pobreza y la situación en cuanto a las NBI de esas comunidades, lo cual resultó en la necesidad de redireccionar el componente tras la reorientación a la creación de infraestructuras comunitarias, básicamente abastecimiento de agua. Estas inversiones absorbieron dos tercios del presupuesto del FACA (FIDA, op. cit., p. 33).

Ante este panorama, el FACA terminó aplicando USD 1.037.381 (el 62% del dinero destinado a este componente) a obras de infraestructura comunitaria, de las cuales el 96% se ejecutó en la Provincia de Chaco. Es decir, si la pretensión inicial del PRODERNEA era estimular emprendimientos productivos que se intuía las propias comunidades indígenas llevaban adelante, una vez en el campo la realidad mostraba la necesidad de encarar trabajos de infraestructura tales como caminos transitables, acceso al agua potable y la electricidad, para una población que carecía de servicios básicos o accedía a ellos de manera muy insuficiente. En otras palabras, las pretensiones del programa de impulsar actividades productivas chocaron con la condición de pauperismo consolidado en la que se encontraba esa fracción de la clase obrera rural. El subcomponente de mensura y titulación de tierras prácticamente no se ejecutó, tampoco se implementó el Fondo Rotatorio y no se realizó el estudio previsto para el primer año de ejecución. De los 85 proyectos aprobados que figuran en el Tabla 3, solo 38 correspondieron a proyectos productivos. Chaco concentró alrededor del 58% (22) de estos últimos, pero se trató fundamentalmente de actividades de autoconsumo:

huertas y frutales, maíz, mandioca, cría de ganado y de cabras. En menor medida y con una reducida capacidad de comercializar la producción, se apoyaron proyectos de apicultura y de elaboración de artesanías.

Con estas características y limitaciones, la evaluación final del FIDA señala que el impacto del FACA en relación a los ingresos monetarios de esta población

ha sido dispar. El principal impacto fue la posibilidad de acceso y manejo de dinero en los proyectos de artesanías y la incorporación de nuevos recursos para la economía familiar. En diciembre de 2005 las mujeres artesanas vinculadas a Proyectarte –en Formosa– no tenían ingresos monetarios fijos, sobreviviendo en base a programas públicos y de changas, salarios y pasividades del marido, padre y hermanos. En la actualidad, esta actividad representa un ingreso fijo mensual para las 25 comunidades Wichi del circuito Cháguar de Ramón Lista (358 artesanas), y para las 10 comunidades Toba del circuito lana del Departamento Bermejo (103 artesanas) (...) En el caso del proyecto de artesanías Qomlepeshi de la comunidad Toba de Pampa del Indio, Chaco, si bien no tienen cuantificado el ingreso mensual, la actividad les ha dado la posibilidad de generar ahorro, tal que han abierto una caja de ahorro en una cooperativa del lugar que les permite continuar la producción post PRODERNEA (Ibid., p. 45).

Si bien se resalta la generación de ingresos dinerarios a través del programa, uno de los estudios encargados por el PRODERNEA para estimar los impactos de las acciones del proyecto indicaba en 2008 que los proyectos de artesanías, mayoritarios dentro de los encarados por la población indígena, eran una fuente de ingresos muy exigua:

los ingresos por ventas alcanzan a todas las mujeres que integran la organización de artesanas; este monto es percibido en virtud del volumen de producción, por lo que varía de beneficiaria en beneficiaria y no constituye una suma fija para ninguna de ellas. Su cobro se realiza periódicamente y la cuantía tiene un rango muy amplio, generalmente bajo, que va de 7 a 10 pesos mensuales (KREMENCHUTZKY, 2008, p. 85).

Por último, los propios promotores del PRODERNEA, evaluaban que las actividades impulsadas tenían pocas perspectivas de continuarse una vez finalizado el financiamiento del Programa:

la viabilidad de los proyectos productivos aparece como especialmente frágil para el futuro, tanto por los desafíos que implica la complejidad de los PI [Pueblos Indígenas] y la necesidad de una atención muy específica, como porque la acción del proyecto estuvo basada en subsidios que ahora han sido cancelados (FIDA, op. cit., p. 54).

Consideraciones finales

A lo largo del trabajo vimos cómo desde la década de 1980 en adelante se implementaron en nuestro país Programas de Desarrollo Rural en un contexto marcado por la aceleración del proceso de concentración y centralización de capital en el agro. Se trató de una intervención estatal, acompañada por organismos internacionales de financiamiento, ante una situación en la cual los porcentajes de pobreza rural han sido históricamente más altos que los urbanos, aunque, vale aclarar, la mayor parte de la población pobre tiene residencia urbana (MURMIS, 2001). En ese sentido, los PDR venían a mitigar los efectos de esta tendencia y su impacto en los índices de desempleo en las zonas urbanas, en un contexto que se caracterizaba por la expulsión de miles de los productores más ineficientes y la destrucción masiva de puestos de trabajo ante el avance técnico en las diferentes ramas del agro. Para ello, se focalizaron en los llamados “pequeños productores pobres” o más genéricamente “pobres rurales”, entre los que quedaban incluidos, con tratamiento especial, los integrantes de comunidades indígenas. Su pretendida finalidad era impulsar actividades productivas que permitieran a sus beneficiarios garantizar un proceso de acumulación en el interior de los predios que mantenían. Sin embargo, hemos mostrado el carácter limitado de estos programas, reflejado en parte en la evolución de los mismos en cuanto al carácter de los fondos destinados, que pasan de ser principalmente créditos con retorno a subsidios no reembolsables. Vimos en particular en el caso del PRODERNEA, con mayor incidencia sobre Chaco, que los proyectos impulsados se relacionaron con obras de infraestructura para permitir el acceso a servicios básicos y los emprendimientos productivos se redujeron en su mayoría a actividades de autoconsumo, que generalmente se sostuvieron únicamente mientras duró el financiamiento externo. Terminado el programa, los proyectos rara vez persisten.

Destacamos también la implementación de largo plazo de estos programas, que atraviesan diversas gestiones de gobierno. Contrariamente a lo que suele afirmarse, podemos indicar una continuidad en la concepción estatal de la asistencia social entre los gobiernos llamados “neoliberales” durante los noventa y los gobiernos “populistas” que se suceden con el inicio del siglo XXI. No solo se mantienen los mismos programas, sino también se observa que se mantienen los mismos criterios en términos de focalización, de los organismos financiadores y del rol subsidiario del Estado.

En relación con todo lo anterior, sostenemos como hipótesis a desarrollar en futuros trabajos, que la función de los PDR –muchas veces implícita en las evaluaciones institucionales de estos programas- parece estar dirigida a frenar o ralentizar la migración de población sobrante para el capital del ámbito rural a las ciudades. Queda pendiente aún un trabajo más detallado de los impactos de cada uno de los PDR sobre sus beneficiarios, y en particular,

sobre las comunidades indígenas. Su dificultad radica en las propias características de los programas, aplicados sobre una gran diversidad de pequeños grupos, en base al criterio de la focalización y en la tercerización de su aplicación en organismos de la sociedad civil y escapa a los límites de este artículo. No obstante, podemos señalar algunos elementos para el caso de la provincia de Chaco. La implementación de estos programas para las comunidades indígenas, se dio en simultáneo con una política de entrega y titularización de tierras en propiedad comunitaria, que se inscribió dentro de las pautas fijadas tanto por la legislación nacional y provincial como en los diferentes tratados internacionales que versan sobre la problemática indígena y que nuestro país ha ratificado (AUTOR, 2018). Formalmente, establecen como interés nacional la atención y apoyo a los aborígenes y a las comunidades indígenas existentes en el país, y su defensa y desarrollo para su plena participación en el proceso socioeconómico y cultural de la nación, respetando sus propios valores y modalidades. Para ello, se deberían implementar planes que permitan su acceso a la propiedad de la tierra y el fomento de su producción, la preservación de sus pautas culturales en los planes de enseñanza y la protección de la salud de sus integrantes. Los resultados alcanzados en particular por el PRODERNEA en Chaco, muestra por el contrario las dificultades de ese horizonte y cómo se vio reducido a garantizar condiciones mínimas de vida a una población que ha sido expulsada del sistema productivo y sobrevive fundamentalmente a partir de planes sociales de asistencia a la pobreza.

Referencias

AUDITORÍA GENERAL DE LA NACIÓN. **Informe de Auditoría sobre el Programa Social Agropecuario**. Disponible en: https://www.agn.gov.ar/informes/informesPDF2005/2005_050.pdf

AUDITORÍA GENERAL DE LA NACIÓN. **Informe de Auditoría sobre los estados financieros del "Proyecto de Desarrollo Rural de las Provincias del Nordeste Argentino"**. Contrato de préstamo N° 417-AR FIDA, 2008.

ACUÑA, C.; KESSLER, G.; REPETTO, F. Evolución de la política social argentina en la década de los noventa: Cambios en su lógica, intencionalidad y en el proceso de hacer la política social, **Proyecto Self-Sustaining Community Development in Comparative Perspective**, 2002.

BARSKY, O.; GELMAN, J. **Historia del Agro Argentino**. Desde la Conquista hasta fines del siglo XX, Sudamericana, Buenos Aires, 2009.

CERVERA NOVO, J. P. **La cuestión indígena en la Argentina**, un estudio de actualización. Serie Estudios e Investigaciones N°25, PROINDER, 2010.

DESALVO, M. A. **¿Campesinos u obreros?** Un estudio actual sobre la llamada población campesina de Santiago del Estero (2009-2012). Tesis de Doctorado no publicada, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales, 2013.

FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRÍCOLA (FIDA). **Proyecto de Desarrollo Rural de las Provincias del Nordeste (PRODERNEA)**. Evaluación final. 2009

GOBIERNO DEL CHACO. MINISTERIO DE LA PRODUCCIÓN. **Propuesta de Estrategia de Salida para PRODERNEA**. Coordinación Provincial Chaco – PRODERNEA, 2005.

GOLLUSCIO, L. **Los Pueblos Indígenas que viven en Argentina**. Informe de actualización del año 2002, Serie Documentos de Capacitación N° 5, Secretaría Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos, 2008.

KREMENCHUTZKY, S. **Valorar y aprender**. Evaluación participativa de las acciones del PRODERNEA destinadas a la población aborigen. PRODERNEA–CRISOL. Buenos Aires, 2008.

LATTUADA, M.; NOGUEIRA, M. E.; URCOLA, M. Rupturas y continuidades en la gestión del desarrollo rural: consideraciones acerca del rol del estado (1991-2011). **Revista Avá N°21**. Posadas, Misiones, 2012.

MANZANAL, M. Los programas de Desarrollo Rural en la Argentina (en el contexto del ajuste macroeconómico neoliberal). **EURE Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales** N°78, Univ. Católica de Chile, 2000.

MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (comps). **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**, Ed. Ciccus, Buenos Aires, 2006.

MANZANAL, M.; VILLAREAL, F. **El desarrollo y sus lógicas en disputa en territorio del norte Argentino**. Ediciones Ciccus, Buenos Aires, 2009.

MANZANAL, M.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural en Argentina y Brasil (análisis comparativo, 1990-2010). **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios** N° 34, 2011 Pp. 35-71.

MARX, K. **El Capital**, Tomo 1, Vol. 3 Cap 23, Siglo XXI editores, 2004.

MINISTERIO DE ECONOMÍA Y PRODUCCIÓN, Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos. Dirección de Desarrollo Agropecuario. PROINDER. **Los programas de desarrollo rural ejecutados en el ámbito de la SAGPyA**. Serie Estudios e Investigaciones 1. 2003.

MINISTERIO DE PRODUCCIÓN, Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos. **Proyecto de Desarrollo de pequeños Productores Agropecuarios** (PROINDER Adicional). 2009.

MURMIS, M. **Pobreza rural. Diversidad de situaciones ocupacionales**. Serie Documentos de Formulación, Dirección de Desarrollo Agropecuario, PROINDER. Manual operativo, tomo n° 1, marzo 2009.

NEIMAN, G. Empobrecimiento y exclusión. Nuevas y viejas formas de pobreza rural en la Argentina. **Pobres, pobreza y exclusión social**, CEIL-CONICET, Buenos Aires, 2000.

NEIMAN, G. Pobreza, políticas sociales y desarrollo rural. Algunas evidencias de su relación a partir de la experiencia argentina, en Manzanal, M. G. Neiman (comps.): **Las agriculturas familiares del Mercosur**. Trayectorias, amenazas y desafíos. Ed. Ciccus, 2010.

ROFMAN, A. Modernización productiva y exclusión social en las economías regionales". En **Revista Realidad Económica**, nº162. Instituto Argentino para el Desarrollo Económico. Bs.As. 1999.

WEINBERG, M. Descubriendo el Desarrollo: Políticas de Estado y Política Indígena en el Noroeste Argentino. ¿Una nueva era post-neoliberal? **Revista Perspectivas de Políticas Públicas** Año 3 N° 5, Julio-diciembre, 2013.

Sobre o autor

Roberto Muñoz – Graduação em Sociologia pela Universidad de Buenos Aires. Doutorado em História pela Universidad de Buenos Aires. Bolsista de pós-doutorado do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) con sede de trabalho no Instituto de Investigación en Humanidades y Ciencias Sociales (IdIHCS-UNLP-CONICET) e investigador en el Centro de Estudios e Investigación en Ciencias Sociales (CEICS). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1232-9853>

Como citar este artigo

MUÑOZ, Roberto. Los Programas de Desarrollo Rural y las "Comunidades Indígenas" en la provincia de Chaco, Argentina – 1990-2008. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 143-165, mai.-ago., 2020.

Recebido para publicação em 19 de dezembro de 2019.
Devolvido para a revisão em 14 de fevereiro de 2020.
Aceito para a publicação em 04 de março de 2020.

“Del otro lado del alambrado”: conflictos territoriales y lucha por la tierra de los campesinos indígenas Qom en el Chaco argentino

Julia Lucía Colla

Universidad Nacional del Litoral (UNL) – Santa Fé, Santa Fé, Argentina.
e-mail: julialcolla@gmail.com

Resumen

Este artículo reúne las experiencias de trabajo colectivo y resultados de cartografía social sobre conflictos territoriales de los campesinos pertenecientes al pueblo originario Qom que habitan los parajes rurales de la localidad de Pampa del Indio, provincia de Chaco (noreste de Argentina). Se ubican y analizan, desde una perspectiva socio-histórica, los conflictos territoriales –legales, de despojo reciente y ambientales- que acontecen allí en relación al nuevo avance de las fronteras del capital. Al respecto se reflexiona sobre la manera en que los indígenas dirimen estos problemas en el terreno jurídico y burocrático pero también con el despliegue de estrategias etnopolíticas a través de movimientos sociales, como la Federación Nacional Campesina. Allí apelan a la toma de tierras como estrategia para visibilizar colectivamente los reclamos y poder demandarla en un escenario de mayor autonomía de acción y en otras condiciones políticas.

Palabras clave: Campesinos indígenas; conflictos territoriales; cartografía social.

“Do outro lado da cerca”: conflitos territoriais e luta pela terra dos camponeses indígenas Qom no Chaco argentino

Resumo

Este artigo reúne as experiências de trabalho coletivo e os resultados da cartografia social sobre os conflitos territoriais de camponeses pertencentes aos Qom, povos indígenas que habitam as zonas rurais de Pampa del Indio, província do Chaco (Argentina). A partir de uma perspectiva sócio-histórica, são localizados e analisados os conflitos territoriais - legais, de desapropriações recentes e ambientais - que aí ocorrem em meio ao novo avanço das fronteiras do capital. Neste sentido, reflete-se sobre como os indígenas dirimem esses problemas no terreno jurídico e burocrático, mas também a implementação de estratégias de etnopolíticas através de movimentos sociais, como a Federação Nacional Campesina, onde apelan a apreensão de terras como uma estratégia para coletivamente tornar as reivindicações visíveis e exigi-las em um cenário de maior autonomia de ação e em outras condições políticas.

Palavras-chave: Camponeses indígenas; conflitos territoriais; cartografia social.

“On the other side of the fence”: territorial conflicts and political struggle for the land of the indigenous peasants in Argentine, Chaco

Abstract

This article gathers the experiences of collective work and results of social cartography on territorial conflicts of the indigenous peasants belonging to the native Qom people. They live in the rural areas of Pampa del Indio, province of Chaco (northeast of Argentina). From a socio-historical perspective, it is located and analyzed the territorial conflicts (especially the legal, ecological and recent dispossession conflicts) that take place there in relation to the

recent advance of capitalism. In this sense, it is pondered on the way in which the indigenous people settle these problems in the legal and bureaucratic terrain but also with the deployment of ethnopolitical strategies through social movements, such as the “Federación Nacional Campesina”. There, they appeal to the land seizure as a strategy to collectively make claims visible and to demand them in a scenario of greater autonomy of action and in other political conditions.

Keywords: Indigenous peasants; territorial conflicts; social cartography

Introducción

Este artículo presenta los resultados de un trabajo colectivo de cartografía social sobre los conflictos territoriales que tienen los campesinos pertenecientes al pueblo originario Qom de la localidad de Pampa del Indio (Chaco, Argentina)¹. Especialmente se ubican, caracterizan y analizan, desde una perspectiva socio-histórica, los problemas de límites y apropiaciones, legales y ambientales que tienen estas poblaciones en relación - directa o indirecta- al nuevo avance de las fronteras del capital.²

Imagen 1: Ubicación de la localidad de Pampa del Indio Ubicación de Pampa del Indio, provincia de Chaco (Argentina).



Fuente: Elaboración propia a partir de documentos del Instituto Geográfico Nacional.

1 La provincia de Chaco se encuentra ubicada en el noreste de Argentina. La localidad de Pampa del Indio está situada en el extremo norte del departamento Libertador General San Martín a 217Km de la capital provincial, Resistencia.

2 Este trabajo fue financiado a través de una Beca Doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Asimismo, el movimiento social “Federación Nacional Campesina” aportó recursos económicos y logísticos para la adquisición de la información catastral oficial y realizar el relevamiento territorial.

El grupo étnico Qom pertenece a la rama lingüística guaycurú y representa el 74,5% de la población indígena de la provincia. Además, posee el mayor índice de desplazamiento territorial y éxodo rural interno de la región del noroeste argentino (NEA).³

Durante gran parte del siglo XX, y con posterioridad a las campañas militares y el sometimiento de los indígenas, estos pueblos conformaron un escenario bastante típico de las economías regionales del norte argentino: en los ciclos del período algodónero fueron incorporados como trabajadores temporales asalariados para la carpida y cosecha manual. Mientras que el resto del año permanecían en sus territorios –reconocidos y adjudicados por el Estado- con posibilidades de realizar una producción agraria de subsistencia, con prácticas de caza y recolección en el monte. Sin embargo, esta doble condición de trabajadores con una *relativa* campesinización comenzó a desarticularse hacia mediados de la década de 1990.⁴

Sucede que la apertura de un nuevo ciclo de acumulación de capital a nivel nacional habilitó las inversiones para la producción a gran escala de *commodities* (principalmente soja, maíz, trigo y ganadería) y la intensificación de proyectos extractivistas vinculados a la actividad forestal. Esto permitió que se expandieran las actividades agroindustriales desarrolladas en la Pampa Húmeda hacia zonas consideradas “periféricas” de estos procesos, como la provincia de Chaco. Allí, el avance se caracterizó por la profundización y desarticulación de la matriz agrícola regional del algodón, la ampliación de la superficie productiva, una mayor concentración de la propiedad de la tierra y la aparición de nuevos actores sociales (BRODERSOHN, VALENZUELA, SLUTZKY, 2009).⁵ Asimismo, se intensificaron las acciones de mercantilización de la naturaleza (a través del desmonte y la valoración de recursos) y los niveles de violencia, producto de las disputas geopolíticas por el control y apropiación del territorio.

En las poblaciones indígenas, esta transformación produjo una situación de *doble exclusión* que desarticuló su reproducción social dentro y fuera de sus territorios. Por un lado, por el desplazamiento de mano de obra manual en la carpida y cosecha del algodón debido a la mecanización del cultivo y la desregulación estatal para fijar pautas de comercialización (para los productores que tenían una explotación de pequeña escala). Por otro lado, el avance en la privatización y cercamiento de tierras fiscales generó dificultades

³ El 3,9% de la población de la provincia del Chaco se reconoce indígena (superando la media nacional de 2,4%). De esto, el 74,5% se auto reconoció perteneciente al pueblo Qom, el 11,2% al Wichí y el 9,4% al Mocoví (Fuente: INDEC, 2015).

⁴ Nos referimos a una *campesinización relativa* ya que su economía doméstica se basaba en otras actividades (caza y recolección) no necesariamente vinculadas a la producción de alimentos. Asimismo, indicamos este adjetivo para diferenciar estas poblaciones de otras campesinas tradicionales con prácticas productivas milenarias –como los que habitan en la zona andina del país-.

⁵ En la provincia de Chaco la evolución de la superficie sembrada de algodón fluctuó en 1995/1996 de 611.930 hectáreas (Ha) sembradas con algodón a 85.000 Ha en 2002/2003. Esto fue acompañado del aumento de otros cultivos como la soja y el girasol que aumentaron 170.000 y 280.000 Ha respectivamente en 1999/00 y 253.000 y 586.000 en la campaña 2004/2005 (BRODERSOHN, VALENZUELA, SLUTZKY, 2009).

para desarrollar la vida comunitaria por la falta de acceso y control de los recursos naturales. Asimismo, sufrieron la vulnerabilidad en el cumplimiento de derechos específicos para dirimir sus conflictos (apropiaciones de tierra con el consecuente desalojo por parte de civiles o fuerzas de seguridad, entre otros).

Actualmente en la zona de estudio viven unas 2244 familias en pequeñas parcelas de tierra (CENSO, 2018). En su mayoría se encuentran en situación de indigencia, con graves condiciones sanitarias y alimentarias. Sus prácticas de reproducción social se tradujeron en la utilización de los recursos económicos de la asistencia estatal (Asignación Universal por Hijo –AUH-, pensiones por discapacidad, planes sociales, entre otros) para cubrir gastos mínimos de subsistencia y en el aprovechamiento de insumos para la producción que brindan organismos estatales (como el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria –INTA-). En los últimos años, muchas de ellas se han incorporado a los movimientos sociales que existen en la zona, como la Federación Nacional Campesina (FNC). La misma despliega estrategias etnopolíticas para que los indígenas puedan permanecer en esos espacios rurales y mejorar sus condiciones de vida. Esto se traduce en las tomas de tierra, resistencia a los desalojos, la conformación de prácticas productivas de gestión comunitaria, entre otros. Como consecuencia de ello, se observa una creciente conflictividad en los territorios que se plantea cada vez más intensa, con distintos grados de violencia y en demanda de resarcimiento histórico hacia los pueblos originarios. Viene acompañado, además, de un creciente activismo campesino que mantiene profundas reivindicaciones étnicas.

Esta situación visibiliza un sujeto que ha sido marginal dentro de los estudios sociales agrarios en Argentina.⁶ Además demanda nuevos enfoques interpretativos que permitan superar las posturas esencialistas y culturalistas de las comunidades indígenas y aquellas que desvinculan la relación entre el origen étnico y la posición de los sujetos en la estructura social.⁷ En este sentido, este artículo considera que las relaciones interétnicas se presentan como contradicciones marcadas por la condición de clase y etnia en un contexto de dominio/sometimiento (VÁZQUEZ, 2000; TRINCHERO, 2007). Con esta afirmación no se busca plantear lo étnico como una etapa provisional y transitoria hacia otra de tipo clasista, tampoco, como un solo "reflejo" de esta última. Sino que se recupera la noción de clase para pensar la producción de subjetividades en experiencias de dominación e inscripción en lugares históricamente constituidos (THOMPSON, 1989; GORDILLO, 2006). De esta

⁶ A diferencia de otros países latinoamericanos las problemáticas campesinas e indígenas en Argentina han tenido un lugar marginal dentro de la cuestión agraria. Entre otros motivos, por la centralidad de la región pampeana en los estudios rurales asociada a la empresa familiar capitalizada -los chacareros-. (GIARRACCA, 2017). Sin embargo, en los últimos años surgieron enfoques teóricos tendientes a recuperar el concepto de campesino y visibilizar su existencia en el país (GEPcyD, 2011).

⁷ Para una crítica a los diferentes enfoques de interpretación consultar DÍAZ POLANCO (1981) y TRINCHERO (2007).

manera, se habilita la construcción permanente de formas de identidad a partir de factores históricos concretos y en diferentes escalas (condiciones económicas comunes, proyectos políticos compartidos o componentes étnicos) (DÍAZ POLANCO, 1981)⁸. Esto permite, por un lado, analizar la lucha etnopolítica que se desarrolla dentro del movimiento social y la construcción de *etnicidad*. Esta última es entendida como la expresión política de la identidad étnica, que se manifiesta en las conductas y demandas que articulan los campesinos indígenas para defender su territorio (VÁZQUEZ, 2000). Y por el otro, discernir las “fricciones intra e interétnicas” generadas en las situaciones de contacto entre los diversos sectores sociales para pensar en posibles alianzas políticas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1963).

De aquí que este estudio permite identificar el fundamento de la conflictividad en estos espacios rurales. El mismo no es otro que el enfrentamiento de intereses y racionalidades contrapuestas en el plano de relaciones sociales asimétricas. Es decir, nos encontramos frente a un espacio geográfico de “frontera” respecto de los límites alcanzados a través del despojo y la nueva producción capitalista y en territorios donde se mixturán diversos modos de vida, diferentes de los hegemónicos. Aquí se disputan diversas lógicas; por un lado, la de los campesinos indígenas, que reivindican un modo de vida con un sustrato colectivo basado en las relaciones de parentesco, con una concepción indivisible de la tierra y con una visión no instrumental de explotación de los ríos y el monte. Y la del capital, que se sustenta bajo parámetros de racionalidad y productividad ancladas en relaciones de exclusión social, explotación y apropiación de los recursos para la acumulación.

En efecto, este vínculo contradictorio entre capitalismo y campesinado es clave para pensar las consecuencias del avance actual de las fronteras agroindustriales en regiones extrapampeanas y el futuro de estos sujetos en el ámbito rural. Asimismo, permite indagar las formas en que estas relaciones pugnan, en desigualdad de condiciones, para sobrevivir en los territorios de hegemonía capitalista.

Para cumplir con estos cometidos, se realizó un trabajo de cartografía social en el año 2017 en los parajes rurales de Pampa del Indio. Los resultados de este relevamiento se presentan de la siguiente manera: en principio, se describen las decisiones metodológicas y las técnicas utilizadas. Luego, se realiza una breve descripción de los sectores sociales identificados en el conflicto desde una perspectiva socio-histórica y a partir de los cambios en el parcelamiento y disposición del territorio. En un tercer punto se analiza la territorialidad indígena construida en aquel espacio y sus consecuencias a partir del proceso de

⁸ Concebimos a la identidad étnica como un componente de la identidad colectiva que se encuentra sujeta a las contradicciones materiales y simbólicas dentro de un campo de relaciones interétnicas. La misma está basada en las experiencias de dominio/sometimiento en el seno de una formación histórico social (VÁZQUEZ, 2000).

privatización y cercamiento de tierras. Las siguientes tres secciones están centradas en describir los conflictos territoriales que hemos organizado por temáticas: las situaciones de apropiaciones y despojo de tierras; la inseguridad jurídica y los problemas legales de propiedad de dominio y los conflictos ambientales. Por último, se reflexiona sobre las estrategias políticas de resistencia de los campesinos indígenas nucleados en la FNC en relación a la toma de tierras y la resistencia a los desalojos.

Reflexiones metodológicas y decisiones para el trabajo en campo

Utilizamos la cartografía social para georeferenciar conflictos territoriales en una zona rural considerada de frontera respecto del desarrollo del nuevo ciclo del capital. Las experiencias de relevamiento se llevaron a cabo en el año 2017 en distintos espacios cercanos al pueblo de Pampa del Indio. Presentamos particularmente los resultados de los parajes de Campo Medina y Lote 4. Allí habitan 329 familias que en su mayoría pertenecen a la etnia Qom e integran el movimiento social FNC.

Este último tuvo su origen en 2010 en la provincia de Chaco a partir de la confluencia de distintas organizaciones políticas. Ya en el 2003, las familias indígenas crearon la agrupación "Unión Campesina" en Campo Medina, que luego se uniría a la FNC junto con otras de la zona como la Asociación Cacique Taigoyic (CT) y la Comisión Zonal de Tierras (CZT). De manera significativa, los Qom que habitan aquí se encuentran nucleados en algunas de estas tres organizaciones, llegando a movilizar a más de 1000 personas en sus distintas acciones colectivas. Por lo tanto, con los recaudos metodológicos que esto amerita, equiparamos la noción de "comunidad Qom" al grupo étnico que conforma este espacio político. Asimismo, el actual dirigente político de la organización pertenece a la CZT y trabaja específicamente con la problemática de tierras. A partir de su participación activa en el relevamiento, nos brindó información y documentación clave sobre reordenamientos territoriales recientes y apropiaciones ilegales denunciadas por dicho espacio.

El método de trabajo consistió en la producción participativa de mapas en los cuales campesinos indígenas plasmaron su percepción sobre su territorio; los ríos, caminos, cementerios, instituciones (dispensario, Iglesias, escuelas), límites entre las parcelas familiares y los conflictos evidenciados desde su experiencia personal o familiar. Esta representación gráfica, subjetiva y material del contexto socio-cultural fue relevada a través de la georeferenciación en recorridos *in situ* en la zona y luego plasmada en un plano inicial elaborado a través del Sistema de Información Geográfica (SIG). Con posterioridad, se adquirieron mapas catastrales y datos dominiales en el registro de la propiedad de la provincia de Chaco. En los cuales se accedió a identificar propietarios de las parcelas, fechas de adjudicación, límites legales, entre otros.

Las imágenes que presentamos en este artículo son producto de superponer las gráficas oficiales y los mapas temáticos elaborados en el trabajo de campo. Esta estrategia permitió visibilizar las porciones de tierra que no correspondían a las disposiciones legales (problemas de apropiaciones) y analizar la interpretación del espacio por parte de los participantes en el proyecto. Como referencia hacemos alusión a las “parcelas” para focalizar el análisis en el control, dominio y uso de la tierra que tienen los sujetos en relación a su condición económica, social e interétnica, más allá de la legalidad o no de la propiedad que ocupan o las características productivas de las mismas.

Es necesario destacar que al momento de unir ambos gráficos, encontramos que las representaciones que poseen los campesinos indígenas sobre su espacio de vida se asemejan con las oficiales. Esto podría explicarse por la relación histórica que mantuvieron estas comunidades con la lógica estatal (parcelamiento individual del territorio indígena, trámites burocráticos para acceder a los permisos y títulos de dominio). Pero también, por su participación activa en los procesos de reordenamiento. Por caso, en la adjudicación definitiva de sus parcelas en la década de 1980, las familias decidieron sobre la continuidad de la propiedad individual o el traspaso de las mismas a la modalidad comunitaria, a la par que señalaron los cementerios indígenas y sus límites parcelarios para la instalación de mojones fronterizos. Por lo tanto, no nos encontramos frente a pueblos originarios “aislados” de las construcciones simbólicas hegemónicas, sino que mantienen relaciones contradictorias entre las disposiciones estatales y las territorialidades construidas en estos espacios. Esto se manifiesta en el uso de su territorio y en las representaciones plasmadas en los mapas.

Asimismo, destacamos las potencialidades que permite la cartografía social para ubicar los conflictos con perspectiva geo-histórica. Recorrer las zonas de relevamiento junto con los informantes permitió visibilizar problemas de límites parcelarios con otros sujetos que no habían sido considerados en los objetivos iniciales del proyecto. Esto abrió nuevos interrogantes y preguntas para futuras indagaciones sociales y territoriales. Una vez finalizado el diseño y dibujo de los mapas fue entregada a la comunidad la totalidad de la información recolectada para la planificación de acciones políticas y territoriales.

Por último, se realizaron una decena de entrevistas a pobladores de la zona: hombres y mujeres entre 30 y 60 años habitantes de las zonas, miembros de la FNC y con experiencias personales y familiares sobre conflictos en sus tierras. Determinados extractos de las mismas fueron utilizados en este artículo para ilustrar las problemáticas analizadas. Asimismo se utilizaron informantes claves (técnicos de INTA, abogados especializados en derecho indígena, integrantes del Instituto de Tierras de la provincia de Chaco y dirigentes de las organizaciones políticas involucradas en el relevamiento) quienes contribuyeron a fortalecer la información recolectada en los mapas.

Los sectores sociales en conflicto

A continuación presentamos un breve análisis de los sectores sociales identificados en el conflicto territorial (esto no excluye la posible existencia de otros grupos, como la de trabajadores agrícolas). La selección fue realizada a partir de información recolectada de las entrevistas sobre experiencias de vida entre los indígenas y sus vecinos. A partir de allí se construyeron tipologías, desde la perspectiva teórica de las clases sociales, que fueron luego analizadas dentro de la estructura social de la zona.

Los "Grandes empresarios": En primer lugar se encuentra el grupo que engloba a terratenientes y capitalistas.⁹ Al respecto, identificamos dos latifundios pertenecientes a Cabaña y Estancia "Don Panos" (grupo Unitec Agro S.A.) y "La Leonor" (de la firma "Las Lilas"). Cada una de ellas posee más de 100.000 hectáreas ubicadas en la zona norte de la provincia de Chaco y sur de Formosa. El lugar donde se encuentran es parte del territorio apropiado a los indígenas durante la campaña militar de 1884. Aquellas tierras fueron adjudicadas en ese momento a las familias Sinclair, Hardy -también propietaria del Ingenio Las Palmas del Chaco Austral- y Hirsch -"La Leonor" perteneciente a la empresa COMEGA S.A. del grupo económico Bunge&Born- (SCHALLER, 1986). Con posterioridad, hacia la década de 1990, pasaron a manos de sus actuales propietarios.

El espacio bajo estudio comprende la franja oeste de la propiedad perteneciente a Unitec Agro S.A. Esta forma parte de Corporación América, uno de los *holdings* más grandes del país del empresario Eduardo Eurnekian.¹⁰ "Don Panos" se especializa en agricultura y ganadería e impulsa la investigación en genética para el "mejoramiento" de fibras y ganado (raza Brangus, Bradford y Bonsmara). Cuenta con maquinaria de siembra directa, uso de riego mecanizado y otras tecnologías de última generación. Sin embargo, este sector geográfico, ha mantenido en los últimos años una producción agraria discontinua. Esto se vincula con las fluctuaciones de los mercados en relación con los precios de las *commodities* y el desarrollo de la ganadería en la zona.

Identificamos a esta empresa dentro del mapeo de conflicto territorial por la violencia física ejercida hacia los pobladores de la zona, las fumigaciones con agrotóxicos realizadas en el perímetro cercano a la comunidad y por el cercamiento del cementerio indígena ubicado dentro de aquel predio.

Los "sectores de escala media": En estos grupos se encuentra un conglomerado heterogéneo de campesinos tradicionales (denominados "criollos" por los indígenas) y chacareros de origen pampeano que han arribado recientemente a la zona (también

⁹ Respecto a los terratenientes capitalistas se caracterizan por tener la propiedad de la tierra y organizar ellos mismos la producción.

¹⁰ Según la información catastral existen cuatro propiedades diferentes bajo la modalidad de Sociedad Anónima y hemos logrado vincular a tres de ellas con este grupo empresarial.

llamados “gringos”). Entre los primeros, se trata de descendientes de inmigrantes extranjeros y mestizos provenientes del noroeste argentino que llegaron allí durante el proceso de formación del pueblo de Pampa del Indio (principios de siglo XX). Se asentaron en sus inmediaciones a partir de adjudicaciones de tierras estatales que promediaban las 100 hectáreas (Ley provincial N°471). Estas explotaciones familiares funcionaron durante el ciclo algodonero (1930-1990) y recurrieron temporalmente a la fuerza de trabajo asalariada para la carpida y cosecha, que provenía principalmente de los vecinos aborígenes.

Buena parte de este sector ha encontrado serias dificultades para superar la crisis del algodón durante los años '90 y las condiciones que supuso la reconversión a la ganadería.¹¹ En determinados casos, esto repercutió en el abandono de la actividad productiva y de sus campos. Hoy día poseen conflictos familiares para dirimir las sucesiones y la imposibilidad de subdividir su parcela (en relación a la productividad/escala). Esto deriva en que algunos propietarios opten por el arrendamiento o la venta del predio a productores ganaderos no locales, los chacareros de origen pampeano, quienes aprovechan estas inversiones sustentadas en el relativamente bajo valor de la tierra en relación a otras regiones.

Asimismo, dentro de este conglomerado social, identificamos un subgrupo de campesinos empobrecidos quienes actualmente viven en sus parcelas con producciones de autosubsistencia (denominados “criollos pobres” por parte de los Qom). Actualmente, algunos de ellos forman parte de la Federación Nacional Campesina. En trabajos previos, analizamos que su participación dentro de la organización permitía que la lucha etnopolítica y el aprovechamiento de legislaciones específicas, trascienda lo indígena y beneficie a otros actores sociales -no indígenas- (AUTORA, 2015).

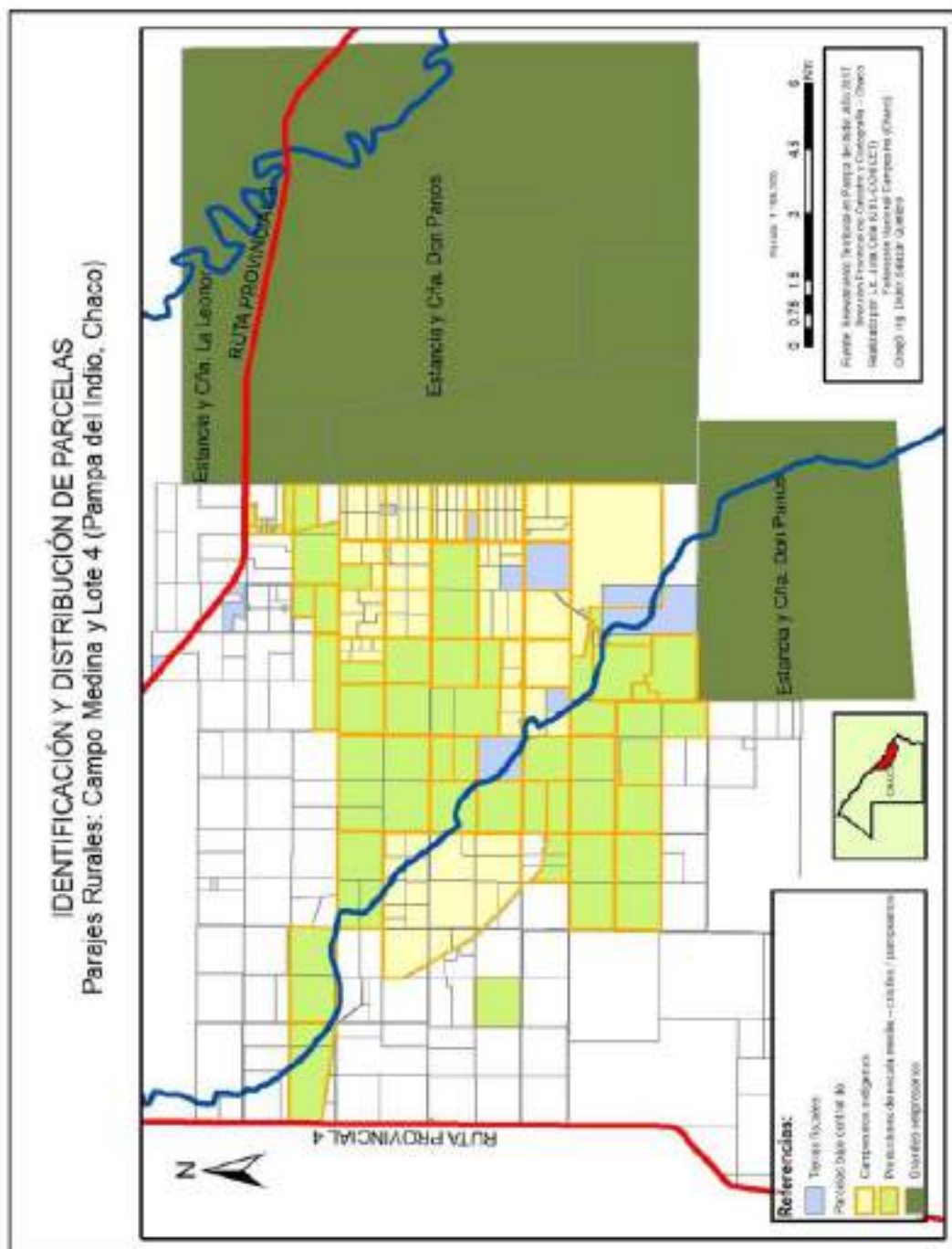
Todos los grupos aquí analizados se incorporaron al mapeo de conflicto territorial ya que es en este sector social donde más se manifiesta –explícita o implícitamente y en diferentes grados- las prácticas racistas hacia los pueblos originarios. Esto se evidencia en los relatos de los Qom sobre sus experiencias laborales y se materializa en las apropiaciones de tierra, desmonte dentro de parcelas indígenas, amenazas y desalojos por parte de fuerzas no oficiales, cercamiento de cementerios, entre otros.

Los campesinos indígenas Qom: El espacio que habita esta comunidad atravesó por una construcción particular en relación a la confluencia de indígenas, territorio, Estado y capital. En términos analíticos, nos referimos a dos procesos históricos específicos. Por un lado, hacia inicios del siglo XX, y con posterioridad al avance de fronteras militares y

¹¹ En estos sectores, la crisis del algodón se produjo, entre otros motivos, por la desregulación estatal para fijar precios mínimo sostén y por la incorporación de tecnología de siembra directa que demandó una mayor extensión de tierra de aquellas 100 Ha promedio que poseían. En este sentido, la reconversión a la ganadería se planteó como una estrategia para mantener la productividad por escala, por los requerimientos de espacio de actividad.

sometimiento de los grupos étnicos, diversas familias extendidas asentadas en el actual pueblo de Pampa del indio accedieron al reconocimiento de su territorio por parte del Estado.¹²

Imagen N°2: Mapa de identificación y distribución de parcelas.



Fuente: Elaboración a partir de Relevamiento territorial en Pampa del Indio e información de la Dirección Provincial de Catastro y Cartografía, Chaco.

¹² Previo a este proceso, el territorio Qom comprendía el litoral centro-norte chaqueño y un sector del denominado Interfluvio (El Impenetrable). Asimismo se extendía hacia el norte (actual provincia de Formosa y parte del Chaco paraguayo).

En 1924 se realizó la entrega de tierra a indígenas bajo la modalidad de “Reserva”. La misma consistía en 20 mil hectáreas (Ha) lindantes al latifundio de Sinclair y Hirsch – actuales predios ocupados por la Estancia Don Panos y La Leonor- (FERNÁNDEZ Y BRAUNSTEIN, 2001).¹³ Estas disposiciones funcionaron como habilitantes para una territorialidad singular, ya que durante los meses en que las familias no eran incorporadas al proceso productivo capitalista, el trabajo de reproducción era pagado por la economía doméstica basada en la recolección, pesca, marisca y una incipiente agricultura en un contexto de posibilidades de acceder a la posesión y control de la tierra (TRINCHERO, 2000). Sin embargo, los problemas para efectivizar la propiedad generaron la intromisión de colonos y la pérdida relativa de aquel espacio, pese a las numerosas demandas de los líderes indígenas. Finalmente, la Reserva fue sucesivamente fraccionada por mecanismos de territorialización ejercidos por el Estado Nacional y Provincial, los cuales fueron en retroceso de los derechos adquiridos por estos grupos y se fundamentaron sobre políticas de carácter eurocéntrico para la repoblación con colonos de origen principalmente extranjero (Ley provincial N° 471).

Por otro lado, durante la Presidencia de Juan D. Perón (1946-1955) se incorporó a las comunidades a planes de desarrollo agrícola. Estos consistían en la entrega de herramientas e insumos para la producción familiar de algodón y su comercialización a través de cooperativas. También se planteó un reordenamiento territorial que dispuso el parcelamiento individual de aquellas tierras, adjudicadas bajo esta modalidad a los grupos Qom. Se obtuvieron permisos de ocupación de lotes de 100 Ha que fueron fraccionados en parcelas de 25 Ha (imagen 3; Lotes 45, 72, 75, 100, 101). Posteriormente, en 1980, se implementaron políticas de titularización y adjudicamiento definitivo. En aquellas propiedades individuales, las familias decidieron continuar con este formato bajo las disposiciones de la Ley de las Comunidades Indígenas.¹⁴ Asimismo, luego de la Reforma Constitucional de 1994, estas medidas se realizaron bajo modalidad comunitaria (por ejemplo, en el paraje Lote 4) en propiedades de hasta 100 Ha.

Actualmente, las familias extendidas habitan estas parcelas con producciones de subsistencia para el autoconsumo y con graves condiciones alimentarias y sanitarias. Como se mencionó anteriormente, su principal sustento económico proviene de la asistencia estatal (principalmente, Asignaciones familiares –AUH-, pensiones por discapacidad, planes sociales, entre otros).

¹³ La condición de “Reserva” consistía en permisos de ocupación para pueblos indígenas pero mantenían la propiedad fiscal (estatal) de esos predios. De aquí que los sucesivos gobiernos tuvieron control y disposición de esas parcelas para otros usos, incluso, con el rechazo de las poblaciones indígenas que allí vivían. En 1994 la Reforma Constitucional promovió la propiedad comunitaria de las tierras otorgadas en reserva.

¹⁴ La Ley del aborigen chaqueño admitía esta posibilidad para “indígenas no integrados en comunidad, prefiriéndose a quienes forman parte de grupos familiares” (Ley provincial 3258, Art. 8).

Este grupo se relaciona –y enfrenta- a los demás con problemas territoriales vinculados al hacinamiento poblacional, maltratos, desalojos y cercamiento de los bienes comunes, entre otros. Asimismo, dirimen estas situaciones con tomas de tierra, prácticas productivas de gestión comunitaria y denuncias legales que han sido ilustradas en el mapa y son objeto de análisis de este artículo.

El Estado: Este actor participa activamente en los conflictos territoriales y expresa su hegemonía en las relaciones interétnicas. En este trabajo nos interesa indagarlo desde su lógica contradictoria de funcionamiento, la cual trasciende sus distintos niveles (municipal, provincial, nacional). Por lo tanto, es concebido, desde un sentido orgánico y amplio, como el conjunto formado por la sociedad política y la sociedad civil (Gramsci, 1975)¹⁵. Esta aseveración nos permite pensar la "doble perspectiva" en la acción política y en la vida estatal. La misma puede ser ejemplificada en el ejercicio de su hegemonía para garantizar las condiciones para la instalación de los megaemprendimientos productivos en la zona (a través de habilitar legislaciones, firmar convenios, etc.). Esto no aparece como la realización de intereses exclusivos de los grupos directamente beneficiados (los grandes empresarios), sino que se presenta como de interés de toda la sociedad a partir de discursos vinculados al "desarrollo y el progreso" de la región.¹⁶ Asimismo, y de manera contradictoria, construye consenso entre las distintas entidades y la sociedad civil para otorgar títulos de propiedad a poblaciones indígenas o elaborar marcos legales que prohíban los desalojos en los territorios donde estos proyectos avanzan (Ley 26.160). A la par que en reiteradas oportunidades, omite estas legislaciones existentes y acciona de manera contraria desde su poder de coerción.¹⁷ En definitiva, consideramos que esta dinámica de la vida estatal es resultado contradictorio de las luchas políticas permanentes por la hegemonía y de las relaciones de fuerza que puedan plantear las clases dentro del conflicto territorial.

Cabe decir que en el espacio interétnico aquí analizado, las relaciones sociales se manifiestan de manera contradictoria entre los indígenas y los distintos sectores. Por caso, entre los primeros y los sectores medios locales, se comparten problemas comunes en cuanto a la falta de irrigación de los suelos o poseen condiciones económicas similares como sucede con los denominados "criollos pobres". A la par los sectores medios tienen mayores posibilidades de acceso a sistemas de crédito para infraestructura o planes

¹⁵ GRAMSCI (1975) presenta su concepción de "Estado integral" como: "Estado = sociedad política + sociedad civil, o sea hegemonía acorazada de coerción". De esta manera coerción y hegemonía son dos elementos intrínsecos y dialécticos de la vida estatal. El primero responde al ejercicio legal de la coacción, mientras que la segunda es sinónimo de consenso -distinto de coerción- o de dirección -diferente de dominación- de una clase o un grupo social sobre las clases e grupos aliados.

¹⁶ Como ejemplo, en un artículo periodístico se publicitaron medidas de inversión privada como beneficiosas para el desarrollo industrial de la zona. (DIARIO NORTE, 2012)

¹⁷ Por caso, el desalojo de una familia Qom en Pampa del Indio realizado en 2010 (CHACO DÍA POR DÍA, 2010).

estatales para la disponibilidad del recurso. Estas situaciones se presentan con mayor polaridad entre grandes empresarios e indígenas, ya que aquí se evidencian explícitamente los intereses y las racionalidades contrapuestas, por ejemplo, la producción para la acumulación de mercancías vs. producción para satisfacer necesidades de sobrevivencia. Como se analiza en las secciones siguientes, esto genera *fricciones* que ejercen presiones sociales para el abandono y el despojo de la tierra por parte de los sectores más vulnerables, como son los pueblos Qom que habitan la zona.

Territorialidad campesino indígena y cercamiento de bienes comunes

La construcción del territorio indígena previamente descrito, nos permite aseverar que la organización social de los espacios se relaciona con las particularidades históricas, culturales, institucionales y socioeconómicas de los sistemas locales. Este se manifiesta de manera dinámica y se materializa en una topología social que da cuenta de las *territorialidades* generadas allí por las personas que lo habitan (PORTO GONÇALVES, 2002; MANÇANO FERNANDES, 2005).

En esta línea, previo a la instalación de la Estancia Don Panos y del proceso de privatización de las tierras fiscales, la territorialidad indígena se desarrollaba en este espacio y trascendía los límites legales de las parcelas. Esto sucedía, por un lado, porque a diferencia del sector oeste de los parajes donde se ubican las parcelas de los criollos, este lugar tenía mayor disponibilidad de recursos naturales –monte y lagunas-. Y por otro, porque no se ejercía la propiedad efectiva del latifundio sobre las zonas aledañas a la comunidad.¹⁸ Por lo tanto, los Qom lo utilizaban para desplazarse en búsqueda de lagunas y territorios de caza como así también para la recolección de frutos, miel, leña e incluso prácticas rituales (cementerio indígena ubicado dentro del predio).

El conflicto explícito con los terratenientes capitalistas tuvo inicio en 1996 cuando se instaló la Estancia y Cabaña “Don Panos”. Allí se inició un mega emprendimiento productivo en el predio de 42.000 mil hectáreas, lindante con los parajes rurales de Campo Medina, Campo Nuevo y Lote 4. Si bien la empresa no es la única de envergadura en la región, ésta ha mantenido desde sus inicios un alto grado de conflictividad con las comunidades indígenas vecinas. Como se mencionó antes, debido a la violencia física ejercida para expulsarlos de la propiedad, el cercamiento del cementerio, la contaminación ambiental y el daño a la salud de los pobladores por el uso de agrotóxicos. En términos generales, por su incidencia en la transformación de la territorialidad indígena y sus prácticas económicas.

Como menciona Roberto, vecino de Don Panos:

¹⁸ Nos referimos a que no se ejercía una ocupación económica efectiva con cercamiento perimetral ni control de vigilancia sobre el predio.

“Acá había libertad para ir al monte, a buscar leña, cazar guazuncho. Toda la gente se iba (...) Y el problema fue cuando apareció Panos. Ahí empieza a limitar todo. Puso su seguridad (...). Ellos tienen su propio ejército. Si te encuentran dentro del sitio de ellos, te esposan y te llevan. Varias personas cayeron. Cuando ellos sembraban maíz, pasaba la máquina y tumbaba nomás el maíz (...) y la gente mira ahí y empieza a juntar eso, con la idea de traer eso a su casa, para comer (...) Y la policía le encontraba, y si te encontraba con una bolsa te la hacían poner arriba y caminar hasta Roca [a 40km]. Ellos venían recorriendo a caballo y te arrastraban y te cazan. Cuando no aparecía Panos era bastante tranquilo. Ahí encontrabas todo lo que consumían nuestros antepasados. Todo rico; el tatú, la iguana, miel de abeja, había lagunas. Ahora está todo seco. De ahí vos podías sacar pescado. Recolección había. Pero ahora nada, por el desmonte que hicieron. Parece que vino un castigo del monte, que ni frutas tenemos” (Entrevista a Roberto, Campo Medina, enero 2018).

El relato personifica la violencia física y simbólica con la que sucedió el despojo durante los años '90, y cómo se impuso el castigo y el adoctrinamiento para el abandono de las prácticas de la economías y culturales de los indígenas.

Resulta necesario comprender que la reproducción social de estas poblaciones se encuentra estructurada sobre formas de interacción con la naturaleza. En efecto, según la cosmología Qom, el monte (*viaq*) es, por definición, un espacio que las personas no habitan. Es un territorio “no-humano”, en donde moran otras presencias como los dueños, *payaks*, y las almas, así como los animales, los árboles y las plantas. También es el lugar de donde provienen los Qom y es uno de los diacríticos sustanciales a la hora de expresar estratégicamente una identidad “aborigen”, ilustrada en frases como “los aborígenes somos del monte” en oposición a la procedencia de las personas no indígenas (GÓMEZ, 2008).

De esta manera, el cercamiento de aquel espacio y el posterior desmonte no sólo desestructuraron los modos de vida materiales de la comunidad, sino también, su ejercicio cultural. Por ejemplo, destruyendo los espacios sagrados como el cementerio indígena ubicado allí. De hecho, estamos en presencia de una “cultura habitada” que se expresa en el “lenguaje del lugar” y debe ser contemplada desde un paradigma de cosmologías relacionales que incluye el espacio, la naturaleza, la memoria, la lengua y sobre todo el diálogo relacional con todos los organismos del mundo (VARESE, 2018).

Identificar el despojo: conflictos de límites y apropiaciones

Desde el comienzo del trabajo de relevamiento nos cuestionamos si era posible dar cuenta del territorio apropiado en el pasado relativamente reciente. La cartografía social aportó numerosas narrativas que interpelaron a la memoria oral de los indígenas en las cuales el alambrado impuesto se convirtió, una vez más, en símbolo de despojo y desterritorialización. En gran medida, estos hechos habían sucedido a través de mecanismos extraeconómicos bajo coacción violenta y presiones ilegales de propietarios

criollos de escala media que se apropiaron de un sector de las parcelas de familias indígenas, con posterioridad a su adjudicación en dominio en la década de 1980. Incluso ubicamos otro cementerio Qom, reconocido como tal (según información catastral) y actualmente alambrado (imagen 3; Referencia: conflictos de límites y apropiaciones).

Otra manera fue el desplazamiento forzoso de familias indígenas a partir del reordenamiento territorial generado por políticas públicas de adjudicación de tierras fiscales a terceros para la explotación agraria (Ley provincial N° 471). Por ejemplo, quienes habitan en el Lote 96 (imagen 3) comentaron cómo la delimitación perimetral de 100 hectáreas realizada en la década de 1970 por un criollo dejó la vivienda preexistente de su padre dentro de ese perímetro y que por eso había ido preso y expulsado del lugar (Entrevista a Marcelo, Lote 4, enero 2018). Otros casos sucedieron en el Paraje de Pampa Grande, donde familias que migraban a realizar trabajos estacionales en la cosecha del algodón, a su regreso se encontraban con sus viviendas incineradas y sus parcelas cercadas. Actualmente esos predios pertenecen a la Sociedad Rural Argentina (SRA) y a grandes terratenientes de la zona (Entrevista a Luis, Pampa Grande, septiembre 2017).

Estos casos son ejemplos para demostrar la violencia física y simbólica con la que han operado el capital y el Estado en aquellos territorios, aún en contextos del pasado reciente en los que hubo reconocimientos trascendentes de los derechos indígenas. En efecto, a pesar de la mejor capacidad organizativa de los pueblos originarios, los convenios internacionales (N° 169 de la OIT) que habilitan su participación y autodeterminación y los novedosos marcos legales que amparan su reconocimiento en materia de posesión y propiedad de la tierra (Art.75 inc. 17, CN; Ley 26.160), cada vez menos legislaciones tienen similares respuestas en el plano material. Esto también se refleja en la vulnerabilidad para el acceso a la justicia que se les presenta a los pueblos originarios, ya sea por la discriminación que padecen al momento de realizar trámites engorrosos, con lenguaje técnico y ajeno a su lengua Qom; por dificultades financieras para trasladarse a las oficinas gubernamentales en localidades vecinas o por desconocimiento de las lógicas del funcionamiento del campo jurídico. En paralelo, las familias indígenas agrupadas en movimientos sociales apelan a la toma de tierras como estrategia para visibilizar colectivamente los reclamos y poder exigir en un escenario de mayor autonomía de acción y condiciones. Es decir, pugnando por llevar las demandas más al terreno político y social que al jurídico.

Inseguridad jurídica y problemas legales de propiedad de la tierra

El reconocimiento de preexistencia étnica (como fenómeno histórico) y de existencia nacional como pueblos (desde una dimensión política) que se les atribuyó a las

comunidades indígenas con la Reforma de la Constitución Nacional (CN) de 1994, significó una conquista de la lucha etnopolítica que se tradujo en nuevas demandas para la legitimación de la posesión y la propiedad territorial. Pero, aún sobre aquellas tierras reconocidas, los campesinos indígenas de Pampa del Indio han enfrentando la inseguridad jurídica y conflictos legales, sobre todo en el uso efectivo de esos espacios, por estar rodeadas de propiedades privadas.

Quienes residen en Campo Medina, como lo mencionamos en la descripción de los sectores sociales en conflicto, poseen la propiedad individual de la tierra bajo un parcelamiento de 25Ha por unidad familiar. Esta división, también se ha convertido en un problema para los actuales habitantes de los lotes porque por un lado, se generaron dilemas intracomunitarios por el usufructo de aquellas parcelas en las cuales los titulares se encuentran fallecidos y no se han realizado las sucesiones correspondientes (imagen 3; referencia: conflictos legales)¹⁹. Numerosas familias encuentran dificultades de convivencia debido a que no disponen de la autorización del titular para el usufructo. Lo mismo sucede cuando hay que tomar decisiones para la construcción de viviendas rurales (por parte de la FNC en convenio con programas estatales) y en la implementación de programas productivos y/o de acceso a distintos servicios. En cada uno de ellos, las numerosas trabas administrativas se han convertido en mecanismos de desposesión o en un motivo de peso para la decisión de muchos jóvenes de migrar al pueblo u otros destinos por no poder utilizar sus lotes familiares. Con este problema de fondo, de todos modos la FNC ha logrado superar algunas dificultades y construir cuarenta viviendas rurales en la zona de Campo Medina, transformándose en una herramienta colectiva práctica para resolver estos litigios, aún en el terreno individual.

Por otro lado, frente a la escasez de tierras disponibles las familias extendidas se ubicaron dentro de los mismos predios. Esto provocó condiciones de hacinamiento y dificultades para realizar determinadas actividades, como la agricultura. En Campo Medina, la densidad demográfica en tierras bajo posesión indígena se estima en 1,4 hectáreas/habitante, lo cual supone una reducción sustancial comparada con las 10 hectáreas promedio que se ponían en producción en el período algodonero y la media actual de 100 hectáreas de los criollos de la zona (FNC, 2014). Sumado a esto, el 91% de la población vive en condiciones habitacionales adversas, con graves dificultades sanitarias (70% de excretas no sanitarias) y cuyo ingreso predominante es el beneficio estatal de la

¹⁹ Las propiedades individuales otorgadas bajo amparo de la Ley N° 3258 no se encuentran registradas administrativamente bajo esta modalidad en el Registro de la propiedad, por lo que en numerosos casos se complejizan los trámites sucesorios o se realiza el traspaso nominal a terceros no indígenas. De esta manera se incumple el art. 11 que establece que las mismas "no podrán ser embargadas, enajenadas ni arrendadas a terceros".

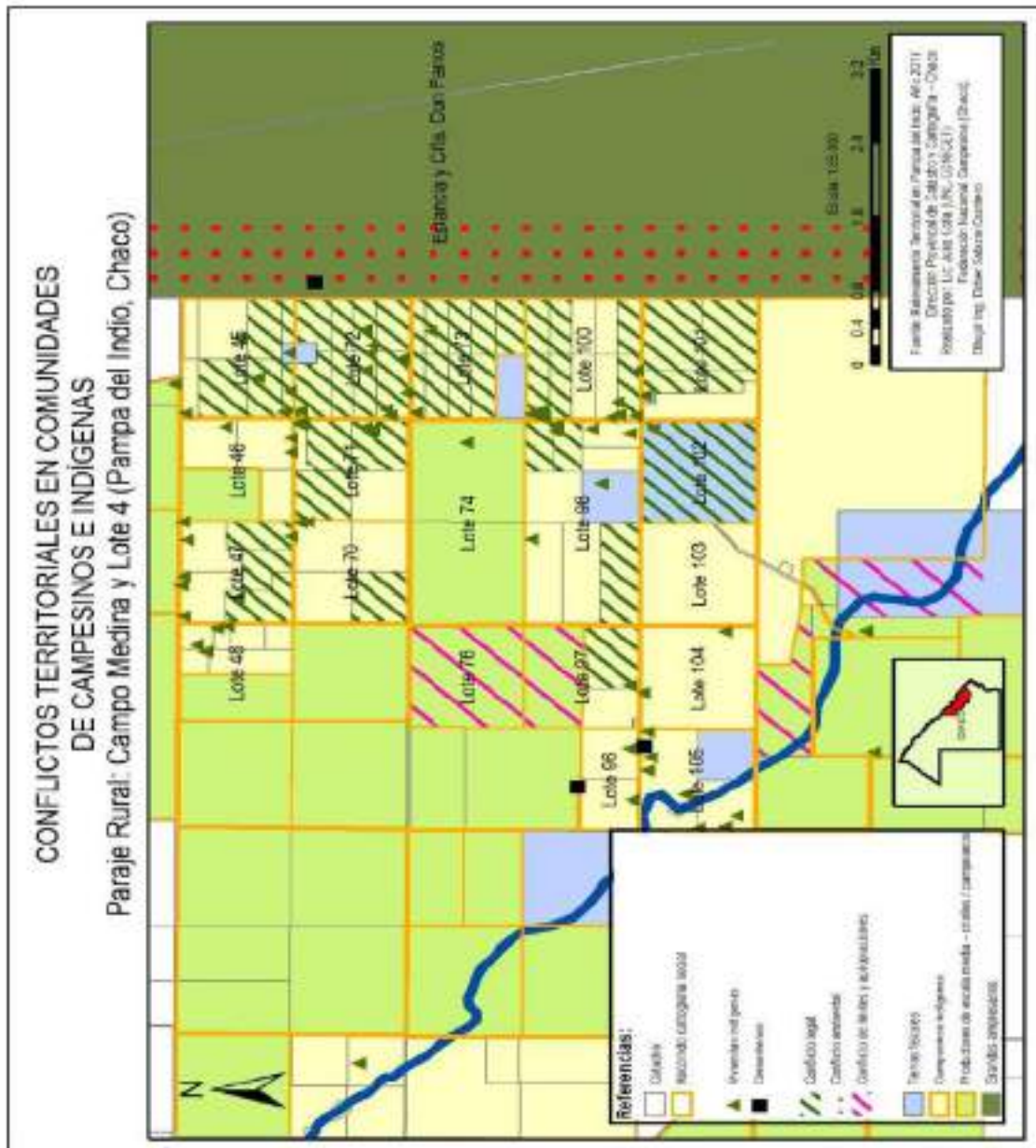
Asignación Universal por Hijo (AUH), siendo éste en muchos casos el único estipendio económico familiar (CENSO, 2018).

Y, los problemas no se reducen sólo a la parcelación individual de terrenos indígenas, también se registraron otro tipo de conflictos con lotes adjudicados bajo modalidad comunitaria:

En el paraje de Lote 4, por ejemplo, la territorialidad de la población indígena continuó bajo la modalidad de “Reserva” hasta la sanción de la Ley provincial N° 3258 en 1987 y la posterior reforma de la Constitución Nacional de 1994, las cuales habilitaron el otorgamiento de títulos comunitarios (imagen 3; Lotes 102, 104). Los dilemas que identificamos aquí responden a una particular instrumentación legal que posee la provincia de Chaco para estas adjudicaciones a través de Asociaciones comunitarias con personería jurídica. En los casos en los que el título de dominio se encuentra bajo esta disposición, el organigrama institucional y la elección de la Comisión Directiva que prevé la normativa, no responden a los mecanismos que posee la población para elegir a sus representantes. Esto incide en los plazos administrativos que impone el Estado y ponen en riesgo la posesión de los terrenos. A la par que se generan conflictos por las decisiones sobre el uso del lote, que corresponden a la administración de la Asociación.

En definitiva, en estos casos se plantean situaciones donde se yuxtaponen diferentes representaciones sobre la propiedad de la tierra. Por un lado, la concepción privada de la legislación que se ampara en el derecho real de dominio y se sustenta en la imagen de control sobre el bien y la naturaleza, fragmentando y delimitando el espacio a través de alambrados. Por el otro, el significado y uso que le otorgan los pueblos indígenas, los cuales emergen de sus prácticas y de límites interétnicos. Para ellos, el espacio es indivisible y desligado de la posesión hacia la naturaleza.

Imagen N°3: Mapa de conflictos territoriales en comunidades de campesinos indígenas.



Fuente: Elaboración a partir de Relevamiento territorial en Pampa del Indio e información de la Dirección Provincial de Catastro y Cartografía, Chaco.

De esta manera, la construcción social del territorio con sustrato en lo comunitario pone de relieve la existencia de ordenamientos jurídicos no estatales, que en el caso de Pampa del Indio dan lugar a la *interlegalidad*. Es decir, situaciones en donde se superponen, combinan y articulan diferentes espacios jurídicos mezclados y donde se generan tensiones en torno al reconocimiento del campesinado y los pueblos indígenas como sujetos de derecho (DOMÍNGUEZ Y BARBETTA, 2014). De esto también se desprenden los problemas vinculados a la instrumentalización y efectivización de los derechos específicos por parte de los distintos gobiernos provinciales y nacionales que, muchas veces, no se corresponde con

las cosmovisiones locales y se traduce en conflictos y desalientos para las familias que desean vivir allí.

En este sentido, si bien la figura de propiedad comunitaria es una institución reconocida y aceptada por la legislación existente y representa una gran aproximación a la forma de relacionarse con la tierra que tienen los pueblos originarios, no hay criterios uniformes para su caracterización e implementación, como sucede en los casos aquí descritos (INAI, 2015).

Asimismo, hay debates académicos y dentro de las instituciones estatales (como en el Instituto de Tierras de la provincia de Chaco) sobre las distintas interpretaciones legales respecto al concepto de “territorio” en referencia al artículo 75 inc17 de la Constitución Nacional. El mismo refiere a “Reconocer la personería jurídica de sus comunidades y la posesión y propiedad comunitarias *de las tierras que tradicionalmente ocupan* y regular la entrega de otras aptas y suficientes para el desarrollo humano”. Esto se contradice con la situación de hacinamiento parcelario que tienen las familias, incluso en suelos no aptos para la agricultura.

Gran parte de estas situaciones encuentran desenlace en las presiones ejercidas por parte de los nuevos actores sociales vinculados al mundo empresarial –por ejemplo, productores ganaderos de escala alta de origen pampeano- que buscan arrendar esas tierras para la explotación agropecuaria. En efecto, muchos hombres y mujeres Qom relacionan la pérdida de sus territorios con su situación de pobreza, marginación y discriminación. Y este vínculo se profundiza cuando en los relatos aparece la amenaza permanente de perder el control, el dominio o la propiedad de los lugares que se han habitado toda la vida.

“Así no podemos vivir”²⁰: salud y contaminación ambiental

La cuestión ambiental es central para ubicar la reciente expansión de las fronteras agroindustriales en los territorios campesinos e indígenas, sobre todo, por la presión que ejerce sobre las condiciones de vida de las poblaciones. Nos referimos a los requerimientos de escala y la incorporación de biotecnología que ha demandado el modelo de producción de *commodities*. Entre ellos, la creciente adopción de la siembra directa y el uso de semillas modificadas genéticamente para ser resistentes a herbicidas como el glifosato.²¹ En consecuencia, se han generado transformaciones en los ecosistemas a causa del

²⁰ Fuente: Entrevista a Lelia, Campo Medina, agosto 2018.

²¹ La utilización de siembra directa en Argentina alcanza el 70% de la siembra implantada y el empleo de glifosato se ha incrementado 8,4 veces en las últimas décadas (CASAFE, 2016).

desmante, las sequías y la contaminación ambiental por el uso de *agrotóxicos*.²² Recientemente, en el año 2017, la provincia de Chaco encabezó –junto con Salta- el ranking de provincias con mayores índices de desmante en Argentina (GUYRA PARAGUAY, 2017).

En Pampa del Indio, la Estancia “Don Panos” implementó este sistema agroproductivo nacional. Desde sus inicios la empresa violó sistemáticamente la legislación existente para la preservación medioambiental. En 1998 su propietario, Eduardo Eurnekian, fue denunciado ante el Tribunal de Cuentas de la provincia del Chaco por el desmante y la quema de 28.000 toneladas de especies forestales y 2800 de leña, aproximadamente. En aquel momento, la imputación fue realizada por integrantes del gremio Unión del Personal Civil de la Provincia (UPCP) quienes aseguraron “tratos preferenciales” por parte de los funcionarios públicos -quienes argumentaban su accionar por considerarlas grandes inversiones para la zona- (LA NACIÓN, 1998).

Con posterioridad, la puesta en producción de la explotación y el uso extendido de agrotóxicos provocó problemas de salud tanto en los trabajadores como de las poblaciones rurales aledañas. Esto sucedió como consecuencia de la exposición laboral, la intoxicación por fumigaciones aéreas y el consumo de restos de plaguicidas en los alimentos y en el agua potable. Durante toda la década de los 2000, las denuncias fueron realizadas por el Hospital de Pampa del Indio debido a la cantidad de abortos y recién nacidos con anomalías congénitas registrados en la población que habitaba los parajes cercanos al latifundio. Entre ellos, Campo Medina, Lote 4 y Campo Nuevo (LA VACA, 2015). Sin embargo, el tema recién repercutió en el ámbito público y mediático cuando integrantes de la Red de Salud Popular “Doctor Ramón Carrillo” presentaron a la justicia un informe elaborado por la Universidad de Buenos Aires en el cual se registraba glifosato en el 56 % de los puntos analizados en los parajes de Pampa del Indio. Las muestras realizadas entre los años 2011 y 2013 evidenciaban que en las fuentes de agua de la Escuela y el puesto sanitario de Campo Medina se hallaban indicios de durezas y sulfatos, contaminación por arsénico, metales pesados e incluso presencia de glifosato.²³ Producto de ello, en 2012 se dictó una medida cautelar para restringir las fumigaciones a 600 metros del alambrado (imagen 3; referencia: conflictos ambientales).

En relación a estos hechos, una habitante de aquel paraje nos comentaba su experiencia en aquellos años cuando la empresa realizaba fumigaciones cercanas a su vivienda:

²² En este trabajo empleamos el término de “agrotóxicos” en lugar de “agroquímicos” para ubicarnos dentro de los estudios que consideran que la utilización de plaguicidas tiene efectos nocivos sobre el medio ambiente y las poblaciones, y no responde solo a una cuestión de “buenas prácticas agrícolas” en el control de su uso, como refieren otros enfoques.

²³ La presencia de arsénico en el pozo de agua de Campo Medina indicó 123 partes por billón, mientras que lo recomendado por la Organización Mundial de la Salud es de 10 partes por billón (TRINELLI, 2013).

“Hasta ahí ya no podemos sembrar (...) más para allá no porque cuando se fumiga el mosquito ya llega ahí y se seca todo. Cuando viene el olor, se agarra todo y ahí se echa a perder tu planta (...). Todo lo que vos tengas, los chivos mueren, mi plantación de naranja, todo se secó. Así no podemos vivir (...). Si vos tenés un tanque abierto así sin tapa ahí le agarra el veneno, por eso le agarró mi hijo esa vuelta, pero el doctor que estaba allá no le creía que era veneno lo que se intoxicó mi hijo. Casi le mató a él, por eso le denunciamos” (Entrevista a Lelia, Campo Medina, agosto 2018).

Estos relatos y otros similares de residentes de aquella zona, permiten ejemplificar las “experiencias compartidas” (THOMPSON, 1989) que tuvieron estas personas en relación a la degradación ambiental y de su salud. De hecho muchos de ellos identifican a los “grandes empresarios” a partir de señalarlos como los responsables de “envenenarlos”.

A partir de esto, nos interesa señalar la manera en que estas prácticas y padecimientos colectivos pueden activarse y convertirse en una conducta política de *etnicidad* (VÁZQUEZ, 2000). En el caso de estudio esto podría articularse con dos cuestiones. Por un lado, las posibilidades de aliarse con otros sectores (docentes de la Escuela de la zona, productores criollos que viven en las parcelas afectadas, técnicos de INTA, integrantes de la Red,) para realizar las medidas legales pertinentes. Por el otro, la capacidad de estas poblaciones con un repertorio de luchas y conquistas etnopolíticas previas, de interpelarse como sujetos de derecho y ejercer presiones “desde abajo” para que el Estado dirima contra una empresa de envergadura en la región. Durante estos años, la “denuncia” legal y pública se ha instalado como dispositivo legítimo de los reclamos y es utilizado tanto por las organizaciones políticas como por ciudadanos indígenas de manera individual.²⁴ Destacamos estos hechos ya que son conflictos sociales que pasan a dirimirse en el plano judicial, a diferencia de aquellas apropiaciones ocurridas en el pasado reciente y que fueron analizadas previamente.

Por último, resta preguntarnos frente a estos acontecimientos ¿Cuáles son los “límites” sociales y ambientales de estos “proyectos de desarrollo” que se personifican en la instalación de estos megaemprendimientos? Una primera aproximación afirma que estos tienen el concepto de poder como noción central; por lo tanto, son las posiciones de poder diferentes las que habilitan la destrucción ambiental indiscriminada, por un lado, y se aprovechan de la vulnerabilidad de las poblaciones locales, por el otro (LINS RIBEIRO, 2005). Otra respuesta otorga capacidad de agencia a los actores afectados y señala que el territorio amenazado se convierte en el *locus de sentido* y en la referencia principal de los movimientos sociales que se enfrentan a la expansión megaextractivista (ARACH, 2015). En este sentido, los límites son puestos por una sociedad que articula y acciona medidas para frenar las fumigaciones. Esto permite reflexionar también que los conflictos ambientales y de

²⁴ Por ejemplo, recientemente las fumigaciones realizadas por la Empresa Don Panos violaron el perímetro estipulado. Estos hechos fueron denunciados por un poblador de la zona (CHACO DÍA POR DÍA, 2018).

contaminación trascienden todo tipo de alambrados impuestos y restringe, a todos por igual, la permanencia en el ámbito rural. Aquí podrían residir las posibilidades de plantear alianzas políticas amplias que puedan hacer frente a esta problemática central dentro de la cuestión agraria.

Recrearse para no desaparecer: la toma de tierra y la resistencia al desalojo

Entrado el siglo XXI el despojo de los pueblos originarios del Chaco es parte de la lógica de este ciclo de acumulación y se experimenta en el despliegue de territorialidades excluyentes (DOMÍNGUEZ, 2009). En este sentido, existe una persistente necesidad de enfrentar este proceso o bien superar sus consecuencias, la cual es vehiculizada por los movimientos campesinos indígenas y diferentes organizaciones políticas. Tal es el caso de quienes integran la FNC que despliegan estrategias etnopolíticas vinculadas a la construcción de viviendas, la producción agraria y, en particular, la toma de tierras.²⁵

Un ejemplo de esto último fue la ocupación en el paraje rural de Cancha Larga en el año 2011 en la cual familias nucleadas en el movimiento Unión Campesina (UCC) y la FNC accedieron a unas 1.000 hectáreas que presuntamente eran fiscales. Se trataba de un terreno "sin alambrados, abandonado, totalmente ocioso, mayoritariamente monte y por más de 30 años sin que se conociera a quien pertenecía" (FNC, 2011). Sin embargo, la intervención del Instituto de Colonización de la provincia de Chaco acreditó el dominio privado del dominio. Luego de negociaciones durante cuatro meses con las familias para la entrega de tierras fiscales en otro lugar (en este período hubo detenciones, causas judiciales y un continuo hostigamiento y desacreditación del reclamo), el Estado provincial dispuso dos predios en las cercanías (uno de ellos se encuentra localizado en Lote 4 -imagen 3; Lote 97, referencia: conflictos de límites y apropiaciones-).

A lo largo de los años, estas acciones se han instalado como modelo alternativo al de la migración a las ciudades y mostraron la vitalidad social y política del campesinado indígena, que se recrea más allá de sus posibilidades concretas de desarrollar una economía propia con relativa autonomía (GIARRACCA, 2017). Como mencionamos a lo largo de este artículo, son estrategias de resistencia que plantean otras formas y lógicas de habitar el territorio. Las mismas comienzan con acciones colectivas concretas; una vez identificada la zona a ocupar por parte de los dirigentes de la organización, las familias proponen quienes acudirán a realizar los primeros asentamientos (en relación a las condiciones de hacinamiento dentro de sus propiedades). Consumada la ocupación, se

²⁵ La noción de "ocupación" o "toma" de tierras que se utiliza aquí no responde a los términos jurídicos de "usurpación", sino que refiere a la acción de territorializar la propia intencionalidad, como capacidad de materializar la propia existencia campesina en un espacio determinado adquirido en forma reciente (GEPyC;2011).

inician instancias de participación, como las asambleas, para construir el nuevo territorio. Esto supone otro tipo de decisiones, con un rol protagónico de las mujeres, que definen cuestiones domésticas referidas a la ubicación de la carpa o la vivienda, espacios de huerta, etc. Luego de todas estas instancias aparecen, en el debate político, las preocupaciones judiciales para acreditar el espacio en términos legales. Es aquí cuando suceden generalmente los conflictos con el Estado, con los supuestos propietarios de los predios y los consecuentes desalojos o enfrentamientos. En este orden, las estrategias territoriales son previas a las judiciales. Los campesinos indígenas aprovechan para construir alianzas políticas de solidaridad y utilizan los recursos disponibles para legitimar su lucha. Esto los posiciona en otras condiciones para dirimir los litigios y visibiliza públicamente las necesidades urgentes de contar con un lugar dónde vivir.

En definitiva, en la medida en que la ocupación de tierras se debate entre la legalidad e ilegalidad, entre lo justo y lo injusto, estas poblaciones demandan el acceso a la propiedad con el objetivo de garantizar el derecho a la vida (DOMÍNGUEZ Y BARBETTA, 2014). Esto presenta el desafío de reflexionar que el *ethos* de estos pueblos sigue siendo la colectividad (y no el individuo), y que tienen la plasticidad de mudar de estrategias conforme avanzan las condiciones de exclusión. De aquí también deviene la resistencia colectiva a los desalojos. Sobre esto, en los últimos años el incumplimiento por parte del Estado de la Ley Nacional 26.160 que declara la emergencia en materia de posesión y propiedad de las tierras indígenas ha ido acompañado de un aumento de los casos de expulsión y violencia represiva estatal. Por caso, el operativo realizado en el año 2018 en un predio de dominio de la Confederación evangélica Juan Bautista donde hace más de veinte años se encuentra erradicada una familia indígena. La mujer que vivía allí junto a sus hijos fue desalojada por las fuerzas de seguridad. Luego de los hechos, y en acuerdo con los implicados directos, más de 300 familias Qom de diferentes parcialidades políticas se acercaron al lugar para acampar allí, brindar su solidaridad y garantizar que la mujer regrese nuevamente a su vivienda. Actualmente, en este predio se desarrolla una de las tomas de tierra más grandes en Pampa del Indio.²⁶

Conclusiones

En este artículo se analizaron los conflictos territoriales que poseen las comunidades de campesinos Qom en Pampa del Indio, provincia de Chaco. En términos generales, estos dieron cuenta de que el fundamento de la conflictividad que mantienen estas poblaciones con otros sectores sociales refiere a otras formas y lógicas que tienen de

²⁶ Información recabada de entrevistas a mujeres Qom que se encuentran en la toma (Pampa del Indio, mayo, 2019).

habitar y vivir en estos espacios rurales. En el plano de las relaciones interétnicas, estas contradicciones se materializan en los problemas de apropiaciones de tierra, dominio legal de los predios y en la contaminación ambiental. No obstante, cada uno de estos grupos mantiene distintos tipos de tensiones y fricciones interétnicas con las comunidades indígenas. Por momentos, incluso, comparten problemas comunes referidos, por ejemplo, a las fumigaciones con agrotóxicos que afectan la salud o a la falta de irrigación de los suelos. Esto los lleva a buscar soluciones de manera conjunta y accionar medidas judiciales para revertir las situaciones. Contrariamente, entre los grandes empresarios y las comunidades se evidencia una mayor tensión social. El cercamiento de los recursos naturales, del cementerio y los castigos ejercidos contra indígenas, son muestra de la violencia y la lógica de desposesión con la que operan estos sectores en el ámbito rural. Esto se acentúa en las poblaciones más vulnerables que no cuentan siempre con herramientas para dirimir sus conflictos en el plano judicial.

Concretamente, en cada una de las secciones, describimos y dimos cuenta de estas situaciones a través de distintos ejes temáticos. En principio, señalamos las potencialidades de la cartografía social para ubicar los conflictos en perspectiva geohistórica, lo cual permitió dar cuenta del territorio apropiado en el pasado relativamente reciente y de temas que no habían sido considerados previamente. En segundo lugar, desde la perspectiva teórica de las clases sociales, identificamos los sectores protagonistas de los conflictos y su relación con la organización social del espacio. Esto permitió identificar las relaciones sociales existentes que se expresan en las formas de habitar el territorio y en las posibles alianzas políticas a partir de intereses comunes. En tercer lugar, analizamos la yuxtaposición de la territorialidad indígena construida allí y el advenimiento de la Estancia y Cabaña Don Panos en el mismo espacio geográfico. El cercamiento y el posterior desmonte desestructuraron los modos de vida de la comunidad y su ejercicio cultural. En consonancia también analizamos los conflictos de límites y apropiaciones. Junto con el avance de los grandes empresarios evidenciamos cómo los hombres y mujeres Qom han sido víctimas de una profunda violencia física y simbólica en la cual se vulneraron los marcos legales disponibles.

En quinto lugar, planteamos los dilemas legales que tienen actualmente las familias indígenas respecto al usufructo de sus parcelas. Identificamos situaciones en donde se superponen, combinan y articulan diferentes espacios jurídicos mezclados y donde se generan tensiones en torno al reconocimiento del campesinado y los pueblos indígenas como sujetos de derecho. También, encontramos litigios vinculados a la instrumentalización y efectivización de los derechos específicos por parte de los distintos gobiernos provinciales y nacionales, los cuales no se corresponde con las cosmovisiones locales. Luego, sugerimos que los conflictos ambientales –principalmente la contaminación por agrotóxicos-

son centrales para ubicar la reciente expansión de las fronteras agroindustriales. Sobre todo, por la presión que ejerce sobre las condiciones de vida de las poblaciones. Asimismo, en estos temas se habilita la posibilidad de alianzas políticas estratégicas que permitan dirimir esta problemática.

Por último, encontramos en las ocupaciones de tierra que llevan a cabo los campesinos Qom de la FNC una respuesta a la conflictividad territorial. Estas acciones muestran la vitalidad social y política del campesinado, que se recrea y demanda tierra en un escenario de mayor autonomía de acción y en otras condiciones políticas. Al respecto, sostenemos que para generar mayores presiones “desde abajo” la proyección para la organización es avanzar hacia el control comunitario del territorio. Quizas allí residan las estrategias que puedan articular los campesinos indígenas para no desaparecer como tales y hacer frente a la lógica que le impone el desarrollo del capital.

Referencias

ARACH, O. "Guerreros del Antropoceno. Movimientos societales frente a la expansión destructiva" (pp.255-266). **Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social**, V15, n 4, Universidad Autónoma de Barcelona, España, 2015 Disponible en:<https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1574>

CÁMARA ARGENTINA DE SANIDAD AGROPECUARIA Y FERTILIZANTES (CASAFE). **Informe 2016**, online, 2016. Disponible en: <https://bit.ly/2KxTT3e>

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. "Aculturación y “fricción” interétnica" (pp.33-46). **América Latina**, N°3,1963.

CENSO DE HABITANTES, VIVIENDAS Y CONDICIONES DE SALUD, Informe inédito **Censo 2018**, Hospital de Pampa del Indio Dr. Dante Tardelli, Pampa del Indio, 2018.

CHACO DÍA POR DÍA, Artículo periodístico “Desalojan a una familia de Pampa del Indio”, **Chaco día por día online**, 12/04/10, Disponible en: <https://bit.ly/2Thp5lc>

CHACO DÍA POR DÍA, Artículo periodístico “A pesar de una cautelar, una empresa de Eurnekian volvió a fumigar cerca de una familia campesina”, **Chaco día por día online**, 21/12/18, Disponible en: <https://bit.ly/2yMUBnJ>

DIARIO LA NACIÓN, Artículo periodístico “Acusan a Eurnekian por la tala ilegal de un bosque chaqueño”, **Diario La Nación online**, 23/03/98. Disponible en: <https://bit.ly/33q7MJF>

DIARIO NORTE, Artículo periodístico “Eurnekian invertiría U\$S 148.000.000 en Pampa del indio”, **Diario Norte online**, 16/08/2012, Disponible en: <http://tiny.cc/oscjaz>

DÍAZ POLANCO, H. "Etnia, clase y cuestión nacional" (pp. 53-65). **Cuadernos políticos**, N°30, 1981.

FEDERACIÓN NACIONAL CAMPESINA, Comunicado de Prensa “Chaco: continua la toma de tierras”, **Indymedia Argentina**, online, 27/12/11. Disponible en: <https://goo.gl/q5u2Bj>.

FEDERACIÓN NACIONAL CAMPESINA (FNC). Informe inédito del **Relevamiento socio-productivo a comunidades campesinas indígenas**. Federación Nacional Campesina, año 2014.

FERNÁNDEZ, A & BRAUNSTEIN, J "**Historias de Pampa del Indio**". En V CONGRESO ARGENTINO DE AMERICANISTAS, 2001. Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2001.

GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE ECOLOGÍA POLÍTICA, COMUNIDADES Y DERECHOS (GEEPCyD). **Construyendo territorios campesinos. La cartografía social en el conflicto por la tierra**. En IX JORNADAS DE SOCIOLOGÍA, 2011. Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2011.

GIARRACCA, N. **Estudios rurales y movimientos sociales: miradas desde el Sur. Antología esencial**. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

GUYRA PARAGUAY ASOCIACIÓN, Informe "Monitoreo del Gran Chaco Americano", **Asociación Guyra Paraguay online**, 2017. Disponible en: <https://goo.gl/vJ6p47>

GÓMEZ, M. "Las formas de interacción con el monte de las mujeres tobas (qom)" (pp.373-408). **Revista Colombiana de Antropología**, v 44, n2, Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Disponible en: <http://tiny.cc/f206az>.

GORDILLO, G. **En el Gran Chaco. Antropologías e historias**. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

GRAMSCI, A. **Cuadernos de la cárcel**. México: Ediciones Era, 1975.

INSTITUTO NACIONAL DE ASUNTOS INDÍGENAS (INAI) **Tierras y Registro nacional de Comunidades Indígenas**. Ministerio de Desarrollo Social. Presidencia de la Nación., Buenos Aires, 2015. Disponible en: shorturl.at/du235.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS (INDEC). **Cartilla Pueblos Indígenas. Región Nordeste**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, 2015.

LA VACA REVISTA, Artículo periodístico "La vida fumigada", **Revista La vaca online**, 23/09/2015. Disponible en: <https://bit.ly/2F9Klok>

LINS RIBEIRO, G. "Poder, Redes e Ideología en el campo del desarrollo" (pp.173-193) **Tabula Rasa**, online, n.6. Disponible en: <http://tiny.cc/xf26az>.

MANÇANO FERNANDES, B, "Movimentos socio-territoriais e movimentos socio-espaciais". **Revista. OSAL**, n 16, 2005.

PORTO GONÇALVES, C. W. La Reinención de los Territorios. La experiencia Latinoamericana y Caribeña. En Porto Gonçalves, C. W. **Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina**. Venezuela: Instituto Venezolano de Ciencia y Tecnología.

SCHALLER, E. "La Colonización en el Territorio Nacional del Chaco en el Período 1869-1921". **Cuadernos de Geohistoria Regional**, n12. Resistencia, Chaco, 1986.

THOMPSON, E. P. Prólogo. En Thompson, E. P. **La formación de la clase obrera en Inglaterra**. Barcelona, España: Editorial Crítica, 1989.

TRINCHERO, H. H. **Los dominios del demonio**. Buenos Aires : Eudeba, 2000.

TRINCHERO, H. H. **Aromas de lo exótico (retornos del objeto): para una crítica del objeto antropológico y sus modos de reproducción**. Buenos Aires: Editorial Sb, 2007.

TRINELLI, M, Informe inédito "**Grupo de extensión viaje a Chaco**", Universidad de Buenos Aires, 2013.

VARESE, S. "Los fundamentos éticos de las cosmologías indígenas". **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM**, n 36. Disponible en: <http://tiny.cc/qr26az>

Vázquez, H. **Procesos identitarios y exclusión sociocultural. La cuestión indígena en Argentina**. Buenos Aires: Biblos, 2000.

Legislaciones

ARGENTINA. [Constitución, 1994] **Constitución de la Nación Argentina (CN)**.

ARGENTINA. [Constitución, 1994] **Constitución de la provincia de Chaco**.

ARGENTINA. Ley 27371 de adhesión de la República Argentina al Convenio OIT n° 169 sobre pueblos indígenas y tribales. 1989. **Boletín oficial** N°27371 del 20/04/1992

ARGENTINA. Ley Nacional N° 26.160 de Emergencia en Materia de Posesión y Propiedad de las Tierras que tradicionalmente ocupan las Comunidades Indígenas originarias. 2006. Adhesión de la provincia de Chaco. Ley Nro. 1812. **Boletín oficial** N° 1812 del 14/05/2010.

ARGENTINA. Ley de la provincia del Chaco N° 3258 De las Comunidades Indígenas. 05/06/1987 **Boletín oficial** N° 5646/2013

ARGENTINA. Ley de la provincia de Chaco N°471 De las tierras fiscales y de la colonización. **Boletín oficial** N° 5141. Última modificación: 03/02/1984

Sobre a autora

Julia Lucía Colla – Graduação em Sociologia pela Universidade Nacional del Litoral e atualmente trabalha como professora na referida universidade. Doutoranda em Estudos Sociais Agrários na Universidade de Córdoba, com pesquisa financiada pelo Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET - Argentina). **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-8558-8821>

Como citar este artigo

COLLA, Julia Lucía. "Del otro lado del alambrado": conflictos territoriales y lucha por la tierra de los campesinos indígenas Qom en el Chaco argentino. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 166-192, mai.-ago., 2020.

Recebido para publicação em 19 de agosto de 2019.

Devolvido para a revisão em 10 de janeiro de 2020.

Aceito para a publicação em 14 de fevereiro de 2020.

O protagonismo das mulheres na Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI) e a emergência de uma nova concepção de feminismo na Via Campesina¹

Carolina Russo Simon

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

e-mail: carolinasimon.cs@gmail.com

Resumo

A proposta deste artigo é discutir a importância do protagonismo das mulheres na conformação da Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI), bem como a atuação atual indispensável dessas mulheres nos movimentos camponeses pertencentes à Via Campesina, analisando assim a emergência do que se denomina de feminismo camponês e popular. Para isso, com base em abordagens da pesquisa qualitativa, analiso documentos provenientes de congressos e assembleias dos movimentos transnacionais, mas principalmente, relatos orais de mulheres da Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI) que apontam a necessidade de contar histórias dos movimentos pelo protagonismo das mulheres e do que essas lideranças denominam de Feminismo Camponês e Popular.

Palavras chave: UST-MNCI; Via campesina; feminismo camponês e popular; mulheres; pesquisa qualitativa.

The role of women in the Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST / MNCI) and the emergence of a new conception of feminism in Via Campesina

Abstract

The purpose of this article is to discuss the importance of the role of women in the formation of the Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST / MNCI), as well as the current indispensable role of these women in the peasant movements belonging to La Via Campesina, thus analyzing the emergence of what denominates camponesian and popular feminism. For this, based on qualitative research approaches, I analyze documents from congresses and assemblies of transnational movements, but mainly, oral reports from women of the Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST / MNCI) that point to the need to tell stories of movements for the role of women and what these leaders call. Camponesian Popular Feminism.

Keywords: UST-MNCI; Via campesina; camponesian popular feminism; women; qualitative research.

El papel de la mujer en la Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST / MNCI) y el surgimiento de una nueva concepción del feminismo en la Vía Campesina

Resumen

¹ Essa pesquisa foi desenvolvida com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

El propósito de este artículo es discutir la importancia del papel de las mujeres en la formación de la Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST / MNCI), así como el papel indispensable actual de estas mujeres en los movimientos campesinos pertenecientes a La Vía Campesina, analizando así el surgimiento de lo que se denomina feminismo campesino y popular. Con este fin, basado en enfoques de investigación cualitativa, analizo documentos de congresos y asambleas de movimientos transnacionales, pero principalmente, informes orales de mujeres de la Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST / MNCI) que señalan la necesidad de contar historias de movimientos. por el protagonismo de las mujeres y lo que estos liderazgos llaman Feminismo Campesino y Popular.

Palabras clave: UST-MNCI; Vía campesina; feminismo campesino y popular; mujeres; investigación cualitativa.

Introdução

A proposta deste artigo é discutir a importância do protagonismo das mulheres na conformação da Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI), bem como a atuação indispensável das mulheres latinas nos movimentos camponeses pertencentes a La Via Campesina. Especialmente, são consideradas as mulheres que atuam na UST-MNCI, como movimento local mendocino; o Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI), como movimento nacional argentino; e a Coordinadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC), como rede de movimentos na América Latina e mundial pela Via Campesina. São as mulheres desses movimentos camponeses que, enfrentando diversas formas de opressão, fazem emergir uma nova concepção de feminismo, denominado por elas mesmas de “Feminismo Camponês e Popular”.

Para isso, parto de documentos provenientes de congressos e assembleias dos movimentos transnacionais, mas, principalmente, dos relatos orais das mulheres da UST/MNCI que expressam a necessidade de contar a história do movimento pelo protagonismo das mulheres. Afinal, foram essas lideranças de mulheres camponesas que reconheceram que, no sistema capitalista patriarcal branco, o alimento tem sido utilizado como um recurso de poder e não uma forma de se manter sadio.

A Via Campesina é uma materialização dos Movimentos Transnacionais (EDELMAN e BORRAS JR., 2016), tendo como principal característica a composição heterogênea, através das múltiplas identidades estruturadas em uma constituição fluída em busca de um propósito em comum, de uma luta em comum. Criada em 1993, atualmente é composta por 182 organizações/movimentos e está presente em 81 países. O objetivo principal da Via Campesina é construir um modelo de agricultura radicalmente diferente do

modelo de Agrohidronegocio² através de práticas contra hegemônicas como a Agroecologia e fundamentando-se no conceito de soberania alimentar³.

Por sua vez, a Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST) é uma organização de base popular que se encontra em duas províncias da Argentina, San Juan e Mendoza. Na Província de Mendoza a UST se encontra mais estruturada, por ser a província berço do seu nascimento. Sendo assim, encontra-se instalada em 08 departamentos, dos 18 departamentos da província de Mendoza - Lavalle, Las Heras, San Martín, Tupungato, Tunuyán, Malargüe, San Rafael e General Alvear.

O artigo foi dividido em três partes. A primeira parte trata especificamente sobre a metodologia utilizada na pesquisa, com enfoque na abordagem qualitativa. Já na segunda parte analiso a história da UST a partir dos relatos orais das mulheres, tendo em vista a consolidação de suas bases organizativas nos departamentos e suas relações com os movimentos transnacionais. Na terceira parte analiso as vivências cotidianas de opressão que as mulheres da UST/MNCI sofreram e ainda sofrem, assim como a emergência do que as próprias mulheres denominam de feminismo por dentro da Via Campesina, o Feminismo Camponês e Popular.

A necessidade de sensibilização e empatia para recuperação da memória coletiva

O trabalho de pesquisa que proporcionou os resultados apresentados nesse artigo foi de abordagem qualitativa tendo em vista que o fenômeno social estudado é, basicamente, de natureza discursiva – relatos orais e descrição de conteúdos extraídos de documentos escritos, cujo tratamento exige técnicas para as formas de representação que são, sobretudo, os próprios discursos coletados, a fim de tomar como representativo o que queremos expressar (TURRA NETO, 2010).

Ao eleger a pesquisa qualitativa também estou definindo uma postura- política- geográfica frente à construção de dados do “real”, pois:

No caso da Geografia, [as pesquisas qualitativas] tratam-se de pesquisas que tem seu foco no sujeito, mais do que nos espaços. São pesquisas que se perguntam pelas práticas espaciais, pelas formas de apropriação do espaço, pela territorialização e geograficidade de pessoas e grupos sociais (TURRA NETO, 2010, p. 2-3).

² Agrohidronegocio é modelo agrícola que conjuga o monopólio da terra e da água por grandes empresas capitalistas (THOMAZ JUNIOR, 2008)

³ A Via Campesina apresentou a proposta de soberania alimentar na II Conferência Internacional, em Tlaxcala, México, em 1996, onde focou seus esforços na discussão dos efeitos da crise global do capitalismo e sua relação com a oferta e a demanda de alimentos, pensando e pontuando criticamente a “questão da fome no mundo” (COCA 2016; BORRAS JR, 2008; WITTMAN 2011).

Assim, ao desenvolver uma pesquisa qualitativa de Geografia, especificamente de Geografia da Saúde, estou colocando no centro da discussão os relatos de vida que permeiam o processo de adoecer-morrer e sua relação com o espaço geográfico. Afinal, preciso compreender que a vida de cada pessoa que entrevistei é travada pela luta de vencer o sofrer para se manter viva!

Assim, ouvir a voz das sujeitas é trazer à luz os fenômenos sociais carregados de emoções, sentimentos e, principalmente, de sofrimento - verdadeiros encontros que envolvem o dito e não dito. Da mesma forma, o contato com o processo de viver-morrer das entrevistadas por meio de seus relatos orais, desencadeou em mim um processo de sofrimento de lidar com situações de extrema violência, o que fez com que eu mulher me reconhecesse nesse fenômeno, como participante do processo de pesquisa e não mera enunciadora do fenômeno.

Diferente da história de vida, que pode ser descrita como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa e é, normalmente, determinada pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida (BORN, 2001); o relato oral desenvolvido no trabalho é utilizado para captar eventos específicos que a pesquisadora pretende focar. Por esse motivo, ele é geralmente mais curto do que a história de vida e não tem perguntas fixas, como explica Harres (2008):

Em história oral, dificilmente trabalhamos com um quadro de perguntas fixas, isso porque o interesse é estimular o processo de memorização, o qual tem um fluxo próprio que inclui cadeias de associações reveladoras da lógica interna do depoimento. Recomenda-se não propriamente uma entrevista, mas uma conversa livre em que a pessoa é convidada a falar de um assunto de interesse comum (HARRES, 2008, p. 10).

Assim, se na história de vida a pesquisadora deve deixar a narradora falar, intervindo o mínimo possível, no relatório oral a pesquisadora é quem dirige a entrevista, da forma mais favorável a obter os dados que necessita. Dadas essas diferenças de abordagens, considere a história de vida processo de investigação como uma importante fonte de aproximação das mulheres camponesas, uma vez que estas são invisibilizadas e inaudíveis para a sociedade. Porém, apesar da pesquisa se desenhar nas premissas da história de vida, a realidade dos trabalhos de campo se mostrou adversa a essa metodologia, uma vez que nem sempre havia tempo hábil para construir as relações de confiança para que as sujeitas contassem suas vidas. Por causa dessas limitações, o relato oral foi à saída metodológica mais plausível.

Muitos relatos orais foram feitos em duplas, outros foram feitos individualmente. Alguns foram feitos em lugares silenciosos (como salas e quartos), outros foram feitos em quintais (com cabras e galos). Em alguns momentos as mães estavam com os filhos, na

rotina diária da economia do cuidado e, outras estavam sozinhas. Enfim, nem todos os relatos foram feitos nas mesmas condições, mas todos tiveram o mesmo propósito: de conhecer, compreender e comparar as histórias dessas mulheres dentro do movimento de luta camponesa, na província de Mendoza.

Desta forma, foram feitas as coletas de relatos orais, a partir dos quais a pesquisadora visou captar a memória individual das mulheres para compreensão do fenômeno social que circundava a vida delas, tendo em vista eventos específicos que dizem respeito à promoção da saúde. Partindo-se da liberdade das entrevistadas de contarem o que elas achavam importante, a pesquisadora também pôde intervir “no rumo da prosa”, a fim de alcançar os objetivos pretendidos com a pesquisa.

Foi utilizado um gravador em todas as entrevistas, visando facilitar as transcrições futuras e não perder detalhes pela falha da memória da pesquisadora. A transcrição dos depoimentos em espanhol foi feita por colegas da Geografia, sendo estas mulheres argentinas, e revisadas pela pesquisadora visando a análise minuciosa das falas e a veracidade do que foi gravado para o que foi transcrito.

É importante ressaltar que o número das participantes foi definido de acordo com o método de saturação, no qual as entrevistas se encerram somente quando os relatos começam a se tornar redundantes do ponto de vista dos conteúdos tratados na pesquisa. Os relatos foram agrupados pelo conteúdo das narrativas através da recuperação da memória das entrevistas, visando o ordenamento destes relatos em conjunto, afim de encontrar categorias discursivas, representando os contextos que tratassem da temática das concepções e práticas contra-hegemônicas de promoção da saúde camponesa. As categorias basilares foram: saúde, educação, feminismo, sementes crioulas, modos de produção camponesa.

No tocante à representação social, desloco a análise para um outro nível. Ela já não se centra no sujeito individual, mas nos fenômenos produzidos pelas construções particulares da realidade social. Assim, o problema não está em abandonar o indivíduo, mas “o problema central é reconhecer que, ao analisar o social enquanto totalidade, onde o social envolve uma dinâmica diferente de um simples agregado de pessoas” (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 79).

Para enfrentar tais desafios, acredito que a sensibilidade em relação às diferenças socioculturais, ao contexto de vida destas mulheres, e principalmente as emoções expressas pelas mulheres em nossos encontros, foi a principal ferramenta frente às adversidades de realizar a pesquisa em outro país e, também, a dificuldade de realizar as análises comparadas das representações sociais que as camponesas estão inseridas como o fenômeno social totalizante.

Enfim, segundo Flick, “a pesquisa qualitativa se refere apenas ao emprego da técnica e da habilidade aos métodos, mas inclui uma atitude. Além da curiosidade, uma reflexão sobre o tema” (FLICK, 2009, p.36). Desta forma, a sensibilidade foi trabalhada para se tornar uma postura/atitude frente ao fenômeno social escolhido, pois “o verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro [...]” (MINAYO, 1994, p. 623), o que para mim, pode e deve ser entendido como processo de empatia.

Sim, foi necessária empatia em Mendoza! Foi necessário compreender o sofrer para poder utilizar o sofrer em potencial de mudança social, a partir dos relatos de vivências presentes na temática. A compreensão que a empatia era o motor da inquietude como pesquisadora, era o motivo da ansiedade que gerava o choro, o qual eu não precisava segurar durante as entrevistas, o choro como expressão do meu sofrer, nas diversas noites que tentava buscar formas de alcançar a equidade em uma sociedade produtora de iniquidades de classe, de gênero, de raça e de etnia.

É por isso que não foi por acaso que o silêncio começou a ser constante em relatos da Argentina. Com o aporte da obra “Formas do Silêncio” de Eni Puccineli Orlandi (2007), pude compreender que “o silêncio intervém como parte da relação do sujeito com o dizível, permitindo os múltiplos sentidos ao tornar possível ao sujeito a elaboração de sua relação com os outros sentidos” (p.89). Segundo a mesma autora; o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio o sentido é. De forma que, “o silêncio não está disponível à visibilidade não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo de modo fugaz. Ele escorre por entre a trama das falas” (OLARDANDI, 2007, p. 32).

O silêncio faz parte do espaço de símbolos e simbologias. Ele faz parte do espaço potencial presente no ato da coleta de relatos, pois, como explica Sandra Jovchelovitch:

O espaço potencial é, portanto, o espaço dos símbolos. Símbolos pressupõem a capacidade de evocar presença apesar da ausência, já que sua característica fundamental é que eles significam uma outra coisa. [...] Através de símbolos, coisas diferentes podem significar umas às outras e podem mergulhar umas nas outras; eles permitem uma variabilidade infinita e, ainda assim, são referenciais. Assim, é da essência simbólica- da atividade do espaço potencial o reconhecimento de uma realidade compartilhada - realidade de outros (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 74).

A enunciação das mulheres não é o objeto em si do fenômeno social compreendido e aprendido nos relatos! Estar no “olho no olho” de uma mulher que conta sua vida é o que demanda a postura sensibilizante, pois tomada pelos sentimentos diversos, as mulheres choram, sorriem, dizem e não dizem em uma “dança” com o misto de emoções no qual os sentimentos se revelam como parte fundamental dos relatos. Ou seja, o “objeto de

pesquisa” está inserido na fala e nos silêncios como constructos um do outro, e que dentro da pesquisa qualitativa só se chega ao “objeto” a partir do que lhe é enunciado.

Ao escutar a vida da outra, e os sentimentos da outra, com uma postura sensibilizante, me envolvi! Eu, mulher, conseguia compreender o sofrer no sistema patriarcal capitalista e branco como sistema que oprime a elas e a mim. Foi necessário “no contexto, interpretar e interagir com objeto estudado e a adoção de postura teórico-metodológica para decifrar os fenômenos” (PESSÔA, 2012, p. 11) a partir dos quais a pesquisa qualitativa em ciências humanas, especificamente em Geografia da Saúde, coloca em voga as vivências como a falta ou com a presença de privilégios produzidos por uma sociedade desigual-produtora de iniquidades. Enfim, conhecer e reconhecer os privilégios enquanto pesquisadora foi essencial. Julgo essa a sensibilidade necessária no processo de pesquisa.

Muitas mulheres participaram dessa pesquisa, e a participação não era somente nos relatos orais aqui expostos, foram muitas ligações e mensagens via aplicativo *WhatsApp* para chegar até a coleta dos relatos orais das camponesas. Era notória a preocupação de outras pessoas para participar na pesquisa que fossem “orgânicas” no movimento, como forma de compreensão da história da UST a partir de suas falas. Porém, só pude perceber o número de mulheres que participaram e a importância dos movimentos de indicar mulheres nas análises posteriores de todos os campos. A UST tem a diretriz que toda pesquisa e/ou pesquisadora que pretende estudar o movimento tenha uma “tutora”, como especificado na fala abaixo:

“he sido parte de la organización y cada una de las personas que han venido a hacer tesis, ha habido un delegado de la organización que acompañaba el proceso, digamos, es una cuestión orgánica, entonces en ese sentido no es por si dice o no, o acuerdo o no con cosas que para nosotros, no sé, las bases de evaluación de enviar personas a nosotros y nosotros mostramos las luces y las sombras de nuestra construcción, son bienvenidas digamos los límites, sino no podríamos seguir caminando” (Entrevistada **MA**. 24/11/2018, Escuela de Agroecología Campesina- UST, La Valle, Mendoza).

No meu caso, foram duas companheiras que fazem parte da coordenação do coletivo de gênero. Esta foi uma atitude política do coletivo de gênero de me guiar para as entrevistas orgânicas e, principalmente, evidenciar a caminhada das mulheres na construção deste movimento, desenvolvendo na prática social uma nova concepção de feminismo - o que elas mesmas denominam de “Feminismo Camponês e Popular.

A UST nasce das mulheres

A Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra faz parte de um movimento mais amplo denominado de Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) (mapa 01). O MNCI

nasceu da profunda crise dos anos 2001 na Argentina, a partir dos problemas relacionados a despejos, precárias condições de trabalho e desemprego no campo, em diferentes províncias do país. Para fazer frente a essa situação, o MNCI estabeleceu como objetivo o nucleamento de camponeses e indígenas no processo de conflito territorial, contra o avanço do agronegócio e do projeto do país com base no neoliberalismo. Esse movimento também coloca em cheque o imaginário nacional no qual a Argentina não tem camponeses, postulando esse que nega a existência do sujeito social camponês (PINTO, 2013).

Segundo o áudio referenciado no trabalho de Lucas Henrique Pinto, um dos poucos trabalhos sobre a temática, o qual é intitulado “Conflictos ambientales y apropiación de territorios rurales em Brasil y Argentina, una análisis a partir de los actores sociales involucrados: estudio comparativo de la acción internacional de la Via Campesina” (2013), o 1º Congreso Nacional del MNCI, realizado em Buenos Aires em setembro de 2010, compreendeu a necessidade de junção do camponês e do indígena para realizar um enfrentamento das classes dominantes, principalmente o agronegócio, gerador da pobreza e da marginalidade social no país, como pode ser visto a baixo:

En nuestro país, desde los tiempos de la conquista las clases dominantes comenzaron a criminalizar al campesino y al indígena bajo una falsa idea de civilización y barbarie. Los sucesivos gobiernos fueron aplicando políticas bajo esa idea. La campaña del desierto, las dictaduras militares y el neoliberalismo de los noventa, han ido consolidando un estado que es funcional a los agronegocios que han intentado eliminar a la vida campesina indígena del territorio. Este proceso histórico ha configurado un modelo basado en el saqueo de los bienes naturales, permitiendo que las transnacionales extraigan las ganancias provocando altas tasas de contaminación y afectando también la salud humana y las fuentes de agua. El agronegocio se apropia del territorio campesino indígena, aumentando la pobreza y la marginalidad. Es un modelo que genera pobreza y hambre en un país que tiene todas las condiciones para alimentar a más de cuatrocientos millones de personas. Se ha concentrado desproporcionadamente gente en las ciudades, generando desequilibrios territoriales, con enormes gastos de energía, y masas campesinas que se transformaron en desocupados en las ciudades contrastando con millones de hectáreas de campos sin gente (MNCI, 2010 apud PINTO, 2013, p. 238).

Foram as mulheres que se viam imersas nos males da profunda crise que açoitava a Argentina, em 2001, e que chegava na província de Mendoza, se organizaram para se manterem vivas diante das dificuldades econômicas e sociais do país. Enquanto trabalhadoras rurais sem terra e *puesteras* (nome local para pequenas produtoras pecuárias), elas começaram a se reunir, com o objetivo de buscar soluções para os problemas da comunidade, onde o principal era a fome e, assim começaram a gerar formas de produção e comercialização de alimentos que pudesse melhorar a qualidade de vida delas e de suas famílias.

Mapa 01: Espacialização do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI), por movimentos nas províncias de Argentina em 2019.



Fonte: Instituto Geográfico Nacional (IGN) - 2017; Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) - 2018.

A UST nasceu oficialmente em 2002, na província de Mendoza e, atualmente tem mais de 500 famílias de trabalhadoras (os) rurais. A UST se alto declara camponesa e indígena, pois está organizada “para construir uma sociedade que inclui todos”⁴. Apesar da UST-MNCI ter 17 anos de história, não se tem muitas referências bibliográficas sobre o MNCI e muito menos sobre a UST. Sendo assim, a partir dos relatos das mulheres, pude elaborar o Mapa 01, com a distribuição espacial do MNCI em escala nacional, para compreender quais movimentos provinciais se relacionam com a UST em Mendoza.

As mulheres que fundaram a UST, na província de Mendoza, são conhecidas como “Grupo de Luchadoras”. Este apelido dado às companheiras é muito representativo. Nos poucos trabalhos publicados sobre a UST não se menciona a importância da organização de mulheres- “*El Grupo de Luchadoras*”- que fazem parte fundamental do nascimento do movimento, bem como a viabilização da organização até os dias de hoje – fato que ficou evidente a partir das entrevistas que pude realizar com as mulheres do movimento.

Tive a oportunidade de conversar com algumas das *Luchadoras* e remontar a construção da UST pelas suas memórias, sofridas! Estas mulheres, que estavam imersas no desespero de manterem seus filhos e filhas vivos e sem fome na crise de 2001, começaram a colher as sobras das colheitas de peras, pêssegos e tomates das fazendas que não tinham trabalhadores suficientes. Foram as *Luchadoras* que perceberem a possibilidade de obtenção dessa matéria prima para a geração de renda, e se organizaram em suas casas para produzir molho de tomate e doces em potes para comercializar nas feiras locais. Foi dessa iniciativa das mulheres que surgiu a Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST) na Argentina.

Segundo o relato das próprias mulheres, a UST se organiza em torno da precarização do trabalho sofrida por elas, trabalhadoras rurais, que encontraram no movimento uma forma de se verem livres e mais saudáveis pela conquista da liberdade de produção (sem patrão!⁵) a partir do acesso à terra:

“La crisis afectan directamente a las mujeres fundamentalmente, porque son las mujeres las que siempre hemos estado garantizando un poco el sostenimiento de la vida de la familia, entonces recae mucho de eso ante alguna crisis y también sobre la vida de las mujeres. [...] lo mas concreto y cotidiano de todos los días, cualquier situación de esas en un estado de crisis las primeras afectadas son las mujeres. Si salís a trabajar, generalmente, donde hay problemas como los que estamos viviendo ahora de desocupación, las mujeres son las primeras mal pagas o las primeras desocupadas. En la zona rural, como esos trabajos son muy temporales a veces no se ve tan directamente, pero se nota cuando lo que tienes como economía familiar te alcanza para la mitad de las cosas, para comprar la mitad de las cosas, entonces nosotros lo vemos muy vinculado también a la

⁴ <https://campesinasdecuyo.wordpress.com/quienes-somos/>,

⁵ O lema da UST é: produzir para não ter patrão para um dia ter acesso à terra!

cuestión de género lo de salud” (Entrevista **M.** realizada em 12/11/2018, sede oeste da UST- Jocoli, Mendoza).

Atualmente, de acordo com o que foi observado em campo, a UST tem uma grande estrutura, composta por duas fábricas, uma escola e uma rádio (mapa 2). Do ponto de vista de sua base territorial, essa organização atua a partir de 03 sedes (Oeste, Leste e Sul), cada uma com sua área de abrangência departamental.

A fábrica de San Martín tem 5 anos de existência. Neste espaço trabalham 05 mulheres, sendo estas assalariadas pelo próprio movimento. Já a fábrica de Laval, especificamente na localidade Jocoli, tem 10 anos e foi de onde o *Grupo de Luchadoras* começou articular o movimento. Nesta fábrica trabalham mais 08 mulheres na produção, além de funcionar o setor de comercialização dos produtos camponeses da UST.

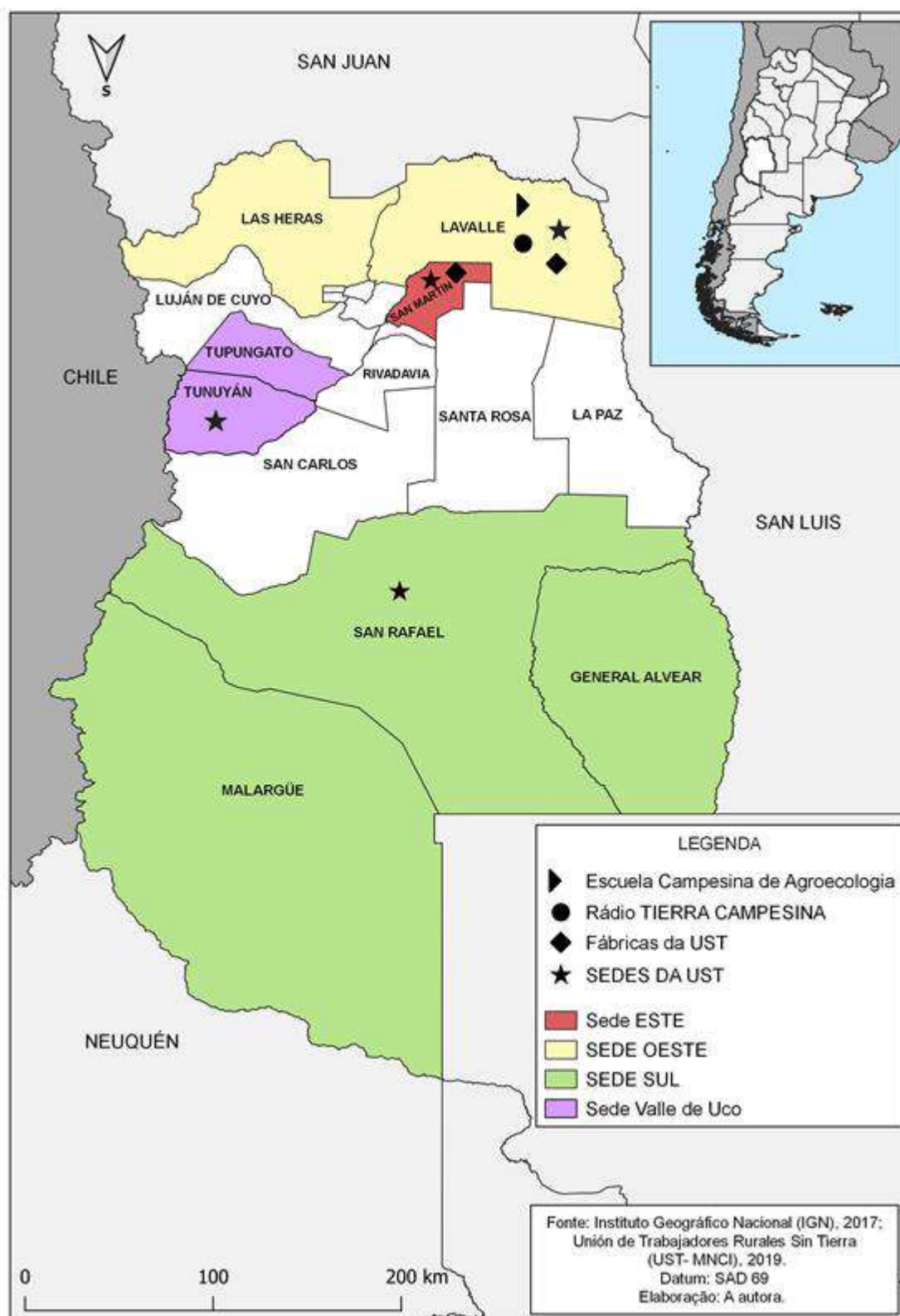
A fábrica também cumpre o papel de emancipação econômica para mulheres que sofrem e/ou sofreram violência doméstica. Nessas situações, essas mulheres trabalham dentro do próprio movimento, principalmente nas fábricas, onde recebem um salário fixo, como forma de se verem livres de pais e maridos violentos:

“la fábrica ha sido como un espacio de contención también a las mujeres, tenemos compañeras jovencitas con problemas de genero de parte de su padre o hermano, entonces la fábrica ha servido para que las compañeras como un espacio de contención y a la vez de, como te digo (...), pero también como un espacio de economía... porque es cobrar un sueldito y estas mejor, y dentro de todo la vas formando a las compañeras” (Entrevistada **ALI**, Mendoza-ARG, 2019).

As mercadorias produzidas pelas mulheres são comercializadas através de redes de comércio solidário, de economia popular e nas feiras locais que o movimento participa. Alguns dos produtos da UST/MNCI - como vinho, doces em potes e molho de tomate, bem como artesanatos produzido pelas mulheres são comercializados, (Foto 01) por meio de redes de economia popular articuladas pelo movimento nacional (MNCI) em distintas províncias da Argentina, como Buenos Aires, Rosário e Córdoba.

Enfim, a experiência da UST tem se caracterizado pela tentativa de agregar valor em uma cadeia de produção sob o controle camponês. Podemos perceber que as camponesas organizadas produzem e comercializam a preços acessíveis para consumo em massa, através de redes de economias solidárias.

Mapa 02: Espacialização da União de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI) na provincia de Mendoza- Argentina, 2019.



Fonte: Instituto Geográfico Nacional (IGN), 2017; Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST).
Elaboração: Autora (2019).

Foto 01: Produtos da luta camponesa da UST/MNCI.



Fonte: Trabalho de Campo na Feira de Mendoza Capital, 18 de novembro de 2019.

Além da fábrica e do circuito de produção desenvolvido pelo movimento, com protagonismo das mulheres, as entrevistadas relatam que, nesses 17 anos de existência do movimento, elas tiveram outra grande conquista: a escola do movimento, “Escuela Campesina de Agroecología- MNCI”:

“Acá en realidad, por ahora, tenemos dos experiencias, [...] Son territorios que se defendieron que eran de un compañero, de una familia, que había sido poseedor siempre, pero no tenía los papeles; entonces se logra hacer un juicio, pelear la posesión de esa tierra y después cuando se da la condición de ganar el tema jurídico, el compañero entrega una parte de esa tierra; la colectiviza” (Entrevista V. realizada em 12/11/2018, sede oeste da UST- Jocoli, Mendoza).

O movimento apresenta, assim, uma Escola comprometida com os processos pedagógicos do campo e uma educação voltada para o campesinato, mas que também atende à sociedade mendocina em geral. Segundo os relatos orais de mulheres, a criação da escola foi resultado da luta de 35 comunidades de base do movimento e está diretamente ligada aos princípios pedagógicos da Via Campesina. O papel principal da escola é:

“[...] és concebir el derecho a la educación, entonces a un nivel y modalidad en el campo, donde uno vive, respetando su cultura, sus saberes populares, la agroecología, la producción; todo eso elementos es un componente fuerte en esta escuela, lo mismo que la alternancia que por ahí pueda representar

no es que, entiendo yo que, en los inicios pueda haber sido; pero tiene que ver más con lo de la educación vinculada a la vida” (Entrevista M. realizada em 12/11/2018, sede oeste da UST- Jocoli, Mendoza).

A Escuela Campesina de Agroecología- MNCI também se configurou como uma porta de entrada para novos militantes, que ao frequentarem a escola se somaram à luta da UST. Como nos conta M., a escola se desenvolveu em etapas, visando romper as dificuldades de acesso à educação básica e superior para aquelas e aqueles que não tem acesso:

“[...] bueno acá se desarrollan distintos procesos no solo uno; bueno uno fue la escuela un secundario de adultos, como nivel básico; después comenzaban a egresar los estudiantes y surgía la necesidad de decir, bueno quiero acceder a la educación superior, que hoy en el campo es un límite, o sea hoy si te digo que el 10% accede a la educación superior es mucho. Por lo costoso, por más que haya una universidad pública, acá la distancia, las fotocopias, un montón de elementos que impiden que un muchos de jóvenes puedan acceder a la educación superior; entonces ahí creamos una carrera de nivel superior, en economía social y desarrollo local, que son 3 años. [...] iniciamos el primer profesorado de educación primaria para el campo, para las escuelas primarias del campo, ese finalizo antes de ayer y también hay un grupo bien grande, que también es a término, son 4 años, es muy lindo eso, porque hemos abarcado todas las prácticas de las escuelas de varios departamentos” (Entrevista M. realizada em 12/11/2018, sede oeste da UST- Jocoli, Mendoza).

A Unión de trabajadores rurales Sin Tierra (UST-MNCI) também tem uma rádio camponesa, localizada em Jocoli: Radio Tierra Campesina - 89.1 FM (ver mapa 02). Com 09 anos de existência, essa rádio ajudou muito no processo organizativo por meio da vinculação de notícias do ponto de vista do próprio movimento, tendo um grande impacto no fortalecimento da luta e de sua proximidade com a comunidade local. Afinal,

“Cuando llegó la organización decían que veníamos a quitar tierras, o que acercarse a la organización era malo. Hoy, eso se ha legitimado la lucha, porque hay compañeros viviendo en la finca, tenemos una escuela, una radio que es de todos, tenemos una fábrica donde todo el mundo quiere trabajar, alguien tiene un problema; no sé hasta de violencia de género y se acerca a la organización a pedir ayuda” (Entrevista V. realizada em 12/11/2018, sede oeste da UST- Jocoli, Mendoza).

Mas essas conquistas não teriam sido alcançadas se não representassem uma forma de resistência à inúmeras situações de violência vividas pelas mulheres do movimento, conforme demonstram as inúmeras entrevistas realizadas. Vejamos um exemplo:

“Yo creo que de todas las cosas que vos escribiste ahí te aseguro que la mayoría es violencia, violencia, violencia. Creo que cada caso que va capaz empezando a hablar de otra cosa y después va a saltar, quieras o no va a saltar” (Entrevista KA. realizada em 12/11/2018, sede sul da UST- Carmensa, Mendoza).

As entrevistas também trazem a questão fundamental dos filhos como motivadores para saírem das situações de violência e sofrimento, para se mudar a sociedade machista a qual elas estão inseridas. **KA.** relata que após uma separação, por violência, o seu filho é a sua motivação para lutar:

“Yo soy madre soltera, ya van 4 meses que me separé, desde ahí la estoy empezando a luchar sola con mi bebé. No tengo ayuda de nadie, solo de mi familia, y de la UST. [...] Cuando yo me separé, me dije:” porqué mi hijo tiene que pasar esto, si yo lo viví y no quiero que el lo pase también. No quiero seguir siendo golpeada, no quiero seguir siendo maltratada”. (Entrevista **KA.** realizada em 06/12/2018, sede sul da UST- Carmensa, Mendoza).

Em resposta à essas situações de violência, as mulheres da UST criaram o seu coletivo de gênero, dada a necessidade de se discutir como avançou as mulheres no enfrentamento das causas estruturais de discriminação das mulheres trabalhadoras seja no ambiente do trabalho ou no local de residência. Assim,

“[...] Un poco eso fue el nacimiento de la organización, mucha pobreza en lugares donde hay tierra improductiva que no se usa y entonces fue eso también la lucha, el decir : “Producir para no tener patrón, para un día tener nuestra tierra”. Eso tiene mucho que ver con la producción de alimentos y una lucha que no se termina más, no hay posibilidad de una buena vida o de un buen vivir si vos no podés acceder a alimentos sanos, si estás comprando alimento de mala calidad. Es así, que el poder producir nuestro propio alimento es como fundamental [...]”(Entrevistada **V.** 12/11/2018, sede oeste da UST- Jocoli, Mendoza).

Essa agenda feminista proporcionou a visibilidade da situação das mulheres camponesas, que não acessam as condições básicas para elas e para suas famílias. E foram essas mulheres que vincularam o trabalho, a terra, o gênero e a saúde, com o conceito de soberania alimentar.

A partir dos relatos orais, pode-se afirmar que o movimento compreende que o histórico de lutas se estrutura pelo sonho da mudança da sociedade, pautada nos princípios feministas socialistas de igualdade de gênero e fim da sociedade classistas e que, para se lograr com esta mudança societária será necessário criar espaços diferentes, como as fábricas, a escola e a rádio.

Da opressão do patriarcado à emergência de uma nova concepção de feminismo

“No hay posibilidad de una reforma agraria real, de un buen vivir si no trabajamos la cuestión de las violencias, que es enfrentar al patriarcado como base para el capitalismo también, siendo un desafío que en los últimos años la organización se ha propuesto más fuertemente, no sin resistencias” (Entrevistada **V.** Mendoza-ARG, 2018).

O patriarcado não é uma condição humana, é uma condição histórica. Para compreender este sistema de opressão de mais de 5.000 anos, temos de compreender qual é a base material que hoje sustenta o gênero masculino ter superioridade pelo feminino. A opressão patriarcal permanece e se articula com as conexões de outras opressões sociais. Por isso, as violências sofridas pelas mulheres do campo devem ser sempre analisadas em duplas, do capitalismo se apropriando do patriarcado como base do seu sistema de dominação-exploração, porque não bastaria uma interpretação centrada apenas no marxismo para dar conta da complexidade das relações desiguais entre os sexos, as divisões sexuais de trabalho, de poder e de codificação do prazer (CASTRO, 2000).

Não posso negar, perante os relatos, e também pela análise dos documentos oficiais, que as camponesas latinas tomaram consciência da classe e da condição de gênero e que a condição de dominadas triplamente, pela incorporação do racismo, demandam lutar contra o sistema patriarcal-racista-capitalista (SAFFIOTI, 1969). Afinal, a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos modelos do sistema capitalista reforça ainda mais as mulheres camponesas indígenas como alvos das crises. **M**, deixa isso bem claro quando afirma que:

"lo más concreto y cotidiano de todos los días, cualquier situación de esas en un estado de crisis las primeras afectadas son las mujeres"(Entrevistada **M**. Mendoza-ARG, 2018- tradução da autora).

A exploração de classe e opressão de gênero no campo estão intrinsicamente relacionados à necessidade de lutar pela emancipação feminina. Esta é uma constatação do próprio movimento mundial, de que se emancipar humanamente perpassa compreender o óbvio: que a emancipação deve ser tanto para os homens, quanto para as mulheres. Logo, as mulheres camponesas se dão conta que não podem utopizar um novo projeto de espaço sem considerar que a emancipação humana da sociedade, depende da necessidade de desbiologizar as desigualdades de sexos, sendo pensada como equidade de gênero e não somente a igualdade, pois ainda hoje, o patriarcado oprime as mulheres em diversas escalas.

As camponesas, ao contarem suas histórias para mim, pontuavam a pressão violenta do sistema patriarcal em suas vidas, desde a infância até a vida adulta. Dessa forma, as mulheres camponesas de diversas regiões do mundo, articuladas em rede pela Via Campesina, vislumbram a possibilidade de mudança pela constituição cotidiana do projeto de sociedade diferente do atual.

Sendo assim, evidenciou-se nessa pesquisa que o movimento feminista dentro da Via Campesina começa junto com seu nascimento, em 1993. Desde sua fundação, a Via

Campesina apresentava esmagadora maioria de lideranças mulheres (DESMARAIS, 2013), que se une à luta da Marcha Mundial das Mulheres. Por causa disso, vem contribuindo para a conquista de bandeiras feministas.

A importância das mulheres latinas nestas diretrizes feminista é algo inegável. Logo na I Assembleia Latino-americana de Mulheres, realizada antes da II conferência da CLOC, em Brasília no ano de 1997, foi aprovada a paridade de gênero na participação da organização, garantindo 50% de participação de mulheres em atividades de capacitação, seminários e eventos internacionais.

Em 2000, na III Conferência da Via Campesina, na Índia, 43% das delegadas eram mulheres. A organização na I Assembleia Internacional de Mulheres foi crucial para a aprovação de um documento sobre gênero e a institucionalização da paridade na comissão coordenadora da Via Campesina (DESMARAIS, 2013).

A II Assembleia de Mulheres, em 2003, teve um papel crucial na história da organização internacional, pois elas lançaram a “Campanha de Sementes, patrimônio da humanidade”. Reconhece também o papel crucial exercido pelas mulheres na preservação e melhoria de sementes crioulas.

Em 2006, especificamente no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, temos a expressão máxima deste processo feminista, com a ação liderada pelas mulheres do CLOC - La Vía Campesina - Brasil de destruir as mudas de eucalipto de uma empresa de celulose: Eucalipto da Aracruz.

Como reflexo destas ações anteriores, a Via Campesina lançou em 2008, a campanha “BASTA de Violência contra as Mulheres”. Combatendo a violência doméstica, como uma das principais formas de violação dos direitos humanos das mulheres, e colocando em pauta a saúde mental e a integridade física e patrimonial. As mulheres organizadas pontuaram a violência de classes e a violência gerada pela falta de terra e as faltas de condições para permanecer no campo, demonstrando assim, o por que esta violência de classe afeta mais intensamente as mulheres camponesas.

Sendo assim, essa a campanha visou e ainda visa demonstrar como as mulheres camponesas também precisam suportar a violência dentro de sua própria casa, na família e comunidade, e até mesmo nas organizações. Sem dúvida esta campanha tem um impacto enorme dentro e fora do movimento e tem se tornado uma das campanhas mais arriscadas e difíceis.

Dentro deste quadro histórico as mulheres latinas e caribenhas, pertencentes à Via Campesina, desenvolveram coletivamente o conceito de "Feminismo Camponês e Popular". Este conceito é muito presente no movimento argentino, pois, com a criação do conceito e estratégias de implementação destes nas escalas locais, se (re)criou a forma de

enfrentamento do chamado social-patriarcalismo e do machismo que atinge a vida das camponesas.

Tal conceito surge na IV Assembleia Latino-americana das Mulheres do Campo em 2010, em Quito-Ecuador, na qual foram aprofundadas as análises na perspectiva feminista dentro do Movimento Camponês, ao afirmar que "Sem feminismo, não há socialismo!". A declaração final resume: "[...] A proposta feminista contribuirá para definir as mudanças socialistas com as quais sonhamos, pois lutaremos até que as forças combinadas do capitalismo e do patriarcado façam parte do passado" (VIA CAMPESINA, 2010).

Enfim, a Via Campesina traz em seus documentos oficiais e também nos seus meios de comunicação (como o site: Viacampesina.org) que essa luta do feminismo camponês é uma luta contra o sistema capitalista: "Os homens não são nossos inimigos. Nossos inimigos são o capitalismo, o patriarcado e o racismo, e nosso feminismo camponês é essencial para lutar contra eles" (VIA CAMPESINA, 2010).

O projeto almejado pelo Feminismo Camponês e Popular se refere a uma sociedade livre do patriarcado e do capitalismo, pautando assim, uma sociedade construída pelo feminismo e pelo socialismo. Este feminismo foi analisado pela categoria trabalho, vinculando o feminismo camponês e popular à luta capital-trabalho, e também pela centralidade das discussões sobre poder, um projeto para a emancipação humana, tal como propôs Táboas (2018). Assim,

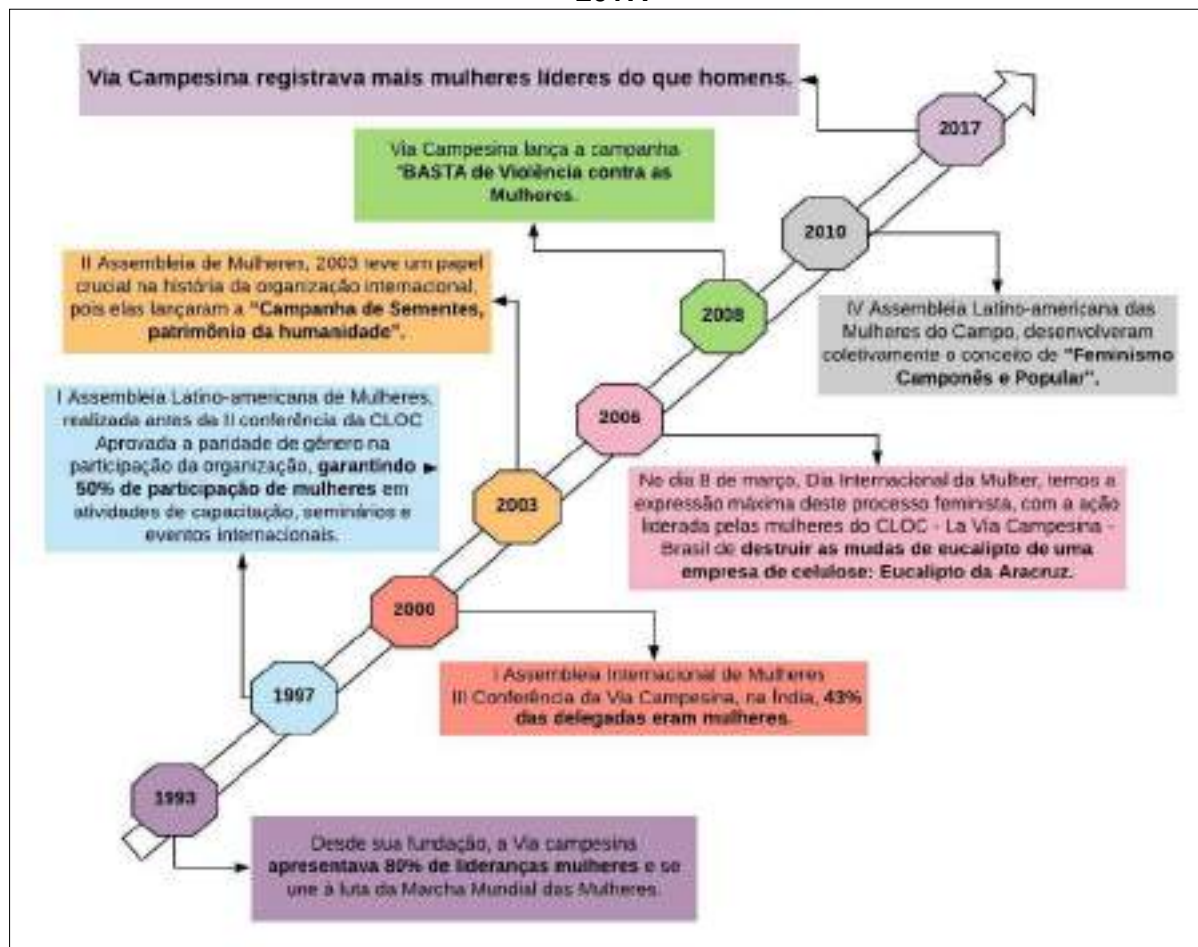
"O Feminismo Camponês Popular reflete fundamentalmente as práticas diárias de resistência a dominação-exploração patriarcal-racista-capitalista protagonizadas por mulheres camponesas latino-americanas; é uma tarefa cotidiana, e como tal, tem seus princípios, táticas, estratégias e elaborações conhecidas por mulheres militantes". (TÁBOAS, 2018, p.124)

Assim, o Feminismo Camponês e Popular, criado pelas mulheres da CLOC, alcança o âmbito global pelo acúmulo de ações e práticas antipatriarcais, antiburguesas e antirracistas adotadas pela rede mundial campesina, desde o seu nascimento. Desse modo, a concepção feminista que está sendo construída na práxis, altera a vida social, econômica e política da classe trabalhadora do campo e, em particular, das mulheres trabalhadoras do campo na América Latina e Caribe.

Essa força das mulheres se evidenciou durante a VI Conferência da Via Campesina, realizada em 2013 na Indonésia. Nessa conferência, as mulheres pontuam com vigor a luta contra o neoliberalismo e o patriarcado, destacando como produtoras históricas da agricultura e da alimentação. Elas são as principais responsáveis pela produção nos países mais pobres a partir da defesa da biodiversidade locacional. Um reflexo da implementação deste conceito como bandeira de luta camponesa tem se refletido no bojo

das organizações político-regionais, onde a CLOC registrava em 2017 mais mulheres líderes do que homens.

Organograma 1: O Feminismo Camponês e Popular na Via campesina de 1993 até 2017.



Fonte: Adaptado de DESMARAIS, 2013; documentos oficiais da Via Campesina. Elaboração: a autora (2020).

Sendo assim, a construção de um feminismo, com uma perspectiva camponesa e popular, se dá a partir das vivências cotidianas de opressão, as quais podem ser vistas na fala a seguir:

“Feminismo. Yo, cómo te puedo decir. Yo estoy a favor [...], en el sentido de como mujer. Yo en el campo vi muchas cosas, vi cuando abusaban de una prima, vi muchas situaciones, mucha violencia y que ahora estén saltando las mujeres es bueno. Ahora están sabiendo que las mujeres tenemos una voz. Ya no tenemos la obligación de callar, cuando nos decían que nos quedaríamos calladas con una mirada. Ahora no, ahora una mujer agarra te contesta, se pone firme y si es posible sale adelante sola; ya no depende de alguien. Yo estoy a favor de eso, de que estamos haciéndonos escuchar. Y así mismo están pasando un montón de cosas. Pero sí...” (Entrevista KA. realizada em 06/12/2018, sede sul da UST- Carmensa, Mendoza).

Outro marco importante de atuação das mulheres na valorização da questão da soberania alimentar é a problemática de prover alimentos saudáveis a partir de sementes crioulas. O papel histórico das mulheres como guardiãs das sementes tem o marco referencial na II Assembleia Internacional de Mulheres do Campo da Via Campesina, realizada no Brasil, na cidade São Paulo, em junho de 2004. Nesta oportunidade as mulheres levantaram uma das principais bandeiras do movimento internacional. Elas lançaram a “Campanha de Sementes, patrimônio dos povos”. Reconhecendo assim, o papel crucial exercido pelas mulheres desde o começo da humanidade de guardar, preservar e melhorar as sementes crioulas.

Las mujeres del campo, como protagonistas en la construcción de otro mundo posible, nos proponemos defender, fortalecer y ampliar nuestras organizaciones y movimientos, continuar luchando contra el modelo neoliberal; contra el libre comercio; por la soberanía alimentaria; por la tierra y territorio, por reformas agrarias integrales; por la defensa de nuestras semillas como patrimonio de los pueblos; por la soberanía económica de las mujeres y la igualdad de género, y por la soberanía de nuestros pueblos (VIA CAMPESINA, 2004, s/p).

São as mulheres que pontuam a saúde como meta a ser alcançada por uma sociedade socialista e feminista camponesa e popular:

“[...] sino también, entendiendo ese concepto de salud desde el estar bien, de poder tener una vida sana en todo su dimensión, que pases eso nosotros decimos:” bueno necesitamos el acceso a la tierra y al agua para poder producir alimentos sanos” (Entrevistada V. 12/11/2018, sede oeste da UST-Jocoli, Mendoza -grifos da autora).

As mulheres da UST/MNCI têm a intenção que as sementes representem a cultura da resistência, e então batizaram a diretriz das sementes crioulas como as “Semillas en Movimiento”, como nos contou MA. Elas também reforçam que a preservação das sementes vem de diretrizes da rede internacional:

“[...] en realidad como todo nace es parte del concepto que hemos construido como Vía campesina, esa disputa de dos modelos de concebir la agricultura y bueno parte del modelo de la agricultura campesina tiene que ver con la recuperación de las semillas, sí, para nosotros la semilla es vida, es cultura, es multiplicación, es continuidad y entonces en ese sentido la escuela para nosotros es también un espacio de pertenencia y bien como te decía recién, de construir conciencia crítica [...]” (Entrevistada D. 24/11/2018, Escuela de Agroecología Campesina- UST, La Valle, Mendoza).

Na Argentina a questão das sementes não apresenta a mesma articulação que temos no Brasil. Porém, o movimento argentino, através das falas das mulheres

participantes da pesquisa, demonstram que o ato de guardar sementes está sendo iniciada e também associado à promoção da saúde. A Escuela Campesina de Agroecologia apresenta uma casa de sementes, porém elas pontuam que as sementes não estão necessariamente em um lugar em específico, e sim, nas casas das próprias militantes.

Considerações finais

Este artigo tinha como proposta principal demonstrar o protagonismo das mulheres dentro da conformação da Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST) e da Via Campesina. Para tal, me debrucei sobre os relatos orais, provenientes da pesquisa qualitativa, onde pude concluir que: os resultados obtidos foram provenientes de uma atitude política de sensibilização e empatia no processo de produção desta pesquisa.

Sendo assim, remontei a criação da UST pelas próprias mulheres do movimento. A organização nasceu em 2001 e se organizou em torno da precarização do trabalho sofrida principalmente pelas mulheres, trabalhadoras rurais, que encontram no movimento uma forma de se verem livres e mais saudáveis pela conquista da liberdade de produção (sem patrão!) para acesso a terra e assim, para produção de modos de vida diferentes do que elas viviam. Pudemos evidenciar que o coletivo de gênero surgiu em 2012, como uma reflexão das próprias mulheres depois de 10 anos da UST, onde elas evidenciaram que o movimento se estruturou pelo sonho da mudança da sociedade, almejado pelas mulheres, “*El Grupo de Luchadoras*”, que pontuaram e, ainda pontuam, a reforma agrária como uma ferramenta de luta para se alcançar a esta sociedade, pautada nos princípios feministas socialistas de igualdade de gênero e fim da sociedade classista e racista.

Pudemos concluir que a luta das mulheres está presente em todas as escalas, do local, nacional, regional e mundial. Se consolidando desde a UST enquanto movimento regional de Mendoza, chegando a Via Campesina, pois o movimento feminista dentro da Via Campesina começa junto com seu nascimento, em 1993, já o Feminismo Camponês e Popular, criado pelas mulheres da CLOC chega âmbito global pela incorporação deste na rede mundial em 2010. Concluímos assim que, a concepção feminista que está sendo construída na práxis, em diversas escalas de luta, altera a vida social, econômica e política da classe trabalhadora do campo e, em particular, das mulheres trabalhadoras do campo na Argentina, na América Latina e no Mundo.

Referências

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, v. 3, n. 5, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n5/n5a11.pdf> > Acesso em julho de 2017.

BORRAS JR, Saturnino; EDELMAN, Marc. La Vía Campesina and its global campaign for agrarian reform. **Journal of Agrarian Change**, v. 8, n. 2-3, p. 258-289, 2008. Disponível em < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1471-0366.2008.00170.x> > Acesso em 19 dez.2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, v. 19, n. 32, p. 14-33, 2016. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Estevan_Leopoldo_De_Freitas_Coca/publication/310461314_20_anos_da_proposta_de_soberania_alimentar_construindo_um_regime_alimentar_alternativo/links/582e4bfc08ae138f1c01d9d6.pdf > Acesso em: 21 dez. 2018.

DESMARAIS, Annette Aurelie. **A Via Campesina: A globalização e poder do campesinato**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

DOMÍNGUEZ, Diego. Recampesinización en la Argentina del siglo XXI. **Psicoperspectivas**, v. 11, n. 1, p. 134-157, 2012.

EDELMAN, Marc; BORRAS JR, Saturnino. **Political dynamics of transnational agrarian movements**. Rugby: Practical Action Publishing, 2016.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HARRES, M. M. História Oral: algumas questões básicas. **Revista Anos 90**, v. 15, n.28, p. 99-112, 2008

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. **Textos em representações sociais**, v. 5, p. 63-85, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Editora da UNICAMP, 2007.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ**, v. 1, n. 23, p. 4-18, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3682> >. Acesso em fevereiro 2017.

PINTO, Lucas Henrique. **Conflictos ambientales y apropiación de territorios rurales en Brasil y Argentina, un análisis a partir de los actores sociales involucrados: estudio comparativo de la acción internacional de La Vía Campesina**. Bernal, 2013. Tese (Doutorado em Ciencias Sociales Y Humanas) - Universidad Nacional de Quilmes, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Quatro Artes, 1969.

TABOAS, Ísis Menezes. **É LUTA! Feminismo Camponês Popular e Enfrentamento à Violência**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2018, 186 pp.

THOMAZ JÚNIOR Antonio. Por uma “cruzada” contra a fome e o agrohídronegócio—nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 9, n. 1, p. 08-34, 2008. Disponível em < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1637> >. Acesso em abril de 2017.

TURRA NETO, Nécio. **Pesquisa qualitativa em Geografia**. XVII Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), 22-28 de julho de 2010, Belo Horizonte. Anais...: Belo Horizonte, p. 01-12, 2010.

VIA CAMPESINA. **Comprender lo feminismo en la lucha campesina**. Via Campesina, 2017. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/comprender-feminismo-la-lucha-campesina/>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

VIA CAMPESINA. **Declaración de la II ASAMBLEA INTERNACIONAL DE MUJERES RURALES**. São Paulo, 12 y 13 de junho de 2004. Disponível em <https://viacampesina.org/es/declaracion-la-ii-asamblea-internacional-de-mujeres-rurales/>. Acesso em: 03 fev 2019.

VIA CAMPESINA. **Tlaxcala: Declaracion de La Via Campesina**. Via Campesina, 1996. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina-tlaxcala-mexique-18-al-21-abril-1996/>. Acesso em Janeiro de 2018.

WITTMAN, Hannah. Food sovereignty: a new rights framework for food and nature? **Environment and Society**, v. 2, n. 1, p. 87-105, 2011. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/233698051_Food_Sovereignty_A_New_Rights_Framework_for_Food_and_Nature> Acesso em: set. 2018.

Sobre a autora

Carolina Russo Simon – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-5875-580X>

Como citar este artigo

SIMON, Carolina Russo. O protagonismo das mulheres na Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI) e a emergência de uma nova concepção de feminismo na Via Campesina. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 193-2015, mai.-ago., 2020.

Recebido para publicação em 09 de agosto de 2019.
Devolvido para a revisão em 31 de janeiro de 2020.
Aceito para a publicação em 05 de março de 2019.

O processo contraditório de reprodução socioterritorial da juventude camponesa no interior dos territórios de luta pela Reforma Agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu/PR¹

Jessica Aparecida de Avila Follmann

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

e-mail: jessyca_deavila@hotmail.com

Djoni Roos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

e-mail: djoni_roos@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho objetivou compreender as contradições enfrentadas pela juventude camponesa no processo de reprodução socioterritorial nos espaços de luta pela reforma agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu/PR. Tais contradições estão diretamente correlacionadas a realidade cotidiana destes jovens e moldam suas escolhas futuras. Parte-se do entendimento de juventude camponesa a partir da realidade de classe social a qual estes jovens estão inseridos (campesinato), e a estreita ligação dos mesmos com o histórico de luta pela terra presente em ambos os municípios que compuseram o estudo. Abordar-se-á no decorrer do trabalho, dados obtidos através dos levantamentos de campo e apontamentos teóricos que compuseram a pesquisa, objetivando compreender a realidade cotidiana dos jovens camponeses que se fazem presentes nos territórios de luta pela reforma agrária. Realidade a qual, é perpassada pela hierarquização familiar, subordinação juvenil e busca por reconhecimento e autonomia, perante o núcleo familiar camponês.

Palavras-chave: Juventude; campesinato; reforma agrária; contradições.

The contradictory process of socio-territorial reproduction of peasant youth within the territories of struggle for Agrarian Reform in the municipalities of Laranjeiras do Sul and Rio Bonito do Iguaçu/PR

Abstract

This work aimed to understand the contradictions faced by peasant youth in the process of socio-territorial reproduction in the spaces of struggle for agrarian reform in the municipalities of Laranjeiras do Sul and Rio Bonito do Iguaçu / PR. Such contradictions are directly correlated to the daily reality of these young people and shape their future choices. It starts with the understanding of peasant youth based on the reality of social class to which these young people belong (peasantry), and their close connection with the history of struggle for land present in both municipalities that composed the study. It will be approached in the course of the work, data obtained through field surveys and theoretical notes that composed the

¹ O presente trabalho é resultado de pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *campus* de Marechal Cândido Rondon. A pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – código de financiamento 001.

research, aiming to understand the daily reality of young peasants who are present in the territories of struggle for agrarian reform. Reality, which is permeated by family hierarchy, youth subordination and search for recognition and autonomy, before the peasant family nucleus.

Keywords: Youth; peasantry; land reform; contradictions.

El proceso contradictorio de reproducción socio-territorial de la juventud campesina dentro de los territorios de lucha por la Reforma Agraria en los municipios de Laranjeiras do Sul y Río Bonito do Iguaçu/PR

Resumen

Este trabajo tuvo como objetivo comprender las contradicciones que enfrentan los jóvenes campesinos en el proceso de reproducción socio-territorial en los espacios de lucha por la reforma agraria en los municipios de Laranjeiras do Sul y Río Bonito do Iguaçu / PR. Dichas contradicciones están directamente relacionadas con la realidad cotidiana de estos jóvenes y dan forma a sus elecciones futuras. Comienza con la comprensión de la juventud campesina basada en la realidad de la clase social a la que pertenecen estos jóvenes (campesinado), y su estrecha conexión con la historia de la lucha por la tierra presente en los dos municipios que compusieron el estudio. Se abordará en el curso del trabajo, datos obtenidos a través de encuestas de campo y notas teóricas que compusieron la investigación, con el objetivo de comprender la realidad cotidiana de los jóvenes campesinos que están presentes en los territorios de lucha por la reforma agraria. La realidad, que está permeada por la jerarquía familiar, la subordinación juvenil y la búsqueda del reconocimiento y la autonomía, ante el núcleo familiar campesino.

Palabras-chave: Juventud; campesinado; reforma agraria; contradicciones.

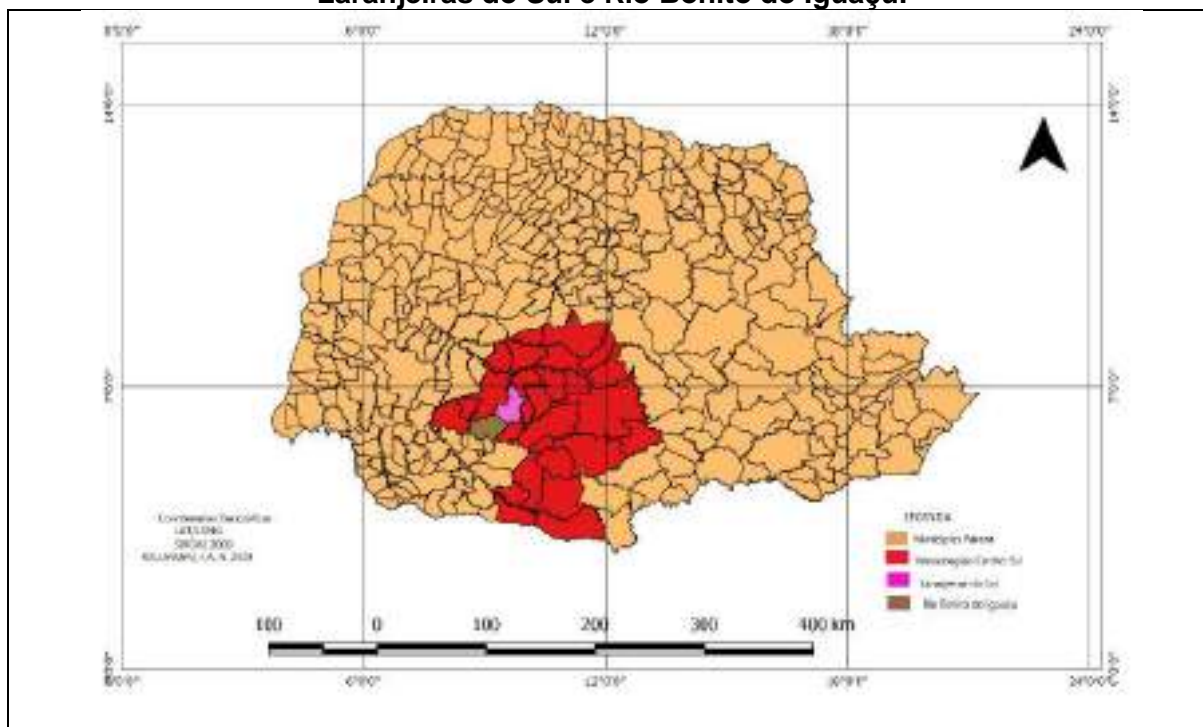
Introdução

O campo brasileiro é constituído por uma gama de realidades e culturas distintas, cujas raízes estão diretamente interligadas com a conformação do espaço agrário do país. A desigualdade social presente no rural brasileiro também é fruto da maneira com que este espaço agrário foi moldado ao longo da história. A constante resistência de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, entre outros, revelam a desigualdade presente no campo brasileiro e as constantes pressões por eles sofridas. A expansão do capitalismo sobre o campo e a consequente negação de acesso à terra, promovida pelos latifundiários, ou mesmo, pelo próprio Estado, põem em constante resistência as populações camponesas e demais povos originários.

Diante disso, destaca-se o recorte espacial do presente trabalho, cuja resistência camponesa é notável. A escolha dos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu, localizados na Mesorregião Centro-Sul Paranaense, ocorreu pelo histórico de lutas camponesas organizadas em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde início dos anos de 1990 até a atualidade. Tais lutas, marcaram/marcam o respectivo espaço e possibilitaram/possibilitam a organização campesina e a conquista da

terra. A Figura 1, destaca a localização da Mesorregião Centro-Sul Paranaense e os respectivos municípios que compreendem a presente análise.

Figura 1: Localização da Mesorregião Centro-Sul Paranaense e dos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu.



Fonte: Base de dados IBGE. Organização: Autores. Software: Quantum Gis.

Os espaços que compuseram a presente pesquisa são compreendidos pelos assentamentos rurais e acampamentos de camponeses sem-terra presentes nos municípios supracitados. Os assentamentos rurais representam a territorialização camponesa, que se dá pela conquista de frações do território (FERNANDES, 1994), sendo eles: Oito de Junho, localizado no município de Laranjeiras do Sul e Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez de Maio, no município de Rio Bonito do Iguaçu. Os acampamentos representam a espacialização da luta pela terra (FERNANDES, 1994) e o caráter combativo presente no campesinato, cujas reivindicações e lutas pela conquista/permanência na terra elencam a desigualdade presente no campo brasileiro, sendo eles: Recanto da Natureza, em Laranjeiras do Sul e Herdeiros da Terra de 1º de Maio, localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu.

A escolha do referido recorte espacial se fundamenta no histórico de lutas e conquistas camponesas. Os assentamentos selecionados possuem mais de 20 anos de conquista e resistência, representam a territorialidade campesina no interior do estado do Paraná. Da mesma maneira, são experiências concretas da organização camponesa e carregam consigo um vasto histórico de discussões políticas e sociais. Foi diante do histórico de luta e conquista dos espaços que compuseram o estudo, que buscou-se compreender a

realidade vivenciada pela juventude camponesa. Visando analisar como os mais de 20 anos de luta camponesa afetaram/afetam o cotidiano destes jovens, a ponto de existirem ou não relações contraditórias no interior dos territórios da reforma agrária e dos núcleos familiares camponeses.

As motivações para o desenvolvimento da pesquisa, da qual resultou o presente trabalho, se deram pela necessidade de compreender a realidade vivenciada pela juventude camponesa, presente nos espaços de luta pela reforma agrária dos municípios que compuseram o estudo. Realidade a qual, muitas vezes, se mostra contraditória, inclusive no interior dos movimentos sociais camponeses. O histórico de reivindicações e conquistas camponesas, nos municípios em questão, contribuiu para o levantamento de questionamentos que guiaram o desenvolvimento do trabalho, tais como: como se dá a reprodução socioterritorial da juventude camponesa nos assentamentos/acampamentos de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu? Os jovens camponeses estão permanecendo ou partindo do campo? Como se dão as relações sociais internas ao núcleo familiar camponês? Há desigualdades de gênero intrínsecas ao campesinato?

Visando sanar cada questionamento exposto, foram desenvolvidos 158 questionários com jovens camponeses de ambos os sexos, entre 15 e 18 anos e 32 entrevistas com jovens de 18 a 29 anos, camponeses, representantes de cooperativas e membros da comunidade. Optou-se pelo desenvolvimento dos questionários junto às escolas e colégios do campo, presentes nos assentamentos que compuseram o estudo, os quais concordaram em ceder espaço para o desenvolvimento dos questionários. Tal metodologia contribuiu para a maior abrangência de jovens. Por opção metodológica foram utilizados pseudônimos, como por exemplo, “Jovem 1”, “Camponês 1” e assim sucessivamente, para denominação dos entrevistados. Já, os dados obtidos por meio dos questionários foram tabulados em forma de gráficos e tabelas.

Vale ressaltar que na presente pesquisa, utilizou-se como recorte etário para compreensão da juventude, àquele reconhecido pelo Estatuto da Juventude, sancionado no ano de 2013 (ESTATUTO DA JUVENTUDE, 2013). Este delimita direitos, garantias e define a faixa etária considerada como juventude, entre 15 e 29 anos.

Nesse sentido, buscou-se compreender as contradições e desafios inerentes a reprodução socioterritorial da juventude camponesa nas áreas em estudo. Da mesma maneira, tentou-se entender a relação intrínseca da juventude camponesa e da luta pela Reforma Agrária, analisando a realidade destes sujeitos no interior dos assentamentos rurais e acampamentos de camponeses sem-terra.

Para uma melhor compreensão, o trabalho está dividido em quatro seções. A primeira, destinada ao debate teórico de alguns pontos levantados por diversos autores e autoras, tais como: Castro, 2007; Rosas, 2007; Stropasolas, 2007; Weisheimer, 2007; Paulo,

2011; Kummer; Colognese, 2013; Oliveira; Rabello; Feliciano, 2014. Nas demais seções, serão debatidos os dados obtidos em campo, visando entender a realidade vivenciada pelos jovens camponeses e os desafios enfrentados pelos mesmos, para sua reprodução socioterritorial. Reprodução a qual está diretamente interligada com as experiências vivenciadas pelos jovens camponeses que, por vezes, utilizam de maneiras contraditórias e controversas para assegurar a mesma.

Abordagens teóricas sobre o entendimento de Juventude Camponesa

O campo brasileiro constitui-se diante da diversidade de culturas e realidades vivenciadas por seus habitantes. Nele são encontradas realidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas, camponesas e outras vinculadas à lógica capitalista (agronegócio). Igualmente, a juventude, ou melhor, as distintas juventudes encontradas no campo, se diferenciam através da heterogeneidade presente neste espaço (KUMMER; COLOGNESE, 2013).

É diante da heterogeneidade de culturas, vivências e modos de vida presentes no campo brasileiro, que se faz necessária a distinção sobre qual juventude se disserta, pois, é “[...] necessário considerar, que o mundo rural, no qual esse jovem pertence, é heterogêneo, multifacetário e multidimensional, necessitando ser entendido em sua especificidade” (PAULO, 2011, p. 73). E, é justamente pelas diferentes especificidades presentes no ambiente rural e dos mais diversos sujeitos, neste caso, especificamente do campesinato, que se aborda exclusivamente a realidade da juventude camponesa.

Enfatiza-se a utilização da categoria de análise “juventude camponesa” diante do eminente risco de homogeneização de realidades presentes no campo. Alguns autores, como Abramovay et al. (1998), Kummer; Colognese (2013) e, inclusive, o Estatuto da Juventude (2013), se utilizam da nomenclatura “juventude rural” para identificar os sujeitos jovens presentes campo. Tal ato, negligencia a diversidade de culturas e povos presentes no campo, homogeneizando as realidades e as subestimando. Segundo Capelo, Martins; Amaral (2007, p. 217-218)

As juventudes, [...] são muitas e devem ser compreendidas a partir da situação de classe e dos pertencimentos socioterritorial que configuram as múltiplas identidades juvenis, entre outros critérios que imprimem especificidades aos jovens, conforme suas condições de existência.

Neste sentido, deve-se reconhecer a juventude camponesa diante do contexto de classe que a mesma se encontra, o campesinato. Classe esta, que resiste no processo de contradições do sistema capitalista de produção. Ou seja,

[...] essa classe é a expressão contraditória de um modo de produção cuja mola propulsora não é a mercadoria, mas a acumulação. Assim, a existência do camponês não deve ser vista como algo deslocado do capitalismo, mas como parte integrante desse modo de produção (PAULINO, 2006, p. 35).

O camponês, desse modo, desempenha um papel contraditório, pois, ao passo que resiste em desaparecer é também resultado do próprio sistema capitalista que não o extingue (MOURA, 1986).

A juventude camponesa, portanto, corresponde a relação intrínseca com o camponês, com o modo de produção e de vida desta classe, cujo ponto principal está centrado na organização do trabalho de base familiar. Da mesma maneira, possui traços estreitos com a terra, compreendida como meio de reprodução para o camponês, a qual é objetivo das reivindicações por reforma agrária. Ser jovem camponês, é reconhecer e fazer parte do vasto histórico de luta e resistência desta classe, diante dos mais diversos conflitos agrários, marcantes na história e na atualidade da questão agrária brasileira.

Neste viés, utilizar-se de qualquer outra nomenclatura para analisar a realidade da juventude camponesa, que não a própria juventude camponesa, culminaria na negação de décadas de história e resistência dos camponeses no Brasil. Utilizar-se, por exemplo, de “juventude rural” corresponderia a homogeneizar sujeitos e realidades distintas, que estão em polos opostos nos conflitos agrários. Ou seja, acarretaria na negação do caráter de classe e na deslegitimação das reivindicações camponesas.

Juventude camponesa: contradições e conflitos na unidade familiar

Historicamente o campo brasileiro tem sido retratado através de imagens pejorativas, cujas relações ali presentes eram perpassadas pelo atraso e arcaísmo. Sobre o campo brasileiro recai “[...] uma desqualificação simbólica que associa o rural, o camponês, a roça, o trabalhador rural [...] a imagens de atraso. [...] trata-se de uma realidade que se repete na sociedade, onde o campo é desvalorizado frente à cidade” (CASTRO, 2007, p.129).

A desvalorização do campo, alcança os sujeitos que nele vivem e que a ele pertencem, inclusive sua juventude. Os estigmas enfrentados partem, não somente, da sociedade no geral, mas também do próprio espaço de origem destes jovens. Com a aproximação entre campo e cidade, a deslegitimação é duplamente aplicada aos jovens. Ora são desvalorizados por suas origens rurais, outrora por serem julgados demasiados urbanos, pelo fato de apresentarem traços multiculturais (CASTRO et al., 2009).

A desvalorização juvenil, implicitamente, demonstra a posição hierárquica e de subalternidade que estes sujeitos enfrentam. Subalternidade enfrentada, inclusive, no interior de seus núcleos familiares camponeses. O jovem camponês “[...] carrega o peso de uma posição hierárquica de subalternidade, ou seja, uma categoria percebida como inferior nas

relações de hierarquia estabelecidas na família, bem como na sociedade” (CASTRO et al., 2009., p. 39).

Contraditoriamente, apesar de deslegitimados, os jovens camponeses são tidos como responsáveis pela continuação e pela manutenção dos territórios conquistados pelos camponeses, assim como pela reprodução do próprio campesinato (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2014). A juventude “[...] é fortemente valorizada e constantemente acionada nos discursos dos pais e dos movimentos sociais rurais, associada à renovação e ao *futuro*, ou seja, como categoria-chave na reprodução da produção familiar” (CASTRO et al., 2009, p.39, grifo das autoras).

O ser jovem camponês além de seu vínculo direto com a luta pela terra e com a terra em si, também é marcado pelas contradições inerentes ao seu ambiente de origem, cujas relações sociais perpassam por constantes relações desiguais. O núcleo familiar camponês é, para os jovens, um refúgio e a fonte de muitos conflitos (KUMMER; COLOGNESE, 2013). Tal fato ocorre pelas diferenças geracionais encontradas no interior da família camponesa, pelas desigualdades de gênero e pelo caráter patriarcal presente no campo brasileiro.

A família camponesa, dessa maneira, não foge aos padrões da sociedade patriarcal presente no país, a qual centra na figura paterna o poder de mediatizar todo o trabalho e o próprio controle sobre aqueles que consigo convivem (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2014).

O patriarcalismo impregnado na família camponesa, resulta nas conflitualidades enfrentadas pela juventude. Vale destacar que, o patriarcalismo presente no campo não se restringe ao regime de dominação-exploração do feminino pelo masculino (SAFFIOTI, 2015), ele também é representado pela dominação-exploração-submissão dos indivíduos considerados jovens (CASTRO, 2007). Os conflitos internos ao núcleo familiar camponês moldam a realidade vivenciada por estes jovens, cujos caminhos seguidos podem leva-los a abandonar o ambiente rural. Entre os conflitos mais marcantes, destaca-se a hierarquia familiar camponesa, a desigualdade de gênero e a subordinação juvenil.

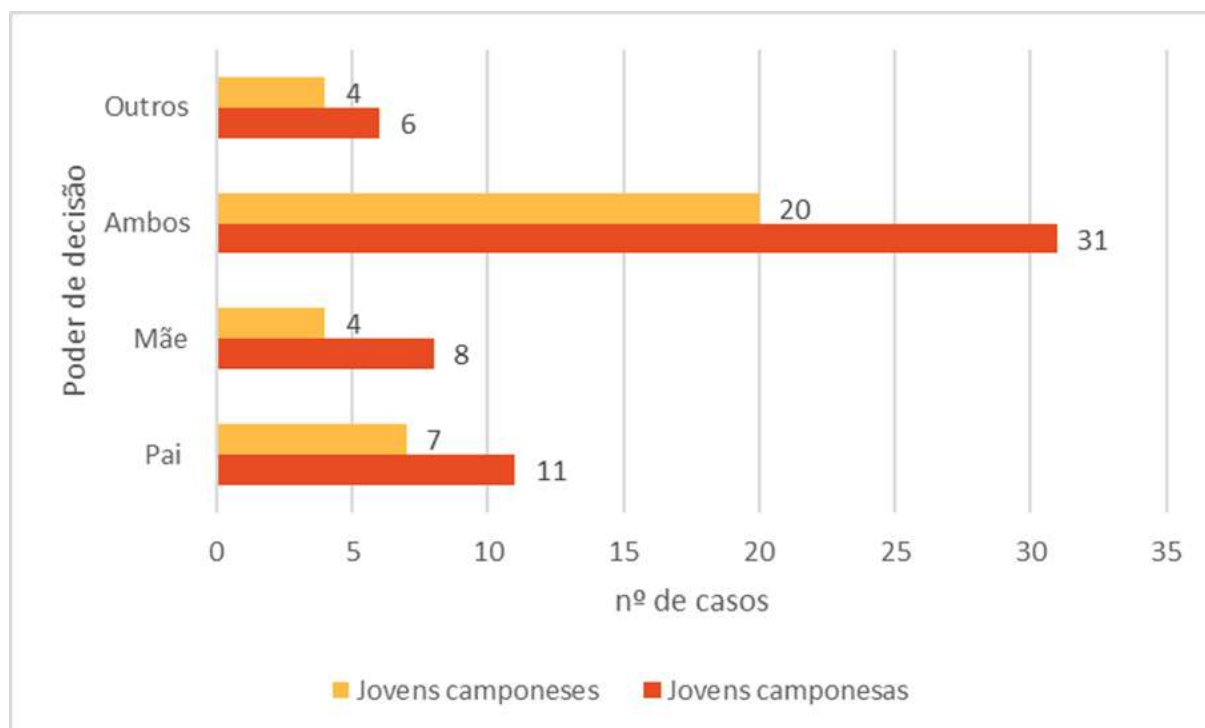
Contraditoriamente à realidade conflitiva a qual estão expostos, os jovens camponeses são constantemente acionados através dos discursos de continuidade do campesinato, ao passo que enfrentam a barreira da hierarquia familiar camponesa, sendo considerados como pouco confiáveis ou, até mesmo, incapazes para o gerenciamento das unidades familiares camponesas (CASTRO et al., 2009).

Nos espaços que compuseram o estudo, acampamentos e assentamentos, foram percebidas situações em que a subordinação juvenil e hierarquia familiar distinguiam-se com facilidade. Isso se deu, pelo fato de serem evidentes as relações de caráter patriarcal presente no interior das famílias camponesas, cujas relações internas ao núcleo familiar camponês

estão diretamente correlacionadas com o trabalho familiar e o gerenciamento das unidades camponesas de produção.

A hierarquia familiar camponesa se destaca principalmente quando se trata do gerenciamento das unidades, cujos progenitores centram em si a responsabilidade e dominação sobre as decisões tomadas no interior das unidades. E, conseqüentemente, o poder de decisão estando centrado na figura dos progenitores (pai e mãe), exime-se a participação juvenil. O Gráfico 1, destaca a centralidade do poder de decisão nas unidades camponesas dos assentamentos que compuseram o estudo.

Gráfico 1: Poder de decisão nas unidades camponesas dos assentamentos



Fonte: trabalhos de campo, 2018.

Os progenitores são constantemente acionados como tomadores de decisão no interior do núcleo familiar camponês. Isso destaca o fato de que, nestas situações, os jovens camponeses não possuem participação nas decisões tomadas ou no gerenciamento das unidades camponesas, mesmo o processo de gerenciamento não estando centrado em apenas uma pessoa.

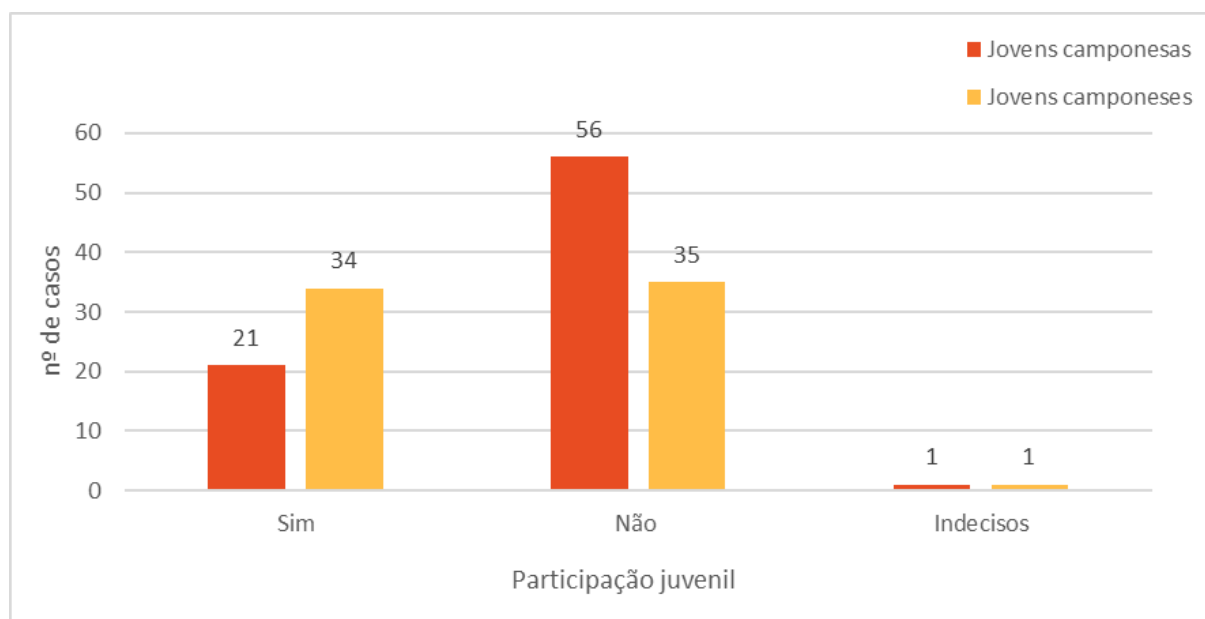
Há, da mesma maneira, disparidades quanto ao gerenciamento das unidades. Mesmo a maioria dos jovens identificando ambos os progenitores como gerenciadores e detentores do poder de decisão, quando se analisa a individualidade no gerenciamento das unidades, não há uma equidade. Em dezoito (18) casos o pai é apontado como figura central no gerenciamento das unidades, em contraponto, doze (12) casos destacam a figura materna na mesma posição. Isso evidencia que no interior das unidades camponesas o processo de

gerenciamento pelas mulheres ainda é menor, pois, em grande parte dos casos em que a figura materna foi apontada como gerenciadora da unidade, havia ausência da figura paterna, seja por falecimento, ou separação dos progenitores. Estes elementos corroboram com o exposto por Oliveira, Rabello e Feliciano (2014, p. 139),

A família do campo não foge à tradição da sociedade patriarcal [...]. No campo, talvez estes resquícios sejam ainda mais fortes, e estejam presentes de forma ainda mais acentuada, dada as especificidades nos quais estes sujeitos estão inseridos, onde, na tradição que é passada através das gerações que posiciona o pai na função de chefe, a mãe como figura que toma decisões na ausência do pai abaixo desses o filho mais velho, ou o filho homem.

Os resquícios patriarcais presentes no campesinato, destacados pelos autores, também são nítidos quando se trata da participação juvenil nas decisões tomadas no interior das unidades camponesas. O Gráfico 2, elenca a participação juvenil nas decisões tomadas no interior das unidades camponesas, ou ausência desta, destacando a diferenciação de gênero entre os jovens.

Gráfico 2: Participação juvenil nas decisões nas unidades camponesas



Fonte: trabalhos de campo, 2018.

É saliente a diferenciação entre jovens do sexo masculino e jovens do sexo feminino, quando se trata de participação nas decisões tomadas no interior das unidades camponesas de produção. Em apenas vinte e um (21) casos há a participação das jovens nas decisões contra trinta e quatro (34) casos em que ocorre a participação dos jovens do sexo masculino. Essa disparidade pode ser entendida pela desigualdade de gênero presente nos núcleos familiares camponeses, cuja participação feminina nas tomadas de decisão é significativamente inferior. Entretanto, evidencia-se a participação precária dos jovens (de

ambos os sexos) no processo de tomada de decisão nas unidades, ou lotes familiares. Participação restrita a “opiniões” proferidas pelos jovens camponeses, pois, não foram identificados casos em que os jovens gerenciam parte do lote familiar ou da produção. Isso se dá pelo fato de que, o lote familiar é tido como propriedade dos progenitores, eximindo assim, qualquer participação efetiva dos jovens no gerenciamento dos mesmos. Neste sentido, uma interlocutora exemplifica,

Quando o jovem consegue trabalho, muitas vezes ele tem o trabalho, mas não tem autonomia nenhuma, né? Quem gerencia isso é o pai, por que também, o agronegócio... A sociedade capitalista e o agronegócio como modelo de produção pro campo dessa sociedade capitalista, tá muito baseado nessa questão do patriarcalismo, né? E no campo essa questão é muito forte. Então, é uma questão que o jovem se coloca insuportável dentro de casa, né? Não tem autonomia de ajudar a gerenciar o lote, o trabalho, a finança, muitas vezes não tem autonomia pra poder sair de casa, principalmente pras jovens mulheres, né? (Jovem 1, 23 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de maio, 06 de novembro de 2018).

A hierarquização presente nos espaços em estudo, tanto assentamentos quanto acampamentos, corrobora para a manutenção da figura paterna, ou mesmo de ambos os progenitores, como detentores do saber e do poder nas unidades camponesas. Isso se dá pela carga histórica e social a qual a família camponesa está exposta, na qual, a afirmação social desta, perpassa pela figura masculina, haja visto as categorias criadas para denominação da mesma, como por exemplo, chefe de família, arrimo de família, entre outras (STROPASOLAS, 2007). Ou, como destaca Weisheimer (2007), ao afirmar que o homem adulto passa a ser autoridade máxima no interior do núcleo familiar camponês, cuja autoridade está centrada na cultura patriarcal e ao fato de ser considerado o detentor do saber agrícola capaz de transformar a terra em terra de trabalho.

A hierarquização e a precária participação juvenil nas decisões tomadas nas unidades camponesas, ou mesmo, em espaços de cooperação, também é reconhecida por alguns camponeses. Para o Camponês 1 a participação juvenil é um tema “Bastante complexo, por que muitas vezes, acaba aí, tem a própria hierarquia familiar, onde os pais não dão muito espaços pros jovens desenvolver atividade... É sempre difícil trabalhar esse tema” (Camponês 1, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 17 de julho de 2018). A hierarquização destacada pelo Camponês 1 é apontada pela Jovem 2 como uma das razões pelas quais os jovens abandonam o campo, como se destaca na fala a seguir,

Eu vejo por experiência própria dos meus familiares, dos meus primos, foram embora procurar emprego em outros lugares, por não conseguirem ter essa autonomia dentro dos lotes. Desde vim com ideia nova, ideia de fazer até um controle de entradas e saídas dos lotes, né? Melhor aproveitar um espaço [...]. Ainda existem pessoas, como posso dizer? Famílias mais tradicionais, aquelas famílias que não aceitam mudanças... Queira ou não queira o filho acaba trabalhando fora [...] (Jovem 2, 29 anos, Assentamento 8 de junho, 14 de dezembro de 2018).

A resistência frente à novas ideias trazidas pelos jovens, para o aperfeiçoamento das unidades camponesas se mostrou muito presente nos espaços que compuseram a pesquisa. Tal fato, contribui para a deslegitimação destes jovens que são tidos como incapazes para o gerenciamento das unidades. Existe, portanto, um paradoxo claro com relação a juventude camponesa, mesmo que estes sujeitos (de ambos os sexos) ocupem lugar de destaque nos discursos sobre a continuidade do campesinato, não são vistos como capazes para o gerenciamento das unidades camponesas (CASTRO et al., 2009).

A ausência de participação juvenil e a falta de espaço para o desempenho de novas atividades ou para o aperfeiçoamento das unidades, reforça o sentimento de negação do estilo de vida camponês. Negação esta, que não parte somente dos jovens, mas também dos próprios pais ao negarem o campo como um espaço futuro para seus filhos. Há uma constante afirmação, em alguns casos, de que a migração para o espaço urbano seria a melhor escolha para os jovens presentes no campo. Isto fica explícito na entrevista com um de nossos interlocutores.

[...] eu acho que uma dificuldade assim, não no meu caso, mas de outros jovens. Eu acho que é a falta de apoio dos pais mesmo. Que os pais querem que o jovem se forme [ensino médio] e vá procurar um emprego, né? Não querem que o filho tenha a mesma vida, não sei se pelas dificuldades que é morar no campo, mas enfim... (Jovem 3, 26 anos, Assentamento Ireño Alves dos Santos, 07 de julho de 2018).

Há, portanto, uma negação para com o estilo de vida do campesinato. Como destacado por Rosas (2007), há uma instabilidade no interior do campesinato que ocasiona a negação e a recusa do estilo de vida levado pelos pais destes jovens camponeses. Mas, não é apenas negar o estilo de vida e sim, negar as dificuldades e precariedades as quais os camponeses brasileiros estão expostos cotidianamente. Assim como, é a negação das contradições e conflitualidades enfrentadas pelos jovens, os quais projetam ao campo suas frustrações.

A ausência de realização de ampla e irrestrita reforma agrária também contribui para o distanciamento dos jovens camponeses para com o campo. Haja visto que, os assentamentos conquistados não foram pensados para atender a expansão das famílias beneficiadas originalmente (OLIVEIRA; FELICIANO, 2016). Portanto, muitos assentamentos rurais não atendem ao módulo fiscal de cada região, não possuindo a área mínima reconhecida para a manutenção de uma família no campo. Nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu o módulo fiscal mínimo é de 18 hectares (INCRA, 2013). Nos assentamentos rurais dos municípios supracitados as unidades camponesas apresentam lotes entre 14 ha e 16 hectares.

As dificuldades frente a reprodução socioterritorial da juventude camponesa, moldam os caminhos, muitas vezes controversos que estes jovens buscam seguir. Na tentativa do rompimento com a dependência financeira e hierarquização familiar, os jovens buscam no assalariamento uma forma de romper com tais conflitualidades. O assalariamento representa uma forma de suprir suas necessidades individuais frente ao trabalho familiar coletivo, presente no interior dos núcleos familiares camponeses. Como pode-se perceber na fala de dois jovens,

[Quais são as fontes de renda que vocês têm?]

(Jovem 5) É o leite e a lavoura! [E daí a Jovem 4 trabalha fora?] E a... é empregada. [Por que motivo, você tomou a decisão de trabalhar fora?]

(Jovem 4) Por que eu gosto!

(Jovem 5) Mas até novembro só. Quando nós se conhecemos ela já trabalhava de empregada!

(Jovem 4) Eu morava na cidade e já estava trabalhando na loja. Quando eu vim morar pra cá tipo não pensava, né? Pensava assim, daqui dois anos parar de trabalhar, quando a gente tiver melhor, né? Mas... Sei lá. [Mas, na sua visão, você ter esse emprego na cidade ele contribui para vocês permanecerem no campo?] Na verdade, assim, em partes, tipo... As vezes quando a gente se apura, se aperta beleza, mas eu acho que não favorece em nada, porque é um ganho, um gasto meu, né? Tipo não tem, um exemplo assim, "aí o salário de lá vai bancar e tal" não. Na verdade, tô indo por ir, tem que ir agora, né? Mas, se não já tinha parado. [A distância exige muito?] Sim, hum, hum. (Jovens 4 e 5, 29 e 22 anos, respectivamente, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 11 de agosto de 2018).

A fala da Jovem 4 evidencia o caráter individual do assalariamento, o qual, segundo a mesma, não contribui para a manutenção da família camponesa. Apesar da renda obtida através do assalariamento ser individual, propicia aos jovens continuarem residindo no campo, mesmo buscando a obtenção de rendimentos próprios para a aquisição de bens de consumo individuais e demais necessidades. Todavia, as dificuldades enfrentadas pelos jovens assalariados são frequentes. Durante a entrevista a Jovem 4 destacou ainda que as distâncias percorridas diariamente, a baixa remuneração e a dificuldade de locomoção em épocas chuvosas são desafios constantes.

Para muitos jovens camponeses o trabalho de caráter familiar e coletivo torna-se um empecilho para a obtenção de renda individual e para o suprimento de suas necessidades, sejam elas de lazer ou não. Porém, o assalariamento não representa apenas a busca por renda individualizada, para alguns jovens possuir um emprego fixo no espaço urbano é uma tentativa de obter, além de renda, reconhecimento perante sua família. Além disso, a renda obtida através da venda de sua força de trabalho, proporcionaria ao jovem sua independência diante do núcleo familiar camponês, cabendo somente ao jovem a decisão sobre aquele valor monetário.

O jovem camponês está envolto em conflitualidades internas a seu núcleo familiar originário. O assalariamento representa, para alguns, o rompimento com a lógica camponesa de trabalho familiar, ao mesmo tempo que o mantém no campo. A hierarquização vivenciada

no interior das unidades camponesas contribui para as escolhas tomadas por eles. No entanto, se aos jovens de forma geral, principalmente aos do sexo masculino, pesam relações de hierarquização e subalternidade, as jovens camponesas sofrem cotidianamente com a desigualdade de gênero e o não reconhecimento do trabalho feminino camponês, como será abordado no tópico a seguir.

A desigualdade de gênero no interior das famílias camponesas

Se de forma geral, os jovens camponeses enfrentam adversidades distintas à sua reprodução socioterritorial, as jovens camponesas encaram também a desigualdade de gênero. Levando-se em consideração o conceito de gênero como a construção social do feminino e do masculino (SAFFIOTI, 2015), o papel socialmente construído das atribuições destinadas as mulheres e aquelas destinadas aos homens. No campo, estas diferenciações são notáveis. Como fica exposto na fala seguinte:

Com certeza existe muita desigualdade de gênero! Desde uma opinião que a gente fala em casa, né? Pro pai, pra mãe... O pai já fala “o que que você sabe menina?” Tipo, “o que você sabe? Não sabe nada, né?” Muita influência é porque a gente é mulher, preconceito mesmo [...] (Jovem 6, 24 anos, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 18 de agosto de 2018).

A Jovem 6 evidencia seu reconhecimento quanto a existência de questões de gênero no interior de sua própria família. Vale ressaltar que o fato do questionamento exemplificado pela jovem, exprime o caráter patriarcal e até mesmo machista que alguns casos apresentam. Questionar o saber das jovens pelo fato de serem do sexo feminino é também questionar se o ser feminino possui saberes agrícolas. Haja visto que, na tradição camponesa, o homem é tido como detentor deste saber.

Questionar a sapiência feminina sobre o trabalho agrícola vai de encontro com o reconhecimento do papel feminino no interior do campesinato. Já que, tradicionalmente o papel das camponesas é atrelado à manutenção do ambiente doméstico e familiar, podendo se estender aos cuidados com hortas e animais de pequeno e médio portes. Em detrimento ao papel masculino, o qual é reconhecido como provedor, protetor e gerenciador das unidades camponesas de produção. Isso se deve muito,

[...] ao fato de a sua socialização [mulheres] ser dirigida para a realização do trabalho doméstico. Dessa forma [...] sua participação no trabalho agrícola como complementar e subordinado ao trabalho masculino, o que reforça a desvalorização da força de trabalho feminina no contexto de relações sociais de gênero que se caracteriza por uma distribuição desigual de poder e oportunidades, neste caso, no interior da família (WEISHEIMER, 2007, p. 243).

A desvalorização do trabalho feminino camponês está diretamente correlacionada com a socialização vivenciadas pelas jovens e mulheres desde sua infância. Haja visto que, a socialização da criança é uma prática presente no interior do campesinato, em que, desde muito ténue a criança inicia seu contato com a realidade camponesa (SANTOS, 1978).

Há uma clara construção social perante o trabalho feminino camponês. A qual contribui para a manutenção e subjugação do mesmo, sendo considerado apenas como força complementar, “ajuda” no interior do núcleo familiar camponês. Se possui o caráter de “ajuda”, também é vedado a obtenção de renda monetária.

A desvalorização do trabalho feminino camponês fica evidente, através das diferenciações sobre os trabalhos desempenhados pelos jovens, cuja socialização é voltada, no caso das jovens, para o ambiente doméstico camponês e para os jovens do sexo masculino está diretamente correlacionado aos trabalhos agrícolas. Isso se destaca na Tabela 1.

Tabela 1: Trabalhos desempenhados pelos jovens nas unidades camponesas dos assentamentos

Atividade	Jovens camponesas	Jovens camponeses
Não desempenham nenhuma atividade específica	26	30
Afazeres domésticos (casa)	12	0
Casa + lavoura	3	0
Lavoura	9	8
Lavoura + ordenha (leite)	3	5
Leite	22	23
Empreitadas “por dia”	1	0
Leite + lavoura + casa	3	0
Casa + leite	1	0
Manutenção de maquinário agrícola	0	1
Alimentação do gado	0	3
Responsável pelos afazeres da unidade camponesa	0	2
Sem resposta	2	4
TOTAL	82	76

Fonte: trabalhos de campo, 2018.

É notável a diversidade de atividades sob a responsabilidade dos jovens camponeses (ambos os sexos). No entanto, há uma clara diferenciação para com as jovens camponesas que, mesmo desempenhando diversas atividades, como a ordenha do gado leiteiro ou mesmo o trabalho na lavoura, ainda possuem os afazeres de cunho doméstico sob sua responsabilidade. Fato que não ocorre com os jovens do sexo masculino. Tais aspectos, evidenciam a socialização para o ambiente doméstico a que estas jovens foram submetidas. Mesmo desempenhando atividades iguais às desenvolvidas pelos jovens do sexo masculino,

como por exemplo a ordenha, somente as jovens do sexo feminino possuem sob sua responsabilidade os afazeres domésticos.

Para além disso, observou-se a hierarquização do trabalho familiar, sendo as jovens camponesas submetidas a autoridade da mãe, no ambiente doméstico, e a do pai nas atividades consideradas rentáveis, como o trato com a lavoura, no qual o trabalho destas jovens é tido como “ajuda”. Tal fato evidencia as diferenças de gênero a que está submetido o trabalho juvenil feminino no campesinato. Onde,

As diferenças de gênero são especialmente marcantes no meio rural, onde as tradições, embora reinventadas, são dominantes no que se refere ao comportamento de homens e mulheres delimitando, de forma muito clara, os papéis sociais, os espaços e as formas de vivenciá-los, bem como, demarcando a vivência do cotidiano (PAULO, 2011, p. 187).

O não reconhecimento do trabalho feminino, decorre, das construções sociais do masculino e feminino no campo brasileiro. Estas relações sociais de gênero, perpassam pelas relações patriarcais que ainda são presentes, não somente no campo, como na sociedade brasileira como um todo. É diante das relações de cunho patriarcal e da desigualdade de gênero que o campo não é tido como um espaço de reais oportunidades para as jovens camponesas. As quais veem no espaço urbano uma forma de romper com as contradições e conflitualidades vivenciadas pelas mesmas no interior do núcleo familiar originário.

A migração para o espaço urbano, representa para estas jovens a busca por autonomia, seja ela financeira ou social, reconhecimento perante a família e liberdade. O que é destacado por uma das jovens que participaram do estudo “[pretende continuar no campo?] Não! Quero ir pra cidade! [Por quê?] Colocar em prática meu trabalho, pra tirar meu próprio sustento e não depender mais dos meus pais” (Jovem 7, 17 anos, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 04 de abril de 2018). Na fala da Jovem 7, é marcante a afirmação sobre o desejo de migrar para o espaço urbano em busca, principalmente, da independência financeira perante a família. Para muitas outras jovens, este é o maior motivador para sua migração. A independência financeira representa, para muitas delas, independência sobre si próprias, o rompimento com a hierarquização familiar e para com o não reconhecimento de seu trabalho.

O que pesa na decisão destas jovens são as reais oportunidades que lhes foram apresentadas. Da mesma maneira, a forma com que a família camponesa reconhece as motivações e anseios das jovens e planeja o futuro para a unidade camponesa, interfere diretamente sobre as decisões tomadas pelas jovens, como pode se destacar na seguinte fala,

Eu queria, assim, eu queria lote ali [Acampamento Herdeiros da Terra de 1° de Maio]. Pra mãe, assim, é a maior loucura eu falar que queria lote ali. Porque eu me formei, porque eu sou mulher, porque sou menina... “Por que, o que que eu quero com um lote? Por que que eu não vou arrumar um emprego na cidade e ficar tranquila?” Nem da própria família da gente a gente

tem um incentivo, né? De permanecer no campo... [...] ela acha que eu poderia ter uma vida melhor, porque tenho estudo, não ficar aqui lidando com vaca, na agricultura. E querendo ou não é um trabalho que exige mais esforço. [...] se eu fosse homem seria mais fácil, pro meu pai e minha mãe, pra eu permanecer no campo (Jovem 6, 24 anos, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 18 de agosto de 2018).

A concepção que muitas famílias possuem sobre o espaço urbano, como um local de maiores oportunidades surge, principalmente, em detrimento às dificuldades enfrentadas pelo campesinato brasileiro, além, é claro, das relações intrínsecas a própria família camponesa. Para muitas jovens, migrar para o espaço urbano não é apenas negar a realidade vivenciada pelas mesmas no seio do núcleo familiar camponês, mas também, negar toda carga de desafios e dificuldades impostos ao campesinato.

Todavia, a migração não é o único caminho seguido pelas jovens camponesas (e pelos jovens do sexo masculino, da mesma forma) para sua reprodução socioterritorial. A vinculação de muitos jovens aos movimentos sociais camponeses representa uma alternativa diante das dificuldades enfrentadas por estes sujeitos. Tal fato, não se diferencia nas áreas que compuseram o estudo, como será destacado na sequência.

Juventude camponesa e resistência junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

A reprodução do campesinato está diretamente interligada com sua base familiar, assim como, as novas gerações são parte deste processo. Para os movimentos sociais, mais especificamente para o MST, a continuidade da luta pela terra está diretamente interligada com as novas gerações dentro do campesinato. A preocupação no prosseguimento da luta, reflete-se através dos coletivos de juventude e da organização das crianças sem-terra, os Sem-Terrinha.

A juventude camponesa, nos espaços em estudo, está diretamente interligada ao histórico de luta pela terra nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu. Da mesma maneira, marca sua participação junto ao MST pela consolidação do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio. Como pode ser destacado na citação a seguir,

A gente sempre fala que a ocupação da área, tanto aqui de Rio Bonito quanto de Quedas, foi um processo de luta da juventude, né? Dos filhos das famílias que já estavam no assentamento Ireno Alves e Marcos Freire. Tanto que, boa parte das famílias que hoje estão no acampamento, são oriundas desses espaços, né? Então são filhos dessas famílias que acamparam também, no processo do acampamento Buraco [no ano de 1996], conquistaram também os assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire e continuaram a luta da sua família, né? Continuaram a luta por reforma agrária (Jovem 8, 26 anos,

Assentamento Ireno Alves dos Santos/Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 11 de agosto de 2018)².

A juventude camponesa presente no acampamento supracitado, possui laços estreitos com as lutas por reforma agrária ocorridas no decorrer da década de 1990, em ambos os municípios. São jovens oriundos de famílias que tiveram suas vidas transformadas a partir do processo de ocupação e conquista de frações do território, antes sob domínio do latifúndio.

Fato que destaca a vinculação estreita entre juventude e reforma agrária é a contribuição dos jovens para com a realidade do acampamento, principalmente quando se trata de educação. A escola Itinerante Herdeiros do Saber, presente no acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, é fruto da organização e reivindicação da juventude camponesa. Sua construção foi efetivada através dos trabalhos desempenhados pela juventude, como fica explícito na seguinte intervenção,

Na época em que a escola itinerante foi construída, levantada a juventude teve uma participação muito especial, que foi feito todo o estudo pela construção da escola e até hoje a juventude está presente bastante na escola, sabe? **Na preparação de mística, quando tem algum evento, algum visitante.** Ou até mesmo manifestação é a juventude que coordena, sabe? **Na parte de comunicação, da diversão, da animação,** sabe? Então, hoje é desse jeito (Jovem 9, 24 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 01 de maio de 2018, grifo nosso).

A participação da juventude no processo de conquista e construção da escola itinerante, ressaltam o comprometimento destes sujeitos para a continuidade de sua formação e a preocupação com a escolarização das crianças presentes no acampamento. Da mesma maneira, tal participação evidencia a ligação entre os jovens camponeses e as reivindicações por reforma agrária.

No entanto, há contradições quanto a autonomia e representatividade juvenil no interior do próprio MST e nas áreas de reforma agrária (assentamentos e acampamentos). Em diversos momentos a participação da juventude camponesa no Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, foi entendida através do desenvolvimento de atividades recreativas e da elaboração de místicas. Em contraponto, não foram identificados jovens que ocupassem espaços de liderança de forma efetiva. Na fala da Jovem 1, a seguir, deixa evidente alguns pontos debatidos.

[...] E assim, tarefas que na organicidade do dia a dia, **eram discutidas e delegadas para o coletivo de juventude. Eles eram um coletivo que fazia muita mística.** Que assim, quanto tinha uma demanda de mística precisava ter um coletivo organizado que pensasse, fizesse e tivesse criatividade. Então,

² Alguns jovens que contribuíram com o trabalho e que se fazem presentes no interior do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, foram entrevistados quando visitavam seus familiares nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, o que justifica a dupla localização citada em suas entrevistas.

era sempre delegado para nós, por exemplo (Jovem 1, 23 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 06 de novembro de 2018, grifo nosso).

Nota-se, através da fala da Jovem 1, que o planejamento e desenvolvimento de místicas pelo coletivo de juventude do acampamento possuía grande destaque. Todavia, questiona-se a real participação do jovem no interior do acampamento e a representatividade política destes sujeitos. Não se nega a importância e representatividade que a mística, como instrumento para afirmação do campesinato, possui no interior dos movimentos sociais. Assim como, não se questiona o papel da mística como instrumento de legitimação da luta pela terra e como forma de tocar os espectadores. Questiona-se a forma em que os jovens são tidos como desenvolvedores de tais atos e como estes são tidos como uma função da juventude. Porém, nem sempre o coletivo de juventude do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio fora responsável e tido como desenvolvedor de místicas,

O coletivo de juventude ele já existe desde o começo. Assim, inserido dentro da estrutura organizativa. Tem o alto setor, os coletivos e o coletivo de juventude é um que existe desde o começo como definição política, mas, como algo que teve funcionalidade dentro da realidade. No começo, quando o acampamento era todo junto, né? **Que não tinha aquela configuração espalhada pelos quatro espaços, já tinha o coletivo de juventude.** Daí as jovens faziam atividade de formação naquele início, né? Mas, também atividades de oficinas, se envolviam em trabalhos do próprio acampamento, trabalhos organizativos ou trabalhos de mutirão, enquanto jovem, enquanto coletivo de juventude. Até que então o acampamento acabou se dividindo em quatro espaços e esse coletivo de juventude também se dividiu [...]. Não deu certo criar coletivo de juventude em todos os espaços. Mas, principalmente no herdeiros um, que eu fazia parte e acompanhava, a gente conseguiu constituir um coletivo bem forte, assim... Era em torno de doze a quinze jovens que participavam, alguns saíam, outros entravam (Jovem 1, 23 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 06 de novembro de 2018, grifo nosso).

A divisão em quatro espaços, citada pela Jovem 1, é resultado da organização camponesa e da necessidade de produção de alimentos. O Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio teve sua estruturação modificada ao longo dos anos de ocupação. Diante da necessidade de produção de alimentos para as cerca de 1.200 famílias camponesas acampadas, ocorreu a divisão do acampamento em quatro grupos, sendo eles: Herdeiros 1, Alojamento, Guajuvira e Lambari. A divisão em grupos possibilitou a organização e produção de alimentos, assim como, foi base para a nova divisão ocorrida no ano de 2018, quando as famílias camponesas ocuparam talhões individuais.

É notável que o coletivo de juventude possuía maior representatividade quando o acampamento se encontrava unificado no mesmo espaço. A divisão em quatro espaços e, posteriormente, a subdivisão em talhões individuais contribuiu para o enfraquecimento da organização juvenil. Tais experiências coletivas fracassaram em alguns espaços e assumiram o papel de desenvolvedor de místicas.

O reconhecimento do coletivo de juventude ou mesmo, dos próprios jovens, limitado ao desenvolvimento de místicas, corrobora com o que é destacado por Castro et al. (2009), quando a participação da juventude se resume a tais atributos, estes sujeitos passam a ser “tarefeiros”. Essa concepção de “tarefeiros” que parte de alguns grupos e lideranças reforça a deslegitimação dos jovens como sujeitos políticos que possuem suas próprias demandas, da mesma maneira, ressalta as relações de subordinação que também se fazem presentes no interior dos movimentos sociais. Há um paradoxo entre discurso e realidade, haja visto que “[...] apesar da inserção da juventude nos movimentos sociais, percebe-se que ainda há um distanciamento entre discurso e prática (CASTRO et al., 2009, p. 189).

Apesar das aparentes contradições identificadas no interior dos movimentos sociais sobre o papel político da juventude camponesa, é nos ambientes de luta pela terra que esta encontra formas de reproduzir-se socioterritorialmente. Para muitos jovens camponeses a vinculação junto aos movimentos sociais camponeses, em especial ao MST, possibilitou não apenas seu retorno ao campo, mas o reconhecimento como camponeses, a independência e reconhecimento perante o núcleo familiar originário. São nas áreas de luta pela terra que os jovens camponeses encontram maneiras de permanecerem ou retornarem ao campo, reivindicando o direito de acesso e permanência na terra.

Considerações finais

O ser jovem camponês está diretamente relacionado ao modo de vida e de produção do campesinato. Estando estreitamente interligado ao histórico de lutas e conquistas camponesas que marcam o campo brasileiro. Da mesma forma, enfrenta cotidianamente as contradições inerentes ao seu espaço de origem.

Nos espaços que compuseram a presente investigação é notável a relação entre juventude camponesa e a carga histórica de luta pela terra existente nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu, assim como, carrega consigo os traços da desigualdade presente no campo e a continuidade da luta por Reforma Agrária. Do mesmo modo, os jovens camponeses enfrentam o peso da subordinação e hierarquização familiar, não sendo considerados capazes para gerenciar as unidades camponesas. Características que marcam o peso do patriarcalismo presente nos espaços em análise que, apesar do histórico de lutas e reivindicações camponesas por Reforma Agrária, ainda se fazem presentes relações desiguais no interior das unidades camponesas.

Se aos jovens, de maneira geral, pesa a subordinação e hierarquização familiar, às jovens camponesas pesa a desigualdade de gênero. O não reconhecimento do trabalho feminino, a carga de tarefas desempenhadas e a socialização voltada diretamente para o espaço doméstico, contribuem para a manutenção do estereótipo de que somente o ser

masculino é detentor do saber agrícola, negando as jovens a possibilidade de serem reconhecidas como camponesas que são.

Diante dos desafios impostos a juventude busca caminhos muitas vezes contraditórios, para garantir sua reprodução socioterritorial. O assalariamento é uma forma de garantir a independência financeira perante o núcleo familiar camponês, mesmo sem abandonar o espaço rural. Já a migração, principalmente exposta para as jovens camponesas, é uma forma de buscar independência, seja ela financeira ou social e reconhecimento familiar. É, também, uma maneira de romper com as desigualdades de gênero vivenciadas pelas mesmas no interior de seu núcleo familiar originário.

Ficou evidente ainda, que a vinculação dos jovens camponeses aos movimentos sociais, principalmente ao MST, nas áreas em estudo, revela a desigualdade presente no campo de ambos os municípios. Da mesma forma, revela a busca destes jovens por autonomia, independência e reconhecimento como camponeses. Através da vinculação juvenil junto aos movimentos sociais que muitos desses sujeitos, que trilharam o caminho da migração para o espaço urbano, retornam ao campo. Vincular-se ao MST não é apenas uma oportunidade de conquista da terra, mas sim, de retorno ao campo. Torna-se caminho para organização política e social. Os jovens passam a serem reconhecidos como camponeses, mesmo diante das evidentes contradições, principalmente sobre o protagonismo juvenil no interior dos acampamentos.

É notável que permanecer, partir ou retornar ao campo sejam escolhas feitas pelos jovens através da realidade vivenciada pelos mesmos. São as reais oportunidades que lhes foram apresentadas que marcam as escolhas. Os jovens que ensinam migrar para o ambiente urbano, o fazem diante das contradições e desafios que vivenciaram no campo e atribuem, muitas vezes, a este espaço suas frustrações e angústias. O que se pode perceber é que há, no interior das famílias camponesas, uma constante hierarquização de cunho patriarcal e familiar, a qual contribui para que muitos jovens camponeses optem por caminhos contraditórios para sua reprodução socioterritorial. Hierarquização familiar a qual, deixa implícita a disputa pela manutenção do poder, disfarçada de relações hierárquicas e de gênero, moldando assim, as escolhas juvenis.

Deve-se entender que estas escolhas: permanecer, partir ou retornar ao campo, são completamente mutáveis. Uma mais facilmente superáveis que as outras, mas ainda assim mutáveis. A juventude camponesa enfrenta este ciclo de mutações, as quais estão diretamente interligadas com suas experiências de vida, cuja família e movimentos sociais desempenham papel imprescindível, moldam a realidade vivenciada e, até mesmo, os caminhos percorridos pelos jovens camponeses.

Referências

ABRAMOVAY, R. et. al. **Juventude e agricultura familiar: desafios e novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

CAPELO, M. R. C.; MARTINS, S. A.; AMARAL, W. R. Juventude do campo: refazendo caminhos pesquisados. In: JEOLÁS, L. S.; PAULILO, M. A. S.; CAPELO, M. R.C. (Org.). **Juventudes, desigualdades e diversidades: estudos e pesquisas**. Londrina: Eduel, 2007, p. 205-252.

CASTRO, E. G. Balanço e perspectivas. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 128-135.

_____. et. al. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica; EDUR, 2009.

ESTATUTO DA JUVENTUDE (Brasil). **Estatuto da Juventude: atos internacionais e normas correlatas**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo, 1994, 208 p.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo – USP.

FOLLMANN, J. A. A. **As contradições do processo de reprodução da Juventude Camponesa nos espaços de luta pela Reforma Agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu/PR**. Marechal Cândido Rondon, 2019, 148p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). **Sistema Nacional de Cadastro Rural**. 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude Rural no Brasil: entre fiar e partir. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 20, n. 39, p. 201-220, 1º semestre 2013.

MOURA, M. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986

OLIVEIRA, L. B.; RABELLO, D.; FELICIANO, C. A. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da Juventude Camponesa. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 15, n. 1, p. 136-150, jul. 2014.

_____; FELICIANO, C. A. Entre o campo e a cidade: reflexões sobre o espaço da juventude camponesa. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 17, n.2, p. 208-225, dez./2016.

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PAULO, M. A. L. **Juventude Rural: suas construções identitárias**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

O PROCESSO CONTRADITÓRIO DE REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL DA JUVENTUDE CAMPONESA NO INTERIOR DOS TERRITÓRIOS DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE LARANJEIRAS DO SUL E RIO BONITO DO IGUAÇU/PR

ROSAS, E. N. L. Do campo para a cidade: saindo para ficar. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.183-196.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no Horizonte dos jovens**: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC. Florianópolis, 2002, 288 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/ Sociedade e Meio Ambiente), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

_____. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 279-293.

WEISHEIMER, N. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 237- 251.

Sobre os autores

Jessica Aparecida De Avila Follmann Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). **OrCID**: <https://orcid.org/0000-0002-2352-3061>

Djoni Roos – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP). Atualmente é professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). **OrCID**: <https://orcid.org/0000-0001-9113-5637>

Como citar este artigo

FOLLMMANN, Jessica Aparecida de Avila; ROOS, Djoni. O processo contraditório de reprodução socioterritorial da juventude camponesa no interior dos territórios de luta pela Reforma Agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu/PR. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 216-237, mai.-ago., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Jessica Aparecida de Avila Follmann** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, pela aquisição de dados e sua interpretação e análise e tradução do artigo; o segundo autor **Djoni Roos**, pelos procedimentos técnicos.

Recebido para publicação em 23 de julho de 2019.
Devolvido para a revisão em 05 de fevereiro de 2020.
Aceito para a publicação em 28 de fevereiro de 2020.

O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO E A PESQUISA-AÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM AGROECOLOGIA¹

Leonardo Pereira Xavier

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil.
e-mail: leopxavier@gmail.com

Paulo Henrique Mayer

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil.
e-mail: paulo.mayer@uffs.edu.br

Antônio Inácio Andrioli

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil.
e-mail: andrioli@uffs.edu.br

Resumo

A Agroecologia se apresenta como um paradigma capaz superar a visão fragmentada, atomista e mecanicista da ciência e construir novas bases para o desenvolvimento sustentável. Este trabalho apresenta uma aproximação entre o materialismo histórico dialético e a pesquisa-ação na construção do conhecimento em Agroecologia, com reflexões realizadas a partir de uma pesquisa aplicada, onde a experimentação agrônômica foi uma etapa do ciclo da pesquisa-ação, realizada junto a dois grupos camponeses situados nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, município de Rio Bonito do Iguaçu, PR. A realização de pesquisas baseadas na metodologia da pesquisa-ação é capaz de proporcionar o diálogo entre o saber científico e popular e a mudança na relação entre sujeito e objeto presente nas pesquisas científicas, resultando na construção coletiva do conhecimento.

Palavras-chave: Epistemologia da agroecologia; materialismo histórico dialético; pesquisa-ação; construção coletiva do conhecimento.

Dialectical and historical materialism and action research in the construction of knowledge in Agroecology

Abstract

Agroecology presents itself as a paradigm capable of overcoming the fragmented, atomistic and mechanistic view of science and building new foundations for sustainable development. This paper presents an approximation between dialectical historical materialism and action research in the construction of knowledge in Agroecology, with reflections made from an applied research, that agronomic experimentation was a stage in the action research cycle, carried out with two peasant groups located in the Ireno Alves dos Santos and Marcos Freire settlements, in the city of Rio Bonito do Iguaçu, PR. Conducting research based on the action research methodology is capable of providing the dialogue between scientific and popular knowledge and the change in the relationship between subject and object present in scientific research, resulting in the collective construction of knowledge.

Keywords: Epistemology of agroecology; dialectical historical materialism; action research; collective construction of knowledge.

¹ Este trabalho foi desenvolvido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através de bolsa de pesquisa.

Materialismo histórico dialéctico e investigação acción en la construcción del conocimiento en Agroecología

Resumen

La agroecología se presenta como un paradigma capaz de superar la visión fragmentada, atomística y mecanicista de la ciencia y construir nuevas bases para el desarrollo sostenible. Este artículo presenta una aproximación entre el materialismo histórico dialéctico y la investigación-acción en la construcción del conocimiento en Agroecología, con reflexiones hechas a partir de una investigación aplicada, donde la experimentación agronómica fue una etapa en el ciclo de investigación acción, realizada con dos grupos campesinos ubicados en los asentamientos Ireno Alves dos Santos y Marcos Freire, Rio Bonito do Iguazu, PR. La realización de investigaciones basadas en la metodología de la investigación-acción es capaz de proporcionar el diálogo entre el conocimiento científico y popular y el cambio en la relación entre sujeto y objeto presente en la investigación científica, lo que resulta en la construcción colectiva del conocimiento.

Palabras clave: Epistemología de la agroecología, materialismo histórico dialéctico, investigación-acción, construcción colectiva del conocimiento.

Introdução

A abordagem agroecológica é capaz de reconstruir as bases do modelo produtivo a partir de um enfoque transdisciplinar que contribua para superar os impactos ambientais através do redesenho de agroecossistemas em bases ecológicas. Além disso, é capaz de articular os diferentes sujeitos na construção coletiva do conhecimento, onde o saber popular e o técnico-científico se somam para solucionar problemas, construir ações, promover aprendizados através de processos coletivos, permitindo uma ação transformadora da realidade.

Neste sentido, a pesquisa científica precisa ir além da visão atomista, mecanicista e fragmentada para aproximar a produção de conhecimento da realidade local, considerando os aspectos sociais, econômicos e culturais do campesinato. A realização de pesquisas com o uso de metodologias participativas, como a pesquisa-ação, trazem possibilidades para aproximar o conhecimento científico e o popular no enfrentamento dos problemas e dificuldades presentes na prática cotidiana realizada pelos(as) camponeses(as).

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado que se propôs a discutir o materialismo histórico dialéctico e a pesquisa-ação na construção do conhecimento em Agroecologia a partir da aplicação de uma investigação junto a dois grupos camponeses situados nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, município de Rio Bonito

do Iguaçu – PR. Os grupos são membros do núcleo Luta Camponesa, ligados à Rede Ecovida de Agroecologia².

A pesquisa teve o materialismo histórico dialético como fundamento teórico orientador e a pesquisa-ação como base teórico-metodológica. O processo da pesquisa teve as seguintes etapas, conforme sugere Thiollent (2011): a) Identificação e mobilização dos grupos; b) Colocação dos problemas; c) Seminário/planejamento da pesquisa; d) Intervenção/experimentos; e) Avaliação.

A etapa da intervenção foi desenvolvida com a instalação de experimentos agrônômicos, para estudar o manejo de plantas espontâneas³ em sistemas agroecológicos. Este artigo apresentará alguns aprendizados técnicos, mas o foco está na discussão sobre os aspectos epistemológicos e metodológicos da pesquisa, buscando reflexões críticas sobre o uso do método e uma correlação com a epistemologia da Agroecologia.

A primeira parte do artigo apresenta a discussão sobre o paradigma da Agroecologia, como uma ciência que se propõe a superar a visão fragmentada, atomista e mecanicista da ciência. Para isso, necessita articular as diferentes disciplinas científicas e as diferentes formas de saber, unindo os conhecimentos científico e popular na construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável.

A segunda parte do artigo discute o materialismo histórico dialético como um possível fundamento teórico para uma epistemologia da Agroecologia. Aproxima as bases desse pensamento com o paradigma agroecológico. A terceira parte discute a pesquisa-ação como uma possível base teórico-metodológica para as pesquisas em Agroecologia, apresentando as características e princípios que orientam este tipo de pesquisa.

Em seguida, há uma reflexão sobre as etapas da aplicação de um processo de pesquisa-ação, realizadas a partir de uma experiência prática junto a dois grupos de camponeses. Traz contribuições para orientar a construção e aplicação de metodologias de pesquisa que se articulem com a epistemologia da Agroecologia.

O paradigma da Agroecologia

O modelo de agricultura fortalecido a partir da Revolução Verde foi proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial. A meta era aumentar a produção e a produtividade das atividades agrícolas, assentando-se para isso no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização (ALTIERI, 2004).

² A Rede Ecovida de Agroecologia articula diferentes núcleos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

³ Também podem ser chamadas de plantas indicadoras, daninhas, infestantes, ruderais, inços ou matos.

Estas transformações tecnológicas se aliaram a um processo de reestruturação econômica, produtiva e política que teve início na década de 1980, a chamada globalização. Esta, determinou, entre outros aspectos, a priorização de espaços supra nacionais de mercado e o transporte a longa distância, construídos através de uma rede hierárquica de empresas (SEVILLA GUZMAN e MONTIEL, 2010).

Os impactos desse modelo agroalimentar são perceptíveis em vários aspectos, como a crise generalizada nos países de capitalismo periférico, além da crise social, econômica e ambiental (ALTIERI, 2004). Estas crises têm relação direta com o impacto do modelo de desenvolvimento adotado para o meio rural e para a produção e distribuição de alimentos. A globalização agroalimentar tende a marginalizar e destruir os sistemas agrícolas camponeses e familiares locais (SEVILLA GUZMAN e MONTIEL, 2010).

As empresas de agrotóxicos tiveram, apenas no ano de 2010, uma receita líquida de 15 bilhões de dólares (BOMBARDI, 2011). Mostrando que este modelo produtivo se perpetua devido ao lucro que proporciona às grandes empresas do setor, já que este representa um mercado concentrado mundialmente na mão de poucas empresas transnacionais.

A pesquisa agrônômica, por sua vez, contribui com a implantação deste modelo de agricultura preconizado pela revolução verde ao estabelecer uma relação causa-efeito entre os fatores que influenciam entre si, sendo um exemplo disso o uso de insumos de alto impacto produtivo e individual (CAPORAL et al, 2009). Este enfoque científico convencional se constrói através de uma visão atomista, fragmentada e mecanicista da realidade, deixando de lado a complexidade da realidade existente no campo, pois raramente considera as relações ecológicas, os aspectos históricos, culturais, sociais e as especificidades locais (SEVILLA-GUZMÁN e MONTIEL, 2010).

Os métodos científicos tradicionais derivam de algumas bases filosóficas, como o empirismo, o racionalismo, o positivismo, que influenciaram diretamente os métodos de pesquisa agrônômica hoje utilizados, conforme explica Gomes (2005a).

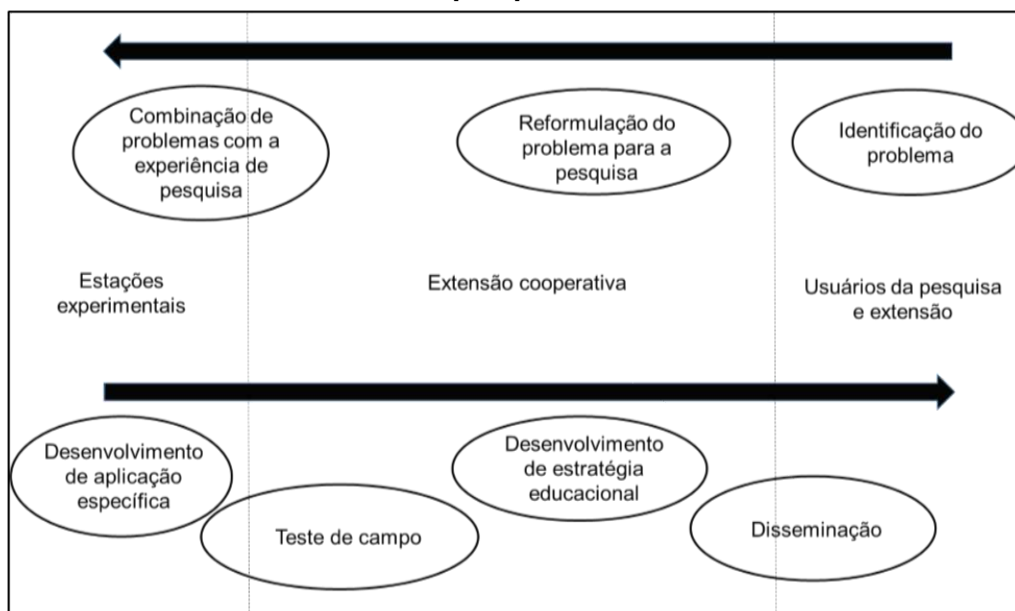
A corrente filosófica derivada do empirismo pretende que o conhecimento seja obtido pela experiência repetida (daí, as repetições no delineamento experimental); outra corrente, a racionalista, recomendava a redução do todo a partes bem pequenas para melhor compreendê-las, esquecendo-se de que o todo é maior que a soma das partes (essa corrente resultou na compartimentalização do conhecimento e das academias e, conseqüentemente, na especialização dos pesquisadores); uma terceira corrente filosófica, a positivista, pretendia que o conhecimento científico fosse o único a ser considerado, por ser superior a todos os outros (positivo em oposição a negativo). Ainda outra corrente, a mecanicista, dizia que tudo funciona de forma mecânica, como se fosse uma máquina, inclusive o corpo humano, máquina mais perfeita entre todas (GOMES, 2005a, p.138).

As pesquisas agronômicas clássicas também se baseiam em um sistema de construção e transferência de tecnologia onde os pesquisadores são responsáveis por criar tecnologia, enquanto aos extensionistas cabe o papel de transferir aos agricultores (KATHOUNIAN, 2001; SARANDÓN e FLORES, 2014). Neste modelo, quando a tecnologia não funciona por algum motivo, começa um jogo de transferência de responsabilidades entre extensionistas, pesquisadores e agricultores (KATHOUNIAN, 2001) ou consideram os agricultores como atrasados e incapazes de perceber o benefício da tecnologia (SARANDÓN e FLORES, 2014).

O modelo de transferência de tecnologia vem sendo realizado pela agricultura industrial de forma que os cientistas pratiquem as inovações, que são transmitidas para os agentes de extensão, que, por sua vez, as transmitem aos usuários das tecnologias (WARNER, 2008). A figura 1 representa um esquema dessa extensão cooperativa trabalhada na Califórnia, nos Estados Unidos.

Com esta separação entre a pesquisa e a extensão e a concepção de que cabe aos extensionistas o papel de levar ou transferir o conhecimento científico aos camponeses, virá também, por consequência uma atuação invasiva dos extensionistas. Para Freire (1983) esta forma de transferir conhecimento pressupõe que uma parte (o camponês) é apenas receptora e, portanto, passiva, tratada como se fosse incapaz de tomar decisões.

Figura 1: Esquema ilustrando um modelo típico de cooperação entre extensão e pesquisa.



Fonte: Warner (2008), adaptado pelos autores.

A Agroecologia se apresenta, por sua vez, como uma ciência que se propõe a superar este paradigma.

Ao contrário das formas compartimentadas de ver e estudar a realidade, ou dos modos isolacionistas das ciências convencionais, baseadas no paradigma cartesiano, a Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística (CAPORAL et al, 2009, p. 18).

Para Sevilla Guzman e Montiel (2010), a Agroecologia deve abranger e articular três diferentes dimensões: técnico-produtiva, sócio-cultural e econômica e política. Perpassa por superar o enfoque fragmentado e mecanicista para uma visão sistêmica e pluridisciplinar que faça com que a agricultura e o desenvolvimento superem os processos que são destrutivos social e ecologicamente. Para isso estes autores sugerem que a especificidade do enfoque técnico produtivo da Agroecologia se fundamente em uma epistemologia crítica que encontra suas raízes nas formas de conhecimento camponês.

Os camponeses não devem ser considerados como “vasilhas” vazias nas quais se vai depositando o conhecimento dos especialistas, mas, pelo contrário, sujeitos, também, do processo de sua capacitação (FREIRE, 1983). Esta afirmação contém em si uma crítica à forma como o método e a disseminação de conhecimento científico tem ignorado o saber popular, produzindo pesquisas em centros de excelência e posteriormente levando este “pacote de conhecimentos” aos camponeses.

Outras consequências desta forma de construção de conhecimento vão também se tornando evidentes e passando a ser fruto de questionamento. Um deles é a inadequação com a sustentabilidade, visto que este modelo tem acarretado em sérios problemas ambientais que vão desde o aquecimento global, contaminação e perda dos recursos naturais e a perda da biodiversidade (SARANDÓN e FLORES, 2014).

Outra consequência está na aplicação das tecnologias, pois estas tem se mostrado adequadas apenas para um pequeno número de agricultores (SARANDÓN e FLORES, 2014). Na abordagem da Agroecologia, deve-se produzir ciência no mundo da vida, viabilizando a participação da sociedade de forma ampla (GOMES, 2005b), pois ela se propõe a um diálogo de saberes, que combina o conhecimento empírico do campesinato sobre o manejo dos agroecossistemas e o conhecimento científico teórico, experimental e aplicado (SEVILLA GUZMAN e MONTIEL, 2010).

Ao propor a articulação entre o conhecimento popular e o conhecimento técnico-científico, a Agroecologia se propõe ao rompimento da dicotomia entre sujeito e objeto (BORSATTO e CARMO, 2012). Assim os camponeses, comunidades e grupos sociais deixam

de ser considerados apenas como objetos de estudo, e passam a ser construtores de conhecimento e sujeitos ativos dos processos de pesquisa.

Com esta concepção, produzir conhecimento e disseminá-los deixa de ser considerado como um papel atribuído a poucos – os técnicos e pesquisadores, pois a produção e transmissão de conhecimentos é uma atividade inerente aos seres humanos e não exercê-la caracteriza um ato desumanizador. É a partir dessa visão que tem se construído a ideia de que a Agroecologia se dá através de ações sociais coletivas, sendo comumente abordadas expressões como “Construção coletiva do conhecimento” para caracterizar estes processos (PETERSEN, 2007).

As diferentes formas de praticar a agricultura devem ser compreendidas como expressões socioculturais locais, que foram construídas a partir da inteligência criativa das populações rurais e das adequações entre suas necessidades e os arranjos dos agroecossistemas. Não devem ser vistas portanto como expressões ou sinônimos de atraso (PETERSEN, 2007).

A Agroecologia:

...pretende contribuir para o restabelecimento de processos de coevolução homem-natureza, promovendo maior equilíbrio ecológico, mas também para uma ampliação da solidariedade entre as atuais gerações e destas para com as futuras. Ou seja, estabelecer uma ética da sustentabilidade (CAPORAL, 2013, p. 4).

O caminho para fazer com que os sistemas de produção tenham balanço energético positivo passa justamente pela intensificação dos processos ecológicos. A partir da Agroecologia se busca a realização dos ciclos biogeoquímicos, o uso de energia e materiais locais, o maior aproveitamento de energia solar, a ativação biológica dos solos e o incremento da biodiversidade (CAPORAL et al, 2009).

A Agroecologia se propõe também a uma integração de diferentes campos do conhecimento, buscando aportes de diferentes disciplinas científicas, tanto no campo das ciências da natureza, das ciências sociais, da comunicação, etc. Dessa forma busca superar a fragmentação e reducionismo na construção de abordagens transversais e interdisciplinares (CAPORAL et al, 2009).

Do ponto de vista técnico-produtivo, Gliessman (2000) afirma que há diferentes níveis de conversão na construção de agroecossistemas sustentáveis. O primeiro nível está no uso eficiente de práticas convencionais para reduzir os insumos externos caros e danosos ao meio ambiente. O segundo nível consiste na substituição de insumos convencionais por insumos alternativos. O terceiro nível é representado pelo redesenho dos agroecossistemas, para que os mesmos passem a funcionar através da otimização de processos ecológicos. Vale ressaltar que estes níveis não devem ser entendidos como etapas, e que cada realidade apresentará

uma situação distinta, como em situações onde o uso de insumos convencionais é inexistente, dispensando o primeiro nível de conversão.

Por fim, um aspecto importante da construção do conhecimento agroecológico está nos arranjos institucionais. Diferentemente da construção do conhecimento realizado por cientistas e levados aos camponeses pelos extensionistas, vem se consolidando na Agroecologia a construção de redes locais, estaduais e/ou regionais que envolvem tanto instituições de pesquisa, organizações, movimentos sociais, expressando o conjunto de sujeitos implicados no desenvolvimento local.

O materialismo histórico dialético como fundamento teórico

Muitos autores vem se dedicando ao tema da epistemologia da Agroecologia (FERRARO, 2015; BORSATTO e CARMO, 2012; FONSECA, 2014; GOMES, 2005), buscando uma base epistemológica e filosófica que se relacione com os princípios e com a prática da produção de conhecimento agroecológico. Neste sentido, encontram-se abordagens que apontam a teoria do pensamento complexo de Edgar Morin como um interessante arcabouço filosófico para a Agroecologia se assentar na busca de se estabelecer como um paradigma (BORSATTO e CARMO, 2012). Há também abordagem que aponta o paradigma ecológico proposto por Capra como base epistemológica (FONSECA, 2014) e também aproximações com a dialética Marxista (FERRARO, 2015).

Entre todos os autores citados acima, há um consenso quanto à crítica ao paradigma positivista. Aqui, porém, o objetivo não será discutir o conjunto desse arcabouço teórico citado acima, como o pensamento complexo e o paradigma ecológico, mas fazer uma aproximação entre o materialismo histórico dialético e a epistemologia da Agroecologia. Portanto, a discussão se aproxima das contribuições realizadas por Ferraro (2015) e também articulando com contribuições de Sevilla Guzmán (2002).

O ponto de partida será a frase usada por Marx afirmando que “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diversas maneiras; mas o que importa é transformá-lo” (MARX e ENGELS, 1984). Há nesta afirmação uma discordância com a concepção positivista sobre a neutralidade da ciência, já que coloca a transformação da realidade como um pressuposto da atividade científica. Considera, portanto, que a realidade é passível de ser transformada, seja essa realidade representada pelas relações sociais, de poder ou também de tecnologia – como ocorre com o caso da agricultura.

A transformação, por sua vez, deve se realizar a partir da realidade material (MARX e ENGELS, 1984). Portanto, um processo de mudança, seja ele em uma comunidade, grupo ou uma família camponesa – para partir do campo de ação onde normalmente atuam os sujeitos que constroem a Agroecologia - deve partir, não de situações abstratas ou que se

situem no campo das ideias. A transformação deve partir da realidade concreta e com base na condição objetiva presente nela. Assim, uma tecnologia, por exemplo, pode ter suas qualidades de facilitar o trabalho humano, mas não terá aceitação se não for acessível aos camponeses.

Outro aspecto da dialética marxista consiste no fato de a mudança se dar a partir das forças internas, ou o que se chama de autodinamismo (POLITZER, 1972). Noção esta que tem uma conexão importante com o papel do campesinato nos processos de transformação e construção do desenvolvimento rural proposto pela perspectiva da Agroecologia. Pois estes constituem, como já dito anteriormente, como os principais sujeitos de promoção da Agroecologia (PLOEG, 2012).

O modo de apropriação da natureza que pratica o campesinato se define pelo uso predominante de energias renováveis (energia solar, vento, água, biomassa e força humana), uma escala de produção pequena, um elevado grau de autossuficiência com relação ao mercado baseado no autoconsumo e o trabalho familiar, um elevado grau de diversidade eco-geográfica, produtiva, biológica e genética [...] (SEVILLA GUZMÁN e MONTIEL, 2010, p.204).

Com isso se reforça que a construção do conhecimento e as ações relacionadas à Agroecologia deve ter o campesinato como parte integrante e como promotores do desenvolvimento rural, pois aí reside o autodinamismo das ações em Agroecologia. Aos pesquisadores e às instituições de pesquisa cabem, portanto, o papel de aproximar destes sujeitos, das comunidades e organizações na construção conjunta do desenvolvimento a partir do enfoque agroecológico.

Na proposta de superação da visão cartesiana, que fragmenta a realidade em partes isoladas, em uma epistemologia da Agroecologia é proposto que:

Um das características desse novo paradigma que se apresenta é que ele é holístico e sistêmico, pois concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas, (propõe a superação do cartesianismo ou método do pensamento analítico e da fragmentação do conhecimento humano) (FONSECA, 2014, p. 5).

Ferraro (2015), por sua vez, afirma:

...que o termo “holismo” sugere ordem, harmonia, consenso, integração das partes, enquanto que o termo “totalidade”, central na dialética marxista, designa um todo, sim, mas em movimento, dinâmico, permeado de contradições, sujeito a conflitos, rupturas, transformações (FERRARO, 2015, p. 128).

Para Karel Kosík (1976), a totalidade de um fenômeno, ou seja, a sua essência, não está apresentada de forma clara na “coisa em si”, pois há aspectos do fenômeno que se

manifestam na “coisa em si” e aspectos que se escondem nela. Portanto, a compreensão da totalidade significa entender o que se manifesta e também o que se esconde em um fenômeno.

A totalidade é mais que a soma das partes que a constituem, deve portanto ser concebida sem negar as partes e as contradições e mediações entre elas (KONDER, 2008). A contradição é um ponto chave da dialética, pois aqui os fenômenos não são analisados apenas como algo fixo, mas como havendo uma unidade dos contrários.

Portanto, a dialética constata a mudança; mas, por que mudam as coisas? Porque não estão de acordo consigo próprias, porque há luta entre as forças, entre os antagonismos internos, porque há contradição. (...) As coisas mudam, porque contêm em si mesmas a contradição (POLITZER, 1972, p. 74).

Uma das leis da dialética, conhecida como a negação da negação, está no fato de que a afirmação traz consigo a sua negação, e que esta por sua vez, está sujeita a uma síntese ou a negação da negação (KONDER, 2008).

Na abordagem marxista, os conceitos devem ser compreendidos como expressões de um momento histórico, não podendo ser fixos e imutáveis.

Contra os economistas, Marx argumenta que esses exprimem as relações da produção burguesa (a divisão do trabalho, o crédito, a moeda etc.) “como categorias fixas, imutáveis, eternas”, quando, na realidade, essas categorias “são tão pouco eternas como as relações que exprimem”, são “*produtos históricos e transitórios*”, são apenas “as expressões teóricas, as abstrações das relações sociais de produção”, relações estas em permanente movimento, porquanto, para ele, “de imutável só existe a abstração do movimento (FERRARO, 2015, p. 129).

Por fim, outra questão fundamental da dialética marxiana é o conceito de práxis, que se constrói na relação entre a teoria e prática. Toda atividade teórica se dá no âmbito da abstração, porém, as abstrações são consequência da relação com o mundo concreto, com a realidade, sendo portanto a prática inevitavelmente o ponto de partida. Mas a realização da atividade prática pelos seres humanos, diferentemente da ação instintiva realizada pelos animais, é previamente pensada e idealizada, para que posteriormente se transforme em ação, a qual resultará em novas abstrações teóricas. A dialética marxista coloca portanto em seu próprio âmbito o limite da teoria que deve ser transcendida em uma relação consciente com a prática, fazendo com que teoria e prática tenham relações indissolúveis (VÁZQUEZ, 2011).

Todos estes elementos que constituem a dialética marxista conferem uma base importante que pode orientar a consolidação de uma epistemologia da Agroecologia e contribuir com a orientação sobre como conceber, planejar e conduzir a construção do

conhecimento agroecológico. A pesquisa em Agroecologia pode ter, portanto, esta base epistemológica como uma referência e, a partir daí, adentrar nas especificidades de metodologia, de procedimentos e de técnicas.

Sevilla Guzmán (2002) faz uma discussão sobre as perspectivas agroecológicas de pesquisa onde aponta três níveis de indagação ou perspectivas de pesquisa. São eles o **a) distributivo**: que se move no espaço produtivo e diz respeito ao âmbito tecnológico; **b) estrutural**: que diz respeito à estratégias participativas de desenvolvimento rural, ou seja, no nível metodológico; **c) dialético**: no qual a pesquisa ação participativa rompe a estrutura de poder sujeito-objeto e gera possibilidade de mudança nas ações sociais, estando em um nível epistemológico. Essas contribuições aproximam as ciências da natureza e sociais e ao aproximar o nível científico do estrutural, faz com que o objeto científico deixe de estar nas mãos exclusivamente do observador.

Com estas contribuições, Sevilla Guzmán (2002) expõe que a Agroecologia não nega todo o conjunto de técnicas e procedimentos desenvolvidos pelas ciência agrônoma – que se localizam no nível distributivo, mas colocam estes em um outro patamar ao articular com os níveis estrutural e dialético. Assim a construção do conhecimento em Agroecologia deve articular a contribuição da academia e dos camponeses, trazendo o conhecimento popular ao nível do conhecimento científico em construção de uma práxis que articule este conjunto de sujeitos.

A pesquisa-ação como base teórico-metodológica

A pesquisa-ação representa uma base teórico-metodológica que pode se aproximar tanto da dialética marxista, como dos princípios e bases preconizados pela Agroecologia. Portanto será realizada aqui uma breve abordagem sobre este tipo de pesquisa e suas características.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e na qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p. 20).

Esta pesquisa pressupõe a realização de uma ação e está ligada à ideia de pesquisar a realidade para transformá-la (THIOLLENT, 2011; DESROCHE, 2006; FALS BORDA, 2012). Trata-se portanto de uma ação que é a base de um projeto no qual o pesquisador e os atores estão implicados para exercer uma mudança (ANDALOUSSI, 2004).

Na pesquisa-ação o objeto da investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação.

Essa metodologia estabelece dois tipos de objetivos: um objetivo prático, visando realizar atividades transformadoras da situação; e um objetivo de conhecimento, visando obter informações que seriam de difícil acesso por meio de outros procedimentos (THIOLLENT, 2011).

Uma ação só é humana quando não se dicotomiza da reflexão (FREIRE, 1987). A pesquisa-ação se liga a esta noção quando traz a proposta de agir e refletir, ou seja, busca uma estrutura valorativa baseada na práxis, sem esquecer as regras da ciência (FALS BORDA, 2012). Ou seja, a ação estará sempre presente nesta forma de pesquisa, mas não deve ocorrer uma ação em si, mas uma ação refletida, que possa levar, inclusive, a mudanças quanto a forma de agir.

Outro aspecto importante da pesquisa-ação está na realização de pesquisas com o envolvimento dos sujeitos sociais. Este tipo de pesquisa deve ser feita **sobre, para e por** atores, ou seja, em um estudo que envolva um grupo de camponeses, a pesquisa deverá estar adequada às demandas deste grupo e devem ser feitas por este grupo, estes devem ser ativos na pesquisa. Estes tipos de pesquisa podem ser classificadas como **pesquisa de explicação (sobre)**, que descreve, mas não realiza uma ação; **de aplicação (para)**, em que o pesquisador dispõe e propõe, como ocorre na Antropologia aplicada; e **de implicação (por)**, em que ocorre a implicação dos pesquisadores na ação dos autores, ou vice-versa, ou ambos (DESROCHE, 2006).

Desroche (2006) organiza uma tipologia da pesquisa-ação na qual elenca diferentes tipos de participação, representando os sinais (+ e -) para indicar a presença mais forte ou mais fraca de cada um dos três tipos de procedimentos (Quadro 1).

Quadro 1: Pesquisa-ação e tipologia de participação

PESQUISA				
	De explicação SOBRE Sobre a ação e seus atores	De aplicação PARA Para a ação e seus atores	De implicação POR Pela ação e seus atores	Tipo de participação
1	+	+	+	Integral
2	+	+	-	Aplicada
3	+	-	+	Distanciada
4	+	-	-	Informativa
5	-	-	+	Espontânea
6	-	+	-	Usuária
7	-	+	+	Militante
8	-	-	-	Ocasional / improvisada

Fonte: Desroche (2006).

Em muitas pesquisas ditas participativas os atores, ou grupos sociais, são apenas convidados e colocados em condições subalternas, como informantes, introdutores, etc, este tipo de pesquisa não pode ser considerada pesquisa-ação (DESROCHE, 2006). O que deve ser buscado é uma pesquisa feita em relação horizontal de sujeito a sujeito, pois tanto os pesquisadores quanto os pesquisados são seres sentipensantes⁴, cujos diversos pontos de vista sobre a vida em comum deviam se tomar em conta conjuntamente (FALS BORDA, 2012).

Na pesquisa-ação há uma ampla interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada (THIOLLENT, 2011). Nesta interação há vários níveis de participação, que vão desde a representação à cooperação para alcançar a co-gestão. Este último nível designaria o alcance da pesquisa-ação integral (MORIN, 2004).

A figura 2 apresenta várias dimensões que vão desde a pesquisa aplicada até a pesquisa-ação integral, sendo que este tipo de pesquisa busca a participação cooperativa, podendo chegar ao nível da co-gestão, além de uma transformação recíproca da ação e do discurso (MORIN, 1986 apud ANDALOUSSI, 2004).

Figura 2: A pesquisa-ação integral no contexto da pesquisa aplicada.



Fonte: Morin (1986, p. 231 apud Andaloussi, 2004, p. 104).

⁴ Orlando Fals Borda aborda em seus textos a ideia de que os seres são sentipensantes, ou seja, providos da capacidade de pensar-sentindo e sentir-pensando, não havendo aqui uma distinção entre a razão e o coração.

No que diz respeito ao desenvolvimento rural e difusão⁵ de tecnologia, Thiollent (2011) destaca dez assuntos relevantes para a realização das pesquisas:

- a) Redefinição dos enfoques, nos planos conceitual e metodológico, da difusão de tecnologia e comunicação rural.
- b) Revisão das técnicas de diagnóstico de modo a evidenciar as potencialidades dos produtores em vez de sua carência.
- c) Divulgação da metodologia de pesquisa participante, pesquisa-ação ou ainda, pesquisa-ação participativa.
- d) Método de resolução de problemas com participação de produtores, pesquisadores, técnicos, extensionistas, etc.
- e) Estudo da relação entre saber formal do especialista e saber informal do produtor, com mapeamento dos problemas de comunicação.
- f) Metodologia de planejamento de ações de desenvolvimento local ou regional.
- g) Experimentação de pesquisas agropecuárias em situação real, isto é, nas fazendas e não apenas em estações experimentais.
- h) Experimentação de técnicas geradas por produtores.
- i) Metodologia de avaliação de caráter participativo.
- j) Possíveis subsídios didáticos e informáticos. (THIOLLENT, 2011, p. 101).

A pesquisa-ação, ao preconizar os princípios da transformação, da participação, da práxis, da aproximação da realidade dos produtores e camponeses, demonstra que pode ter conexão com a dialética marxista, embora essa correlação não seja encontrada no conjunto dos autores que elaboram sobre a pesquisa-ação. Esta também representa uma base teórico-metodológica que se adequa a proposta de aliar o conhecimento científico e popular na construção de tecnologias e processos que sejam socialmente adaptadas às demandas dos sujeitos envolvidos. Ao preconizar a participação ao nível cooperado ou da co-gestão, traz os grupos para uma condição de sujeitos da pesquisa, mostrando-se assim adequada aos princípios da Agroecologia.

Aplicação da pesquisa-ação na construção do conhecimento agroecológico

Esta seção apresenta o percurso desenvolvido durante a pesquisa, alguns resultados técnicos e reflexões metodológicas realizadas a partir da aplicação da pesquisa-ação na construção do conhecimento em Agroecologia. O ponto de partida da pesquisa foi aprimorar o manejo de plantas espontâneas em sistemas agroecológicos. O tema surgiu a partir da necessidade de buscar formas de manejo que não fossem impactantes, como são os herbicidas (método químico) e que não fossem penosos, como é o uso da enxada (método mecânico).

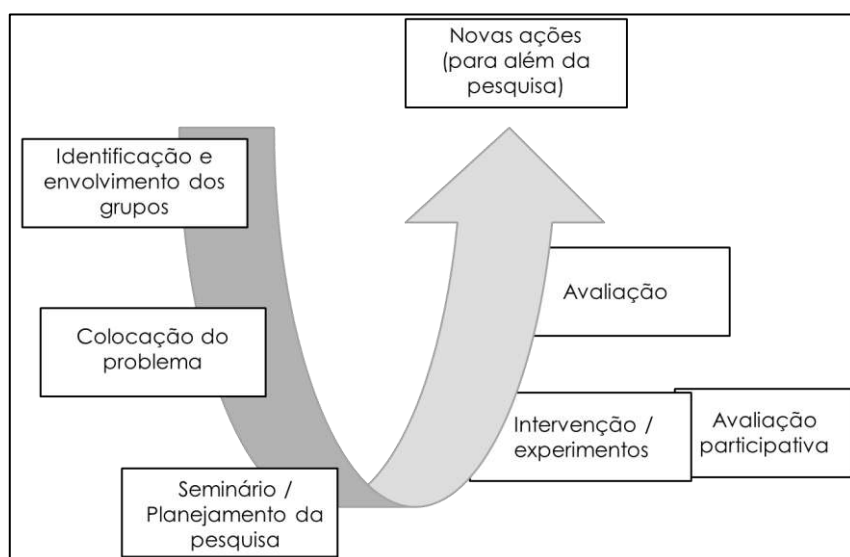
⁵ O termo difusão é usado por Thiollent, mas é um pouco controverso com a própria visão de pesquisa defendida pelo autor, pois o termo 'difusão', assim como o termo 'extensão', pode trazer uma conotação de levar o conhecimento pronto, sem diálogo ou comunicação com "aqueles que a recebem".

O processo da pesquisa-ação foi desenvolvido entre maio de 2018 a junho de 2019 junto a dois grupos camponeses compostos por 9 e 11 famílias, situados nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, no município de Rio Bonito do Iguazu – PR. Como o contexto e as características dos dois grupos são parecidas, o percurso da pesquisa e os resultados também foram similares. Portanto, será abordado, em alguns momentos, sem realizar uma distinção entre os grupos.

Conforme sugere Thiollent (2011), o trabalho foi organizado a partir das seguintes etapas: a) Identificação e envolvimento dos grupos; b) Colocação do problema; c) Seminário; d) Intervenção; e) Avaliação (figura 3). Vale ressaltar que a divisão em etapas facilita a compreensão do conjunto da pesquisa, mas elas estão interconectadas e os elementos de uma etapa estão comumente presentes em outras.

No caso desta pesquisa, a intervenção/ação desenvolvidas foi a instalação de experimentos, método que é bastante comum em pesquisas agrônômicas. Porém, a pesquisa experimental foi uma etapa dentro do ciclo da pesquisa-ação, desenvolvida de forma a garantir a participação dos(as) camponeses(as) no planejamento, desenvolvimento e avaliação dos resultados. Vale ressaltar que o foco deste trabalho não é apresentar os dados e resultados técnicos coletados nos experimentos, mas trazer reflexões acerca da metodologia adotada.

Figura 3: Representação das diferentes etapas contidas no ciclo da pesquisa



Fonte: autor, 2019.

A **identificação e envolvimento dos grupos** aconteceu em diálogo com lideranças locais, ligadas à Cooperativa Agroecológica Ireno Alves (COOPAIA) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os grupos envolvidos se organizam junto ao núcleo

Luta Camponesa, ligado à Rede Ecovida de Agroecologia e possuem uma dinâmica organizativa com reuniões mensais e coordenação atuante, o que facilitou a construção da responsabilidade compartilhada entre os sujeitos da pesquisa. Portanto, caso os(as) camponeses(as) não tenham uma dinâmica organizativa, para a aplicação da pesquisa-ação é importante sua constituição, já que as reuniões e atividades coletivas servem como espaços de discussão, tomada de decisões e de construção de conhecimento.

Nesta etapa, foi apresentada a proposta da pesquisa através de reunião com cada grupo, com o diálogo sobre o interesse dos mesmos em colaborar e participar. Neste momento houve a discussão sobre os princípios balizadores da pesquisa, como a participação coletiva, co-gestão, igualdade entre os sujeitos e a realização com foco na resolução de problemas concretos das famílias, além de problematização sobre o tema geral da pesquisa – o manejo das plantas espontâneas.

Nesta etapa é importante o diálogo entre pesquisadores e grupos sobre a relevância do tema proposto para a pesquisa. O convívio entre pesquisadores e grupos é fundamental neste processo. Se o tema de estudo proposto não estiver como parte das demandas dos grupos, provavelmente o envolvimento destes ficará comprometido ou o trabalho participativo apontará para a necessidade de alteração do problema de pesquisa.

Costabeber e Claro (1990) sugerem que na investigação participativa a motivação sobre o processo de pesquisa deve ser compartilhada e que, antes de formular as hipóteses de pesquisa, os pesquisadores devem conviver com os agricultores o tempo que for necessário, de modo a entender as suas lógicas, expectativas e reais necessidades.

A etapa da **colocação do problema** foi realizada em reunião com cada um dos grupos, tendo como objetivo qualificar a informação sobre as práticas realizadas pelas famílias para manejar plantas espontâneas em diferentes subsistemas das unidades familiares, como a horta, pomar/sistemas agroflorestais (SAF), pastagem e lavoura, que são os principais subsistemas das unidades em questão.

Nesta etapa, foram tomadas como referência algumas ferramentas comumente usadas em trabalhos participativos com comunidades e grupos, como a matriz de problemas e matriz de avaliação (GEILFUS, 2002). A partir dessas ferramentas, houve uma adaptação para criar uma matriz que permitisse elencar as práticas de manejo mais usadas pelas famílias em cada subsistema. Para isso, foram listadas, de um lado da matriz, as práticas usadas para manejar plantas espontâneas e cada família elencou a primeira e a segunda prática mais importante em cada subsistema (Figura 1), com uma posterior problematização sobre a relação entre cada prática e os princípios da Agroecologia.

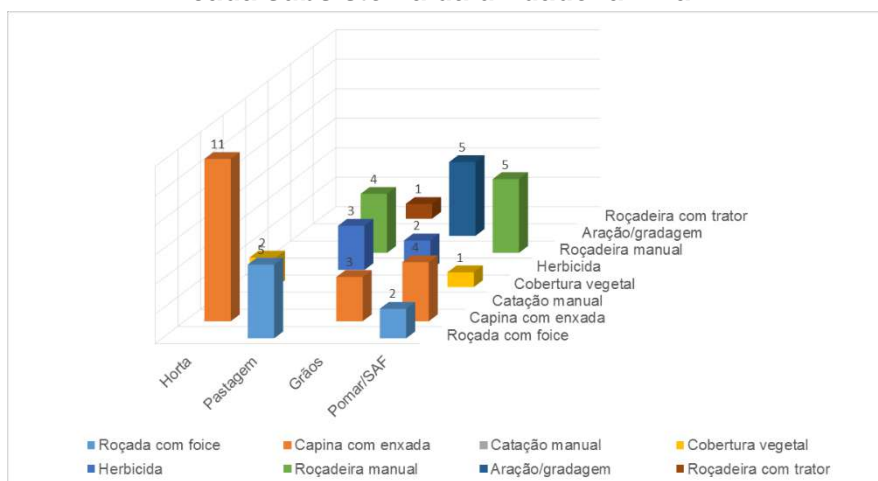
Figura 4: a) Matriz usada para elencar as práticas de manejo de plantas espontâneas utilizadas em cada subsistema das unidades familiares; b) reunião para aplicação da matriz.



Fonte: autor, 2019.

Um questionamento comumente realizado por camponeses(as) e colocado muitas vezes como uma dificuldade para a prática da Agroecologia é que, ao dispensar o herbicida, o manejo das plantas espontâneas passaria a ser feito com o uso de enxada, que representa um trabalho penoso e demorado. Ao analisar as principais práticas utilizadas nas áreas de cultivo de grãos – subsistema que representa grandes áreas nos sistemas familiares em questão, essa dicotomia atualmente é verdadeira, pois das três práticas citadas como principais, a aração/gradagem é realizada apenas no preparo do solo, sendo usadas durante o ciclo das culturas apenas a capina com enxada e os herbicidas.

Figura 5: Frequência de famílias que apontam determinada prática como principal em cada subsistema da unidade familiar.



Fonte: autor, 2019.

Os herbicidas aparecem como práticas utilizadas nos subsistemas grãos e pastagens, que são justamente os subsistemas que representam maior uso de área nestas

unidades familiares. É uma prática que tem o potencial de causar danos ambientais e à saúde das pessoas (AMARANTE JR et al, 2002), porém tem grande aceitação social devido ao fato de reduzir a mão de obra, se comparado com o uso da enxada. Por isso, mesmo nos grupos agroecológicos, esta prática é utilizada e algumas famílias convivem em suas unidades com áreas de produção convencional e áreas com certificação orgânica, o que é chamada de produção paralela.

Por outro lado, uma prática que tem conexão com os princípios da Agroecologia, que é o uso da cobertura vegetal, aparece com pouca frequência como principal e foi citada apenas nos subsistemas horta e pomar/SAF. Esta constatação foi base de problematização quanto ao desafio de fortalecer práticas e tecnologias que estejam em consonância com a Agroecologia e com os próprios princípios dos grupos, já que os mesmos buscam praticar uma agricultura em base agroecológica.

Esta percepção sobre a necessidade de avançar em práticas agroecológicas já é constatada pelos próprios membros dos grupos.

“Depois que vieram os microtratores da COOPAIA o pessoal começou a revirar demais a terra. No começo foi bom, mas com o tempo começou a ser prejudicial. A cobertura e a matéria orgânica é fundamental para não deixar a terra exposta ao sol, para não dar erosão” (Agricultor 1).

Por isso, a etapa da colocação do problema já apontou para a necessidade de estudo sobre o tema do uso da cobertura vegetal, sugerindo esta como sendo uma tecnologia de manejo com a qual as famílias sentem a necessidade de buscar mais conhecimento e aplicação. Ou seja, esta etapa já começa a delimitar o tema de estudo a ser desenvolvido nas etapas posteriores.

Vale ressaltar que a adequação de ferramentas metodológicas é importante na realização desta etapa. Existem na literatura muitas possíveis ferramentas e dinâmicas para trabalhos participativos, como abordados por Geilfus (2002). Cada ferramenta deve se adequar ao objetivo da atividade proposta e a adaptação de ferramentas é um exercício que o pesquisador precisa ter em vista neste tipo de pesquisa. Desde que haja clareza sobre quais informações se deseja levantar e quais encaminhamentos pretende-se tomar, a adequação das ferramentas se torna um exercício mais fácil de ser executado.

O **seminário** tem o papel de examinar, discutir e tomar decisões acerca do processo de investigação (THIOLLENT, 2011). Esta etapa também ocorreu em atividade coletiva junto a cada um dos grupos. As informações levantadas na etapa anterior serviram como base para a construção do planejamento da ação/intervenção, que se baseou no desafio de fortalecer a prática da cobertura vegetal como forma de manejar as plantas espontâneas.

Com isso, foi realizado um levantamento das espécies de adubação verde que as famílias já tinham conhecimento, seja por terem usado no passado ou por utilizarem atualmente. Neste momento, coube ao pesquisador o papel de problematizar sobre o uso de espécies que são comumente encontradas na literatura, mas que não eram de conhecimento das famílias, já que na pesquisa-ação o pesquisador também é um sujeito, buscando construir o que se caracteriza como uma relação sujeito-sujeito (FALS BORDA, 2012).

O levantamento das espécies foi realizado com o auxílio de tarjetas, que eram escritas e colocadas no chão de forma visível a todos(as). A partir de então, para definir com quais espécies trabalhar, foram excluídas as espécies de inverno e elencada uma ordem de prioridade na escolha das espécies de verão, pois a instalação do experimento estava previsto para este período. Os(as) camponeses(as) fizeram, em ambos os grupos, aportes oriundos do conhecimento popular, como a sugestão de estudar a mamona (*Ricinus communis*), pois para eles, esta planta exerce uma função benéfica na fertilidade do solo. Também foram elencadas as espécies: mucuna preta (*Mucuna aterrima*), mucuna cinza (*Mucuna pruriens*), mucuna anã (*Mucuna deeringiana*), feijão de porco (*Cannavalia ensiformis*), labe labe (*Dolichos lablab*), crotalária (*Crotalaria breviflora*) e milheto (*Pennisetum americanum*).

Após a definição das espécies de adubação a serem utilizadas, houve a discussão sobre qual seria a cultura principal, ambos os grupos definiram pelo uso do milho (*Zea mays*), embora um dos grupos tenha cogitado a possibilidade de uso do feijão (*Phaseolus vulgaris*). Finalmente, com a decisão da espécie principal, foi definida em qual área o experimento seria implantado, a partir da disponibilidade das famílias em ceder uma área para a pesquisa.

A etapa da **intervenção**, neste caso, foi a instalação de um experimento em cada grupo, com o plantio dos adubos verdes escolhidos na etapa do seminário. Aproximadamente 3 meses após o plantio dos adubos verdes, estes foram acamados com equipamento rolo faca e posterior plantio de milho sobre suas palhadas, deixando também uma área com manejo convencional para servir como testemunha. Durante o ciclo da cultura do milho, foram coletados dados referentes às espécies de plantas espontâneas, com amostragem, identificação, contagem, secagem e pesagem para realização de estudo fitossociológico⁶.

Na implantação dos experimentos, os trabalhos como preparo do solo, plantio dos adubos verdes e do milho foram realizados coletivamente, enquanto a coleta de dados sobre as plantas espontâneas foi realizada pelos pesquisadores. O envolvimento dos(as) camponeses(as) em trabalho de contagem, identificação e pesagem de plantas pode gerar um ônus que comprometa suas atividades cotidianas, podendo a pesquisa tornar-se um problema, ao invés de proporcionar benefícios. Neste caso, a divisão do trabalho não

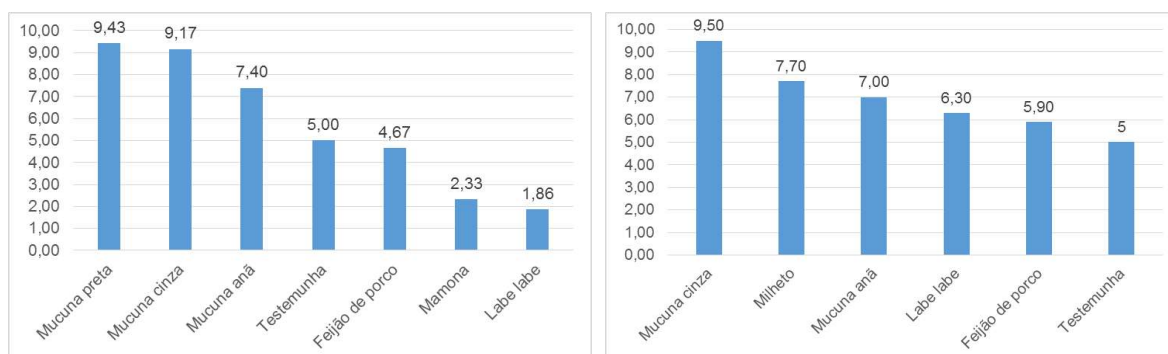
⁶ A Fitossociologia é um ramo da Ecologia Vegetal que estuda os agrupamentos de plantas, suas inter-relações e sua dependência frente ao ambiente vivo e inanimado (BRAUN-BLANQUET, 1979). Alguns índices fitossociológicos são comumente usados para pesquisar comunidades espontâneas.

compromete a proposta metodológica e o caráter participativo, porém, o conjunto dos procedimentos metodológicos devem ser compartilhados junto ao coletivo para que os sujeitos compreendam as diferentes etapas da pesquisa.

Para Costabeber e Claro (1990), nos casos onde o experimento participativo exige delineamentos mais complexos, com maior demanda de trabalho (pesagem, medidas de volume, contagens, etc), torna-se necessária uma participação intensa e permanente do extensionista pesquisador nas distintas fases do processo, de modo a assegurar a condução das práticas mais minuciosas.

Dois momentos foram importantes para a avaliação participativa do experimento. O primeiro deles foi o uso de uma escala de avaliação participativa, onde, durante visita à área do experimento, cada participante do grupo atribuiu uma nota aos tratamentos, em uma escala de 0 a 10, onde zero representa a menor eficiência no controle de plantas espontâneas e 10 representa a maior eficiência. Como a testemunha é uma referência para comparação, foi previamente atribuída uma nota intermediária de valor 5 para este tratamento.

Figura 6: Gráficos com a média das notas atribuídas por cada grupo em avaliação participativa para a eficiência dos adubos verdes em controlar plantas espontâneas.



Fonte: autor, 2019.

Outro momento importante na avaliação participativa foi a apresentação dos dados fitossociológicos das plantas espontâneas para os grupos. Com isso, a interpretação dos resultados é realizada pelos pesquisadores, mas não apenas por eles, pois coloca aos grupos o desafio de avaliar em conjunto os dados coletados, se adequando ao nível estrutural das pesquisas em Agroecologia proposto por Sevilla Guzmán (2002).

(...) cada planta tem uma função diferente, o feijão de porco e a mucuna anã são melhores para fazer consórcio, as mucunas de cipó (cinza e preta) foram boas para plantio direto” (Agricultor 2). “Do jeito que está a (área com palhada de) mucuna, não será necessário carpir o milho (com enxada)” (Agricultor 3). “A vantagem da mucuna foi morrer, não rebrotar ao passar o rolo faca” (Agricultor 4). “E tem que olhar que estas plantas (adubos verdes) são boas não só para segurar os inços, mas para melhorar a terra” (Agricultora 5).

No caso da aplicação de experimentos agrônômicos, a avaliação participativa cumpre com duas funções distintas, a primeira delas é interpretar os resultados com o olhar vindo da experiência dos(as) camponeses(as), permitindo a correlação entre a tecnologia pesquisada e as práticas realizadas por eles(as). A segunda está em garantir um processo de aprendizado coletivo, onde o resultado da pesquisa é apropriado pelos pesquisadores e pelos grupos camponeses, quebrando, de certa forma, a separação entre pesquisa e extensão.

A condução dos experimentos de campo explicitou uma contradição entre o que é considerado resultado para a pesquisa e o que é considerado resultado para os(as) camponeses(as). Para estes(as), um experimento que deu resultado é aquele que ajuda a resolver os seus problemas do dia a dia, como melhorar a produção, o manejo do solo, o controle de plantas espontâneas, etc. Para a pesquisa, os dados em si são resultados, mesmo que sejam considerados resultados negativos. Assim, alguns tratamentos testados a campo não foram eficientes no controle das plantas espontâneas e, para os(as) camponeses(as), nestas parcelas a produção foi comprometida.

Entretanto, nas avaliações finais os grupos ressaltaram que esta contradição existe, mas não pesa de forma tão negativa.

“Na verdade eu acho que nada foi ruim ou perdido, porque desse estudo, mesmo daquilo que não vingou a gente aprendeu alguma coisa. Se a gente não tivesse feito a pesquisa, como a gente ia saber se ia dar certo ou errado? A partir de agora nós temos uma ideia de como fazer e podemos plantar em um espaço maior. Na minha avaliação foi 100% positivo” (Agricultor 6).

Sobre esta questão, Costabeber e Claro (1990) sugerem que experimentos participativos conduzidos para investigar práticas, processos ou sistemas cujos resultados ainda são duvidosos ou imprevistos devem ser exaustivamente negociados e pactuados com os agricultores, realizados em pequenas áreas e patrocinados por instituições parceiras para que não recaia ônus para o agricultor.

A etapa da **avaliação** é importante para elencar os limites e os aprendizados proporcionados pela pesquisa e, principalmente, para realizar apontamentos para ações futuras – que ultrapassem a ação da pesquisa. Compreendendo a pesquisa-ação como um ciclo, a partir desta etapa, pode-se iniciar um novo ciclo de pesquisa.

“Este uso (dos adubos verdes) também pode servir para o (cultivo de) arroz, mandioca, feijão” (Agricultor 2). “Eu acho que nós devemos fazer também esse mesmo trabalho com os cultivos de inverno: ervilhaca, aveia e outras” (Agricultor 1). “A mucuna a gente tem que começar a produzir sementes todos os anos. Temos que ter semente e se a semente fica velha ela vai perdendo a viabilidade” (Agricultor 7).

Após estas várias etapas desenvolvidas neste processo de pesquisa-ação, seguem algumas reflexões finais. Esta metodologia pressupõe o convívio entre pesquisadores e camponeses(as). A definição sobre o que pesquisar e a construção do problema de pesquisa devem ser realizadas de forma a proporcionar a motivação, envolvimento e confiança entre ambas as partes (camponeses/as e pesquisador), conforme sugerem Costabeber e Claro (1990).

Neste tipo de pesquisa, deve haver uma flexibilidade dos pesquisadores para construir e adequar a pesquisa de acordo com as proposições e encaminhamentos que surgem no decorrer no percurso, pois a execução de uma etapa pode influenciar a(s) etapa(s) seguinte(s). A etapa do seminário é a mais importante no sentido de definir o que será pesquisado, embora este diálogo não seja exclusividade desta etapa, pois algumas percepções podem iniciar nas etapas anteriores, até para que seja possível um processo de reflexão por parte dos(as) camponeses(as) antes da definição sobre o que pesquisar e sobre onde e como realizar a pesquisa.

Este tipo de metodologia proporciona o envolvimento dos camponeses como sujeitos do próprio processo de capacitação, como sugere Freire (1983). A experiência prática dos camponeses na condução e manejo dos agroecossistemas faz com que estes tenham aportes sobre assuntos ainda pouco explorados pela pesquisa científica e gerar, inclusive, novas demandas de pesquisa.

Considerações finais

Entre as discussões existentes sobre a epistemologia da Agroecologia, há um consenso quanto à necessidade de superar a forma fragmentada como as pesquisas vem sendo desenvolvidas. A construção de um arcabouço teórico e metodológico que oriente a construção do conhecimento em Agroecologia é, portanto, fundamental para a consolidação deste novo paradigma científico. Para isso, a reflexão sobre a forma como as pesquisas são desenvolvidas é de grande valia.

A utilização do materialismo histórico dialético como fundamento teórico e da pesquisa-ação como base teórico-metodológica trazem uma contribuição que se adequam à proposta de construção do conhecimento buscado através do paradigma da Agroecologia. É possível, neste processo, gerar um envolvimento coletivo entre grupos camponeses e pesquisadores, adequando-se às bases epistemológicas da Agroecologia, já que proporcionam a construção coletiva do conhecimento, o diálogo de saberes entre técnicos e camponeses, sendo capaz de romper com a dicotomia entre sujeito e objeto existente nas pesquisas científicas tradicionais.

Por fim, esta metodologia se mostrou adequada ao objetivo de transformação da realidade, contida tanto no fundamento teórico do materialismo histórico dialético, quanto na base teórico-metodológica da pesquisa-ação. Se adequa a uma transformação que estimula os camponeses à ação, como sujeitos principais de construção da Agroecologia. Portanto, mesmo existindo muitas metodologias possíveis e que devem ser adequadas a cada situação, esta pesquisa trouxe algumas reflexões que são úteis para a construção de novas ações e novas pesquisas em Agroecologia.

Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. - 4 ed - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- AMARANTE JR, O. P. et al. **Glifosato: propriedades, toxicidade, usos e legislação**. Quim. Nova, Vol. 25, No. 4, 589-593, 2002.
- ANDALOUSSI, K. E. **Pesquisas-Ações: Ciência, Desenvolvimento e Democracia**. Traduzido por Michel Thiollent. São Carlos: EdUFSCAR, 2004.
- BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA**. 2011 set;(45):1-21.
- BRAUN-BLANQUET, J. **Fitosociologia: bases para el estudio de las comunidades vegetales**. 3. ed. Madrid: Aum. Blume; 1979.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. Agroecologia e sua epistemologia. **Interciência**. Caracas, vol. 37 (9). 2012. p. 711-716.
- CAPORAL, F. R. Aprendendo, fazendo, conhecendo. **Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia**, v.10, n.3. Rio de Janeiro, 2013.
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2009. v.1. 111 p.
- COSTABEBER, J. A.; CLARO, S. A. Experimentação participativa e referenciais tecnológicos para a agricultura familiar. UFSM, **Ciência & Ambiente**, v.1, n. 1. Santa Maria, 1990. p. 31-48.
- DESROCHE, H. Pesquisa-ação dos projetos de autores aos projetos de atores e vice-versa. In: THIOLENT, M. (Org.). **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: EdUFSCar, 2006.cap.1, p. 33-68.
- FALS BORDA, O. El problema de cómo investigar la realidad para transformarla por la praxis. In: FARFÁN, N. A. H.; GUZMÁN, L. L. **Ciencia, compromiso y cambio social**. Textos de Orlando Fals Borda 1a ed. - Buenos Aires: El Colectivo - Lanzas y Letras - Extensión Libros, 2012. p. 214-239.
- FERRARO, A. R. Epistemologia da Agroecologia: dialética versus positivismo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 34, p. 117-134, ago. 2015.
- FONSECA, G. Epistemologia da Agroecologia: as contribuições do paradigma ecológico. **Revista Didática Sistemica**, FURG, v.16, n.1, 2014. p.3-11
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93 p.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo**: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación / San José, C.R.: IICA, 2002.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

GOMES, J. C. C. Bases epistemológicas da Agroecologia. In AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L. **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005b. p. 71-100.

_____. Pesquisa em Agroecologia: problemas e desafios. In AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L. **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005a. p. 133-146.

KHATOUNIAN, C.A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica; 2001.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção primeiros passos: 23).

KOSÍK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 2ª ed.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** - 1º capítulo seguido das teses sobre Feuerbach. São Paulo, Moraes, 1984.

MORIN, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica**: uma antropopedagogia renovada. Tradução de Michel Thiollent – Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PETERSEN, P. Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos Papéis, Novas Identidades. **Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia**. ANA, 2007.

PLOEG, J. D. van der. The drivers of change: the role of peasants in the creation of an agro-ecological agriculture. **Agroecología**. vol. 6, 2012, p. 47-54.

POLITZER, G. **Princípios Fundamentais de Filosofia**. Tradução de João Cunha Andrade. Ed. Fulgor: São Paulo, 1972.

SARANDÓN, S. J.; FLORES, C. C. **Agroecología**: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables. - 1a ed. - La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014.

SEVILLA GUZMAN, E. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Rev. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar. 2002.

SEVILLA GUZMAN, E; MONTIEL, M. S. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. In: **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**. PH Cuadernos. v.26. Sevilla: Consejería de Cultura/Junta de Andalucía, 2010.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo -SP: Expressão Popular, 2011.

WARNER, K. D. Agroecology as Participatory Science Emerging Alternatives to Technology Transfer Extension Practice. **Science, Technology & Human Values**, v. 36, p. 754-777, 2008.

Sobre os autores

Leonardo Pereira Xavier – Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Especialista em Produção de Leite Agroecológico pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0001-9008-8875>

Paulo Henrique Mayer – Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-3406-3953>

Antônio Inácio Andrioli – Graduação em Filosofia pela UNIJUÍ. Mestrado em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ. Doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade de Osnabrück/Alemanha e Pós-Doutorado em Sociologia pela Universidade Johannes Kepler de Linz/Áustria. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-3406-3953>

Como citar este artigo

XAVIER, Leandro Pereira; MAYER, Paulo Henrique; ANDRIOLI, Antônio Inácio. O materialismo histórico dialético e a pesquisa-ação na construção do conhecimento em Agroecologia. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 238-262, mai.-ago., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Leonardo Pereira Xavier** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento e aplicação das ferramentas metodológicas de campo junto aos grupos camponeses e pelas traduções; o segundo autor, **Paulo Henrique Mayer**, pelo desenvolvimento teórico conceitual sobre o tema da pesquisa-ação; e **Antônio Inácio Andrioli**, pelo desenvolvimento teórico conceitual sobre o tema do materialismo histórico dialético.

Recebido para publicação em 03 de setembro de 2019.

Devolvido para a revisão em 15 de fevereiro de 2020.

Aceito para a publicação em 14 de março de 2020.

A produção agrícola por habitantes urbanos no Brasil: Análise dos períodos colonial, imperial e a transição para o século XX

Claudinei Silva Pereira

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: claudinei.kau@gmail.com

Resumo

O artigo analisa uma dimensão da produção agrícola no Brasil, dando ênfase para a realizada na cidade ou por seus habitantes nos arrabaldes dos núcleos urbanos. Utilizamos da abordagem geográfica e de outros campos do conhecimento para enfatizar as peculiaridades no abastecimento alimentar urbano, dentre às quais, o constante desabastecimento, que requeria do cidadão a produção de parte dos itens de autoconsumo e outra parcela poderia direcionar ao comércio local. As características da economia de exportação, com consequente concentração das terras e da mão de obra, aliado à restrita divisão social e territorial do trabalho urbano nos períodos colonial e imperial são basilares para o entendimento da produção nas cidades ou em suas imediações. Por fim, destacamos a modificação estrutural que ocorreu em razão da consolidação de um mercado de produção alimentar interno e das transformações na lógica de crescimento da cidade que culminaram com a redução dos produtores agrícolas urbanos.

Palavras-chave: Agricultura urbana; abastecimento alimentar; relação campo-cidade.

Agricultural production by urban inhabitants in Brazil: analysis of the colonial and imperial periods as well as the transition to the 20th century

Abstract

This paper analyzes a dimension of the agricultural production in Brazil, highlighting the one carried out downtown or by its inhabitants in the suburb areas. Geographic and other fields of knowledge approaches were dealt with to underline the peculiarities of urban alimentary supply, among them, the frequent supply shortages, which used to drive citizens to produce a part of the items for self-consumption and another for the local commerce. The exportation economy characteristics, with consequent land and work force concentration, allied to restrictive social and territorial division of urban work in the colonial and imperial periods are fundamental for understanding the production process downtown or in suburb areas. At last, we highlight the structural shift which took place in the country due to the consolidation of an internal alimentary production as well as to transformations in towns growth logic which had a peak with the urban agricultural producers' reduction.

Keywords: Urban agriculture; alimentary supply; relation field-town.

La producción agrícola por habitantes urbanos en Brasil: análisis de los períodos colonial, imperial y la transición al siglo XX

Resumen

El artículo analiza una dimensión de la producción agrícola en Brasil, con énfasis en aquella realizada en la ciudad o por sus habitantes en los arrabales de los núcleos urbanos. Aportamos el método geográfico y otros campos del conocimiento para enfatizar sus peculiaridades en el abastecimiento alimentar urbano, señaladamente, el constante

desabastecimiento, que requería del ciudadano la producción de parte de los ítems de autoconsumo mientras que otra parcela solía ser direccionada al comercio local. Las características de la economía de exportación, con consecuente concentración de tierras y de mano de obra, aliadas a la restricta división social y territorial del trabajo urbano en los períodos colonial e imperial son basilares para el entendimiento de la producción en las ciudades o en sus inmediaciones. Por fin, subrayamos el cambio estructural que tuvo lugar en el país gracias a la consolidación de un mercado de producción alimentaria interno y de las transformaciones en la lógica de crecimiento de la ciudad que culminó con la reducción del contingente de los productores agrícolas urbanos.

Palabras clave: Agricultura urbana; abastecimiento alimentario; relación campo-ciudad.

Introdução

O entendimento de como se articulam os espaços urbano e rural no Brasil, partindo de uma perspectiva geográfica e de outros campos do conhecimento pressupõe, por um lado, compreender no âmbito social e econômico às interações destes espaços, e por outro, às implicações do ponto de vista da constituição de uma nova sociedade que se efetivou pela interação entre povos indígenas, europeus e africanos. Com suas diferentes bases culturais, dietas alimentares, ao interagirem vieram a formar uma nova sociedade alicerçada na exploração do trabalho escravo e na tentativa de imposição de uma forma cultural sobre as demais.

A composição de uma nova sociedade implicou na formação de novos espaços que se articulavam pela dimensão econômica, de forma mais efetiva, primeiramente pela produção agrícola da cana-de-açúcar direcionada a abastecer o mercado europeu. Contudo, para isso, foi fundamental a produção e interação destes espaços que vieram a constituir os espaços rurais e urbanos, não de forma separada, mas, pelo contrário, articulados, apesar de níveis de influências distintos, principalmente dos primeiros em relação aos segundos.

É importante frisar que o entendimento do espaço urbano nos períodos que buscamos analisar, colonial e imperial, compuseram-se de agrupamentos de pessoas, atividades e relações que se não eram na totalidade, do ponto de vista conceitual/teórico como espaço propriamente urbano a partir dos referenciais atuais da geografia, todavia, dada a natureza incipiente do processo de formação e adensamento, permitiram que neles se dessem um conjunto de relações diretamente vinculadas ao espaço rural imediato. Assim, expressavam às condições estruturais da época (REIS FILHO, 1968; SANTOS, 1993). E também por serem os espaços urbanos um nó na interligação do ponto de vista político-econômico com a Metrópole, ao se estabelecerem representantes do poder Real ou de sub-representações das capitânicas, permitiu-se a existência de atividades que produziram interações em diversas escalas geográficas.

Partimos do pressuposto da necessidade de se fazer uma reavaliação da perspectiva da qual existiria de fato uma rígida divisão territorial e social do trabalho entre os espaços

urbano e rural, para assim, relativizarmos, pelo menos no que tange aos períodos colonial e imperial no Brasil, visto a primazia para certas atividades se efetuarem no campo e outras nas vilas e cidades. Nas urbes, em função da densidade populacional, por ser sede de representações públicas, bases militares, comércio e da ocorrência intermitente de festivais religiosos, havia um conjunto de funções que as diferenciavam do espaço rural, atividades estas, contudo, restritas a parcela da população, dada a incipiente organização produtiva destes espaços. Há, de tal modo, uma dimensão que deve ser reavaliada no que concerne à produção e abastecimento de gêneros alimentícios para os habitantes dos aglomerados urbanos, visto a forma como se estruturou a economia.

Para consecução da análise, o procedimento metodológico adotado efetivou-se através da pesquisa bibliográfica de cunho científico em diversas áreas do conhecimento (geografia, história, sociologia, urbanismo e economia), análise de iconografias e de relatos de naturalistas que visitaram o Brasil, os quais deixaram importantes descrições dos aspectos geográficos e de organização das dinâmicas entre campo e cidade no período. Para analisar estas dimensões, o texto foi estruturado em três partes. Na primeira, abordamos às características da produção e abastecimento alimentar no Brasil colonial e imperial, com destaque para as áreas de produção de cana-de-açúcar e de mineração em Minas Gerais. Na segunda, analisamos a transição no final do século XIX e início do XX, quando então as cidades alcançam um novo estágio de expansão, destacando a constituição de um setor de produção para o mercado interno e das transformações do espaço urbano. Na última parte, como forma de conclusão, retornamos aspectos apontados no texto, enfatizando às mudanças que ocasionaram a redução da produção agrícola nas cidades ou por seus habitantes nos arredores.

A produção agrícola nos espaços urbanos colonial e imperial

Numa análise sociológica, Freyre (1966) vincula à formação social do Brasil ao regime de economia patriarcal tendo os senhores rurais o poderio que estruturou às relações econômico-sociais nos espaços rurais e urbanos e suas consequências para a constituição da sociedade brasileira, tanto no que concerne aos valores, hábitos e até certo ponto do ritmo de mudança nos primeiros quatro séculos do país. A casa-grande e sua estruturação baseada na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo, não se restringiu à economia açucareira, apesar de ser ela o ponto central, esteve também fundamentada posteriormente na economia cafeeira. Isto, produziu diversas implicações para a organização e expansão das atividades urbanas, além das deficiências no suprimento de gêneros alimentícios, originadas por um empenho político-econômico e de força de trabalho direcionada aos plantios de monocultura.

O hibridismo que se conformou a partir da miscigenação de três povos resultou numa nova dieta alimentar no Brasil, em razão das implicações da atividade de monocultura, condições climáticas, de solos distintos no território e mesmo das diferentes composições culturais que foram se conformando nas diferentes regiões. Desta forma, a alimentação no que diz respeito à variedade, quantidade e preço foi uma dimensão presente nas interações que se efetivaram entre os espaços rurais e urbanos, e em alguns momentos resultou em turbulência para os habitantes dos aglomerados urbanos, devido à oferta escassa.

Reis Filho (1968) ao tratar da formação dos primeiros núcleos urbanos na colônia, enfatizou que o processo de urbanização é um fenômeno social que desencadeia transformações espaciais e econômicas, no sentido de agregação dos indivíduos em espaços mais restritos e onde há maior divisão social do trabalho, notadamente não vinculadas diretamente às atividades agrícolas, todavia passíveis de coexistirem.

Ocorre um processo de urbanização quando em uma sociedade existe uma divisão social do trabalho, em caráter permanente, de sorte que uma parcela ponderável da população deixa de se dedicar à produção de alimentos e passa a depender, para sua subsistência, dos produtos do trabalho da outra parcela, aos quais tem acesso por meio da troca ou por apropriação direta (REIS FILHO, 1968, p. 20).

Assim, a cidade está vinculada à criação de espaços laborais em que os indivíduos requerem, a partir de outros, o fornecimento de alimentos, especialmente os de origem agropecuária, formando um metabolismo socioeconômico entre campo e cidade. Contudo, não elimina às possibilidades de existência de indivíduos no interior destas aglomerações que tenham na produção primária parte de seus rendimentos ou complementação alimentar.

Para analisarmos como se relacionavam às formas de abastecimento alimentício nos espaços urbanos no Brasil desde o período colonial, e especificamente por quais motivos se praticou à agricultura no interior e nas bordas dos aglomerados, mesmo tendo-se ciência de que o país desde sua formação colonial se constituiu de forma preponderante numa sociedade de base rural, partimos do pressuposto de que a divisão territorial e social do trabalho entre campo e cidade não se fez por completo, visto que um conjunto mais amplo de relações se estabeleceram entre às economias rural e urbana no que diz respeito às interações e complementaridades, e mais precisamente, como o elemento estruturante da organização produtiva baseada nos grandes cultivos tropicais de exportação foi, em parte, o sustentáculo do processo de urbanização e ao mesmo tempo um empecilho para sua dinamização.

O período ao longo do qual se inseriu a colonização e efetiva ocupação territorial do Brasil, as relações na economia urbana e o processo de urbanização ultrapassaram às fronteiras da colônia para assumir um caráter internacional, ou seja, as primeiras formas

urbanas construídas na colônia foram para dar sustentação necessária entre a economia rural de exportação e a metrópole portuguesa, com exígua articulação entre as vilas e cidades na colônia¹, não gerando sistemas produtivos efetivos e duradouros direcionados ao mercado interno. Essas aglomerações foram construídas para serem sede de instâncias do poder político-administrativo da Coroa, notadamente para a função de arrecadação de tributos (REIS FILHO, 1968; PRADO JÚNIOR, 1973; LINHARES, 1979).

A organização da agricultura colonial, vinculada às correntes do comércio europeu, por seu caráter especializado, no plano internacional, não podia gerar sistemas produtivos internos diversificados, nem propiciar acumulação interna. Daí, o povoamento esparsa, rarefeito e a multiplicação de “economias de subsistência” raramente capazes de produzir excedentes para um diminuto, ocasional e intermitente comércio interior (LINHARES, 1979).

A urbanização brasileira, principalmente nos três séculos iniciais, se fundamentou na dependência da cidade em relação ao campo no que se refere ao fornecimento de gêneros alimentícios, ao passo que esse mesmo campo representava parcela considerável dos consumidores dos produtos ofertados pelas cidades, em razão da concentração da riqueza pelos proprietários fundiários e de formas de exploração das terras, as quais Freyre (1966) e Prado Júnior (1973) apontaram como os elementos constitutivos da organização agrária no Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Como resultado, a estrutura organizacional da colônia esteve subordinada às áreas de produção de cana-de-açúcar, principalmente na atual região Nordeste, onde as relações de trabalho escravo, seja indígena ou de origem africana, estavam vinculadas à monocultura e ao latifúndio destinado a produzir para a metrópole². Esta mesma estrutura se impôs na Baixada Fluminense no período, segundo Mendes (1948).

A estrutura produtiva da monocultura requeria o uso expressivo da mão de obra disponível no campo para a realização do cultivo e processamento da cana-de-açúcar, o qual comprometia periodicamente à produção de outros gêneros alimentícios excedentes que pudessem abastecer os mercados urbanos, afetando o funcionamento e expansão das vilas e cidades. Assim, “a rede urbana aqui instalada por sua estrutura, seu fundamento e seu

¹ Godoy (2011) entende que as formas urbanas implantadas visaram a dar sustentação a colonização do território com conotação geopolítica e a intermediar a exportação de mercadorias, ao afirmar que o caráter urbano se constituiu anteriormente ao rural. O primeiro argumento se opõe ao que Prado Júnior (1973) analisou, pois durante todo o período colonial a Coroa deu pouca importância para o crescimento urbano, pois isso concorreria pelo uso da mão de obra, mesmo sendo o trabalho escravo o preponderante, e a cidade se constituiu na maior parte do tempo como o espaço necessário para a instalação do poder político-administrativo visando principalmente a arrecadação de impostos provenientes dos produtos agrícolas e minerais, e não como uma estratégia de manutenção do território, apesar de na cidade estar o poder militar para protegê-lo contra os inimigos, tanto os externos como de possíveis ataques de povos indígenas.

² Para Prado Júnior (1973), a dinâmica do mercantilismo na colônia foi para a Coroa portuguesa, desde o princípio, um espaço destinado a fornecer os gêneros tropicais e metais preciosos requeridos no mercado europeu. As demais atividades econômicas foram secundárias ou subsidiárias para dar sustentação à atividade principal.

desenvolvimento foi, em grande parte, uma resposta às características e vicissitudes da economia rural” (REIS FILHO, 1968, p. 39).

A escassez de alimentos nas vilas e cidades era rotineiro, com maior severidade nos períodos em que o açúcar estava com preços elevados no mercado internacional, pois havia o deslocamento de mais força de trabalho para esta atividade, restringindo à produção de excedentes alimentares de menor importância econômica nos grandes estabelecimentos, porque a demanda alimentar urbana era incipiente em razão do restrito contingente demográfico e na perspectiva do produtor latifundiário-monocultor açucareiro não compensava dispendir esforços para aquela finalidade por serem atividades subsidiárias.

A economia colonial esteve, até meados do século XVII, baseada quase que exclusivamente na agricultura de exportação. Foi essa atividade econômica que deu melhores resultados sob a forma de agroindústria do açúcar e em função dela organizaram-se às demais. A ela ficaria ainda subordinada à economia urbana, cujas condições iniciais seriam extremamente modestas (REIS FILHO, 1968).

Os núcleos urbanos se organizaram em função das atividades de monocultura de exportação, vinculadas à economia mercantil, e vários deles surgiram mesmo antes da conformação do campo (GODOY, 2011), sendo às precárias formas de abastecimento alimentar interno, entendidas como economia “natural” das trocas, como também denominadas de agricultura de subsistência³ (PRADO JÚNIOR, 1973) destinadas ao consumo e à manutenção da colônia. Assim, não é possível compreender a organização dos espaços rurais e urbanos no período colonial sem levar em consideração às relações de trabalho escravo e toda a articulação de esforços direcionada aos grandes cultivos de exportação, que comprometeram o mercado interno. De tal modo, “a escassez surgia como resultante da produção destinada ao mercado europeu e da integração do conjunto da colônia aos imperativos do capital mercantil metropolitano” (LINHARES, 1979, p. 37).

A estrutura organizativa do campo direcionada para o mercado exterior produziu, segundo Azevedo (1992), frágeis relações laborais nos espaços urbanos da época, visto que se fundamentavam apenas na provisão de mercadorias que os engenhos não produziam ou importavam da metrópole portuguesa, não fomentando atividades laborais expressivas para os habitantes das aglomerações. Disso resulta, em parte, a proibição de se produzir na colônia as manufaturas que a metrópole pudesse fornecer.

A dependência das cidades em relação aos gêneros alimentícios fornecidos pelos engenhos ou fazendas teve na cidade de Salvador no século XVII certo atenuante, pois de acordo com relatos de Gabriel Soares de Sousa citados por Azevedo (1992, p. 15) na zona

³ Sobre os cultivos voltados ao mercado interno, fora dos grandes estabelecimentos de monocultura, Prado Júnior (1973, p. 160) assim se refere a esta agricultura subsidiária “Pelo destino dado aos produtos desta pobre agricultura de subsistência, podemos prever a sua localização. Ela será naturalmente e de preferência nas proximidades dos grandes centros urbanos a que particularmente serve”.

do Recôncavo se estruturaram pequenas propriedades produtoras de “mantimentos, frutas e hortaliças” funcionando como um cinturão verde e nos arrabaldes da cidade era comum chácaras com cultivos frutíferos voltados ao mercado urbano⁴. Esta singularidade, contudo, reforça às características gerais de modéstia da vida urbana nos demais aglomerados da colônia, voltados às funções político-administrativas e religiosas, com restritos contingentes demográficos, de consumo e elevada dependência das dinâmicas da agricultura comercial.

Azevedo (1955) ao analisar a cidade de Salvador desde sua fundação (1549), menciona a partir de cartas de padres jesuítas e atas da Câmara municipal, a preocupação em relação ao abastecimento, quando então houve o plantio de árvores frutíferas pelos padres no núcleo recém formado, visto a área rural ainda estar por se constituir com as monoculturas.

Tentou-se, nas primeiras décadas após a fundação, organizar feiras a partir dos produtos fornecidos pelos indígenas dos arredores, produção limitada devido estar fundamentada no extrativismo vegetal e na caça, e em uma agricultura de base técnica muito rudimentar. Desta maneira, era recorrente o plantio de mandioca por habitantes da cidade, pois a farinha tornou-se indispensável na deita alimentar da colônia, além da criação de pequenos animais para autoconsumo. A produção de mantimentos no entorno da cidade foi ampliada nas primeiras décadas com o uso do trabalho indígena, ao passo que estruturava-se em outras áreas os engenhos com cultivo de cana-de-açúcar.

O gado para não competir pelo uso do solo com a atividade canavieira, era criado nas áreas afastadas, até chegar ao vale do Rio São Francisco. O abastecimento ficou mais comprometido quando no recôncavo passou-se a produzir o fumo, concorrendo com as terras e mão de obra que eram destinados a produzir alimentos.

O regime alimentar constituiu-se numa das principais adaptações da nova sociedade híbrida, ou seja, a junção das culinárias indígena, portuguesa e depois africana (FREYRE, 1966). Nisso resulta certa dificuldade em se realizar um registro das práticas de alimentação no período colonial, pois eram amplas às possíveis combinações alimentares, sejam decorrentes dos hábitos ou mesmo da disponibilidade de certos alimentos regionais; todavia, ocorriam carências severas, em razão da irregularidade da produção e da baixa produtividade após vários anos utilizando o mesmo solo. Em tal contexto, os derivados da mandioca formaram o pilar da dieta alimentar.

Em diversos momentos nos séculos XVI, XVII e XVIII houve escassez de alimentos na cidade de Salvador, motivados ora pela elevação dos preços do açúcar que absorvia os

⁴ No entendimento de Reis Filho (1968) a conformação de chácaras produtivas nas imediações das áreas urbanas nos primeiros séculos se fez mediante a necessidade de fornecer para seu proprietário os alimentos que constantemente estavam em falta no mercado urbano, ou seja, se estruturou nas bordas destes aglomerados a agricultura de subsistência, muito em razão das vulnerabilidades no abastecimento urbano com produtos provenientes das áreas rurais. Estas chácaras também existiram no entorno das cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo no século XIX, apesar de configurarem outras relações com estas cidades, mantendo, contudo, uma importante função na produção de alimentos, como analisaremos mais a frente.

esforços produtivos, ora pela expansão do plantio de fumo⁵ no recôncavo e mesmo por secas que agravaram o precário abastecimento de gêneros agrícolas e de carne bovina, debilitando ainda mais a frágil dieta alimentar da população urbana, cuja parcela mais pobre notadamente sucumbia com a elevação dos preços. A situação era agravada pelo fato desta cidade ter importante porto, ao qual, as tripulações recorriam para abastecer os navios com destino à Europa e à África.

A população da cidade variava segundo os períodos de colheita, pois estava diretamente articulada com as dinâmicas do espaço rural, visto que parte considerável da população rica vivia na área rural. Segundo Azevedo (1955, p. 152):

A cidade variava segundo as estações. Na época da moagem saía uma parte da gente para o campo, - os senhores de engenho com as suas famílias e grande parte dos escravos, capatazes, mestres do fabrico de açúcar, e comissários que iam ver o produto para fazer preço; os mascates, com suas caixas de miudezas, percorriam as propriedades rurais; os meirinhos, almotacéis e juizes da vintena faziam intimações, lançamentos e cobranças. Era também o tempo das festas religiosas e das missas solenes nas capelas dos engenhos. Só no inverno, de abril a junho, reabriam-se as "moradas nobres" das ruas mais centrais, reanimam-se com o movimento de embarques do açúcar o comércio da Praia, no Terreiro corriam-se touros, saíam as procissões, tudo era animação e movimento.

Ainda, segundo o autor, a cidade em 1706 contava com aproximadamente 4.300 residências e 21.600 habitantes. Contudo, a partir das descobertas de ouro em Minas Gerais, uma parcela considerável migrou em busca de riquezas auríferas, porém mantendo o crescimento urbano em razão das altas taxas de natalidade e da migração de parcela das áreas rurais, atraídos pelo crescimento do comércio, divertimentos e luxo que a cidade propiciava.

Ampliaram-se, também, no século XVIII, às doenças que causaram milhares de mortes, potencializando seus efeitos em razão das más condições de nutrição da população rural e urbana.

De modo geral, em toda a parte onde vingou a agricultura, dominou no Brasil escravocrata o latifúndio, sistema que viria privar a população colonial do suprimento equilibrado e constante de alimentação sadia e fresca. É ilusão supor-se a sociedade colonial, na sua maioria, uma sociedade de gente bem-alimentada (FREYRE, 1966, p. 44).

Dadas às precárias condições de abastecimento urbano nas zonas de monocultura e os custos da aquisição, uma parte da população urbana buscava cultivar nas cidades ou no entorno gêneros alimentícios que possibilitavam aumentar e diversificar a dieta alimentar. E parte dessa produção comercializavam nos núcleos urbanos.

⁵ O fumo teve expansão da produção em razão do aumento do consumo de cigarro na Europa e também serviu como moeda de troca no comércio de escravos na África. Assim, com o aumento do tráfico escravo transoceânico, mais se recorria ao fumo como meio de pagamento.

Em contraposição às zonas açucareiras, a exploração de ouro e diamantes em Minas Gerais no século XVIII articulou internamente, em escalas espaciais mais amplas, os mecanismos de abastecimento alimentar devido aos vários povoados e vilas que surgiram em razão da atividade mineradora, interligando via rotas interiores os centros de fornecimento situados nas atuais regiões Sul e Nordeste e a capitania de São Paulo, para esses alimentos serem consumidos tanto pelos trabalhadores vinculados às grandes unidades mineradoras, como por aqueles residentes nas vilas. A vila de Ouro Preto (antes Vila Rica), capital da capitania de Minas Gerais, foi um importante entreposto de mercadorias oriundas das demais capitanias da colônia e mesmo da metrópole e no auge da mineração tinha aproximadamente 30 mil habitantes (LINHARES, 1979; AZEVEDO, 1992; FONSECA, 2012).

O comércio nas vilas e cidades mineiras apresentou diferenças no porte dos agentes envolvidos e mesmo na procedência dos produtos comercializados, além de ter estruturado às bases de formação do setor de mercado interno (SINGER, 1977). Sobre a tipologia destes estabelecimentos, Puff (2007) menciona a existência de três tipos existentes na cidade de Mariana no período da mineração, sendo: loja de fazenda seca; vendas de molhados; e vendedores ambulantes. O primeiro, se refere a comercialização de produtos importados, voltados para a população de maior poder aquisitivo urbana e rural; o segundo, condiz com estabelecimentos de menor expressividade mais direcionados a comercialização de alimentos e utensílios básicos que eram de origem local ou mesmo provenientes de outras capitanias; o terceiro, formado por vendedores ambulantes, teve presença significativa de mulheres escravas ou alforriadas, comercializando os produtos que variavam desde doces até alimentos agrícolas pelas ruas do aglomerado.

Em relação a estes diferentes agentes do comércio urbano, nos interessa diretamente os praticantes do comércio ambulante, com presença de comerciantes do sexo feminino e quando escravas, representando o que a literatura chamou de negras de tabuleiro, ou quando homens, de escravos de ganho, havia também participação significativa de alforriados e de brancos. Foram importantes no comércio de alimentos, notadamente os mais perecíveis como, por exemplo, frutas, verduras e legumes. Assim, o comércio ambulante corroborou a existência nas proximidades destes núcleos urbanos de áreas agrícolas voltadas ao abastecimento local e de seus proprietários onde, provavelmente, participavam nos processos de produção, colheita e comercialização.

A subordinação destes indivíduos aos seus senhores, quando escravos, representa uma lógica produtiva diretamente vinculada aos anseios de rentabilidade de seus proprietários na atividade, ou seja, a participação no comércio ambulante requeria investimento de pequeno capital devido às especificidades dos gêneros comercializados. Caso houvesse destinação mais rentável para o uso do trabalho escravo, como a mineração ou outros ofícios, se

realizava a modificação nos usos da força de trabalho, motivo este que no comércio urbano ambulante predominava o sexo feminino (PUFF, 2007).

Importante salientar os esforços no sentido de produção de gêneros agrícolas localmente, relacionados às dificuldades e aos custos dos transportes a média-longa distâncias, como também o problema da inexpressividade de uma área produtora de grãos e vegetais que possibilitasse a comercialização para o mercado interno. Também era um entrave os preços elevados que se praticavam nas cidades mineiras, devido a grande circulação de ouro como forma de pagamento⁶. Soma-se a este conjunto de fatores, a própria constituição dos hábitos alimentares de parcela da população, que teve nos alimentos derivados da mandioca seu principal componente alimentar, ou seja, “o pão da terra”. Estes elementos permitiram fomentar e desenvolver na capitania de Minas Gerais a agricultura de subsistência para abastecer parte da demanda nas áreas de mineração e dos núcleos urbanos, reduzindo já na metade do século XVIII os problemas de escassez no abastecimento (PRADO JÚNIOR, 1973; SINGER, 1977; LINHARES, 1979).

O naturalista Saint-Hilaire (1975) ao percorrer a província de Minas Gerais em 1818 descreveu diversos aspectos das vilas, povoados e campos, destacamos às precárias condições dos caminhos que os tropeiros usavam no transporte de mercadorias, o declínio das atividades urbanas após o ciclo da mineração e a existência de poucas áreas com agricultura, o que denota a frágil estrutura produtiva na época. Um aspecto a frisar, dado o foco deste trabalho, concerne à existência de jardins nas residências, dentre os quais com cultivos de frutas e de hortaliças, principalmente a couve, que parece ter sido uma das folhosas mais consumidas na província, haja vista o conjunto de vezes em que o autor se referiu a esta planta nos quintais urbanos e mesmo nas propriedades rurais por onde se hospedou. Na vila de Barbacena que contava com cerca de 200 residências e 2.000 habitantes, o autor destacou:

A maioria das casas possui um pequeno jardim; entramos no de um comerciante conhecido do Sr. Ildfonso, e aí vimos latadas carregadas de belos cachos de uva, pessegueiro cobertos de frutos, algumas flores cultivadas nos jardins da Europa, tais como cravos, escabiosas, amores perfeitos (*Dianthus barbatus*); enfim, belíssimos legumes, e entre outros, batatas. Os jardins que vimos, de um dos lados da grande rua, se estendem pela encosta da colina, e, a maior parte, sustentados por muralhas, formam pequenos terraços (SAINT-HIRAILE, 1975, p. 62).

Ouro Preto foi abordada num estágio em decadência, no qual a população se reduziu para aproximadamente oito mil habitantes. Não apresentava a vila uma estrutura comercial

⁶ Singer (1977) indicou os impactos do escoamento da produção realizada em São Paulo direcionada a abastecer as zonas de mineração onde os preços eram mais atrativos, pagos em ouro, causando inflação devido à diminuição dos alimentos no comércio local na cidade de São Paulo.

diversificada, equipamentos de lazer, nenhuma biblioteca, nem mesmo uma hospedaria suportável. O autor relatou que todas as terças e quartas-feiras condutores de bestas carregados de gêneros chegavam à vila, e se deslocavam pelas ruas, até terem vendido tudo o que trouxeram. Essas características relacionavam-se com um aglomerado que era sede do poder governamental e de regimento das forças militares. Por este enfoque, elucida-se que o mercado de trabalho urbano era restrito a pequena parcela da população; a outra tinha que buscar rendimentos em outras atividades, seja na mineração em áreas afastadas que causou o decréscimo da população nesta vila ou praticando uma agricultura de autoconsumo e às vezes para comercializar.

Na região açucareira nordestina e na Baixada Fluminense, as grandes propriedades visavam à autossuficiência nos gêneros alimentícios. Os escravos eram responsáveis pelos cultivos, tanto para sua alimentação, como para a de seus senhores. Esta lógica ocasionava a restrição nas possibilidades de produção de excedentes, pois os esforços da mão de obra eram predominantemente canalizados para a agricultura comercial de exportação. Como resultado, as cidades próximas ficavam à mercê do comércio intermitente dos excedentes do campo.

No período de entressafra ou queda de preços do açúcar, os produtos de subsistência surgiram com abundância no mercado, mas sempre que subiam às cotações dos produtos de exportação ou que as pestes ou dificuldades de outra ordem reduziam o número de escravos, diminuía a produção de subsistência, influenciando de modo desfavorável não apenas nos centros mas também no mundo rural (REIS FILHO, 1968).

As formas precárias de abastecimento alimentar, mesmo se tratando de um país eminentemente rural no período, evidenciam às lógicas de organização do território no sentido de produzir cultivos ou extrair riquezas minerais para o mercado externo que restringiram às possibilidades de crescimento demográfico e diversificação das atividades econômicas nas áreas urbanas por quase todo o período colonial, além das restrições na dieta alimentar de parcela significativa da população urbana, por não terem os meios econômicos suficientes para adquirir os produtos ou devido à escassez no abastecimento via mercado local.

Prado Júnior (1998) referindo-se à Capitania de São Paulo, menciona às restrições no abastecimento alimentar que as vilas de São Vicente e Santos, situadas no litoral, enfrentavam, requerendo da área do planalto onde se situa a cidade de São Paulo o fornecimento de gêneros básicos, tais como farinha de mandioca, trigo e outros cereais.

Forma-se entre parcela da população urbana a necessidade de realizar cultivos agrícolas para sua sobrevivência, sejam motivados por períodos de desabastecimento quase geral ou mesmo pelas restrições de postos de trabalho urbano duradouros, que impunham ao cidadão a necessidade de prover parte de sua alimentação.

Os proprietários rurais, eventuais moradores dos núcleos urbanos, tenderam a transferir para estes os seus programas de autossuficiência, transportando e aproveitando parcelas de sua produção rural, **e mesmo instalando, em escala reduzida, no próprio meio urbano, a produção de alimentos.** Esse comportamento, ocorrendo em proporções ponderáveis, tornava o mercado urbano extremamente reduzido (REIS FILHO, 1968, p. 44 - Grifo nosso).

Os demais residentes urbanos, dentre eles os profissionais liberais e comerciantes que possuíam escravos e propriedades urbanas ou nas proximidades, utilizavam do artifício de produzir parte de sua alimentação nestas áreas como forma de diversificar a dieta alimentar e também garantir a segurança alimentar nos períodos de escassez. Assim, no meio urbano, a prática agropecuária era um fenômeno quase constante na dinâmica socioespacial. Segundo Reis Filho (1968, p. 44) “os quintais de chácaras da periferia, e mesmo as residências mais centrais, teriam seus pomares, suas criações de animais domésticos e suas hortas”. O trabalho escravo era parte fundamental neste processo, ao produzir os gêneros que seus senhores requeriam, seja para consumo ou em parte para comercialização local⁷.

A produção de subsistência direcionada ao mercado interno foi impulsionada pelo crescimento demográfico, dinamização do comércio e do funcionalismo público. Deste modo, no entorno ou mesmo no interior das cidades, as práticas agrícolas se tornaram parte da dinâmica urbana, na qual sujeitos locais que não tinham meios para se inserir na produção de cana-de-açúcar devido a concentração das terras e falta de capitais, atuavam em pequenos espaços na produção alimentar.

A formação de chácaras nos primórdios da urbanização brasileira como no final do período colonial reflete, por um lado, a existência da apropriação das terras de forma concentrada por uma elite escravocrata e, por outro, sinaliza as interconexões entre as dinâmicas rurais e urbanas, nas quais as peculiares práticas de cultivos e criação de animais eram uma faceta. Provia-se parcela significativa dos alimentos requeridos pelos seus proprietários, como também para abastecer parte do mercado urbano.

Sobre as formas de comércio alimentício nestas áreas urbanas, havia um conjunto de sujeitos que participava, desde indígenas, escravos, vendedores ambulantes, e locais como as quitandas e feiras semanais que contribuíam ativamente para formação de um mercado urbano permanente. Este pequeno comércio oscilava ao longo do ano, muito em função das restrições da produção local, como também da exígua monetarização nas práticas econômicas em que uma parte ainda estava vinculada a economia das trocas (escambo). Os grandes proprietários rurais eventualmente contribuíam no aumento da demanda, quando suas famílias vinham para as cidades por pequenos períodos do ano, mas esta participação

⁷ Um aspecto interessante era o comércio ambulante de frutas, doces e salgados, no qual eram empregados, em geral, escravos, mesmo os das famílias mais abastadas, ficando os ganhos para seus senhores e, sobretudo, senhoras, e pequena parte para os escravos, alguns dos quais, conseguiam acumular rendimentos suficientes através dessa atividade para comprar suas cartas de alforria.

era mínima, visto que traziam de suas propriedades parte dos gêneros que consumiam (REIS FILHO, 1968).

A concentração de capital nas mãos dos senhores de engenho enfraquecia o mercado e os próprios centros urbanos por não participarem ativamente da economia açucareira, seja no que concerne a agregação de valor à produção ou no fornecimento de equipamentos ou de sua manutenção, pois os engenhos eram quase autossuficientes.

O meio urbano era abastecido pelos excedentes da produção de subsistência das propriedades rurais, excedentes esses que não podiam ser exportados, mas que representavam, em certos momentos, o resultado de um aproveitamento mais completo das disponibilidades de tempo de mão de obra escrava. Mas, sempre que essa mão de obra podia ser utilizada com maiores rendimentos na agricultura comercial, modificavam-se as condições e os engenhos passaram de fornecedores a compradores de produtos. Ocorriam nessas épocas transtornos graves no mercado e no abastecimento das aglomerações urbanas. A frequência dessas mudanças determinava a quase permanente instabilidade e insuficiência do mercado de abastecimento (REIS FILHO, 1968, p. 94).

A agricultura urbana se inseria na dinâmica das cidades e vilas em função da estrutura fundiária e produtiva da região, compondo facetas relacionadas aos mercados de abastecimento alimentar, como também das possibilidades efetivas de parte da população ter meios econômicos para a sua aquisição. Pensar a urbanização como um processo permite situá-la numa dinâmica de transformações, em que novos conteúdos e agentes estão em constantes interações e disputas, produzindo novas relações espaciais e estruturando a cidade e suas imediações dentro de certas lógicas.

No final do período colonial já se estruturava um conjunto de aglomerados urbanos compostos por 213 vilas e 12 cidades nas diversas regiões no Brasil (AZEVEDO, 1992), as quais pela restrita divisão social do trabalho e limitada articulação entre si, além de pela intermitência de certos afazeres ou funções urbanas, parte de seus habitantes, de certa forma, se vinculava mais às dinâmicas da economia rural, do que à economia urbana que lentamente se constituía orbitando os grandes domínios rurais, com poucas diferenças entre os aglomerados brasileiros, exceção para as principais cidades portuárias que exerciam um papel de intermediação numa área mais ampla (COSTA, 1999).

De tal modo, segundo Azevedo (1992, p. 36) ao findar o período colonial, apenas as cidades do Rio de Janeiro e Salvador eram dignas desse status. As demais não passavam de simples vilas e a população “espreguiçando-se, na periferia, nos seus ranchos e caminhos de tropas, nas suas chácaras e sítios que marcam a transição entre a paisagem urbana e a solidão envolvente dos campos”.

Em consequência das limitadas funções urbanas, parte da população das vilas e cidades se dedicava também a atividades agropecuárias, não sendo assim, de forma ampla,

uma população estritamente urbana, mas realizando um conjunto de atividades relacionadas ao campo e a cidade. De tal modo, a divisão social e territorial do trabalho era incipiente.

Sobre a Baixada Fluminense, Mendes (1948) afirma que a cana-de-açúcar foi a atividade agrícola mais importante no período colonial e em parte do imperial, porém, nas proximidades da baía de Guanabara veio a ser substituída por policultura, além do café, que a partir desta área irradiou-se para a região Sudeste. No século XIX houve a transformação no que diz respeito à terra, pois com o declínio da monocultura açucareira, o solo foi cobiçado para outras finalidades dentre às quais a especulativa, que veio a ser potencializada com a implantação das estradas de ferro que ampliaram as áreas urbanizadas.

A cidade do Rio de Janeiro, centro econômico, político e principal aglomerado urbano, em razão da existência de uma classe aristocrática e comercial expressiva, ampliou a transformação dos espaços no seu entorno, pois nas primeiras décadas do século XIX havia uma área significativa de chácaras ou casas de campo voltadas para a população mais abastada, que pelas características das propriedades e estilo, chamou à atenção de Saint-Hilaire (1975), que frisou inclusive a existência de cultivos agrícolas.

No que concerne ao comércio de alimentos no espaço urbano, algumas iconografias da época retratam às características relacionadas a dimensões de gênero e origem étnica das pessoas praticantes do comércio ambulante. O pintor Jean Baptiste Debret, que residiu no Brasil entre os anos de 1816-1831, em suas obras abordou parte da sociedade brasileira. O quadro intitulado “Castigo imposto aos negros” na figura 1, retrata o comércio ambulante na cidade do Rio de Janeiro pelos chamados escravo de ganho e negra de tabuleiro, que foram importantes nas etapas de produção e comercialização de alimentos frescos, nesta cidade como em outras do país durante o período escravocrata.

Figura 1: Castigo imposto aos negros – Jean Baptiste Debret



Fonte: Itaú Cultural.

No que concerne aos espaços de produção agrícola, o naturalista Gardner (1942, p. 9 e 21) que esteve no país entre 1836-1841, descreveu os subúrbios carioca, seus aspectos

físicos e os usos do solo com cultivos agrícolas, que eram responsáveis por parcela do abastecimento alimentar na capital do Império.

É por isso que os profundos vales que cortam as montanhas são a sede principal da agricultura; e alguns deles, principalmente nas vizinhanças da cidade, estão crivados de habitações cercadas de plantações de café, laranja, banana e mandioca. Muitas das colinas menos altas ao pé da cidade tiveram suas matas derrubadas para o plantio do café; mas as plantações eram ainda muito novas quando parti, para que possa ajuizar do seu êxito em nível tão baixo. (...) Ao longo das margens do lago Rodrigo de Freitas, numerosas cabanas cercadas de campo cultivadas.

O aumento da mobilidade espacial da classe mais alta, possibilitada pelo transporte por diligências, contribuiu para a ampliação da ocupação nos arrabaldes da cidade, por isso, esta classe deixou de residir exclusivamente no antigo núcleo colonial densamente ocupado (ABREU, 1997). A modificação nos usos do solo, ao longo do tempo nestas áreas, se evidencia pela indicação de alguns nomes de bairros que se implantaram, tais como Engenho Velho, Engenho Novo, popularizados nos romances de Machado de Assis.

A demanda alimentar ampliou-se ao longo do século, haja vista o crescimento da população urbana, o aumento do poder aquisitivo de parte dos habitantes, e mesmo da substituição das chácaras que produziam e vieram a formar os bairros mais afastados, dando origem aos subúrbios carioca de alta densidade populacional, reduzindo a produção para o abastecimento local.

Na outra margem da baía de Guanabara, formou-se no município de Niterói⁸ e nos arredores uma área de produção de policultura que se destinava a abastecer principalmente a capital do Império, destacando a produção de hortaliças, frutas, arroz, feijão, mandioca e milho, substituindo aos poucos o cultivo de cana-de-açúcar. Ampliou-se, de forma geral, às áreas que forneciam alimentos agrícolas e carnes a capital, seja pelos tropeiros provenientes de Minas Gerais, ou, por navegação de cabotagem de outras províncias, e mesmo de outros países, acentuando a formação de capitais comerciais direcionados ao abastecimento alimentar urbano (MENDES, 1948).

Na década 1840, Gardner (1942) afirma que visitou uma fazenda com plantio de hortaliças europeias no atual município de Petrópolis, pertencente a um inglês, que enviava regularmente para a cidade do Rio de Janeiro sua produção com uso de muares, apesar das precárias condições dos caminhos.

⁸ Segundo Abreu (1997) em 1836 o município de Niterói possuía 29.500 habitantes, sendo 22.000 escravos. Este aspecto reforça a importância que o trabalho escravo exercia nos ofícios agrícolas e urbanos neste período na Baía de Guanabara. O autor diz que a cidade do Rio de Janeiro era uma cidade mercadoria, pelo fato de parcela expressiva da população ser escrava no início do século, e várias funções eram executadas por escravos de ganho.

A partir da década 1850, a construção das primeiras ferrovias potencializou à área de influência da cidade carioca, permitindo-lhe importar cada vez mais alimentos da província de Minas Gerais, que então vinha se constituindo em relevante produtora agrícola e de rebanhos bovinos. Hortaliças também eram trazidas do Vale do Paraíba paulista no final do século por ferrovia (MENDES, 1948).

Lobo *et al* (1971) ao analisarem a evolução dos preços alimentícios na cidade do Rio de Janeiro, afirmam que houve na segunda metade do século XIX elevação dos custos da alimentação. O avanço das plantações de café desestimulou à produção de gêneros para o mercado interno, fazendo com que eles passassem a ser cada vez mais provenientes de Minas Gerais. O crescimento populacional e a ampliação dos rendimentos decorrente do aumento do emprego fabril provocaram a maior circulação de moeda na economia, o que, somado ao incremento da atuação de agentes capitalistas resultou na flutuação dos preços e encarecimento dos alimentos.

Mendes (1948) argumenta que no final do século houve retração da atividade agrícola na Baixada Fluminense, pois antigas áreas de produção foram abandonadas, em razão do fim da escravidão e do êxodo rural, enquanto nas imediações dos núcleos urbanos, a especulação com as terras e sua transformação em loteamentos urbanos foram intensificados, ampliando-se os subúrbios à margem das ferrovias, sobre antigas áreas agrícolas.

Do ponto de vista urbano, intensificou-se a expansão do tecido urbano na capital do Império, processo este orquestrado numa lógica capitalista de produção do espaço, que, a partir de uma de suas facetas, promoveu à seletividade nos usos do solo para classes sociais distintas e atividades econômicas, com participação maciça de capitais estrangeiros, nacionais e atuação do Estado. Dinâmica esta impulsionada pela introdução do trem e do bonde no transporte urbano, além de especulação fundiária com a abertura de novos bairros a beira-mar e às margens das linhas férreas⁹.

No transcorrer do século XIX, a economia rural estabeleceu novas conformações e o centro geoeconômico do país se consolidou no Sudeste, tendo a cultura cafeeira papel fundamental no desenvolvimento de novas vias de transporte, com destaque para as ferrovias e melhorias dos portos, que permitiram conectar de forma incompleta o território nacional, redefinindo e ampliando o meio técnico dentro de formas capitalistas de produção (SANTOS, 1993). Houve o reforço de estruturação de um setor agrícola direcionado ao mercado interno, notadamente para os principais centros urbanos em expansão, em que o transporte por cabotagem exerceu papel relevante no comércio interprovíncias, rompendo parcialmente o isolamento entre as regiões (SINGER, 1977). Contudo, este processo ocorreu em intensidade

⁹ Para uma análise detalhada das ações executadas pelos capitais internacional e nacional que resultaram na ampliação do tecido urbano no Rio de Janeiro ao longo do século XIX e XX, consultar Abreu (1997).

diferente, haja vista a dinâmica de expansão urbana e da capacidade de influência que as cidades exerciam.

A cidade de São Paulo, por exemplo, foi durante o período colonial e parte do imperial, um aglomerado de pequena expressividade demográfica, apresentava economia que girava em torno do comércio de âmbito local, ausente de atividades produtivas de exportação na sua área de influência imediata que pudessem gerar prosperidade e diversificação das atividades urbanas. Foi rotulada por Bruno (1954) como um burgo de estudantes por sediar, a partir de 1828, uma Faculdade de Direito, que seria o caráter mais acentuado e destacado de sua existência histórica até década de 1870, despertando-se do seu jugo colonial. E então a cidade, favorecida por sua situação geográfica, passa a ser o centro econômico articulador entre o interior e o porto de Santos, com a implantação das ferrovias para escoar a produção de café em expansão na área oeste da província (PRADO JÚNIOR, 1998).

Contudo, a dinâmica urbana local devido a lenta transformação até os idos de 1890, manteve no entorno do núcleo urbano colonial áreas com chácaras ou residências de campo, constituindo um espaço mesclado entre uma população de menor renda e uma elite econômica que passou a residir também na cidade, construindo seus palacetes.

Para muitas famílias abastadas de fazendeiros, então fincados na cidade, essas chácaras e casas de campo representavam um fenômeno de meia urbanização. O paulistano da roça – que desde os tempos coloniais quando tinha casa na cidade era só para passar domingos ou dias de festas – urbanizava-se, mudando-se para a capital da província. Mas em certos casos conservava o seu resto de homem rural, morando em chácaras, onde havia árvores e passarinhos, e as casas se esparramavam à vontade como no sítio. Isso porém, ao lado de outra tendência: a de fazendeiros ricos que se urbanizando montavam casas mais requintadamente urbanas que a dos antigos moradores da cidade (BRUNO, 1954a, p. 479).

Esta característica no entorno do núcleo urbano seria modificada por uma série de fatores: aumento da população devido à imigração, ampliação das atividades industriais, implantação das ferrovias e constituição de novos bairros dispersos formando os subúrbios, pois no final do século inicia-se o processo de parcelamento e loteamento das chácaras, permeado por agentes capitalistas que adquiriram às terras e passaram a orquestrar a expansão do tecido urbano produzindo loteamentos além da capacidade de ocupação, por meio de práticas especulativas (LANGENBUCH, 1971; PRADO JÚNIOR, 1998).

As novas dinâmicas ampliam a divisão social e territorial do trabalho. Por dependência dos meios de transporte, as plantas industriais se instalam ao longo da ferrovia, ao passo que outras áreas estiveram até certo período, menos afetadas pelas transformações urbanas. De tal modo, veio a estruturar-se na cidade a segmentação de áreas com atividades industriais e bairros operários, a partir do loteamento das chácaras existentes, outras

permaneceram estritamente com a função residencial e com cultivos agrícolas, que posteriormente seriam convertidas em bairros. Assim, “áreas onde antes só havia chácaras, com as plantações de hortaliças, de frutas e de chá, foram se desenhando ruas. É verdade que ruas mais com jeito de estradas: com casas muito isoladas umas das outras, habitadas por gente pobre ou servindo de sede de república de estudantes” (BRUNO, 1954b, p. 575).

O abastecimento alimentar urbano devido às limitadas áreas de cultivos que pudessem garantir um fornecimento frequente e satisfatório, eram, assim, complementados pela produção nos quintais das residências e nas chácaras, que por terem dimensões significativas, permitiam a policultura, até mesmo a caça e pesca nos arredores complementava a dieta alimentar com proteína animal. São diversos os registros de escassez de alimentos na cidade ao longo do século XIX, seja em razão de complicações no abastecimento por tropeiros que traziam alimentos de áreas afastadas (Atibaia, Bragança, Franca e Sul de Minas) ou por uma população nos arredores não produzir excedentes satisfatórios para abastecer a cidade (BRUNO, 1954b).

Os arredores paulistanos, que viriam a constituir a região metropolitana, tinham no século XIX população absoluta exígua residente principalmente no campo, contudo, maior que a população urbana da capital. As sedes dos municípios eram de ocupação temporária para seus moradores e estes vinculavam-se a produção ao autoconsumo de cereais e outra parte ao abastecimento da cidade de São Paulo. Entretanto, as técnicas de cultivo empregadas resultavam de baixa produtividade e as precárias condições dos caminhos acentuava os custos das mercadorias para parcela da população na capital (LANGENBUCH, 1971).

Na cidade de São Paulo, o comércio alimentar antes de estruturar seus equipamentos fixos, tinha no comércio ambulante grande importância, pois produtores locais vendiam de porta a porta, algumas vezes essas vendas eram realizados por escravas, que segundo Bruno (1954) comercializam também nas ruas da Quitanda e das Casinhas, vias que concentraram por várias décadas o principal comércio da cidade (grãos e hortaliças), além da venda de quitutes (alimentos prontos) em pequenos tabuleiros de madeira em praças da cidade. Desta forma, o pequeno comércio ambulante era fundamental para o abastecimento da cidade, sendo parte produzida nas chácaras do entorno.

O governo visando a ampliar o povoamento e a produção de alimentos no município¹⁰ implantou colônias, na década 1870, voltadas a produção agrícola (Santana, Glória, São Caetano e São Bernardo) com imigrantes europeus, que contribuíram na difusão de novos hábitos alimentares, principalmente de legumes e frutas de origem europeia. Conforme Langenbuch (1971), o paulistano não tinha uma dieta alimentar diversificada baseada no

¹⁰No século XIX a área territorial do município era maior que a atual, pois houve desmembramentos para constituição de outros municípios no século XX.

consumo de legumes e verduras, aspecto que se modifica com o crescimento dos imigrantes no município, que ampliam estas fontes nutricionais¹¹.

Os italianos já no final do século se incorporam ao comércio ambulante de verduras e frutas na cidade, ampliando a oferta destes gêneros que melhoraram as condições da dieta alimentar dos moradores da urbe também em função do aumento de seu poder aquisitivo. Por outro lado, agravou-se a necessidade de provisão de alimentos devido ao crescimento populacional acentuado (BRUNO, 1954b).

No plano da urbanização brasileira, um conjunto de novas cidades surgiram e houve crescimento demográfico intenso em alguns locais, tais como as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, impulsionado por correntes de imigrantes. A expansão da economia urbana possibilitou o surgimento de novas profissões, permitindo elevar a divisão social e territorial do trabalho, que conformou um mercado de consumo urbano mais sólido e diversificado. Nesse cenário as atividades industriais projetam novas inter-relações entre diferentes espaços da economia urbana e rural, sendo esta última, importante provedora de matérias-primas e alimentos. Assim, a cidade pôde alçar novas dimensões espaciais e demográficas, como estabelecer, do ponto de vista das interações e complementariedades com o campo, distintos papéis.

Da virada do século XIX à década de 1930

Na passagem do século XIX para o XX houve intensificação do fenômeno de urbanização no país que adquiriu novos significados, mesmo a população majoritariamente residindo nas áreas rurais, a cidade tornou-se um espaço a ser valorizado por diferentes agentes¹², com destaque para os econômicos, que projetam novas relações socioeconômicas que se efetivam em bases capitalistas que permitem distinguir as cidades, por sua maior capacidade de atração populacional, divisão social do trabalho e geração de riquezas¹³.

O processo de industrialização que se iniciou na segunda metade do século XIX fomentou os meios de diferenciação das cidades, reconfigurando espacialmente suas zonas

¹¹ A couve foi mencionada Bruno (1954a) como a hortaliça predileta dos paulistanos, aspecto semelhante ao que Saint-Hilaire (1975) dizia sobre este vegetal na dieta alimentar dos mineiros no início do século.

¹² Na economia cafeeira um conjunto de agentes (dentre eles, os comissários e o setor bancário) têm a cidade como espaço de atuação, e intermedeiam às relações entre a economia agrícola e os mercados externos. Por esta razão, as cidades portuárias como o Rio de Janeiro, e no caso excepcional a cidade de São Paulo no planalto paulista, adquiriram novas dimensões ao intermediar e mesmo coordenar uma grande *hinterland* ou zona produtora de café que ultrapassavam os limites das provinciais e depois estados.

¹³ Em 1890 as 10 maiores cidades pelo porte demográfico eram: Rio de Janeiro (522.651), Salvador (174.412), Recife (111.556), São Paulo (64.934), Porto Alegre (52.421), Belém (50.064), Fortaleza (40.902), Manaus (38.720), Niterói (34.269) e Teresina (31.523) Citadas por Azevedo (1970) e Santos (1993). Enquanto em 1900 as 10 maiores cidades eram: Rio de Janeiro (691.565), São Paulo (239.820), Salvador (205.813), Recife (113.106), Belém (96.560), Porto Alegre (73.674), Niterói (53.433), Manaus (50.300), Curitiba (49.755) e Fortaleza (48.369).

de influência sobre os espaços rurais locais/regionais, seja na provisão de produtos manufaturados ou tornando-se consumidoras e processadoras dos produtos do campo.

A cidade fomenta, a partir de sua demanda, a organização do mercado interno de alimentos, reduzindo de forma acentuada o desabastecimento periódico e quase estrutural que era recorrente. As formas de agricultura na cidade ou praticadas pelos cidadãos nas imediações que até então faziam parte do fenômeno urbano brasileiro, se reduziram em termos de pessoas praticantes e áreas, porém não foram eliminadas, haja vista a constituição de vazios urbanos que se formaram devido à expansão descontínua do tecido urbano e da permanência de hábitos dos indivíduos que produziam para o autoconsumo e parte para comercialização local.

O foco da produção é direcionado para atender parte do mercado consumidor com produtos altamente perecíveis, com destaque para as hortaliças introduzidas pela ampliação na dieta alimentar do brasileiro. Contudo, as áreas com cultivos agrícolas nos arredores da cidade passaram a ser concorridas por causa do uso do solo, e essa concorrência foi motivada em parte pela pressão demográfica como também por lógicas pertinentes ao mercado imobiliário em consolidação, que através da transformação de terras de uso rural para urbano expande de forma vertiginosa a dimensão territorial das cidades.

O novo período urbano demanda maior uso do tempo de trabalho em atividades de serviços, comércio e indústria. Além disso, as dimensões na mercantilização da terra urbana e rural, como também dos alimentos, conforma novas lógicas, muito atinentes ou vinculadas à renda da terra potencialmente mais lucrativa para o tipo de atividade a ser efetivado no interior ou nas bordas da cidade.

Estes componentes atuaram na cidade de São Paulo, por exemplo, na transformação socioespacial, pois com a expansão urbana e a terra cada vez mais valorizada por práticas especulativas, acentuou-se a substituição das últimas chácaras que tinham importância na produção de hortaliças, deslocando a produção para áreas mais afastadas da cidade. A ampliação dos mercados públicos¹⁴ e a instituição da primeira feira livre (1914) de forma regular, passou a fazer parte do hábito de compra dos moradores da cidade, surgindo outras feiras regularizando a oferta de hortaliças frescas, frutas e temperos. Parte deste suprimento provinha de áreas mais longínquas, transportados por vias férreas, por animais e mesmo pelos primeiros caminhões que trafegavam nas estradas de rodagem recém-abertas, favorecendo o escoamento das mercadorias perecíveis com destino à capital.

A ampliação do consumo de hortaliças foi garantida com a produção provida pelos imigrantes japoneses, consolidando o cinturão hortigranjeiro paulistano a partir da segunda

¹⁴O primeiro mercado público de São Paulo foi construído em 1867. Posteriormente outros foram erguidos e transferidos, sendo que o atual Mercado Municipal foi edificado em 1907, sobre um antigo mercado (BRUNO, 1954b).

década do século XX, com destaque para o município de Cotia, com base na propriedade da terra em minifúndios e/ou arrendamentos. Os nipônicos foram responsáveis também pela introdução de novos vegetais e técnicas de cultivo intensivas com maior produtividade e aproveitamento do solo, expandindo a dieta alimentar da população paulistana, e depois, de outras áreas do país¹⁵ (COSTA, 1958).

Na década de 1920, a produção hortícola estava estruturada para atender às necessidades da capital paulista, sendo que parte dela seria destinada a abastecer a cidade do Rio de Janeiro. Essa cidade não tinha estruturado nas proximidades um cinturão hortícola suficiente, por isso o Governo Federal na década de 1930, buscou incentivar a colonização japonesa nos moldes de São Paulo para ampliar a produção e abastecimento hortícola da capital federal, pois a produção em Niterói e São Gonçalo era insuficiente. Na área mais afastada da capital federal, a cultura comercial de laranja tornou-se importante, garantindo o suprimento da capital e mesmo a exportação para a Europa, a partir da introdução dos navios frigoríficos. Contudo, esta atividade expandiu-se dentro de uma lógica especulativa, dado os laranjais se difundirem ao longo da linha férrea, e seus proprietários esperarem converter as terras em loteamentos urbanos, o que foi concretizado com a formação da cidade de Nova Iguaçu (MENDES, 1948; ABREU, 1997).

A década de 1920 demarca para o Brasil a consolidação do crescimento urbano, pois as principais cidades¹⁶ adquiriram certa expressividade demográfica e de diversificação das atividades produtivas, exigindo, assim, a efetiva estruturação de um setor agrícola que fornecesse às matérias-primas para a indústria alimentícia em expansão, como também de gêneros (grãos, carnes, verduras, frutas) para o consumo direto dos habitantes. A década seguinte representou, a articulação mais acentuada entre os espaços urbanos e os espaços rurais, decorrentes do declínio das atividades de exportação e aumento das demandas internas.

Mesmo com a expansão do setor de produção alimentício para o mercado interno, a condição de alimentação do brasileiro, ainda, apresentava empecilhos do ponto de vista da ingestão insuficiente de nutrientes, pois os estudos realizados por Castro (1984) nas décadas de 1930 e 1940, demonstraram o precário consumo de minerais, vitaminas e proteínas, permitindo-o regionalizar o país em relação aos bolsões de fome, mesmo que a população tivesse acesso a alimentos diariamente. Há, assim, um paralelo entre estes estudos e o que buscamos elencar neste trabalho ao expormos as facetas vinculadas à produção na cidade

¹⁵ Exemplo de difusão de novos hábitos alimentares de hortaliças pelos nipônicos pode ser encontrado no Pará, com a implantação de colônia naquele estado visando suprir a cidade de Belém (CASTRO, 1984).

¹⁶ No censo demográfico de 1920, as 15 maiores cidades eram: Rio de Janeiro (1.157.873), São Paulo (579.033), Salvador (283.422), Recife (238.843), Belém (236.402), Porto Alegre (179.363), Niterói (86.238), Curitiba (78.980), Fortaleza (78.536), Manaus (75.704), Maceió (74.166), Teresina (57.500), Belo Horizonte (55.563), João Pessoa (52.990) e São Luís (25.929), citado por Azevedo(1970).

ou por seus cidadãos, que contribuía para reduzir a deficiência nutricional e mesmo quantitativa dos alimentos.

Considerações finais

No Brasil, a relação entre os espaços rurais e urbanos durante os períodos colonial e imperial foi marcada, por um lado, pela hegemonia das monoculturas e do trabalho escravo, e por outro, pelas restritas dimensões demográfica e reduzida divisão social e territorial do trabalho. A problemática do abastecimento alimentar se conectava diretamente às dinâmicas da economia agroexportadora, sendo que em determinados momentos, era agravada pela redução da alimentação direcionada aos núcleos urbanos. Assim, se estruturou de modo precário formas de produção para o autoconsumo e mesmo para um comércio intermitente nos núcleos urbanos.

Pesquisas realizadas por vários autores indicaram a significativa participação dos cidadãos na produção alimentar nos espaços urbanos ou em seus arredores, muito em decorrência das formas de abastecimento irregulares, inclusive associada à elevação dos preços, quando a economia exigia maior força de trabalho, sobretudo mão de obra escrava. Fato ocorrido nas regiões açucareiras e na área de mineração em Minas Gerais.

O comércio alimentar de rua era realizado, em sua maioria, por escravos e ex-escravos que se contrapunha a inexistência de um setor capitalista voltado ao abastecimento alimentar interno. No século XIX, em consequência de mudanças substanciais na economia agroexportadora e do aumento demográfico em algumas cidades, se estruturou de forma mais efetiva um setor de abastecimento urbano, ampliando às áreas de produção e as trocas, reduzindo os problemas de desabastecimento. Contudo, este tipo de comércio se restringia aos alimentos de menor perecibilidade que suportavam os deslocamentos e os precários meios de transporte. Os cultivos de alimentos de maior perecibilidade eram fundamentalmente realizados no âmbito local, isto é, nos arrabaldes das cidades ou mesmo nos seus espaços internos não edificadas.

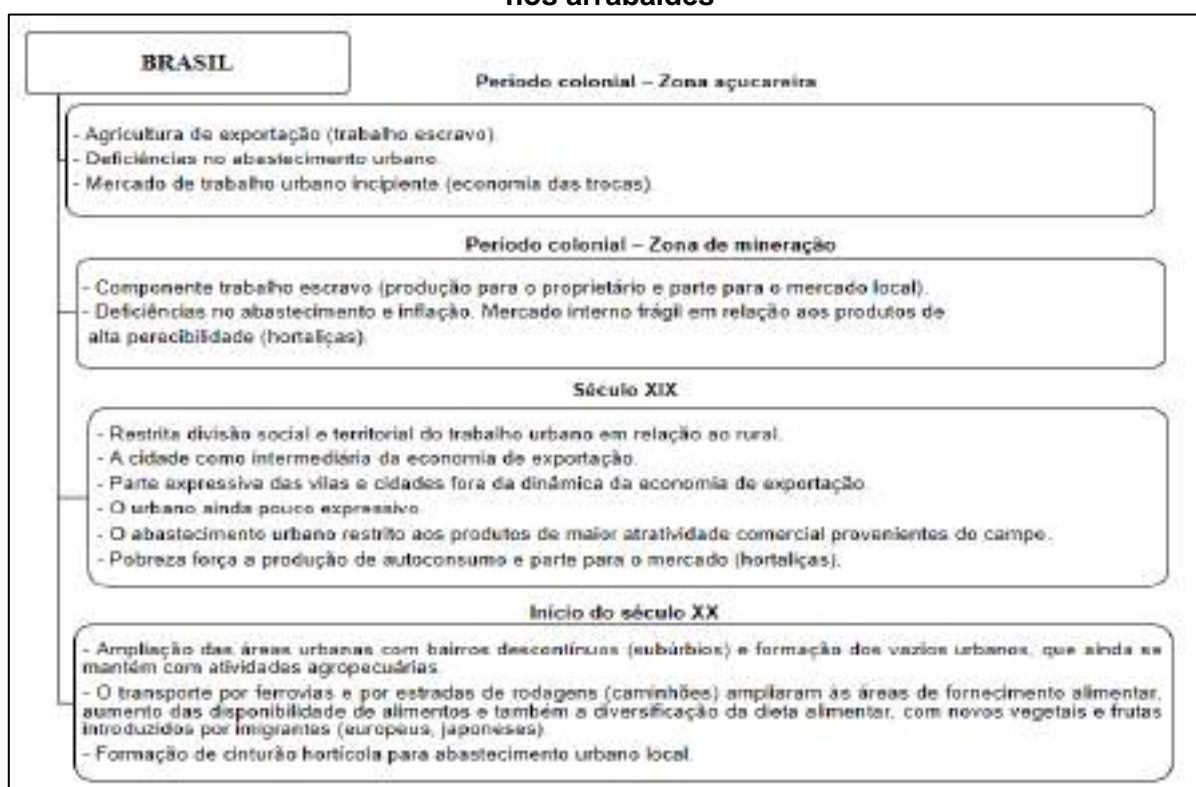
O aumento nos fluxos de imigrantes estrangeiros para o país ampliou a dieta alimentar do brasileiro ao trazerem novas espécies de hortaliças e frutas, além das técnicas de manejo que permitiram a difusão dos cultivos. Na passagem do século XIX para o XX, a expansão dos loteamentos urbanos, muito vinculada às práticas especulativas, foi substituindo áreas de produção agrícola. O deslocamento das áreas de produção veio a estruturar o cinturão verde no entorno da cidade de São Paulo na primeira metade do século XX, que se tornou importante centro consumidor.

A ampliação do consumo de hortaliças veio a enriquecer a dieta alimentar e diminuir a subnutrição com o consumo de certos elementos nutricionais. Contudo, o acesso a estes

alimentos por se efetivar majoritariamente mediante a economia de mercado, relega parcela da população, mesmo havendo a oferta nos mercados locais. Ou seja, é a nova condição da sociedade atual, em que a fome absoluta por inanição ou a crônica por falta de compostos minerais e proteicos é resultante da mercantilização da alimentação, em que a abundância e diversificação dos alimentos é restrito a uma parcela da sociedade que pode pagar por eles.

A figura 2 sintetizar os principais elementos relacionados à produção de alimentos por habitantes urbanos no Brasil ao longo dos períodos analisados no trabalho.

Figura 2: Brasil: periodização dos fatores da produção agrícola no espaço urbano e nos arrabaldes



Fonte: elaborado pelo autor.

Nas primeiras décadas do século XX, as transformações nos hábitos de consumo se fizeram mais acentuadas, decorrente da ampliação na oferta de alimentos, em consequência da maior agilidade nos transportes e no desenvolvimento de sistemas de refrigeração que permitiram conservar os alimentos para serem direcionados para mercados mais distantes. Houve, também, a difusão do consumo de hortaliças, muito em razão da intensificação da migração internacional, que possibilitou o enriquecimento nutricional das dietas no Brasil, aspecto beneficiado pelo enorme fluxo de imigrantes de várias nacionalidades que trouxeram seus hábitos alimentares e seus vegetais, que com o avanço das técnicas agrônômicas, puderam ser produzidos em várias regiões brasileiras ao longo do século XX.

Referências

- ABREU, Maurício de. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4 ed. – Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 1997.
- AZEVEDO, Aroldo. As cidades. In: Azevedo, Aroldo (org). **Brasil: a terra e o homem**. v. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- AZEVEDO, Aroldo. Vilas e cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. **Revista Terra Livre** - AGB. São Paulo, p. 23-78, n.10, jan.- jul., 1992.
- AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da Cidade do Salvador**. 2 ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. ^{Século XIX} Burgo de Estudantes (1828-1872). Vol. II. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1954a.
- BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. A metrópole do café (1872 - 1918). Vol. III. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1954b.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10 ed. – Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à república**: momentos decisivos. – 6 ed. – São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- COSTA, Emilia Viotti. Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas. In: AZEVEDO, Aroldo (Org.). **A cidade de São Paulo**. Estudos de Geografia Urbana. Vol. IV. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 109-152.
- FONSECA, Claudia Damasceno. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.20, n.1, pp.77-108 jan.-jun., 2012.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Tomo I – 13 ed. - Rio Janeiro: Editora José Olympio, 1966 (primeira edição 1930).
- GARDNER, George. **Viagens no Brasil. Principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e diamante durante os anos de 1836-1841**. Tradução de Albertino Pinheiro, versão em Inglês de 1849. - Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.
- GODOY, Paulo Roberto Teixeira. A cidade no Brasil: período colonial. **Revista Caminhos de Geografia**. – Uberlândia, v.12, n. 38, p.8-15, Junho de 2011.
- ITAÚ CULTURAL. In: ENCICLOPÉDIA **Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Acesso em: 13 de Jul. 2019.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rico Claro, Universidade de Campinas, 1971.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do abastecimento**: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília, BINAGRI, 1979.

LOBO, Eulalia Maria L. A; et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820 – 1930 – resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v.25, n. 4, p. 235 -265, out./dez. 1971.

MENDES, Renato da Silveira. **Paisagens culturais da Baixada Fluminense**. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1948.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A cidade de São Paulo: geografia e história**. 2 ed. - São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 13 ed. – São Paulo: Brasiliense, 1973.

PUFF, Flávio Rocha. **Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII: perfil, atuação e hierarquia (1716 - 1755)**. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. – São Paulo: Pioneira Editora, 1968.

SAINT- HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. – Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1975.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. 2 ed. – São Paulo: Editora Nacional, 1977.

Sobre o autor

Claudinei Silva Pereira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-2987-0985>

Como citar este artigo

PEREIRA, Claudinei Silva. A produção agrícola por habitantes urbanos no Brasil: Análise dos períodos colonial, imperial e a transição para o século XX. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 263-287, mai.-ago., 2020.

Recebido para publicação em 26 de agosto de 2019.
Devolvido para a revisão em 09 de março de 2020.
Aceito para a publicação em 21 de março de 2019.

Considerações acerca da expansão geográfica do capital e a luta pela terra na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás¹

Evandro César Clemente

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Jataí, Goiás, Brasil.
e-mail: evandrocclemente@gmail.com

João Cleps Junior

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: jcleps@ufu.br

Resumo

A Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás localiza-se no Cerrado brasileiro e sofreu intenso avanço do capital no campo a partir dos anos 1970, momento em que se implantou a agricultura empresarial-capitalista assentada na produção de grãos de soja e milho visando a exportação em detrimento das culturas alimentícias. Este avanço do capital ocorreu com o suporte do Estado por meio de políticas públicas como POLOCENTRO, PRODECER, ações da EMBRAPA na geração de tecnologias, dentre outras. A estrutura fundiária já originalmente concentrada se manteve e se expande no campo o trabalho assalariado, eliminando ou reduzindo as demais formas. Como resultado direto disso ocorreu um forte processo de migração do campo para as cidades regionais, que atualmente apresentam elevado índice de urbanização e, também houve a organização dos trabalhadores e camponeses em movimentos socioterritoriais na luta pela terra, que a partir da pressão destes, conquistaram a implantação de Projetos de Assentamentos Rurais.

Palavras Chave: Movimentos socioterritoriais; estrutura fundiária; agricultura empresarial-capitalista; assentamentos rurais.

Considerations about the geographic expansion of capital and the struggle for land in the Geographic Microregion of the Southwest of Goiás

Abstract

The Geographic Microregion of the Southwest of Goiás is located in the Brazilian Cerrado and underwent an intense advance of the capital in the countryside from the 1970s, at which time the business-capitalist agriculture based on the production of soya and corn grain was established, of food crops. This advance of capital occurred with the support of the State through public policies such as POLOCENTRO, PRODECER, EMBRAPA's actions in the generation of technologies, among others. The land structure that was originally concentrated has been maintained and expanded in the field of wage labor, eliminating or reducing other forms. As a direct result of this, there was an strong process of migration from the countryside to the regional cities, which currently have a high rate of urbanization, and also the organization of workers and peasants in socio-territorial movements in the struggle for land, which, on the basis of their pressure, the implementation of Rural Settlement Projects.

¹ Este trabalho é resultado de investigações e reflexões efetuadas no Laboratório de Geografia e Dinâmicas Territoriais (LAGET) e do levantamento de dados no âmbito do DATALUTA/GO na Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Jataí. Também foram incorporadas as experiências e reflexões obtidas em um ano de pós doutoramento no Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA – UFU) no Instituto de Geografia, sob a supervisão do Prof. Dr. João Cleps Junior, que também integra a mesma rede de pesquisa.

Keywords: Socio-territorial movements; land structure; business-capitalist agriculture; rural settlements.

Consideraciones sobre la expansión geográfica del capital y la lucha por la tierra en la Microrregión Geográfica del Sudoeste de Goiás

Resumen

La Microrregión Geográfica del Sudoeste de Goiás se ubica en el Cerrado brasileño y sufrió intenso avance del capital en el campo a partir de los años 1970, momento en que se implantó la agricultura empresarial-capitalista asentada en la producción de granos de soja y maíz para la exportación en de los cultivos alimenticios. Este avance del capital ocurrió con el apoyo del Estado por medio de políticas públicas como POLOCENTRO, PRODECER, acciones de EMBRAPA en la generación de tecnologías, entre otras. La estructura agraria ya originalmente concentrada se mantuvo y se expande en el campo el trabajo asalariado, eliminando o reduciendo las demás formas. Como resultado directo de ello ocurrió un fuerte proceso de migración del campo hacia las ciudades regionales, que actualmente presentan elevado índice de urbanización y, también hubo la organización de los trabajadores y campesinos en movimientos socioterritoriales en la lucha por la tierra, que a partir de la presión de éstos, conquistaron la implantación de Proyectos de Asentamientos Rurales.

Palabras Clave: Movimientos socioterritoriales; estructura agraria; agricultura empresarial-capitalista; asentamientos rurales.

Introdução

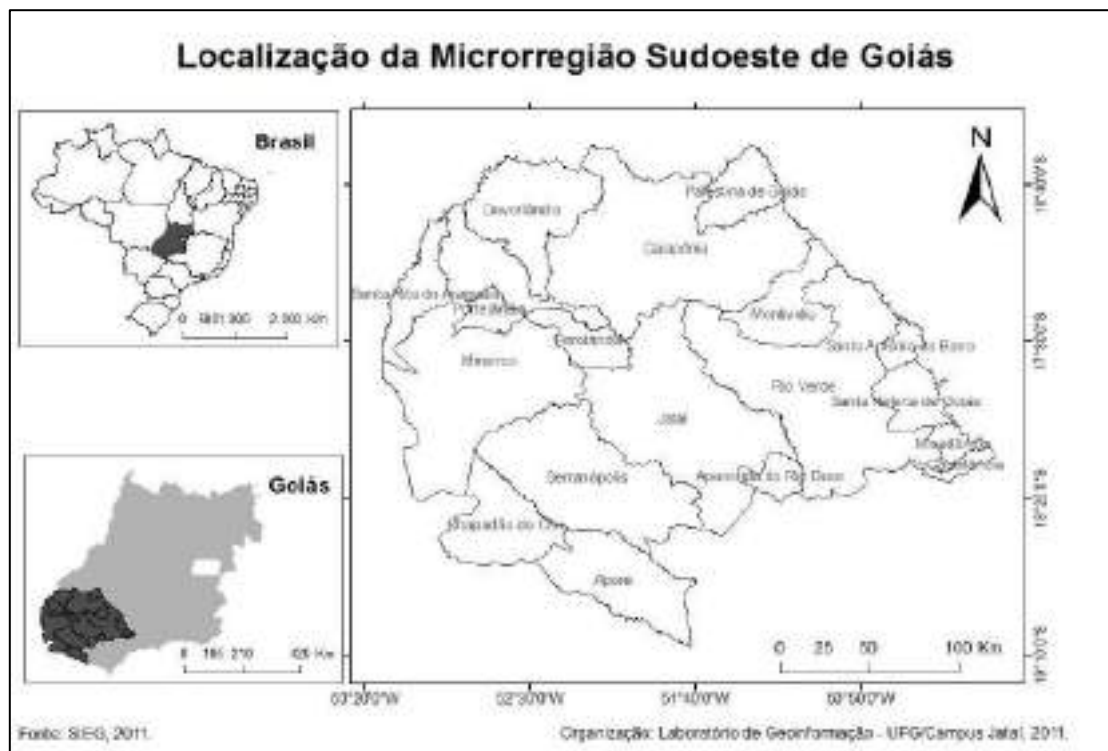
O recorte espacial da proposta de estudo é a Microrregião Geográfica Sudoeste de Goiás, que apresenta de modo bastante expressivo o predomínio da agricultura capitalista, com a produção de grãos (milho e soja) e de cana de açúcar, além da significativa presença de plantas agroindustriais nos principais municípios que são: Rio Verde, Jataí e Mineiros. Como apresentado na Figura 01, ela é integrada por dezoito (18) municípios, sendo eles: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra e Serranópolis.

A tecnificação da agricultura iniciada em fins dos anos 1950 no Brasil, não se expandiu de maneira homogênea pelo território nacional. Apresentou desenvolvimento desigual (KAGEYAMA, 1987) e seletivo (DELGADO, 1985). Assim, restringiu-se aos Estados do Centro-Sul do país, aos grandes e médios proprietários rurais em detrimento dos pequenos agricultores familiares, bem como as matérias-primas agrícolas voltadas para a exportação ou para o processamento agroindustrial em grande escala, casos da soja, laranja e cana-de-açúcar, em prejuízo dos produtos agrícolas tradicionais, que sempre fizeram parte da dieta alimentícia dos brasileiros, como arroz, feijão, mandioca, entre outros (DELGADO, 1985).

Na escala do estado de Goiás as porções central e o sul, incluindo a MRG Sudoeste de Goiás foram as que passaram por este processo de tecnificação da agricultura (QUEIROZ,

2010). A tecnificação das atividades agropecuárias a partir dos anos 1960 no país se deu de maneira bastante pronunciada na região Sudoeste de Goiás, sobretudo nos municípios de Rio Verde e Jataí a partir da década de 1970.

Figura 1: MRG do Sudoeste de Goiás - Localização e os municípios que a integram.



Fortaleceu-se assim o denominado “agronegócio”, pautado na produção monocultora com elevada tecnificação e, portanto, com alta competitividade no mercado internacional. Porém, toda essa competitividade ocorre à custa de processos espúrios de produção, como a superexploração da mão de obra e a forte degradação dos recursos naturais, como os solos e as águas, como consequência do emprego de sistemas produtivos agrícolas fortemente predatórios. (CLEMENTE, 2011). Contraditoriamente, houve o surgimento de movimentos socioterritoriais de luta pela terra na referida região e a implantação de Projetos de Assentamentos Rurais. A seguir busca-se traçar um breve histórico das origens da concentração fundiária em Goiás e sua intensificação com o advento da agricultura tecnificada, que culminou com a expropriação dos camponeses e alavancou o processo migratório do campo para as cidades.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados para a consecução da pesquisa foram a revisão bibliográfica acerca do tema, o levantamento de dados de fonte secundária na base

de dados DATALUTA e da CPT. A pesquisa busca se apoiar nas categorias de pesquisa elegidas pelo DATALUTA, quais são: manifestações, ocupações, assentamentos, movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária. Todas estas categorias serão trabalhadas em nível da MRG do Sudoeste de Goiás.

Origens da concentração fundiária em Goiás

A elevada concentração de terras no Brasil teve origem no processo de formação histórico-territorial do país, que privilegiou o padrão de exploração colonial assentado num regime de grandes propriedades monocultoras e no trabalho escravo. De lá pra cá, mesmo ocorrendo algumas mudanças, não houve alterações estruturais da propriedade da terra.

A Região Centro-Oeste passou a ser ocupada somente no século XVIII, tendo como motivação a busca de ouro e pedras preciosas pelos bandeirantes paulistas. A mineração teve grande relevância até o final daquele século, originando algumas cidades, como: Cuiabá, Cáceres, Poconé, Corumbá, Pirenópolis e Goiás (HESPANHOL, 2000).

No século seguinte, a decadência da mineração fez com que se buscassem outras atividades econômicas, emergindo a pecuária bovina extensiva. Desde o estabelecimento da mineração houve a constituição de uma agricultura para o autoconsumo, com o excedente dos alimentos sendo comercializado localmente visando o abastecimento alimentar destas populações interioranas.

De acordo com Ferreira; Mendes (2009), no século XVIII em que se iniciou a ocupação estava-se sob o regime das sesmarias. Acerca do regime de Sesmarias implantado, Oliveira (SDP) demonstra que:

A sesmaria se constituiu a partir de uma doação de títulos de concessão de terras a proprietários individuais sob o encargo de serem cultivadas. A concessão de terras pertencia aos governadores e capitães-gerais, que representavam a Coroa no país. [...] Dessa forma, concedia-se apenas o uso, pois todas as terras da Colônia continuavam pertencendo à Coroa portuguesa (OLIVEIRA, SDP, p. 30).

A Política de Terras adotada pela elite dirigente regional em Goiás estava em consonância com a política nacional concentracionista, sendo que em 1850 foi promulgada a Lei n.601 de 18 de setembro de 1850, a denominada Lei de Terras no Brasil, que decretou o fim do regime de Sesmarias e implantou o regime de propriedade privada da terra. Isso ocorreu em detrimento de índios, escravos, posseiros, agregados e outros desprovidos de terra, já que os impediu de terem acesso à mesma, mesmo que no Artigo 12 da referida lei previa que “O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º, para a colonização dos indígenas;” já que na prática isso não ocorreu.

Em outras palavras isso quer dizer que, se as terras do país estivessem livres, os camponeses, assim como os homens livres que aqui chegassem, necessariamente iriam se estabelecer nos territórios ainda não ocupados pelas grandes fazendas. Ao mesmo tempo as fazendas ficariam despovoadas sem possibilidades de expansão, sem força de trabalho. Por isso, a elite dominante instituiu o cativo da terra, como uma forma de subjugar o trabalho dos camponeses sem terra e dos homens livres que fossem atraídos para o Brasil (OLIVEIRA, SDP, p. 36).

Assim, a Lei de Terras permitiu à elite econômica garantir a propriedade das terras e ter farta oferta de força de trabalho nas grandes lavouras comerciais, impedindo mais tarde o acesso à terra de negros libertos em 1.888 e de imigrantes livres que aqui chegaram.

A promulgação da Constituição Federal de 1891 transferiu aos Governos das então províncias, o gerenciamento das terras devolutas. Em 1893 houve a criação de uma lei específica para Goiás para administrar a propriedade da terra. Assim, foi publicada a Lei de Terras n.º 28, de 19 de julho de 1893 (FERREIRA; MENDES, 2009).

Em 1897, esta Lei foi substituída por outra de n.º 134, de caráter mais minucioso, tendo longa vigência, mesmo sendo constantemente ignorada nos aspectos que comprometiam os interesses dos grupos representados pelo poder do Estado (FERREIRA; MENDES, 2009, p. 13).

A elite local comandou a “distribuição” das terras devolutas seguindo seus interesses, com alguns “ajustes” para favorecê-la, como a possibilidade de compra das terras à prazo (FERREIRA; MENDES, 2009). Prosseguem os autores demonstrando que a Lei continha outros “detalhes” visando favorecer aqueles que almejavam estabelecer propriedades de grandes extensões e expandí-las.

A legitimação das posses foi limitada a uma área correspondente a seis quilômetros quadrados (Art. 15, § 1º), enquanto as terras devolutas a serem vendidas chegavam a 150km², conforme o sistema de prioridades estabelecido. Já a Lei de 1893 determinava o privilégio de inviolabilidade e indivisibilidade para os estabelecimentos rurais de tamanho inferior a 12km², sob o título de patrimônio alimentício familiar. No entanto, várias propriedades foram legitimadas, apresentando apenas a metade desta medida, considerada o limite. Dessa maneira, a Lei favorecia a classe dominante, que poderia adquirir terras ou ampliar suas propriedades. Essa ocupação ocorria com a expulsão dos primeiros ocupantes da terra, que nela moravam e trabalhavam. Alencar (1993), com base nos Registros Paroquiais encontrados na Procuradoria Geral do Estado, afirma que mais de 80% das propriedades, em Goiás, excediam ao limite de áreas estabelecido por Lei (FERREIRA; MENDES, 2009, p. 14).

Em 1897 outra lei foi estabelecida para regular a cessão de terras devolutas na província goiana visando efetuar alguns ajustes para corrigir eventuais “falhas”. Assim, em 23 de julho de 1897 foi decretada a Lei n.º 134 (FERREIRA; MENDES, 2009).

Diante dos pontos falhos da Lei em vigor e da necessidade de organizar, detalhadamente, a questão fundiária, em 23 de julho de 1897 foi decretada uma nova Lei de Terras para Goiás, a Lei nº 134. Uma das emendas acrescentadas foi conceder o privilégio de terras para a pecuária (Art. 23, 24 e 25), evidenciando a importância que essa atividade representava para Goiás. As terras devolutas poderiam, também, ser concedidas, gratuitamente, a empresas de colonização. As terras e benfeitorias

reverteriam para o Estado no fim de um prazo máximo de 60 anos (Art. 26, § 4º). A Lei nº 134 apresentou todos os detalhes legais e técnicos referentes à medição e demarcação de terras, regulamentando os diversos aspectos da questão fundiária na Capitania de Goiás (FERREIRA; MENDES, 2009, p. 14-15).

É importante ressaltar, que contraditoriamente às ações da Coroa portuguesa e da elite dirigente, organizaram-se resistências na luta pela terra, como a formação dos quilombos. Inclusive em Goiás ocorre (u) a organização e resistência de negros em organizações quilombolas, estando presente também na MRG Sudoeste, no município de Mineiros a comunidade do Cedro. No nordeste do estado também ocorreu a formação de comunidade quilombola, os Kalungas.

Com a Revolução de 1930, Vargas passou a promover a criação de projetos de colonização nas áreas de fronteira, a chamada “Marcha para o Oeste”, implantada a partir de 1938 e que tinha como objetivo ocupar e explorar o potencial econômico do despovoado interior do país (HESPANHOL, 2000). Além disso, no início do século XX, a industrialização em São Paulo passou a ter influência em várias partes do território nacional, redefinindo as funções e tarefas de cada região e criando assim uma divisão espacial do trabalho. Coube a Goiás fornecer produtos agropecuários, como carne bovina e arroz para abastecer o mercado urbano que então se formava e também absorver os excedentes populacionais. Deste modo, alguns projetos de colonização foram implantados na região Centro Oeste, inclusive em Goiás, quando em 1941 foi criada a CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

De acordo com Duarte (1989) apud Hespagnol (2000), houve a expansão da pecuária bovina de corte no Sudoeste de Goiás a partir de estímulos governamentais, como a criação da Fundação Brasil Central, que tinha por objetivo ocupar o Vale do Araguaia e do Xingu, sob os objetivos da Marcha para o Oeste.

Atuação do Estado e a expansão geográfica do capital na MRG Sudoeste de Goiás

Foi nos 1970 e 1980 que o estado de Goiás foi efetivamente integrado à economia nacional. Programas de desenvolvimento regional e projetos especiais melhoraram a infraestrutura, criaram as condições necessárias para a expansão da agricultura em bases empresariais capitalista (HESPANHOL, 2000). O Estado teve atuação decisiva neste processo, por meio da concessão de crédito subsidiado e de um conjunto de ações e medidas indispensáveis que deram suporte para o estabelecimento e consolidação de um padrão produtivo agrícola empresarial capitalista no Cerrado. A acumulação capitalista adota estratégias levando em conta a realidade geográfica de cada lugar ou região.

Os processos de acumulação do capital não existem, obviamente, fora dos respectivos contextos geográficos e essas configurações são por natureza bastante diversificadas. Mas os capitalistas e seus agentes também têm um papel ativo e fundamental na alteração dessas configurações. Novos espaços e relações espaciais estão sendo produzidos constantemente. Fazem-se redes de transporte e comunicação totalmente novas, cidades que se esparramam e uma paisagem agrária muito produtiva. (...) (HARVEY, 2011, p. 120).

De acordo com Calaça; Dias (2010) o estado de Goiás teve um processo de ocupação histórico-geográfico diferenciado, resultando em variadas especificidades regionais.

O estado de Goiás é marcado por contrastes regionais, estes são derivados da forma como foram introduzidos os primeiros capitais, o que causou uma diferenciação no grau de modernização do território, repercutindo na intensidade de degradação do Cerrado. Verifica-se que, nas regiões onde o desenvolvimento econômico se destaca ocorre a extinção do Cerrado. Áreas consideradas atrasadas, do ponto de vista econômico, possuem uma parcela significativa do Cerrado preservado, mas essa desigualdade não se confere como percalços à economia goiana, pelo contrário (CALAÇA; DIAS, 2010, p. 313).

Prosseguindo, os autores supracitados demonstram que o resultado foi a tecnificação da agricultura e a industrialização do Sul Goiano, enquanto que o norte do estado de Goiás permanece ainda extrativista e pecuarista.

Nesta MRG a produção de grãos e sucroalcooleira avançaram fortemente, intensificando a concentração fundiária.

Já nos anos 1980, a agricultura intensiva tomou impulso na região, com a viabilização tecnológica do cultivo de soja e agora é a cana-de-açúcar, ela vai definir a estrutura fundiária, que mostra um perfil ainda mais claro quanto ao predomínio das grandes propriedades. Se no passado já existia a figura dos latifúndios e da terra concentrada, estes se mantiveram em razão dos incentivos oficiais, do preço das terras, das extensas áreas mecanizáveis, da disponibilidade de modernas tecnologias de produção em grande escala e da descoberta de corretivos do solo (calcário e fosfato) (CALAÇA; DIAS, 2010, p. 316).

Por outro lado, a voraz apropriação privada da terra pelos agentes do capital e grandes proprietários rurais, contraditoriamente, levou e ainda tem levado à formação de movimentos de luta pela terra com a constituição de acampamentos e, posteriormente, o assentamento destes indivíduos em projetos conduzidos pelo INCRA. Nos vários municípios da MRG do Sudoeste de Goiás, é possível constatar a presença de vários Projetos de Assentamentos que foram constituídos nas duas últimas décadas. Também é perceptível a existência de variados acampamentos em muitos municípios ainda hoje, denotando que a luta pela terra permanece e resiste até hoje.

Analisando a estrutura fundiária da MRG Sudoeste de Goiás, pode-se observar que a mesma é fortemente concentrada, com o predomínio de grandes e médios estabelecimentos

rurais. Com base nos dados do IBGE, efetuou-se uma comparação ao longo do tempo utilizando-se dados da estrutura fundiária para os anos de 1995/96, 2006 e 2017 (dados preliminares).

De acordo com a Tabela 01, no ano de 1995 os estabelecimentos situados no estrato de até 200 hectares perfaziam 5.167, ou seja, representavam 54,78% do número total de estabelecimentos, porém, ocupavam 364.615,94 hectares, que perfazia somente 8,12% da área total. No estrato considerado médio, entre 200 e 1.000 hectares, estes eram 3.128 estabelecimentos, correspondiam a 33,17% do número total de estabelecimentos e ocupavam 1.468.438,45, em termos percentuais, 32,70%. Já aqueles acima de 1.000 hectares eram 1.128 e, representavam, 11,95% do número total, porém, ocupavam 2.657.154,53 hectares, o que equivalia à 59,18% da área total.

Tabela 01: MRG do Sudoeste de Goiás – estrutura fundiária - 1995/1996.

Estratos/ hectares	Número de estabelecimentos	Porcentagem %	Área dos estabelecimentos	Porcentagem %
0 a menos de 10	522	5,54	2.488,17	0,05
10 a 50	1.951	20,69	60.390,38	1,34
50 a 100	1.296	13,73	96.484,95	2,15
100 a 200	1.398	14,81	205.252,44	4,57
200 a 500	1.943	20,60	629.001,61	14,01
500 a 1.000	1.185	12,57	839.436,84	18,70
1.000 e mais	1.128	11,95	2.657.154,53	59,18
Produtor sem área/sem declaração	11	0,11	-	-
total	9.434	100,00	4.490.208,93	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (1995/96).

Em 2006 verificou-se que os estabelecimentos de até 200 hectares perfaziam 6.543 em número ou 61,5% do total, porém, ocupavam somente 371,791 hectares, que representava apenas 8,4% da área total, de acordo com o Censo Agropecuário do mesmo ano. Os estabelecimentos entre 200 e 1000 hectares, por sua vez eram 2.959 estabelecimentos ou 27,79%, que ocupavam 1.418.892 hectares da área total, sendo então 31,94%. Em contrapartida, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares são 1.088 em número, apenas 10,3% do número total, mas ocupam 2.651.239 de hectares em área, que representam 59,7% do total. Assim, constata-se que o espaço agrário do MRG Sudoeste de Goiás é fortemente concentrado, prevalecendo médias e grandes propriedades rurais.

Tabela 02: MRG Sudoeste de Goiás – Estrutura fundiária - 2006.

Estratos/ hectares	Número de estabelecimentos	Porcentagem %	Área dos estabelecimentos	Porcentagem %
0 a menos de 10	811	7,6	4.035	0,1
10 a 50	3.222	30,3	97.080	2,2
50 a 100	1.273	11,9	92.974	2,1
100 a 200	1.237	11,6	177.702	4,0
200 a 500	1.790	16,8	587.800	13,2
500 a 1.000	1.169	11,1	831.092	18,7
1.000 e mais	1.088	10,2	2.651.239	59,7
Produtor sem área	56	0,5	0	0
total	10.646	100	4.441.924	100,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006).

O que se denota é que a estrutura fundiária permanece concentrada. Porém, há que se levar em consideração que ao longo do período analisado, de 1995 a 2017, ocorreu uma leve desconcentração fundiária na MRG Sudoeste de Goiás. Parte-se do pressuposto que a política de Assentamentos Rurais, cognominada equivocadamente de Reforma Agrária pelo Governo Federal, contribuiu para esta pequena mudança.

Tabela 03: MRG Sudoeste de Goiás – estrutura fundiária - 2017.

Estratos/ hectares	Número estabelecimentos	de	Porcentagem %	Área estabelecimentos	dos	Porcentagem %
0 a menos de 10	1.601		12,3	6.746		0,2
10 a 50	4.500		34,6	122.589		3,1
50 a 100	1.502		11,5	107.446		2,7
100 a 200	1.337		10,3	191.864		4,9
200 a 500	1.749		13,4	577.976		14,7
500 a 1.000	987		7,6	700.044		17,8
1.000 e mais	1.042		8,1	2.216.405		56,5
Produtor sem área	284		2,2	-		
total	13.002		100,0	3.923.070		100,0

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (Resultados preliminares).

Na MRG Sudoeste de Goiás a partir dos anos 1990 passou a ocorrer a implementação de Projetos de Assentamentos Rurais, em razão de que os expropriados e expulsos da terra se organizaram em movimentos e passaram a reivindicar o acesso à mesma. Foi um momento de redemocratização do país e da efervescência dos movimentos socioterritoriais no país como um todo.

Existe um conjunto significativo de agricultores familiares e trabalhadores rurais que em parte dispõem de terra e outros que não têm terra, mas que estão engajados na luta para permanecerem na terra e também em conquistar a terra. Para aqueles que estão na terra, Oliveira (1991) assevera que eles indiretamente estão sendo explorados pelo grande capital. Isso constitui o que o autor denomina de monopólio do território pelo capital, em que são criadas as condições para que este se aproprie da renda terra gerada pelos agricultores familiares no momento da venda da sua produção, ou seja, na circulação.

As políticas públicas implementadas até os anos 1990 se caracterizaram por serem centradas estritamente na busca pelo crescimento econômico. No caso das que foram destinadas à agricultura, elas se pautaram na busca cada vez maior do aumento da produtividade dos fatores de produção da agricultura, no caso a terra e o trabalho e foram voltadas para os médios e grandes proprietários rurais, de modo a garantir e fomentar o crescimento econômico destas, fortalecendo e consolidando a agricultura capitalista. Hespanhol demonstra que nos anos 1970 foram implantados vários programas para o desenvolvimento na Região Centro Oeste, todos sob o denominado I PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. Foi criada a EMBRAPA, SUDECO e outras políticas, como POLOCENTRO e PRODECER. Assim, a intensa atuação estatal resultou numa reconfiguração territorial do Centro Oeste, inclusive de Goiás.

O Estado teve atuação decisiva em promover o avanço do capital sobre as áreas do Cerrado. Acerca dessa atuação, Martins (1991) destaca que:

É preciso não esquecer que a política de incentivos fiscais, não só na Amazônia, mas também em outros projetos oficiais, como é o caso do reflorestamento, desvia dinheiro público para uso privado. Esse dinheiro deixa de ser utilizado efetivamente em obras e atividades de interesse público para ser desfrutado como coisa própria pela grande empresa capitalista. Esse ponto é muito importante porque nos revela o caráter do Estado em nossa sociedade: em nome de quem ele fala e age e em favor de quem atua. Embora seja amplamente reconhecido, pelo próprio governo, que a maior parte da alimentação em nosso país é produzida por pequenos lavradores e não por empresas capitalistas, até hoje não se produziu uma política de incentivos fiscais ou de transferência de renda para esses produtores. Aquele tipo de política denuncia claramente o Estado brasileiro como um Estado de classe (MARTINS, 1991, p. 46).

Desta forma, a ocupação do Cerrado não fugiu à esta lógica, com o Estado dando o suporte necessário em várias frentes (logística, científica, creditícia, fiscal, etc.) para a implantação e consolidação da agricultura empresarial capitalista.

No caso do Cerrado, para consolidar a agricultura moderna, o Estado teve participação ativa por meio de incentivos fiscais, crédito agrícola, subsídios à exportação e investimentos em infraestrutura, como eletrificação rural, implantação de sistemas de beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas, bem como construção de rodovias pavimentadas e não pavimentadas. Todos esses fatores possibilitaram a captura das áreas de Cerrado na e para a dinâmica da expansão capitalista de produção. Na verdade, as políticas agrícolas, conforme afirma Mendonça (2004), abrem caminho para o capital nas áreas de Cerrado. (MATOS; PESSOA, 2014, p. 05).

Um dos programas de destaque foi o POLOCENTRO:

O POLOCENTRO foi um dos condutores do processo de modernização da agricultura no Cerrado, responsável por significativo movimento do capital. Aprovou 3.373 projetos de desenvolvimento agrário em sua área de atuação, num total de cerca de US\$ 577 milhões até o ano de 1982, período no qual o programa esteve em vigor. Dos beneficiários, 81% operavam em propriedades com mais de 200 hectares, absorvendo 88% do volume total de crédito do programa (...) (MATOS; PESSOA, 2014, p. 07).

No POLOCENTRO o Estado brasileiro investiu em várias frentes para viabilizar a expansão geográfica do capital na região Centro Oeste e no estado de Goiás, como na infraestrutura (rodovias, energia, etc.) pesquisa agropecuária (Criação da EMBRAPA) e crédito rural. Isso denota o caráter seletivo do programa, que priorizou grandes e médios proprietários rurais. Outro programa que atuou no mesmo sentido foi o PRODECER:

As condições vantajosas de crédito do POLOCENTRO estimularam produtores de outras regiões, principalmente do Sul e Sudeste do Brasil, a migrarem para o Cerrado. Esses produtores eram atraídos pelos benefícios que o programa oferecia e pela vantagem de o preço das terras no Cerrado ser relativamente baixo em relação aos preços do Centro-Sul do país. Outro programa que se destacou na “exploração” das terras do Cerrado foi o PRODECER, criado em 1979 mediante acordo entre os governos brasileiro e japonês. Visava a promover o desenvolvimento agrícola dos Cerrados. O PRODECER, também conhecido como Projeto JICA (Japan International Cooperation Agency), funciona sob sistemas cooperativistas e é coordenado pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), da qual 51% das ações são controladas por capitalistas nacionais e 49% por japoneses (MATOS; PESSOA, 2014, p. 07).

A forte atuação do Estado favoreceu a chegada e a territorialização de grandes empresas no cerrado goiano, que nos anos 1980, com a diminuição do crédito oficial farto e barato, passaram a comandar a expansão do capital, ocupando em grande parte funções antes efetuadas pelo Estado, porém, que a partir daquele momento se tornaram lucrativas. As *Tradings* passaram a financiar diretamente a produção agrícola de seus fornecedores, o que permitiu aumentar seus lucros e as formas de controle e subordinação da produção agrícola e dos produtores.

O poder das tradings acontece tanto no financiamento, devido à capacidade econômica dessas empresas, quanto na compra da produção agrícola. A venda antecipada da produção, geralmente, é a garantia do financiamento. Esse tipo de venda, também denominada de “venda da soja verde”, é uma forma de as empresas subordinarem a elas os produtores, pois as empresas financiam a produção, mas, em troca, ou seja, em pagamento, o produtor, após a colheita, entrega os grãos para as empresas. Apesar dos juros serem mais onerosos que os juros cobrados pelo Banco do Brasil, o financiamento das empresas, principalmente das multinacionais, tem aumentado, devido ao fato de o crédito ser menos burocrático e mais rápido. Multinacionais como Cargill, Bunge e ADM são as maiores empresas exportadoras de produtos agrícolas do Brasil. Possuem unidades em diversos países. Atuam na industrialização de alimentos e na produção de fertilizantes, tendo, por conseguinte, facilidades para difundir seus produtos no mercado mundial. Além disso, estabelecem locais de produção mais vantajosos, por meio da instalação de unidades e/ou de seus escritórios, para facilitar o controle do fluxo das mercadorias, do capital e da informação (MATOS; PESSOA, 2014, p. 15).

O Estado redefiniu sua atuação para dar suporte à expansão geográfica do capital no Cerrado. Mesmo com os discursos e a defesa dos neoliberais de que o Estado deve intervir cada vez menos na economia, sua atuação agora se dá em pontos e esferas do processo produtivo que não são considerados rentáveis para o capital privado nacional e internacional, mas que são imprescindíveis para garantir o avanço e reprodução do capital. Por outro lado, gradativamente o Estado foi ‘liberando’ atividades e setores já “preparados”, inclusive

estruturados pela ação estatal anterior, para serem ocupados pela ação privada, porém, num patamar agora em que a alta lucratividade já foi viabilizada e assim está garantida.

Acerca disso, Harvey (2011):

[...] E em certos casos de falha no mercado, o Estado pode intervir com seus próprios modelos de estruturas de insumo/produção para planejar ou a totalidade ou um componente-chave na cadeia de oferta que o capital tem dificuldade de organizar (como o fornecimento de energia ou de água e toda uma panóplia de infraestruturas físicas para a produção). Apesar de ser uma crença comum, particularmente nos Estados Unidos, que as intervenções do Estado levam à ineficiência, a história da industrialização do Japão ou de Singapura encabeça uma longa lista de exemplos em que o planejamento, a coordenação, a intervenção e a reorganização pelo Estado dos fluxos do capital têm sido mais eficazes do que a anarquia de coordenações do mercado aberto. Se as próprias empresas conseguiram evitar a anarquia dos mercados abertos com mecanismos eficientes de programação ótima com seus fornecedores, então por que a sociedade não pode fazer o mesmo em um terreno ainda mais amplo? (HARVEY, 2011, p. 63).

No caso dos Cerrados e de Goiás, Matos; Pessoa (2014) asseveram que:

A história econômica das áreas de Cerrado, especificamente do estado de Goiás, após a década de 1970, é caracterizada pelos reforços do Estado e de agentes privados para modernizar o território, com produção orientada pela presença intensa da técnica, da ciência e da informação. Nas atividades agropecuárias, o objetivo era consolidar a modernização da agricultura, ou seja, a incursão das inovações técnico-científicas no processo produtivo, seguindo a tendência dos estados da região Sul e Sudeste do país (MATOS; PESSOA, 2014, p. 01).

Matos; Pessoa (2014) advertem para o fato de que a expansão geográfica do capital nestas áreas transformou não apenas os processos produtivos, em razão da incorporação tecnológica,

[...] mas também as formas de apropriação, construção e usos do território. Os usos são estabelecidos e planejados para se dar, cada vez mais, a ampliação dos lucros e, portanto, a reprodução e a expansão do capital (...) (MATOS; PESSOA, 2014, p. 02).

Com a revolução verde, a estratégia da elite detentora de terras, antes amparada por práticas coronelistas, agora foi transmutada sob uma auréola “moderna”, apoiada na formação de empresas rurais “modernas” que apresentam “elevado dinamismo econômico, que contribuem em grande medida para o PIB e geram empregos”. Com esta pauta, o Estado está sempre atendendo aos interesses e necessidades para a expansão e consolidação do capital.

O avanço do capital no Cerrado em Goiás manteve inalterada a concentração da propriedade da terra e desarticulou parte da agricultura familiar camponesa e demais relações de trabalho não capitalistas, que existiam nos interstícios das grandes propriedades rurais e da agricultura para o autoconsumo. A estrutura fundiária já concentrada facilitou o advento da agricultura empresarial capitalista, que venceu significativa parte da resistência encontrada.

Tabela 04: Principais lavouras temporárias e permanentes no Estado de Goiás - 1990-2016.

Cultivos/ Ano	Algodão	Alho	Amen- doin	Arroz	Cana-de- açúcar	Feijão	Girass- ol	Milho	Soja	Sorgo	Café
1990	35.511	2.240	6	351.010	106.826	183.580	-	902.800	1.001.690	10.528	17.728
1995	69.533	1.408	130	264.382	115.075	140.598	-	880.318	1.126.511	32.479	7.196
2000	96.718	1.536		150.364	139.186	113.211	-	845.204	1.491.066	179.460	4.380
2005	149.114	1.154	3.426	187.002	200.048	118.242	8.616	615.259	2.663.646	290.053	7.548
2010	43.909	2.666	410	90.382	578.666	119.002	11.410	858.301	2.445.600	245.308	10.026
2016	29.273	2.203	70	23.662	931.342	143.250	16.351	1.574.541	3.322.522	208.560	6.996

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE – (2018).

No período de 1990 a 2016 para o estado de Goiás e a MRG do Sudoeste de Goiás, observa-se claramente uma exponencial expansão em área plantada dos cultivos agrícolas de produção capitalista, como os grãos (soja, sorgo e milho) e da cana-de-açúcar em detrimento dos cultivos alimentares, como o arroz, de acordo com as Tabelas 04 e 05. O feijão, um produto alimentar, é um caso atípico, pois diminuiu seu plantio no estado neste período, enquanto cresceu a área plantada na MRG Sudoeste de Goiás. Assim, em 1990 tem-se 183.580 hectares plantados de feijão no estado, sendo que em 2016 diminuiu para 143.250 hectares, havendo um decréscimo de 21,96%. Por outro lado, na MRG Sudoeste de Goiás para o mesmo período ocorreu o contrário, havendo uma expansão da área plantada deste cultivo, que era de 8.041 hectares em 1990 para 29.470 hectares em 2016, um aumento de 366,49%. Tal aumento na MRG e a relativa baixa no estado deste cultivo alimentar pode estar atrelado ao fato de que sob o ponto de vista tecnológico da produção, este tem se adequado à produção de grãos de modo satisfatório, havendo a produção anual às vezes de 3 cultivos no ano agrícola, como soja, milho e o feijão, que inclusive utiliza praticamente as mesmas máquinas aplicadas na produção de soja e milho, que constituem o carro-chefe da agricultura no Sudoeste de Goiás. Além disso, há que se mencionar a falta de políticas públicas com foco no fortalecimento da produção de alimentos pela agricultura familiar, que faz com que a produção esteja ao “sabor das forças de mercado”, com o preço sofrendo sucessivas variações. Assim, quando há baixa oferta deste produto, os preços tendem a subir, despertando o interesse de grandes proprietários que já o produzem sob o padrão de produção capitalista no campo.

Na escala do estado a área plantada com arroz diminuiu 93,25% no período citado, caindo de 351.010 hectares plantados no ano de 1990 para apenas 23.662 hectares em 2016. Do mesmo modo, é possível notar uma drástica redução de sua área plantada na MRG Sudoeste, caindo expressivos 99,72%. Ou seja, em 1990 havia uma área plantada de 54.388 hectares, sendo que em 2016 restaram apenas 150 hectares, de acordo com a Tabela 05.

Tabela 05: Principais lavouras temporárias e permanentes no Sudoeste de Goiás - 1990-2016 (em hectares).

Anos/ Cultivos	Algodão	Arroz	Cana-de-açúcar	Feijão	Milho	Soja	Sorgo	Banana
1990	13.100	54.388	24.005	8.041	168.640	468.025	2.425	1.929
1995	34.010	69.025	26.756	5.904	271.509	541.092	27.974	1.263
2000	27.709	36.690	30.706	12.197	358.569	744.328	122.223	1.085
2005	43.630	15.200	27.361	950	32.850	225.448	7.370	946
2010	25.829	11.020	155.007	22.200	482.150	1.021.300	124.700	983
2016	15.130	150	235.157	29.470	861.300	1.243.000	59.800	335

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE – (2018).

Por outro lado, observa-se que os cultivos agrícolas que representam a produção capitalista, apresentaram uma forte expansão no período, tanto em nível do estado quanto da MRG. Os grãos, no caso a soja e o milho foram os que mais apresentaram crescimento. Na escala do estado de Goiás, o cultivo do milho em 1990 apresentava 902.800 hectares plantados e em 2016 saltou para 1.574.541 hectares, ocorrendo assim um aumento de 74,40%. Já na MRG Sudoeste de Goiás, este aumento foi de 420,73%. Pois em 1990 haviam 168.640 hectares plantados e já em 2016 existiam 861.300 hectares.

O cultivo da soja também, por sua vez, apresentou forte expansão. No estado de Goiás em 1990 haviam 1.001.690 hectares e, em 2016 eram 3.322.522 hectares, ocorrendo um aumento de 231,69%. Já para a MRG Sudoeste de Goiás, este aumento se deu de modo parecido, sendo que havia em 1990 468.025 hectares plantados de soja e, em 2016 aumentou para 1.243.000, aumento da ordem de 165,58%.

Na mesma tendência vem o cultivo do sorgo, outro grão que também apresentou crescimento. No estado em 1990 havia 10.528 hectares plantados de sorgo e, em 2016 este número se elevou para 208.560, portanto, um crescimento de 1.881,00%. No âmbito da MRG Sudoeste de Goiás, o aumento também ocorreu de modo similar, passando de 2.425 hectares plantados em 1990 para 59.800 hectares em 2016. Assim, houve um aumento de 2.365,97% para o período.

Outro cultivo agrícola que também apresentou significativa expansão foi a cana-de-açúcar. No estado eram 106.826 hectares em 1990, aumentando para 931.342 hectares em 2016, ocorrendo assim um aumento de 771,83%. Para a MRG do Sudoeste de Goiás, em 1990 existiam apenas 24.005 hectares plantados com cana-de-açúcar e, já em 2016, isso se elevou para 235.157 hectares plantados, havendo uma expansão da ordem de 879,61%.

A expansão da agricultura capitalista alavancou o processo de expropriação e expulsão do campo, formando uma corrente migratória do campo em direção às cidades, gerando uma forte urbanização numa região, contraditoriamente conhecida por ter uma economia “forte” assentada na agricultura. Na MRG Sudoeste de Goiás, onde a expansão capitalista se deu modo bastante pronunciado, estabeleceu-se um padrão produtivo com a utilização intensiva de mecanização, tecnologia e insumos químicos, que prescinde do

emprego de significativa quantidade de mão de obra humana. Por outro lado, este padrão produtivo tem cada vez mais subordinado os camponeses que resistem e permaneceram na terra. O capital tem criado diversos mecanismos no território para que o camponês permaneça subordinado, conforme demonstra Calaça (2014):

No Cerrado o conhecimento camponês está cada vez mais subordinado à lógica do agronegócio. De um lado, o capital impõe os conhecimentos biotecnológicos como mecanismo de universalização de práticas agrícolas e de novas tecnologias, e de outro subordina os camponeses à lógica do mercado. A implementação dos ideais da Revolução Verde, no Brasil a partir da década de 1960, foram fundamentados nos conhecimentos produzidos pelo melhoramento genético e pela engenharia genética. O elemento essencial desse processo é tornar o saber local invisível e considerado pela lógica da ideologia dominante, atrasado e improdutivo. (...) O controle da produção, distribuição e comercialização das sementes, da genética animal, o monopólio da produção e comercialização dos insumos agrícolas fazem parte das estratégias de controle do território pelo sistema do agronegócio. Com essa lógica, as ações do capital tornaram os camponeses dependentes e dominados pelas empresas transnacionais que controlam a produção e a comercialização das sementes, dos insumos e dos produtos agrícolas, praticamente, em todos os lugares do mundo. Como mecanismo de reação e resistência os camponeses estão resgatando as tecnologias que dominavam e implementam mediante a agroecologia – uma estratégia camponesa de contraposição à expansão do agronegócio (CALAÇA, 2014, p. 01-02).

Acerca da intensa migração rural urbana nos anos 1960 e 1970:

Uma parte significativa desses lavradores tem se dirigido para as grandes cidades, à procura de uma oportunidade de trabalho, indo engrossar a massa marginalizada que vive em condições subumanas nas favelas, invasões e alagados. Outra parte entra sertão adentro à procura de terras desocupadas, longe das grandes empresas, onde possa fazer sua roça, como tem acontecido com os posseiros. O que durará apenas o tempo necessário à chegada de um novo grileiro, de uma nova fazenda (MARTINS, 1991, p. 47).

Para a expansão geográfica do capital se tornar possível e a subjugação do trabalho pelo capital ocorrer, é preciso que haja a expropriação do trabalhador. Este precisa ser alijado da terra e dos seus meios de produção. Martins enfatiza que:

A expropriação do trabalhador pelo capital cria as condições sociais para que esse mesmo capital passe ao segundo turno, à outra face do seu processo de reprodução capitalista, que é a exploração do mesmo trabalhador que já foi expropriado. Ele terá agora de vender a sua força de trabalho ao capitalista, segundo regras do mercado, e não conforme as suas necessidades reais. Já não é ele, trabalhador, quem diz quanto precisa, juntamente com a sua família, para sobreviver; é o capital que lhe dirá quanto quer pagar, segundo as leis do mercado (...) (MARTINS, 1991, p. 52).

Harvey (2011) na mesma linha, demonstra que é necessário para o capital remover os modos de vida não capitalistas:

(...) Modos de vida não mercantis e não capitalistas são, em suma, considerados uma barreira para a acumulação do capital e, portanto, devem ser dissolvidos para dar lugar aos 3% de taxa de crescimento composto que constitui a força motriz capitalista (...) (HARVEY, 2011, p. 64).

Assim, a estrutura fundiária concentrada e o padrão produtivo altamente tecnificado (intensa mecanização e utilização de insumos químicos) implantado no campo, fez com que parte significativa da população regional migrasse para os centros urbanos como Jataí e Rio Verde e, também para os demais municípios do estado, como a capital Goiânia e até mesmo fora do estado. Outra parcela foi engrossar os movimentos sociais no campo que emergiram com significativa força a partir dos anos 1990 na região.

Isso fica demonstrado nas Tabelas 06 e 07, em que se pode observar o amplo predomínio da população urbana sobre a população rural, numa região paradoxalmente que tem sua economia baseada na agropecuária. Os dados demonstram uma elevada urbanização, que intensificou nos anos 2000, passando de 86,80% em 1996, para 87,12% em 2000 e 89,70 em 2010.

Tabela 06: Evolução da População da MRG Sudoeste de Goiás de 1996-2010.

anos	População Urbana	%	População Rural	%	População Total
1996	266.268	86,80	40.404	13,20	306.672
2000	300.016	87,12	44.361	12,88	344.377
2010	400.467	89,70	45.966	10,30	446.433

Fonte: Contagem Populacional (IBGE, 1996) e Fonte: Censos Demográficos IBGE - (2000 e 2010).

Importante destacar que a taxa de urbanização do estado de Goiás e da MRG Sudoeste de Goiás são superiores à taxa de urbanização média do Brasil. Enquanto este tinha uma taxa de 78,37% em 1996, 81,20% em 2000 e 84,36% em 2010, o estado de Goiás cresceu de 85,85% em 1996, passando por 87,79% em 2000, alcançando 90,29% em 2010. A MRG Sudoeste e os seus dois principais municípios, Jataí e Rio Verde, também apresentam índices de urbanização superiores à média nacional, conforme a Tabela 07.

Tabela 07: Evolução da taxa de urbanização da MRG Sudoeste de Goiás comparada à evolução do estado de Goiás e o Brasil.

	1996	2000	2010
Brasil	78,37%	81,20	84,36
Goiás	85,85	87,79	90,29
MRG Sudoeste de Goiás	86,80	87,12	89,70
Rio Verde	87,36	91,01	92,70
Jataí	89,85	91,21	92,05

Fonte: Contagem Populacional (IBGE, 1996) e Fonte: Censos Demográficos IBGE - (2000 e 2010).

De acordo com Martins (1991), as migrações para as cidades estão intimamente ligadas aos processos de expropriações que as populações do campo têm sofrido nas últimas décadas no Brasil. De modo paralelo ao aumento dos índices de urbanização, ocorreu a emergência de movimentos socioterritoriais de luta pela terra no estado, formado por

camponeses e trabalhadores rurais sem terra que tiveram seu modo de vida e de trabalho desarticulados pela expansão geográfica do capital no Cerrado.

Oliveira (1996) assevera que o processo de expansão capitalista se apresenta de maneira distinta, tanto socialmente quanto territorialmente. Assim, o autor entende que:

Isso significa que, para entendermos a distribuição social e/ou territorial das desigualdades e contradições do desenvolvimento capitalista, devemos compreender que elas estão ligadas aos processos históricos específicos de cada país ou nação. Ou seja, cada formação econômico-social concreta revela no seu interior esse processo desigual e contraditório espacial e temporalmente (OLIVEIRA, 1996, p. 22).

No Sudoeste de Goiás o processo histórico de ocupação e as condições geográficas presentes concorreram para estabelecer uma elevada concentração da propriedade da terra, possibilitando uma posterior expansão geográfica do capital materializada na agricultura empresarial capitalista a partir dos anos 1970, que por sua vez, contribuiu para intensificar tal concentração.

Clemente (2011) assevera que existe uma enorme carência em termos de políticas públicas, sobretudo, daquelas voltadas aos pequenos proprietários, que, no geral, são de baixa qualidade. As que existem são pontuais, desarticuladas, bem como, muitas vezes, falta adequação às efetivas necessidades dos agricultores familiares camponeses, além dos problemas, que vão desde operacionalização, como falta de recursos, dentre outros.

Os movimentos socioterritoriais no Sudoeste de Goiás

As contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo geraram e geram resistências a este movimento. Simultaneamente aos processos de intensificação da concentração da propriedade da terra, surgiram movimentos socioterritoriais de luta pela terra por parte dos trabalhadores rurais e camponeses expropriados. "(...) Ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas. (...)" (OLIVEIRA, 1996, p. 26).

Infere-se que o início da expansão geográfica do capital no Sudoeste de Goiás a partir dos anos 1970, deu início à expropriação dos camponeses e a desarticulação dos seus modos de vida e de trabalho nesta parte do cerrado goiano. Além disso, fortaleceu a expansão do trabalho assalariado no campo, o que culminou no enfraquecimento de outras formas de produção e de relações de trabalho até então existentes, como a parceria, meação, dentre outros.

Cumprе ressaltar, que a emergência dos movimentos socioterritoriais no campo a partir dos anos 1980, ocorreu, de modo geral, no país todo e deveu-se também ao crescente

aumento das mobilizações das forças populares contra a Ditadura Civil Militar, que com o processo de redemocratização possibilitou o surgimento e o fortalecimento destes. O maior exemplo é o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surgido em meados dos anos 1980 na região meridional do país.

O conceito de movimento socioterritorial foi elaborado pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes e se refere aos movimentos sociais que lutam para obter o controle dos processos de trabalho e geração de riqueza no território. Ocorrem conflitualidades no território entre a expansão das relações capitalistas de produção e os movimentos de resistência que procuram se contrapor, como no caso dos camponeses, indígenas, remanescentes de quilombos, dentre outros.

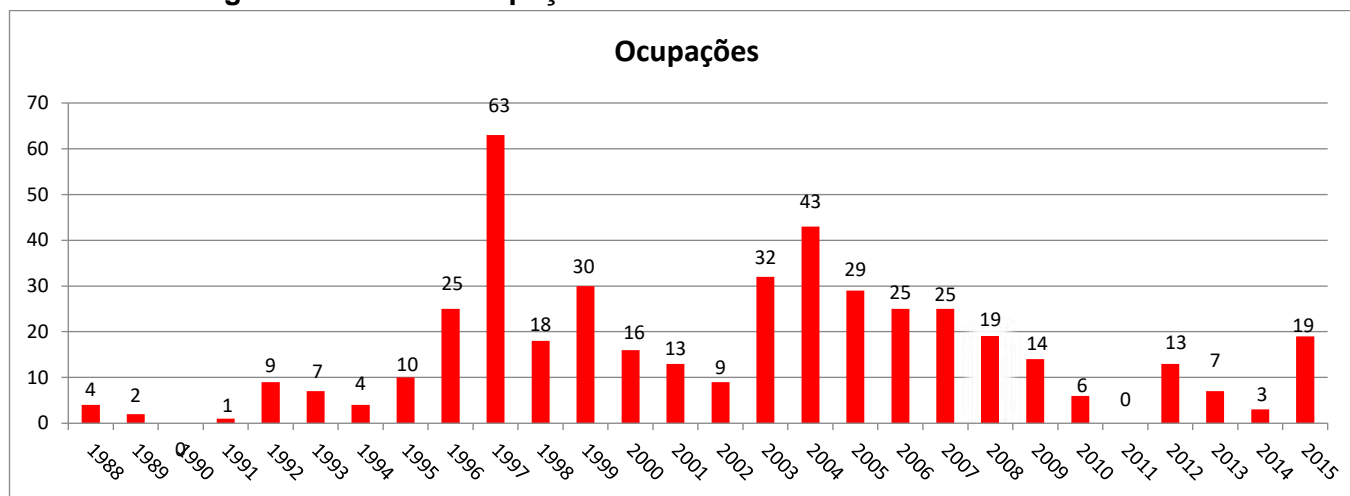
A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência (...) (FERNANDES, 2005, p. 28).

Nas últimas décadas, a expansão geográfica das relações capitalistas, advindas via fortalecimento do neoliberalismo, têm intensificado a exploração, a desigualdade e a marginalização social. Os movimentos socioterritoriais constituem, portanto, uma resposta, uma contradição e resistência à este processo.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios (FERNANDES, 2005, p. 31).

No estado de Goiás, de acordo com a Figura 03 e na MRG Sudoeste de Goiás, de acordo com a Tabela 09, observa-se o aumento das ocupações de terras a partir dos anos 1990. Como no Brasil nunca houve de fato uma Reforma Agrária, compreendida enquanto reformulação geral da estrutura da propriedade da terra, os Projetos de Assentamentos existentes, que constituem mudanças pontuais, resultam em sua maioria da pressão dos movimentos socioterritoriais.

Na Figura 04 verifica-se que as ocupações de terras ocorreram praticamente em todo o Estado de Goiás no período de 1988 a 2015. Na MRG Sudoeste de Goiás a ocorrência destas também é bem expressiva. Carneiro (2016) enfatiza que a “modernização” da agricultura potencializou as ocupações de terras e a pressão pela constituição dos Projetos de Assentamentos Rurais. Além do MST, na MRG Sudoeste de Goiás a organização e mobilização da luta pela terra foi efetuada pelos Sindicatos Rurais.

Figura 03: Gráfico ocupações de terra no Estado de Goiás - 1988-2015.

Fonte: DATALUTA, 2017.

Comparando a Figura 04, que trata das ocupações de terras no estado de Goiás com as Figuras 05 e 06 que tratam da criação de Projetos de Assentamentos Rurais no estado de Goiás e na MRG Sudoeste de Goiás, observa-se que há uma correlação de causa e efeito entre ambos, visto que, sobretudo nas décadas de 1990 e 2000 elevam-se as ocupações de terras, aumentando a pressão dos movimentos socioterritoriais de luta pela terra. Como resposta foram criados alguns Projetos de Assentamentos Rurais, que como se observa no Gráfico 02, que pouco contribuíram para a desconcentrar a propriedade da terra no Sudoeste de Goiás. Mesmo assim há que se destacar a relevância destes, que apesar de exíguos, proporcionaram acesso à terra às famílias hoje assentadas.

O avanço do capital na MRG Sudoeste de Goiás suscitou contradições que fez com que parte da população expropriada do campo fosse engrossar os movimentos socioterritoriais. No estado de Goiás o MST constitui-se como o principal movimento socioterritorial de luta pela terra. Os sindicatos vinculados à FETRAF/CONTAG também possuem significativo papel na luta dos trabalhadores rurais no estado, conforme demonstra a Tabela 10.

Importante destacar que toda essa luta não foi em vão. As ocupações de terras registradas no estado e na MRG Sudoeste de Goiás neste período pressionaram o Estado a buscar a resolução destas questões por meio da implementação de uma política de assentamentos rurais. Assim, as ocupações resultaram na origem e formação de 456 Projetos de Assentamentos Rurais no estado de Goiás e de 61 Projetos de Assentamentos Rurais na MRG Sudoeste de Goiás no período de 1984 a 2015, de acordo com as Figuras 05 e 06.

Figura 04: Mapa da distribuição geográfica das ocupações de terras no estado de Goiás - 1988-2015.

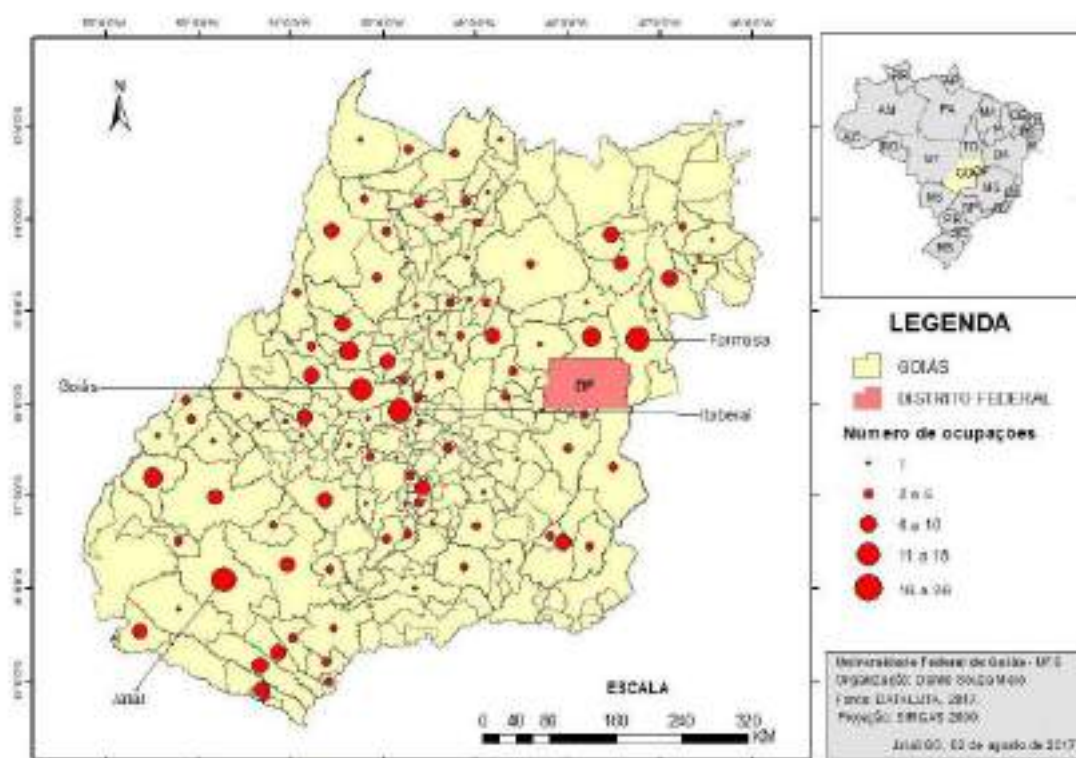


Tabela 10: Quantidade de ocupações de terras por movimentos socioterritorial no estado de Goiás - 1988-2015.

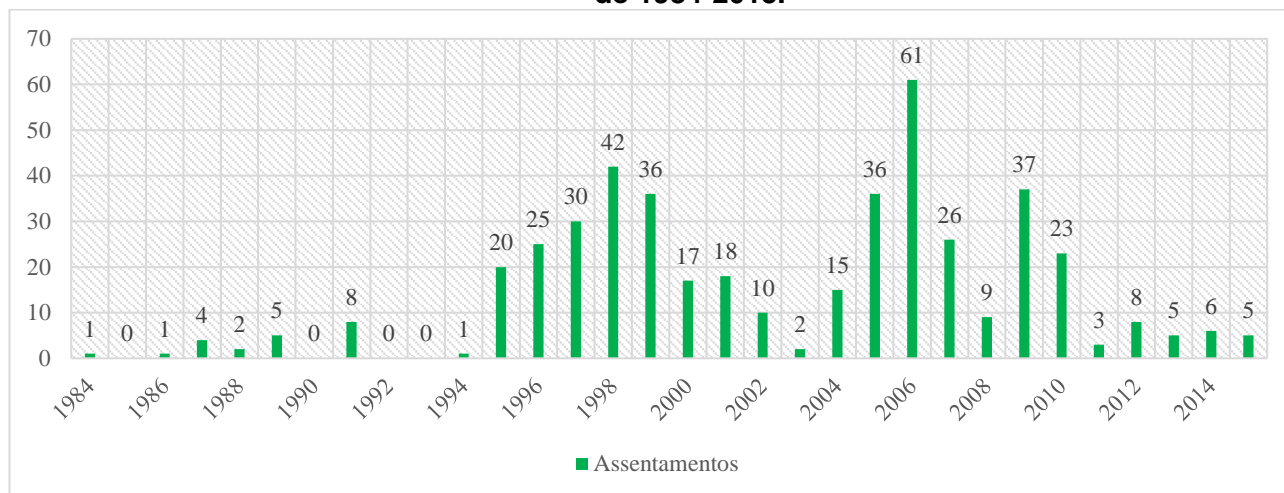
Movimentos	Ocupações
N/I	173
MST	144
CONTAG/FETRAG	61
MTL	28
Terra Livre	27
FNL	5
MLST	4
LCP	2
MOVIMENTOS INDÍGENAS	
MVTC	1
Total	446

Fonte: Relatório DATALUTA, 2017.

Historicamente, os assentamentos rurais no Brasil sempre foram constituídos para “dar vazão” à pressão social pela posse da terra em determinados locais. Cumpre ressaltar, que mesmo nessa fase neoliberal, a agricultura familiar vem cumprindo funções relevantes no

processo de acumulação do capital, sendo necessário considerar que, além dos movimentos de resistência, o capital não prescinde dela no processo de acumulação.

Figura 05: Gráfico com assentamentos rurais criados no estado de Goiás no período de 1984-2015.



Fonte: Relatório DATALUTA (2017).

Hoje com o Golpe Parlamentar Midiático Judiciário que levou Michel Temer ao poder e agora o presidente Jair Bolsonaro, tem ocorrido um brutal desmonte das políticas públicas que no período de 2003 a 2016 cresceram e deram algum amparo à agricultura familiar camponesa, como o PRONAF, o PAA, o Programa Territórios da Cidadania, dentre outros, que agora estão paralisados e os recursos destinados a eles foram reduzidos abruptamente.

Sobre a Política Oficial de Reforma Agrária, Cleps Junior (2018) demonstra que um dos grandes retrocessos nesse caso foi a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que foi rebaixado a uma Subsecretaria vinculada à Casa Civil.

(...) Com isso, a gestão dos programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e políticas voltadas para obtenção de crédito; de proteção da produção, como o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF e o Seguro da Agricultura Familiar - SEAF; da política de assistência técnica e extensão rural (ATER) voltada para as necessidades dos e agricultores e agricultoras familiares; do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); da reforma agrária; do Programa Amazônia Legal; além das políticas desenvolvidas para segmentos fundamentais para o campo brasileiro, como as mulheres rurais, a juventude e os povos e comunidades tradicionais foram seriamente comprometidos e desacelerados por força do ajuste fiscal e jogando os esforços anteriores num verdadeiro retrocesso (CLEPS JUNIOR, 2018, p. 652-653).

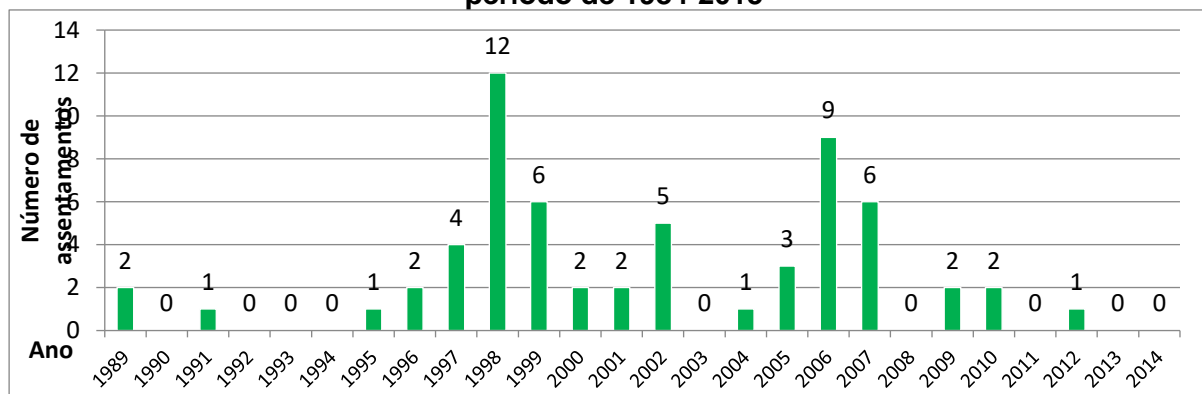
O autor ainda demonstra que no caso da Política de Assentamentos Rurais, a partir de 2010 no Brasil ocorreu uma grande diminuição da implantação destes. Isso pode ser constatado nos Gráficos 02 e 03. No caso da MRG Sudoeste de Goiás, apenas um Projeto de Assentamento foi constituído no ano de 2012. Isso representa a paralisação desta política

e, apesar desta ser insuficiente para transformar a estrutura da propriedade da terra no país, no estado ou na MRG, admite-se que é um retrocesso muito grande para a agricultura familiar camponesa.

“O desenvolvimento desigual das práticas capitalistas ao redor do mundo tem produzido movimentos anticapitalistas em toda parte” (HARVEY, 2011, p. 183) e assim colocado em evidência “(...) No cenário mundial, os desenvolvimentos geográficos desiguais do neoliberalismo se colocaram em evidência, juntamente com os diferenciais de resistência”. (HARVEY, 2011, p. 111). Ainda que muitas vezes bastante desarticuladas, as resistências à expansão do capital têm ocorrido. A emergência de movimentos socioterritoriais tanto no campo quanto nas cidades se desvelam na conflitualidade existente no território, pelas disputas entre o capital e os movimentos contrahegemônicos pelo controle do trabalho e da riqueza gerada.

Diante disso, não se pode perder de vista que a questão agrária no Brasil ainda hoje ocupa uma forte centralidade e está presente direta ou indiretamente nas questões sociais, políticas e econômicas do país. Muitos dos problemas que o país enfrenta, como altos índices de desemprego, pobreza, falta de moradia, baixa renda, superexploração do trabalho, marginalização social e econômica, dentre outros, somente serão resolvidos ou atenuados com medidas visando resolver a questão agrária, sendo a medida principal delas a realização de uma Reforma Agrária.

Figura 06: Gráfico com assentamentos rurais criados no Sudoeste de Goiás no período de 1984-2015



Fonte: Relatório DATALUTA (2017).

Assim, é impossível compreender e dissociar a questão agrária de outras problemáticas que assolam o Brasil ainda hoje, como a marginalização social, a grande parte dos problemas em que seus sintomas são percebidos e visualizados no urbano, como a falta de emprego, a pobreza, falta de moradias, a violência, a fome e a desnutrição. Mesmo que atualmente o Brasil seja considerado um país tipicamente urbano, tendo em torno de 80,0%

de sua população residindo nas cidades, isso de maneira nenhuma invalida e ou deslegitima a necessidade de buscar resolver a questão agrária neste país.

Dessa forma, a reforma agrária continua ser uma necessidade estrutural da sociedade brasileira, e um instrumento para corrigir a desigual distribuição da terra e sua retenção improdutivo, descumprindo o preceito constitucional de que a propriedade privada da terra deve cumprir sua função social, como está previsto no artigo 184 da Constituição Federal do país: “compete á União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social ...” (OLIVEIRA, 2007, p. 150).

A questão agrária vem sendo “mascarada” no Brasil, sobretudo, a partir dos anos 1970, sob a égide da necessidade de promover o crescimento econômico e gerar divisas internacionais para o país por meio da produção de *commodities* para exportação. Já está mais do que comprovado que este crescimento econômico estruturado nas bases do padrão de uma agricultura capitalista, tem sido responsável pela geração de uma série de variados outros problemas, como a expropriação, marginalização social, subemprego, empregos em condição análoga à escravidão, contaminação por agrotóxicos, dentre muitos outros problemas. Porém, tudo se torna “irrelevante” frente ao crescimento econômico e à geração de divisas que este setor proporciona, como também ao enriquecimento de uma parcela minoritária da população.

A questão agrária envolve a propriedade, posse e uso da terra, juntamente com o debate que emerge acerca do papel social que a agricultura deve cumprir, com reivindicação para a produção de alimentos saudáveis atrelados à temas como a da soberania alimentar, faz com que este padrão produtivo seja colocado em xeque, pois somente o crescimento econômico, por mais que seja relevante, não deve pautar os rumos do debate sobre a questão agrária e o padrão produtivo a ser implementado na agricultura, visto que o tema é perpassado por uma outra série de questões não menos relevantes.

Considerações Finais

A origem da propriedade da terra no estado de Goiás não foge à regra do que comumente ocorreu no Brasil. Goiás passou a ser ocupado a partir do século XVIII, com os bandeirantes paulista em busca de ouro e pedras preciosas. A implementação da Lei de Terras em 1850 e a posterior promulgação da Constituição de 1891 que transferiu às elites locais e regionais o controle sobre as terras devolutas, foram episódios que possibilitaram a Abolição da Escravatura em 1888 sem a realização de uma Reforma Agrária. Portanto, estão na origem da estrutura fundiária concentrada, tanto em nível nacional, quanto na esfera do estado de Goiás e da MRG Sudoeste.

A partir dos anos 1970, a forte expansão geográfica do capital no campo na MRG Sudoeste de Goiás e também no estado como um todo levou à processos de expropriação de significativa parcela dos agricultores familiares camponeses alavancou as migrações do campo para as cidades. Isso resultou em três consequências: o primeiro efeito foi intensificar a concentração de terras; o segundo elevou os índices de urbanização do estado de Goiás em patamares bastante elevados, que chegam a ser superiores à média do país; e, o terceiro foi a emergência dos movimentos socioterritoriais de luta pela terra a partir dos anos 1990 e que são os responsáveis direto em provocar a ação do Estado em implantar Projetos de Assentamentos Rurais.

Analisando os dados, verificou-se que a implementação de Assentamentos, como resultado da pressão dos movimentos socioterritoriais, por sua vez, se refletiu, de maneira ínfima é verdade, numa desconcentração da propriedade da terra. De fato, essa exígua redução não alterou em nada a concentração da propriedade da terra. Não obstante, também não se pode deixar de indicar os efeitos positivos gerados com a criação destes Projetos de Assentamentos no estado e na MRG Sudoeste de Goiás, que o acesso à terra propiciou aos contemplados, como o acesso ao trabalho, renda e moradia, dentre outros avanços.

A partir do início da década de 2010 é nítido no estado de Goiás e na MRG Sudoeste de Goiás a redução das ocupações de terras e a implantação de Projetos de Assentamentos Rurais. Isso, porém, não quer dizer que as ocupações de terras e os movimentos socioterritoriais não estejam presentes, porém, é notório a diminuição do ritmo de ocupações e de atuação. Porém, frente ao Golpe Parlamentar Midiático Judiciário e o retorno das políticas neoliberais a partir de 2016, além da diminuição das ocupações, há a tendência cada vez maior do Estado parar quase que totalmente com a política de Assentamentos Rurais, que já vinha devagar e agora praticamente estagnou.

O baixo número de pessoas residindo no campo indica a forte concentração fundiária e a alta mecanização e uso de insumos químicos pelo padrão produtivo da agricultura capitalista, hegemônico na MRG e, que assim dispensa a necessidade de empregar grande quantidade de mão de obra nos processos produtivos agrícolas. Apesar de estabelecer alta dinamicidade econômica, este padrão tem se caracterizado por gerar concentração de terra e de renda, desigualdade e marginalização social, em especial dos agricultores familiares e de trabalhadores rurais.

Referências

BRASIL. **Lei Nº 601 de 18 de setembro 1850.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm Último acesso: 20/05/2019.

CALAÇA, Manoel. A expansão do agronegócio em Goiás e a subordinação do campesinato. **Anais do VII Encontro Brasileiro de Geógrafos**, Vitória-ES, 2014.

CALAÇA, Manoel; DIAS, Wagner Alceu. A modernização do campo no Cerrado e as transformações socioespaciais em Goiás. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 312-332, ago. 2010.

CARMO, Janio Gomes do; CLEMENTE, Evandro César. A contribuição do PRONAF para o desenvolvimento rural: uma análise dos seus efeitos e desdobramentos para os assentados rurais nos municípios de Teodoro Sampaio e Caiuá – SP. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 14, n. 1, págs. 31-50, jan-jun 2018.

CLEMENTE, Evandro César. **O programa de microbacias hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da Região de Jales/SP**. Tese [Doutorado em Geografia]. Presidente Prudente: UNESP, 2011.

CLEPS JÚNIOR, João. Descaminhos da Reforma Agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise político-institucional no Brasil. **Revista Okara: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 649-663, 2018.

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra. Presidente Prudente: FCT/ UNESP, NERA, São Paulo, 2016.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil - 1965- 1985**. São Paulo: Icone, 1985.

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA – ANO 8, N. 6 – JANEIRO/JUNHO DE 2005**.

FERREIRA, IDELVONE MENDES; MENDES, Estevane de Paula Pontes. A organização do espaço agrário em Goiás: povoamento e colonização (do século XVIII ao XX). In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2009, pp. 1-27

GUIMARÃES, Juliana Carneiro. O movimento de luta pela terra no Sudoeste de Goiás. **ANAIS DO XXIII ENGA**, Aracajú, UFS, 2016.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Nº 02, p. 323-346, Abr/Jun 2014.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. De João Alexandre Pechanski. São Paulo, SP: Editora Boitempo, 2011.

HESPANHOL, A. N. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro Oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente: AGB, v.22, 2000, p.7-26.

IBGE. Censo Agropecuário - 1995/96; 2006 e 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. <www.sidra.ibge.gov.br> acesso em 20 de maio de 2018.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em: 05 de agosto de 2018.

IBGE. Contagem Populacional. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em: 05 de agosto de 2018.

IBGE. Pesquisa Agrícola Municipal. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em: 05 de agosto de 2018.

KAGEYAMA, Ângela A. **Alguns efeitos sociais da modernização agrícola em São Paulo**. In: GARCIA, Ronaldo Coutinho; MARTINE, George. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo, Editora Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MATOS, Patricia Francisca de; PESSOA, vera Lucia Salazar. A apropriação do Cerrado pelo Agronegócio e os novos usos do território. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, p. 6-26, abr., 2014.

NARDOQUE, Sedeval. A expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In: CAMACHO, Rodrigo Simão; COELHO, Fabiano. (Org.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária. vol. I)**. 1ed. Curitiba - PR: CRV, 2017, v. 1, p. 243-272.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A questão agrária no Brasil**. (Mimeo, SDP).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2ª Edição: São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. 1ª Edição/São Paulo: Labor Edições, 2007.

Sobre os autores

Evandro César Clemente – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP). Atualmente é professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), campus Jataí. **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0003-1499-8388>

João Cleps Junior – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE/UNESP). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE/UNESP). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE/UNESP). Atualmente é professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0002-4734-4359>

Como citar este artigo

CLEMEMENTE, Evandro César; CLEPS JUNIOR, João. Considerações acerca da expansão geográfica do capital e a luta pela terra na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 288-314, mai.-ago., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão

crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Evandro César Clemente** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pelos procedimentos técnicos. O segundo autor **João Cleps Junior**, pela aquisição de dados e sua interpretação e análise.

Recebido para publicação em 25 de junho de 2019.
Devolvido para a revisão em 18 de novembro de 2019.
Aceito para a publicação em 16 de dezembro de 2019.

Pré-assentamento Dom Tomás Balduino na reafirmação e recriação da identidade territorial camponesa¹

Amanda Souza Lima

Grupo de Estudo e Pesquisa do Espaço Rural (GEPER), Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Formosa, Goiás, Brasil.

e-mail: uegamandasouza@gmail.com

Francilane Eulália de Souza

Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Formosa, Goiás, Brasil.

e-mail: francilanee@hotmail.com

Resumo

Na história do Brasil, há determinados sujeitos negligenciados, alvo de preconceitos, que sofreram com mazelas que lhes foram impostas, dentre os quais o camponês, que, no entrave de diversas lutas, tem buscado o direito de ser e de pertencer a seu território. Este trabalho tem como objetivo apresentar a luta pela terra enquanto uma maneira de reafirmação e recriação da identidade territorial camponesa, que, nesse caso, é consolidada por meio da ocupação de terras. De modo específico, o estudo está voltado para as narrativas de luta do pré-assentamento Dom Tomás Balduino, o qual está localizado no município de Formosa-GO. Por um lado, a pesquisa se embasa em contribuições de autores que contribuíram de forma significativa para a discussão do tema. Por outro, utiliza-se a história oral, que tem por base a vivência dos próprios camponeses. A observação em campo, aliada ao diálogo e entrevista com os pré-assentados, foi essencial para a construção deste trabalho, na medida em que possibilitou a compreensão de que a luta pela terra se caracteriza como uma das formas de materialização/consolidação da identidade territorial do camponês, luta esta que, além da conquista da terra, diz respeito também à dignidade dos sujeitos.

Palavras-chave: Luta pela terra; ocupação; campesinato; Formosa-GO.

Dom Tomás Balduino Pre-settlement in the reaffirmation and recreation of the peasant territorial identity

Abstract

In the history of Brazil, there are certain neglected subjects, target of prejudices, who suffered with the imposed ills on them, among which the peasant, who, in the course of various struggles, has sought the right to be and to belong to his territory. This work aims to present the struggle for land as a way of reaffirming and re-creating the peasant territorial identity, which, in this case, is consolidated through the occupation of land. Specifically, the study is focused on the struggle narratives of Dom Tomás Balduino pre-settlement, which is located in the municipality of Formosa-GO. On the one hand, the research relies on contributions from authors who contributed significantly to the discussion of the topic. On the other, oral history is used, based on the experience of the peasants themselves. The observation in the field, together with the dialogue and interview with the pre-settlers, were essential for the construction of this work, inasmuch as it made possible the understanding that the struggle for land is characterized as one of the forms of materialization /

¹ Durante as visitas em campo, os entrevistados informaram que o território é um pré-assentamento, no entanto, não conseguimos a confirmação da informação junto ao INCRA.

consolidation of territorial identity of the peasant, a struggle which, in addition to the conquest of the land, also concerns the dignity of the subjects.

Keywords: Land struggle; occupation; peasant; Formosa-GO.

Pre-asentamiento Don Tomás Balduino en la reafirmación y recreación de la identidad territorial campesina

Resumen

En la historia de Brasil, hay ciertos sujetos descuidados, objeto de prejuicios, que sufrieron con males que les fueron impuestas, entre los cuales el campesino, que, en el curso de diversas luchas, ha buscado el derecho de ser y de pertenecer a su territorio. Este trabajo tiene como objetivo presentar la lucha por la tierra como una manera de reafirmación y recreación de la identidad territorial campesina, que, en ese caso, es consolidada por medio de la ocupación de tierras. De modo específico, el estudio está orientado a las narrativas de lucha del pre-asentamiento don Tomás Balduino, el cual está ubicado en el municipio de Formosa-GO. Por un lado, la investigación se basa en contribuciones de autores que contribuyeron de forma significativa a la discusión del tema. Por otro, se utiliza la historia oral, que tiene como base la vivencia de los propios campesinos. La observación en campo, aliada al diálogo y entrevista con los pre-asentados, fueron esenciales para la construcción de este trabajo, en la medida en que posibilitó la comprensión de que la lucha por la tierra se caracteriza como una de las formas de materialización / consolidación de la identidad territorial del campesino, lucha ésta que, además de la conquista de la tierra, se refiere también a la dignidad de los sujetos.

Palabras clave: Lucha por la tierra; ocupación; campesinado; Formosa-GO.

Introdução

No decorrer da história brasileira, de acordo com Bernardo Mançano Fernandes (2004), o camponês foi oprimido, banalizado e marginalizado pela sociedade. A sua própria existência foi, por vezes, questionada; não obstante, os camponeses demonstraram capacidade de organização, de reorganização, de adaptação e de resistência. Entre as diversas manifestações do camponês na sociedade, aqui destaca-se a materialização do território campesino por meio de assentamentos que são conquistados a partir dos movimentos de luta pela terra, os quais, por sua vez, contribuem de forma significativa para a realização de reformas políticas referentes à questão agrária brasileira.

Localizado no estado de Goiás, o município de Formosa tem se apresentado como um espaço de múltiplas possibilidades para o campo das pesquisas científicas, dentre as quais destaca-se aquelas relacionadas à luta pela terra enquanto elemento da identidade territorial camponesa. Nesse sentido, o trabalho aqui apresentado teve como objeto de pesquisa o pré-assentamento Dom Tomás Balduino e as narrativas de lutas dos camponeses que nele estão pré-assentados, buscando demonstrar que a luta pela terra consolidada na ocupação desse território se caracteriza enquanto uma maneira de reafirmação e recriação da identidade territorial camponesa.

A história do pré-assentamento teve início no ano de 2014, com a ocupação da Fazenda Santa Mônica no município de Corumbá de Goiás, cujo proprietário é o ex-senador Eunício Oliveira do Movimento Democrático Brasileiro (MDB-CE). A transferência de famílias que ocupavam essa fazenda para o pré-assentamento no município de Formosa se deu no ano de 2015, a partir do diálogo e negociações com o governo federal. Nesse contexto, pretende-se analisar a luta pela terra enquanto um importante instrumento de territorialização da identidade camponesa, partindo da pesquisa exploratória em campo com base na vivência dos pré-assentados e de discussões acadêmicas já realizadas sobre o tema.

O caminho percorrido no desenvolvimento da pesquisa

Para a concretização deste estudo, muitos foram os caminhos percorridos a fim de que se alcançasse um resultado satisfatório. Desse modo, primeiramente realizou-se um levantamento bibliográfico, que proporcionou ao trabalho o suporte de autores que contribuem de forma significativa para a discussão do tema em questão, tais como Jean Claude Raffestin, Stuart Hall, Bernardo Mançano Fernandes, entre outros. De modo complementar, uma vez que o objeto do estudo é um pré-assentamento com diversos atores envolvidos, realizou-se pesquisa exploratória a partir de visitas no local. Foram feitas três observações, nos dias 01, 16 e 22 de dezembro de 2018. A primeira delas, além de proporcionar amplo material de discussão para o trabalho, caracterizou-se enquanto uma visita de sondagem, a partir da qual estreitaram-se os laços com os camponeses, por meio dos primeiros diálogos sobre a luta enfrentada pelos mesmos.

Por se tratar de uma pesquisa realizada no meio rural do município de Formosa, algumas dificuldades foram encontradas: o trajeto de aproximadamente dezoito quilômetros possui estrada não pavimentada, sendo necessário passar por cinco pequenas pontes, das quais três são de madeira. O período de chuvas também se apresentou como um obstáculo. A segunda visita, que havia sido agendada para uma semana após a primeira, foi impossibilitada devido às fortes chuvas que deixaram a estrada intransitável, trazendo para a pesquisa a percepção das dificuldades enfrentadas pelos camponeses no seu dia-a-dia. Desse modo, as observações dos dias 16 e 22 de dezembro, que concluíram a pesquisa, só foram possíveis após um breve período sem a ocorrência de chuvas.

Como já mencionado, o objeto de estudo deste trabalho é o território de diversos sujeitos camponeses, o que torna necessário utilizar a história oral enquanto fonte de pesquisa, a partir de entrevistas semiestruturadas, com caráter qualitativo.

Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles

indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos (MATOS e SENNA, 2011, p. 97).

Amado (1995), por sua vez, considera que essa fonte de pesquisa é capaz de recuperar acontecimentos impossíveis de serem obtidos de outra maneira, concepção também defendida por Queiroz (1998, p. 18) ao apontar que “a narrativa oral, uma vez transcrita, se transforma num documento semelhante a qualquer outro texto escrito”. Ainda, de acordo com Matos (2011, p. 101), a história oral “utiliza como fonte a memória de um testemunho para a compreensão de uma sociedade, a qual dá à história um campo de pesquisa considerável”. Nesse sentido, a memória se constitui como a base da oralidade.

Destaca-se ainda que, em razão do contexto político em que o país se encontra, optou-se, nesta pesquisa, pelo uso de nomes fictícios para todos os entrevistados, a fim de que a identidade dos mesmos seja preservada. Isto posto, é a partir das narrativas dos pré-assentados que esta pesquisa se desenvolve, demonstrando a relevância da luta pela terra enquanto elemento constituinte da materialização da identidade territorial camponesa no município de Formosa-GO.

A identidade territorial camponesa em questão

Para compreender a identidade territorial camponesa, é relevante que, a princípio, os conceitos de identidade, de território e de camponês sejam discutidos de forma individual, de modo que, ao final, os mesmos se entrelacem uns aos outros, delimitando a concepção daquilo que se entende por identidade territorial camponesa.

De acordo com a percepção de Souza (2012), o território é compreendido sobretudo a partir das relações de poder que o mesmo abarca. Tal percepção é compartilhada por Raffestin (1993), segundo quem o território é consequência da relação entre as ações que o ator desempenha no espaço, logo, “ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação) o ator ‘territorializa’ o espaço”. (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Saquet (2009) corrobora essa percepção ao afirmar que a atuação do homem é o que caracteriza o território, de maneira que é a partir de ações humanas que o território obtém significado.

Nas palavras de Haesbaert (2007),

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica [...] Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2007, p. 19).

Aqui, compreende-se o território a partir das dimensões tanto material quanto imaterial, bem como as relações de poder abarcadas pelo mesmo. A partir da formação do território, provoca-se o sentimento de territorialidade, que diz respeito “ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território” (ANDRADE, 1998, p. 214). Logo, a territorialidade é uma forma de interação/relação entre ser e espaço.

O território contempla a dimensão social, a política e a econômica, e é capaz de se constituir em qualquer espaço, sendo necessário, para isso, que sejam acrescentadas ações humanas ao meio. Determinadas relações estabelecidas em um território conferem-lhe a territorialidade, e, uma vez que esta gera significação, ela contribui para a formação da identificação dos habitantes com o território ocupado.

É notório que cada pessoa possui características próprias que a identificam, no entanto, aqui prevalece a ideia de movimento dessa identidade, de modo que ela não se adequa a uma condição estática, sendo construída, modelada e modificada ao longo dos tempos e espaços. De acordo com Saquet (2013, p. 147), a identidade é vista como “continuidades histórico-culturais, simbólicas, inerentes à vida de um certo grupo social em um determinado lugar”. Para o teórico, a coletividade é determinante para a construção da identidade, a qual, por sua vez, é fator constituinte do território.

Hall (2014), ao debater a identidade cultural na pós-modernidade, identifica aquilo que denominou como “crise da identidade”, apontando a sua fragmentação. Para o autor, o sujeito pós-moderno não possui uma identidade fixa, sua identidade seria, portanto, composta por diversas frações. Nesse sentido, Haesbaert (1999) afirma:

Hoje, num mundo dito globalizado, juntamente com esta identidade contínua/contígua, aparecem identidades descontínuas, fragmentadas e/ou sobrepostas, onde vigora o confronto ou o diálogo, a relativa fluidez e a intersecção, elaborando-se assim novas formas de identificação social (HAESBAERT, 1999, p. 183).

Desse modo, as identidades estão, a todo momento, sendo modificadas, recebendo ou perdendo seus fragmentos ao longo do tempo e do espaço. Lima (2015) compara a identidade a um mosaico, uma vez que,

[...] como um mosaico, a identidade é constituída de diversos fragmentos, logo, é possível compreender a identidade como o resultado do agrupamento de diferentes características que são previamente encaixadas para constituírem a essência da identidade de determinado indivíduo (LIMA, 2015, p. 24).

Aqui, chega-se enfim ao camponês, que se caracteriza enquanto um sujeito histórico, não sendo o mesmo de séculos atrás, uma vez que a identidade é moldada ao longo da história de cada indivíduo. Ainda assim, o camponês persiste e resiste por meio de lutas a fim de (re)conquistar seu território. De fato, ao regressar à história da própria

humanidade, é possível perceber que o camponês resistiu aos diferentes sistemas de organização da sociedade. Conforme Fernandes,

O processo de formação do campesinato remonta à gênese da história da humanidade. Essa leitura histórica é importante para a compreensão da lógica da persistência do campesinato nos diferentes tipos de sociedades. A existência do campesinato nas sociedades escravocratas, feudal, capitalista e socialista é um referencial para entendermos o sentido dessa perseverança (FERNANDES, 2004, p. 1).

O sujeito campesino tem características próprias que estão vinculadas aos seus hábitos, costumes e valores, ou seja, à sua identidade. Relacionam-se a ele o campo – que, por vezes, diz respeito a sua própria sobrevivência – e a territorialização de sua identidade, mesmo que imaterial, nos diferentes espaços que ocupa. Para Souza (2009),

O campesinato não vende força de trabalho, mas também não vive da exploração do trabalho de outro [...]. Diferentemente do assalariado, o camponês é um sujeito criando sua própria existência [...]. Não são as características especiais da agricultura que explicam a existência do campesinato, mas a existência do campesinato que explicará a forma de estrutura social no campo (SOUZA, 2009 p. 146).

É válido ressaltar que, por vezes, o camponês foi tratado como um sujeito inexistente, pois acreditava-se na impossibilidade de sua sobrevivência com o avanço da modernidade e a inserção cada vez maior do capitalismo no campo. Como aponta Duarte (2001, p.115), “o campesinato foi, por muitos, tratado como uma categoria em extinção, como sobrevivência de um passado, como um estranho ao debate político, como um incapaz de fazer história ou um obstáculo do processo histórico”. Wanderley (1996, p. 6), no entanto, apresenta uma concepção pós-moderna ao afirmar que o campesinato “continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno”.

Os pensamentos aqui desenvolvidos a respeito do camponês vão ao encontro da concepção de Fernandes (2004), este pontua que:

O camponês é compreendido por sua base familiar. Pelo trabalho da família na sua própria terra ou na terra alheia, por meio do trabalho associativo, na organização cooperativa, no mutirão, no trabalho coletivo, comunitário ou individual. A base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de campesinato. Em toda sua existência, essa base foi mantida e é característica fundamental para compreendê-la (FERNANDES, 2004, p. 3).

Duarte (2001, p. 122) enfatiza que, no que concerne ao camponês, é possível considerar “os pequenos proprietários que trabalham a terra com a força do trabalho familiar, o colono, o parceiro, o morador ou agregado, o pequeno arrendatário, o posseiro ou ocupante, o acampado e o assentado”. Souza (2012, p. 31) compreende ainda que “é no processo de constituição do modo de vida desse sujeito sobre o espaço que se dá a formação e a consolidação da identidade territorial camponesa”.

Assim, os sujeitos exercem relações de poder tanto materiais quanto imateriais no espaço que ocupam, criando significados e se identificando a partir deles. A identidade territorial do camponês diz respeito aos significados e experiências vividos pelo sujeito no território ocupado, de maneira que este se torna fator constituinte de sua identidade, à medida que o camponês nele se estabelece. Ainda, de acordo com Souza (2012),

[...] na identidade territorial camponesa, o território não é reconhecido ou marcado apenas pela dimensão econômica, pela capacidade de gerar capital, mas, acima de tudo, por ser espaço de vida assinalado por hábitos, costumes e valores diferenciados daqueles dos valores atribuídos ao território dos produtores capitalistas (SOUZA, 2012, p. 196).

Haesbaert (1999, p. 185) compreende que “as identidades territoriais nos moldes mais tradicionais não estão desaparecendo, mas se reformulando”. Desse modo, entende-se, aqui, que a identidade do camponês também está em movimento, uma vez que o mesmo cria, é recriado, se adapta, é adaptado e, acima de tudo, resiste. A vivência do camponês abrange aspectos políticos, econômicos e culturais, no entanto percebe-se a fragilidade de políticas públicas voltadas para esse sujeito e para a manutenção de seu território, que vai muito além do fato de estar no campo e diz respeito também à luta contra as mazelas enfrentadas no meio rural, assim, busca-se o direito de ter a terra, de poder nela permanecer e dela sobreviver.

Segundo Duarte (2001) apesar da repressão contra os movimentos sociais camponeses, suas manifestações identitárias permaneceram por meio de cantigas de viola, da folia de reis, das rezas, dos mutirões. Percebemos que, no estado de Goiás, a luta pela terra consiste em uma forma dessas manifestações. A identidade territorial camponesa, assim, se manifesta em diferentes espaços e de diferentes formas, a partir da organização, dos hábitos, dos costumes, dos valores e das lutas campesinas.

De maneira atrelada a tais percepções, entende-se aqui que uma das mais relevantes formas de organização e materialização do território camponês é a existência de assentamentos, que são resultados da luta pela terra. Desse modo, torna-se relevante destacar a luta pela terra enquanto uma das formas de recriação/resistência da identidade territorial camponesa.

A luta pela terra enquanto elemento da identidade territorial camponesa

A luta pela terra é uma das mais articuladas formas de organização do camponês. Segundo Silva (2014), essa luta se configura como condição e uma forma de (re)criação da identidade territorial camponesa, caracterizando-se, desse modo, enquanto identidade de resistência. Duarte (2001, p. 116) acrescenta que “a luta pela terra, diante do avanço do capitalismo, passa a ser fundamental para a sobrevivência do campesinato”. A história de

resistência camponesa no Brasil remete à chegada dos portugueses, que ocasionou uma intensa concentração fundiária. Como sujeitos dessa luta, incluem-se também os indígenas e os africanos.

A luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação. A resistência do campesinato brasileiro é uma lição admirável. Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas. Desde as lutas messiânicas ao cangaço. Desde as Ligas Camponesas ao MST, a luta nunca cessou, em nenhum momento (FERNANDES, 1999, p.1).

Por se tratar de historicidade, não se deve deixar de citar, aqui, algumas lutas, tais como a dos povos negros africanos que foram escravizados no Brasil; a Guerra de Canudos (1896-1897), que, para Fernandes (1999), foi um dos maiores exemplos de organização da resistência camponesa no país; a Guerra do Contestado (1912-1916); a revolta de Trombas e Formoso, já na década de 1950, cujo impulsionador foi a grilagem de terras, e as Ligas Camponesas (1950-1960). Nessas lutas/guerras, observa-se a incessante disputa por poder, que encerrou e abriu os séculos; uma busca pelo poder, tanto material quanto imaterial, que foi disseminada por todo território brasileiro, de norte a sul, uma disputa entre desiguais, uma vez que o poder foi imposto por meio da violência.

Segundo Guimarães (2004), o período compreendido entre as décadas de 1950-1960, anterior à ditadura militar no Brasil, marca um momento em que lutas sociais no campo são tomadas com maior organização. Naquele momento, especificamente no estado de Goiás, lutava-se contra a “expropriação territorial efetuada por grileiros, fazendeiros e empresários” (GUIMARÃES, 2004, p. 229).

Conforme Fernandes (1999), o estado de Goiás recebeu o excedente populacional de outras regiões com a política de ocupação dos vazios demográficos no centro-oeste do país durante o governo de Getúlio Vargas, que foi denominada de “Marcha para Oeste”. Este fato, atrelado a outros tais como a construção da Transbrasiliana, gerou a valorização de terras no estado, que foram ocupadas por posseiros e, posteriormente, por grileiros que impulsionaram a existência de diversos conflitos, dentre os quais a já citada revolta de Trombas e Formoso. As lutas se espalharam pelo estado, porém, foram sufocadas a partir do governo militar.

Duarte (1999) corrobora as observações de Fernandes (1999) ao afirmar que, a partir do momento em que o Brasil passou a viver um governo militar, houve uma espécie de submersão dos movimentos que eram articulados pela classe camponesa e intensificou-se o uso da violência contra os mesmos durante os conflitos pela terra. Entre os anos 70 e 80, o norte do estado de Goiás (hoje Tocantins) foi palco de conflitos envolvendo a posse de terras, cujo fator intensificador, de acordo com o autor, foi a política de atração do capital

para aquela região, que gerou a expulsão de posseiros, os quais passaram a dispor da ajuda da Igreja Católica e, assim, organizaram-se e resistiram contra a expulsão, sendo a Diocese de Goiás uma das entidades mais ativas em seu apoio.

É a partir da década de 1980 que tem início o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que, desde a sua origem, tem desenvolvido uma política de ocupação de terras, realizando um processo de territorialização, bem como a reterritorialização dos camponeses expulsos e expropriados. De acordo com Fernandes (1999), no ano de 1994, o movimento já se encontrava territorializado em todas as regiões do país, constituindo-se enquanto uma das principais forças políticas do Brasil. O autor ainda pontua que:

Os espaços de luta e resistência são materializados na ocupação da terra. A ocupação é condição da territorialização. A terra conquistada é uma fração do território, onde os sem-terra se organizam para promoverem um novo grupo de famílias que irá realizar uma nova ocupação, conquistando outra fração do território. Assim, a luta se renova e se amplia, territorializando-se (FERNANDES, 1999, p. 7).

De acordo com Haesbaert (1999, p. 184), “determinados grupos culturais migrantes podem não apenas entrecruzar sua identidade no confronto com outras culturas, mas também levar sua territorialidade consigo, tentando reproduzi-la nas áreas para onde se dirigem”. Entende-se, desse modo, que o camponês territorializa o espaço ocupado atribuindo a ele sua identidade, a partir das atividades que desenvolve naquele local, que passa a ser um território de significações, de existência e de resistência.

A luta pela terra no pré-assentamento Dom Tomás Balduino e a reafirmação da identidade territorial camponesa

É no contexto da identidade territorial do camponês e das suas lutas para (re)conquistar seu território, que a este trabalho interessa, de modo particular, o município de Formosa, que está localizado na região Centro-Oeste do Brasil, no estado de Goiás, e cuja urbanização é um fenômeno recente – de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em Formosa, a população era predominantemente rural até meados da década de 1970. É nesse município que se localiza o objeto desta pesquisa, o pré-assentamento Dom Tomás Balduino.

Com atualização datada de 31 de dezembro de 2017, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o estado de Goiás corresponde à Superintendência 04 (SR04), e nele existem um total de 309 assentamentos que contam com 13.045 famílias assentadas, as quais se encontram territorializadas em uma área de

720.439,09ha. Salienta-se que o primeiro assentamento de Goiás foi o PA Mosquito, criado no ano de 1986, e que possui papel significativo na luta pela terra do estado.

No que diz respeito ao município de Formosa-GO, por fazer parte dos municípios do Entorno do Distrito Federal, Formosa foi inserida na Superintendência 28 (SR28). A última atualização realizada pelo INCRA é do dia 31 de dezembro de 2017, na mesma é possível observar que o município conta atualmente com 17 assentamentos (tabela 01), sendo que o primeiro deles, PA Santa Cruz, foi criado em 1984.

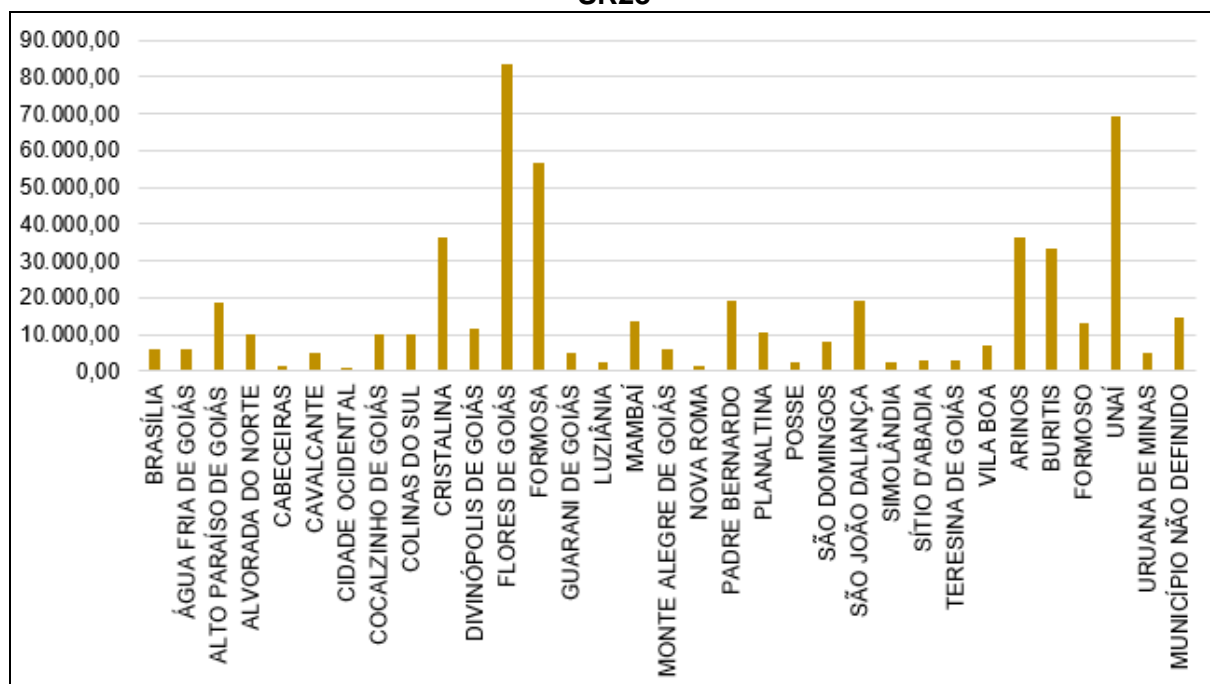
Tabela 01: Assentamentos do município de Formosa-GO

ASSENTAMENTO	CAPACIDADE	FAMÍLIAS	ÁREA (ha)	CRIAÇÃO
PA NOVA PIRATININGA	93	78	2.133,86	18/04/1995
PA SANTA CRUZ	90	90	2.685,73	03/12/1984
PA VALE DA ESPERANÇA	178	156	5.614,31	18/11/1996
PA VIRGILÂNDIA	251	239	10.453,34	30/12/1996
PA PALMEIRAS	34	29	952,45	04/02/1999
PA PALMEIRA LOTE SEIS	41	39	1.212,24	01/10/1999
PE POÇÕES	60	42	1.959	15/12/1999
PE PARANÁ I	75	60	2.282	15/12/1999
PA BREJÃO	89	48	2.225,32	26/09/2008
PA MORRINHOS	171	53	3.634,93	16/02/2009
PA BARRA I	103	81	3.357,32	03/07/2009
PA BARRA VERDE	76	63	2.472,65	03/07/2009
PA FARTURA	275	204	5.959,06	11/08/2009
PA FLORINDA	103	70	2.861,38	11/08/2009
PA JUNCO	65	40	1.556,84	16/12/2009
PA SAO FRANCISCO DE ASSIS	180	112	4.568,35	20/12/2010
PA ÁGUA FRIA	125	101	2.609,51	07/03/2012

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2017)

A quantidade de assentamentos no município proporciona reflexões quanto a sua representatividade camponesa, uma vez que, dos municípios do Entorno do Distrito Federal, Formosa é um dos que possui maior expressividade quanto à área ocupada (gráfico 01).

Gráfico 01: área ocupada por assentamentos na SR28



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2017)
Organização: autora

Assim como a situação vivenciada pelo Brasil desde o período de sua colonização, Formosa também apresenta uma intensa concentração fundiária. É na perspectiva de desconcentração de terras e sua distribuição de forma justa e igualitária que os movimentos sociais de luta pela terra têm se territorializado no município desde a década de 1980.

Os movimentos sociais de luta pela terra são territorializados, assim, a partir de ocupações, que aqui entendemos como um movimento de existência e resistência da identidade territorial camponesa. Como já exposto, o campesinato tem notória capacidade de organização e adaptação, constituindo-se de diferentes maneiras ao longo de toda extensão territorial brasileira. Formosa-GO se configura como um município favorável para pesquisas relacionadas à identidade territorial camponesa, uma vez que, além de manifestações como a Folia do Divino Espírito Santo na Roça (SOUSA, 2013) e a Feira da Moagem (LIMA, 2015), o município conta ainda com significativa territorialização dos movimentos sociais de luta pela terra na forma dos assentamentos, além disso, enquadra-se como um local de tensão, por possuir extensas áreas destinadas ao agronegócio.

Além dos 17 assentamentos já consolidados no município, Formosa conta ainda com a recente ocupação do pré-assentamento Dom Tomás Balduino. Ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a história deste pré-assentamento tem início no município de Corumbá-GO, no dia 31 de agosto de 2014, com a ocupação da fazenda Santa

Mônica, que está localizada entre os municípios de Abadiânia, Alexânia e Corumbá, todos no estado de Goiás, cujo proprietário é o ex-senador Eunício Oliveira (MDB-CE). Em nota,

O MST denuncia a escandalosa relação do senador Eunício com expulsão de dezenas de famílias camponesas da região, com o único intuito de promover a especulação fundiária, em uma região onde o preço da terra tem se valorizado muito nos últimos anos. Atualmente, além de vastas extensões de terra improdutivo, algumas propriedades são arrendadas para a produção de soja e milho, demonstrando o interesse exclusivamente financeiro que o senador tem com a área [...]. Sendo a maior ocupação realizada no estado de Goiás nos últimos 10 anos, é composta por jovens, homens e mulheres que demonstram a atualidade da reforma agrária para um novo projeto de desenvolvimento para o país, baseado nas necessidades reais do povo trabalhador brasileiro. Com essa ocupação, o MST reafirma seu compromisso com a sociedade brasileira de lutar pelo fim do latifúndio, contra o agronegócio e pela produção de alimentos saudáveis para o povo da cidade e do campo (MST, 2014).

De acordo com o MST (2014), a propriedade é autodeclarada improdutivo e trata-se de um grande complexo de imóveis que, no total, abrange uma área de mais de 20.000 hectares. No primeiro ato de ocupação ocorrido no dia 31 de agosto de 2014, estima-se que havia no local mais de 3 mil famílias. Durante a ocupação, os camponeses ali se territorializaram, estabelecendo vínculos com a terra que, entre outros, objetivavam promover o sustento daquelas famílias,

Em pouco mais de 200 hectares os Sem Terra resgataram diversas variedades de sementes crioulas, sistemas de controle biológico, consórcios de culturas, princípios de alelopatia e mais uma gama de inovações desenvolvidas, bem como mais de 22 culturas diferentes passaram a ser cultivadas (MST, 2014).

Após cerca de 06 meses de ocupação, o então juiz da Comarca de Corumbá expediu o despejo das famílias residentes no acampamento, que saíram de lá no dia 04 de março de 2015, mediante a firmação de determinados acordos, entre eles, a investigação da legalidade das terras do ex-senador Eunício Oliveira, a garantia de colheita dos alimentos cultivados, bem como o assentamento de aproximadamente 1.100 pessoas em até 60 dias após a desocupação da área (MST, 2014). No entanto, não houve o cumprimento dos acordos, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra realizou a reocupação da propriedade no dia 21 de junho de 2015:

Em junho de 2015, a situação é a seguinte: das três mil famílias retiradas da fazenda do senador Eunício de Oliveira, 500 famílias encontram-se pré-assentadas no município de Formosa, no estado de Goiás, e outras 300 encontram-se acampadas, em uma área de mil metros quadrados, em um outro assentamento de famílias do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, localizado a um quilômetro da cidade de Corumbá de Goiás, esperando, há mais de dois anos, em barracos de lona, a liberação de mais áreas acordadas junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e ao Governo Federal (TALGA, 2017, p. 126).

Em Formosa, de acordo com a pré-assentada senhora Regina, a propriedade ocupada tem aproximadamente 9.000 hectares e foi dividida internamente em 3 áreas, com capacidade total de assentamento para 405 famílias. Regina enfatiza que a área não foi alvo de nenhum tipo de conflito, uma vez que é fruto de um acordo de comodato com o proprietário do imóvel, cujo prazo inicial era de 3 meses, mas já se estende por 3 anos.

A propriedade ocupada possui alguns problemas, entre eles dívidas tanto com banco público quanto privado; no entanto, o acordo firmado é de venda da área, à qual, mediante atos e lutas realizados pelos camponeses, o Governo Federal garantiu o equivalente a cerca de 100 milhões em título. Os pré-assentados enfrentam grandes impasses para a obtenção da terra, entre eles o falecimento do proprietário que culminou no desentendimento entre herdeiros.

É relevante ressaltar o contexto político do Brasil em que ocorreu a ocupação da propriedade. Em 2016, a então presidenta eleita Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), sofreu o processo de impeachment, no qual o vice Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assumiu o governo do país. Já nas eleições presidenciais do ano de 2018, a disputa presidencial foi vencida por Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), que realizou declarações contrárias aos movimentos de Luta Pela Terra no Brasil durante sua vida política.

Já no estado de Goiás, foi eleito para o cargo de Governador o senhor Ronaldo Ramos Caiado do Democratas (DEM-GO), que, além de ter sido alvo de denúncias quanto à prática de trabalho análogo à escravidão, pertence a uma família que já teve diversos conflitos com movimentos de luta pela terra, fator que acaba gerando tensão para as famílias camponesas, preocupadas quanto ao seu futuro.

Aqui a gente mata um leão por dia, porque agora vai ser os piores 4 anos. Para a gente conseguir com que fossem firmados esses títulos nós fizemos muitas lutas em Brasília. Mesmo que a gente consiga o pagamento da terra, mesmo que a gente consiga tudo, nós vamos ter uma briga muito grande porque esse governo que está aí ele não vai dar sossego. (Regina, em informação verbal durante entrevista com a autora no dia 16 de dezembro de 2018).

Durante as entrevistas realizadas, aliadas à observação em campo, percebeu-se que são diversas as mazelas enfrentadas pelos camponeses: falta energia, educação e, principalmente, água potável, de modo que a água utilizada no consumo das famílias é buscada no meio urbano do município. No entanto, persiste a esperança de dias melhores e uma incessante força/necessidade de lutar pela terra enquanto instrumento de reafirmação da própria identidade daqueles camponeses. Em sua história com o movimento, a senhora Cecília relembra,

Eu era cuidadora em Goiânia, um pessoal conhecido meu em Alexânia entrou para o movimento, aí eu fiquei sem serviço, o mercado foi ficando escasso porque eu já era de idade e as pessoas tinham preconceito, fiquei desempregada pagando aluguel. Conversei com a menina que estava no movimento, virei para meu filho e falei que ia para os sem-terra. Ele disse: você está doida, e eu falei: **estou recobrando minha consciência**. Vendi tudo, e nisso eu estou há 4 anos debaixo da lona. (Cecília, 63 anos em informação verbal durante entrevista com a autora no dia 22 de dezembro de 2018) (grifo nosso).

O ato de “recobrar a consciência”, como colocado pela entrevistada, permite uma análise de reconhecimento da sua identidade territorial camponesa. O sentido da vida, para Cecília, está refletido no campo: em suas palavras, *“fiquei anos da minha vida morta na cidade, porque minha vida é o campo, sempre foi. Depois que meus filhos casaram e eu fiquei sozinha, eu voltei para onde eu realmente sou feliz”* (Cecília). Nesse sentido, a luta pela terra está ligada tanto à identidade quanto à existência do camponês. A senhora Francisca, que, na ocasião de ocupação da Fazenda Santa Mônica, fez o trabalho de base de convite às pessoas, afirma ter conseguido levar cerca de 630 famílias para a ocupação, afirmando: *“sou apaixonada nisso aqui, não sei viver em outro lugar”*. A pré-assentada senhora Rita complementa: *“se a gente perder isso aqui, praticamente estamos perdendo nossa vida. É um sonho que temos, é tudo”*.

Os entrevistados ainda destacaram que, no campo, um existe e resiste em prol do outro, o sonho e a luta são mútuos, tanto nos atos de resistência, quanto nos de sobrevivência diária.

É a realização de um sonho quando a gente vê isso aqui tudo plantado, quando um não tem arroz, mas o outro tem e divide. A gente luta, une as forças para um ajudar ao outro. Se uma barraca despenca o outro grita socorro. Quando você não tem arroz para colocar na panela um tenta ajudar o outro, é um sentimento muito forte, não dou conta de viver sem isso aqui mais não (Senhora Francisca, 53 anos, em informação verbal durante entrevista com a autora no dia 16 de dezembro de 2018).

Sersocima (1995) chama a atenção para a vivência de comunidade em seu sentido do bem comum entre os camponeses, em que se busca o bem-estar de toda a vizinhança com a solidariedade demonstrada principalmente a partir de mutirões, característica própria da identidade territorial camponesa. Sobre a luta no movimento que é sempre recíproca, destaca-se a fala da pré-assentada Regina:

Tivemos grandes conquistas para nós e para outros, porque não lutamos só por nós, lutamos em conjunto, conseguimos bons projetos: o centro, o primeiro plantio de semente crioula é nosso, somos os maiores produtores de arroz orgânico. Se os companheiros vão para a luta vamos juntos, se eles conquistam a gente conquista também (Regina em informação verbal durante entrevista com a autora no dia 16 de dezembro de 2018).

As entrevistas possibilitaram perceber, entre os pré-assentados, um movimento de retorno para o campo, uma vez que todos eles possuíam relação com a terra principalmente na infância, relação esta que vai além do caráter econômico, mas está ligada principalmente ao social, ao cultural, ao emocional e à identidade.

Eu sou nativa, fui criada longe da civilização até os 12 anos, minha vó era índia. Depois meu pai mudou, a gente ficou mais próximo de pessoas, mas longe da cidade, a civilização mais próxima que tinha da gente era de 5 léguas, a gente sobrevivia com tudo da natureza. Depois fui para cidade estudar, mas nunca perdi o contato com o campo. (Cecília, 63 anos).
Eu mexia com meu pai na roça, morei na roça até 1980, fiquei 12 anos em Goiânia e depois vim para o movimento. (Sebastião, 66 anos)
(Informações verbais em entrevista com a autora no dia 22 de dezembro de 2018).

Sabendo dessa relação que o camponês possui com a terra, a senhora Cecília afirma:

Tudo que eu produzo aqui, nunca usei um grão de adubo. A terra é boa, mas o verdadeiro camponês tem que saber trabalhar a terra, se não souber ela enfraquece porque ela precisa se alimentar, já é o quarto plantio que eu estou fazendo, não uso adubo e minha plantação é ótima porque eu trabalho a terra (Cecília, 63 anos em informação verbal durante entrevista com a autora no dia 22 de dezembro de 2018).

Dentro dessa perspectiva, Regina destaca que um dos objetivos na propriedade é desenvolvê-la a partir do conceito agroecológico. Durante a observação em campo, percebeu-se que já existe, na propriedade, toda uma territorialização dos hábitos, costumes e valores do camponês: a amizade, a cooperação, o cuidado com a terra, a luta por ela e a produção para subsistência, com possível comercialização daquilo que excede; *“minha renda é o que eu colho aqui, aqui não dá para vender nada, é só para gente mesmo e para alimentar os bichos”* (Sebastião). Nesse contexto, também se evidencia uma das principais características da identidade territorial camponesa, que é a terra de trabalho, terra para a reprodução da vida, terra como produção de hábitos, costumes e valores completamente diferente daqueles que servem ao agronegócio.

Quanto à produção do pré-assentamento, destacam-se o milho, a pimenta, a abóbora, o arroz, o feijão, a mandioca, a criação de porco, entre outros. Cada família desenvolve sua produção na parcela que ocupa temporariamente e dela tira o sustento de sua família e de seus companheiros de luta sempre que necessário.

É interessante ressaltar ainda que, além de todos os preconceitos vivenciados cotidianamente pelos camponeses quanto ao seu lugar de origem e seus costumes, de acordo com alguns pré-assentados, quando os mesmos chegaram no município, houve certa resistência da população quanto aos produtos por eles cultivados. Pouco a pouco, porém, esse preconceito tem sido vencido, principalmente após a realização do I Circuito de

Feiras e Mostras Culturais da Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno, que ocorreu no município nos dias 07, 08 e 09 de abril do ano de 2017. Durante a feira, houve seminários, shows, artesanatos e, ainda, a comercialização de alimentos livres de agrotóxicos.

Percebeu-se, também, que a relação dos pré-assentados com o movimento de luta pela terra é recente: em sua maioria, as pessoas iniciaram-se na luta a partir da ocupação da Fazenda Santa Mônica. Como já citado, grande parte dos pré-assentados possuía relações com a terra durante a infância, desse modo, quase em sua totalidade, o que levou essas pessoas a fazer parte do movimento foi a vontade de retorno ao campo. Outro motivo apontado foi o sentimento de solidariedade com o próximo, fato que reafirma a tese de que a solidariedade é uma característica intrínseca à identidade camponesa.

Quanto à experiência com o movimento, segundo entrevistados, a mesma é de transformação: *“eu aprendi muito com os meninos do movimento, eles me ensinaram muita coisa. O movimento somos nós, a sigla é uma coisa, mas o movimento em si somos nós, somos um só”* (senhora Francisca em informação verbal durante entrevista com a autora no dia 16 de dezembro de 2018).

A inserção no movimento de luta pela terra tem proporcionado oportunidades de emancipação e autonomia para esses camponeses, as quais tomam diversas formas, entre elas, por meio da educação. Na primeira observação em campo, ocorrida no dia 01 de dezembro de 2018, foi possível presenciar uma formatura do 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que foi mediada por meio do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA) em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e com financiamento do INCRA.

Nosso projeto não é só de ocupar a terra, nós temos que ocupar e formar esses companheiros para enfrentar a nossa sociedade, para enfrentar as novas etapas de dificuldade que vem pela frente [...]. Quando começamos o acampamento a primeira coisa que nós fazemos é alfabetizar eles, porque eles têm que assinar o documento deles (se referindo ao título da terra), principalmente as companheiras, porque nós conseguimos essa luta, hoje a terra vem no nome das companheiras e a maioria de analfabetos são elas [...]. E a partir de hoje elas não são consideradas cegas, elas vão enxergar, elas vão saber chegar, conversar e ver: esse é o meu documento assinado por mim, eu não precisei colocar meu dedo lá, eu não precisei dar procuração pra ninguém resolver, eu vou resolver, eu consegui com a ajuda dos nossos companheiros, com ajuda das nossas lutas que não são fáceis, mas nós conseguimos, e nós sabemos que isso é só o primeiro passo, mas nós vamos conseguir chegar até o fim dele [...]. Vamos continuar firmes até o fim da nossa luta, conquistar nossa terra e continuar com os estudos (Regina, durante a formatura ocorrida no dia 01 de dezembro de 2018).

Foram realizados, durante o evento, diversos depoimentos emocionados de formandos do 1º segmento da EJA, que, em sua maioria, eram pessoas idosas. Entre eles, ressalta-se o depoimento do senhor João, que narrou da seguinte maneira a história de sua esposa com o processo de alfabetização:

Vim aqui agradecer o PRONERA, agradecer vocês, porque eu sou testemunho vivo que minha esposa não sabia fazer nada de caneta, de lápis, nada. E foi através desse projeto de vocês que eu tenho orgulho (emocionado) de ver minha esposa fazer o próprio nome, é muito bom mesmo. Eu fico emocionado porque eu vi o trabalho dos companheiros, com todo incentivo e paciência, para ensinar ela fazer a primeira letra do nome dela, ela chegava em casa, começou a rabiscar as lonas, a rabiscar o pote de água, - “Maria para com isso Maria”, - “Não paro porque eu já dou conta, eu estou aprendendo, eu tenho que aprender, eu não quero mais “borrocar” com o dedo” (Fala do senhor João sobre a esposa durante a formatura ocorrida no dia 01 de dezembro de 2018).

Ainda durante os agradecimentos dos estudantes, a aluna Tereza assim expôs: *“eu agradeço aos companheiros que estão aqui e deram força para nós, [...] que têm nos ajudado muito, a ensinar a gente a enxergar o mundo, porque a gente era cego e, enxergar o mundo é bom demais, a gente aprende a ser gente”* (aluna Tereza durante formatura da EJA). Percebe-se que, para esses camponeses, o ato de ser alfabetizado se configura enquanto instrumento de criação e reafirmação da própria existência e, logo, da sua identidade territorial camponesa.

É visto desse modo que o pré-assentamento Dom Tomás Balduino chegou no município de Formosa com propostas que vão desde a produção de alimentos saudáveis, à educação e à transformação, com o empenho de construir/formar não apenas uma nova mulher e um novo homem, mas também uma nova sociedade a partir da territorialização da identidade camponesa.

Para os camponeses, a luta pela terra não se trata apenas da conquista da terra, mas também da dignidade enquanto pessoa, enquanto cidadão ativo e participativo dentro da sociedade, trata-se da conquista do conhecimento, da liberdade e da autonomia. Essa luta diz respeito a um povo que foi marginalizado durante toda a história da humanidade e que, agora, exige respeito da sociedade, pessoas que querem mostrar que são produtivas, que querem viver na e pela terra, pessoas que anseiam ter a sua identidade territorial reconhecida.

Considerações Finais

O território do camponês está em constante tensão, sendo um espaço de disputa política, social e econômica, de disputa por poder. Nesse sentido, a luta pela terra, materializada no pré-assentamento Dom Tomás Balduino, é símbolo de resistência e organização da identidade territorial camponesa, bem como da desconcentração fundiária no município de Formosa-GO. A territorialização desse pré-assentamento no município é resultado de uma incessante disputa de território impulsionada pela intensa concentração fundiária que é consequência da colonização brasileira.

As narrativas de vivência dos pré-assentados evidenciaram características da identidade territorial daqueles camponeses, tais como a relação com a terra que vai além do vínculo econômico, a solidariedade e a produção para subsistência com comercialização daquilo que excede. Nesse sentido, a ocupação na fazenda Santa Mônica, que desencadeou a transferência de famílias para o município de Formosa, é um símbolo de resistência da identidade territorial camponesa no estado de Goiás e tem apresentado ao município significativas contribuições para a luta pela terra, por saúde, por educação e por condições dignas de vida no campo.

Referências

- AMADO, Janaína. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral.** Revista História. São Paulo: UNESP, v.14, 1995. p. 125-136
- ANDRADE. Manuel Correia de. Territorialidades e desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação.** 4. ed. p. 213-220. São Paulo: Hucitec, 1998.
- DUARTE, Élio Garcia. As ocupações de terra em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia.** Instituto de estudos sócio-ambientais/Geografia. UFG. Vol. 19 – nº 2 jan/dez, 1999.
- DUARTE, Élio Garcia. Manifestações camponesas em Goiás: Perspectivas para uma pesquisa histórico-cultural. **História Revista.** vol. 6 jan/jun, 2001, p. 113-134
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra.** Cultura Vozes, VOZES, v. 93, n. 2, p. 01-09, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Delimitação conceitual de campesinato.** Texto, 2004.
- GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin. **Organização camponesa em Goiás nas décadas de 1950-1960 e os sinais de novas práticas educativas nos atuais movimentos sociais.** Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG, 29 (2), p. 227-237, jul/dez, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: **Manifestações da Cultura no Espaço.** ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 248p.
- HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate.** GEOgraphia. Ano IX. nº 17, 2007.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. 58p.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Painel dos Assentamentos.** Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/>> acesso em: 29 de dezembro de 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Formosa.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/formosa/panorama>> Acesso em: 30 de dezembro de 2018.

LIMA, Amanda Souza. **A feira da Moagem no município de Formosa-GO: uma forma de manifestação da identidade territorial camponesa**. 2015. Monografia (licenciatura em Geografia)

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **História oral como fonte: problemas e métodos**. *Historiae: revista de história da Universidade Federal do Rio Grande*, v. 2, p. 95-108, 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Três mil famílias do MST ocupam a fazenda Santa Mônica, do senador Eunício Oliveira**. MST Online, 01 de set. 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2014/09/01/tres-mil-familias-do-mst-ocupam-a-fazenda-santa-monica-do-senador-eunicio-oliveira.html>> Acesso em: 02 de janeiro de 2019

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. In: SIMSON, Olga Moraes Von. (org.). *Experimentos com história de vida*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPÓSITO, Eliseu Savério. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 3 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013, 192 p.

SERSOCIMA, Eliana Aparecida. **Laços solidários nas comunidades rurais do município de Goiás (1900-1994)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, UFGO, 1995.

SILVA, Edson Batista da. Território e identidade territorial: elementos para a análise da agricultura agroecológica camponesa como caminho para permanência na terra no cerrado. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 03, p. 80-95, 2014.

SOUSA, Maxlanio Dias. **A folia da roça no resgate e na valorização da identidade territorial camponesa no município de Formosa-GO**. 2013. Monografia (licenciatura plena em Geografia) 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. CASTRO. Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. 15ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 77-116

SOUZA, Francilane Eulália de. **As Geografias das escolas no campo do município de Goiás: um instrumento para a valorização do território camponês**. 2012. Tese (doutorado em Geografia) 2012. 380f.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. Do campesinato clássico ao camponês do século XXI: Discussões a partir da obra de Ricardo Abramovay. In: **UEG em revista: Revista Científica da UEG-Quirinópolis**. Goiânia: Kelps, 2009. Vol. 1, n.5, p. 141-166

TALGA, Dagmar Olmo. **Comunicação e luta pela terra em Goiás: estudo a partir do acampamento Dom Tomás Balduino**. UFG, Faculdade de informação e comunicação. 2017, 247f (dissertação)

WANDERLEY, Maria De Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX encontro anual da ANPOCS**. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.

Sobre as autoras

Amanda Souza Lima – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus Formosa. Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Atualmente é membro do Grupo de Estudo e Pesquisa do Espaço Rural (GEPER). **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0003-1130-5435>

Francilane Eulália de Souza – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP). Atualmente é professora na Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus Formosa e líder do Grupo de Estudo e Pesquisa do Espaço Rural (GEPER). **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0002-7610-8099>

Como citar este artigo

LIMA, Amanda Souza; SOUZA, Francilane Eulália de. Pré-assentamento Dom Tomás Balduino na reafirmação e recriação da identidade territorial camponesa. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 315-334, mai.-ago., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A primeira autora **Amanda Souza Lima** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, pela aquisição de dados e suas interpretações e análises, enquanto que a segunda autora **Francilane Eulália de Souza** se responsabilizou pela orientação no desenvolvimento da pesquisa, revisão crítica e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 14 de maio de 2019.
Devolvido para a revisão em 07 de janeiro de 2020.
Aceito para a publicação em 22 de janeiro de 2020.

Da educação do campo à educação geográfica: concepções e experiências de ensinar e aprender na escola família agrícola de Goiás-2019

Edson Batista Silva

Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Formosa, Goiás, Brasil.

e-mail: edson_bat_silva@hotmail.com

Resumo

Este artigo se propõe analisar os resultados do projeto de extensão: *Geografia científica, Geografia escolar: os desafios da transposição didática*. Para tanto, foram utilizadas pesquisa bibliográfica, pesquisa participante e pesquisa de campo. São poucos os laboratórios que discutem educação do campo nos cursos de formação de professores de Geografia na Universidade Estadual de Goiás-GO. Os estudantes participantes do projeto apreenderam entendimentos de educação do campo e de educação geográfica. O processo de inter-relação teoria/prática desenvolvido pelo projeto contribuiu para formação de professores críticos e reflexivos, com observação de princípios, de saberes docentes, do conhecimento pedagógico geográfico, tendo em vista a execução de práticas de ensino de Geografia imbricadas à educação do campo. Os discentes da escola, com base no seu nível cognitivo, construíram instrumentos para o raciocínio geográfico crítico. A extensão concomitante à pesquisa corrobora com a formação de professores de Geografia capazes de construir o raciocínio geográfico crítico.

Palavras-chave: Educação do campo; educação geográfica; formação de professores.

From education in the field to geographic education: conceptions and experiences of teaching and learning in the family farm school of Goiás-2019

Abstract

This article aims to analyze the results of the extension project: *Scientific Geography, School Geography: the challenges of didactic transposition*. For this purpose, we used bibliographic research, participant research and field research. There are few laboratories that discuss education in the field in the courses for training Geography teachers at the State University of Goiás-GO. The students participating in the project learned understandings of field education and geographic education. The process of interrelationship theory/practice developed by the project contributed to the training of critical and reflective teachers, with observation of principles, of teaching knowledge, of geographical pedagogical knowledge, with a view to the implementation of teaching practices of Geography intertwined with education in the field. The students of the school, based on their cognitive level built instruments for critical geographic reasoning. The concomitant extension to the research corroborates the training of Geography teachers capable of building critical geographic reasoning.

Keywords: Education in the countryside; geographical education; training for teachers.

De la educación rural a la educación geográfica: concepciones y experiencias de enseñar y aprender en la escuela familia agrícola de Goiás-2019

Resumen

Este artículo se propone analizar los resultados del proyecto de extensión: *Geografía científica, Geografía escolar: Los desafíos de la transposición didáctica*. Para tanto, fueron utilizadas: investigación bibliográfica, investigación participante e investigación de campo. Son pocos los laboratorios que discuten educación del campo en los cursos de formación de profesores de Geografía en la Universidad Estatal de Goiás - GO. Los estudiantes participantes del proyecto aprendieron entendimientos de educación del campo y de educación geográfica. El proceso de interrelación teoría/práctica desarrollado por el proyecto contribuyó para la formación de profesores críticos y reflexivos, con observación de principios, de saberes docentes del conocimiento pedagógico geográfico, teniendo en vista la ejecución de prácticas de enseñanza de geografía entrelazadas a la educación del campo. Los estudiantes de la escuela, con base en su nivel cognitivo, construyeron instrumentos para el razonamiento geográfico crítico. La extensión concomitante a la investigación corrobora la formación de profesores de geografía capaces de construir el razonamiento geográfico crítico.

Palabras claves: Educación del campo; educación geográfica; formación de profesores.

Introdução

Este artigo é resultado das atividades do projeto de extensão: “*Geografia científica, Geografia escolar: os desafios da transposição didática*”, desenvolvido na Universidade Estadual de Goiás-UEG, no ano de 2019, no Câmpus Cora Coralina, especificamente no Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo-GWATÁ. O projeto contou com parcerias da EFAGO, do Núcleo de Direitos Humanos e Movimentos Sociais-NUDHEM, do Grupo Ticas da Matema, da Comissão Pastoral da Terra-CPT e da Secretaria de Meio Ambiente do município de Goiás.

O objetivo do projeto foi fortalecer a formação docente, visto que as práticas de ensino dos acadêmicos dos cursos de formação de professores, especificamente de Geografia na UEG revelam-se frágeis, deficientes e simplistas, além do que, possuem diálogo deficiente e descontínuo com as instituições escolares. O objetivo do artigo foi analisar como as experiências de ensinar e aprender, aprender e ensinar na Escola Família Agrícola de Goiás-GO, sustentado nos entendimentos de educação do campo e educação geográfica, contribuíram para a formação crítico reflexiva dos estudantes do curso de Geografia. A questão que conduziu a práxis do projeto foi: como fortalecer a educação geográfica qualitativa, por meio da formação de professores críticos e reflexivos, capazes de construir o raciocínio geográfico crítico?

Os critérios de escolha da escola campo envolveram a relação histórica do GWATÁ com a EFAGO, local em que foram desenvolvidos projetos de pesquisa, extensão e formação de estudantes em cursos técnicos pós-médio em agroecologia. A instituição também contactou os participantes do projeto para o desenvolvimento de atividades em suas dependências. Devido aos cortes orçamentários na UEG, as atividades de extensão foram afetadas, com redução de recursos destinados ao transporte dos educadores e acadêmicos. Diante disso, a escola disponibilizou veículo para o deslocamento dos acadêmicos. Esse deslocamento

também foi facilitado devido à proximidade da unidade escolar com o centro urbano da cidade de Goiás.

O imbricamento da educação do campo com a educação geográfica prendeu-se à discussão histórica desenvolvida no GWATÁ. Além disso, são raras as possibilidades de os acadêmicos dos cursos de formação de professores em Geografia entenderem o debate e as propostas de educação do campo. No desenvolvimento do projeto, foram utilizadas as metodologias da pesquisa bibliográfica, do diagnóstico rural participativo-DRP, da pesquisa participante e da pesquisa de campo. Dessa forma, procedeu-se à localização, ao levantamento, à leitura e ao fichamento de referências que discorrem sobre educação do campo, educação geográfica e formação de professores.

Tendo como premissa o processo de construção coletivo/popular do conhecimento, foi utilizado o DRP, especificamente o pressuposto da intensa relação teoria/prática e a valorização do conhecimento dos discentes, atrelado à técnica da caminhada transversal. Conforme Souza (2016), essa técnica se caracteriza pelo deslocamento por propriedades camponesas, acompanhado de membros da comunidade que portam conhecimentos ambiental e produtivo do lugar. Ao longo do percurso, são desenvolvidas atividades nos diferentes ambientes, com debate de problemas ambientais, produtivos, etc.

Também tendo como pressuposto a realidade concreta, que se configura na relação dialética objetividade/subjetividade, se lançou mão de elementos da pesquisa participante. Segundo Freire (1981), nela é fundamental a delimitação de uma área, o levantamento e a leitura de estudos, além de visitas exploratórias, com realização de anotações do que desperta atenção e o estabelecimento do contato inicial com os participantes. Após as visitas exploratórias, promove-se o contato com as lideranças locais, instante em que é estabelecido diálogo franco e proposto o trabalho conjunto, com esclarecimentos sobre os elementos da pesquisa, tais como: o método adotado, o papel do participante crítico, o direito de os participantes se manifestarem sobre seus problemas, etc.

Posto isso, realizam-se, em seguida, reuniões amplas, em que os líderes populares expõem os objetivos e o método de trabalho. Na ocasião, pesquisadores e participantes possuem poder de “voz” simétrico. Freire (1981) propõe o registro das discussões, devido às necessidades de consulta. Nas reuniões os grupos, elegem um coordenador, responsável pela síntese das argumentações, o que permite em seguida a elaboração de um documento final. Segundo o autor, também compõe a pesquisa participante o estudo crítico do discurso popular e a elaboração de um projeto hipotético de aplicação.

Borda (1981) entende que a pesquisa participante deseja o desenvolvimento autônomo dos grupos subalternos. Nela se reconhece a importância do conhecimento empírico popular para o desenvolvimento da humanidade. Sua aplicação se materializa segundo os seguintes princípios: autenticidade e compromisso, antidogmatismo, restituição

sistemática, *feedback* para os intelectuais orgânicos, ritmo/equilíbrio da ação-reflexão, ciência modesta e técnicas dialogais.

Borda (1981) adverte que, nas lutas populares, há lugar para os intelectuais e técnicos. Eles não precisam se transmutar em camponeses, operários. Também é importante tomar como base a cultural local, com negação do colonialismo intelectual. Deve-se conceber a cultura dos subalternos como realista e dinâmica, com isso, é relevante a restituição histórica para constituição de novos níveis de consciência política. Para tanto, é importante o desenvolvimento político e educacional do grupo, com uso de linguagem acessível a todos, além de definição coletiva do que deve ser pesquisado e popularização de técnicas simples de pesquisa.

Igualmente os sujeitos podem contribuir com conceitos, opiniões e críticas na realização da pesquisa e na tessitura dos resultados. O pesquisador deve observar o conhecimento empírico/prático e articulá-lo com o conhecimento geral, também precisa entender que a ciência pode ser realizada com recursos locais, deve abandonar a arrogância do erudito, romper com relações sociais heterônomas e compreender os sujeitos como indivíduos pensantes e ativos.

No desenvolvimento do projeto, também foram adotados procedimentos da pesquisa de campo. Nas visitas à EFAGO, foi realizada observação sistemática da paisagem, com eleição dos elementos centrais para a observação e a captura das imagens. Também foram aplicados questionários de percepção com os estudantes do ensino médio da EFAGO, momento que avaliaram as atividades de extensão realizadas na instituição e com os participantes do projeto de extensão, assim como foi colhido depoimento com a direção da unidade escolar. Com isso, com base nesses aportes teórico-metodológicos, o projeto de extensão condensou atividades teóricas, práticas e de pesquisa concomitantemente.

A princípio, foram realizados inúmeros espaços de diálogos temáticos. Acadêmicos do curso de Geografia, professores da rede básica estadual debateram artigos concernentes à EFAGO, à educação do campo, à educação geográfica e à pesquisa participante. Associado a esse momento, foram estabelecidos diálogos francos com a direção da instituição escolar, em que se definiu pela realização de rodas de conversa, aulas dialogadas, oficinas temáticas, cinedebate e caminhadas transversais com a comunidade escolar. O encerramento dos espaços de diálogos ocorreu com o seminário intitulado: *“Pesquisa Participante e Educação do Campo”*, realizado no dia 25 de setembro de 2019.

As atividades na EFAGO foram finalizadas com a atividade de extensão: *“A universidade na escola - a escola na universidade: o Câmpus Cora Coralina na EFAGO”*, desenvolvida entre 18 e 21 de outubro de 2019. Os resultados estão apresentados no texto por meio de fotografias, depoimentos de discentes da EFAGO e da UEG-Câmpus Cora Coralina, assim como por meio de relatos da direção da instituição escolar. Foi garantido o

anonimato e o sigilo dos participantes, para preservar a autonomia, a dignidade deles. O artigo está dividido em duas partes: na primeira, discutem-se os conceitos de educação do campo e educação geográfica; no segundo momento, são apresentados os resultados do projeto de extensão.

Educação do campo: construção do concreto pensado

Segundo Gallian (2008), o currículo, elemento utilizado pela instrução pública, defende muitas vezes a manutenção da ordem. O Estado regula e instrui o discurso pedagógico, que difunde símbolos, habilidades, princípios, determinações que atendem os agentes hegemônicos. O conteúdo do livro didático envolve produção, adaptação, transformação, regulação, e expressa o tipo de conhecimento autorizado aos sujeitos sociais. Os discursos, as competências, as atitudes, os conhecimentos, os significados comunicados visam o controle e o domínio da consciência.

Na escola, entretanto, pode ser produzido um discurso pedagógico específico, relacionado à comunidade escolar e à prática docente. Esse discurso, a despeito do vínculo com o discurso instrucional, pode materializar resistências, transformações. A prática pedagógica pode formar alunos críticos e autônomos. O professor como intelectual tem uma especificidade de posição de classe, funciona como “pequeno burguês a serviço do capitalismo, [ou] intelectual ‘orgânico’ do proletariado (FOUCAULT, 1979).” Conforme o autor, o intelectual possui condições de vida e de trabalho específicas, a essas se submete ou contra elas se revolta. Também está imerso numa política de verdade da sociedade contemporânea. Como esclarece o autor:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. [...] A verdade é deste mundo, ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. [*há na sociedade*] os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros[...] (FOUCAULT, 1979, p. 12).

A educação do campo como projeto de educação gestado pelos camponeses nega o discurso de verdade da educação rural, do agronegócio. Por isso, a educação do campo tem como traços identitários: a experiência educativa de resistência e a observação da realidade camponesa (CALDART, 2004; FERNANDES, 1997), ou seja, o discurso de verdade que veicula propõe o campo vivo, diverso, agroecológico. O movimento de educação do campo também propugna políticas públicas de educação para o campo, desde a educação básica até o ensino superior.

A despeito do desafio teórico posto na sua construção, a educação do campo sustenta-se na tradição pedagógica socialista, na pedagogia do movimento, na educação popular (CALDART, 2004), possui viés de classe, defende o vínculo entre trabalho, cultura e

educação. O processo educativo deve promover novas alternativas de trabalho, novas práxis de fazer/produzir, necessita propor outros modos de viver, conviver, existir no espaço/tempo, o que implica transformações no modo de vida camponês.

O Movimento de Educação do Campo luta contra o fechamento de escolas no campo, propõe escolas no e do campo, com professores comprometidos com as particularidades e necessidades dos camponeses. As escolas do campo devem desenvolver entre os estudantes socializações cooperativas, justas, coletivas, para construção de outro mundo possível. Do mesmo modo, deve se sustentar no contexto político, econômico, cultural, ambiental dos discentes (CALDART, 2004). Seu intuito é a formação crítica e autônoma. Por isso, faz-se uso de práticas educativas que valorizem a memória, a cultura, as resistências, as utopias do campesinato.

A educação do campo também deve observar o diálogo do conhecimento científico com o conhecimento empírico. Fernandes (1997) destaca que a educação do campo, concebida como disputa imaterial, permite determinada tessitura do espaço material, com promoção da reforma agrária e da agroecologia. Segundo Freitas & Molina (2011), o direito à terra, ao trabalho e à justiça social são coetâneos à educação do campo. A educação do campo suscita a discussão dos projetos de desenvolvimento rural (CALDART, 2009; FREITAS & MOLINA, 2011). Isso impõe a observação do movimento, das contradições da realidade.

Segundo Caldart (2009), a observação das particularidades dos camponeses implica cuidado com assunção de posições sectárias, que fazem adesão a particularismos. A educação do campo necessita ser emancipatória, deve vincular-se ao projeto de educação da classe trabalhadora, para construção de outro projeto de sociedade. Mas ela promove incômodos; os subalternos interrogam como educar para a vida e o trabalho no campo.

A escola, o currículo, o trabalho pedagógico necessitam conceber os camponeses como sujeitos, representantes de outro projeto de sociedade (CALDART, 2009). Há uma desnaturalização dos processos educativos, normalmente conduzidos apartados da vida, dos sujeitos atendidos (FREITAS & MOLINA, 2011). O não a educação urbana, a escolarização profissional do agronegócio acirra a luta de classes, a tensão no interior do Estado.

Freitas & Molina (2011, p. 1) advertem:

As principais questões que devem ser transformadas para que as escolas do campo atuem de acordo com os princípios do movimento referem-se a: formular e executar um projeto de educação integrado com um projeto político de transformação social liderado pela classe trabalhadora; garantir a articulação político-pedagógica entre escola e comunidade a partir do acesso ao conhecimento científico; e, vincular os processos de ensino/aprendizagem com a realidade social e as condições de reprodução material dos educandos.

Não há uma pedagogia do campo, mas perspectivas pedagógicas radicais em que se sustentam a educação do campo. O Movimento de Educação do Campo se contrapõe ao

imaginário coletivo de inferioridade do campo. Os gestores públicos destinam às escolas do campo o que sobra do urbano, desde o mobiliário até os meios de transporte (FREITAS & MOLINA, 2011). A isso se soma a rotatividade dos professores contratados, suas condições de trabalho e a infraestrutura da escola, comumente instalada em antigas casas destinadas à habitação.

As escolas no e do campo devem enfrentar o desafio de formação de outro ser humano. O êxito vincula-se à inserção da comunidade camponesa na escola, com construção de espaços coletivos de decisão e a promoção de práticas pedagógicas coletivas (FREITAS & MOLINA, 2011). Nelas os educadores não devem estigmatizar as crianças e os jovens camponeses, necessitam colocar-se juntos às comunidades, precisam gerir processos educativos escolares e processos educativos comunitários.

O método da pedagogia da alternância¹ contribui historicamente para a educação do campo. A formação na alternância privilegia tempos e espaços diferentes (escola, família, comunidade), com formação integral dos estudantes para o desenvolvimento local (JESUS, 2011). A escola funciona como *lócus* de reflexão, de debate de situações e de problemas que incidem sobre a vida das famílias camponesas. A família e a comunidade são ambientes de confronto teoria/prática, com realização de pesquisas, experimentações, experiências.

A pedagogia da alternância é “um processo, uma metodologia, [...] um método dinâmico e complexo, que vai desencadear dentro de um contexto a integração de tempos em diferentes espaços a partir de uma problematização que exigirá do corpo docente uma preparação/formação (JESUS, 2011, p. 5).” São aspectos importantes desse método a integração de diferentes espaços/tempo, a construção coletiva e participativa do processo de ensino/aprendizagem.

Além disso, são representativos os seguintes instrumentos pedagógicos: o Plano de Formação, o Plano de Estudo, a Socialização da Pesquisa e o Caderno da Realidade. No Plano de Formação, encontra-se os conteúdos formais, as experiências e os conhecimentos empíricos dos estudantes. No Plano de Estudo, estão condensados os temas oriundos da realidade dos estudantes. A Socialização da Pesquisa coloca em comum os resultados do Plano de Estudo. Segundo Jesus (2011), esse método nasceu na França, nas Casas Familiares Rurais, local em que se concretizaram três modalidades de alternância: as alternâncias justaposta, aproximativa e real.

¹ A Pedagogia da alternância envolve o período alternado de vivência e estudo na família, na comunidade e na escola (JESUS, 2011). Visa a formação integral do estudante para o desenvolvimento local. Trata-se de um método dinâmico e complexo, integra num contexto específico tempos/espaços diferentes, o que exige do corpo docente formação e preparação. Segundo Jesus (2011), ela surge na França, em 1930, com as Casas Famílias Rurais (CFRs). No Brasil as primeiras experiências são de 1960, no Espírito Santo, no município de Anchieta, a partir desse momento se territorializam por outros estados brasileiros.

A primeira caracteriza-se pela falta de relação entre o tempo de trabalho e o tempo de estudo, a segunda integra esses dois tempos de formação, contudo, somente na terceira há interpenetração, relação dialética entre esses diferentes espaços/tempo. Na pedagogia da alternância, a associação da escola, os professores/monitores, os pais, as instituições de apoio devem ter claros a metodologia, para formação do camponês agente do desenvolvimento local (JESUS, 2011).

Segundo Jesus (2011), há três escolas famílias agrícola em Goiás: a Escola Família Agrícola de Orizona-EFAORI, a Escola Família Agrícola de Goiás-EFAGO e a Escola Família Agrícola de Uirapuru-EFAU. Nelas, há espaços para realização de atividades didático-pedagógicas, com a práxis da piscicultura, apicultura, olericultura, bovinocultura, suinocultura. Contudo, existem inúmeras dificuldades de infraestrutura laboratorial e de assessoria técnica, o que compromete a educação profissionalizante. Segundo a direção da EFAGO:

Um dos maiores desafios que se encontra na gestão da EFAGO tem sido a falta de recursos: financeiros, humanos, materiais, equipamentos e tantos outros necessários para o bom desenvolvimento de uma instituição de ensino. Essa carência afeta muito o bom desenvolvimento *[da escola]*. *[também]* há uma carga horária excessiva que inclui pernoites e monitorias de finais de semana, o que torna exaustiva para os poucos servidores que a escola tem direito. As diretrizes da Secretaria Estadual de Educação, Desporto, Lazer e Cultura-SEDUCE determinam que o número de servidores seja de acordo com o número de alunos e as especialidades da escola não são levadas em consideração. Também outra demanda árdua e exaustiva são os cuidados com a propriedade, não há servidores designados para isso, contamos apenas com alguns membros da associação que contribuem de acordo com suas condições. Os demais problemas são comuns as demais escolas: indisciplina, estrutura física e falta de compromisso de algumas famílias.

O Estado é negligente com os homens e as mulheres do campo, desconsidera as especificidades da educação do campo. Na EFAGO, há dificuldades de fornecimento de alimentação, de manutenção das dependências físicas, de dotação de laboratórios e equipamentos para realização de pesquisas, de realização de atividades práticas, de provimento de pessoal suficiente. A isso se soma a frágil participação das comunidades camponesas, dado seu vínculo precário com movimentos sociais camponeses.

O projeto de extensão desenvolvido na instituição procurou oportunizar experiências docentes, mediadas pela educação do campo e a educação geográfica. O imbricamento da educação do campo com a educação geográfica se deu na leitura crítica das contradições do espaço vivido. As experiências realizadas partiram do espaço vivido dos discentes da escola, para a compreensão dos problemas, dos determinantes do modelo civilizatório contemporâneo e do modelo hegemônico de produção no campo que se materializam na geografia cotidiana. O próximo item discute o imbricamento da educação do campo com a educação geográfica.

Educação do campo/educação geográfica: imbricamento possível

Callai (2005) entende que o ensino de geografia necessita desenvolver a leitura do espaço vivido. Aprende-se a ler lendo o mundo e a escrever escrevendo sobre o mundo. Ler o mundo impõe ler o espaço para além das representações cartográficas, implica abordá-lo nas suas contradições, utopias e enfrentamentos. Torna-se relevante desenvolver no estudante a perspicácia do olhar, do observar, do descrever e registrar. Para a autora, o desafio é a compreensão do estudante do seu lugar no mundo. Por isso as concepções de Geografia e educação do professor são relevantes.

Silva & Silva (2012) defendem partir do espaço vivido, dos conhecimentos geográficos discentes para construção de conceitos geográficos. Os estudantes de cursos de formação de professores de Geografia devem ter acesso à formação epistemológica qualitativa, bem como manter diálogo com professores do ensino médio e fundamental. O trabalho docente deve fornecer instrumentos para o raciocínio geográfico articulado e crítico do estudante. Isso reclama reflexão das concepções pedagógicas, da didática, das metodologias utilizadas nas aulas de Geografia (SILVA & SILVA, 2012).

Cavalcanti (2005), tendo como base as concepções de Vygotsky, propõe refletir sobre o que acontece na cabeça do estudante com os conceitos que lhes são apresentados na escola. A educação geográfica é importante porque a vida cotidiana impõe o uso do raciocínio espacial. Os estudantes possuem conhecimento geográfico do espaço vivido, são agentes ativos da aprendizagem, o professor é um mediador, deve propiciar o confronto da geografia cotidiana com a geografia científica.

Perez (2005) entende que o ensino de Geografia precisa articular a leitura de mundo com a leitura da palavra. As classes populares devem pensar o espaço geográfico para organizarem-se contra a opressão e a injustiça. A leitura do espaço pode ser desenvolvida pelo trabalho de campo. Trata-se de uma metodologia eficaz na obtenção de informações sobre as relações espaciais (MARAFON, 2011). No trabalho de campo, os conceitos e as categorias transformam-se em experiências e vivências que concretizam os conteúdos.

Castrogiovanni (1996) afirma que o ensino de Geografia precisa analisar, contextualizar as vivências, as experiências, os conflitos, as ansiedades dos estudantes. Os espaços históricos e contraditórios devem ser entendidos no movimento constantemente entre o vivido e o percebido. Já Straforini (2018) defende o ensino de Geografia enquanto prática espacial de resignificação. O papel da Geografia escolar é ser uma prática espacial que atua nos espaços de disputas com outro sentido discursivo.

Castellar (2006) compreende como inviável transferir de modo automático a Geografia acadêmica para a Geografia escolar. O conhecimento geográfico acadêmico deve

ser transformado; o professor deve assimilar princípios para oferecer possibilidades de elaboração do raciocínio geográfico crítico pelos discentes. A prática docente necessita refutar o tratamento superficial das categorias, a desqualificação da cartografia e a negação da abordagem dos aspectos físicos do ambiente. O professor de Geografia deve possuir saber geográfico qualificado, com formação pedagógica e epistemológica consistente.

Cabe ao professor reestruturar os conteúdos, construir objetivos claros, tomar como base o espaço vivido e analisar os fenômenos cotidianos na dimensão multiescalar (CASTELLAR, 2006). A Geografia escolar necessita realizar-se para uso prático e estratégico. A autora acredita que a educação geográfica se materializa no raciocínio geográfico, na leitura do espaço construído:

Pensar na perspectiva da educação geográfica é superar as aprendizagens repetitivas e arbitrarias, e passar a adotar outras práticas de ensino, investindo nas habilidades: análises, interpretações e aplicações em situações práticas; trabalhar a cartografia como metodologia para construção do conhecimento geográfico, a partir da linguagem cartográfica; analisar os fenômenos em diferentes escalas; compreender a dimensão ambiental, política e socioeconômica dos territórios [...] (CASTELLAR, 2006, p. 12).

Logo, no desenvolvimento do projeto, o espaço vivido, as experiências discentes, o saber empírico, o projeto hegemônico de campo, os projetos alternativos, a formação docente crítica e reflexiva foram pressupostos importantes. No próximo tópico, discorre-se sobre as experiências desenvolvidas e os conhecimentos constituídos no projeto de extensão.

As experiências de ensinar e aprender, aprender e ensinar na EFA-GO

Tendo como pressupostos a realidade concreta, constituída pela relação dialética objetividade/subjetividade (FREIRE, 1981), a intensa relação teoria/prática e a valorização do conhecimento discente, o projeto realizou encontros de diagnóstico e planejamento para a execução dos Espaços de Diálogos Temáticos (foto 1).

Foto 1: Estado de Goiás, município de Goiás: Mosaico de reunião de planejamento para realização de espaço de diálogo temático do Grupo Educação do Campo/GWATÁ-2019.



Fonte: SILVA, Edson B. da, abr. de 2019.

Nesse momento, constatou-se o frágil entendimento de educação do campo dos acadêmicos do curso de Geografia, os quais não tinham tido contato com discussões, seminários, artigos científicos concernentes à educação do campo, situação similar dos professores participantes da educação básica. Com isso, tornaram-se necessários a localização, o levantamento, a leitura e o fichamento de referências sobre o tema em questão. A consolidação do entendimento de educação do campo ocorreu com a realização dos Espaços de Diálogos Temáticos. O Acadêmico Fernando² avaliou nos seguintes termos essa etapa:

No início [do] projeto eu visualizava a educação do campo como pouco relevante, por não ter muito contato e informação. No decorrer pude compreender melhor essa prática, pois de início buscamos uma fundamentação teórica, para adentrarmos no assunto e nos fornecer informações teóricas que contextualizasse essa modalidade de educação. [...].

A acadêmica Viviane³ acrescenta:

A princípio [...] debatemos textos sobre o que é a Educação no campo e do campo, no qual tínhamos como objetivo a elaboração de metodologias para o ensino de geografia nas escolas do campo. O grupo de Extensão de Educação do Campo nos propiciou uma grande oportunidade que não temos muito contato durante a graduação, que é a de conhecer e aprender sobre a Educação do campo e no campo, [...], agregando para nossa vida acadêmica e profissional.

A educação geográfica recebeu menor atenção em razão das disciplinas: “*Didática e Prática de Ensino I*” e “*Didática e Prática de Ensino II em Geografia*”, presentes na matriz curricular dos cursos de Geografia da UEG. Devido ao tempo exíguo para realização do projeto, a equipe também teve de fazer escolhas teórico-metodológicas. Nos Espaços de

² Estudante do 6º período do curso de Geografia-Câmpus Cora Coralina.

³ Estudante do 6º período do curso de Geografia-Câmpus Cora Coralina.

Diálogos Temáticos houve o imbricamento reflexivo da educação geográfica com a educação do campo, tendo em conta os princípios pedagógicos, epistemológicos e do contexto escolar a serem observados pelo professor de Geografia. Segundo Sanches Lopes & Pontuschka (2011), no exercício da docência o professor de Geografia mobiliza conhecimentos geográficos, pedagógicos e do contexto da ação educativa que formam o conhecimento pedagógico geográfico.

Esse conhecimento constitui domínio de excelência do professor. Concomitante a esse momento, elegeu-se a Escola Família Agrícola de Goiás-EFAGO para o desenvolvimento da práxis do projeto. Levando-se em conta o conhecimento do contexto escolar, realizaram-se leituras de textos sobre a instituição e seu método pedagógico, especificamente o estudo: *“A pedagogia da alternância e o debate da educação do/no campo no estado de Goiás.”* Também foi feita visita exploratória, com anotação do que despertou a atenção e o desenvolvido do contato inicial com a comunidade escolar. Esse instante de inter-relação teoria/prática foi sucedido pelo diálogo franco e aberto com a direção da EFAGO. A respeito desse momento, Analice⁴ observa:

[...] tivemos a oportunidade de nos depararmos com o que é uma escola no campo e assim foi possível colocarmos em prática um pouco das discussões feitas no grupo e também compreender o funcionamento de uma escola no campo que usa como método de ensino a Pedagogia da Alternância.

Isso permitiu entender que o ensino da Geografia envolve domínio dos temas, conceitos e, ao mesmo tempo, traz formas adequadas de desenvolvê-lo conforme o contexto social da escola (SANCHES LOPES & PONTUSCHAKA, 2011). Segundo Pontuschka (2010), conhecer a escola é relevante, pois o professor desempenhará papéis para além da docência. Nas reuniões com a direção foi elaborada a proposta de trabalho, que se materializou nas rodas de conversa, oficinas, cinedebates e caminhada transversal.

Foram realizadas rodas de conversa com os estudantes de ensino médio da EFAGO sobre os seguintes temas: *“O Cerrado serrado, os efeitos socioambientais do uso e apropriação do bioma pelo agronegócio”*; *“Formação e produção do espaço agrário, conflitos agrários no mundo, no Brasil e em Goiás”*; *“O planeta terra: formação e evolução”*, *“a dinâmica sócio espacial brasileira: os fluxos migratórios campo-cidade”*. Além dos temas: *“A formação do planeta terra”*; *“O Brasil no contexto geopolítico internacional”*, dentre outros temas (Foto 2).

⁴ Estudante do 7º período do curso de Geografia-Câmpus Cora Coralina.

Foto 2: Estado de Goiás, município de Goiás: mosaico de fotos das rodas de conversa realizadas na EFAGO, GO-2019



Fonte: SILVA, Edson B. da., ag. de 2019.

A práxis desenvolveu-se conforme o espaço vivido, o conhecimento prático discente, as experiências, os conflitos, as ansiedades e a identidade camponesa dos estudantes da EFAGO. O intuito foi confrontar a geografia cotidiana com a geografia científica, para compreensão dos espaços históricos, contraditórios, num movimento constantemente entre o vivido e o percebido (CASTROGIOVANNI, 1996; CAVALCANTI, 2005). Tendo como base Castellar (2006), a educação geográfica empreendida na EFAGO procurou superar aprendizagens repetitivas e arbitrarias.

O processo de ensino/aprendizagem investiu na interpretação de situações concretas, na cartografia como metodologia de elaboração do conhecimento geográfico, na análise multiescalar dos fenômenos. Para o desenvolvimento da perspicácia do olhar, do observar, do descrever, do registrar (CALLAI, 2005), aderiu-se a diferentes procedimentos metodológicos, como: a tempestade mental, a discussão circular e em grupos, a leitura e reflexão de reportagens de periódicos jornalísticos, a exposição dialogada com uso de *slides*, a exposição de experiências, conhecimentos empíricos dos discentes, a análise e a discussão de documentários, a produção de pequenos relatos, etc.

Foram utilizados os documentários “*Ser Tão Velho Cerrado*”, “*sertão Serrado*”, “*Por uma outra globalização*”, “*A formação do Planeta Terra*”, etc. Nas imagens da foto 2, esses diferentes momentos estão apresentados. Nelas os acadêmicos, municiados pelo conhecimento pedagógico geográfico, procuram ensinar pelos exemplos, pelas analogias, atividades em grupo, metáforas, demonstrações, ilustrações, vivências, experiências, etc.

Também, conforme adverte Straforini (2018), a prática de ensino de Geografia se desenvolveu como prática espacial de ressignificação, com proposição de outro sentido discursivo nas disputas espaciais.

Essas metodologias criaram situações docentes. Os futuros professores de Geografia foram desafiados na escolha de princípios da educação do campo e de educação geográfica, sobretudo das categorias espaço, natureza e território, tendo em conta a construção do raciocínio geográfico crítico. A estudante Sabrina⁵ avaliou nos seguintes termos a metodologia adotada: *“Achei que foi legal, porque a gente não costuma usar esses métodos, foi muito interessante os documentários.”*

Os recursos audiovisuais comunicam com adolescentes inseridos no meio técnico-científico-informacional. O estudante Pedro⁶ reafirma: *“[foi] Muito bom, porque com as imagens prestamos mais atenção, então eu gostei muito.”* A atenção, a observação, o registro atento oportunizaram instrumentos de problematização de conceitos, denominações, teorias, pré-conceitos geográficos. O recurso audiovisual também permitiu uso simultâneo das linguagens visual e oral. As rodas de conversa não se converteram em aulas enfadonhas, retóricas, superficiais, decorativas.

O diálogo, a negação da heteronímia, a observação do espaço vivido construíram e consolidaram canal de comunicação eficiente entre os discentes da escola e os futuros professores de Geografia. O estudante Fabricio⁷ mencionou: *“Eu gostei bastante da metodologia utilizada [...], colocaram todos os envolvidos em roda, em troca de saberes.”* O estudante Alessandro⁸ complementou: *“Sim, [a metodologia foi boa] porque eles conseguiram fazer nós interagirmos com eles.”*

A estudante Marcela⁹ definiu nos seguintes termos a metodologia das rodas de conversa: *“Criativas, tendo muitas explicações e vídeos, para não ficar na falação durante as aulas.”* A estudante Cristina¹⁰ destacou o êxito da proposta adotada: *“Sim, não foram aulas chatas, foram aulas legais. Gostaria de ter mais aulas assim.”* Já alguns estudantes teceram críticas relevantes, como o discente Roberto¹¹: *“Bem, gostei bastante, [...] pois nos apresentaram alguns vídeos, sendo que o primeiro foi meio complicado de entender por ser um pouco grande. Mas avalio essa metodologia nota dez ...”*

Parafraseando Castellar (2006), as rodas de conversa oportunizaram o ensino de Geografia para o uso prático e estratégico. O estudante Jefferson¹² argumentou: *“Aprendi*

⁵ Estudante do 2º ano do ensino médio da EFAGO.

⁶ Estudante do 1º ano do ensino médio da EFAGO.

⁷ Estudante do 3º ano do ensino médio da EFAGO.

⁸ Estudante do 2º ano do ensino médio da EFAGO.

⁹ Estudante do 3º ano do ensino médio da EFAGO.

¹⁰ Estudante do 2º ano do ensino médio da EFAGO.

¹¹ Estudante do 3º ano do ensino médio da EFAGO.

¹² Estudante do 1º ano do ensino médio da EFAGO.

muitas coisas novas que não sabia, que servirá muito para minha pessoa.” Outros estudantes ressaltaram os conhecimentos apreendidos sobre a evolução da vida, a formação do planeta terra, as placas tectônicas, a característica dos biomas brasileiros, portanto, nas rodas de conversa, não se negou a abordagem dos aspectos físicos do ambiente.

Os estudantes também revelaram aprendizagens dos efeitos da mineração, das características dos povos indígenas e quilombolas, do continente africano, da formação do povo brasileiro e da globalização. Sobre o último tema, a estudante Juliana¹³ destacou a sua abordagem multiescalar: “[Foi uma] *aprendizagem global expandida, podendo ter [...] conhecimento do país, das regiões, de onde vivemos hoje em dia [...]*. Outros discentes evidenciaram a negação da estigmatização das crianças e jovens camponeses pelos acadêmicos. Segundo Rafael¹⁴: “*Gostei de tudo, da forma como eles [os acadêmicos] trataram nós.*”

Os relatos produzidos sobre a representação e a importância do Cerrado revelam a adesão a práticas conservacionistas no uso e apropriação do bioma. A aluna Cintia¹⁵ descreveu: “*Por que conservar o Cerrado? Porque nele há várias espécies de plantas, animais, etc. Entre eles plantas medicinais, frutos e uma parte da água doce está concentrada no Cerrado. Sem Cerrado, sem vida!*” Gustavo afirmou¹⁶: “*Nós devemos proteger o Cerrado porque ele é o berço das águas, nele passa três bacias hidrográficas. O Cerrado é muito importante para nós porque ele tem muitos recursos para serem explorados, mas [devem ser explorados] sem causar danos no bioma...*”

O contato com a escola despertou nos alunos o desejo, a escolha pela docência. O êxito da atividade desenvolvida se vinculou ao pressuposto de que componentes cognitivos e afetivos interferem na aprendizagem (CASTELLAR, 1999). O sucesso também se vinculou ao entendimento da escola como espaço multicultural, do professor como orientador, organizador da atividade discente, com promoção da interação professor-estudante, estudante-estudante, observação da cultura e do interesse discente (AQUINO & BARBOSA et al, 2016). Enfim, são ações que incitam o posicionamento e a reflexão crítica do estudante. Os documentários, as análises de textos, etc. funcionaram como “*gatilhos*” para pensar e refletir sobre o cotidiano, sobre o mundo, com produção do raciocínio geográfico crítico.

A adesão aos princípios das categorias natureza, território, espaço, região, etc., atrelados à concepção de que o ser humano é natureza que pensa, também mediaram a construção do raciocínio geográfico crítico. As avaliações dos discentes da escola também remetem às condições de trabalho do professor da educação básica. A ocupação em duas escolas, o número elevado de aulas e avaliações, o material didático precário e insuficiente,

¹³ Estudante do 3º ano do ensino médio da EFAGO.

¹⁴ Estudante do 1º ano do ensino médio da EFAGO.

¹⁵ Estudante do 1º ano do ensino médio da EFAGO.

¹⁶ Estudante do 1º ano do ensino médio da EFAGO.

os espaços de aprendizagens fechados (bibliotecas), refletem na qualidade do trabalho docente (PONTUSCHKA, 2010).

Após a execução das rodas de conversa, os participantes do projeto de extensão realizaram reflexões das experiências vividas, das avaliações positivas e das ponderações críticas dos discentes da escola. Nesse momento, externaram preocupações com a formação pedagógica e epistemológica frágil, dado o comprometimento do exercício qualitativo da docência. Também reafirmaram a especificidade da educação do campo e a necessidade de a educação geográfica considerar o espaço vivido do estudante. O acadêmico João¹⁷ argumentou:

Entender sobre a educação do campo, pensar a realidade dos alunos do campo é necessário, pois é uma situação completamente diferente dos alunos que estudam em escolas urbanas. Principalmente porque essas escolas do campo contêm em sua grande maioria alunos que vivem do campo. Assim é importante ressaltar que essas instituições de ensino devem levar em consideração a realidade do aluno. Deve incentivar a permanência desse indivíduo no campo. [...] ser professor de Geografia em uma escola do campo vai além de ensinar os aspectos geográficos, [...] é apresentar esses aspectos e inseri-los na realidade em que vivem.

Aquino & Barbosa et al. (2016) reafirmam essas ponderações. A formação docente deve fundamentar-se numa variedade de conhecimentos muito além do saber disciplinar específico, para qualificar a atuação do professor como formador de seres humanos críticos e reflexivos. As reflexões oriundas da inter-relação teoria/prática, propiciadas pelos Espaços de Diálogos Temáticos e as rodas de conversa, culminaram com a realização do Seminário: *“Educação do Campo e Pesquisa Participante”*, instante em que os membros dos grupos participantes discutiram experiências de ensinar/aprender em escolas no/do campo e consolidaram compreensões sobre educação do campo, pesquisa participante, educação geográfica.

Aquino & Barbosa et al. (2016) ressaltam a relevância dessa práxis na formação do professor crítico e reflexivo. A prática reflexiva promove conscientização, solução de problemas, libertação da prática mecânica e decorativa, análise contínua da ação docente. O professor reflexivo utiliza sua experiência e sua prática como possibilidade de reflexão para sua formação docente. Por isso o desafio dos cursos de formação de professores é produzir profissionais que critiquem sua prática, que cindam com os padrões tecnicistas, que reafirmem sua autonomia, que sejam capazes de reorientar seu trabalho.

Nesse momento, também foi construído com a EFAGO o evento de extensão: *“A universidade na escola/ a escola na universidade: o campus Cora Coralina na EFAGO.”* Nesse evento, foram desenvolvidas as seguintes oficinas: Matemática na Horta, Produção

¹⁷ Acadêmico do 6º período do curso de Geografia-Câmpus Cora Coralina.

Audiovisual, Crise Hídrica, Sistemas Agroflorestais-SAFs, Medicina Natural e Fitoterapia, Masculinidade Tóxica, Economia Política do Consumo de Drogas e Criminalidade no Brasil, Importância, Integração e Dinâmica do solo. Nele também se promoveu a exposição de fotos de violência contra as mulheres e foi realizada a caminhada agroecológica transversal: “*da EFAGO ao Assentamento Serra Dourada.*”

A oficina de Matemática na Horta foi executada pelo Grupo Ticas da Matema. O intuito foi promover a educação matemática com o uso de recursos locais, tendo como premissa o saber/fazer discente. As oficinas de Produção Audiovisual, Masculinidade Tóxica, Economia Política do Consumo de Drogas e Criminalidade no Brasil realizadas pelos membros do NUDHEM, renderam conhecimentos para produção de conteúdos audiovisuais, educação para relações simétricas de gênero e análise da ampliação do consumo de drogas coetâneo ao crescimento da criminalidade no Brasil.

A oficina de Medicina Natural e Fitoterapia, desenvolvida pelo agente de pastoral Reginaldo, da Comissão Pastoral da Terra-CPT, visou apresentar os camponeses, os povos indígenas, as comunidades quilombolas como sujeitos pensantes, ativos e produtores de conhecimento. Na oportunidade, foram apresentadas espécies do Cerrado, da horta familiar camponesa, indígena, quilombola usadas no combate a endemias humanas e animais. Sua realização contou com uso de recursos locais e o respeito ao conhecimento popular.

A oficina sobre SAFs, desenvolvida por integrantes do Grupo de Extensão de Educação do campo/GWATÁ objetivou demonstrar alternativas de contraposição à perspectiva de produção da primeira e da segunda “Revolução Verde”, base técnica e cultural do agronegócio. Também procurou apresentar o solo como organismo vivo e propor a produção de alimentos saudáveis no campo. A foto 3 destaca alguns momentos de realização dessa atividade. Nela, observa-se que a atividade prática foi antecedida de exposição dialogada.

Foto 3: Estado de Goiás, município de Goiás: mosaico de fotos da oficina: “Sistemas Agroflorestais na EFAGO-2019.”



Fonte: SILVA, Edson B. da., out. de 2019.

Na foto 4 nota-se o deslocamento por propriedades camponesas, o debate de problemas ambientais, produtivos, econômicos, políticos, sociais do Cerrado e as alternativas de produção desenvolvidas por camponeses, associado ao diálogo entre discentes da educação superior e da educação básica.

Essa caminhada transversal apresentada na foto 4 foi realizada com o envolvimento da disciplina: “*Geografia agrária aplicada ao ensino.*” Essa participação foi relevante porque a formação qualitativa de professores de Geografia requer a didatização das disciplinas específicas, a escola necessita de professores que tornem inteligíveis os temas, conceitos e categorias geográficas, não de técnicos/planejadores (CAMPOS, 2012). Portanto, nas imagens da foto 4 observam-se diferentes momentos de didatização dos temas do ensino de Geografia. Na visita à propriedade camponesa do Sr. Manoel ele explicou quais são as alternativas tecidas pelo campesinato no Cerrado contrapostas ao modelo do agronegócio. Apresentou as técnicas, os conhecimentos, as práticas, as ações, os insumos utilizados na produção agroecológica realizada na sua unidade familiar.

Foto 4: Estado de Goiás, município de Goiás: mosaico de fotos da caminhada agroecológica transversal: “da EFAGO ao Assentamento Serra Dourada-2019”.



Fonte: SILVA, Edson B. da, out. de 2019.

A caminhada transversal, técnica utilizada no DRP, pode ser usada no trabalho de campo. O trabalho de campo se constitui como metodologia eficaz na consolidação de conceitos, categorias, conteúdos pelas experiências e vivências experimentadas pelos estudantes (MARAFON, 2011).

Como parte das atividades de extensão na EFAGO, também foi executada a oficina de Crise Hídrica (foto 5). Vê-se na foto que, no primeiro momento, foi realizada discussão circular. Nela, os acadêmicos destacaram a importância da água para o ser humano, as

razões da escassez hídrica, do estresse hídrico e a geopolítica mundial da água, além de como esses processos atingem o estado e o município de Goiás. Em seguida, os estudantes conheceram técnicas de mensuração de vazão nos cursos hídricos próximos à escola.

Foto 5: Estado de Goiás, município de Goiás: mosaico de fotos da oficina: “crise hídrica” na EFAGO-2019.



Fonte: SILVA, Edson B. da, out. de 2019.

Também foi realizada a oficina: “*Importância, Integração e Dinâmica do Solo*” (Foto 6), tendo como premissa o solo como componente fundamental do ambiente, como organismo vivo e a necessidade de educação ambiental numa abordagem pedológica, associado à dinamização do ensino de geografia física. O objetivo foi analisar o que é o solo e seu processo de formação no Cerrado, levando-se em conta a necessidade de observação de suas características para o uso e a ocupação do espaço.

Foto 6: Estado de Goiás, município de Goiás: mosaico de fotos da oficina: “importância, integração e dinâmica do solo” na EFAGO-2019.



Fonte: SILVA, Edson B. da, out. de 2019.

De início, realizou-se uma roda de conversa, para troca de saberes de diferentes entendimentos populares e científicos de solo. Devido à complexidade da linguagem técnico-científica, os acadêmicos lançaram mão de linguagem acessível a todos participantes. Em seguida, com uso de amostras de solo do laboratório de Pedologia do Câmpus Cora Coralina-UEG, foram realizados diversos experimentos. O intuito foi demonstrar os elementos que

caracterizam os solos e suas diferentes propriedades físicas, como: porosidade, textura, densidade, consistência, capacidade de filtração e retenção de água, etc. (Foto 6).

A realização de oficinas é importante nos cursos de formação de professores. As experiências vividas em oficinas e outras atividades práticas na escola permite a inter-relação teoria/prática, fundamental na construção do professor de Geografia (CAMPOS, 2012). A autora acrescenta que o confronto entre a teoria e as situações reais do cotidiano da escola, da sala de aula, possibilita o questionamento, a reelaboração, a reinvenção do conhecimento docente. Aquino & Barbosa et al. (2016) adicionam que a identidade profissional autônoma se constitui pelo conhecimento epistemológico e pedagógico, pelas experiências docentes cotidianas, pela escola entendida como lugar de conflitos e encontros.

A importância das oficinas também se relaciona à proposição de problemas que promovem o conhecimento científico discente (CASTELLAR, 1999). Além do fato de que o professor em sua formação inicial necessita aprender a ser mediador, pesquisador, capaz de orientar seus estudantes para a descoberta, para a investigação (PONTUSCHKA, 2010). O fato é que a formação inicial e continuada crítico-reflexiva necessita negar os modelos aplicacionistas. O professor de Geografia deve conceber, refletir sobre a natureza de seu ofício.

Os futuros professores também devem recorrer às experiências práticas profissionais da docência, o que fortalece o exercício constante de reflexão pedagógica, de diálogo entre a universidade e a escola (SANCHES LOPES & PONTUSCHA, 2011). As atividades desenvolvidas no Projeto de Extensão: “*Geografia científica, Geografia escolar: os desafios da transposição didática*”, foram avaliadas pelos acadêmicos participantes. A acadêmica Sofia¹⁸ destacou o entendimento de educação, especificamente de educação do campo, dadas as experiências e os diálogos experimentados. Também ressaltou o desafio de professar, de ser professor, atividade que envolve reflexão, planejamento, escolha, execução e avaliação.

O grupo de extensão de Educação do Campo pode, [...] mostrar a realidade das escolas no campo e proporcionou uma reflexão mais profunda sobre a educação. Experiências que nos proporcionaram e aos alunos da Escola Família Agrícola de Goiás (EFAGO) a saída da monotonia de sala de aula. As oficinas ministradas, [...] foram importantes para os alunos na escola e para os universitários. Nós, como participantes do grupo de extensão, tivemos autonomia suficiente para planejar e executar nossas *[atividades]*, [...]. Isso proporcionou uma experiência mais intensa e com mais engajamento, pois tudo dependeria de nós. Os encontros para o estudo e leituras de livros também tiveram seu papel fundamental no decorrer desse processo[...].

¹⁸ Acadêmica do 5º período de Geografia do Câmpus Cora Coralina-UEG.

A esse respeito, Castellar (1999) defende que a formação inicial de professores precisa construir um profissional autônomo, reflexivo, emancipado, capaz de pensar sobre a práxis, de produzir novos conhecimentos para a prática docente. Na sua avaliação, o acadêmico João relatou como o projeto discutiu o imaginário social sobre os sujeitos do campo. Essa compreensão reforçou que, historicamente, os homens e as mulheres do campo tiveram o direito somente ao ensino das primeiras letras.

Segundo o interlocutor, as políticas de modernização também ocasionam alterações no campo e na vida dos sujeitos que o habitam, com processos de expulsão. Segundo ele, a valorização do campesinato associa-se ao investimento na educação no/do campo, por exemplo, nas EFAs. O estudante também narra a experiência de ser professor, sua adesão aos princípios do espaço vivido, de leitura de mundo do discente, ao mesmo tempo, reflete sobre as diferenças de ser professor de Geografia em escolas no campo.

Através do Grupo de Extensão em Educação do Campo, subnúcleo do GWATÁ, tive a oportunidade de conhecer e participar ativamente na Escola Família Agrícola-EFAGO [...]. Tal experiência proporcionou, [...] reflexão tanto sobre o campo [*bem*] como os sujeitos que vivem no e do campo. [...] viver nesse espaço se torna uma incógnita, dado a inserção de novas técnicas produtivas e as novas/velhas ideologias que se impõem na desqualificação destes homens e mulheres. A EFAGO é construída tendo em conta todos esses fatores que inviabilizam os habitantes do campo a permanecerem no campo. [...] sua grade curricular é produzida em torno de todas essas problemáticas, com intuito de superar esses dilemas na vida do aluno e oferecer alternativas para lutarem pelo seu território, construído historicamente pelos seus pais,[...] os quais nesse espaço formam a sociedade camponesa, tendo suas formas de trabalho, [...] sua cultura, economia, hábitos etc. Ser um professor da Escola Família Agrícola, [...] requer um rigor expressivo, pois antes de construir a aula é necessário submergir na vida dos alunos e suas realidades. [...] trabalhar na terra não impede o ser humano de ser um pensador e indagador de sua realidade, quebrando a ideia de que para ser intelectual é necessário conviver em um aglomerado urbano. Portanto, a experiência, enquanto aluno, de ser professor para outros alunos de realidades heterogêneas à minha me colocou por alguns momentos na realidade, não só destes jovens, mas a de ser professor, enxergando as dificuldades desta profissão e principalmente nas escolas do campo, onde as verbas esqueceram de chegar. Por fim, gostaria de agradecer a Escola Família Agrícola, um lugar onde ensinei e aprendi mais que minha vã imaginação sonhava aprender.

Aquino & Barbosa et al. (2016) defendem que o professor se forma nas experiências vividas na escola, na relação professor/estudante. Essa formação inicial precisa construir o entendimento de que o professor está sempre aprendendo e ensinando, num processo crítico e reflexivo. Esse profissional modifica constantemente o ato de professar, de ser professor. Francisco¹⁹, no seu relato, identificou como relevante a realização das oficinas. No desenvolvimento dessa atividade, entendeu a dinâmica de funcionamento das escolas do campo, especificamente das EFAs. Da mesma forma, se aproximou dos estudantes,

¹⁹ Estudante do 7º período de Geografia do Câmpus Cora Coralina-UEG.

aprendeu com eles e compreendeu seus anseios, desejos, projetos, o campo que vivem e o campo que desejam para si e seus descendentes.

Outra experiência muito interessante foram as oficinas que realizamos, [...] onde ministramos a oficina: *“Integração e dinâmica do solo”*, e conseqüentemente vivenciamos o dia a dia da escola e participamos das tarefas diárias dos alunos, agregando novos conhecimentos [...], durante esses dias tivemos uma maior interação com os alunos e conhecemos um pouco mais da realidade de cada um.

Campos (2012) destaca que os cursos de formação de professores devem garantir o contato do estudante com a escola para além do estágio supervisionado, para apreender a complexidade da escola, para preparar-se para lidar com o estudante, para atuar diante do inesperado. A acadêmica Luiza²⁰ versou sobre as especificidades da prática de ensino de Geografia em escolas do campo. Segundo a interlocutora, o professor de Geografia deve atentar-se para o espaço vivido, para a geografia cotidiana do estudante, para as necessidades de aprendizagem de outros modos de produzir a vida. Também ressaltou que a inserção na EFAGO propiciou experiências que possibilitaram a articulação teoria/prática, com construção de saberes docentes.

A extensão nos proporcionou oportunidades de desenvolver práticas docentes em um contexto escolar diferente do que estamos acostumados [...]. [...] a escola do campo nos permitiu perpassarmos a sala de aula, propiciando experiências por meio do contato direto com a comunidade, contribuindo com o desenvolvimento de projetos. [...] nos possibilitou compreendermos e ter um viés diferente tanto do cotidiano dos alunos, quanto [acesso as] suas concepções e percepções da realidade, introduzindo sempre sua vivência ao objetivo da escola do campo voltada a agroecologia. [...] um dos maiores êxitos foram a realização de oficinas que priorizaram essa temática, o qual por fim possibilitou-nos articular e trocar conhecimento de forma teórica e prática.

O acadêmico Fernando salientou a importância do conhecimento pedagógico e epistemológico para realização da educação do campo e da educação geográfica. De acordo com ele, a experiência de ser professor de Geografia de educação do campo oportunizou a inter-relação teoria/prática. Por isso defende a necessidade de projetos de extensão que abordem a educação de campo nos cursos de formação de professores de Geografia.

[...] as atividades do projeto na escola foram fundamentais, pois já estávamos teoricamente embasados, pudemos com o projeto ter a experiência de ser professor de educação do campo, na disciplina de geografia da EFAGO. Esse contato foi o ponto chave, pois a junção de teoria e prática permitiu melhor compreensão. Então é perceptível a grande relevância de práticas de extensões no curso de geografia pertinentes à educação do campo.

²⁰ Estudante do 7º período de Geografia do Câmpus Cora Coralina-UEG.

Rafaela²¹ realçou as diferenças entre educação no campo, do campo e a educação rural. A estudante entende como relevante o entendimento desses conceitos pelos professores de Geografia. Segundo ela, as experiências, as vivências e as práticas de ensino desenvolvidas na EFAGO permitiram construir conhecimentos sobre o que é o campo, os sujeitos do campo, a educação que lhes é oferecida, com precariedades evidentes de infraestrutura física e humana. No seu entendimento, a educação no Brasil, de modo hegemônico, não atende aos interesses da classe trabalhadora.

O projeto de Extensão de Educação do Campo se iniciou em março do ano de 2019 [...]. Ao longo deste estudo podemos perceber que existem importantes diferenças entre educação do campo e no campo. A princípio, [...] foi possível compreender que educação do campo é basicamente uma escola construída para os sujeitos do campo, que pensam, tem cultura, produzem saberes e desenvolvem diferentes atividades dentro do seu próprio espaço. A mesma é pensada, planejada e coordenada pelos próprios sujeitos do campo. A Educação rural é um modelo de desenvolvimento que compreende o espaço das comunidades rurais como local de atraso, de sujeitos ignorantes, sem cultura, inferiores [...]. [...], espaço do campo, bem como o trabalho camponês, é desvalorizado e associado à experiência e características de pessoas e de lugares atrasados em contraposição à cidade. Levando em consideração, [...] as discussões realizadas nas reuniões, bem como no seminário: “*Educação do campo e pesquisa participante*”, promovido pelo Grupo de Educação do Campo/GWATÁ, Ticas da Matema, NUDHEM e [as atividades para] os alunos da EFAGO só vieram contribuir de forma extremamente importante para nossa formação enquanto seres pensantes e futuros professores. Aprendemos a olhar do outro lado, a experiência na EFAGO nos permitiu sentir e vivenciar a necessidade desses sujeitos. É possível perceber a situação precária que esses alunos vivem pela falta de recursos pedagógicos e pela falta de professores, enquanto os interesses da classe dominante for prioridade no ensino brasileiro, a situação continuará da mesma forma para pior.

A formação de professores implica refletir o ato de ensinar, que envolve a quem se ensina, o contexto onde se ensina, a especificidade da disciplina, a forma justa de ensiná-la (SANCHES LOPES & PONTUSCHKA, 2011). É no contato com a escola, com a sala de aula, que muitos estudantes se encantam com a profissão, descobrem-se professores (CAMPOS, 2012), apesar da desprofissionalização do professor, da negligência com sua formação, com reflexos na qualidade da educação (CASTELLAR, 1999).

Para enfrentar os desafios para formação de professores críticos e reflexivos, a aproximação da universidade com a escola é fundamental. Parafraseando Pontuschka (2010), é relevante a participação de futuros professores em grupos de discussão, de investigação, de estudos com estímulos de integração teoria/prática, possibilidade constituída pelas parcerias universidade/escola.

²¹ Estudante do 7º período de Geografia do Câmpus Cora Coralina-UEG.

Considerações finais

A educação do campo como experiência educativa de resistência nega o projeto de educação do agronegócio, propõe outro projeto de campo, por isso, defende a integração político-pedagógica escola/comunidade, o ensino/aprendizagem realizado conforme as necessidades dos homens e das mulheres do campo. Desse modo, dentro da educação do campo, a educação geográfica necessita desenvolver a leitura crítica do espaço vivido, da geografia cotidiana, para que os estudantes do campo reajam às situações de opressão e injustiça expressas no espaço geográfico.

Também é necessário observar o conhecimento geográfico empírico, as vivências e as experiências discentes, além de se tornar uma prática espacial de ressignificação, com proposição de outro sentido discursivo nas disputas espaciais que requer a formação de professores críticos e reflexivos. O projeto promoveu a inter-relação teoria/prática, com entendimentos de educação do campo, de educação rural e de educação geográfica. Além do mais, o projeto revelou aos participantes suas deficiências de formação epistemológica e pedagógica.

O enfrentamento, as experiências, as vivências, as relações professor/estudante contribuíram para produção de reflexões, críticas, análises da prática docente, num processo dialético teoria/prática, prática/teoria. Dessa forma, ressalta-se como fundamental, estudantes de cursos de formação de professores viverem situações reais na escola, para além das experiências desenvolvidas no estágio supervisionado, tendo em vista a formação crítica e reflexiva. Isso implica o estabelecimento de parcerias entre a escola e a universidade, para formação de educadores capazes de defender a construção da democracia, da cidadania no campo e na cidade.

Referências

- AQUINO, Maria Imaculada da Conceição; BARBOSA, Zênia Regina dos Santos et. al. Processo de construção da identidade profissional de professores de Geografia em uma perspectiva crítica e reflexiva. In: **Semana de estudos, teorias e práticas educativas**. Natal, RN: Editora SETEPE, v. 1, nº 16. 12 p.
- BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 34-41, 1981.
- CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Trabalho necessário**, n.º 2, ano 2, p. 1-16, 2004.
- CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, nº 66, p. 227-247, mai./ag. de 2005.
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. A formação de professores e o ensino de geografia. **Terra Livre**, nº 14, p. 51-59, 1999.

_____. Currículo, educação geográfica e formação docente: desafios e perspectivas: **Tamoios**, nº 2, ano II, p. 1-14, jul./dez. de 2006.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. E agora, como fica o ensino de Geografia com a globalização? **Boletim Gaúcho de Geografia**, nº 21, p. 95-97, ag. de 1996.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de Geografia. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, nº 66, p. 185-207, mai./ag. de 2005.

CAMPOS, Margarida de Cássia. A formação do professor de Geografia: a difícil construção do saber fazer docente. **GEOSABERES**: revista de estudos geoeducacionais, v.03, nº 06, p. 3-15, jul./dez. de 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: **I ENPEC**: associação brasileira de pesquisa em ciências. 1997, Águas de Lindoia, SP. 10 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295 p.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora brasiliense, p. 34-41, 1981.

FREITAS, Helena Célia de Abreu; MOLINA, Mônica Castagna. Avanços e desafios na construção da educação do campo. **Em aberto**, v. 24, nº 85, p. 17-35, abr. de 2011.

GALLIAN, Claudia Valentina Assumpção. A contribuição da teoria de Bernstein para a descrição e a análise das questões ligadas à educação. **Educativa**, Goiânia, v.1, nº 2, p. 239-255, jul/dez. de 2008.

JESUS, José Novaes de. A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás. nº 18, ano 14, nº 18, p. 07-20, jan./jun. de 2011.

MARAFON, Gláucio José. O trabalho de campo como instrumento de trabalho para o investigador em Geografia Agrária. **Revista Geográfica da América Central**, número especial EGAL, Costa Rica, p. 1-13, I sem. de 2011.

PEREZ, Carmen Lúcia Vidal. Ler o espaço para compreender o mundo. **Revista Tamoios**, nº 02, ano II, p. 23 – 30, jul./dez. de 2005.

PONTUSCKA, Nídia Nacib. Convergências e tensões na formação de professores de Geografia: a formação inicial de professor-debates. **Olhar do professor**, v. 13, nº 1, p. 37-46, 2010.

SANCHES LOPES, Claudivan; PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Mobilização e construção de saberes na prática pedagógica do professor de geografia. **GEOSABERES**: revista de estudos geoeducacionais, v.02, nº 3, p.89-104, jan./jun. de 2011.

SILVA, Edmilson Gomes da; SILVA, Maria do Socorro Ferreira da. O ensino de Geografia e a construção de conceitos científicos geográficos. In: **VI Colóquio Internacional educação e contemporaneidade**, São Cristovão-CE, 20 a 22 de setembro de 2012, p. 1-15.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Metodologias participativas em extensão universitária: o diagnóstico rural participativo (DRP). In: **Extensão Universitária**: metodologias e experiências. CARVALHO, Guido de Oliveira; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de (orgs.). Goiânia: Editora da PUC Goiás, p. 47-66, 2016. 221 p.

STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, Ensino de humanidades, nº 32, p. 176-195, 2018.

Sobre o autor

Edson Batista Silva – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Especialização em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é professor em regime estatutário da Universidade Estadual de Goiás, campus Cora Coralina e Formosa. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-8898-6470>

Como citar este artigo

SILVA, Edson Batista. Da educação do campo à educação geográfica: concepções e experiências de ensinar e aprender na escola família agrícola de Goiás-2019. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 335-360, mai.-ago., 2020.

Recebido para publicação em 09 de dezembro de 2019.
Devolvido para a revisão em 21 de março de 2020.
Aceito para a publicação em 23 de março de 2020.

Educação do campo e pedagogia da alternância: uma análise das Escolas Família Agrícola do Amapá

Roni Mayer Lomba

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – Macapá, Amapá, Brasil.
e-mail: ronimayer@hotmail.com

Josiane Pereira Cardoso

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – Macapá, Amapá, Brasil.
e-mail: labelle.cardoso@gmail.com

Resumo

A pesquisa tem o objetivo de analisar as contribuições pedagógicas e socioeconômicas das seis Escolas Família Agrícola (EFAs) existentes no Amapá, utilizando como paralelo a metodologia da pedagogia da alternância e compreendendo seus resultados no desenvolvimento local e formação social. Entende-se a pedagogia da alternância como ferramenta importante para formação do aluno que convive diretamente com o rural interligando a realidade teórica com a prática e aprimorando seus saberes numa concepção holística e formação crítica. Foram realizadas entrevistas em campo, revisão bibliográfica e dados estatísticos a partir de uma abordagem quali-quantitativa. Conclui-se, resultante dos diversos problemas encontrados, que as EFAs contribuem na formação dos jovens e apesar de ser uma importante ferramenta pedagógica para educação rural, ela depende de interesse político e da comunidade envolvida, junto ao investimento e compreensão da realidade para galgar melhor formação profissional e promover avanços sociais.

Palavras chave: Método de educação do campo; desenvolvimento rural; desigualdade social.

Rural education and pedagogy of the alternation: an analysis of the Family Agricultural Schools of Amapá

Abstract

This research aims to analyze the pedagogical and socioeconomic contributions of the six Family Agricultural Schools (Escolas Família Agrícola - EFAs) that exist in Amapá, using as a parallel, the methodology of the alternation pedagogy and understanding its results in the local development and social education. The pedagogy of the alternation is understood as an important tool for the qualification of the students who deal directly with the rural environment, interconnecting the theoretical with the practical reality, improving their knowledge in an holistic conception and critical formation. Field interviews were carried out, as well as a bibliographic review and statistical data from a quali/quantitative approach. As a conclusion, resulting from the several problems encountered, it is observed that the "EFAs" contribute to the students' qualification, and although they are an important pedagogical tool for the rural education, they depend on political interests and on the community involved, along with investment and understanding of the reality, in order to target better professional qualification and to promote social advances.

Keywords: Rural education method; rural development; social inequality.

Éducation à la campagne et pédagogie de l'alternance: une analyse des Écoles-Familles Agricoles de l'État de l'Amapá

Resumé

Ce travail de recherche a pour objectif d'analyser les contributions pédagogiques et socioéconomiques des 6 Écoles-Familles Agricoles (EFA) qui existent dans l'état de l'Amapá, en utilisant comme exemple la méthodologie de la pédagogie de l'alternance et en interprétant ses résultats dans le développement local et la formation des élèves qui vivent directement dans le milieu rural, reliant ainsi la réalité théorique et la pratique et perfectionnant leurs savoirs dans une conception holistique et de formation critique. Nous avons procédé à des entretiens sur le terrain, à une révision bibliographique et des données statistiques à partir d'une approche quali-quantitative. Nous concluons, en fonction des divers problèmes rencontrés, que les EFA contribuent dans la formation des élèves et malgré le fait que cela soit un outil pédagogique important pour l'éducation rurale, elles dépendent de l'intérêt politique et de l'implication de la communauté, et donc, de l'investissement et de la compréhension de la réalité afin d'améliorer la formation professionnelle et promouvoir des avancées sociales.

Mots-clé: Méthode de l'éducation rurale ; développement rural ; inégalité sociale.

Introdução

Esta pesquisa é uma análise sobre o papel desempenhado pelas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) do Amapá no que tange a suas contribuições ao desenvolvimento local. Este trabalho foi realizado com a integração e interação juntos aos gestores, coordenadores, professores, pais de jovens das localidades pertencentes a cada escola entre 2017 e 2018, momento de realização da pesquisa.

Analisando a pedagogia da alternância enquanto proposta metodológica, ela surgiu em meados da década de 1930 na França e proporcionou a criação das escolas famílias, pela necessidade de os filhos dos agricultores terem um estudo voltado para a realidade local e, após resultados satisfatórios, espalhou-se pela Europa e, posteriormente, no mundo. Como uma proposta inovadora, chegou ao Brasil na década de 1970, sendo a primeira experiência no estado do Espírito Santo e no Amapá, em 1989, com a primeira escola família. Enquanto metodologia portanto, foi considerada como a mais exitosa e que atendia a realidade do jovem do campo, bastante diferentes aquelas encontradas pelos que vivem em centros urbanos, como o acesso as tecnologias e informação, meios de trabalho, modos de vida entre outros.

As EFAs no Amapá foram criadas por reivindicação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA) e outros movimentos caracterizados como rurais, tais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Nacional dos Extrativistas (CNS). Partem do princípio da pedagogia da alternância, desenvolvendo pelas vivências entre a escola, família, comunidade e harmonizando a relação entre teoria, prática e a integração entre sociedade e natureza.

A importância da metodologia adotada pelas EFAs está na organização que reúne eixos, como: participação das famílias numa gestão democrática, a integração proposta na filosofia da pedagogia da alternância, calendário flexível, podendo ser adaptado de acordo com a necessidade de cada região, para assim atender as exigências de uma educação diferenciada. Há o alinhamento entre conhecimento formal e o informal das famílias atendidas pelas EFAs, contribuindo para o fortalecimento nas atividades agrícolas promovidas nelas e em algumas propriedades familiares. Assim, a escola exerce o seu papel importante, melhorando a qualidade de vida local e o desenvolvimento socioeconômico.

O objeto de estudo desta pesquisa serão as seis (6) Escolas Famílias Agrícolas existentes no Estado, que estão dispostas nas seguintes localidades: Escola Família Agrícola do Pacuí (EFAP), localizada no Distrito do São Joaquim do Pacuí; Escola Família da Perimetral Norte (EFAPEN), situada na Comunidade do Cachorrinho; Escola Família Agroextrativista do Carvão (EFAC), localizada no Distrito do Carvão, Município de Mazagão Novo; Escola Família Agroextrativista do Maracá (EFAEXMA), estabelecida na comunidade do Maracá, município de Mazagão Novo; Escola Família Agroextrativista da Colônia do Cedro (EFACCE), fundada no assentamento do Cedro, Município de Tartarugalzinho; Escola Família Agroecológica do Macacoari (EFAM), localizada na Comunidade Nossa Senhora de Nazaré, na foz do Rio Macacoari. Houve também uma visita na comunidade do Bailique, local onde está em fase inicial de construção a mais nova EFA do estado, a Escola Família do Bailique (EFAB).

É pertinente lembrar que esta pesquisa só foi realizada mediante a colaboração dos sujeitos envolvidos com o objeto pesquisado, com profissionais e pais envolvidos nas mesmas. Assim, objetivou-se, mesmo diante do processo dialético e contraditório atrelado à Educação, compreender sua origem no Estado e suas contribuições sociais entre 1989 a 2018. Já no que diz respeito aos sujeitos selecionados para a realização desta, foram: diretores (6), coordenadores (6), professores (18), jovens (44), jovens ex-alunos (30) e pais/comunidade (32).

No decorrer da pesquisa houve necessidade de pesquisa documental sobre a história dessas escolas e as parcerias formadas com outros estabelecimentos para o entendimento de suas conquistas e fragilidades no momento atual. A conformação desse modelo de ensino está atrelada às lutas existentes na década de 1980, enquanto conquista dos movimentos sociais na reorganização do Estado pós-ditadura, contemplados pela LDBN nº 9.394/96, que contemplam a diversidade do campo em todos seus aspectos.

Educação do campo e pedagogia da alternância

É consenso no país que, desde o processo de modernização econômica pautado na industrialização e urbanização, o campo onde vivem a maioria dos trabalhadores rurais ficou relegado a condição inferior em termos de acesso a políticas públicas, investimentos e outros. O reconhecimento do trabalhador rural só ocorreu décadas após a Consolidação das Leis Trabalhistas que regulamentava e criava direitos ao trabalhador urbano, assim como o acesso a bens e serviços, como educação e saúde, que foram concentrados nas cidades. As escolas, no geral, possuíam conteúdos e metodologias voltadas especialmente ao urbano.

Foi somente a partir da década de 1980, com as mudanças políticas ocorridas no país, que a educação no/do campo¹ ganhou expressão e deixou de ser pautada como educação rural, que tinha como base o ruralismo pedagógico² que se instaurou no Brasil no início da República, fim do século XIX e início do século XX. Para Nawroski (2012, p. 1), “foi uma medida de educação ampliada nacionalmente a partir do princípio da formação do camponês e que por meio do processo educacional seria possível a sua fixação no campo, no seu local de origem”.

Segundo Calazans (1981), na década de 1930, com o Estado Novo houve uma intervenção mais efetiva sobre a educação rural no momento em que se iniciava um incipiente processo de industrialização no Brasil. Vale ressaltar que, durante esse processo, a educação passou a ter um desempenho reforçador e os agentes educativos, sejam professores ou técnicos agrícolas, desempenharam um papel essencial para uma melhor adaptação das populações rurais ao sistema produtivo. Para Ribeiro (2013, p. 167),

A ação educativa que incide sobre essas populações está embasada em uma concepção evolucionista, que considera atrasado o modo como vivem e trabalham as populações rurais, como se estas estivessem em uma etapa de produção pré-capitalista. Com isso, a educação desempenha o papel de levar o conhecimento científico de modo que essas populações possam estar habilitadas para enfrentar os desafios da introdução de tecnologias e inovações à produção agrícola.

A introdução de empresas e tecnologias no campo faz com que os agricultores se adaptem às novas exigências do mercado e, para isso, necessitam de programas educacionais que lhes proporcionem a formação necessária para realizar as novas funções. O interessante é que a mesma educação para a formação e adequação de produção também

¹ Educação no/do campo: educação “no campo” está vinculada à localização do ensino especificamente no espaço do campo. A educação “do campo” é uma proposta que tem sido defendida pelos sujeitos sociais organizados, como forma de garantir interesses culturais, econômicos e sociais da população trabalhadora no campo (SOUZA, 2006, p. 62).

² Corrente de pensamentos que foi influenciada pelas discussões promovidas pelos chamados pioneiros da Escola Nova (movimento de renovação do ensino, que surgiu no fim do século XIX e ganhou força na primeira metade do século XX), iniciada nos anos de 1920 (CALAZANS, 1993).

deverá servir para “educar” essa população para o consumo dos produtos fabricados pelas mesmas empresas, destinados ao solo, manejo e agropecuária.

O descompasso de uma educação pensada para separar as elites das classes populares não só persistiu, como foi explicitado nas Leis Orgânicas da Educação Nacional, promulgadas a partir de 1942. Já na década de 1960, o interesse em atender as elites, que estavam preocupadas com o aumento de favelas nos grandes centros urbanos, fez com que o Estado adotasse a educação rural como estratégia para contenção do fluxo migratório do campo para cidade. O art. 105, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, estabeleceu que “os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que possam manter na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais” (HENRIQUES et al., 2011, p. 11).

Em 1964, com o Governo Militar, algumas organizações, como o Centro Popular de Cultura (CPC) e o Movimento de Educação de Base (MEB), todas voltadas para a mobilização política da sociedade civil, ficaram esvaziadas por conta da pressão política ocasionando a desarticulação e suspensão de algumas. Arelado a isso, nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil também recebeu do Banco Mundial (BM) recursos para investimentos em projetos de desenvolvimento implantados no país, principalmente na Região Nordeste, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), amparada pela difusão do conhecimento técnico estimulado pela Revolução Verde. Assim, “sob o argumento de combate à pobreza, os investimentos dos organismos internacionais visavam ao crescimento econômico” (COSTA, 2016, p. 40).

Nos anos 1980, devido à forte resistência aos militares, as entidades ligadas à sociedade civil, em especial à educação popular, incluíram a educação do campo na pauta dos temas estratégicos para a redemocratização do país (HENRIQUES et al., 2011, p. 11). O Movimento dos Sem Terra (MST), associado a outras instituições da sociedade civil, promovem discussões acirradas sobre a Escola Básica do Campo. Inerente a esta discussão, a concepção Pedagógica do MST é uma das experiências colocadas em discussão (PALADIM JR., 2010).

Contraopondo ao ruralismo pedagógico e ao período da ditadura militar, os movimentos sociais, atuantes em prol de melhorias, coletivas ou individuais, destacaram-se por conquistas que proporcionaram melhores condições de vida no campo, e para seus filhos, uma educação diferenciada que atendesse às necessidades e não reproduzisse a lógica capitalista de agricultura de mercado (COHEN; ARATO, 1992).

Com o olhar voltado para esse viés, a educação do campo deve ser pensada a partir deste povo, de seus saberes, respeitando suas singularidades, sua cultura, dando um novo sentido ao modo de vida rural. Nesse contexto, a educação passa ser um instrumento para fortalecer os movimentos sociais do campo na luta por políticas públicas, para dar suporte e

continuidade nos avanços alcançados àqueles marginalizados pelo sistema. Em consonância com a ideia acima, percebe-se que, com as conquistas alcançadas nesse percurso, o *Movimento da Educação do Campo* se tornou referência na luta por políticas que não sejam assistencialistas e compensatórias, as quais ainda mantêm a precarização das escolas no campo e fortalecem o atraso e o abandono da educação dos povos do campo (HAGE, 2014).

E é nesse contexto que os grupos então engajados em prol do reconhecimento e melhorias sociais e educacionais para os trabalhadores do campo, tendo a educação do campo como direito, que começou a ser construída no I Encontro de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), realizado em Brasília em 1997, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), O Fundo das Nações para a infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura (Unesco) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Esse Movimento, ao lado do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), constituiu-se em espaço de formação de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária (FERNANDES, 2012).

O marco para os avanços relacionados à questão camponesa se inicia com a aprovação da Constituição de 1988 e do processo de redemocratização do país, pois um grande debate foi realizado em torno dos direitos sociais da população camponesa, ao mesmo passo em que se consegue aprovar políticas de direitos educacionais bastante significativas, consolidando o compromisso do Estado e da sociedade brasileira em promover a educação para todos, respeitando suas singularidades culturais e regionais.

Ao se pensar em práticas educativas que levem em conta suas experiências e atendam as reais necessidades do sujeito do campo, temos analisado a proposta da Pedagogia da Alternância, que surgiu do seio dos movimentos de agricultores franceses, na década de 1930, na França. Ela está representada nas dimensões agrária, política, cultural e pedagógica que visa promover a formação integral dos jovens do campo, permitindo opções ao sistema oficial. É relevante a compreensão de que as concepções político-pedagógicas que muitos membros simpatizantes da alternância, ao trazerem-na para o Brasil, tinham e ainda têm como fundamento os estudos e a prática pedagógica que se aproximam àquelas desenvolvidas por Paulo Freire, compreendida em 4 pilares (CALVÓ, 1999). A seguir apresentamos a seguir os 4 pilares da Pedagogia da Alternância.

Figura 1: Pilares da Pedagogia da Alternância



Fonte: Calvó (1999).

A metodologia a partir dos seus pilares fez surgirem novas experiências, as quais possibilitaram alternativas pensadas e geridas pelos agricultores, movimentos sociais do campo e instituições religiosas. Dentre as alternativas para se trabalhar a educação do campo, destacou-se a Pedagogia da Alternância, metodologia adotada hoje no Brasil pelas Escolas Família Agrícolas (EFAs) e os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs). Contudo, vale ressaltar que essa nova proposta de Educação do Campo é diferente do ruralismo pedagógico, pois não tem como objetivo maior a fixação do homem no campo; essa metodologia tem como característica a valorização do jovem do campo, a preservação e o desenvolvimento do meio a partir de uma formação integral proporcionada pelas EFAs.

Partindo do envolvimento dos movimentos sociais tem-se uma compreensão de que a Pedagogia da Alternância passa a ser vista como um processo de empoderamento e aversão ao que é atribuído para as pessoas que vivem no campo. De acordo com Begnami (2003), esse empoderamento é resultante de um longo processo histórico de movimentos sociais, do meio rural, cujas raízes possuíam matizes em inspiradores democráticos e cristãos.

A Pedagogia da Alternância também foi caracterizada por outro fato marcante, que se refere à apropriação do termo alternância como marco jurídico e pedagógico para esta modalidade de ensino (BEGNAMI, 2003), diretamente ligado ao surgimento da Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural (AIMFR), em Dakar (Senegal), no ano de 1971, com o objetivo de representação e integração das Maisons Familiares em todos os países.

Hoje a AIMFR é o órgão representativo das diferentes instituições promotoras de escolas de Formação por Alternância, que difunde os princípios dos CEFFAs: a alternância

educativa, com vistas a uma formação associada; a participação das famílias na gestão e funcionamento de cada centro de formação e, como decorrência, a participação pelo alcance com vistas ao desenvolvimento rural, a promoção pessoal e coletiva do meio pela educação integral das pessoas de modo permanente e o surgimento pelas autênticas associações de base, como apresentamos na figura 2 (CALVÓ; GIMONET, 2013).

Figura 2: Funcionamento do sistema de alternância



Fonte: Calvó e Gimonet (2013).

Na alternância, estabelecida pelos princípios intercalares entre tempo escola e tempo comunidade, desde a criação da AIMFR, há um crescimento constante no número de jovens em formação. No ano de 1975 possuía em seus registros cerca de 40.000 jovens em formação. Em 2000 este número alcançou cerca de 80.000, chegando, em 2010, com mais de 160.000 jovens vinculados aos movimentos de formação rural. Entende-se que o aumento no número de jovens automaticamente implicou também no “aumento do número de famílias e monitores inseridos nos movimentos em 2010 já ultrapassava o número de 140.000” (BERNARTT; PEZARICO, 2011).

A primeira experiência de EFA em solo brasileiro ocorreu em 1968, tendo como referência direta a *scuola-famiglia* Italiana de Castelfranco-Vêneto. A chegada dessa proposta inovadora se deve ao movimento suscitado pelos colonos preocupados com a crise socioeconômica na década de 1960, o que fez com que eles assumissem para si a tarefa de edificar as escolas no Estado. Tiveram uma grande ajuda e influência da igreja Católica, através do Padre Humberto Pietrogrande, o qual conhecia a metodologia já adotada na Itália, que ajudou e motivou a vinda da alternância para o Brasil e, a partir da implantação das EFAs,

surge o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES. Até o ano de 1969 são criadas três EFAs no estado: Olivânia, Alfredo Chaves e Rio Novo do Sul. As características destas primeiras escolas são a informalidade, ou seja, sem autorizações legais de funcionamento por órgãos competentes (BERNARTT; PEZARICO, 2011).

O modelo de alternância, na década de 1980, foi acoplado ao sistema convencional de ensino, e isso gerou um período crítico para os movimentos envolvidos à formação rural, pois tal mudança descaracterizava muitos aspectos específicos da dinâmica originada na França. Foi um período para a construção de uma identidade e isso ocasionou, em 1982, a criação da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil - UNEFAB³. No entanto, após a década de 1980 e início de 1990, com significativas mudanças no cenário político nacional e com as medidas neoliberais no contexto educacional, surgem novos grupos organizados, tanto no nível nacional como regional, encorajados pelas demandas de formação, assistência pedagógica e financiamento. Nessa época, os estados da Bahia e do Espírito Santo, eram os mais atuantes dentro do movimento. Nesse contexto, a UNEFAB se solidificou e se tornou “mais efetiva a partir da década de 1990 quando surgiram outras Regionais e cresceram as demandas por formação, assistência pedagógica, financiamento, entre outros desafios” (OTRANTO, 2012, p. 12).

Nessa fase de reestruturação é importante registrar a presença marcante do Solidariedade Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural – SIMFR⁴, que desde 1993 passou a contribuir com recursos financeiros para as regionais e, ainda hoje, possui convênio com a UNEFAB que passou a ser a referência de um Programa comum estendido ao conjunto das Regionais e EFAs de todo o Brasil. Uma das Características marcantes foi o fortalecimento das Associações Regionais neste novo período, foi só “a partir da segunda metade da década de 90 que a UNEFAB se preocupa com uma política de fortalecimento dos que já existiam e apoio à formação de novas Regionais” (BEGNAMI, 2003, p. 40).

Durante a pesquisa, percebeu-se que maioria das associações foram criadas antes ou junto com a EFA, o que não foi o caso do Estado do Amapá, pois a Rede das Associações das Escolas Famílias do Amapá - RAEFAP só foi criada 11 anos depois da primeira escola família ser implantada, o que pode ter enfraquecido o movimento.

Como se pode notar, com o reconhecimento e a conceituação dos tipos de alternância, a década de 1990 foi um período em que as EFAs se estruturaram para fortalecer

³ Foi instituída por ocasião da primeira Assembleia Geral das EFAs no Brasil, realizada em 1982. Nesse período surgiram vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais e criação de outros movimentos de organização dos agricultores na luta pela terra e valorização digna as famílias rurais (BERNARTT, PEZARICO, 2011, p. 124).

⁴ Sede em Bruxelas. Sua finalidade é ajudar a expandir e fortalecer os Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAs pelo mundo. O Programa SIMFR (1997-2002) nasceu depois dos resultados positivos do apoio dado à implementação da Rede Piauí, Maranhão, Pará e Amapá e às Escolas do Semi-árido da Bahia, que resultou na constituição da REFAISA (BEGNAMI, 2003).

sua identidade e obter novas conquistas embasadas na nova LDBN. Nesse viés, a nova reestruturação e a busca pelo fortalecimento na luta pelo direito a educação do/no campo, a UNEFAB tem a finalidade de articular e vincular as escolas em busca de possíveis soluções para os problemas comuns e, com isso, fortalecer e apresentar a proposta pedagógica da alternância como uma alternativa real e promissora para os jovens do campo.

Os tipos de experiências em alternância convencionou-se chamar de Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), pois, apesar de particularidades, todos se baseiam nos mesmos princípios metodológicos e filosóficos utilizados na Pedagogia da Alternância: Formação Integral, Desenvolvimento do Meio, Alternância e Associação Local. Vale ressaltar que esses princípios são os quatro pilares que alicerçam essa metodologia inovadora e possível de adequação à realidade implantada (como apresentado na Figura 1).

A implantação das Escolas Família Agrícolas no Estado do Amapá

No Estado do Amapá, a preocupação em aprimorar a educação que era ofertada aos jovens do campo ganhou força com ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (SINTRA). No ano de 1981, a organização dos trabalhadores rurais, “sob as lideranças do Sr. Pedro Ramos, Sr. Tomé Belo e outros, avançou para a fundação do STR do Amapá, cuja ação política teve profundo efeito na construção da história das escolas famílias na região” (SOUSA, 2011, p. 49), que, juntamente com setores da Igreja Católica local vinculada à Teologia da Libertação, iniciou uma discussão para tentar mudar esse cenário. Nesse mesmo período, o Pe. Ângelo D’Amaren, italiano de origem, trouxe consigo uma quantidade de documentos sobre a nova proposta metodológica que havia sido implantada, com lógica de alternância, no espaço rural. Reuniu-se com lideranças do SINTRA e dividiu com estes os documentos, e começaram a trocar ideias sobre a temática.

Em 1983, no Congresso de Fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Paulo, representantes do SINTRA conheceram pessoas que falaram da experiência da EFA de Olivânia, em Anchieta – ES, tendo visitado após o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em Brasília. Agora mais engajados na luta e conhecedores da experiência oriunda da França, trazida para o Brasil, continuaram com a luta em prol da educação para os jovens do campo e, assim, nos Anais do I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Amapá, realizado em julho de 1987, reivindicaram junto ao poder público “Que a Secretaria de Educação, bem como os demais órgãos responsáveis pela educação no Amapá contribua no sentido da criação das EFAs na zona rural possibilitando os recursos financeiros para sua criação” (Anais do I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Amapá, 1987, p. 34).

Mesmo com todas as dificuldades encontradas, os militantes do movimento decidiram construir escolas comunitárias que seriam mantidas pelos próprios agricultores, seguido o exemplo de outros estados. Com o apoio do Pe. Ângelo D'Amaren e do Pe. João Gada, "um grupo foi até Manaus conhecer uma experiência bem-sucedida de escola agrícola, dirigida por Sandro Rigamonti, ex-padre no Amapá" (SOUSA, 2011, p. 51). Ao mesmo tempo, como estratégia, enviaram 18 jovens, selecionados pelo SINTRA para estudarem em EFAs de outros estados, e estes receberam a missão de, após a conclusão dos estudos, deveriam atuar e contribuir na construção de Escolas Famílias no Estado do Amapá.

No ano de 1983 o STR elaborou um projeto para a implantação das EFAs no estado e, com o Padre Ângelo D'Amaren, articularam uma parceria com apoio financeiro da Organização Não-Governamental (ONG) italiana *Associazione degli Amici dello Stato Brasiliano dello Spirito Santo* (AAES) que, por meio de recursos advindos da Itália, tinha o objetivo de beneficiar projetos sociais em países sul americanos. Já com o projeto pronto, além da assinatura do presidente do SINTRA, era necessária outra de uma autoridade do estado reconhecendo a iniciativa, mas, com o receio do governo militar, Aníbal Barcelos (governador do antigo Território Federal do Amapá) negou o pedido que só foi assinado em 1985, pelo então Secretário de Agricultura João Alberto Capiberibe no Governo de Nova da Costa, antecedendo redemocratização do país.

Colocação das Escolas. - Na área de São Joaquim do Pacuí há três propostas a serem estudadas pelo Pe. João em conjunto com a Comunidade. Na área da Estrada de Ferro há três propostas para ser estudada pelo senhor Benedito. A terceira Escola será realizada nas ilhas do Pará, na localidade Moura, dependendo da resolução de compra ou doação de terrenos aptos. [...] Acompanhamento dos voluntários. O Pe. João Gada fica responsável da acolhida e do entrosamento dos voluntários italianos, junto com o Pe. Ângelo D'Amaren. (Anais do I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Amapá, 1987).

Somente em 1987, com a Sociedade Central de Agricultores do Amapá (SOCEAP) como entidade jurídica para a celebração do convênio, que o projeto foi enviado. Após os trâmites, veio um aporte financeiro para construir três EFAs, sendo que duas seriam no estado do Amapá (uma no Distrito do Pacuí e outra na rodovia Perimetral Norte) e a terceira no Afuá (Ilha do Marajó-Pará). Com quase dez anos de iniciativa, é criada em 1989 a primeira EFA no estado, com 18 jovens da região. Dois anos depois, em 1991, eram inauguradas as EFAs da Perimetral Norte e de Afuá, localizada no Marajó, mas que interrompeu suas atividades por falta de recursos. E assim, foram implantadas as primeiras EFAs, que iniciaram suas atividades com muitas dificuldades e, até os dias atuais, continuam na batalha por melhores condições na educação do/no campo.

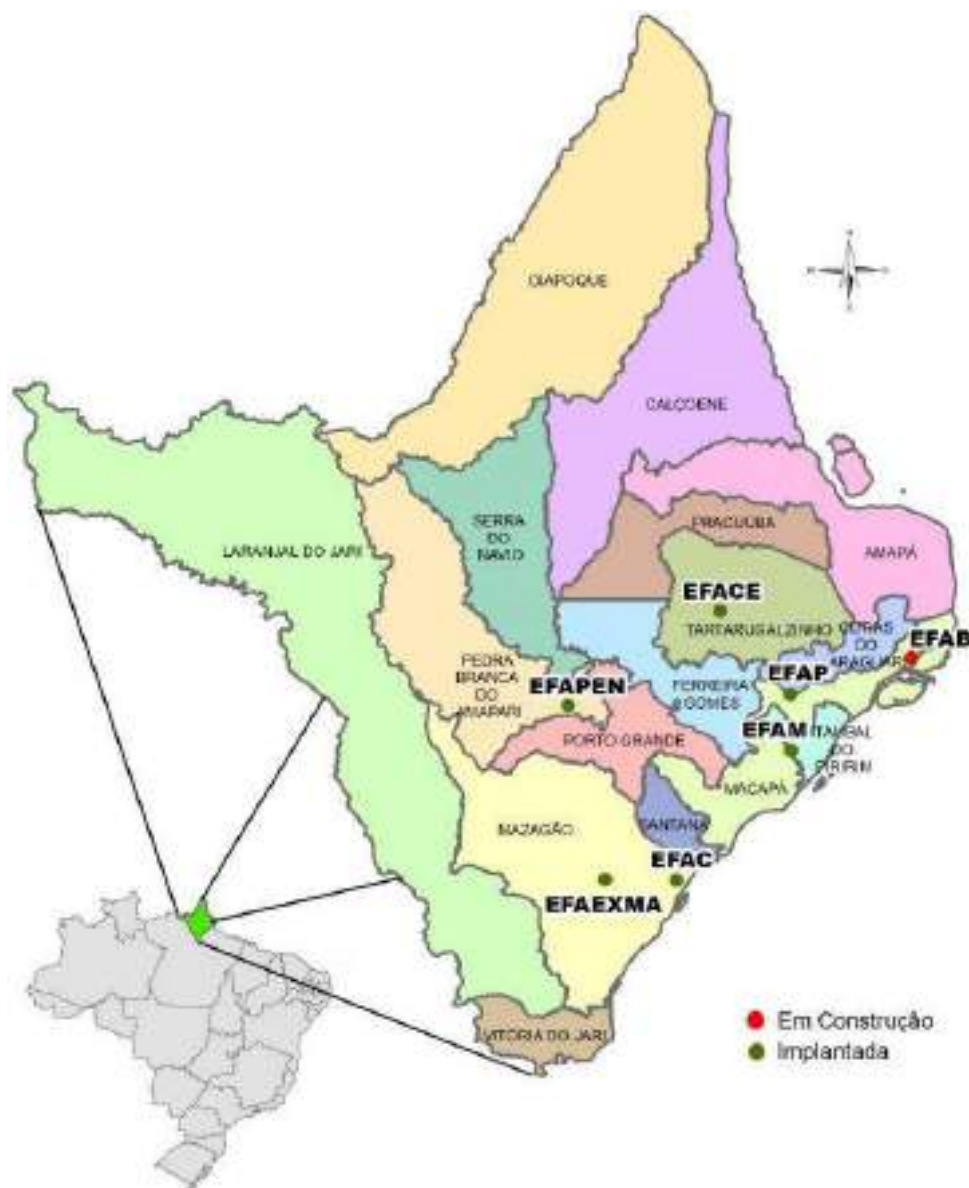
A implantação das EFAs no estado não foi fácil e sua permanência também tem enfrentado barreiras, incluindo os entraves ocasionados pelo Estado. É importante frisar que

este já foi mais atuante junto às mesmas, pois somente as três primeiras foram construídas sem recurso governamental. As demais foram construídas por meio de mutirões, características das Escolas Famílias, mas obtiveram dinheiro público e o mesmo interferiu desde a fase inicial até a inauguração. De certa forma, surgiram a partir de iniciativas da comunidade, mas com interferências políticas, como ocorreu nas escolas que surgiram na Itália. O Estado, hoje, é o maior parceiro delas, mas, por garantir o suporte financeiro para sua sustentação, torna-se também o seu maior percalço, pois, com a irregularidade no repasse, ocasiona problemas que fragilizam as mesmas no desempenho de suas atividades, e isso tem estremecido esta relação que outrora já foi melhor.

Dessa conjuntura é importante demonstrar que o estado do Amapá não possui uma economia desenvolvida ou industrializada, a população em geral é pobre e os camponeses produzem essencialmente para o autoconsumo e venda de excedentes. A economia do setor serviços públicos prevalece, ou seja, o Estado ainda é o principal indutor econômico local. Pensar uma autonomia dos povos do campo torna-se difícil e soma-se a isso as alianças políticas estabelecidas entre os grupos nas comunidades que acabam dividindo o movimento. Resumindo, quando houve uma organização política de forma independente, grupos políticos tenderam a se aproximar, dividir o movimento social e afastando iniciativas de maior independência. Assim estabelecido, os movimentos ficam mais fragilizados e dependentes do Estado que, no primeiro momento de crise econômica, tende a retirar suas obrigações assumidas anteriormente. É uma forma de não permitir o desenvolvimento autônomo.

Atualmente, no Estado do Amapá estão implantadas 06 (seis) Escolas Famílias, com a perspectiva de implantação de uma no Distrito do Bailique, a qual está em fase inicial de construção, localizada no Assentamento Agroextrativista do Iratapuru, e por esse motivo não realizamos ali pesquisas a campo aprofundadas. No mapa a seguir, apresentado como figura 3, trazemos o território amapaense e a localização das escolas famílias existentes.

Figura 3: Escolas Família no Amapá



Fonte: CARDOSO (2018)

De acordo com Sousa (2011, p. 71), as EFAs no Estado do Amapá foram fundadas e atuam da seguinte forma:

- Escola Família Agrícola do Pacuí (EFAP), foi a primeira, localizada no Distrito do São Joaquim do Pacuí, município de Macapá, iniciou suas atividades em 1988, atuando com Ensino Fundamental (6º a 9º ano) e qualificação básica em agropecuária, Ensino Médio e Educação Profissional Técnico em agropecuária.
- Em seguida, veio a Escola Família da Perimetral Norte (EFAPEN), situada na Comunidade do Cachorrinho, no município de Pedra Branca do Amapari e Porto Grande, a qual foi inaugurada em 1991 e atua com Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e com qualificação básica em agropecuária;
- Em 1997, foi fundada a Escola Família Agrícola do Carvão (EFAC), locada no Distrito do Carvão, Município de Mazagão Novo, que posteriormente teve

seu nome modificado para Escola Família Agroextrativista do Carvão. Atua com Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) com qualificação básica em Agroextrativismo, Ensino Médio e Educação Profissional Técnico em Agroextrativismo.

➤ A Escola Família Agroextrativista do Maracá (EFAEXMA), estabelecida na Vila do Maracá, Município do Mazagão Novo, foi constituída em março de 2000 e atua com Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) com qualificação básica em Agroextrativismo;

➤ Escola Família da Colônia do Cedro (EFACE), localizada na Colônia do Cedro, que foi um Projeto de Assentamento de Reforma Agrária, subordinado ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), no Município de Tartarugalzinho. Inaugurada em abril de 2003, atua com Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) com qualificação básica em Agropecuária.

No ano de 2014, no dia 14 de junho, foi inaugurada a Escola Família Agroecológica do Macacoari (EFAM), localizada na Comunidade Nossa Senhora de Nazaré, no Município de Itaubal. Fruto do esforço coletivo dos moradores das comunidades da foz do Rio Macacoari e em parceria com o Governo do Estado, a escola atua com Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), com qualificação básica em Agroecologia e atualmente está aguardando a autorização do Conselho de Educação para implantação do Ensino Médio.

As EFAs, hoje no Amapá, apesar de serem a opção mais viável para os filhos dos agricultores, enfrentam o problema da quantidade de jovens reduzida verificado pelo decréscimo no número de matriculados em 2017, caindo de 601 para 416 entre 2017 a 2018, considerando todas escolas.

A diminuição de matrículas nos últimos anos se deve a fatores internos e externos, dentre eles, o financeiro, pois, para operarem, as EFAs necessitam de parcerias firmadas para a manutenção, implementação e realização de suas atividades. São entidades, caracterizadas como escolas comunitárias, mas sem fins lucrativos. Possuem uma associação, pela qual foram criadas, mas sem recursos próprios para mantê-las. Tem-se como foco a melhoria na educação do campo e emerge da ausência de políticas públicas para a área rural, aqui, em especial, amapaense, com as devidas considerações às especificidades locais, ou seja, nascem frente à negação ao direito a educação, motivo pelo qual os movimentos tomam para si a responsabilidade que é legalmente do Estado. Sobre a falta de recursos, foi destacado a partir de entrevista a campo:

[...] Em 2010, final de março, o governo assinou o convênio, mas não pagou. Começou a pagar em julho de 2010, duas (2) parcelas e mais uma (1) em outubro, o restante ficou devendo. O convênio era de três milhões e ficou dois sem pagar, o que veio gerando uma bola de neve. Em 2013, o governo deixou o atrasado para trás e começou a pagar o novo convênio, mas não conseguia pagar regularmente e passou para 2013 devendo 2012. Em 2013 assinou o convênio em julho e passou para o outro ano, abril de 2014. Com isso, ele criou mais uma lacuna de seis meses. (...) E no ano de 2016 não foi repassado verba para as escolas, mesmo com o TAC assinado e as EFAs tendo direito garantido na verba do FUNDEB. O governo disponibilizou somente professores através de contrato administrativo. Agora assinou o

termo de fomento. Em abril, mas até agora pagou só duas parcelas. (Secretário Administrativo – RAEFAP, entrevista concedida em 2017).

Percebe-se, no depoimento, que a crise se iniciou desde 2010, no mandato do Governo Góes (2002-2010), mas Nascimento (2005) já apontava sérios problemas financeiros das EFAs. Hoje o atual governador não tem honrado com seus compromissos em relação a elas, mas, por incrível que pareça, o período do seu mandato anterior, foi aquele em que essas escolas mais cresceram.

Com esse Waldez Góes, que está no segundo mandato, não teve um, o Capi foi bom, mas o Waldez foi melhor e pagava até adiantado. [...] Mas hoje ele falha demais, há mais de um ano que não paga nada, pra gente não ver a escola fechar, a gente teve que colaborar. (Representante da Associação do Pacuí – AFERFAP).

O atual Governador Waldez Góes passou o ano de 2015 sem repassar nenhuma verba para as EFAs, mesmo essas tendo um recurso garantido pelo FUNDEB⁵. Alegando que por ceder professores contratados pela Secretaria de Estado de Educação - SEED, já estava cumprindo com suas obrigações. Vale frisar que tal situação ficou mais grave em 2015, pela falta de repasse do Governo anterior, Camilo Capiberibe (2010-2014). Nesse período foi assinado um Termo de Ajuste de Conduta - TAC no qual o Governo se comprometia a repassar os valores devidos às EFAs, fato não cumprido. A falta de recurso traz uma série de problemas tanto para a Rede das Associações das Escolas Famílias do Amapá - RAEFAP⁶ quanto para as EFAs e, devido a esses conflitos, hoje, tem-se uma relação estremecida.

As EFAs, segundo entrevistas junto à RAEFAP, surgiram com instalações simples, de madeira e sempre construídas em mutirão, mas, posteriormente, foram sendo adquiridos prédios e equipamentos por meio de convênios com o Governo do Estado e com empresas, bem como por meio de emendas dos parlamentares do estado. Foi através da parceria com o Estado que as EFAs adquiriram alguns bens, como: caminhão, trator, gerador, laboratórios entre outros. A aquisição dos bens existentes hoje nas escolas não foi só de parcerias com o Governo, pois no decorrer desse processo elas conquistaram muitos parceiros e, dentre essas, há as que se designam ao simples repasse de recursos físicos e/ou financeiros e outras que destinaram equipamentos como o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) via Território da Cidadania e o RURAP (Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá) instituto de extensão pública que realiza atividades profissionais.

⁵ A Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, reformula a Lei do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) para viabilizar o direito dos CEFFAs ao financiamento público.

⁶ Criada em 1991, se constitui em uma entidade civil sem fins lucrativos, de caráter educativo, cultural e social, servindo de ligação entre poder público e EFA.

Diante do exposto, percebe-se a importância do Estado nesse processo e como essa parceria proporcionou o crescimento das EFAs, por outro lado, sua omissão posterior. A falta de recursos faz com que essas escolas não possam realizar suas atividades na íntegra, não levando em conta que a educação é um bem comum e deve acontecer de forma regular, com qualidade e condições dignas tanto estruturais quanto com pessoal para gerar resultados positivos. Outro ponto agravante é a rotatividade de professores⁷, pois, sem o aporte financeiro, a volatilidade é muito grande e isso acaba por prejudicar, pois não é possível a sua aplicabilidade completa, tornando as EFAs em escolas “comuns”, como as outras existentes nas cidades, com o diferencial da alternância comunidade/escola/comunidade. Para a dinâmica das escolas isso é um ponto negativo, já que, principalmente as atividades relacionadas a preservação do meio e a preparação do jovem para atuar por melhorias locais, deixam de acontecer.

Gênese e dilemas envolvidos nas Escolas Famílias Agrícola no Amapá

A pesquisa a campo foi realizada durante dois anos, entre 2017 e 2018. Nela realizamos visitas em campo, entrevistas com jovens, comunidade, direção escolar e aqui, de forma sintética, apresentamos algumas especificidades do caso das 6 EFAs do Amapá.

Ao Sul do Amapá, temos as Escolas Família Agroextrativista do Carvão – EFAC e a Escola Família Agroextrativista do Maracá – EFAEXMA. Ambas estão localizadas dentro do município de Mazagão, foram criadas por comunidades com histórico extrativista e ribeirinho e, portanto, seu perfil pedagógico está direcionado a esse público, tendo a EFAC iniciado em 1997 e construída por mutirão, e a EFAEXMA em 2000, improvisada na sede da associação extrativista.

A EFAC oferta Ensino Fundamental e Médio enquanto o Ensino Técnico em Floresta foi paralisado por falta de recursos para manter laboratórios e áreas experimentais, além de problemas por falta de reconhecimento. A escola também enfrenta uma redução significativa de matrículas, sendo 230 no início das atividades, e atualmente (2018) eram 119. Ela é gerida pela associação da Escola Agroextrativista do Carvão (AEFAC), composta por cerca de 100 famílias camponesas associadas que contribuem com um valor monetário pequeno para manutenção das atividades, como prestação de serviços e alimentação dos jovens.

EFAEXMA foi a quarta escola família criada no estado; nasceu do desejo das pessoas residentes na comunidade, principalmente dos que estavam ligados à Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agroextrativista do Maracá (ATEXMAR). Sua

⁷ O principal entrave tem sido a contratação de profissionais não licenciados para a realização de atividades técnicas ofertadas pelas EFAs, ou seja, sendo a parceria com o GEA por meio da SEED, essa juridicamente tem dificuldades para contratação dos profissionais (bacharéis) para o atendimento desejado.

construção teve apoio direto do Estado, o que descaracteriza sua independência direta. Teve um prédio novo inaugurado em 2007, porém em situação de deterioração e abandono. A escola possui laboratórios, áreas para atividades práticas, além de alojamentos para os jovens durante o tempo escola. Ela já chegou a atender 1100 jovens, inclusive das regiões ribeirinhas do Pará, mas em 2018 eram apenas 48 matriculados. Oferta Ensino Fundamental e Médio com currículo voltado à formação agroextrativista, porém, não mais com a formação técnica. Ela é gerida pela Associação da Escola Família Agroextrativista do Maracá (AEFAEXMA), organizada por famílias camponesas extrativistas.

Ao Norte do Amapá temos a Escola Família do Cedro – EFACE, localizada no município de Tartarugalzinho, no Assentamento Colônia do Cedro. Ela atende especialmente os filhos de agricultores, que, em sua maioria, não são provenientes do Amapá, e foi criada em decorrência da necessidade que tais agricultores enfrentavam para garantir acesso à educação a seus filhos. As lideranças locais conheceram a época e se entusiasmaram com o caso de outras EFAs existentes, sendo criada, em 2002, a Associação da Escola Família Agroextrativista do Cedro – AEFACE para fins de gerir a escola e, em 2003, a EFACE inicia suas atividades em um prédio de madeira construído em regime de mutirão.

Posteriormente a EFACE, com a parceria com o Estado e entidades não governamentais, vai se estruturando com laboratórios e espaço para atividades práticas. Porém, como as demais citadas, enfrenta dificuldades para manter as atividades externas à sala de aula. A escola enfrenta dificuldades em termos de parceria, como cessão de transporte e alimentação pela prefeitura local. Oferece Ensino Fundamental e Médio, já atendeu até 150 jovens e, atualmente, possui apenas 48 matriculados e, em campo, verificou-se descrença da comunidade em relação à escola, devido a suas condições na oferta de ensino.

A Escola Família do Distrito do Pacuí – EFAP pertence ao município de Macapá, no Distrito de São Joaquim do Pacuí e integra 25 comunidades rurais, em geral compostas por agricultores posseiros, criadores de gado, quilombolas e pescadores. A EFA foi a pioneira no Amapá, tendo iniciado em 1989 com o trabalho voluntário de padres italianos que ensinavam curso informal de suplência de 1º grau e atividades paralelas em agropecuária, tendo como mantenedora a Associação das Famílias da Escola Família Agrícola da Região do Pacuí – AFEFARP.

A EFAP possui uma propriedade com uma área de oitenta e seis hectares e atende a um total de 125 jovens do ensino médio e profissionalizante. O curso tem duração de quatro anos e, com a realização de um projeto profissional no último ano, o aluno recebe o diploma técnico em Agropecuária além de oferecer Ensino Médio. A escola é gerida pela diretora Bianca Rigamonti (fundadora da instituição), que conta com o apoio de professores e monitores. As decisões administrativas são feitas pela própria diretora, enquanto as estratégicas são feitas pelo conselho administrativo que se reúne uma vez por mês e é

composto por membros da associação. No que diz respeito à infraestrutura física e pessoal, a EFAP é dotada de uma estrutura para receber 250 jovens, com estrutura de laboratórios, alojamento e área experimental, porém alguns desses não estão em atividade por escassez de recursos e sérias dificuldades para se manterem.

A EFAP atende jovens oriundos de várias localidades do Amapá e do Pará, estado vizinho. Sua alternância ocorre na condição 20 dias escola e 10 comunidades, sendo que os jovens que moram em comunidades mais distantes são “adotados” por uma família local. Hoje há uma ausência das famílias próximas à escola e isso foi constatado durante a pesquisa de campo na comunidade, pois os moradores já não se percebem parte integrante da escola, o que acaba enfraquecendo a escola que surgiu de mobilização social.

A Escola Família Perimetral Norte – EFAPEN está localizada nas margens da BR 210 (Perimetral Norte) na Comunidade do Cachorrinho, município de Pedra Branca do Amapari, região Centro-Oeste do estado. Foi fundada em 1991 por meio do esforço conjunto de agricultores, professores, lideranças religiosas e sindicais, líderes comunitários e Diocese de Macapá, ofertando Ensino Fundamental a partir do 6º ano e os três anos do Ensino Médio. A EFAPEN foi a segunda escola família no estado e tem uma estrutura física um pouco superior às demais EFAs, construída através de mutirões, parcerias com prefeitura, GEA, empresas mineradoras da região e emendas parlamentares.

Assim como as demais, possui estrutura física, como laboratórios, alojamento para estudantes e espaço para atividades práticas, porém também enfrenta dificuldades financeiras para deixar os espaços em condições de uso. A escola enfrenta também problemas quanto à descrença na comunidade, possui matriculados atualmente somente 26 jovens, sendo apenas 4 no Ensino Fundamental e 22 no Médio.

A Escola Família Agroecológica do Macacoari – EFAM também foi construída em madeira em regime de mutirão pela comunidade, está localizada na foz do rio Macacoari, município de Itaubal, a Leste do estado; sendo inaugurada em 2014, foi pensada para levar o ensino aos jovens da região e, ao mesmo tempo, não os afastar da produção familiar. Foi a primeira escola ribeirinha criada no modelo de alternância. A estrutura da escola teve algum crescimento proporcionado pelas parcerias com estrutura de ensino, alojamento para jovens e espaço para atividades experimentais. Ela possui uma área de 14 hectares, com 80 famílias envolvidas no processo, com abrangência em 3 municípios e 9 comunidades. Sob a direção desses jovens ex-alunos de EFAs, a EFAM tem usado de sua criatividade para galgar sua autonomia financeira, especialmente em relação à alimentação, e assim, durante a falta de recurso, conseguir manter-se funcionando. Ela oferta apenas Ensino Fundamental, 46 matriculados em 2018, e com projeto para implantação do Ensino Médio.

Em síntese, o papel das EFAs no Amapá foi, em tese, uma construção a partir dos movimentos sociais do campo, da sua organização política e necessidade de promover

desenvolvimento humano local. Em tese, teriam o papel de serem comunitárias com investimentos externos a partir de parcerias. O Governo do Estado se aproxima como principal parceiro, porém torna-se na maioria dos casos, o único, fator que gerou desestabilização porque retira a autonomia local com a dependência de dinheiro público, o que tem provocado crise no desenvolvimento da mesma. As escolas, cujo formato seria a formação holística e técnica em regime de alternância, apenas mantém tal metodologia, mas o nível de instrumentalização, como visto, está prejudicado, o que desestimula inclusive o apoio das comunidades locais; assim, muitos jovens do campo acabam se matriculando em escolas tradicionais (a falta de recursos provoca inclusive o atraso no calendário letivo). Em pesquisas a campo (2 visitas em cada) obtivemos a partir das entrevistas os seguintes diagnósticos.

Com relação à importância, alguns pais de jovens relataram o seguinte: “A escola não é importante para a comunidade, maioria dos jovens são de outras mais distantes, talvez pra eles sejam”. Para outro, “A escola já foi importante para a comunidade, mais hoje não é mais. A escola tá muito longe da comunidade”.

Percebe-se, na fala dos pais, o afastamento entre escola e comunidade e que estes já não acreditam no papel emancipador da escola. Esse afastamento, também tem ocasionado a diminuição na procura de vagas nas EFAs, pois os jovens da comunidade, em sua maioria, vêm a escola fora do contexto desejado ou não compreendem mais sua real proposta, por não participarem ativamente de suas decisões. Alguns jovens mais antigos têm uma visão diferente e acreditam que escola proporcionou melhor formação. Segundo uma mãe de aluno: “meu filho hoje só está trabalhando porque estudou na escola família e o governo fez um concurso só para os jovens de escola família. Se ele não tivesse estudado lá, estaria até hoje na roça”; outro pai afirmou: “Meu filho mudou de comportamento dentro de casa e passou a ajudar a gente na roça depois que ele começou a estudar na escola família”.

Percebe-se a reprodução de vida de uma mãe de aluno que afirma de forma positiva o papel da EFA, porém de forma deturpada sobre a condição “ruim” em permanecer no trabalho rural, se referindo ao emprego público na cidade como ascensão social. Muitos pais afirmaram que a EFA prepara as crianças para a vida adulta, no respeito aos mais velhos, porém sem a criticidade de compreensão da realidade local e conscientização em debater melhorias para as comunidades. Reproduz o papel tradicional de manter o jovem no campo.

Ao questionar os professores sobre a proposta da Pedagogia da Alternância, 27,78% afirmavam que conheciam pouco, mas, sem dificuldade de adaptação; 44,44% afirmaram que não conheciam, mas se adaptaram; e 27,78% afirmaram considerar como uma metodologia adequada para quem vive no campo. Quando questionados sobre o que entendem por pedagogia da alternância, 13,33% acreditavam que era o melhor método para o campo, 53,33% por alternância escola/família e 33,33% por metodologia com instrumentos próprios. Do universo de 18 professores entrevistados é significativo que uma parte considerável

desconhecia o método (mas se adaptaram) o que pode revelar um preparo inadequado para atuação junto ao público do campo.

Quando questionados os jovens concluintes sobre o significado da Pedagogia da Alternância, 57,69% afirmavam ser a alternância família/escola, 15,38% por formação integral e 26,93% não sabiam responder. Já para os jovens que estavam iniciando, 55,56% não sabiam do que se tratava, ou seja, a maioria entende que existe o tempo escola e o tempo comunidade, mas exatamente não têm dimensão do seu significado em termos de formação diferenciada. Esse fato pode também ser resultado do desconhecimento dela por parte dos professores, até pela rotatividade existente.

Aos diretores, quando questionados sobre a diferença entre o ensino da EFA comparado à escola regular, 66,67% atestavam a qualidade do ensino, 16,67% falaram sobre normas e 16,67% sobre práticas. Questionado os técnicos e membros da associação, 27,27% afirmaram a metodologia da escola, 18,8% a formação integral, 9,09% consideraram que não há diferença, 27,27% afirmaram valores humanos e 18,18% a presença da família. Para os jovens regulares, 16,67% afirmaram “não tinha que trabalhar”, 50%, que ali havia regras, 33,33%, o período de alternância. Nas questões, apresentou-se uma consonância entre as respostas dos diretores com os técnicos e membros de associações, apesar de 9,09% afirmarem que não havia diferença desse ensino com o regular. Considerável porcentagem de jovens entendem a rotina como um equivalente de trabalho (pela rigidez proposta nas atividades com horários definidos para atividades).

Em algumas respostas dissertativas, no relato de um professor, “na EFA os jovens aprendem além de conteúdos a respeitarem as demais pessoas que eles convivem”. Para um ex-aluno: “Na escola aprendi a mudar meu comportamento com os meus pais, comecei a ajudar meu pai na roça e minha mãe em casa. Eles nem acreditavam na mudança”. Para um aluno concluinte: “Hoje o que eu faço aqui na escola eu também faço em casa para ajudar minha mãe”. Para um coordenador: “A escola trabalha com regras e valores. No início eles acham ruim, mas depois se acostumam e já estranham quando alguém faz alguma coisa de errado”. Para um membro da comunidade: “Minha filha mudou muito depois que começou a estudar na escola, fica mais em casa e me obedece sem reclamar muito. Não era assim antes”. Percebe-se que a rotina nas EFAs transforma os jovens a uma realidade de trabalho e respeito mútuo, porém, pouca criticidade foi destacada.

Em relação ao trabalho com projetos nas EFAs, os coordenadores afirmam que 66,67% realizam, porém não estão sendo executados, e 33,33% dos professores não realizam projetos, ou seja, os resultados apontam que há conhecimento sobre a importância em se trabalhar com projetos que envolvam os jovens e comunidades, mas não há clareza do que é realizado. A resposta positiva pode ser mais uma intenção de apontar sua importância,

mas, como observado, não tem se tornado prática constante, tendo em vista a crise econômica vivida por todas escolas, prejudicando assim a proposta da alternância.

Em relação ao papel que a EFA tem contribuído para o envolvimento do aluno nas propriedades e comunidades, entrevistando pais de jovens, 25% afirmaram que sim, mas faltava apoiar a comunidade; 15,63% afirmaram que sim, com projetos; 9,38% consideram que capacita o aluno a trabalhar na propriedade; 15,63% não conseguem fazer as visitas; 12,50% não desenvolvem projetos na comunidade; 9,38% não participam das atividades em casa nem na escola; para 12,50% a escola não é mais uma referência. Para jovens ex-alunos, 76,67% atestam que a EFA tem contribuído para o envolvimento dos jovens nas propriedades e nas comunidades, contrastando com o que afirmaram jovens concluintes, dos quais apenas 38,46% confirmaram isso. Os dados atestam certo descrédito da comunidade em relação à escola, ou seja, perda da importância (porém uma pequena maioria ainda acredita na capacidade desta), enquanto jovens ex-alunos são mais otimistas (por terem vivenciado uma experiência mais positiva no passado), enquanto os que estão concluindo seus estudos apresentaram pouco entusiasmo. Ainda 61,54% dos jovens concluintes não acreditam nesse envolvimento e dizem que ao terminar os estudos irão para a cidade, por acreditar que há mais oportunidades tanto para continuar os estudos, quanto trabalhar.

Durante as visitas às comunidades, constatou-se que 96% dos entrevistados são proprietários de suas terras, e nelas são feitas roças principalmente de mandioca, para produção da farinha destinada ao autoconsumo e abastecimento do mercado interno. Apesar dos agricultores serem maioria (43,75%), há outras atividades/profissões exercidas, como servidores públicos (educação), alimentação e outras atividades de serviços, sendo que a maioria, 56,25%, possuem uma segunda renda. Em relação a jovens ex-alunos, 63% exercem atividade na agricultura e criação de pequenos animais, 26,67% são extrativistas, 13,33% na pecuária e 13,33% não trabalham. Já aos jovens concluintes, 38,46% afirmaram desenvolver agricultura, 15,38% pequenos negócios, 11,54% piscicultura, 3,85% suinocultura e 30,77% o extrativismo. Para 66,67% dos jovens ex-alunos a formação na EFA permitiu melhorar sua produção, enquanto para jovens concluintes foram 57,69%. Assim, apesar do descrédito ou falta de perspectiva, especialmente dos jovens concluintes, para a maioria a formação na EFA garantiu melhorias ou aumento da produção. Corroborando a isso, ao questionar os diretores, 83% afirmaram que as EFAs diretamente influenciam a participação dos jovens nas organizações sociais, ou seja, há um avanço em termos de participação política, fator bastante positivo.

Em relação à participação das famílias nas EFAs, 65,63% delas consideram pouca participação, para 21,88% não há participação e apenas 12,50% consideram normal. Já dos professores, 61,11% afirmaram que atualmente é pouca e já foi melhor, 27,78% que não há participação e apenas 11,11% afirmaram que são participativos. Técnicos e membros de

associações afirmaram (81,82%) que há pouca participação das famílias nas EFAs. Estes dados têm comprovado o distanciamento dos pais e comunidade em relação às escolas famílias, o que diretamente tende a agravar a situação das mesmas.

Considerações finais

Em termos de abordagem e aprofundamento da pesquisa, foram anos de intenso trabalho de pesquisa e análise de campo. Há uma história rica na construção e papel das EFAs no Amapá, fruto da mobilização social e conquistas alcançadas, e a perspectiva da Pedagogia da Alternância também se coloca como adequada para a realidade local.

Entretanto, as escolas, criadas enquanto comunitárias, geridas por associações e integradas à RAEFAP, ao longo do tempo perderam seu caráter mais independente, tornando-se reféns do Governo do Estado no que tange ao fornecimento de profissionais (professores) e apoio financeiro, fatores que levaram ao distanciamento das comunidades e consequente crise, uma vez que os repasses passaram a escassear, fator que prejudica inclusive o calendário escolar.

Assim, para muitos, as EFAs têm se tornado desestimulantes, pois não têm apresentado algo diferenciado (apenas o método da alternância); praticamente não há mais oferta de ensino técnico ou profissionalizante, tornando as mesmas em condições quase idênticas às demais escolas. Atividades de laboratórios e práticas não se aplicam de forma eficaz.

Por outro lado, as EFAs, em tese, permitiram a um conjunto de jovens um aprendizado que gerou o reconhecimento da importância das atividades que desenvolvem no âmbito da agricultura, na participação política dos mesmos (mesmo tímida junto às comunidades), fatores considerados positivos. Os jovens concluintes, por sua vez, vislumbram terminar seus estudos e migrar para a cidade, pois acreditam que ali conseguirão melhores condições.

Nessa condição, as EFAs do Amapá têm pecado naquilo que consideramos preponderante, a formação política dos jovens do campo, tendo em vista que é pensada uma educação em moldes construtivistas e libertadores, que valorizem as condições locais e pensem alternativas para o desenvolvimento local, e não a reprodução da imagem da cidade desenvolvida e o campo como atrasado e deficitário.

Referências

Anais do I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Amapá. Macapá: 1987.

BEGNAMI, J. B. **Formação pedagógica de monitores das escolas famílias agrícolas e alternâncias:** um estudo intensivo dos processos formativos de cinco monitores. Dissertação (Mestrado Internacional em Ciências da Educação) - Universidade Nova de Lisboa / Universidade François Rabelais/UNEFAB, Brasília, 2003.

BERNARTT, M. L.; PEZARICO, G. A Pedagogia da Alternância e seus referenciais metodológicos: construções a partir dos diálogos entre Brasil-África. **R. de Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, v. 12, n. 19, p. 116-136, Dez. 2011.

CALAZANS, J. Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. (Orgs.). **Educação rural no terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 161-198.

CALAZANS, J. et al. Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: WERTHEIN, Jorge; BORDENAVE, Juan. (Orgs.). **Educação e escola no campo**. São Paulo: Papirus, 1993. p. 15-42.

CALVÓ, P. P.; GIMONET, J. C. Aprendizagens e relações humanas na formação por Alternância. In: BEGNAMI, J. B.; BURGHGRAVE SIMONIAN, T. (Orgs.). **Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade**. Orizona: UNEFAB/Embrapa, 2013. p. 35-69.

CARDOSO, J. P. **Pedagogia da Alternância e as Escolas Famílias no Estado do Amapá**: aportes para o desenvolvimento local. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá, 2018.

CALVÓ, P. P. Centros Familiares de Formação em Alternância. In: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. **Pedagogia da Alternância – Alternância e Desenvolvimento**. Salvador: UNEFAB, 1999.

COHEN, J.; ARATO, A. Sociedade civil e Teoria Social. In: AVRITZER, Leonardo. (Org.). **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.

COSTA, H. G. P. **Educação do campo no Estado do Amapá**: um estudo pró-campo – Política de Formação de educadores na universidade Federal do Amapá (2008 – 2014). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá, 2016.

FERNANDES, B. M. Reforma Agrária e Educação do Campo no governo Lula. **Campo - Território**, v. 7, p. 1-21, 2012.

HAGE, S. A. M. Transgressão do Paradigma da (multi)Serição como referência para a construção da Escola Pública do Campo. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 35, p. 129, 2014.

HENRIQUES, R. et al. **Educação do Campo**: diferenças mudando paradigmas. Brasília: Cadernos Secad 2, 2011. Disponível em: <red-ler.org/educacaocampo.pdf>.

NAWROSKI, A. APROXIMAÇÕES DA PEDAGOGIA DA ALTERNANCIA COM A ESCOLA NOVA – UFSC. IX ANPED - seminário de pesquisa em educação da região sul, **Anais...** 2012.

OTRANTO, C. R. et al. **Muito Além do Jardim: educação e formação nos mundos rurais**. 1. ed. Seropédica: EDUR, 2012.

PALADIM JR, H. A. **Educação do Campo Territorialização e Especialização do MST**. São Paulo: Annablume Editora, 2010.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA, M. A. **Educação do Campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SOUSA, F. B. B. **As contribuições da Escola Família Agroextrativista do carvão para o desenvolvimento rural sustentável na região amazônica amapaense**. 2011. 115 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá: 2011.

Sobre os autores

Roni Mayer Lomba – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente atua como docente na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0001-6062-6142>

Josiane Pereira Cardoso – Graduação em Pedagogia pela IEASP. Mestrado EM Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-6884-9524>

Como citar este artigo

LOMBA, Roni Mayer; CARDOSO, Josiane Pereira. Educação do campo e pedagogia da alternância: uma análise das Escolas Família Agrícola do Amapá. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 361-384, mai.-ago., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Roni Mayer Lomba** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, revisão e organização; a segunda autora **Josiane Pereira Cardoso** pela aquisição de dados e sua interpretação e análise, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 15 de junho de 2019.
Devolvido para a revisão em 28 de março de 2020.
Aceito para a publicação em 29 de março de 2020.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas.** Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha.** V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Marco Antonio Delfino. **Terras sem homens de bem para homens de bem sem terra.** v. 23, n. 52, p. 39-62, dossiê., 2020.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade.** V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocial a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BENITES, Eliel. **Tekoha Ñeropu'ã: aldeia que se levanta.** v. 23, n. 52, p. 19- 38, dossiê., 2020.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUENO, Caroline Tapia; SILVA, Susana Maria Veleda. **O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS.** Ano 23, n. 51, p. 279-299.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brillhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalpério. **O Acampamento-Tekoha Laranjeira Nãnderu em Rio Brillhante (MS): a atual conjuntura dos conflitos e das resistências.** v. 23, n. 52, p. 151-175, dossiê., 2020.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades.** V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n.

15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Um olhar sobre o desenvolvimento acreano: a “florestania” e outras histórias.** Ano 23, n. 51, p. 117-132.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16, n. 23, p. 81-108, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”.** V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais.** V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão.** V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo.** V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia**. V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil**. Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique**. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias**. Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR**. Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio**. Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

COLMAN, Rosa Sebastiana; PEREIRA, Levi Marques. **Territorialidade e sustentabilidade: desafios para as comunidades Kaiowá e Guarani em Mato Grosso Do Sul**. v. 23, n. 52, p. 63-89, dossiê., 2020.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais**. Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais**. Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG**. V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano**. Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano**. V. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico**. Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial**. Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil**. V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DANTAS, José Carlos. **A falsa vilã: ideologias e ação estatal no semiárido brasileiro**. Ano 23, n. 51, p. 157-179.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS**. Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses**. Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina.** V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro

Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, p. 162-185.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira.** V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil.** V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista.** V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource.** V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016).** V. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016).** V. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005)**. Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista**. Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo**. Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro**. V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. V. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill**. Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin**. Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay**. Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HASUDUNGAN, Albert; NEILSON, Jeffrey. **Processes of land appropriation for large-scale oil palm development in West Kalimantan, Indonesia**. Ano 23, n. 51, p. 366-389.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica.** V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás.** V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL)**. Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”**: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. V. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility**. V. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

KOBASHIKAWA, Tamy. **Brazilian agribusiness in Mozambique: the Prosavana Programme case study**. Ano 23, n. 51, p. 345-365.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016**. V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST**. Ano 15, n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema**. Ano 18, n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini**. Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil**. Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense**. Ano 17, n. 25, p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum**. Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo.** V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato.** V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p.

53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay.** V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS.** V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELO, Maria Aparecida Vieira de; SANTANA, Marcelo da Fonsêca; ALMEIDA, Ricardo Santos de. **A ordem do discurso da educação de jovens, adultos e idosos no território da educação do campo brasileiro: a qualificação profissional enunciada em análise documental.** Ano 23, n. 51, p. 328-344.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Cláudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro. **O movimento Guarani e Kaiowá pela reapropriação social da natureza e as retomadas de Tekoha.** v. 23, n. 52, p. 133-150, dossiê., 2020.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS).** V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das ‘escolinhas de favores’ à ‘escola de direito’: a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver).** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; GOETTERT, Jones Dari. **Geografia indígenas no/dp Mato Grosso do Sul.** v. 23, n. 52, p. 07- 18, dossiê., 2020.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza. **A questão agrária e seus desdobramentos na retomada indígena dos territórios tradicionais em Mato Grosso do Sul.** v. 23, n. 52, p. 90-109, dossiê., 2020.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo.** V. 22, n. 45, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier.** V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária.** Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?.** Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso.** V. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI.** Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP.** Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT.** V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária.** Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alysson Bezerra; SILVA, Daniely Lima. **Reestruturação produtiva da cadeia de papel e celulose em Imperatriz – MA: terra, transportes e trabalho.** Ano 23, n. 51, p. 133-156.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil.** V. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira.** V. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo deFreitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA.** V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro; HERRERA, José Antônio. **Subsunção do trabalho ao capital na agroindústria de óleo de palma na Amazônia paraense.** Ano 23, n. 51, p. 64-88.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULA, Cristina Quaresma de. **Conflitos por território na pesca artesanal brasileira.** Ano 23, n. 51, p. 180-204.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo;

SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo**. Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas**. Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático**. Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOIPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato**. V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOIPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOIPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra**. V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOIPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Multidimensionalidade, multiterritorialidade e multiescalaridade da questão agrária no Sul global**. Ano 23, n. 51, p. 09-20.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005)**. Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil**. Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial**. Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PITTA, Fábio; LEITE, Ana Carolina Gonçalves; KLUCK, Eric Gabriel Jones. **O boom e o estouro da bolha das commodities no século XXI e a agroindústria canavieira brasileira: da mobilização a crise do trabalho**. Ano 23, n. 51, p. 41-63.

POLLNOW, Germano Ehlert; CALDAS, Nádia Velleda; SPERLING, Daiane Roschildt. **O arroz ecológico Terra Livre: desenvolvimento e compromisso social**. Ano 23, n. 51, p. 260-278.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural**. Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”**. Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex**. Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia**. Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro**. V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso; LIMA, Ricardo Angêlo Pereira. **Grandes projetos de infraestrutura na Amazônia: imaginário, colonialidade e resistências.** Ano 23, n. 51, p. 89-116.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás.** V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Junio Gregório Roza; CASTRO, Selma Simões. **Metodologia de avaliação de sustentabilidade de projetos de assentamento rural aplicada à região do nordeste goiano, estado de Goiás.** Ano 23, n. 51, p. 231-259.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP)**. Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. V. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff**. Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SCHNITMAN, Talita. **Multifunctionality of agricultura: a brazilian perspective**. Ano 23, n. 51, p. 21-40.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II**. Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia**. V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP**. Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturção territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil)**. Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO**. Ano 18, n. 27, p. 214-239, 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado**. Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa**. Ano 17, n. 25, p. 8-101, 2014.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT**. V. 22, n. 49, p.168-188, 2019

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17, n. 24, p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Solange Rodrigues; NUNES, Flaviane. **Conflitos territoriais e racionalidades divergentes: contribuições da geografia escolar para luta e (re) existência dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul.** v. 23, n. 52, p. 110-132, dossiê, 2020.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense.** V. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato.** V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

- SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.
- SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.
- SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático.** V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.
- SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.
- SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense.** V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.
- SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.
- SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta.** V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.
- SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro.** V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.
- STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112.
- STRAUCH, Guilherme Freitas Ewald. **A territorialização do capital e as estratégias de resistência camponesa em Paraty/RJ.** Ano 23, n. 51, p. 205-230.
- SULZBACHER, A, W. **Perspectivas relacionais das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.
- SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.
- TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.
- TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.
- TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil**. Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la externsi3n universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abra3o Levi; P3LEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da ret3rica da intransigência**. Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecol3gicos pela alimenta3o escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na constru3o de economias de resistênci3 no semiárido nordestino**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globaliza3o e democratiza3o: a participa3o do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolu3o agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonizaci3n y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusi3n sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance**. Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea**. Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Forma3o continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG**. Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná.** V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **“A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato.** V. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry.** V. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica.** Ano 21. n. 45, edição especial, p. 12-31.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol.** V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine; DAVID, C. **A formação dos sujeitos do campo e a pedagogia da alternância: da França ao sul do Brasil.** Ano 23, n. 51, p. 300-327.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97,

2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along**

India's Narmada river. Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural**. Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo**. Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea**. Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa**. Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação**. Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola**. Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina**. Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil**. Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa**. Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão**. Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico**. Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina**. Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico**. Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil**. Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução**. Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO**. Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán**. Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios**. Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina**. Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill**. Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa**. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA**. Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação**. Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión**. Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo**. Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde América Latina.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinicius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinções e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Livia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrario en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, p. 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas.** Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHU, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?.** Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver).** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina.** Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais**. Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação**. Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163**. Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics**. Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil**. Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO; J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D’Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Sílvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das ‘escolinhas de favores’ à ‘escola de direito’: a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica.** Ano 21, n. 45, edição especial p. 12-31.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil**. v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano**. v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. *Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility*. v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. v. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira**. v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo**. v. 22, n. 46, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense**. v. 22, n. 46, p. 309-315, nota, jan.-abr. 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta.** V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.** V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira.** V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro.** V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha.** V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais.** V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão.** V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista.** V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades.** V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS).** V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade.** V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo.** V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ZIMMERMANN, Angelita.; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil.** V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica.** V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”.** V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016.** V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG.** V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato.** V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS.** V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás.** V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT.** V. 22, n. 49, p.168-188, 2019.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná.** V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás.** V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense.** V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo.** V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina.** V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo deFreitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA.** V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia.** V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato.** V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O paradigma originário da educação do campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio.** V. 22, n. 50, p. 64-90, 2019.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático.** V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro.** V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol.** V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay.** V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT.** V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil.** V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource.** V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier.** V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Multidimensionalidade, multiterritorialidade e multiescalaridade da questão agrária no Sul global.** Ano 23, n. 51, p. 09-20, 2020.

SCHNITMAN, Talita. **Multifunctionality of agricultura: a brazilian perspective.** Ano 23, n. 51, p. 21-40, 2020.

PITTA, Fábio; LEITE, Ana Carolina Gonçalves; KLUCK, Eric Gabriel Jones. **O boom e o estouro da bolha das commodities no século XXI e a agroindústria canavieira brasileira: da mobilização a crise do trabalho.** Ano 23, n. 51, p. 41-63, 2020.

PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro; HERRERA, José Antônio. **Subsunção do trabalho ao capital na agroindústria de óleo de palma na Amazônia paraense.** Ano 23, n. 51, p. 64-88, 2020.

RODRIGUES, Jondinson Cardoso; LIMA, Ricardo Angêlo Pereira. **Grandes projetos de infraestrutura na Amazônia: imaginário, colonialidade e resistências.** Ano 23, n. 51, p. 89-116, 2020.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Um olhar sobre o desenvolvimento acreano: a "florestania" e outras histórias.** Ano 23, n. 51, p. 117-132, 2020.

OLIVEIRA, Alysson Bezerra; SILVA, Daniely Lima. **Reestruturação produtiva da cadeia de papel e celulose em Imperatriz – MA: terra, transportes e trabalho.** Ano 23, n. 51, p. 133-156, 2020.

DANTAS, José Carlos. **A falsa vilã: ideologias e ação estatal no semiárido brasileiro**. Ano 23, n. 51, p. 157-179, 2020.

PAULA, Cristinão Quaresma de. **Conflitos por território na pesca artesanal brasileira**. Ano 23, n. 51, p. 180-204, 2020.

STRAUCH, Guilherme Freitas Ewald. **A territorialização do capital e as estratégias de resistência camponesa em Paraty/RJ**. Ano 23, n. 51, p. 205-230, 2020.

SANTOS, Junio Gregório Roza; CASTRO, Selma Simões. **Metodologia de avaliação de sustentabilidade de projetos de assentamento rural aplicada à região do nordeste goiano, estado de Goiás**. Ano 23, n. 51, p. 231-259, 2020.

POLLNOW, Germano Ehlert; CALDAS, Nádia Velleda; SPERLING, Daiane Roschildt. **O arroz ecológico Terra Livre: desenvolvimento e compromisso social**. Ano 23, n. 51, p. 260-278, 2020.

BUENO, Caroline Tapia; SILVA, Susana Maria Velleda. **O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS**. Ano 23, n. 51, p. 279-299, 2020.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine; DAVID, C. **A formação dos sujeitos do campo e a pedagogia da alternância: da França ao sul do Brasil**. Ano 23, n. 51, p. 300-327, 2020.

MELO, Maria Aparecida Vieira de; SANTANA, Marcelo da Fonsêca; ALMEIDA, Ricardo Santos de. **A ordem do discurso da educação de jovens, adultos e idosos no território da educação do campo brasileiro: a qualificação profissional enunciada em análise documental**. Ano 23, n. 51, p. 328-344, 2020.

KOBASHIKAWA, Tamy. **Brazilian agribusiness in Mozambique: the Prosavana Programme case study**. Ano 23, n. 51, p. 345-365, 2020.

HASUDUNGAN, Albert; NEILSON, Jeffrey. **Processes of land appropriation for large-scale oil palm development in West Kalimantan, Indonesia**. Ano 23, n. 51, p. 366-389, 2020.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; GOETTERT, Jones Dari. **Geografia indígenas no/dp Mato Grosso do Sul**. v. 23, n. 52, p. 07- 18, dossiê., 2020.

BENITES, Eliel. **Tekoha Ñeropu'ã: aldeia que se levanta**. v. 23, n. 52, p. 19- 38, dossiê., 2020.

ALMEIDA, Marco Antonio Delfino. **Terras sem homens de bem para homens de bem sem terra**. v. 23, n. 52, p. 39-62, dossiê., 2020.

COLMAN, Rosa Sebastiana; PEREIRA, Levi Marques. **Territorialidade e sustentabilidade: desafios para as comunidades Kaiowá e Guarani em Mato Grosso Do Sul**. v. 23, n. 52, p. 63-89, dossiê., 2020.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza. **A questão agrária e seus desdobramentos na retomada indígena dos territórios tradicionais em Mato Grosso do Sul**. v. 23, n. 52, p. 90-109, dossiê., 2020.

SILVA, Solange Rodrigues; NUNES, Flaviane. **Conflitos territoriais e racionalidades divergentes: contribuições da geografia escolar para luta e (re) existência dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul.** v. 23, n. 52, p. 110-132, dossiê, 2020.

MONDARDO, Marcos Leandro. **O movimento Guarani e Kaiowá pela reapropriação social da natureza e as retomadas de Tekoha.** v. 23, n. 52, p. 133-150, dossiê., 2020.

BUSCIOLI, Lara Dalpério. **O Acampamento-Tekoha Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante (MS): a atual conjuntura dos conflitos e das resistências.** v. 23, n. 52, p. 151-175, dossiê., 2020.